INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PRESIDENTE

Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo Decreto nº 24 609, de 6 de Julho de 1934, é uma entidade de natureza federativa, subordinada diretamente à Presidência da República Tem por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República e da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tècnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de tôdas as estatísticas nacionais, bem como incentivar e coordenar as atividades geográficas dentro do país, no sentido de estabelecer a cooperação geral para o conhecimento metódico e sistematizado do território brasileiro. Dentro do seu campo de atividades, coordena os diferentes serviços de estatística e de geografia, fixa diretivas, estabelece normas técnicas, faz divulgação, propõe reformas, recebe, analisa e utiliza sugestões, forma especialistas, prepara ambiente favorável às iniciativas necessárias, reclamando, em benefício dos seus objetivos, a colaboração das três órbitas de govêrno e os esforços conjugados de todos os brasileiros de boa vontade.

ESQUEMA ESTRUTURAL

A formação estrutural do Instituto compreende dois sistemas permanentes — o dos Serviços Estatísticos e o dos Serviços Geográficos — e um de organização periódica — o dos Serviços Censitários

I — SISTEMA DOS SERVIÇOS ESTATISTICOS

O Sistema dos Serviços Estatísticos compõe-se do Conselho Nacional de Estatística e do Quadro Executivo

A — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, órgão de orientação e coordenação geral, criado pelo Decreto nº 24 609, de 6 de Julho de 1934, consta de:

1 Um **"Órgão Administrativo"**, que é a Secretaria Geral do Conselho e do Instituto

2. **"Órgãos Deliberativos"**, que são: *Assembléia Geral*, composta dos membros da Junta Executiva Central, representando a União, e dos presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de Julho); a *Junta Executiva Central*, composta do Presidente do Instituto, dos diretores das cinco Repartições Centrais de Estatística, representando os respectivos Ministérios, e de representantes designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Aeronáutica (reúne-se ordinàriamente no primeiro dia útil de cada quinzena e delibera *ad referendum* da Assembléia Geral); as *Juntas Executivas Regionais*, no Distrito Federal, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com a J E C. (reúnem-se ordinàriamente no primeiro dia útil de cada quinzena)

3. **"Órgãos Opinativos"**, subdivididos em *Comissões Técnicas*, isto é, "Comissões Permanentes" (estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas econômicas, etc) e tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias, e *Corpo de Consultores Técnicos*, compostos de 32 membros eleitos pela Assembléia Geral

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. **"Organização Federal"**, isto é, as cinco Repartições Centrais de Estatística — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça), Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação), Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho), Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura) e Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda), e órgãos cooperadores: Serviços e Secções de Estatística especializada em diferentes departamentos administrativos

2. **"Organização Regional"**, isto é, as Repartições Centrais de Estatística Geral existentes nos Estados — Departamentos Estaduais de Estatística,— no Distrito Federal e no Território do Acre — Departamentos de Geografia e Estatística,— e os órgãos cooperadores: Serviços e Secções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos regionais

3 **"Organização Local"**, isto é, os Departamentos ou Serviços Municipais de Estatística, existentes nas capitais dos Estados, e as Agências nos demais municípios.

II — SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

O Sistema dos Serviços Geográficos compõe-se do Conselho Nacional de Geografia e do Quadro Executivo

A — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, órgão de orientação e coordenação, criado pelo Decreto nº 1 527, de 24 de Março de 1937, consta de:

1 Um **"Órgão Administrativo"**, que é a Secretaria Geral do Conselho

2 **"Órgãos Deliberativos"**, ou sejam a *Assembléia Geral*, composta dos membros do Diretório Central, representando a União, e dos presidentes dos Diretórios Regionais, representando os Estados e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de Julho); o *Diretório Central*, composto do Presidente do Instituto, do Secretário Geral do C N. G., de um delegado técnico de cada Ministério, de um representante especial do Ministério da Educação e Saúde pelas instituições do ensino da Geografia, de um representante especial do Ministério das Relações Exteriores, de um representante do Govêrno Municipal da Capital da República e de um representante do C N. E (reúne-se ordinàriamente no terceiro dia útil de cada quinzena); os *Diretórios Regionais*, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com o D C (reúnem-se ordinàriamente uma vez por mês)

3. **"Órgãos Opinativos"**, isto é, *Comissões Técnicas*, tantas quantas necessárias, e *Corpo de Consultores Técnicos*, subdividido em Consultoria Nacional, articulada com o D C., e 21 Consultorias Regionais, articuladas com os respectivos D. R.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. **"Organização Federal"**, com um órgão executivo central — o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica do Ministério da Viação — e órgãos cooperadores — serviços especializados dos Ministérios da Agricultura, Viação, Trabalho, Educação, Fazenda, Relações Exteriores e Justiça, e dos Ministérios Militares (colaboração condicionada).

2 **"Organização Regional"**, isto é, as repartições e institutos que funcionam como órgãos centrais de Geografia nos Estados.

3. **"Organização Local"**,— os Diretórios Municipais, Corpos de Informantes e Serviços Municipais com atividades geográficas.

III — SISTEMA DOS SERVIÇOS CENSITÁRIOS

O Sistema dos Serviços Censitários compõe-se de órgãos deliberativos — as Comissões Censitárias — e de órgãos executivos-cujo conjunto é denominado *Serviço Nacional de Recenseamento*

A — COMISSÕES CENSITÁRIAS:

1 A Comissão Censitária Nacional, órgão deliberativo e controlador, compõe-se dos membros da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, do Secretário do Conselho Nacional de Geografia, do Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, de um representante do Conselho Atuarial e de três outros membros — um dos quais como seu Presidente e Diretor dos trabalhos censitários — eleitos por aquela Junta em nome do Conselho Nacional de Estatística, verificando-se a confirmação dos respectivos mandatos mediante ato do Poder Executivo

2 As 22 Comissões Censitárias Regionais, órgãos orientadores, cada uma das quais se compõe do Delegado Regional do Recenseamento, como seu Presidente, do Diretor em exercício da repartição central regional de estatística e de um representante da Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística.

3. As Comissões Censitárias Municipais, órgãos cooperadores, cada uma das quais constituída por três membros efetivos — o Prefeito Municipal, como seu Presidente, o Delegado Municipal do Recenseamento e a mais graduada autoridade judiciária local, além de membros colaboradores

B — SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO:

1 A **"Direção Central"**, composta de uma Secretaria, da Divisão Administrativa, da Divisão de Publicidade e da Divisão Técnica.

2. As **"Delegacias Regionais"**, uma em cada Unidade da Federação.

3. As **"Delegacias Seccionais"**, em número de 117, abrangendo grupos de Municípios

4. As **"Delegacias Municipais"**.

5. O **"Corpo de Recenseadores"**.

Sede do INSTITUTO: Praça Mauá, 7 - 11.º andar
RIO DE JANEIRO

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

CONSTITUIÇÃO DA JUNTA EXECUTIVA CENTRAL — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do I B G E e de seus dois Conselhos; *Heitor Bracet*, representante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; *Carlos Alberto Gonçalves*, representante do Ministério das Relações Exteriores; *José Luiz Guedes*, representante do Ministério da Guerra; *Manuel Pinto Ribeiro Espíndola*, representante do Ministério da Marinha; *João de Lourenço*, representante do Ministério da Fazenda; *A. R de Cerqueira Lima*, representante do Ministério da Agricultura; *Joaquim Licínio de Sousa Almeida*, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas; *Osvaldo Gomes da Costa Miranda*, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; *Lísias Augusto Rodrigues*, representante do Ministério da Aeronáutica; *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do I B.G E. e do Conselho, representante do Ministério da Educação e Saúde.

PRESIDENTES DAS JUNTAS EXECUTIVAS REGIONAIS — ACRE: *Raimundo Nobre Passos*, diretor do Departamento de Geografia e Estatística; AMAZONAS: *Júlio Benevides Uchoa*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARÁ: *Adelino de Vasconcelos*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MARANHÃO: *Djalma Fortuna*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PIAUÍ: *João Bastos*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; CEARÁ: *Alvaro Weyne*, Secretário da Fazenda; RIO GRANDE DO NORTE: *Anfilóquio Câmara*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARAÍBA: *Sisenando Costa*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PERNAMBUCO: *Manuel Rodrigues*, secretário de Agricultura, Indústria e Comércio; ALAGOAS: *Manuel Diégues Júnior*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; SERGIPE: *João Carlos de Almeida*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; BAHIA: *Felipe Nery*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MINAS GERAIS: *Hildebrando Clark*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; ESPÍRITO SANTO: *Colombo Etienne Arreguy*, diretor do Departamento Estadual de Estatística RIO DE JANEIRO: *Demerval de Moraes*, secretário do Govêrno; DISTRITO FEDERAL: *Sérgio Nunes Magalhães Júnior*, diretor do Departamento de Geografia e Estatística; SÃO PAULO: *Djalma Forjaz*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARANÁ: *Lauro Schleder*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; SANTA CATARINA: *Lourival Câmara*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; RIO GRANDE DO SUL: *Mem de Sá*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; GOIÁS: *Frederico de Medeiros*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MATO GROSSO: *J Ponce de Arruda*, Secretário Geral do Estado.

CONSULTORES TÉCNICOS — A) Secções: I — **Estatística metodológica:** *Milton da Silva Rodrigues;* II —**Estatística matemática:** *Jorge Kafuri;* III — **Estatística cosmográfica:** *Lélio Gama;* IV — **Estatística geológica:** *Anibal Alves Bastos;* V — **Estatística climatológica:** *Sampaio Ferraz;* VI — **Estatística territorial:** *Everardo Backheuser;* VII — **Estatística biológica:** *Almeida Júnior;* VIII— **Estatística antropológica:** *Roquete Pinto;* IX — **Estatística demográfica:** *Sérgio Milliet;* X — **Estatística agrícola:** *Artur Tôrres Filho;* XI — **Estatística industrial:** *Roberto Simonsen;* XII— **Estatística dos transportes:** *Aimorê Drumond;* XIII — **Estatística das comunicações:** *Eugênio Gudin;* XIV — **Estatística comercial:** *Valentim Bouças;* XV — **Estatística do consumo:** *L. Nogueira de Paula;* XVI — **Estatística dos serviços urbanos:** *José Otacílio de Sabóia Medeiros;* XVII — **Estatística do serviço social:** *Fernando Magalhães;* XVIII — **Estatística do trabalho:** *Plínio Cantanhede;* XIX — **Estatística atuarial:** *Lino de Sá Pereira;* XX — **Estatística educacional:** *Lourenço Filho;* XXI — **Estatística cultural:** *Fernando Azevedo;* XXII — **Estatística moral:** *Alceu de Amoroso Lima;* XXIII — **Estatística dos cultos:** *Padre Helder Câmara;* XXIV — **Estatística policial:** *José Gabriel Lemos Brito;* XXV—**Estatística judiciária:** *Filadelfo Azevedo;* XXVI—**Estatística da defesa nacional:** *General Sousa Docca;* XXVII — **Estatística da organização administrativa:** *Francisco Sales de Oliveira;* XXVIII — **Estatística financeira:** *Romero Estelita;* XXIX — **Estatística política:** *Azevedo Amaral* B) Representações: I — **Agricultura:** *Fernando Costa;* II — **Indústria;** *A. J. Rener;* III — **Comércio:** *Lafaiete Belfort Garcia;* IV — **Trabalho:** *João Carlos Vital;* V — **Imprensa:** *Paulo Filho;* VI — **Ensino:** *Raul Leitão da Cunha;* VII — **Religião:** *Padre Leonel Franca.*

COMISSÕES TÉCNICAS — **I Comissão de Estatísticas Fisiográficas:** organização federal — *Pedro Grande* e *Mário Celso Suarez;* organização regional — *Francisco Lôbo* (Pará), *Mardônio de Andrade Lima Coelho* (Pernambuco) e *Aroldo Caldeira* (Santa Catarina) **II Comissão de Estatísticas Demográficas:** organização federal — *Maria de Castro Fernandes* e *Artur Batista;* organização regional — *Benedito Bezerra* (Amazonas), *Raul de Figueiredo Rocha* (Ceará) e *Emílio Sounis* (Paraná) **III Comissão de Estatísticas da Produção:** organização federal — *Eduardo Gonçalves* e *Alberto Augusto Cavalcanti de Gusmão;* organização regional — *José Cruz* (Sergipe), *Tulo Hostílio Montenegro* (Bahia) e *Lourival Ferreira Carneiro* (Minas Gerais) **IV Comissão de Estatísticas da Circulação, Distribuição e Consumo:** organização federal — *João Jochmann* e *Gláucia Weinberger;* organização regional — *Said Farhat* (Acre), *J. M. Lamenha Lins* (Alagoas) e *Jací Figueiredo* (Mato Grosso). **V Comissão de Estatística do Bem-Estar Social:** organização federal — *Valdemar Cavalcanti* e *Alice Liliana de Araújo Lima;* organização regional —*Joaquim Ribeiro Costa* (Minas Gerais), *Fábio Crisciúma* (Distrito Federal) e *Helena Rocha Penteado* (São Paulo) **VI Comissão de Estatística da Assistência Social:** organização federal — *Manuel Diégues Júnior* e *Mário Ritter Nunes;* organização regional — *Adolfo Ramires* (Rio G. do Norte), *Olga de Freitas* (Bahia) e *Antenor Schmidt* (Rio Grande do Sul). **VII Comissão de Estatísticas Educacionais:** organização federal — *Antônio Teixeira de Freitas* e *Ariosto Pacheco de Assiz;* organização regional — *João da Cunha Vinagre* (Paraíba), *Amancita Matos* (Maranhão) e *Heitor Rossi Belache* (Espírito Santo). **VIII Comissão de Estatísticas Culturais:** organização federal — *Wilson Soares* e *Rubem Gueiros;* organização regional — *Isnar Bento Gonçalves* (Piauí), *Césio Rigueira Costa* (Pernambuco) e *Mário Lago* (Rio de Janeiro) **IX Comissão de Estatísticas Administrativas e Políticas:** organização federal — *Silvio Vieira Braga* e *Valdir de Abreu;* organização regional — *Carlos Alberto Vanzolini* (São Paulo), *Albano Gaspar de Oliveira* (Rio G. do Sul) e *José de Campos Meireles* (Goiás;

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Ano V | JULHO-SETEMBRO, 1944 | N.º 19

JORGE KINGSTON

(Professor de Estatística da Faculdade Nacional de Filosofia)

DIMENSIONAMENTO DE AMOSTRAS

NO estudo estatístico dos fenômenos naturais e sociais, raramente pode o pesquisador utilizar uma enumeração completa de tôdas as unidades que o compõem (método censitário). A demora, ou mesmo impossibilidade da obtenção de dados integrais, e o custo excessivo da operação, levam-no a restringir a coleta a uma parte apenas dos elementos componentes do grupo total ou *universo,* inferindo as características dêste da *amostra* assim obtida (método de amostragem).

Desde logo apresenta-se a questão: de que tamanho deve ser a amostra, isto é, de quantos elementos deve compor-se ?

2. Para obtermos uma resposta, a questão tem de ser precisada sob dois pontos de vista: 1.º) a margem de êrro admissível; 2.º) o grau de confiança que os resultados devem apresentar.

Se a amostra fôr escolhida *ao acaso,* de modo que todos os elementos tenham a mesma probabilidade de serem escolhidos, será possível dar uma solução matemática a êsses quesitos.

3. Suponhamos primeiramente que se trata de um atributo qualitativo; isto é, que queremos avaliar a percentagem p dos elementos possuidores dêsse atributo no universo. Ora, segundo as finalidades práticas do problema, será admissível num caso um êrro em p de 5% para mais ou para menos, por exemplo, noutro apenas 0.5%.

Dentro dessa margem é que concluiremos estar contido o valor de p; contudo, essa afirmação não é feita de modo absoluto, mas apenas com certa probabilidade de acêrto. Podemos querer, por exemplo, marcar um intervalo em tôrno do valor observado p' tal que a nossa afirmação de que o mesmo contenha o valor p esteja certa em 99% dos casos, e errada em 1%; noutros têrmos, que haja 99% de probabilidade de nossa conclusão ser verdadeira. O tamanho da amostra necessário para determinar êsse intervalo, denominado "intervalo de confidência", vai depender da maior ou menor variabilidade do fenômeno.

4. Seja n o número de elementos da amostra que escolhemos ao acaso no universo, suposto infinito ou muito grande em relação a n; então, a teoria estatística demonstra que o valor mais provável da percentagem p' dos que, na amostra, possuem a característica em aprêço, será o mesmo valor p do universo; e, ainda, que os desvios de p' em relação a p (desde que p e $q = 1 - p$ não difiram muito entre si) distribuir-se-ão segundo a lei normal, com o êrro padrão

$$\sigma_p = \sqrt{\frac{p\,q}{n}}$$

Se não conhecemos o valor de p no universo, podemos, dentro de uma aproximação aceitável, igualá-lo ao valor p' deduzido da amostra.

Sendo normal a distribuição, o intervalo de confidência de 95% compreenderá, para cada lado da média, uma extensão correspondente a 1.96 σ_p; o intervalo de 99%, referir-se-á a 2.58 σ_p. São êsses os intervalos usuais; generalizando, teremos que cada intervalo corresponde a um certo múltiplo do êrro padrão $k\sigma_p$.

Como o intervalo de confidência deve ser igual à margem de êrro admissível ϵ (em percentagem), concluimos que

$$\epsilon = k\,\sigma_p$$

e substituindo o valor de σ_p

$$\epsilon = k \sqrt{\frac{p\,q}{n}}\,.$$

Daí tiramos

$$n = \left(\frac{k}{\epsilon}\right)^2 p\,q. \qquad \text{(I)}$$

5. De maneira análoga resolve-se o caso de atributos quantitativos. Então, o que se quer determinar é o valor médio dêsse atributo x, e a teoria estatística nos ensina que o valor mais provável da média $\bar{x}$ da amostra é a média μ do universo, e que as discrepâncias de $\bar{x}$ em relação a μ se distribuem normalmente, ou quase, se a distribuição do universo não se afasta muito do tipo normal, com um êrro padrão

$$\sigma_{\bar{x}} = \frac{\sigma\,x}{\sqrt{n}}$$

Como não conhecemos o desvio padrão do universo σ_x, adota-se como estimativa do mesmo o desvio padrão decorrente da amostra.

O êrro admissível costuma-se expressar aqui como uma certa percentagem P da média, isto é, $\epsilon = P\bar{x}$. Igualando-o ao intervalo de confidência caracterizado por k, temos

$$\epsilon = P\bar{x} = k\,\sigma_{\bar{x}}$$

e substituindo o valor do êrro padrão $\sigma_{\bar{x}} = \frac{\sigma x}{\sqrt{n}}$.

Daí se conclui $$n = \left(\frac{k}{P}\right)^2 \left(\frac{\sigma x}{\bar{x}}\right)^2$$

ou ainda, denotando por CV o coeficiente de variação de PEARSON,

$$n = \left(\frac{k}{P}\right)^2 CV^2 \qquad \text{(II)}$$

6. As equações I e II resolvem o problema proposto, respectivamente para o caso de atributos qualitativos e quantitativos. Vemos que o tamanho da amostra depende, além da variabilidade própria do fenômeno, caracterizada pela percentagem p ou coeficiente de variação CV, também do êrro admissível (ϵ ou P) e do coeficiente de probabilidade k.

Para o cálculo rápido dessas equações, organizamos os anexos nomogramas de pontos alinhados. Ambos nos dão diretamente n em função das variáveis citadas, para os níveis de confidência de 95 e 99%. O seu uso será explicado mediante os exemplos seguintes.

7. Suponhamos, por exemplo, que, para estabelecer um serviço de assistência social num meio operário, precisamos estimar a percentagem dos casados e o salário médio vigente. Para obter uma primeira avaliação dos elementos que devemos introduzir nas fórmulas acima, aproveitaremos valores obtidos em trabalhos anteriores e correlatos, como seja o censo realizado pelo *IAPI* (*A Criação e Organização do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários*, Rio, 1939, págs. 361 e 407). Dos elementos aí contidos, podemos deduzir os seguintes valores:

percentagem de casados $p = 35\%$;
salário médio $\bar{x} =$ Cr$ 217,00;
dispersão dos salários $\sigma_x =$ Cr$ 156,00.

Para dimensionarmos o serviço social em aprêço, admitamos razoável uma margem de êrro de 8%, com uma probabilidade de acêrto de 99%. Com êsses valores entra-se no primeiro nomograma. Ligando

o valor $p = .35$ a $\epsilon = .08$, lido na escala correspondente ao nível de confiança de 99%, a reta assim determinada cortará a escala de n no valor procurado, a saber $n = 235$. Tal o tamanho da amostra que devemos pesquisar.

Notemos que, se não tivéssemos elementos para avaliar inicialmente p, poderíamos adotar, errando a favor de maior segurança, o seu limite máximo, isto é, $p = .50$.

8. Realizada a operação, suponhamos que se encontram nesse meio operário 92 casados, o que corresponde a $p = 39\%$. A previsão vem a se confirmar.

Mas pode acontecer que se encontrem apenas 52 casados, donde $p = 22\%$. Ora, as condições técnicas podem exigir que se tenha ao menos $p = 25\%$ para que se possa estabelecer o serviço.

Duas são as causas que poderiam ter levado ao aludido resultado: ou o valor admitido inicialmente para p não é exato, ou a amostra é excepcionalmente anormal. Como trabalhamos com um intervalo de confidência de 99%, é mais razoável que tenha intervindo a primeira causa.

Corrijamos então o valor inicial, pondo $p = 30\%$, e reduzamos a margem de êrro para 5%, afim de obedecer às condições técnicas do projeto. Para êsses valores o nomograma nos dá $n = 560$.

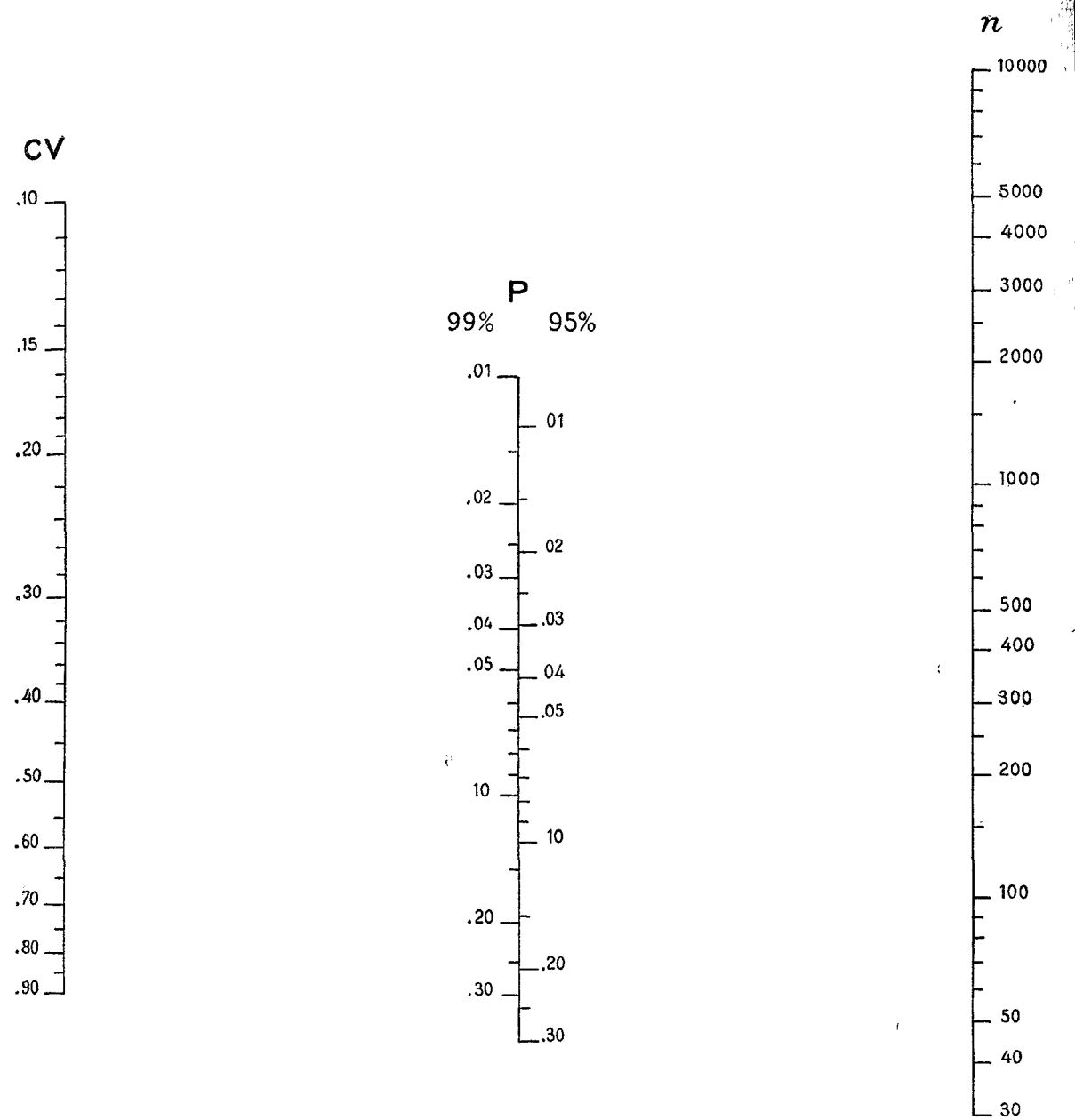
Completando a coleta de dados, podemos ver confirmada essa nova hipótese, ou haverá necessidade de corrigir novamente o valor de p. A solução realiza-se assim por tentativas.

9. Anàlogamente resolve-se a segunda parte do problema, referente ao salário médio. Suponhamos aceitável um êrro na média de 10%. Entrando no segundo nomograma, de um lado com o valor do coeficiente de variação, baseado nas estimativas já mencionadas, de $CV = \frac{156}{217} = .72$, e de outro com $P = .10$ na escala correspondente ao nível de 99%, vamos encontrar o valor de $n = 350$.

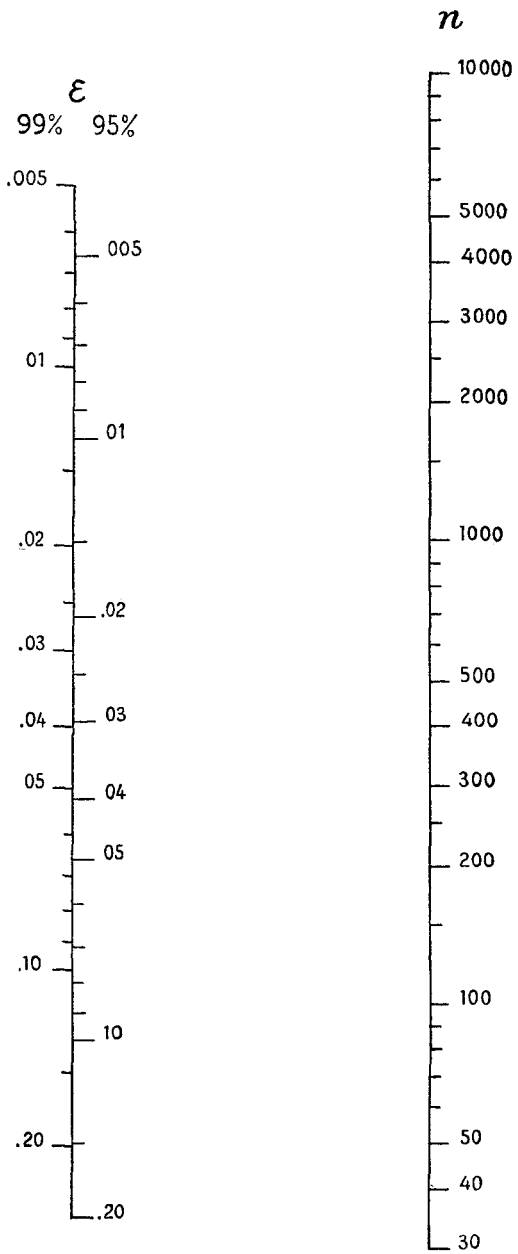
Coletados os dados da amostra, êles confirmarão ou não as estimativas iniciais, exigindo, no último caso, uma retificação do valor de CV.

Como o valor do salário vai ser coletado simultâneamente com os dados sôbre o estado civil, será necessário adotar òbviamente o maior dos valores de n encontrados.

Nomograma para o dimensionamento de amostras (atributos quantitativos)



Nomograma para o dimensionamento de amostras (atributos qualitativos)



JORGE F KAFURI
(Professor da Universidade do Brasil)

ASPECTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS DO PROBLEMA DA ALIMENTAÇÃO

I — A ALIMENTAÇÃO É O FUNDAMENTO DA VIDA

A vida como a ciência demonstram que a alimentação é o fundamento da saúde, do vigor, da resistência e da longevidade do homem

ALIMENTO é todo material *restaurador* das energias, construtor dos tecidos e *regulador* dos "processos" bioquímicos dos organismos vivos e, em especial, do homem. *Restauradores* das energias, são os "carboidratos" e as "gorduras"; *construtores* e *reparadores* dos tecidos, são as "proteinas" e os "sais minerais"; reguladores dos "processos bioquímicos", as "vitaminas" que, como seu nome diz, são de extrema importância para a vida. Encontram-se estas entidades químicas e bioquímicas nos grãos, gorduras e açúcares; nas carnes, aves, ovos, peixes, legumes e côcos; no leite e seus derivados; nos vegetais e frutas.

2. Na sua tríplice função de *fornecer e restaurar* energias, de *construir* e *reparar* tecidos, de *ativar e regular* processos bioquímicos, os alimentos são, de fato, a base da vida Esta apresenta diuturnamente, em relação a êles, *exigências mínimas*. Ou o organismo recebe, regularmente, provisões em qualidade e quantidade, ou os seus destinos biológicos se comprometem. A *alimentação* é, precisamente, a arte de prover o organismo dos materiais indispensáveis à sua mantença e seu desenvolvimento. E se há exigências mínimas em qualidade, e quantidade, há uma alimentação mínima completa e equilibrada aquém da qual o organismo sofre.

A CONFERÊNCIA aqui reproduzida, versando sôbre aspectos nacionais e internacionais do problema da alimentação, foi realizada pelo professor JORGE F. KAFURI, *da Universidade do Brasil, na série sôbre os "Problemas do Após-Guerra", promovida em fins do ano passado, sob o patrocínio do Departamento de Educação dos Serviços Hollerith. A idoneidade técnica e científica do autor e o interêsse que o assunto oferece, justificam, sem dúvida, a iniciativa de recolher em nossas páginas êsse oportuno estudo, em que a matéria é tratada em têrmos de tanta precisão e clareza Figura representativa da inteligência brasileira, o professor* JORGE KAFURI *é uma das expressões da cultura estatística do país, que lhe deve, entre outras valiosas contribuições, a obra "Lições de Estatística Matemática", inscrita, com inteira justiça, entre as que mais valorizam a nossa bibliografia especializada Desenvolvendo o tema que se propôs, o professor* JORGE KAFURI *fixa, em côres nítidas, certos aspectos marcantes da economia nacional, sugerindo diretrizes e insinuando soluções que não apenas atendem à necessidade da elevação do* standard *de vida das populações brasileiras, como se enquadram numa larga e generosa política de solidariedade humana e justiça social*

3. De fato, a vida como a ciência demonstram que a alimentação é o fundamento da *saúde*, do *vigor*, da *resistência* e da *longevidade* do homem. Que atinge seus modos de *sentir*, *pensar* e *agir*. Que governa a capacidade da criança de aprender e sua disposição para se educar; a capacidade do adulto de produzir e sua disposição para viver; a capacidade dos exércitos de lutar e sua disposição para vencer; como a capacidade dos povos de agir a sua disposição para melhorar.

A alimentação completa e equilibrada é como que um sol; aquece e ilumina, colore e enriquece a paisagem da luta; alarga o horizonte do mundo, infundindo, com a saúde e a alegria, o otimismo criador dos valores materiais, morais e culturais.

Por isso, a alimentação é para o homem, face ao mundo exterior, o mais elementar dos seus direitos sociais; é para o homem, perante si mesmo, o mais elementar dos seus deveres biológicos.

4 Mais profundamente se compreendem êsse direito e êsse dever se, dos efeitos positivos e salutares, se passar para o quadro dos malefícios da alimentação carente, incompleta e desequilibrada. Esta gera a *fome,* quer na sua forma ostensiva ou visível do *"estômago vazio"*, quer naquela outra, subreptícia ou invisível, do "estômago semi vazio" ou "falsamente cheio" Esta última não se revela pela sensação comum, mas pelo aguilhão da doença.

5 A ciência da nutrição veio, realmente, demonstrar que a quase totalidade das doenças funcionais diretamente, como bom número de moléstias infecciosas indiretamente, são efeitos positivos da má nutrição. Por esta, os alimentos deixam de exercer a sua função. Ou não fornecem combustível suficiente; ou não reparam os tecidos e nem lhes trazem os seus materiais de construção; ou não provêm o organismo daquelas vitaminas reguladoras da atividade.

A má alimentação contumaz é um agente de *corrosão da estrutura* do ser e de *desregulação funcional*. Corroer é lesar; desregular é desequilibrar, e os mal-nutridos, se vivem passam a fazê-lo orgânicamente lesados, fisiológica e psicològicamente desequilibrados. O mundo se transforma num hospital; a tuberculose, o escorbuto, o béri-béri, o raquitismo, a anemia, os defeitos do crescimento, os maus dentes, as perversões do apetite... abatem o adulto, reduzem a criança e aniqüilam a espécie. A fadiga, a abulia e o desalento se arvoram em companheiras inseparáveis do homem que, assim, perde o domínio de suas energias e, não podendo construir o seu destino, constrói a filosofia da desventura e do negativismo.

6. Se na escola a criança não estuda, na oficina o adulto não trabalha, na sociedade o indivíduo se rebela, na raça o exemplar se estiola, que será do povo inculto, improdutivo, indisciplinado e fraco? Que civilização poderá construir, que patrimônio defender e de que valores desfrutar? Um círculo vicioso se estabelecerá inexorável.

O homem que não produz não pode consumir; o que não consome, não pode alimentar-se; o que não se alimenta, não pode produzir e, assim, de próximo em próximo, na marcha do tempo, o homem caminha para a doença, a raça para a degenerescência e o povo para a desmoralização.

7. Em síntese, a má nutrição, viciada e viciosa, determina um estado de depressão permanente: — depressão biológica; depressão econômica; depressão moral; depressão cultural, dentro de ampla e perigosa inquietação social.

8. Se assim é, por que existe a má nutrição? Por que não se alimentam os homens corretamente? De que necessitam para tanto?

Primeiramente de que haja alimentos disponíveis. A seguir de que possam adquirí-los. E, finalmente, de que saibam como utilizá-los.

II — A AGRICULTURA É A FONTE DOS ALIMENTOS

É preciso mecanizar o motor da atividade agrícola para que o saldo físico da produção seja o maior possível. A Máquina permitiu ao Homem, em apenas três gerações, mais conforto e liberdade do que em milênios de civilização

Confrontem-se os exemplos da China e dos Estados Unidos.

9 E de que depende a existência de alimentos ? Da produção agro-pecuária, agrícola de modo geral E esta, de que depende? De muitos fatôres, é sabido De recursos naturais em primeira mão. Da existência de áreas cultiváveis; de sua extensão, topografia, força produtiva, variedade, clima e salubridade. Onde tais recursos falharem não haverá produção; mas onde existirem, a produção por si se inicia e o homem intervém para conduzí-la.

10 E como intervém o homem ? Com a sua *fôrça de trabalho* coadjuvada ou pelo *trabalho de animais* como o boi, ou pelo *trabalho mecânico* de engenhos como o trator O "man power", o "animal power" e a "machine power", isto é, o *trabalho do homem*, o *trabalho do animal* e o *trabalho da máquina* representam, em sua conjugação, o tríplice motor da atividade agrícola

11. O poder dêsse *motor* é variável com as combinações possíveis daquelas três formas típicas de fôrça. E ninguém fala em motor sem pensar em *rendimento*

No caso dêsse motor agrícola, o rendimento é medido pelo *saldo físico* da atividade que êle conduz.

Acompanhem-me, por benevolência, na estima dêste saldo

12. Se um pedaço de terra é cultivado por 100 homens e 500 bois, a atividade agrícola deve, primeiramente, fornecer o necessário para alimentar homens e bois. Da sua produção total, boa parte é retirada para *manter a fôrça animada de trabalho*

Se, ao invés, o mesmo pedaço de terra é cultivado por 10 homens e 5 000 "cavalos-vapor", a colheita realizada fica inteiramente disponível, apresentando um *saldo físico* de quase 100% de produtos *A substituição do trabalho animado pelo trabalho mecânico aumenta o rendimento da atividade agrícola*, aumentando o saldo realizado sôbre as *exigências locais* da própria produção.

E é precisamente êste "superavit" sôbre as exigências locais que marca o progresso técnico da atividade agrícola.

13. Uma curta viagem a duas civilizações opostas dará, a mancheias, justas impressões do poder da energia inanimada.

A China, a epopéia da civilização agrícola. Alto desenvolvimento de agronomia prática; utilização farta de água e fertilizantes. Baixa percentagem de trabalho animal e ausência quase completa de energia mecânica, com instrumental, em sua maioria, de madeira, primitivo e de ínfimo poder de operação. O motor da atividade agrícola é quase 100% humano, pois lá, tudo é o homem no seu drama ingente contra a terra, contra a praga, contra o homem.

Agora, os Estados Unidos, a apoteose da civilização mecânica. Alto desenvolvimento de agronomia científica; utilização farta de água e fertilizantes. Baixa percentagem de trabalho animal, altíssimo emprêgo, porém, de energia mecânica, com instrumental moderno, e de incrível poder de operação. O motor da atividade agrícola, é quase 100% mecânico, e a América é o homem sorridente, álacre, na estrada feliz da emancipação do homem.

A China conta com 700 milhões de ares disponíveis. Lavra apenas 220 milhões, a metade da área de cultivo da Norte América Donde, se conclui, um americano dos 130 milhões da América cultiva 6 a 7 vêzes mais terra do que um chinês dos 450 milhões da China Para a China é a escassez, a penúria, a dificuldade, senão a miséria. Para a América é a fartura, que fartura é devido ao uso pleno da máquina. Por êsse uso, associado a uma técnica agronômica científica, a produtividade do agricultor americano é tão alta, o saldo físico de sua atividade é tão grande que, retiradas as porções devidas a seus operários e o indispensável para alimentar 3 pessoas de sua família, dá ainda para prover de gêneros e fibras 12 pessoas dentro do País e 3 pessoas fora do mesmo, num total de 18 pessoas !

Enquanto na Norte América um produz para 18, na China um não produz para 2 Tais são os milagres da mecanização do motor da atividade agrícola Tais são os resultados do uso pleno da Máquina, que, de modo geral, permitiu ao homem, em apenas três gerações, conseguir mais confôrto e liberdade do que em milênios de civilização.

Nenhum programa de "post-war" poderá deixar de considerar tão decisivas verdades no que tange ao problema da alimentação; nenhum programa, para êste problema, poderá deixar de prever um abundante suprimento ao nosso agricultor de Querosene, Gasolina, Óleo, Eletricidade e de Equipamentos Mecânicos e fertilizantes de tôda espécie.

III — NÃO BASTA PRODUZIR, É NECESSÁRIO TRANSPORTAR

Sem transporte adequado na sua capacidade, rápido no seu deslocamento, barato no seu custo, a Máquina, como instrumento de produção, perde o seu sentido

14. A máquina como instrumento de operação deve completar-se ao agricultor como veículo de acesso e movimento. Não basta potenciar os braços que lavram, é necessário desembaraçar as pernas que andam Sem transporte adequado na sua capacidade, rápido no seu deslocamento, barato no seu custo, a máquina, como instrumento de produção, perde o seu sentido Congestiona e sufoca A China possui 2 milhas de estradas para 100 mil chineses; A América 261 para 100 mil americanos. A primeira é a civilização sedentária e a economia doméstica de auto-suficiência; a outra é a vida em movimento, é a economia de trocas em permanente agitação A falta de mobilidade, por falta de transporte, determina a estagnação do homem no sentimento, na cultura, na riqueza e no desejo de progresso. Asfixia, estiola, degenera e empobrece

No Brasil, espaço, abundância de espaço, é a sua gloriosa vantagem. Glória porém sufocada, ainda, pela terrível falta de mobilidade de suas populações, que mais terras não conquistam porque não podem penetrar, mais riquezas não produzem porque não podem transportar, mais cultura não adquirem porque não podem viajar.

Cada esfôrço, cada despesa e cada brado para se tornarem os transportes mais eficientes, mais abundantes e menos dispendiosos significam mais para êste formoso País do que tudo.

IV — É NECESSÁRIO ERRADICAR O MÊDO DE PRODUZIR

O agricultor vive com mêdo. Mêdo do tempo. Mêdo da praga. Mêdo do preço. Mêdo do transporte. Mêdo do intermediário. Mêdo dos Bancos Êste complexo desmoraliza o trabalho; frena o progresso e paralisa a produção.

15. Outros tópicos importantes ocorrem na análise da produção agrícola, tais como *financiamento, armazenamento, remuneração, assistência técnica* e *defesa sanitária.*

Ao crédito que faculta e ampara; ao armazenamento que regulariza e protege; à remuneração que estimula e paga; à assistência técnica que instrui e aperfeiçoa; à defesa sanitária que valoriza e melhora, bom tempo deve ser dedicado pela meditação de quantos desejam cooperar para a solução correta da alimentação do povo.

Tomá-los um a um, examiná-los, é vislumbrar o mundo sombrio do agricultor.

Êste, em verdade, e ninguém sincero pode ocultar, vive com mêdo Mêdo de trabalhar e, portanto, mêdo de viver Mêdo do tempo. Mêdo da praga. Mêdo do preço Mêdo do equipamento. Mêdo do transporte Mêdo do intermediário Mêdo dos Bancos, cujo dinheiro feito de chumbo e bário, ao invés de socorrer, desencoraja e pesa.

Êste complexo de mêdo e insegurança paralisa os músculos, entorpece o cérebro, frena o progresso e desmoraliza o trabalho, gerando o maior drama econômico da mais sadia e da mais fundamental atividade do homem.

Nenhum programa de após-guerra pode ignorar sua existência cuja destruição deve constituir o fulcro de todo estudo sério e de todo plano realmente patriótico e nacional.

V — SALÁRIO, BASE DO PODER ECONÔMICO DA ALIMENTAÇÃO

Se o Homem, para subsistir íntegro e equilibrado, deve alimentar-se bem e corretamente, êle deve consumir Mas "dever consumir" não é "poder consumir". Só poderá fazê-lo se o seu "poder econômico de compra", isto é, o seu salário lhe permitir.

16. A atividade agrícola é a provedora dos gêneros, é a fonte exclusiva da alimentação. Ela produzirá mais ou menos conforme seu "motor" tenha mais ou menos unidades mecânicas. Mas jamais *produzirá* se não encontrar *mercado,* se para seus produtos não existir *consumidor*.

E quem é o consumidor? O Homem, é certo. Mas o *Homem que percebe salário,* o Homem que trabalha e ganha para, com o fruto do seu trabalho, consumir.

O *salário* faz o *poder de compra;* o poder de compra faz o *consumidor*; o consumidor faz a *procura;* a procura faz a *produção,* a produção desperta a atividade que gera, por sua vez, o *salário*. Se o Homem, para subsistir íntegro e equilibrado, deve alimentar-se bem e corretamente, êle deve consumir. Mas *dever consumir* não é *poder consumir* e só poderá fazê-lo se o seu "poder de compra" lhe assegurar a possibilidade. O poder de compra, que é econômicamente um meio, assume, assim, a importância de uma base — dêle depende o destino alimentar do Homem e dêle depende, também, o destino produtor da atividade agrícola.

17. Se o destino alimentar — saúde, vigor, resistência e longevidade — depende do salário é evidente que, se o Homem ganha pouco, não pode consumir o suficiente para assegurá-lo. O problema da defesa alimentar do indivíduo está, portanto, em ganhar bastante, em *ganhar mais*.

18. O ganhar mais não é socialmente perigoso e nem econômicamente contraditório. Pois ganhar mais, permite consumir mais, e êste *mais* que cada um consome cria, em verdade, trabalho para outros homens E a recíproca é verdadeira. Pois quando um Homem trabalha, êle o faz para alguém consumir. Se êste alguém não puder pagar, aquêle Homem não poderá trabalhar. Portanto, cada restrição do consumo golpeia a potencialidade de trabalho e erige-se em causa de desemprêgo. Como cada alargamento do consumo determina um aumento de trabalho, um aumento de emprêgo e um aumento de prosperidade. Os salários, então, devem ser altos. Suficientemente altos para assegurarem a cada um a plena realização de seu destino alimentar; e devem ser os mais altos possíveis, e cada vez mais altos, para permitirem o crescente aumento do trabalho e o crescente desenvolvimento da produção.

19 Eis porque não se mede o nível de progresso de um país pela potencialidade de sua produção, mas pelo *padrão de vida* do seu povo. Dizer o que um povo consome é dizer o progresso que tem. E progresso, é demasiado. Dizer o que um povo consome é já não dizer o progresso que tem, mas de que saúde desfruta. No índice da saúde, ou melhor, nas taxas da natalidade, da morbidade e da mortalidade está medido aquêle nível de progresso no fundo do qual, como base definitiva, se encontra o salário. Porque o salário baixo gera fome; e a fome gera a doença. Assim é na América Latina. O mais recente inquérito de MORROW WILSON revela que metade da população latino-americana é de doentes. A metade da outra metade não é sadia porque é, ainda, mal-nutrida. E quem, dia após dia, come mal caminha para a doença e procria doentes. Doentes são os vivos, doentes os nascituros e, de vivos para nascituros, para onde vamos? Ou para o abismo, se assim se permanecer; ou para a emancipação, se se reagir. E na base da emancipação está o aumento do consumo, isto é, o aumento do salário. Nenhum povo pode aspirar a um regime de salários baixos; o povo que o fizer, e nêle ficar, é um povo doente. Nenhum povo pode aspirar a um regime de salários estáveis.

O povo que o fizer é um povo estacionário e incapaz de progresso; porque a estabilização no salário é a estagnação no progresso cujo nível só aumenta quando aumenta o nível do consumo.

Nenhum programa de após-guerra pode deixar de considerar de frente êste problema da dinâmica do salário, porque êle representa uma questão de vida ou de morte.

VI — ALTOS SALÁRIOS, SÓ COM A INDUSTRIALIZAÇÃO

A capacidade em riquezas de uma nação depende do número de cavalos-vapor de que dispõe, isto é, do seu poder industrial Em igualdade de população, é mais farta, mais sadia e mais culta a nação que fôr mais industrializada.

20. Mas o salário, se é uma questão de vida ou de morte, se tem um efeito sôbre a saúde, sôbre a raça e sôbre a cultura, é entretanto uma entidade econômica, efeito, por sua vez, de uma realidade econômica Na infra-estrutura desta realidade está a Máquina, a Máquina que capacita o homem a produzir mais por menos, ganhar mais com menos e, portanto, consumir mais com menos.

A capacidade em riquezas de uma nação, está demonstrado, não depende sòmente do número de seus habitantes, mas ainda do número de cavalos-vapor de que dispõe Isto é, depende do seu poder industrial. Em igualdade de população, é mais poderosa e, portanto, mais farta, mais sadia e mais culta a nação que fôr mais industrializada, a que possuir maior número de cavalos-vapor Quatro vêzes mais gente possui a China do que os Estados Unidos, mil vêzes mais poderosos são os Estados Unidos. E o Brasil tudo possui, nada lhe falta para industrializar-se, para ombrear com os que mais industrializados o forem. A estrada da industrialização é a estrada da emancipação, cumprindo acabar de vez com aquêle sediço conceito de que somos um povo eminentemente agrícola. Não o somos porque a nossa economia não é sòmente a da agricultura. É a da agricultura rica, farta e abundante, alimentando vasta colmeia industrial. A infinita fertilidade do solo com a infinita riqueza mineral do sub-solo selaram o destino de grandeza do Brasil e asseguram, para o homem brasileiro, tôdas as condições de sua emancipação, na saúde, na raça e na cultura.

Aqui no Brasil, no ambiente de sua privilegiada geografia, onde fertilidade do solo e possança de sub-solo se disputam em fôrça, não há lugar para miséria e pauperismo, fome e doença. Se houver, é êrro, atraso ou incompreensão que, todos, devem ser combatidos.

Êste é um programa de após-guerra, e nada deve deter o Brasil no caminho de sua industrialização.

VII — O PROBLEMA SOCIAL DAS CLASSES MENOS FAVORECIDAS

É necessário cuidar da redução dos preços dos gêneros essenciais, mediante subsídio ou subvenção pelo Estado Está demonstrado que, sem tais medidas, as classes de salários inferiores não podem escapar a duros sofrimentos.

21 A industrialização, se assegura salários mais elevados, não garante por si só a completa extinção das classes de salários inferiores e isto, pelo menos, no estado atual de organização da vida econômica dos diferentes povos. Pois nas mais industrializadas nações do mundo encontram-se os graves problemas daqueles que não podem comprar o suficiente para a sua alimentação. O fenômeno é realmente universal, variando de nação para nação, apenas na intensidade e na extensão com que se apresenta. Assim, se a América Latina

oferece ao mundo o espetáculo de 65 milhões de doentes e mal nutridos, a Europa não permanece atrás com 150 milhões e a Ásia com a cifra fantástica de 860 milhões de sêres que a fome invisível destrói e corrompe. Os povos mais avançados e os povos mais avisados na sua política social trataram de enfrentar êsse terrível problema, adotando métodos e procedimentos variados, mas todos êles visando a distribuição de gêneros básicos, a preços baixos, em especial à criança, à mãe e ao operário Um dos expedientes mais notáveis adotados pelas nações mais ricas é o da redução dos preços dos gêneros essenciais, mediante subsídio ou subvenção pelo Estado. Êstes subsídios, na Inglaterra, cobrem 75% do índice dos preços dos gêneros alimentícios no custo da vida. E está demonstrado que, sem tais medidas, as classes de salários inferiores não teriam escapado a duros sofrimentos.

22. Não nos é possível passar aqui, em revista, tôda a série de medidas que as diferentes nações adotaram para a defesa alimentar da criança, da mãe, do adolescente e do operário Na Conferência de Hot Springs, acordaram as Nações Unidas em propugnar, para o após-guerra, por uma política alimentar baseada nos seguintes tópicos gerais de defesa alimentar:

I. — *defesa da criança* — pela distribuição gratuita de leite, óleo de fígado de bacalhau concentrado, sucos de frutas à gestante, à criança, à mãe e amas de leite.

II — *defesa da criança e do adolescente na escola* — pela distribuição gratuita ou a baixo custo de leite e sucos de frutas, pelo fornecimento do desjejum e do almôço na escola, devendo êste almôço compreender, no mínimo, metade da exigência alimentar diária.

III. — *defesa do trabalhador* — pelo fornecimento compulsório, a baixo preço, de refeições completas aos trabalhadores em fábricas, docas, minas e locais de trabalho, com especial atenção para os empregados adolescentes cujas necessidades alimentares são maiores que as dos adultos

IV. — *defesa do povo em geral* — pela fundação de restaurantes populares sem objetivo de lucro e diretamente administrados pela autoridade pública; pelo melhoramento do valor nutritivo dos gêneros populares mediante a adição obrigatória de sais minerais e vitaminas (política de enriquecimento alimentar).

VIII — O S.A.P S. NO BRASIL

A obra que o SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL vem realizando no Brasil, enquadra-se nas linhas do programa avançado que as Nações Unidas estabeleceram em Hot Springs. Com mais recursos e mais experiência e a mesma devoção à causa pública, o S A P S conseguirá desbravar o caminho para uma idade nova na saúde do povo brasileiro.

23. Um tal programa pode parecer mais uma destas utopias com que reformadores idealistas agitam o mundo e excitam aspirações Países haverá que, certamente, com seus próprios recursos não o poderão executar. O Brasil, porém, já nêle se iniciou, mercê desta magnífica obra de renovação que o atual govêrno vem imprimindo à nossa estrutura social. O que o Serviço de Alimentação da Previdência Social realmente projetou e vem executando enquadra-se nas linhas daquele programa avançado que as Nações Unidas estabeleceram como diretriz alimentar para o após-guerra. Com mais recursos e mais experiência e a mesma devoção à causa pública, o S.A.P S. conseguirá desbravar o caminho para uma idade nova na saúde do povo. A difusão da sua obra pelas capitais e a sua penetração pelo interior devem constituir, dentro das diretrizes acima, o tema de um vasto plano para o após-guerra Êste plano deve objetivar para cada criança — no lar e na escola; para cada indivíduo no campo, na mina, na fábrica e no escritório; para cada indivíduo no quadro da existência, a segurança do seu quinhão de vida na garantia de sua refeição diuturna, justa, apetitosa e equilibrada. Nenhum trabalho de planificação é de significação mais vital e nenhum oferece maior promessa de paz a tranqüilidade.

IX — EDUCAÇÃO ALIMENTAR

Educar e reformar, esta é a tarefa superior da geração atual. Destruir tradições, superstições e preferências alimentares erradas. Construir uma mentalidade nova e infundir hábitos sadios que possam preservar o indivíduo e assegurar uma raça de fortes.

24. O salário é uma condição econômica, e tão sòmente, da boa alimentação. É uma condição necessária, mas não bastante. Ganhá-lo é um passo e o empregá-lo é outro.

Na maneira de utilizar o salário e no modo de realizar o orçamento de sua despesa é que um indivíduo se define. E neste orçamento, que verba destina à alimentação? Destina realmente alguma coisa, ou a verba para alimentos é o que sobra das outras despesas? Esta é uma pergunta séria e grave porque, infelizmente, o cigarro, o baton, o rouge, os balangandans concorrem pesada e lesivamente com o leite, os ovos e o espinafre O indivíduo é assim, esquece-se de que o vício estiola e de que o adôrno que rouba ao estômago enfeia e mutila. A começar pelos dentes que nenhum adôrno mais lindo pode ninguém ostentar, e que dentes são o leite, os ovos e não a falsa pedra de um brilho fugaz. E o dente que vai é uma nova e gravíssima verba no orçamento da despesa, é um outro concorrente do alimento que o constrói. Mas, que importa? O indivíduo é teimoso. Teimoso e ignorante, porque sabendo muito não sabe viver. E, sabendo muito, sabe mais de medicina, mais de terapêutica do que da arte de comer sadiamente. Devora qualquer literatura médica que lhe caia às mãos, com a sofreguidão de quem lê romances. Lê e devora bulas de remédios e nada lê, nada sabe da boa nutrição. O tomate, o leite, a cenoura não trazem bulas... para dizer a cada um e a cada um convencer que nêles estão os materiais que constroem a vida, que reparam a saúde, que dão energia e preparam o homem para sua gloriosa longevidade

25. E êste comportamento não é privativo das classes de salários apertados. Medra também, e Deus sabe como, nas classes abastadas. Já não mais como problema orçamentário, mas como fruto de hábitos e preferências nascidos de uma tradição alimentar errada e de uma perversão do apetite que, insensìvelmente, se instala, evolui e domina.

A ciência da nutrição veio em boa hora; na hora em que o homem, pelo esfôrço da civilização, mais se afasta dos quadros daquela vida para a qual seu corpo e sua mente foram criados. A ciência veio dar um brado de alerta e, com argumentos experimentais inexcedíveis, não só mostrar, mas convencer ao homem dos erros de seus hábitos e da insensatez de suas preferências. Veio ensinar-lhe que o indivíduo possui, antes de mais nada, deveres biológicos que deve cumprir.

26. Educar e reformar, esta é a tarefa superior da geração atual. Destruir tradições, superstições e preferências alimentares erradas. Construir uma mentalidade nova e infundir hábitos sadios que possam preservar o indivíduo e assegurar uma raça de fortes

Educar, esclarecendo a cada indivíduo o que são e quais são suas necessidades alimentares. Ensinando-lhe o valor nutritivo dos alimentos. Habilitando-o a promover a seleção do que convém. Instruindo-o sôbre a arte da preparação. Indicando-lhe o modo de utilizar, com regularidade, com vagar e com requinte, das mais sadias, completas e equilibradas refeições.

A tarefa da educação alimentar é de fundamental importância para o nosso povo; e a instauração do hábito alimentar correto, para uma saúde perfeita, é a espinha dorsal do programa de defesa e de construção da nacionalidade.

X — FOME E PAZ

Não haverá Paz, nem Prosperidade, nem Segurança enquanto houver Fome. Todos os planos para o mundo futuro devem começar pelo plano da alimentação.

27. Cem milhões na América, cento e oitenta milhões na Europa, oitocentos e cinqüenta milhões na Ásia, mais de um bilhão e duzentos milhões, ao todo, padeciam fome visível ou invisível, antes do atual conflito que comociona o mundo. Fome generalizada e fome crônica de gigantesca massa humana, dentro de um planeta ubérrimo e de terras apenas exploradas.

A área total de cultivo é mínima diante das imensas reservas territoriais existentes E, perante tais reservas, formidável demanda latente de uma população em estado alimentar deficitário. Tremenda contradição esta, encarnada de modo vivo na fome destruidora. Fome que é inquitação, é luta, é guerra. E a guerra veio, como a guerra passará, para vir a paz. E quando a paz vier, o mundo nela subsistirá, se a contradição da fome num planeta rico não puder ser resolvida pela erradicação da fome.

O mundo futuro, na trilogia da Carta do Atlântico, deverá ser de Paz, Prosperidade e Segurança. Esta trilogia não vingará se o homem viver com mêdo e com fome. E, não viverá livre do mêdo se não ficar livre da fome. E não haverá Paz, nem Prosperidade, nem Segurança, enquanto houver fome.

Todos os planos para o mundo futuro começam, assim, pelo plano da alimentação, plano que é, na realidade, a base do mundo de amanhã.

XI — REVISÃO DAS CONTRADIÇÕES DO PASSADO

Num mundo faminto, com uma demanda latente gigantesca, enormes quantidades de gêneros sobrenadavam na torrente do comércio sem encontrarem destino. Falava-se em "superprodução". E os excedentes, ao invés de alimentarem os estômagos, alimentavam fogueiras.

28. Êste plano deverá começar por uma revisão das contradições do passado, do homem faminto na terra fértil, do homem culto atingindo, com meios racionais, fins irracionais.

Deverá começar por rever a principal contradição da atividade agrícola, a *superprodução* que foi, no passado, a causa mor da desordem no comércio internacional, do pânico e da ruína das nações produtoras. Num mundo faminto, com uma demanda latente gigantesca, enormes quantidades de produtos sobrenadavam, na torrente do comércio, sem encontrarem destino, nem colocação. Todos os esforços para estimular o consumo, como se êste, na fome generalizada, necessitasse de maior estímulo do que a própria fome, esboroavam-se. A crise do sistema encontrava a sua válvula de escape na política do "dardinismo" em que o fogo resolvia a inépcia dos homens, e terminava, para o mundo faminto, com a política de restrição da produção agrícola. No passado foi assim. Abundância em presença da fome. Fome que não era saciada pela abundância que o fogo consumia e a restrição da produção prevenia. A política alimentar do mundo futuro, pelo espírito da Carta do Atlântico, em face da suprema necessidade da paz baseada na liberdade da fome, é para uma ECONOMIA DA ABUNDÂNCIA.

29. Esta, no passado, foi contrariada por vícios internos a cada Nação. Mas foi contrariada, superiormente, pela incompreensão das Nações em matéria de comércio internacional em cuja esteira de tráfego os egoísmos colocavam barreiras e semeavam dificuldades de tôda espécie. Foi por isso que a Conferência de Hot Springs estudou aprofundadamente o aspecto internacional do problema, estabeleceu, como postulado, a impossibilidade de uma ECONOMIA DA ABUNDÂNCIA fora dos quadros de uma colaboração íntima e sincera entre as nações e firmou que o programa alimentar do futuro só pode sér formulado num plano e com um caráter internacionais. Só pode ser formulado, e então executado, se a solidariedade entre as nações deixar de ser uma utopia para apresentar-se viva e real.

XII — UNIÃO DAS NAÇÕES

O programa alimentar do futuro só pode ser formulado num plano internacional Porque não consolidar a união psicológica, nascida do interêsse da guerra, numa união econômica, política e social nascida do interêsse da paz ?

30. A hora é chegada de transformar esta utopia em realidade, dando-lhe corpo definitivo A guerra, de fato, no presente momento, criou a união de nações de língua, arte, religião, costumes, moral, padrão de vida, tipos de govêrno, instituições e filosofias diferentes Estabeleceu uma unidade baseada no interêsse comum supremo de ganhar a guerra. Mas é uma unidade ainda psicológica que poderá ser partida quando a causa geratriz cessar. E por que não consolidar a união psicológica, nascida do interêsse da guerra, numa união econômica, política e social nascida do interêsse da paz? E por que não fazê-lo se também na paz existem motivos comuns? E que motivos comuns mais poderosos do que a igualdade na fome, a igualdade na necessidade, a igualdade no mêdo? O problema da alimentação é, sem dúvida, o fundamento da união futura das nações Êle não pode ser programado, nem resolvido, fora do plano internacional

Estabelecer hoje as linhas exatas dêste plano é muito difícil. Muita bruma cai ainda sôbre o horizonte do futuro para que as nossas vistas possam perfurá-la e divisar mais além o quadro do porvir.

XIII — BATALHA ALIMENTAR IMEDIATA

Diante da tragédia alimentar do presente, não se deve aguardar a Paz para o fomento da Produção Agrícola Mas tratar de mover, já e já, a todo impulso, as fôrças da produção, afim de se levar ao homem que sofre — de qualquer povo, de qualquer parte — o pão que sacia

31. Não é, entretanto, necessário esperar por êsse dia E é mesmo imperioso que assim não seja Pois não está o mundo vivendo, no presente, a maior tragédia alimentar da sua história ? Quantos sêres não choram, quantos não tombam, quantos e quantos não se atropelam na corrida pelo pão? E que fazer? Acenar para um mundo faminto que aguarde a paz? Ou tratar de mover imediatamente as fôrças da produção, a todo o impulso, para levar ao homem que

sofre — de qualquer povo, de qualquer raça, de qualquer parte — com o pão que sacia, a prova mais decisiva de que a solidariedade humana já começou?

32 Por outro lado, fora dêsse espírito ético de solidariedade, não vivemos, porventura, a hora da guerra na ância cruciante da vitória? E que exige a vitória além do espírito heróico dos combatentes? Material, material e material. Material de tôda espécie Inclusive alimentos, pois exércitos famintos abandonam suas armas para empunharem a flâmula degradante da capitulação A batalha da vitória é a batalha da produção. Nesta batalha, cada Nação das Nações Unidas deve levar o seu contingente de esfôrço, que esfôrço é pouco para significar o super-esfôrço que realmente cada uma deve empreender.

33. Para o Brasil, no campo dêste super-esfôrço, a sua batalha maior é a batalha da produção de matérias primas e a batalha da produção de gêneros. Aquela já vai avançada mercê de decididos esforços do nosso govêrno Do minério que é a bauxita ao látex da hévea, o futuro escreverá um dos mais impressionantes capítulos da nossa história econômica.

34. A batalha da produção de gêneros alimentícios, entretanto, apenas começou Todos os esforços feitos são ainda escaramuças locais, sem uma amplitude nacional e sem uma proporção internacional. É urgente que nos movamos com maior intensidade. O mundo olha para nós, para as nossas terras, para a nossa gente numa angustiante solicitação de socorro. E o Brasil não pode fechar-se ao apêlo, como de fato não se tem fechado. Com o sacrifício de suas próprias populações já envia, para as diferentes partes do mundo, gêneros de tôda espécie.

35. Estas remessas, porém, devem ir crescendo de hora a hora, porque as solicitações crescerão numa progressão geométrica com as áreas conquistadas pelas armas das democracias. É preciso não esquecer que onde o inimigo entrou, houve devastação. Devastada está a Itália. Devastada a Ucrânia, e a reconquista da Itália e da Ucrânia traz, como ranço da vitória, o pêso tremendo da alimentação dos povos que nelas encontravam o seu pão. Da Itália e da Ucrânia, para a França, para os Bálcãs, para a Europa, os exércitos libertadores marcharão, fazendo misturar, com as fanfarras e os clarins do triunfo, o chôro dos que padecem fome. Aí está um destino de glória do Brasil, cooperar sèriamente na alimentação dos povos libertados; aí está, ainda, a oportunidade de sua preparação para o plano alimentar do futuro.

36 Esta é uma oportunidade singular na nossa história. Oportunidade econômica de encarar e resolver de frente os problemas e as contradições da nossa agricultura. Oportunidade social de encarar e resolver o problema alimentar das nossas populações Oportunidade internacional de conquista de mercados e de maior afirmação do Brasil pelo pêso de sua contribuição.

O uso que se fizer desta oportunidade poderá decidir de nossos destinos como celeiros do mundo para muitas dezenas de gerações; poderá abrir, para a nossa gente, as arcas de uma abundância jamais conhecida no passado; como poderá consolidar, para o Brasil, a posição internacional que o gênio político do nosso govêrno, confirmando as tradições do Império, lhe soube dar.

37. A Carta do Atlântico, no antever as bases do mundo futuro, colocou, como uma das pedras fundamentais do edifício da Paz, o problema alimentar A Carta do Presidente ROOSEVELT aos Delegados da Conferência de Hot Springs é uma elucidação do sentido maior dêste problema. "Sabemos", diz êle — "que neste mundo, pelo qual lutamos e trabalhamos, as quatro liberdades devem ser conseguidas para todos os homens. Sabemos, também, que cada liberdade é dependente das demais; que a liberdade do mêdo, por exemplo, não pode

existir sem a liberdade da fome Os problemas com que a Conferência vai lidar, são os mais fundamentais de todos os problemas humanos, porque, sem alimento e sem roupa, a vida é impossível."

O Presidente ROOSEVELT fixou, assim, o objetivo essencial da Conferência da Alimentação. Objetivo êste de estudar e indicar os meios capazes de garantir, aos povos do mundo futuro, abastecimento de gêneros em quantidades suficientes e qualidades adequadas e tais que todos os homens, onde o homem houver, se possam sentir livres da necessidade, para assim poderem trabalhar e construir.

38. A Carta do Atlântico como a Carta do Presidente ROOSEVELT marcam um ponto singular na filosofia da civilização, pois que ambas baseiam a civilização do futuro no homem livre das suas necessidades elementares. E para esta civilização do futuro, baseada na liberdade das necessidades humanas, o Brasil está em magnífica posição para cooperar. Em tão boa posição econômica quanto naquela posição estratégica que fêz de Natal a base do salto que levou as armas das Nações Unidas à conquista do Mediterrâneo.

O que Natal foi para a vitória na guerra, as terras do Brasil o serão para a vitória na Paz, e tão bem se há o Brasil na guerra, como se haverá na paz colaborando, a plena fôrça, para ajudar a humanidade a construir aquela civilização do homem livre das necessidades.

O povo espera e confia que o govêrno que fêz de Natal a base da vitória das Nações Unidas, faça também do Brasil a base da civilização do mundo de amanhã.

GIORGIO MORTARA
(Consultor Técnico da Comissão Censitária Nacional)

AS TÁBUAS DE SOBREVIVÊNCIA E SUAS APLICAÇÕES NA DEMOGRAFIA

CAPÍTULO III

Aplicação da tábua de sobrevivência ao estudo de populações supostas, caracterizadas por taxas de mortalidade e de reprodução observadas em gerações ou populações reais

SUMÁRIO: § 1. A tábua de sobrevivência como representação da composição por idade de uma suposta população estacionária, no caso de igualdade entre o número dos nascimentos e o dos óbitos. Taxas gerais de natalidade e de mortalidade e vida média nessa população. — § 2. A tábua de sobrevivência como auxílio para o estudo das modificações que tendem a se manifestar na composição por idade de uma população, no caso em que o número dos nascimentos é superior ou inferior ao dos óbitos — § 3 Como deveriam ser modificadas as taxas de reprodução, ficando inalteradas as de mortalidade, para se obter a igualdade entre o número dos nascimentos e o dos óbitos, condição da estacionariedade da população. — § 4. Como deveriam ser modificadas as taxas de mortalidade, ficando inalteradas as de reprodução, para se obter a igualdade entre o número dos óbitos e o dos nascimentos Observações preliminares para o estudo dêsse problema — § 5 Exame, com referência a uma tábua do primeiro tipo, do caso em que o número dos nascimentos excede o dos óbitos Tipos de modificações das taxas de mortalidade próprios para assegurar, através da diminuição dos números dos sobreviventes e da conseqüente redução dos números dos nascidos (geração reproduzida), a igualdade entre óbitos e nascimentos. — § 6 Solução particular, mediante a aplicação de uma função exponencial da idade, como multiplicador da função de sobrevivência O parâmetro de Lotka Probabilidade de morte e taxa instantânea de mortalidade na tábua de sobrevivência assim modificada — § 7. Extensão, à tábua do segundo tipo, das modificações estudadas nos §§ 5 e 6 Caso da população estacionária fechada. — § 8 Caso da população estacionária aberta Introdução da hipótese da eliminação migratória — § 9. Extensão dessa hipótese à tábua do primeiro tipo — § 10 Ulteriores aplicações das modificações estudadas no § 6, à tábua do segundo tipo Caso da população progressiva fechada Taxas gerais de natalidade, mortalidade e incremento natural desta população. — § 11. Identidade da referida população com a "população de composição estável", estudada por Lotka e Bortkiewicz Suas características. — § 12 Exame do problema proposto no § 4, com referência à tábua do primeiro tipo, no caso em que o número dos nascimentos é inferior ao dos óbitos. Premissas — § 13 Condições que limitam, neste caso, a aplicação de hipóteses de modificação da mortalidade. Introdução da hipótese da integração migratória — § 14. Extensão do estudo à tábua do segundo tipo Caso da população estacionária fechada — § 15 Caso da população estacionária aberta. — § 16. Caso da população regressiva fechada — § 17. Características desta população Suas taxas gerais de natalidade, mortalidade e incremento natural. — § 18. O esquema da população de composição estável como instrumento para o estudo das conseqüências demográficas da indefinida persistência das taxas de mortalidade e de reprodução, em função da idade, observadas em determinada população durante determinado período.

§ 1. — A tábua de sobrevivência representa sempre a ordem de extinção da geração, real ou suposta, a que se refere Esta é a sua significação primitiva, legítima e geral.

Em determinados casos, à série dos L_x, números médios dos vivos nos sucessivos anos de idade, pode ser atribuída outra significação, secundária, que entretanto apresenta notável importância para os estudos demográficos.

No caso em que o *número N dos nascidos vivos* obtido pela combinação da tábua de fecundidade com a de sobrevivência, ou seja, o número dos componentes da geração reproduzida, *é exatamente igual ao número D dos óbitos,* ou seja, ao número dos componentes da geração reprodutora (de modo que, conforme as relações (*28a*) e (*30*), se tem $R = 1$ e $H = 0$), a série dos L_x pode representar a *composição por anos de idade,* constante através do tempo,

de uma suposta *população fechada estacionária,*[47] em que ficam constantes no tempo, e iguais às verificadas na geração ou população observada, as proporções dos sexos entre os nascidos vivos e as taxas de mortalidade e de reprodução em cada ano de idade.

Nesta suposta população, as taxas gerais anuais de natalidade e de mortalidade, iguais entre si em conseqüência da igualdade entre N e D, são dadas respectivamente pelas fórmulas (*35*) e (*36*).

A vida média no nascimento, E_0, é dada pela recíproca da taxa geral de mortalidade[48] (ou da taxa de natalidade, coincidente — nas presentes hipóteses — com a primeira). Mantém-se constante através do tempo.

O esquema da população estacionária pode ser estendido aos casos de populações tendencialmente progressivas ou regressivas (ou seja, com valor do coeficiente de Boeckh, R, respectivamente superior ou inferior à unidade), para o fim de se obter uma representação dos efeitos da mortalidade sôbre a composição por idade da população, subtraída a tôda influência de outros fatôres demográficos aptos a afetar essa composição, e de se obter ao mesmo tempo uma medida sintética da mortalidade independente dos referidos fatôres

Tôdas as Aplicações do Capítulo I, que foram apresentadas como análises do comportamento de uma suposta *geração,* que encontra em cada ano de idade taxas de mortalidade iguais às observadas em dada população em determinado período, podem ser interpretadas como análises das características de uma suposta *população* com taxas de mortalidade, em cada ano de idade, iguais às observadas em dada população em determinado período, com número de nascimentos constantemente igual ao dos óbitos, e sem imigração nem emigração (população fechada estacionária).

Desta maneira, a tábua de sobrevivência é considerada por si mesma, sem coordenação com a tábua de reprodução, com o objetivo de permitir a completa análise da mortalidade, isolada dos demais elementos do movimento da população.

Mas, justamente em virtude dêsse isolamento, na análise coordenada da mortalidade e da natalidade a determinação da população estacionária representa apenas um primeiro passo, aliás indispensável, para desenvolvimentos ulteriores Essa determinação fornece elementos de comparação necessários para o sucessivo estudo da composição da população progressiva ou regressiva

§ 2 — Nos casos em que o *número N dos nascidos vivos* (geração reproduzida) *é superior ou inferior ao número D dos óbitos* (geração reprodutora), de modo que ficam $R \gtrless 1$ e $H \gtrless 0$, a série dos L_x não representa mais a composição de uma população estacionária, com as caraterísticas da geração ou população observada, porque uma população em que se associassem constantemente taxas de mortalidade e de reprodução iguais às observadas não seria mais estacionária, e sim ficaria progressiva ou regressiva.

Entretanto, mesmo nestes casos, a tábua de sobrevivência, em coordenação com a tábua de reprodução, pode servir como instrumento para a solução de problemas, interessantes para os estudos demográficos, concernentes à associação das taxas de mortalidade e de reprodução verificadas

---

[47] Diz-se "fechada" uma população caracterizada pela ausência constante de imigrações e emigrações; enquanto se diz "aberta" uma população em que ocorrem ou podem ocorrer êstes movimentos

Diz-se "estacionária" uma população cujo número de componentes e cuja composição por sexo e idade se mantêm rigorosamente constantes através do tempo

Na população estacionária fechada, cada óbito é compensado por um simultâneo nascimento; na aberta, cada óbito ou caso de emigração é compensado por um simultâneo nascimento ou caso de imigração

[48] Vide Capítulo I, § 9, no fim

§ 3 — Um dêsses problemas é o seguinte:

Em que medida se deveriam modificar as taxas de reprodução, ficando inalteradas as taxas de mortalidade, para que a população suposta ficasse estacionária, em vez de progressiva ou regressiva?

Entre as infinitas soluções possíveis, a mais simples parece ser a seguinte:

Para se obter a estacionariedade da *população* suposta, o número dos nascimentos deve ser diminuído (se $N > D$) ou aumentado (se $N < D$) até igualar o número dos óbitos Esta igualdade pode ser obtida mediante a multiplicação de N por $(D \quad N)$, quociente que é igual a $(1 \,.\, R)$, como consta da fórmula *(28a)*. Logo, multiplicando-se pelo coeficiente constante $(1 : R)$ as taxas de reprodução em tôdas as idades, obter-se-á, conforme as fórmulas *(26)* e *(27)*, correspondentes respectivamente à representação descontínua ou à contínua, a modificação do número dos nascimentos na medida desejada, e será assim tornada estacionária a população suposta.

A mesma solução aplica-se ao caso da tábua de sobrevivência de uma *geração*. Se as taxas de reprodução em tôdas as idades forem modificadas na mesma proporção, mediante multiplicação por $(1 : R)$, o número dos nascimentos (geração reproduzida) ficará reduzido, igualando o número dos óbitos (ou seja, o número inicial dos componentes da geração reprodutora).

§ 4. — Outro problema é o seguinte:

Em que medida se deveriam modificar as taxas de mortalidade, ficando inalteradas as taxas de reprodução, para que a população suposta ficasse estacionária, em vez de progressiva ou regressiva?

A solução mais simples parece ser a de multiplicar as taxas de mortalidade em tôdas as idades por R, que, como consta da fórmula *(28a)*, é o quociente entre N e D. Desta maneira o número total dos óbitos ficaria igual ao dos nascimentos.

Mas essa solução está errada, porque apenas o efeito imediato seria o desejado; isto é, no primeiro ano de observação obter-se-ia a igualdade entre nascimentos e óbitos Mas já desde o segundo seria ultrapassado o efeito procurado, porque a modificação da mortalidade repercutiria na composição por idade da população, diminuindo os números dos vivos se fôr variação para mais, aumentando-os se fôr para menos, em todo caso destruindo o equilíbrio só momentâneamente alcançado

Em virtude da repercussão da mortalidade atual sôbre a futura composição por idade da população, o problema proposto no início do presente parágrafo é muito mais complicado do que o problema paralelo examinado no parágrafo precedente, e exige uma paciente análise

§ 5. — Consideremos, em primeiro lugar, o caso de *tendência progressiva*, em que se tem $N > D$, e logo $R > 1$ e $H > 0$

E suponhamos que, ficando inalteradas as taxas de reprodução, se modifiquem as taxas de mortalidade

Referindo-nos inicialmente, para simplificar a exposição, à tábua de sobrevivência duma geração, observamos que *nenhuma modificação das taxas de mortalidade poderá alterar o número total D dos óbitos*, que deverá em todo caso coincidir com o número inicial l_0 dos componentes da geração suposta

Variará, pelo contrário, *o número dos nascimentos, se as modificações supostas da mortalidade alterarem os números das mulheres vivas nos anos de idade do período fecundo da existência* Com efeito, uma variação de $\pm t$ no número médio das mulheres vivas no $(x + 1)^{mo}$ ano de idade determinará, conforme a relação *(21)*, uma variação de $\pm t\, n_x$ no número dos filhos por elas gerados nesse ano de idade.

Regulando convenientemente as supostas modificações das taxas de mortalidade, poderemos em qualquer caso fazer variar os números das mulheres vivas nas idades fecundas, em medida adequada para determinar a igualdade entre o número total dos nascidos (geração reproduzida) e o número inicial l_o (geração reprodutora).

Em fórmula, indicando-se por i a idade inicial e por $(i + h)$ a idade final da reprodução, e por k_x a razão entre o número modificado e o número originário dos sobreviventes na idade x, por-se-á a condição:[49]

$$\sum_{i}^{i+h-1} {}_{f}l_{x+\frac{1}{2}}\ k_x + \tfrac{1}{2}\ n_x = l_o = D = N - H \qquad (35)$$

Na representação contínua a condição (35) assume a forma:

$$\int_{i}^{i+h} {}_{f}l_x\ k_x\ \nu_x\ dx = l_o = D = N - H, \qquad (36)$$

sendo ν_x a taxa instantânea de reprodução definida pela fórmula (23), e tornando-se função contínua da idade x o coeficiente k_x

Está claro que a precedente condição pode ser satisfeita em infinitos modos, sem que fique alterado o número inicial dos componentes da geração [50] Está claro, ainda, que entre êsses modos é também infinito o número dos que constituem soluções aceitáveis, ou seja não absurdas sob o ponto de vista da experiência demográfica ou do próprio aspecto biológico do fenômeno estudado [51]

Por exemplo, tôda a variação da mortalidade na infância e na primeira adolescência que reduzir na proporção de $D : N$ o número das mulheres sobreviventes na idade inicial da reprodução, deixando inalterada a mortalidade nas idades sucessivas, determinará a redução do número dos nascidos ao nível desejado.

§ 6. — Uma *solução particularmente interessante* da equação (35) obtém-se se fôr suposto:

$$k_x = e - rx\ , \qquad (37)$$

representando e a base dos logaritmos naturais e r um parâmetro positivo a ser determinado empìricamente em cada caso concreto Sendo r positivo, o valor de $e - rx$ diminui com o aumentar da idade x. Aplicando-se a (37), a condição (35) fica:

$$\sum_{i}^{i+h-1} {}_{f}l_{x+\frac{1}{2}}\ e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}\ n_x = l_o = D = N - H \qquad (38)$$

Para vencer as dificuldades analíticas inerentes à determinação empírica do valor de r, torna-se conveniente — embora não necessário, como mostraremos nas aplicações dêste capítulo — passar da representação descontínua das funções de sobrevivência e de reprodução para a contínua Nesta, a condição (38) traduz-se na seguinte:

$$\int_{i}^{i+h} {}_{f}l_x\ e^{-rx}\ \nu_x\ dx = l_o = D = N - H \qquad (39)$$

---

[49] Na fórmula (35) aparece o número ${}_{f}l_{x+\frac{1}{2}}$ das mulheres sobreviventes na idade $x + \frac{1}{2}$, conforme a tábua originária, em lugar do número médio ${}_{f}L_x$ das mulheres vivas no $(x+1)^{mo}$ ano de idade, em aplicação da igualdade aproximada (8) e para facilitar ulteriores desenvolvimentos

[50] Esta restrição é necessária, porque, se fôsse alterado o número inicial dos componentes da geração, ficaria também alterado, no mesmo sentido e da mesma quantidade, o número dos óbitos, e logo não seria mais satisfeita a condição (35)

[51] Tôda solução aceitável deve satisfazer a condição de que os números dos sobreviventes modificados continuem formando uma sucessão decrescente com o crescer da idade (uma função decrescente da idade). Fica assim excluída tôda solução em que apareçam taxas de mortalidade negativas ou nulas

Um *processo* satisfatório *para a determinação do valor do parâmetro r*, baseado essencialmente no desenvolvimento em série de e^{-rx}, foi proposto e aplicado por LOTKA;[52] denominaremos, portanto, *r parâmetro de Lotka*.

Estendendo-se aos dois sexos e a tôdas as idades a multiplicação dos sobreviventes l_x pelo coeficiente e^{-rx}, não ficará alterado o número inicial dos componentes da geração,

$$l_0 \, e^{-r0} = l_0 ,$$

e ficarão reduzidos em proporção crescente com o crescer da idade os números dos sobreviventes nas sucessivas idades, se fôr r positivo, como aqui se supõe.

Na tábua de sobrevivência modificada conforme a precedente hipótese, *as probabilidades de sobrevivência ficam reduzidas* em proporção constante, em comparação com as da tábua originária, sendo:

$$\frac{l_{x+1} \, e^{-r(x+1)}}{l_x \, e^{-rx}} = \frac{l_{x+1}}{l_x} \, e^{-r} = p_x \, e^{-r} , \tag{40}$$

e *as taxas instantâneas de mortalidade ficam aumentadas* em medida constante, sendo:

$$- \frac{dl_x \; e^{-rx}}{dx} \cdot \frac{1}{l_x \, e^{-rx}} = \mu_x + r \tag{41}$$

Em virtude da relação aproximada (*15*) entre a taxa central e a taxa instantânea de mortalidade, pode-se passar da representação contínua para a descontínua, adotando-se como expressão aproximada de $\left(\mu_x + \frac{1}{2}\right)$ a taxa central de mortalidade m_x do $(x+1)^{mo}$ ano de idade.

Obtém-se, então, o número dos óbitos da tábua de sobrevivência modificada conforme a condição (*38*), pela relação:

$$D = \sum_{0}^{\omega-1} l_{x+\frac{1}{2}} \; e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)} \; \mu_{x+\frac{1}{2}} + r =$$

$$= \sum_{0}^{\omega-1} l_{x+\frac{1}{2}} \; e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)} \; \mu_{x+\frac{1}{2}} + r \sum_{0}^{\omega-1} l_{x+\frac{1}{2}} \; e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)} \tag{42}$$

que na representação contínua fica, rigorosamente:

$$D = \int_0^{\omega} l_x \, e^{-rx} \, (\mu_x + r) \, dx = \int_0^{\omega} l_x \, e^{-rx} \, \mu_x \, dx + r \int_0^{\omega} l_x \, e^{-rx} \, dx . \tag{43}$$

§ 7 — Estudamos nos §§ 5 e 6 as modificações que deveria sofrer a mortalidade de uma *geração* afim de que ficasse eliminado o excesso verificado da geração reproduzida sôbre essa geração reprodutora.

Mas a tábua de sobrevivência modificada conforme a condição (*38*) pode ser aplicada também ao estudo de uma *população* suposta. Nesta população, que se supõe *fechada*, e que é *estacionária* em virtude da coincidência obtida entre o número modificado dos nascimentos e o dos óbitos, o número dos vivos no $(x+1)^{mo}$ ano de idade é representado, aproximadamente, pelo produto:

$$l_{x+\frac{1}{2}} \; e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)} . \tag{44}$$

---

[52] O processo adotado por A J LOTKA acha-se exposto no estudo, compilado em colaboração com L I DUBLIN, *On the true rate of natural increase as exemplified by the population of the United States*, publicado no "Journal of the American Statistical Association", setembro de 1925, págs 305 e seg ; vejam-se especialmente as págs 330-333.

Na representação contínua êsse número é representado, rigorosamente, por:

$$\int_x^{x+1} l_x \, e^{-rx} \, dx \qquad (45)$$

Esta população suposta é caracterizada por taxas de reprodução iguais em tôdas as idades às verificadas na geração ou população observada, e por taxas instantâneas de mortalidade uniformemente aumentadas de r em comparação com as calculadas conforme a observação.

A composição por anos de idade da referida população suposta pode ser determinada pela aplicação da fórmula (*44*), pondo-se sucessivamente $x = 0, 1, 2, \ldots\ldots, \omega - 1$.

§ 8 — Observamos que a mesma *composição por idade deduzida da aplicação da fórmula* (*44*) pode ser suposta representar uma *população,* ainda estacionária mas não mais fechada, e sim *aberta,* em que as taxas de reprodução e de mortalidade em tôdas as idades coincidem com as da população ou geração observada, verificando-se entretanto uma *eliminação migratória* (excedente da emigração sôbre a imigração),[53] com taxa instantânea r constante em tôdas as idades [54]

Nesta hipótese, o último têrmo da relação (*42*),

$$r \sum_{0}^{\omega-1} l_{x+\frac{1}{2}} \, e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)} = M, \qquad (46)$$

representa o total anual M da referida eliminação migratória, que manteria estacionário o número total dos componentes, e constante a composição por idade, da população suposta, neutralizando os efeitos do excedente dos nascimentos sôbre os óbitos.

A expressão de M na representação contínua é dada pelo último têrmo da relação (*43*).

Dividindo M pelo número médio dos vivos, obtém-se r como expressão da *taxa média geral de eliminação migratória* da população considerada.

§ 9. — A interpretação de r como *taxa de eliminação migratória* pode ser estendida ao caso da *geração*[55] considerada nos §§ 5 e 6. Com efeito, neste caso, a expressão (*46*) pode representar uma eliminação migratória, em virtude da qual, ficando diminuídos os números dos vivos nas idades da reprodução, o número dos nascimentos, isto é, dos componentes da geração reproduzida (exclusive os filhos dos emigrados, nascidos depois da sua emigração) diminui também, tornando-se igual ao número inicial dos componentes da geração reprodutora, de modo que o coeficiente de reprodução se reduz à unidade.

§ 10 — Consideremos agora, mais uma vez, uma *população,* composta conforme a fórmula (*44*), *fechada* como a do § 7, mas *não mais vinculada,* como esta, *à condição de estacionariedade*

---

[53] É evidente que no caso de ausência de imigração a eliminação migratória é representada pela emigração

[54] Taxa instantânea, na representação contínua; taxa central, na descontínua

[55] Mediante esta extensão introduz-se o esquema de geração "aberta" aos movimentos migratórios (Veja-se a nota ao § 5 do Capítulo II)

Acompanhemos essa população no curso de um ano Neste período, o número médio dos vivos será, de acôrdo com a (*44*), aproximadamente igual a

$$\sum_{0}^{\omega-1} l_{x+\frac{1}{2}}\, e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}, \tag{47}$$

ou rigorosamente igual, na representação contínua, a:

$$\int_{0}^{\omega} l_x\, e^{-rx} \tag{48}$$

Suponhamos ainda que, nesta população, as taxas de mortalidade e de reprodução por anos de idade sejam iguais às verificadas na geração ou população originàriamente observada.

Nestas hipóteses, o número total dos nascimentos no curso do suposto ano de observação será o de $(N-H)$, indicado pela (*35*), mas o número total dos óbitos não será mais o da (*42*), e sim ficará reduzido ao primeiro têrmo da última expressão dessa relação, isto é, a:

$$\sum_{0}^{\omega-1} l_{x+\frac{1}{2}}\, e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}\, p_{x+\frac{1}{2}} = D - M, \tag{49}$$

ou, na representação contínua, ao primeiro têrmo da última expressão da (*43*).

Em comparação com a população fechada estacionária do § 7, a *população fechada progressiva* aqui considerada tem o mesmo número de vivos em cada ano de idade e em total, o mesmo número de nascidos no suposto ano de observação, e logo a mesma taxa de natalidade geral,

$$\frac{N-H}{\sum_{0}^{\omega-1} l_{x+\frac{1}{2}}\, e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}} = \frac{D}{\sum_{0}^{\omega-1} l_{x+\frac{1}{2}}\, e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}}; \tag{50}$$

mas tem um número de óbitos menor em cada ano de idade e em total, como consta da (*49*), e uma taxa de mortalidade geral,

$$\frac{D - r\sum_{0}^{\omega-1} l_{x+\frac{1}{2}}\, e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}}{\sum_{0}^{\omega-1} l_{x+\frac{1}{2}}\, e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}} = \frac{D}{\sum_{0}^{\omega-1} l_{x+\frac{1}{2}}\, e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}} - r, \tag{51}$$

inferior de r à da população considerada no § 7.

Na representação contínua, o somatório que aparece nas expressões (*50*) e (*51*) é substituído pela integral definida da (*48*).

Cumpre observar que no caso, aqui considerado, da população progressiva, o denominador das expressões aproximadas das taxas gerais de natalidade e de mortalidade representa a *população no instante central do suposto ano de observação* (superior à inicial e inferior à final), enquanto no caso da população estacionária o denominador dessas taxas é a população constante no curso do ano.

A observação apresenta algum interêsse porque no caso da população estacionária as taxas gerais de natalidade e mortalidade representam ao mesmo tempo as taxas de variação anuais, respectivamente por nascimentos e por óbitos, da populacão inicial, enquanto no caso da população progressiva as primeiras ficam inferiores às segundas.

Cumpre observar, também, que, em comparação com a geração ou população da tábua original de sobrevivência e reprodução, a população fechada progressiva, acima considerada, tem números de nascimentos e óbitos menores, sendo $(N - H) < N$ e $(D - M) < D$.

§ 11. — A população do § 7 tem uma taxa de mortalidade geral igual à taxa de natalidade geral, e logo uma taxa de incremento natural[56] nula

A população do § 10 tem uma taxa de mortalidade geral inferior de r à da precedente, e logo inferior de r também à taxa de natalidade comum às duas populações; a taxa de incremento natural é positiva e igual a r.

Como já notamos, a população do § 7 é estacionária; a do § 10, progressiva.

As taxas de reprodução e de mortalidade desta *população progressiva* são, em tôdas as idades, iguais às verificadas na geração ou população originàriamente observada; a sua taxa de incremento natural r é a que se teria numa população em que as referidas taxas se mantivessem indefinidamente constantes

O número dos vivos em cada ano de idade aumenta, através do tempo, ficando multiplicado por e^r no fim de cada ano de calendário; a população média, portanto, aumenta na mesma proporção; as cotas dos diferentes grupos anuais, nesta, mantêm-se constantes O número dos nascimentos e o número dos óbitos aumentam, de ano para ano de calèndário, na mesma proporção, ficando multiplicados por e^r. As taxas gerais de natalidade e de mortalidade mantêm-se, como já foi notado, constantes através do tempo, restando igual a r o excedente da primeira sôbre a segunda, isto é a taxa, positiva, de incremento natural

Chegamos, assim, a determinar *a composição por idade, as taxas gerais de natalidade e mortalidade e a taxa de incremento natural* duma população suposta em que as taxas de reprodução e de mortalidade em tôdas as idades se mantêm constantemente iguais às verificadas na geração ou população originàriamente observada.

Esta é a população estudada por LOTKA e BORTKIEWICZ, que o primeiro dêstes eminentes demógrafos denominou "população estável" e que nós preferimos definir *"população de composição estável"*.[57]

Observamos, incidentalmente, que, enquanto tôda modificação das taxas de mortalidade altera a composição por idade dessa população, pelo contrário nem esta composição nem as taxas gerais de natalidade, mortalidade e incremento natural da população suposta ficam alteradas por tôda modificação das taxas de reprodução que deixa satisfeita a condição (*38*), isto é, inalterado o

---

[56] A taxa de incremento natural é igual à diferença entre a taxa de natalidade geral e a taxa de mortalidade geral Pode ser, portanto, positiva, nula ou negativa

[57] Veja-se o estudo citado na nota ao § 6 e a literatura ali indicada na nota 2 da pág 330

A discriminação entre o processo lógico aqui seguido e o de LOTKA é a seguinte:

O estatístico norte-americano perguntou-se qual seria a composição por idade duma população fechada em que dadas taxas de reprodução e de mortalidade se mantivessem indefinidamente constantes nas diversas idades, e conseguiu *demonstrar* que, seja qual fôr a sua forma inicial, essa composição tende a assumir e manter estàvelmente a forma referida no texto

Nós, de outro lado, tendo construído esta forma de composição duma população fechada progressiva, pela transformação da composição duma população fechada estacionária, *verificamos* que ela tem características idênticas às da "população estável" de LOTKA

Outro processo lógico, diverso dos precedentes, é o que conduziu L VON BORTKIEWICZ ao estudo do mesmo esquema de população, visando determinar a composição por idade duma população fechada, com dadas taxas de mortalidade indefinidamente constantes nas diversas idades e com determinada taxa anual de incremento natural (positiva) As análises de BORTKIEWICZ foram publicadas no *Bulletin de l'Institut International de Statistique*, Tome XIX, 1re Livraison, págs 63 a 141, sob o título: *Die Sterbeziffer und der Frauenüberschuss in der stationären und in der progressiven Bevölkerung*

O estatístico alemão não faz hipóteses acêrca das taxas de reprodução nas diversas idades A sua construção lógica está baseada na taxa de incremento natural, que por sua vez — dada determinada composição de população — depende do número total dos nascimentos e do dos óbitos Todo sistema de taxas de reprodução que deixa inalterado o número total dos nascimentos satisfaz ao esquema de BORTKIEWICZ

No que diz respeito à composição da população, a última observação aplica-se também ao nosso esquema e ao de LOTKA Todo sistema de taxas de reprodução que deixa inalterado o total dos nascimentos, deixa também inalterada a composição da população No esquema de LOTKA, entretanto, a consideração de determinado sistema de taxas de reprodução é parte essencial das premissas

número total dos nascidos. Portanto, *a mesma "composição estável" de população corresponde a uma única função de sobrevivência, associável com qualquer das infinitas funções de reprodução imagináveis que satisfizerem à referida condição.*

§ 12. — Nos §§ 5 a 11 estudamos o caso em que $N>D$, e logo $H>0$, isto é, o caso em que a aplicação das taxas de reprodução à tabua de sobrevivência originária dá uma geração reproduzida numèricamente superior à reprodutora

Examinaremos agora o caso oposto, ou seja, da *tendência regressiva,* em que a geração reproduzida resulta inferior à reprodutora, sendo $N<D$ e logo $R<1$ e $H<0$.

Ainda neste caso sairemos da hipótese de que, ficando inalteradas as taxas de reprodução, *se modifiquem as taxas de mortalidade.*

As variações das taxas de mortalidade, repercutindo nos números dos sobreviventes, determinarão *variações nos números dos nascimentos* (veja-se atrás, o § 5).

Em espécie, poderemos *modificar as probabilidades de morte, conforme a condição* (*35*), de maneira a obter a igualdade entre a geração reproduzida e a reprodutora, e em particular poderemos aplicar a referida condição na forma (*38*), com a advertência de que, no caso aqui considerado, ficará negativo o parâmetro r.

§ 13. — Cumpre salientar que *a tábua de sobrevivência modificada,* como foi suposto no parágrafo precedente, *em subordinação à condição da igualdade da geração reproduzida com a reprodutora,* só pode ser interpretada como representação de uma *geração* se satisfizer à condição de que *os números dos sobreviventes constituam uma sucessão decrescente* com o crescer da idade. Nem sempre é possível que fique satisfeita esta condição.

Com efeito, se a deficiência da geração reproduzida, em comparação com a reprodutora, fôr relativamente grande,[58] poderá ocorrer que *nem supondo nula a mortalidade feminina* desde o início da existência até a idade terminal da reprodução — hipótese, aliás, absurda — *se consiga obter a igualdade entre a geração reproduzida e a reprodutora.*[59]

Neste caso será ainda possível determinar, conforme a condição (*35*), um sistema de coeficientes que conduza à igualdade entre a geração reproduzida e a reprodutora. Mas a sucessão dos números modificados de sobreviventes $k_x\ l_x$, obtidos mediante multiplicação dos números originários l_x pelos referidos coeficientes k_x, não estará mais vinculada à condição, característica da função de sobrevivência, de que l_x tenda a diminuir com o crescer de x. Pelo contrário, o número das mulheres sobreviventes nas idades fecundas deverá necessària-

---

[58] Essa deficiência é expressa pela diferença $N - D = H$, e a correspondente deficiência relativa é dada pelo quociente dessa diferença por D

[59] Quando a soma das taxas centrais de reprodução calculadas por anos de idade, para a população feminina (soma que Kuczynski denomina "fertilidade *total*" e que mais pròpriamente poderia ser denominada "fecundidade ou fertilidade *completa*"), fica inferior à razão entre o número total l_0 e o número das mulheres l_x componentes da geração reprodutora, não se consegue obter um número de nascimentos (geração reproduzida) igual ao número inicial dos componentes da geração reprodutora, nem mesmo se fôr suposta nula a mortalidade feminina até a idade terminal da reprodução

Êsse caso era freqüente nos países de civilização ocidental, antes da segunda guerra mundial. Por exemplo, em 1931 a soma das taxas centrais de reprodução por anos de idade era igual a 1,78 na Alemanha, 1,88 na Suécia, 1,91 na Inglaterra e Gales Sendo próxima de 2,05 a razão entre o número total dos nascidos e o dos de sexo feminino, os precedentes dados indicam que — mesmo supondo-se nula a mortalidade feminina até a idade terminal da reprodução — a geração reproduzida ficaria inferior à reprodutora de 13% na Alemanha, 8% na Suécia e 7% na Inglaterra e Gales.

No caso considerado na presente nota não basta supor nula a mortalidade para se obter a igualdade entre a geração reproduzida e a reprodutora; torna-se até necessário supô-la negativa Se a primeira hipótese é absurda, ainda mais o é a segunda; entretanto na continuação do texto se mostra que êsses cálculos, aparentemente desprovidos de significação, admitem uma interpretação razoável.

mente ficar maior do que o seu número inicial $_1l_0$, afim de que seja conseguida a procurada igualdade entre a geração reproduzida e a reprodutora

A tábua de sobrevivência assim obtida mediante multiplicação dos números de sobreviventes da tábua originária pelos respectivos coeficientes k_x (e em particular pelos coeficientes e^{-rx} com r negativo) não pode mais ser interpretada como representação de uma *geração,* porque o número dos sobreviventes duma geração só pode diminuir, ou — durante breves intervalos — ficar estacionário, com o crescer da idade, mas nunca aumentar.

Todavia, mesmo esta tábua de sobrevivência, aparentemente absurda, admite uma interpretação sensata, se fôr feito recurso, como no § 9, ao conceito de *geração "aberta" aos movimentos migratórios* Porém, — em vez de supor, como no § 9, que a geração se venha reduzindo com o decorrer da idade, não sòmente pelos óbitos mas também em consequência de *emigrações* —, aqui suporemos que a geração se venha ampliando em consequência de uma *integração migratória* (excedente da imigração sôbre a emigração),[60] na medida necessária para que o seu coeficiente de reprodução, calculado com inclusão dos filhos dos imigrados, nascidos depois da sua imigração, atinja a unidade.

Adotada esta interpretação, a tábua de sobrevivência modificada indica como variam com a idade os números de sobreviventes e os números médios de vivos da geração suposta, integrada pelas imigrações

Se no cálculo forem aplicados os coeficientes e^{-rx}, o parâmetro r representará a taxa instantânea de integração migratória, constante em função da idade. A *taxa total instantânea de variação*[61] na idade x será representada por (μ_x+r), conforme a relação (*41*) A expressão (*46*) representará uma *integração migratória,* em virtude da qual, ficando aumentados os números dos vivos nas idades da reprodução, o número dos nascimentos, isto é, dos componentes da geração reproduzida (inclusive os filhos dos imigrados, nascidos depois da sua imigração), também aumenta, tornando-se igual ao número inicial dos componentes da geração reprodutora.

§ 14 — Nos §§ 12 e 13 examinamos o caso em que se tem $H<0$, do ponto de vista da tábua de sobrevivência aplicada a representar uma *geração*

Estendendo o exame ao ponto de vista da tábua de sobrevivência aplicada a representar uma *população,* como fizemos nos §§ 7 e 8 com referência ao caso em que se tem $H>0$, observamos que em geral[62] a aplicação da condição (*35*) permitirá obter uma composição por idade modificada, em confronto com a da tábua originária, de maneira adequada para assegurar a igualdade entre os nascimentos e os óbitos

Suponhamos, numa primeira aplicação, que a *população* seja *fechada*. A aplicação da condição (*35*) a torna também *estacionária*.

Se esta condição fôr aplicada na forma (*38*), o número dos vivos no $(x+1)^{mo}$ ano de idade será representado por:

$$l_{x+\frac{1}{2}}\, e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)} \qquad (44)$$

Então a suposta população modificada será caracterizada por taxas de reprodução iguais em tôdas as idades às verificadas na geração ou população originàriamente observada, e por taxas instantâneas de mortalidade uniformemente diminuídas em medida correspondente ao valor absoluto de r, em comparação com as calculadas conforme as observações.

---

[60] É evidente que no caso de ausência de emigração a integração migratória é representada pela imigração

[61] Lembramos que na representação descontínua as taxas instantâneas são substituídas pelas taxas centrais

[62] Se as taxas de reprodução fôssem nulas em tôdas as idades, evidentemente nenhuma modificação da composição por idade da população poderia determinar a igualdade entre o número anual dos nascimentos (que ficaria em todo caso nulo) e o dos óbitos Mas êste caso, teòricamente possível, é pràticamente desprezível para os objetivos do nosso estudo

Para que a aplicação se mantenha nos limites da verossimilhança, é preciso que a diminuição suposta das taxas de mortalidade, na medida uniforme do valor absoluto de r, não as reduza em nenhuma idade a valores excessivamente baixos ou até negativos.

§ 15. — Mas se, como fizemos no § 8 com referência ao caso em que se tem $H>0$, interpretarmos, também no caso acima considerado, r como uma *taxa de variação migratória* (*de integração*, aqui, enquanto ali era *de eliminação*, porque aqui supomos preponderante a imigração, enquanto ali supúnhamos preponderante a emigração), então desaparecem as limitações expostas no fim do parágrafo precedente.

Com efeito, na expressão (μ_x+r), que representa a taxa instantânea de variação na idade x, seria absurdo supor que a parcela negativa r represente uma redução da mortalidade igual ou até superior à taxa instantânea de mortalidade μ_x; mas é perfeitamente razoável supor que essa parcela negativa represente uma integração migratória igual ou superior à mortalidade.

Cumpre observar que, se r fôr assim interpretado como *taxa instantânea de integração migratória*, a *população modificada* não é mais fechada como a do § 14, e sim se torna *aberta* Os números médios de vivos, expressos pela fórmula (*44*), representam neste caso a composição de uma população *aberta*, com taxas de reprodução e de mortalidade por anos de idade iguais às verificadas na geração ou população observada Esta é virtualmente regressiva, mas a população modificada se torna *estacionária* em virtude da integração migratória.

Sendo constante a taxa instantânea de integração migratória em tôdas as idades, r representa ao mesmo tempo a *taxa média geral de integração migratória da população suposta*.

§ 16. — Também na aplicação da condição (*38*) com r negativo podemos considerar, como fizemos no § 10 com referência ao caso de r positivo, uma *população, composta conforme a fórmula* (*44*), *fechada* como a do § 14, mas *não vinculada*, como esta, *à condição de estacionariedade*.

Sigamos a população acima definida no curso de um ano em que o número médio dos vivos[63] seja:

$$\sum_{0}^{\omega-1} l_{x+\frac{1}{2}}\, e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}, \qquad (47)$$

supondo que as taxas de mortalidade e de reprodução por anos de idade sejam iguais às verificadas na geração ou população originàriamente observada.

Nestas hipóteses, o número total dos nascimentos no curso do suposto ano de observação será o de $(N-H)$, indicado pela (*35*), e o número total dos óbitos será o de $(D-M)$, indicado pela (*49*).

Em comparação com a população fechada estacionária do § 14, a *população fechada regressiva* aqui considerada tem o mesmo número de vivos em cada ano de idade e em total, o mesmo número de nascidos no suposto ano de observação, e logo a mesma taxa de natalidade geral, representada pela expressão (*50*); mas tem um número de óbitos maior em cada ano de idade e em total, como consta da (*49*) se fôr lembrado que agora r é negativo, e uma taxa de mortalidade geral, representada pela (*51*), que excede de $-r$ a da população do § 14.

[63] A fórmula (*48*) dá rigorosamente o número médio dos vivos, na representação contínua.

Cumpre recordar, a propósito dessas taxas, a observação, já exposta no § 10, de que o denominador das expressões aproximadas (*50*) e (*51*) representa, no caso aqui considerado, a *população no instante central do suposto ano de observação*. No caso do § 10 — população progressiva — esta população era superior à inicial e inferior à final do ano; no caso atual — população regressiva — é inferior à inicial e superior à final.

Logo, neste caso, as taxas gerais de natalidade e de mortalidade ficam superiores às taxas anuais de variação, respectivamente por nascimentos e por óbitos, da população inicial.

Em comparação com a geração ou população originàriamente observada, a população fechada regressiva acima considerada tem números de nascimentos e de óbitos maiores, sendo H e M negativos.

§ 17. — Como se verifica imediatamente pela comparação entre os segundos membros das expressões (*50*) e (*51*) — sempre lembrando que no caso atual r é negativo —, na população considerada no § 16 a taxa de mortalidade geral é superior de $-r$ à taxa de natalidade geral, ou seja, a taxa de incremento natural é negativa e igual a r.

As taxas de reprodução e de mortalidade desta população regressiva são, em todos os anos de idade, iguais às verificadas na população originàriamente observada, a sua taxa de incremento natural r, negativa, é a que se teria numa população em que as referidas taxas se mantivessem indefinidamente constantes.

O número dos vivos em cada ano de idade diminui, através do tempo, ficando multiplicado por e^{-r} no fim de cada ano de calendário, a população média diminui, logo, na mesma proporção; as cotas dos diferentes grupos anuais, nesta, mantêm-se constantes O número dos nascimentos e o número dos óbitos diminuem, de ano para ano de calendário, na mesma proporção, ficando multiplicados por e^{r}. As taxas gerais de natalidade e de mortalidade, como já foi notado, mantêm-se constantes, restando igual a r a diferença entre a primeira e a segunda, isto é a taxa, negativa, de incremento natural.

Chegamos assim mais uma vez a determinar as características de uma *"população de composição estável"*, como a do § 11, com a diferença de que aquela era progressiva e esta é regressiva Fica, logo, estendida esta noção a todos os casos possíveis, entre os quais o da população estacionária foi o primeiro considerado (§ 1).

§ 18 — Os esquemas construídos nos §§ 10 e 11 por r positivo e nos §§ 16 e 17 por r negativo permitem determinar *qual seria a composição proporcional por idade, estável no tempo, e quais seriam as taxas gerais de natalidade, mortalidade e incremento natural, também estáveis no tempo, de uma suposta população fechada, em que as taxas de mortalidade e de reprodução em cada ano de idade fôssem iguais às observadas em determinada população durante determinado período.*

Tornam-se, portanto, de grande utilidade êsses esquemas para a ciência da população, mostrando quais seriam as conseqüências demográficas da indefinida persistência das intensidades de eliminação por óbitos e de renovação por nascimentos, em função da idade, verificadas na população observada durante o período de observação.

Esta utilidade será demonstrada pelas seguintes aplicações, em que examinaremos tanto o caso de r positivo como o de r negativo, tirando os exemplos da experiência demográfica nacional e internacional.

APLICAÇÕES DO CAPÍTULO III

Estudo da mortalidade, reprodutividade e crescimento natural de populações reais, pela elaboração combinada das tábuas de sobrevivência e de reprodução

SUMÁRIO: § 1. A população estacionária. — § 2 Exemplos de aplicação Número dos habitantes Anos vividos Vida média Taxas gerais de natalidade e de mortalidade — § 3 Composição por idade da população estacionária — § 4 Coordenação entre a tábua de sobrevivência e a tábua de reprodução. — § 5 Análise do caso em que o coeficiente de Boeckh é positivo; exemplo do Brasil Exame preliminar das possíveis variações dos diversos fatôres demográficos, que reduziriam à unidade êsse coeficiente, igualando a geração reproduzida à reprodutora — § 6 Exame particular da solução dependente da determinação e aplicação do parâmetro do Lotka Método de determinação do valor dêsse parâmetro — § 7. Exemplo de determinação do parâmetro de Lotka, conforme as tábuas de sobrevivência e de reprodução do Brasil. Cálculo dos nascimentos reduzidos — § 8 Interpretação dos resultados obtidos, com referência a uma geração — § 9 Interpretação, com referência a uma população Determinação da composição por idade da população progressiva; cálculo dos respectivos óbitos Taxas gerais de natalidade e de mortalidade da população progressiva — § 10 Comparação entre as composições por idade das populações supostas, progressiva e estacionária, e da população efetiva natural do Brasil — § 11 Comparação entre as distribuições por idade dos óbitos nas populações progressiva e estacionária — § 12. Outras interpretações da composição por idade calculada pela aplicação do parâmetro de Lotka. — § 13 Análise do caso em que o coeficiente de Boeckh é negativo; exemplo da Suécia Determinação do respectivo valor do parâmetro de Lotka. — § 14 Interpretação dos resultados obtidos, com referência a uma geração. — § 15 Interpretação, com referência a uma população Determinação da composição por idade da população regressiva; cálculo dos respectivos óbitos Taxas gerais de natalidade e de mortalidade da população regressiva — § 16 Comparação entre as composições por idade das supostas populações progressiva e estacionária e da população efetiva da Suécia — § 17 Comparação entre as distribuições por idade dos óbitos nas populações progressiva e estacionária — § 18 Outras interpretações da composição por idade calculada pela aplicação do parâmetro de Lotka. — § 19 Comparação entre as composições por idade da população progressiva (tipo Brasil) e da regressiva (tipo Suécia) — § 20 Determinação do coeficiente de Boeckh para uma geração suposta com taxas de mortalidade iguais às suecas e taxas de reprodução iguais às brasileiras, e vice-versa

§ 1. — A *"população estacionária"* correspondente a determinada tábua de sobrevivência é uma população suposta, que tem em tôdas as idades as mesmas taxas de mortalidade dessa tábua, e em que o número dos nascimentos se mantém constantemente igual ao dos óbitos.

Em virtude dos princípios que guiam a sua construção, a população estacionária constitui uma referência própria para fornecer uma medida sintética da mortalidade, independente das influências de movimentos migratórios e de variações da natalidade, e para indicar como a mortalidade típica do lugar e da época da observação originária tende a influir sôbre a composição por idade da população.

Com efeito, esta população estacionária supõe-se fechada,[64] de modo que a sua composição não está afetada por movimentos migratórios.

De outro lado, a própria hipótese da estacionariedade de uma população fechada implica a igualdade entre o número anual dos óbitos e o dos nascimentos, de modo que êste, como aquêle, se mantém constante.

§ 2 — Para dar exemplo da aplicação da noção de *população estacionária*, calculamos, e referimos na tabela IX, a *composição por idade* dessa população, conforme três diversas tábuas de sobrevivência: a brasileira de 1890-1920, que foi integralmente referida na tabela IV, a italiana de 1930-32,[65] e a sueca de 1931-35, que foi resumida na tabela VII, tôdas referentes aos dois sexos em conjunto.

---

[64] Vide Capítulo III, § 1

[65] A fonte da tábua italiana está especificada na nota à tabela III Advirta-se que a tábua italiana resumida nessa tabela é a masculina, enquanto a tabela IX está baseada na tábua, paralela à precedente, para ambos os sexos

TABELA IX

Composição por idade das populações estacionárias correspondentes a algumas tábuas de sobrevivência

ANOS DE IDADE (Grupos decenais)	TÁBUA Brasil, 1890-1920	TÁBUA Itália, 1930-32	TÁBUA Suécia, 1931-35
A) VIVOS NOS DIFERENTES GRUPOS DE IDADE, NA POPULAÇÃO ESTACIONÁRIA COM 100 000 NASCIMENTOS ANUAIS			
1º a 10º	758 892	849 058	941 623
11º a 20º	701 665	814 729	923 396
21º a 30º	645 126	785 963	896 510
31º a 40º	566 186	750 736	864 998
41º a 50º	476 544	707 923	826 056
51º a 60º	370 957	643 753	761 997
61º a 70º	248 504	526 401	642 672
71º a 80º	122 881	315 943	419 331
81º a 90º	32 005	87 585	138 779
91º e seg.	1 970	5 838	10 680
Total	**3 924 730**	**5 487 929**	**6 426 042**
B) VIVOS NOS DIFERENTES GRUPOS DE IDADE, POR 1 000 000 DE VIVOS EM TOTAL, NA POPULAÇÃO ESTACIONÁRIA			
1º a 10º	193 362	154 714	146 532
11º a 20º	178 780	148 458	143 696
21º a 30º	164 375	143 217	139 512
31º a 40º	144 261	136 798	134 608
41º a 50º	121 421	128 996	128 548
51º a 60º	94 518	117 303	118 580
61º a 70º	63 317	95 920	100 011
71º a 80º	31 309	57 570	65 255
81º a 90º	8 155	15 960	21 596
91º e seg.	502	1 064	1 662
TOTAL	**1 000 000**	**1 000 000**	**1 000 000**

Com um número anual constante de 100 000 nascimentos e de 100 000 óbitos, e com taxas de mortalidade constantes em tôdas as idades, através do tempo, uma população fechada contaria constantemente com:

3 924 730 habitantes, se as taxas de mortalidade fôssem as brasileiras de 1890-1920;

5 487 929 habitantes, se as taxas fôssem as italianas de 1930-32;

6 426 042 habitantes, se as taxas fôssem as suecas de 1931-35.

O mesmo número constante de nascimentos, associado com a mortalidade sueca de 1931-35, daria uma população maior de 64% do que a que lhe corresponderia se estivesse associado com a mortalidade brasileira de 1890-1920.

Lembre-se que o número total dos componentes da população estacionária representa, ao mesmo tempo, tanto o número total dos anos vividos por essa população no curso de um ano, como o número total dos anos vividos pela geração suposta, que — conforme a outra interpretação da tábua de sobrevivência — é nesta seguida até o fim da sua existência.

De acôrdo com esta interpretação, o quociente do número total dos anos vividos pelo número inicial dos componentes da geração dá a vida média a 0 anos Sendo o mesmo em todos os casos êste número inicial, pelo próprio critério de construção das tábuas, a comparação da vida média calculada segundo as diversas tábuas dá resultados coincidentes com os da comparação do número total dos anos vividos. Logo, pode-se dizer que as duas interpretações

da tábua de sobrevivência, como representação de uma geração suposta ou como representação de uma população estacionária, levam, nas comparações, aos mesmos resultados.

Como ilustração prática das precedentes observações podem servir as seguintes medidas da *vida média* a 0 anos, obtidas mediante divisão por 100 000 (número inicial dos componentes de cada uma das supostas gerações) dos números de anos vividos (ou "números de habitantes") referidos acima:[66]

39,25 anos conforme a tábua brasileira de 1890-1920
54,88 anos conforme a tábua italiana de 1930-32
64,26 anos conforme a tábua sueca de 1931-35.

A vida média conforme a tábua sueca excede a conforme a tábua brasileira, de 64%, ou seja, em proporção igual à calculada acima entre os "números de habitantes".

Se fôr feita referência à população estacionária, as cifras agora expostas medem a vida média de qualquer geração pertencente a essa população.[67]

Confrontando o número anual dos nascimentos, 100 000, com o número dos habitantes nas diversas populações estacionárias dos precedentes exemplos, obtêm-se as seguintes *taxas de natalidade geral:*

25,48 por 1 000 habitantes, conforme a tábua brasileira de 1890-1920
18,22 por 1 000 habitantes, conforme a tábua italiana de 1930-32
15,56 por 1 000 habitantes, conforme a tábua sueca de 1931-35.

Sendo igual, na população estacionária, o número dos óbitos ao dos nascimentos, essas mesmas cifras representam também as *taxas de mortalidade geral* das populações estacionárias consideradas.

A significação das taxas de mortalidade geral calculadas conforme as tábuas de sobrevivência é clara e simples. Uma população estacionária com taxas de mortalidade em tôdas as idades constantemente iguais às brasileiras de 1890-1920 teria uma taxa de mortalidade geral de 25,48 por 1 000 habitantes; uma com taxas iguais às italianas de 1930-32, de 18,22 por 1 000; uma com taxas iguais às suecas de 1931-35, de 15,56 por 1 000.

De acôrdo com o processo de cálculo, essas taxas, expressas na forma de números decimais, são iguais às recíprocas das respectivas durações médias da vida (por exemplo, $0{,}02548 = 1 : 39{,}25$).

As taxas acima podem ser interpretadas da maneira seguinte. Para compensar os óbitos, e manter estacionária a população na ausência de movimentos migratórios, seria necessária e suficiente uma taxa de natalidade de 25,48 por 1 000 habitantes num país onde as taxas de mortalidade nos diferentes anos de idade fôssem constantemente as verificadas no Brasil em 1890-1920; de 18,22 por 1 000, se as taxas fôssem as italianas de 1930-32; de 15,56 por 1 000, se fôssem as suecas de 1931-35.

A taxa conforme a tábua brasileira excede de 64% a conforme a taxa sueca; como se devia esperar, êste excedente relativo coincide com os verificados nas precedentes comparações dos "números de habitantes" e da vida média. (Neste caso, sendo as taxas comparadas iguais às recíprocas das respectivas vidas médias, obteve-se o mesmo excedente relativo realizando-se a comparação no sentido oposto ao das precedentes: Brasil sôbre Suécia, e não mais Suécia sôbre Brasil).

A *taxa de mortalidade geral conforme a tábua de sobrevivência,* acima exemplificada, é a medida sintética da mortalidade mais conveniente para o emprêgo prático, variando em razão direta da intensidade desta, e não em

[66] Nos quocientes foram suprimidos os decimais sucessivos ao segundo

[67] Na população estacionária tôda geração (isto é, todo conjunto dos nascidos em certo período de tempo) tem a mesma duração média da vida, sendo constantes, por hipótese, as taxas de mortalidade em tôdas as idades.

razão inversa como a vida média,[68] e dependendo ùnicamente, como esta, das taxas de mortalidade observadas nas diferentes idades,[69] excluída tôda influência dos movimentos migratórios e das variações da natalidade.

A taxa de mortalidade geral determinada conforme a tábua de sobrevivência, isto é de maneira indireta, *difere,* por via de regra, *da calculada diretamente para a mesma população e o mesmo período,* pelo quociente entre o número médio anual dos óbitos neste ocorridos e a população média.

Aquela depende exclusivamente da mortalidade do período observado; esta depende também dos elementos do movimento demográfico anterior — nascimentos, óbitos, migrações — e dos nascimentos e movimentos migratórios do próprio período de observação, que influem sôbre a composição por sexo e idade da população observada, e logo sôbre os "pesos" com que as taxas de mortalidade das diferentes idades contribuem para formar a taxa média geral.

Em outras palavras, a taxa média geral calculada indiretamente pela tábua de sobrevivência e a calculada diretamente são médias das mesmas taxas de mortalidade nas diferentes idades, que, porém, participam na formação das duas médias com pesos diferentes. Êstes pesos dependem ùnicamente da mortalidade do período de observação, na determinação indireta,[70] dependem também de outras circunstâncias, na direta.

Nos nossos exemplos, a taxa de mortalidade geral calculada diretamente é de:

---

[68] *Teòricamente,* é indiferente empregar nas comparações a taxa de mortalidade conforme a tábua de sobrevivência ou a vida média, sendo uma a recíproca da outra. *Pràticamente,* é preferível a primeira pela razão exposta acima.

[69] Esta dependência exclusiva, dos elementos da tábua de sobrevivência, das taxas de mortalidade é implìcitamente demonstrada no Capítulo I. Em particular, a taxa de mortalidade geral calculada conforme a tábua de sobrevivência é a razão entre o número dos óbitos — igual ao número inicial l_0 dos componentes da geração, constante arbitràriamente fixada — e o número total dos vivos conforme a tábua de sobrevivência considerada. Agora, êste número total dos vivos é função ùnicamente dos números dos sobreviventes, como consta das fórmulas (*7*) e (*16*). Por sua vez, os números dos sobreviventes são funções ùnicamente das probabilidades de sobrevivência referentes aos diferentes anos de idade e da constante arbitrária l_0, como consta das fórmulas (*6*) e sucessivas.

E, em fim, estas probabilidades de sobrevivência variam ùnicamente em função das probabilidades de morte, como consta da fórmula (*5*).

No cálculo da taxa de mortalidade (ou da vida média), o fator l_0, aparecendo tanto no numerador como no denominador, fica eliminado. Justifica-se, portanto, a afirmação do texto de que a taxa de mortalidade geral calculada conforme a tábua de sobrevivência depende exclusivamente das taxas de mortalidade particulares das diferentes idades.

[70] Conforme a definição (*17*), a vida média a *0* anos é dada pela razão entre a soma dos números médios dos vivos em tôdas as idades e o número dos sobreviventes a *0* anos:

$$\frac{\sum_{0}^{\omega-1} L_x}{l_0} \qquad (17a)$$

A taxa de mortalidade geral conforme a tábua de sobrevivência é a recíproca da precedente:

$$\frac{l_0}{\sum_{0}^{\omega-1} L_x} .$$

Lembrando que o número dos sobreviventes a *0* anos é igual à soma dos óbitos em tôdas as idades, pode-se escrever a precedente expressão na forma, já adotada na (*33*):

$$\frac{\sum_{0}^{\omega-1} d_x}{\sum_{0}^{\omega-1} L_x} . \qquad (33a)$$

Em virtude da relação (*9*) entre a taxa central de mortalidade m_x, o número médio dos vivos L_x e o número dos óbitos d_x, fica:

$$d_x = L_x \, m_x ,$$

e a taxa de mortalidade geral conforme a tábua de sobrevivência pode ser expressa na forma:

23,86 por 1 000 habitantes no Brasil (1890-1920)[71]
14,46 por 1 000 habitantes na Itália (1930-32)
11,60 por 1 000 habitantes na Suécia (1931-35).

Tôdas estas taxas calculadas diretamente são inferiores às que foram calculadas indiretamente acima, com referência às respectivas populações estacionárias, em virtude da composição por idade mais favorável das populações efetivas.

§ 3. — As *diferenças de composição por idade entre as diversas populações estacionárias* a que se referem os nossos exemplos, são evidenciadas pela secção inferior da tabela IX, em que essa composição é traduzida em cifras proporcionais a 1 milhão de habitantes.

Para ressaltar as características diferenciais, resumimos os dados em percentagens, por grandes grupos de idade.

ANOS DE IDADE (Grupos de 20)	COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ESTACIONÁRIA		
	Brasil (1890 — 1920)	Itália (1930 — 32)	Suécia (1931 — 35)
1.º a 20.º	37,22	30,32	29,02
21.º a 40.º	30,86	28,00	27,41
41.º a 60.º	21,59	24,63	24,71
61.º a 80.º	9,46	15,35	16,53
81.º e seg.	0,87	1,70	2,33

A elevada mortalidade, típica do Brasil, tende a determinar uma alta cota do grupo de população nas idades da infância e da adolescência e baixas cotas dos grupos senis, enquanto a baixa mortalidade, característica da Suécia, tende a determinar uma cota menor do grupo da infância e da adolescência e cotas maiores dos grupos senis.

As pessoas em idade de 0 a 19 anos constituem 37,22% da população estacionária do tipo brasileiro e apenas 29,02% da do tipo sueco; as pessoas de 60 anos e mais constituem apenas 10,33% da população estacionária do tipo brasileiro e 18,86% da do tipo sueco.

§ 4. — O esquema da "população estacionária" satisfaz às exigências da análise das influências da mortalidade sôbre a composição da população, e oferece, como foi mostrado, uma medida sintética da mortalidade, dependente exclusivamente do nível desta no período de observação e não afetada pelas imigrações nem pelas variações da natalidade.

$$\frac{\sum_{o}^{\omega-1} L_x m_x}{\sum_{o}^{\omega-1} L_x}, \qquad (33b)$$

que salienta o seu caráter de média aritmética ponderada das taxas centrais de mortalidade dos diferentes anos de idade, com pesos iguais aos respectivos números médios de vivos conforme a tábua de sobrevivência.

A taxa de mortalidade geral diretamente calculada para a mesma população e o mesmo período a que se refere essa tábua, é também uma média aritmética ponderada das mesmas taxas m_x; mas os pesos não são os L_x, e sim os números médios dos vivos efetivamente existentes nos diferentes anos de idade na população e no período de observação

[71] Conforme o cálculo exposto nesta REVISTA, n.º 6, 1941, pág 273, tab VI

Mas o estudo científico dos fenômenos demográficos precisa de esquemas mais complexos, em que sejam considerados, ao lado da mortalidade, os demais elementos do movimento da população. No capítulo II foi esclarecida a possibilidade de *coordenação entre as tábuas de sobrevivência e as tábuas de reprodução;* no texto do capítulo III foram teòricamente expostas algumas *aplicações desta coordenação;* aqui estas aplicações *serão demonstradas pràticamente* por via de exemplos.

Consideraremos em primeiro lugar o *caso em que o número dos componentes da geração reproduzida excede o dos componentes da geração reprodutora,* ficando logo superior à unidade o coeficiente de reprodução *R*, ou coeficiente de Boeckh.

§ 5. — Como exemplo típico de forte excedente da geração reproduzida sôbre a reprodutora foi apresentado, no estudo anterior, o correspondente à situação demográfica brasileira.

Foi verificado, no § 2.º das Aplicações do Capítulo II, que uma geração inicialmente composta de 100 000 indivíduos, na proporção normal dos dois sexos, encontrando no curso de cada ano da sua existência taxas de mortalidade e de reprodução iguais às verificadas na correspondente idade, na população do Brasil, durante o período 1890-1920, reproduziria 198 861 indivíduos.

Querendo-se verificar, para fins de estudo, *que variações da mortalidade ou da reprodutividade,* ou *que movimentos emigratórios, seriam aptos a reduzir esta reprodução exuberante ao nível da pura suficiência,* isto é, ao número de 100 000, que igualaria a geração reproduzida à reprodutora, indicam-se abaixo algumas das mais interessantes entre as infinitas soluções possíveis.

a) Tôda *variação da mortalidade* na infância e na adolescência, que reduzir na proporção de 1,98861 : 1 os sobreviventes na idade inicial da reprodução, deixando inalterada a mortalidade a partir desta idade, conseguiria êsse efeito. Na tabela V ficariam reduzidos na referida proporção todos os números das mulheres vivas nos diferentes anos de idade, e, em conseqüência, os números dos filhos por elas gerados, cujo total se reduziria de 198 861 para 100 000.

b) Uma *emigração* na infância e na adolescência, que reduzisse na mesma proporção de 1,98861 : 1 os sobreviventes na idade inicial da reprodução, conseguiria o mesmo efeito (ficando excluída do cômputo da geração reproduzida a contribuição para a reprodução trazida pelos emigrados posteriormente à sua emigração).

c) *Uma redução das taxas de reprodução* na proporção de 1,98861:1, em tôdas as idades, levaria ao mesmo resultado. Na tabela V ficariam reduzidas nessa proporção as taxas da penúltima coluna, e, em conseqüência, os números de nascimentos da última coluna, cujo total desceria para 100 000, tornando-se assim igual ao número dos óbitos.

Consideramos, acima, a tábua de sobrevivência como representação de uma *geração*. Vejamos, agora, a aplicabilidade das soluções propostas à representação de uma *população,* composta conforme a tábua de sobrevivência.

a') *A variação da mortalidade,* suposta em *a*), reduzindo na proporção de 1,98861 : 1 o número das mulheres vivas em tôdas as idades fecundas e, por direta conseqüência, reduzindo na mesma proporção o número anual dos nascidos, que desceria para 100 000 e coincidiria com o dos óbitos, tornaria estacionária a população primitivamente progressiva, deixando-lhe o caráter de população *fechada*.

b') A *emigração* nas idades da infância e da adolescência, que reduzisse na proporção de 1,98861 : 1 o número das mulheres vivas em tôdas as idades fecundas, suposta em *b*), faria descer para 100 000 o número dos nascimentos anuais, que assim compensaria exatamente a soma dos óbitos e das emigrações, tornando estacionária a população; mas estacionária *aberta,* e não mais fechada.

c') A redução das taxas de reprodução na proporção de 1,98861:1, suposta em *c*), faria descer para 100 000 o número anual dos nascimentos, que se tornaria igual ao dos óbitos; neste caso, como em *a'*), a população primitivamente progressiva tornar-se-ia estacionária, mantendo o caráter de população *fechada.*

§ 6. — Nos §§ 4 e seguintes do Capítulo III foi discutido êste problema: *em que medida se deveriam modificar as taxas de mortalidade, ficando inalteradas as taxas de reprodução, para que a geração reproduzida ficasse igual à reprodutora,* em vez de maior (ou: *a população ficasse estacionária, em vez de progressiva*). E foi dedicada particular atenção à *solução expressa na fórmula* (*38*), que, como consta da (*41*), se realiza mediante um *aumento da taxa instantânea de mortalidade, na medida de r, constante em tôdas as idades.*

Aplicaremos essa solução às *tábuas de sobrevivência e de reprodução brasileiras do período 1890-1920.*

Adotando-se como idade inicial da reprodução o 15.º aniversário e como idade final o 50.º, a fórmula (*38*) fica:

$$\sum_{15}^{49} {}_fl_{x+\frac{1}{2}}\, e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}\, n_x = 100\,000 \qquad (I)$$

Foi demonstrado no § 6 do Capítulo III que, para se conseguir o objetivo visado, o aumento r, acima referido, das taxas instantâneas de mortalidade, deve satisfazer à precedente condição.

Para determinar o valor de r é necessário resolver a equação acima, em que como valores dos ${}_fl_{x+\frac{1}{2}}$ podem ser assumidos os ${}_fL_x$ da tabela V, conforme a igualdade aproximada (*8*), enquanto os valores dos n_x constam da mesma tabela V (onde aparecem multiplicados por 1 000).

Em virtude da relação (*21*), de que se deduz:

$${}_fL_x\, n_x = f_x\,,$$

pode-se escrever a equação (I) na forma mais simples:

$$\sum_{15}^{49} e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}\, f_x = 100\,000 \qquad (II)$$

Na impossibilidade de uma solução aritmética direta e exata dessa equação, recorre-se a um processo de solução indireta e aproximada, baseado no conhecido desenvolvimento de e^y em série de MAC LAURIN:

$$e^y = 1 + \frac{y}{1!} + \frac{y^2}{2!} + \frac{y^3}{3!} +$$

No caso, temos:

$$e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)} = 1 - \frac{r\left(x+\frac{1}{2}\right)}{1!} + \frac{r^2\left(x+\frac{1}{2}\right)^2}{2!} - \frac{r^3\left(x+\frac{1}{2}\right)^3}{3!} + \quad ,$$

de modo que a expressão (II) pode ser desenvolvida na forma seguinte:

$$\sum_{15}^{49} f_x - r \sum_{15}^{49} \left(x+\frac{1}{2}\right) f_x + \frac{r^2}{2} \sum_{15}^{49} \left(x+\frac{1}{2}\right)^2 f_x + \frac{r^3}{6} \sum_{15}^{49} \left(x+\frac{1}{2}\right)^3 f_x + \quad = 100\,000 \qquad (III)$$

Adotando-se a convenção:

$$\frac{\sum_{15}^{49} \left(x + \frac{1}{2}\right)^i f_x}{100\,000} = R_i \,, \qquad (IV)$$

pode-se escrever a equação (III) na forma:

$$R_0 - 1R_1 + \frac{1^2}{2} R_2 - \frac{1^3}{6} R_3 + \qquad = 1 \qquad (V)$$

Desprezando-se os têrmos além do em r^2, a solução da (V) dá um valor suficientemente aproximado de r se esta constante não exceder, em valor absoluto, 0,005 Mas para valores mais elevados de r a aproximação é insuficiente.

Para obter uma série mais ràpidamente convergente, pode-se proceder da maneira seguinte

Em primeiro lugar, multiplicando e dividindo a (V) por R_0, obtém-se

$$R_0 \left(1 - 1 \frac{R_1}{R_0} + 1^2 \frac{1}{2} \frac{R_2}{R_0} - \qquad\right) = 1 \qquad (VI)$$

Em segundo lugar, passando-se aos logaritmos naturais, transforma-se a expressão (VI) na seguinte:

$$\log_e R_0 + \log_e \left(1 - r \frac{R_1}{R_0} + r^2 \frac{1}{2} \frac{R_2}{R_0} - \qquad\right) = 0 \qquad (VII)$$

R_0, como consta da definição (IV) por $i = 0$, não é outro senão o R definido na fórmula (29), isto é, o coeficiente de reprodução, ou coeficiente de Boeckh, quantidade sempre positiva.[72]

Se fôr $R > 0{,}5$, como é em geral,[73] pode-se desenvolver em série o logaritmo da expressão em parêntese. Então a (VII) fica ulteriormente transformada na seguinte expressão: [74]

$$\log_e R_0 - 1 \frac{R_1}{R_0} + 1^2 \frac{1}{2} \left(\frac{R_2}{R_0} - \frac{R_1^2}{R_0^2}\right) - \qquad = 0 \qquad (VIII)$$

A série do primeiro membro da (VIII) converge muito ràpidamente, de modo que a solução dessa equação, desprezando-se os têrmos além do em r^3, dá valores suficientemente aproximados de r, nos limites em que pràticamente se acha contida esta constante.[75]

§ 7 — A exposição de método feita no parágrafo precedente vai tornar muito simples a *aplicação*, que será agora apresentada, às tábuas de sobrevivência e de reprodução brasileiras de 1890-1920.

---

[72] A razão $R_1 : R_0$, que aparece na (VII), representa a idade média aritmética das mães no nascimento de um filho

[73] $R > 0{,}5$ significa: número inicial de componentes da geração reproduzida superior à metade do da geração reprodutora

[74] Como já foi advertido na precedente nota 72, a razão $R_1 : R_0$ representa a média aritmética das idades das mães no nascimento de um filho A expressão em parêntese na (VIII), por sua vez, representa a diferença entre o quadrado da média quadrática e o quadrado da média aritmética dessas idades, diferença que é igual ao quadrado do desvio padrão entre as mesmas idades e a sua média aritmética

[75] LOTKA segue, para a determinação de r, um processo um pouco mais complicado do que o adotado no texto, chegando entretanto à mesma fórmula final (VIII). No seu estudo citado, a fórmula (24) da pág 332 é a (VIII), com os sinais invertidos O estatístico americano aproveita na sua demonstração a representação contínua das funções de sobrevivência, mortalidade e reprodução, enquanto nós preferimos a descontínua, por simplicidade de exposição Na aplicação prática torna-se conveniente passar à representação descontínua, como, aliás, faz o próprio LOTKA

A tabela X mostra o processo de cálculo dos valores de R_0, R_1 e R_2, de acôrdo com a fórmula (IV). Os valores de f_x, que constituem a base dêste cálculo, são os que foram calculados na tabela V.[76]

Seguem-se à tabela X as indicações e os resultados das operações efetuadas na segunda fase do cálculo, para determinar o valor de r. A equação do segundo grau (VIIIa), cuja solução dá êsse valor, representa a aplicação da (VIII) ao caso particular.

Expõe-se em fim o resultado de uma terceira fase do cálculo, visando a retificação empírica de r, que será esclarecida abaixo.

TABELA X

Determinação do parâmetro de Lotka segundo a mortalidade e a reprodutividade verificadas no Brasil no período 1890 - 1920

I. Cálculo de R_0, R_1 e R_2

$x+\frac{1}{2}$	f_x	$\left(x+\frac{1}{2}\right)f_x$	$\left(x+\frac{1}{2}\right)^2 f_x$
15,5	390	6 045	93 697,5
16,5	1 588	26 202	432 333
17,5	2 983	52 202,5	913 543,75
18,5	4 533	83 860,5	1 551 419,25
19,5	6 192	120 744	2 354 508
20,5	7 915	162 257,5	3 326 278,75
21,5	8 850	190 275	4 090 912,5
22,5	9 424	212 040	4 770 900
23,5	9 716	228 326	5 365 661
24,5	9 867	241 741,5	5 922 666,75
25,5	9 947	253 648,5	6 468 036,75
26,5	9 958	263 887	6 993 005,5
27,5	9 869	271 397,5	7 463 431,25
28,5	9 716	276 906	7 891 821
29,5	9 501	280 279,5	8 268 245,25
30,5	9 258	282 369	8 612 254,5
31,5	8 986	283 059	8 916 358,5
32,5	8 628	280 410	9 113 325
33,5	8 187	274 264,5	9 187 860,75
34,5	7 638	263 511	9 091 129,5
35,5	6 987	248 038,5	8 805 366,75
36,5	6 295	229 767,5	8 386 513,75
37,5	5 592	209 700	7 863 750
38,5	4 907	188 919,5	7 273 400,75
39,5	4 294	169 771	6 705 954,5
40,5	3 723	150 781,5	6 106 650,75
41,5	3 194	132 551	5 500 866,5
42,5	2 707	115 047,5	4 889 518,75
43,5	2 259	98 266,5	4 274 592,75
44,5	1 850	82 325	3 663 462,5
45,5	1 455	66 202,5	3 012 213,75
46,5	1 098	51 057	2 374 150,5
47,5	754	35 815	1 701 212,5
48,5	447	21 679,5	1 051 455,75
49,5	153	7 573,5	374 888,25
TOTAL	**198 861**	**5 860 921,5**	**182 811 386,25**

[76] Conforme as observações expostas em notas precedentes, R_0 identifica-se com o coeficiente de reprodução $R = 1{,}98861$; a razão entre R_1 e R_0 representa a média aritmética das idades das mulheres no nascimento de um filho, igual a 29,47 anos; e a diferença entre a razão de R_2 para R_0 e a de R_1^2 para R_0^2, ou seja, 50,67, é igual ao quadrado do desvio padrão entre essas idades e a sua média aritmética, desvio que logo se calcula em 7,12 anos

$$R_0 = \frac{198\ 861}{100\ 000} = 1{,}98861 \qquad R_1 = \frac{5\ 860\ 921{,}5}{100\ 000} = 58{,}60922 \qquad R_2 = \frac{182\ 811\ 386{,}25}{100\ 000} = 1\ 828{,}11386$$

II. Determinação de r

$$R_0 = 1{,}98861 \qquad \log_e R_0 = 0{,}68744$$

$$R_1 = 58{,}60922$$

$$R_2 = 1\ 828{,}11386$$

$$\frac{R_1}{R_0} = 29{,}47245 \qquad \frac{R_1^2}{R_0^2} = 868{,}62531 \qquad \frac{R_2}{R_0} = 919{,}29230$$

$$0{,}68744 - 29{,}47245\ r + 25{,}33350\ r^2 = 0 \qquad (VIIIa)$$

$$r = \frac{29{,}47245 + (868{,}62531 - 69{,}66104)^{\frac{1}{2}}}{50{,}66699} = \frac{29{,}47245 - 28{,}26595}{50{,}66699} = 0{,}02381235$$

III. Retificação empírica de r.

$$r = 0{,}02380188$$

$$e^r = 1{,}0240874 \qquad e^{-r} = 0{,}9764791$$

$$\log_{10} e^r = 0{,}0103370$$

O valor de r (parâmetro de Lotka), determinado pela equação (VIIIa), é de 0,02381, ou, mais precisamente, 0,02381235.

Introduzindo-se êsse valor na fórmula (II), deveria ficar:

$$\sum_{15}^{49} e^{-0{,}02381\left(x + \frac{1}{2}\right)} f_x = 100\ 000 \qquad (IIa)$$

Entretanto as operações que conduziram à determinação de r estão em parte baseadas em processos aproximados, de modo que se torna necessária a pequena retificação empírica, especificada acima, para que o resultado do cálculo indicado pelo primeiro membro da (II) fique igual a 100 000, sendo substituído o valor de — 0,02381 pelo de — 0,02380, ou mais precisamente, — 0,02381235 por — 0,02380188.

O valor retificado de r satisfaz efetivamente à condição (*38*), como consta da tabela XI, que expõe os resultados das operações simbolizadas nessa fórmula. A soma dos nascidos vivos calculada mediante estas operações é igual a 100 000.[77]

---

[77] O cálculo realizado conforme o valor de $r = 0{,}02381235$, inicialmente determinado, deia um número (99 971) apenas levemente divergente de 100 000; foi fácil emendai, poi aproximações sucessivas, êsse valoi, até se obtei, poi $r = 0{,}02380188$, o resultado visado

TABELA XI

Cálculo dos nascimentos na população de composição estável, com taxas de mortalidade e de reprodução iguais às do Brasil no período de 1890 - 1920

$x+\frac{1}{2}$	${}_fl_{x+\frac{1}{2}}\, e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}$	$1\,000\ n_x$	$f_x e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}$
15,5	24 507	11	270
16,5	23 825	45	1 072
17,5	23 140	85	1 967
18,5	22 449	130	2 918
19,5	21 746	179	3 893
20,5	21 034	231	4 859
21,5	20 326	261	5 305
22,5	19 630	281	5 516
23,5	18 953	293	5 553
24,5	18 296	301	5 507
25,5	17 658	307	5 421
26,5	17 040	311	5 299
27,5	16 438	312	5 129
28,5	15 854	311	4 931
29,5	15 286	308	4 708
30,5	14 735	304	4 479
31,5	14 199	299	4 245
32,5	13 679	291	3 981
33,5	13 172	280	3 688
34,5	12 680	265	3 360
35,5	12 202	246	3 002
36,5	11 736	225	2 641
37,5	11 284	203	2 291
38,5	10 844	181	1 963
39,5	10 415	161	1 677
40,5	9 998	142	1 420
41,5	9 593	124	1 190
42,5	9 198	107	984
43,5	8 814	91	802
44,5	8 441	76	642
45,5	8 077	61	493
46,5	7 723	47	363
47,5	7 378	33	243
48,5	7 042	20	141
49,5	6 715	7	47
TOTAL	**504 107**	—	**100 000**

§ 8 — Vejamos, agora, a *significação,* ou melhor as significações, *dos resultados obtidos* pelos precedentes cálculos.

Se interpretarmos a tábua de sobrevivência exposta na tabela IV como a representação duma *geração, r* é a *adição constante* (de 0,02380, ou seja, 23,80 por 1 000) *que deveria sofrer a taxa instantânea de mortalidade* em tôdas as idades, conforme a (*41*), a fim de que os anos vividos pelas mulheres da geração nas idades fecundas fôssem reduzidos de maneira a diminuir de 198 861 para 100 000 o número dos filhos por elas gerados, restando inalteradas as taxas de reprodução.

Uma *emigração, com a mesma taxa instantânea* de 23,80 por 1 000, constante em tôdas as idades, conseguiria idêntico efeito, sempre ficando inalteradas as taxas de reprodução.

Em ambas as precedentes hipóteses, o número dos anos vividos pelas mulheres nas idades fecundas ficaria reduzido na medida que consta pela comparação da segunda coluna da tabela XI com a correspondente da tabela V.

A fórmula (*38*) admite outra significação de r, em relação à hipótese de *modificação das taxas de reprodução*, que acima supusemos ficar inalteradas. Se, ao envés, — ficando inalteradas as taxas de mortalidade, e logo inalterados os números dos sobreviventes —, fôr multiplicada cada taxa de reprodução n_x pelo respetivo coeficiente $e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}$, o número total dos nascidos (geração reproduzida) ainda ficará reduzido de 198 861 para 100 000, igualando-se ao número inicial dos componentes da geração reprodutora.

Resumimos por grupos qüinqüenais de idade, na tabela XII, os números de nascidos assim reduzidos (conforme a última coluna da tabela XI), ao lado dos valores originais (conforme a última coluna da tabela V). Em virtude do critério adotado, a redução proporcional dos números dos nascidos aumenta com o crescer da idade das mulheres.

TABELA XII

Nascimentos conforme a tábua de sobrevivência brasileira (1890 - 1920) e as taxas de reprodução efetivas e reduzidas

ANOS DE IDADE (Grupos qüinqüenais)	Número médio das mulheres vivas em cada grupo de idade	NÚMERO DOS NASCIDOS VIVOS GERADOS PELAS MULHERES DE CADA GRUPO DE IDADE		Variação % do número dos nascidos
		Original	Reduzido	
16° a 20°	175 281	15 686	10 120	— 35,5
21° a 25°	167 648	45 772	26 740	— 41,6
26° a 30°	158 140	48 991	25 488	— 48,0
31° a 35°	148 215	42 697	19 753	— 53,7
36° a 40°	137 710	28 075	11 574	— 58,8
41° a 45°	126 436	13 733	5 038	— 63,3
46° a 50°	114 218	3 907	1 287	— 67,1
16° a 50°	1 027 648	198 861	100 000	— 49,7

É interessante observar que a redução dos nascimentos, puramente *hipotética*, representada na tabela XII, concorda, na sua marcha em função da idade, com a que se verifica *de fato* nas populações em que se propaga o costume da limitação voluntária da reprodução, que por via de regra é aplicada em proporção crescente com o crescer da idade

Pode servir como exemplo dêste tipo real de redução a ocorrida nos últimos cem anos na Suécia A tabela XIII compara os nascimentos que se teriam aplicando-se à geração hipotética da tábua de sobrevivência de 1931-35 as taxas de reprodução verificadas em 1831-35, com os que se têm aplicando-se as taxas de 1931-35.

Se a fecundidade sueca fôsse ainda a de há um século, a geração reprodutora, composta de 100 000 indivíduos, daria uma geração reproduzida de 195 720, em vez da de apenas 75 169, que corresponde à fecundidade atual

Nessa hipótese o valor de 1,96 do coeficiente de Boeckh ficaria quase igual ao, extremamente elevado, de 1,99, que calculamos para o Brasil no período 1890-1920.

As reduções percentuais do número dos nascidos, a partir do grupo de 26 a 30 anos de idade das mães, são maiores na tabela XIII do que na XII. Note-se, a êsse propósito, que no caso do Brasil a redução *hipotética* visa levar os nascimentos para o nível da estacionariedade das gerações sucessivas, correspondente a $R = 1$, enquanto no caso da Suécia a redução *efetiva* leva os nascimentos a um nível muito inferior ao de estacionariedade, ficando $R = 0{,}75$.

TABELA XIII

Nascimentos conforme a tábua de sobrevivência sueca (1931 - 35) e as taxas de reprodução verificada na Suécia em 1831 - 35 e em 1931 - 35

ANOS DE IDADE (Grupos qüinqüenais)	Número médio das mulheres vivas em cada grupo de idade (Tab sobr. 1931-35)	NÚMERO DOS NASCIDOS VIVOS GERADOS PELAS MULHERES DE CADA GRUPO DE IDADE CONFORME AS TAXAS DE REPRODUÇÃO DE		Variação % do número dos nascidos
		1831-1835	1931-1935	
16° a 20°	225 032	2 700	3 884	+ 43,9
21.° a 25°	221 552	26 365	16 783	— 36,3
26° a 30°	217 767	48 714	20 050	— 58,8
31.° a 35°	214 047	51 179	17 079	— 66,6
36° a 40.°	210 097	40 927	11 602	— 71,7
41° a 45°	205 670	22 233	5 179	— 76,7
46.° a 50°	200 111	3 602	592	— 83,6
16° a 50.°	1 494 276	195 720	75 169	— 61,6

§ 9. — A significação mais interessante do parâmetro de Lotka, talvez, seja a que êste assume se a tábua de sobrevivência, ou melhor a respectiva série dos números médios de vivos nos diferentes anos de idade, fôr interpretada como representação de uma *população*

Nesta hipótese, a multiplicação dos números médios de vivos L_x, aproximadamente representáveis pelos $l_{x+\frac{1}{2}}$, pelos respectivos coeficientes $e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}$ permite determinar, de acôrdo com as fórmulas (*44*) e (*47*), *a composição média por idade, no curso de um suposto ano de observação, de uma população hipotética, em que as taxas de mortalidade e de reprodução nos diferentes anos de idade se mantêm constantemente iguais às verificadas em dada população* (no caso, a do Brasil) *em determinado período* (no caso, 1890-1920).

Os números médios de vivos nas diferentes idades, no curso do suposto ano de observação, obtidos mediante essa operação de redução, constam da última coluna de cada secção da tabela XIV. O seu total, ou seja, o *número médio total dos vivos* no ano, é de 2 120 193.

Êsses números representam, ao mesmo tempo, de acôrdo com o processo de determinação adotado, os sobreviventes no instante central de cada ano de idade, de tantas gerações diferentes quantos são os anos considerados:

$$l_{x+\frac{1}{2}}\ e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}\ .$$

Para determinar o número inicial dos expostos a morrer em cada ano de idade, pode-se, portanto, aplicar o mesmo multiplicador $e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}$ aos números originais dos sobreviventes no instante inicial de cada ano de idade. Os números

$$l_x\, e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)},$$

assim determinados, figuram na segunda coluna de cada secção da tabela XIV. Multiplicando-os pelas respectivas probabilidades de morte q_x, obtêm-se os números dos óbitos nos diferentes anos de idade:

$$q_x\, l_x\, e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)} = d_x\, e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)},$$

que constam da terceira coluna de cada secção da mesma tabela.

No caso, o *total dos óbitos* no ano de observação é de 49 535.

TABELA XIV

Cálculo dos óbitos e do número médio dos vivos por anos de idade, para a população de composição estável, com taxas de mortalidade e reprodução iguais às do Brasil no período 1890 - 1920

x	$l_x\, e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}$	$d_x\, e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}$	$l_{x+\frac{1}{2}}\, e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}$	x	$l_x\, e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}$	$d_x\, e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}$	$l_{x+\frac{1}{2}}\, e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}$
0	98 817	16 802	90 416	50	12 828	320	12 668
1	80 086	5 040	77 566	51	12 214	317	12 055
2	73 281	2 231	72 165	52	11 617	315	11 460
3	69 379	1 097	68 831	53	11 036	313	10 879
4	66 676	705	66 323	54	10 471	311	10 316
5	64 420	443	64 199	55	9 921	309	9 766
6	62 472	374	62 285	56	9 386	306	9 233
7	60 638	314	60 481	57	8 866	304	8 714
8	58 905	265	58 773	58	8 361	301	8 210
9	57 261	225	57 148	59	7 871	298	7 722
10	55 694	196	55 596	60	7 395	294	7 248
11	54 194	176	54 106	61	6 934	291	6 789
12	52 747	166	52 664	62	6 487	287	6 343
13	51 345	166	51 262	63	6 055	282	5 914
14	49 975	176	49 887	64	5 637	278	5 498
15	48 628	197	48 529	65	5 233	273	5 097
16	47 292	228	47 178	66	4 844	267	4 710
17	45 957	269	45 823	67	4 469	261	4 339
18	44 613	320	44 453	68	4 109	255	3 981
19	43 251	381	43 060	69	3 764	248	3 640
20	41 862	419	41 653	70	3 433	240	3 313
21	40 468	437	40 249	71	3 118	232	3 002
22	39 090	435	38 873	72	2 819	223	2 708
23	37 745	427	37 531	73	2 535	214	2 428
24	36 440	419	36 231	74	2 267	204	2 165
25	35 174	412	34 968	75	2 014	193	1 917
26	33 944	405	33 741	76	1 778	182	1 687
27	32 750	399	32 551	77	1 558	171	1 473
28	31 590	393	31 393	78	1 355	159	1 275
29	30 463	387	30 270	79	1 168	147	1 095
30	29 369	382	29 178	80	997	135	929
31	28 305	376	28 117	81	842	122	781
32	27 272	372	27 086	82	703	109	649
33	26 267	367	26 083	83	580	97	531
34	25 291	363	25 110	84	471	85	429
35	24 341	359	24 161	85	377	73	340
36	23 418	356	23 240	86	297	62	266
37	22 520	352	22 344	87	229	52	203
38	21 647	349	21 472	88	173	42	152
39	20 797	346	20 624	89	128	34	111
40	19 970	343	19 799	90	92	26	79
41	19 166	340	18 996	91	64	20	54
42	18 383	337	18 214	92	43	14	36
43	17 622	335	17 455	93	28	10	23
44	16 880	332	16 714	94	17	6,8	13,6
45	16 159	330	15 994	95	10	4,3	7,8
46	15 456	328	15 292	96	5,6	2,6	4,3
47	14 772	326	14 609	97	2,9	1,5	2,2
48	14 107	324	13 945	98	1,4	0,8	1,0
49	13 459	322	13 298	99	0,6	0,4	0,4

Conhecendo os números dos nascidos vivos e dos óbitos e o número médio dos vivos, no suposto ano de observação, na nossa população hipotética do tipo brasileiro, estamos agora habilitados a calcular as respectivas *taxas gerais de natalidade e de mortalidade*:

NATALIDADE	MORTALIDADE
$\frac{100\,000}{2\,120\,193} = 0{,}04716$	$\frac{49\,535}{2\,120\,193} = 0{,}02336$

A diferença entre as duas taxas é igual a 0,02380, isto é, a *r*, como se podia prever pelas fórmulas (*50*) e (*51*) [78]

Verifica-se, logo, que uma população com taxas de mortalidade e de reprodução nos diferentes anos de idade constantemente iguais às observadas no Brasil no período 1890-1920 teria uma taxa de natalidade geral de 47,16 por 1 000 habitantes, uma taxa de mortalidade geral de 23,36 por 1 000 e uma *taxa de incremento natural de 23,80 por 1 000*, característica duma população ràpidamente progressiva. Conforme essa taxa, a população duplicaria em menos de 30 anos (29,13).

A taxa de mortalidade de 23,36 por 1 000 habitantes, acima calculada para a população progressiva, é inferior à de 25,48 por 1 000, calculada no § 2 para a correspondente população estacionária, em virtude da mais favorável composição por idade da população progressiva.

§ 10. — A comparação entre a *composição por idade da população progressiva*, com taxas de mortalidade e de reprodução nos diferentes anos de idade iguais às verificadas no Brasil em 1890-1920, e a *da população estacionária*, com as mesmas taxas de mortalidade e com número de nascimentos igual ao dos óbitos, está realizada na tabela XV.

Os dados representam o número médio dos vivos em cada grupo de idade, durante um ano de observação em que tanto uma como outra população teve 100 000 nascimentos.

Regressando-se, idealmente, no tempo, na população estacionária mantém-se constante o número anual dos nascimentos, ao passo que na população progressiva torna-se cada vez menor. Logo, considerando-se ambas as populações no suposto ano de observação, em que tiveram igual número de nascimentos, o número dos vivos na população estacionária excede, em proporção cada vez maior ao crescer da idade, o da população progressiva.

---

[78] Indicando *P* o número dos componentes da população progressiva no início do ano de observação, o número no fim do ano fica Pe^r e o crescimento no curso do ano é representado pela diferença $Pe - P = P(e^r - 1)$ Logo a razão entre êsse crescimento e a população inicial é representada por $(e^r - 1)$, cujo valor, no caso, é igual a 0,02409 O crescimento da população, referido à situação inicial (*taxa anual de variação da população inicial*), é de 24,09 por 1 000. Esta é uma *taxa periódica* de crescimento, enquanto a de 23,80, representada por *r*, é uma *taxa contínua* de crescimento, sendo ambas referidas ao ano como unidade de tempo

A distinção entre as duas taxas é paralela à que se encontra na teoria atuarial de capitalização, entre a taxa contínua *r* e a taxa periódica *i* de juros compostos, sendo $i = e^r - 1$, ou $e^r = 1 + i$

TABELA XV

Composição por idade das populações "estacionária" e "progressiva" (Brasil 1890 - 1920)

ANOS DE IDADE (Grupos decenais)	População estacionária	População progressiva
1° a 10°	758 892	678 187
11° a 20°	701 665	492 559
21° a 30°	645 126	357 460
31° a 40°	566 186	247 416
41° a 50°	476 544	164 316
51° a 60°	370 957	101 024
61° a 70°	248 504	53 559
71.° a 80°	122 881	21 063
81.° a 90°	32 005	4 391
91° e seg	1 970	221
TOTAL	**3 924 730**	**2 120 196**

A comparação entre as duas composições por idade é facilitada pelas cifras proporcionais da tabela XVI.

As características fundamentais da população ràpidamente progressiva consistem na alta cota de crianças e adolescentes e na baixa cota de velhos. Encontram-se nos dois primeiros decênios de idade 55,22% do total dos vivos na população progressiva, em comparação com 37,21% na população estacionária; nos quatro decênios seguintes, 41,04%, em comparação com 52,46%; e nas idades sucessivas, isto é além do 60° aniversário, apenas 3,74%, em comparação com 10,33%.

TABELA XVI

Composição por idade das populações "estacionária" e "progressiva" (Brasil, 1890 - 1920) e da população real (Brasil, 1.° - IX - 1920)

Proporções por 1 000 000 de habitantes

ANOS DE IDADE (Grupos decenais)	População estacionária conforme a mortalidade do período 1890-1920	População progressiva conforme a mortalidade e a reprodutividade do período 1890-1920	População natural do Brasil presente em 1.°-IX-1920 [79]
1° a 10°	193 362	319 870	337 371
11° a 20°	178 780	232 318	236 335
21.° a 30°	164 375	168 598	164 051
31° a 40°	144 261	116 695	110 025
41° a 50.°	121 421	77 500	71 633
51.° a 60°	94 518	47 649	44 414
61° a 70°	63 317	25 261	24 145
71.° a 80°	31 309	9 934	9 795
81° a 90.°	8 155	2 071	2 121
91.° e seg	502	104	110
TOTAL	**1 000 000**	**1 000 000**	**1 000 000**

[79] Conforme os dados retificados, publicados nesta REVISTA, n° 5, 1941, pág. 50

Na tabela XVI as composições proporcionais por idade das duas populações supostas são comparadas também com a da *população* efetiva *natural do Brasil,* apurada pelo censo de 1920. Esta comparação é extremamente interessante porque mostra que a população natural do Brasil tem uma composição por idade muito próxima da calculada para a população progressiva, o que parece significar que as taxas de mortalidade e de reprodução nas diferentes idades, durante todo o século precedente ao censo de 1920 não se afastaram muito das verificadas no período 1890-1920.

A população natural do Brasil tem, entretanto, uma cota de crianças e adolescentes, 57,37%, ainda superior à da população progressiva, porque inclui não sòmente os filhos dos brasileiros como também os dos estrangeiros aqui imigrados A cota dos velhos é de 3,62%, ou seja, muito próxima da calculada para a população progressiva; a dos grupos de idade intermediários — entre o 20.º e o 60.º aniversários —, de 39,01%, ou seja, um pouco menor do que na população progressiva.

§ 11 — As consideráveis divergências existentes na composição por idade das duas populações, a estacionária e a progressiva, repercutem na *distribuição por idade dos óbitos,* que não é afetada por diferenças das taxas de mortalidade nas diferentes idades, sendo estas taxas iguais nas duas populações.

Dos óbitos ocorridos no suposto ano de observação na população progressiva, 60,10% verificam-se nos dois primeiros decênios de idade, em comparação com 31,81% na população estacionária; 28,60% nos quatro seguintes, em comparação com 36,98%; e apenas 11,30% nas idades sucessivas, em comparação com 31,21%.

A tabela XVII permite a comparação por intervalos decenais de idade.

TABELA XVII

Distribuição por idade dos óbitos nas populações "estacionária" e "progressiva" (Brasil, 1890 - 1920)

ANOS DE IDADE (Grupos decenais)	População estacionária	POPULAÇÃO PROGRESSIVA	
		Óbitos conforme a tábua	Proporções por 100 000 óbitos
1 º a 10.º	28 493	27 495	55 511
11 º a 20 º	3 316	2 274	4 591
21.º a 30 º	7 494	4 133	8 344
31 º a 40 º	8 333	3 621	7 310
41 º a 50 º	9 688	3 317	6 697
51.º a 60 º	11 462	3 093	6 245
61 º a 70 º	12 828	2 736	5 524
71 º a 80 º	11 615	1 965	3 967
81.º a 90 º	5 982	811	1 637
91 º e seg.	789	86	174
TOTAL	100 000	49 531	100 000

Cumpre lembrar que na população progressiva por nós construída *cada geração anual de nascidos extingue-se gradativamente conforme a tábua de sobrevivência da tabela* IV *e se reproduz conforme a tábua de reprodução da tabela* V Logo, a vida média, a idade média das mães no nascimento de um filho, e outras características *de cada geração* são constantemente as mesmas

verificadas no Brasil em 1890-1920, em virtude do próprio processo adotado na construção ideal da população progressiva.

Mas se considerarmos esta população no curso do suposto ano de observação, como conjunto de tantas gerações, inicialmente tanto mais numerosas quanto mais recentes, encontraremos valores médios diferentes dos acima referidos.

A idade média dos falecidos em cada ano na população progressiva (20,68 anos) é muito inferior à vida média caraterística de cada geração (39,25); a idade média das mães (28,31 anos) é também inferior à caraterística de cada geração (29,47), justamente em conseqüência do aumento, através do tempo, do número inicial dos componentes das sucessivas gerações

A precedente comparação põe em evidência as possíveis conseqüências de um êrro em que às vêzes incorrem intérpretes inexpertos de estatísticas demográficas, tomando a idade média dos falecidos em dado período numa população real como medida da duração média da vida [80] Aplicado ao Brasil no período 1890-1920, êsse critério teria indicado uma vida média inferior de cêrca da metade à efetiva.

§ 12. — Dedicamos a maior atenção à interpretação da tábua calculada mediante o parâmetro de Lotka, como representação de uma população progressiva de composição estável. Mas não queremos esquecer as *outras interpretações* recordadas no texto do Capítulo III.

A mesma série dos vivos constante das últimas colunas das duas secções da tabela XIV pode representar a composição média, durante um suposto ano de observação, de uma *população com taxas de reprodução* nos diferentes anos de idade *iguais às verificadas no Brasil em 1890-1920 e com taxas instantâneas de mortalidade uniformemente aumentadas de* $r = 0{,}02380188$

Nesta população o número dos óbitos não seria mais de 49 535, em virtude do aumento acima referido das taxas instantâneas, aumentaria de [81]

$$0{,}02380188 \quad 2\ 120\ 193 = 50\ 465,$$

de modo que o total dos óbitos ocorridos no ano, 100 000, coincidiria com o total dos nascimentos, igual a 100 000 (conforme a tabela XI).

A população assim construída seria uma população estacionária *fechada*, a suposta no § 7 do Capitulo III.

Se, ao envés, r fôr considerado como uma *taxa instantânea de eliminação migratória* em função da idade, como se supõe no consecutivo § 8, o número de 50 465 acima calculado representará, conforme a (*46*), a eliminação anual por excedente das emigrações sôbre as imigrações, que, acrescentando-se à eliminação por óbitos, mantém estacionária a população, tendencialmente progressiva. Esta, entretanto, fica uma população estacionária *aberta*.

Em ambas as hipóteses acima consideradas, o número anual dos nascimentos manter-se-ia constante em 100 000, através do tempo, ficaria também constante em 100 000 o número das eliminações, tôdas por óbitos na primeira hipótese, parte por óbitos e parte por emigrações na segunda.

---

[80] Um caso recente dêste êrro é denunciado na *Discusión sobre la duración media de vida en Venezuela* de JOSÉ A VANDELLÓS Y SOLÁ (Caracas, 1941)

[81] 2 120 193 representa o número médio dos vivos, conforme a tabela XIV.

§ 13. — A aplicação ao Brasil ilustrou a determinação do parâmetro de Lotka e o respectivo aproveitamento para o estudo da dinâmica de uma população tendencialmente progressiva.[82]

Ilustraremos, agora, pela aplicação à Suécia, conforme as tábuas de sobrevivência e de reprodução do período 1931-35, resumidas nas tabelas VII e VIII, o *caso de uma população tendencialmente regressiva*

Adotamos, nesta aplicação, um processo sumário para a determinação de r, mediante agrupamento dos dados por qüinqüênios de idade, considerando suficiente a aproximação assegurada por êsse processo [83] Para cada grupo qüinqüenal foi tomada a idade central como expressão sintética das respectivas idades

O processo de cálculo, no restante igual ao aplicado para o Brasil, está resumido na tabela XVIII e nas indicações que se lhe seguem,[84] onde a equação (VIIIb) representa a aplicação da (VIII) ao caso particular.

TABELA XVIII

Determinação do parâmetro de Lotka segundo a mortalidade e a reprodutividade verificadas na Suécia no período 1931 - 35

I. Cálculo de R_0, R_1 e R_2

$x+\frac{1}{2}$	f_x	$\left(x+\frac{1}{2}\right)f_x$	$\left(x+\frac{1}{2}\right)^2 f_x$
17,5	3 884	67 970,0	1 189 475,00
22,5	16 783	377 617,5	8 496 393,75
27,5	20 050	551 375,0	15 162 812,50
32,5	17 079	555 067,5	18 039 693,75
37,5	11 602	435 075,0	16 315 312,50
42,5	5 179	220 107,5	9 354 568,75
47,5	592	28 120,0	1 335 700,00
TOTAL	**75 169**	**2 235 332,5**	**69 893 956,25**

$$R_0 = \frac{75\,169}{100\,000} = 0{,}75169 \qquad R_1 = \frac{2\,235\,332{,}5}{100\,000} = 22{,}353325 \qquad R_2 = \frac{69\,893\,956{,}25}{100\,000} = 698{,}9395625$$

II. Determinação de r

$R_0 = 0{,}75169$ $\qquad \log_e R_0 = -0{,}28543$

$R_1 = 22{,}35333$

$R_2 = 698{,}93956$

---

[82] A aplicação exposta está baseada nas tábuas de sobrevivência e de reprodução do período 1.º-IX-1890 a 31-VIII-1920 Outra aplicação que efetuamos refere-se ao período 1.º-IX-1870 a 31-VIII-1890; não achamos, entretanto, conveniente referi-la aqui porque dalia apenas um segundo exemplo de população progressiva, embora com progressão menos rápida ($r = 0{,}01760$ em comparação com $r = 0{,}02380$ na aplicação aqui exposta)

[83] O próprio LOTKA procedeu assim Mas quisemos verificar diretamente o grau de aproximação dado pelo agrupamento qüinqüenal, experimentando êste agrupamento no caso do Brasil (1890-1920) em que dispúnhamos do resultado do cálculo pelo agrupamento anual Obtivemos $r = 0{,}02377$, valor quase coincidente com o de $0{,}02381$ dado pelo agrupamento anual

[84] Entre os valores fornecidos por essas indicações, o de R_0 identifica-se com o coeficiente de reprodução $R = 0{,}75169$; a razão entre R_1 e R_0 representa a média aritmética das idades das mulheres no nascimento de um filho, 29,74 anos; e a diferença entre a razão de R_2 para R_0 e a de R_1^2 para R_0^2, ou seja, 45,51, é igual ao quadrado do desvio padrão entre essas idades e a sua média aritmética, desvio que logo se calcula em 6,75 anos

$$\frac{R_1}{R_0} = 29{,}73743 \qquad \frac{R_1^2}{R_0^2} = 884{,}31474 \qquad \frac{R_2}{R_0} = 929{,}82421$$

$$-0{,}28543 - 29{,}73743\, r + 22{,}75474\, r^2 = 0 \qquad (VIIIb)$$

$$r = \frac{29{,}73743 - 30{,}17108}{45{,}50948} = -0{,}0095288$$

III. Retificação empírica de r

$$-r = 0{,}0095290$$

$$e^{-r} = 1{,}0095746 \qquad e^{r} = 0{,}9905161$$

$$\log_{10} e^{-r} = 0{,}0041384$$

O valor do parâmetro de Lotka neste caso é negativo ($r = -0{,}0095288$, modificado apenas levemente, pela sucessiva retificação empírica, em $-0{,}0095290$).

O valor retificado de r satisfaz à condição (*38*), como consta dos cálculos expostos na tabela XIX — paralelos aos da tabela XI para o Brasil —, que dão um total de nascimentos igual a 100 000.

TABELA XIX

Cálculo dos nascimentos na população de composição estável, com taxas de mortalidade e de reprodução iguais às da Suécia no período 1931 - 35

$x+\frac{1}{2}$	$l_{x+\frac{1}{2}}\, e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}$	$1\,000\, n_x$	$f_x\, e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}$
17,5	265 868	17,26	4 589
22,5	274 530	75,75	20 796
27,5	283 008	92,07	26 057
32,5	291 747	79,79	23 278
37,5	300 338	55,22	16 585
42,5	308 356	25,18	7 764
47,5	314 663	2,96	931
Total	**2 038 510**	—	**100 000**

§ 14 — No estudo das *interpretações do parâmetro r*, aqui negativo, seguiremos a mesma ordem adotada nos §§ 8 e seguintes.

Se a tábua de sobrevivência sueca resumida na tabela VIII fôr considerada como representação de uma *geração*, *r não pode ser interpretado como a redução constante que deveria sofrer a taxa instantânea de mortalidade* em tôdas as idades, afim de que os anos vividos pelas mulheres da geração nas idades fecundas fôssem aumentados na medida necessária para elevar até 100 000 o número de 75 169 filhos por elas geradas Com efeito, seria impossível reduzir de *r*, ou seja, na proporção de 9,53 por 1 000 vivos, as taxas instantâneas de mortalidade, que já no curso do 2.º ano de idade descem abaixo dêsse limite,

mantendo-se constantemente a êle inferiores até o 52.º ano e atingindo mínimos menores de 2 por 1 000 no curso da primeira adolescência.

(Incidentalmente, é interessante notar que, mesmo se a mortalidade feminina se tornasse nula até a idade final da reprodução, não seria alcançado o equilíbrio entre a geração reproduzida e a reprodutora. Se as 48 541 mulheres, que constituem a parte feminina da geração de 100 000 representada na tabela VII, sobrevivessem tôdas até o 50º aniversário, reproduzindo-se conforme as taxas da tabela VIII, o número total dos seus filhos atingiria 84 517, excedendo sensìvelmente, em conseqüência dessa suposta imortalidade temporária das mulheres, o número de 75 169 calculado na tabela VIII, mas ficando ainda muito inferior ao de 100 000 em que se exprimiria a igualdade entre as duas gerações).

Poderia, ao invés, ser interpretado r, sem dificuldade, como uma *taxa instantânea de imigração*.[85] Uma afluência de imigrantes, na proporção, constante em tôdas as idades, de 9,53 por 1 000, aumentaria o número dos vivos no período reprodutivo da existência na medida necessária para que o número dos nascimentos subisse para 100 000.

O tamanho dêste aumento, no que diz respeito à parte feminina da geração, pode ser verificado pela comparação entre a segunda coluna da tabela XIX e a correspondente coluna da VIII O número total dos anos vividos pelas mulheres no período reprodutivo da existência aumentaria de 1 494 276 para 2 038 510, isto é, de 36,4%, em virtude da imigração.

Os resultados dos nossos cálculos mostram, ainda, quais seriam as conseqüências da *modificação das taxas de reprodução* n_x mediante multiplicação pelos respectivos coeficientes $e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}$, ficando inalteradas as taxas de mortalidade, e logo os números dos sobreviventes. Nesta hipótese, os nascimentos subiriam de 75 169, conforme a última coluna da tabela VIII, para 100 000, conforme a última coluna da XIX.

§ 15. — Passando, agora, a considerar a tábua original de sobrevivência (a da Suécia em 1931-35, tabela VII) como representação de uma *população*, repetiremos a observação de que a multiplicação dos números médios de vivos L_x, aproximadamente representados pelos $l_{x+\frac{1}{2}}$, pelos respectivos coeficientes $e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}$, permite determinar, de acôrdo com as fórmulas (*44*) e (*47*), a *composição média por idade, no curso de um suposto ano de observação, de uma população hipotética em que as taxas de mortalidade e de reprodução nos diferentes anos de idade se mantêm constantemente iguais às verificadas na Suécia* no período referido.

Os números médios dos vivos nas diferentes idades, no curso do suposto ano de observação, constam da última coluna de cada secção da tabela XX. O *total dos vivos* é de 9 331 399.

Pelo processo descrito acima no § 9, foram calculados os números dos óbitos nos diferentes anos de idade, que constam da terceira coluna de cada secção da mesma tabela. O total dos óbitos é de 188 908.

Ressalta a enorme diferença entre a população regressiva aqui considerada, com 100 000 nascimentos e 188 908 óbitos no ano de observação, e a progressiva do § 9, com 100 000 nascimentos e 49 535 óbitos.

---

[85] O sinal negativo de r indica variação em sentido oposto à determinada pela mortalidade, convencionalmente representada pela taxa positiva.

TABELA XX

Cálculo dos óbitos e do número médio dos vivos por anos de idade, para a população de composição estável, com taxas de mortalidade e de reprodução iguais às da Suécia no período 1931 - 35

x	$l_x e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}$	$d_x e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}$	$l_{x+\frac{1}{2}} e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}$	x	$l_x e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}$	$d_x e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}$	$l_{x+\frac{1}{2}} e^{-r\left(x+\frac{1}{2}\right)}$
0	100 478	4 877	98 040	53	129 829	1 254	129 202
1	96 517	696	96 169	54	129 806	1 377	129 118
2	96 738	314	96 581	55	129 659	1 434	128 942
3	97 347	228	97 233	56	129 453	1 535	128 685
4	98 049	182	97 958	57	129 143	1 678	128 304
5	98 804	156	98 726	58	128 685	1 823	127 774
6	99 592	147	99 518	59	128 077	1 964	127 095
7	100 397	139	100 328	60	127 320	2 112	126 264
8	101 218	154	101 141	61	126 407	2 293	125 260
9	102 032	127	101 968	62	125 302	2 423	124 091
10	102 880	129	102 816	63	124 055	2 608	122 751
11	103 735	131	103 669	64	122 610	2 877	121 171
12	104 596	138	104 527	65	120 879	3 139	119 310
13	105 458	156	105 380	66	118 867	3 285	117 224
14	106 310	174	106 223	67	116 689	3 725	114 827
15	107 152	209	107 048	68	114 045	3 935	112 077
16	107 967	245	107 844	69	111 164	4 239	109 045
17	108 753	283	108 612	70	107 948	4 534	105 681
18	109 508	328	109 344	71	104 404	4 785	102 011
19	110 225	342	110 054	72	100 573	5 038	98 054
20	110 935	403	110 733	73	96 449	5 352	93 773
21	111 590	411	111 385	74	91 969	5 780	89 079
22	112 243	387	112 049	75	87 014	5 959	84 035
23	112 926	385	112 734	76	81 832	6 333	78 665
24	113 619	402	113 418	77	76 222	6 492	72 976
25	114 301	400	114 101	78	70 397	6 475	67 160
26	114 991	388	114 797	79	64 534	6 555	61 257
27	115 700	413	115 493	80	58 534	6 564	55 252
28	116 390	410	116 185	81	52 468	6 453	49 242
29	117 090	412	116 884	82	46 455	6 330	43 290
30	117 795	412	117 589	83	40 509	6 122	37 448
31	118 507	391	118 312	84	34 716	5 653	31 890
32	119 247	421	119 036	85	29 341	5 269	26 707
33	119 963	446	119 740	86	24 302	4 770	21 917
34	120 662	442	120 441	87	19 719	4 222	17 608
35	121 371	482	121 130	88	15 646	3 586	13 853
36	122 046	486	121 803	89	12 175	2 994	10 678
37	122 724	476	122 486	90	9 269	2 525	8 007
38	123 419	518	123 160	91	6 808	1 996	5 810
39	124 077	521	123 817	92	4 858	1 490	4 113
40	124 739	543	124 467	93	3 400	1 099	2 851
41	125 385	606	125 082	94	2 323	790	1 928
42	125 974	633	125 658	95	1 548	567	1 265
43	126 541	636	126 223	96	991	392	795
44	127 111	698	126 762	97	605	258	476
45	127 623	768	127 239	98	350	166	267
46	128 069	789	127 674	99	186	96	138
47	128 498	876	128 060	100	91	52	65
48	128 844	909	128 390	101	40	24	28
49	129 160	944	128 688	102	16	10,6	10,7
50	129 443	1 029	128 928	103	5,4	2,7	4,0
51	129 644	1 100	129 094	104	2,7	1,4	2,0
52	129 775	1 178	129 186	105	1,4	1,4	0,7

Estamos agora habilitados a calcular as *taxas gerais de natalidade e de mortalidade* na nossa hipotética população regressiva do tipo sueco.

NATALIDADE

$$\frac{100\ 000}{9\ 331\ 399} = 0{,}01072$$

MORTALIDADE

$$\frac{188\ 908}{9\ 331\ 399} = 0{,}02025$$

A diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade geral, — 0,00953, é igual a *r*, conforme a previsão teórica.

Isto significa que uma população com taxas de mortalidade e de reprodução nos diferentes anos de idade constantemente iguais às observadas na Suécia no período 1931-35 teria uma taxa de natalidade geral de 10,72 por 1 000, uma taxa de mortalidade geral de 20,25 por 1 000 e uma *taxa de incremento natural de — 9,53 por 1 000,* correspondente a um decréscimo anual de quase 1%, e característica, portanto, duma população ràpidamente regressiva. Conforme essa taxa, a população reduzir-se-ia à metade em menos de 73 anos (72,74).

A taxa de mortalidade de 20,25 por 1 000 habitantes, calculada acima para a população regressiva, é muito superior à de 15,56 calculada no § 2 para a correspondente população estacionária, em conseqüência da mais desfavorável composição por idade da primeira.

§ 16. — *A composição por idade* da *população regressiva,* com taxas de mortalidade e de reprodução nos diferentes anos de idade iguais às verificadas na Suécia em 1931-35, é comparada, na tabela XXI, com a da *população estacionária* caracterizada pelas mesmas taxas de mortalidade e pela igualdade entre o número dos nascimentos e o dos óbitos.

Os dados representam os números médios dos vivos nos diferentes grupos de idade, durante um ano de observação em que tanto uma como outra população teve 100 000 nascimentos.

Regressando-se, idealmente, no tempo, o número anual dos nascimentos mantém-se constante na população estacionária, ao passo que se torna cada vez maior na população regressiva.

Logo, considerando-se ambas as populações no ano em que tiveram igual número de nascimentos, verifica-se que o número dos vivos na população estacionária se torna inferior ao da regressiva, em proporção crescente ao crescer da idade.

TABELA XXI

Composição por idade das populações "estacionária" e "regressiva" (Suécia, 1931 - 35)

ANOS DE IDADE (grupos decenais)	População estacionária	População regressiva
1º a 10º	941 623	987 662
11º a 20º	923 396	1 065 517
21º a 30º	896 510	1 137 779
31º a 40º	864 998	1 207 514
41º a 50º	826 056	1 268 243
51º a 60º	761 997	1 286 328
61º a 70º	642 672	1 192 020
71º a 80º	419 331	852 691
81º a 90º	138 779	307 885
91º a 100º	10 639	25 650
101º e seg	41	110
Total	**6 426 042**	**9 331 399**

A comparação entre as duas composições por idade é facilitada pelas cifras proporcionais da tabela XXII.

As características fundamentais da população regressiva consistem na baixa cota de crianças e de adolescentes e na alta cota de velhos. Encontram-se nos dois primeiros decênios de idade, na população regressiva, 22,00% do total dos vivos, em comparação com 29,02% na população estacionária; nos quatro seguintes, 52,51%, em comparação com 52,13%, e nas idades sucessivas, além do 60 º aniversário, 25,49%, em comparação com 18,85%.

Na mesma tabela XXII é indicada a *composição proporcional por idade, efetiva, da população da Suécia,* conforme o censo de 1930 Ao contrário do que se verifica no caso do Brasil, em que a população efetiva tem uma composição próxima daquela da progressiva, em conseqüência da relativa estabilidade das condições demográficas no último século, no caso da Suécia a composição efetiva afasta-se muito daquela da população regressiva, em conseqüência das grandes variações das taxas de mortalidade e de reprodução e das intensas e irregulares emigrações ocorridas nos últimos cem anos. A cota dos dois primeiros decênios de idade, 33,93%, é muito maior do que na população regressiva; a das idades além do 60 º aniversário, 12,82%, muito menor.

TABELA XXII

Composição por idade das populações "estacionária" e "regressiva" (Suécia, 1931 - 35) e da população real (Suécia, 1930)

Proporções por 1 000 000 de habitantes

ANOS DE IDADE (grupos decenais)	População estacionária conforme a mortalidade de período 1931/35	População regressiva conforme a mortalidade e a reprodutividade do período 1931/35	População de fato em 31/XII/1930
1º a 10º	146 532	105 843	159 132
11º a 20º	143 696	114 186	180 117
21º a 30º	139 512	121 930	172 862
31º a 40º	134 608	129 403	144 031
41º a 50º	128 548	135 911	120 051
51º a 60º	118 580	137 849	95 569
61º a 70º	100 011	127 743	69 985
71º a 80º	65 255	91 379	43 968
81º a 90º	21 596	32 995	13 228
91º e seg	1 662	2 761	1 057
Total	**1 000 000**	**1 000 000**	**1 000 000**

§ 17. — Em conseqüência da diferente composição por idade da população estacionária e da regressiva, a *distribuição por idade dos óbitos* é muito diferente nas duas populações.

Dos óbitos ocorridos na população regressiva durante o suposto ano de observação, apenas 4,85% verificam-se nos dois primeiros decênios de idade, em

comparação com 8,75% na população estacionária; 16,08% nos quatro seguintes, em comparação com 19,71%; e 79,07% nas idades sucessivas, em comparação com 71,54%.

A tabela XXIII permite a comparação por intervalos decenais de idade.

TABELA XXIII

Distribuição por idade dos óbitos nas populações "estacionária" e "regressiva" (Suécia, 1931 - 35)

ANOS DE IDADE (grupos decenais)	População estacionária	POPULAÇÃO REGRESSIVA	
		Óbitos conforme a tábua	Proporções por 100 000 óbitos
1° a 10°	6 915	7 020	3 716
11° a 20.°	1 835	2 135	1 130
21° a 30.°	3 164	4 011	2 123
31.° a 40°	3 286	4 595	2 432
41° a 50.°	4 800	7 402	3 918
51° a 60°	8 464	14 372	7 608
61° a 70.°	16 397	30 636	16 218
71° a 80°	27 958	57 303	30 334
81.° a 90°	23 268	51 963	27 507
91° e seg	3 913	9 471	5 014
Total	**100 000**	**188 908**	**100 000**

Na população regressiva por nós construída *cada geração anual de nascidos extingue-se gradativamente conforme a tábua de sobrevivência da tabela* VII *e se reproduz conforme a tábua de reprodução da tabela* VIII. Logo, a vida média, a idade média das mães no nascimento de um filho, e outras características *de cada geração,* são constantemente as verificadas conforme as tábuas de sobrevivência e de reprodução suecas de 1931-35, em conseqüência do próprio processo adotado na construção ideal da população regressiva.

Mas se considerarmos esta população no curso do suposto ano de observação, como conjunto de tantas gerações, inicialmente tanto mais numerosas quanto mais antigas, encontraremos valores médios diferentes dos acima referidos.

A *idade média dos falecidos* em cada ano na população regressiva (69,00 anos) é superior à vida média característica de cada geração (64,26); *a idade média das mães no nascimento de um filho* (30,17 anos) é também superior à característica de cada geração (29,74), justamente em conseqüência da diminuição, que se verifica através do tempo, do número inicial dos componentes das sucessivas gerações.

§ 18. — Entre as *demais interpretações* dos resultados dos cálculos realizados com base nas tábuas suecas de sobrevivência e de reprodução, deve-se excluir, no caso, a que consideraria a série dos vivos, constante das últimas colunas das duas secções da tabela XX, como a representação da *composição média* por idade,

durante um suposto ano de observação, *de uma população* com taxas de reprodução nos diferentes anos de idade iguais às verificadas na Suécia em 1931-35 e com *taxas instantâneas de mortalidade uniformemente diminuídas* de $r = 0{,}00953$

Esta interpretação, que seria admissível se, sendo r negativo, o seu valor absoluto não excedesse 0,00100, deve ser excluída porque a redução a ser aplicada na hipótese acima excederia de muito o próprio nível das taxas de mortalidade, como foi advertido no § 14.

É aceitável, pelo contrário, a interpretação de r como *taxa instantânea de integração migratória,* constante em tôdas as idades. Nesta hipótese, o excedente anual da imigração sôbre a emigração compensaria o excedente dos óbitos sôbre os nascimentos (88 908), tornando de fato estacionária a população tendencialmente regressiva (estacionária *aberta,* é claro).

§ 19 — Como resumo de alguns interessantes resultados destas aplicações, a tabela XXIV compara a *composição por idades de duas populações* uma *progressiva* (tipo Brasil, 1890-1920) e outra *regressiva* (tipo Suécia, 1931-35).

TABELA XXIV

Comparação da composição por idade de uma população "progressiva" e de uma população "regressiva"

Proporções por 1 000 000 de habitantes

ANOS DE IDADE (grupos de 20)	População progressiva, conforme a mortalidade e a reprodutividade do Brasil no período 1890/20	População regressiva, conforme a mortalidade e a reprodutividade da Suécia no período 1931/35
1° a 20°	552 188	220 029
21.° a 40°	285 293	251 333
41.° a 60°	125 149	273 760
61° a 80°	35 195	219 122
81° e seg	2 175	35 756
Total	1 000 000	1 000 000

A população progressiva tem uma cota de crianças e adolescentes muito elevada e uma cota de velhos muito baixa, a regressiva, uma cota de crianças e adolescentes muito baixa e uma cota de velhos muito alta. O grupo de idade de 0 a 19 anos constitui 55,22% da progressiva e 22,00% da regressiva; o de 60 anos e mais, respectivamente 3,74% e 25,49%. Os grupos de idade intermediários (de 20 a 59 anos) constituem 41,04% da população progressiva e 52,51% da regressiva.

Advirta-se que essas diferenças em parte dependem do caráter diferencial dos dois tipos de população, progressivo e regressivo, mas em parte refletem características peculiares das duas populações particulares cuja observação forneceu as bases para a construção dos esquemas.

No caso do Brasil, a alta mortalidade acentua a escassez dos grupos de idade senis; no caso da Suécia a baixa mortalidade acentua a abundância dêsses grupos [86]

§ 20. — Os dados examinados nestas aplicações permitem-nos resolver um curioso problema, cujo sentido esclareceremos abaixo:

Que coeficiente de reprodução (R) daria uma geração submetida à mortalidade sueca de 1931-35, mas dotada da reprodutividade brasileira de 1890-1920?

A tabela XXV resolve o problema.

TABELA XXV

Resumo da tábua de reprodução conforme as taxas de mortalidade suecas de 1931 - 35 e as de reprodutividade brasileiras de 1890 - 1920

ANOS DE IDADE (grupos qüinqüenais)	Número médio das mulheres vivas em cada grupo de idade	Taxa de reprodução por 1 000, média de cada grupo de idade	Número dos nascidos vivos gerados pelas mulheres de cada grupo de idade
16.º a 20.º	225 032	88,56	19 929
21.º a 25.º	221 552	276,76	61 317
26.º a 30.º	217 767	309,97	67 501
31.º a 35.º	214 047	287,83	61 609
36.º a 40.º	210 097	199,27	41 866
41.º a 45.º	205 670	110,70	22 768
46.º a 50.º	200 111	33,21	6 646
16.º a 50.º	**1 494 276**	—	**281 636**

Os números supostos das mulheres vivas nas idades fecundas são os da tábua de sobrevivência sueca de 1931-35, já aproveitados nos cálculos da tabela VIII. As taxas de reprodução são as brasileiras de 1890-1920 (taxas por qüinqüênios de idade calculadas em estudos anteriores). [87]

O número total dos nascidos vivos ascende a 281 636, representando a geração reproduzida. A razão entre êste número e 100 000, número inicial dos componentes da geração reprodutora, dá o altíssimo *coeficiente de reprodução de 2,81636*.

Torna-se claro que *a redução da natalidade ocorrida na Suécia em parte* (mas só em parte) *satisfaz a uma necessidade determinada pela diminuição da mortalidade* Com efeito, um crescimento da população tão rápido como o indicado pelo cálculo acima causaria em breve uma pressão demográfica intolerável.

---

[86] Justamente a alta cota das idades senís determina a taxa de mortalidade geral, relativamente elevada, da população regressiva do tipo sueco (20,25 por 1 000 habitantes), pouco inferior à da população progressiva do tipo brasileiro (23,36 por 1 000), em que é muito baixa a cota dessas idades

A taxa de natalidade geral é de 10,72 por 1 000 habitantes na primeira população, e de 47,16, ou seja, mais que quádrupla, na segunda

[87] Nesta REVISTA, N.º 9, 1942, pág. 81 O cálculo das taxas anuais aproveitadas no presente estudo (*loco cit*, págs 82-84) está ligado com o das qüinqüenais, e a aplicação destas dá resultados quase coincidentes com os que daria a aplicação, mais laboriosa, daquelas

Não menos interessante é a solução do problema, inverso do precedente:

Que coeficiente de reprodução daria uma geração submetida à mortalidade brasileira de 1890-1920, mas dotada da reprodutividade sueca de 1931-35?

A tabela XXVI dá a solução.

TABELA XXVI

Resumo da tábua de reprodução conforme as taxas de mortalidade brasileiras de 1890 - 1920 e as taxas de reprodutividade suecas de 1931 - 35

ANOS DE IDADE (grupos qüinqüenais)	Número médio das mulheres vivas em cada grupo de idade	Taxa de reprodução por 1 000, média de cada grupo de idade	Número dos nascidos vivos gerados pelas mulheres de cada grupo de idade
16° a 20°	175 281	17,26	3 025
21° a 25°	167 648	75,75	12 699
26° a 30°	158 140	92,07	14 560
31° a 35°	148 215	79,79	11 826
36° a 40°	137 710	55,22	7 604
41° a 45°	126 436	25,18	3 184
46° a 50°	114 218	2,96	338
16° a 50.°	**1 027 648**	—	**53 236**

Os números supostos das mulheres vivas nas idades fecundas são os indicados pela tabela V; as taxas de reprodução as da tabela VIII.

O número total dos nascidos vivos (geração reproduzida) é apenas de 53 236, excedendo de pouco a metade do número inicial de componentes da geração reprodutora. O *coeficiente de reprodução é de 0,53236*

A associação da mortalidade brasileira com a reprodutividade sueca caracterizaria uma população muito ràpidamente regressiva

---

CONCLUSÃO

A integração orgânica dos processos modernos para o estudo do movimento natural da população

O que os demógrafos chamam de "movimento natural" de uma população, isto é, a sua contínua eliminação através dos óbitos e a sua incessante renovação pelos nascimentos, depende, na sua medida, de fatores em parte constitucionais e em parte ambientais; entretanto, contribui para determiná-lo a própria composição da população, segundo o sexo, a idade e outras circunstâncias com estas ligadas Essa composição, por sua vez, depende não sòmente do movimento natural da população ocorrido no passado, com características em geral diferentes das atuais, como também do anterior e atual "movimento social" de imigrações e emigrações.

Os métodos elementares de determinação da freqüência dos nascimentos e dos óbitos, como as taxas gerais de mortalidade e de natalidade, são insuficientes para indicar a verdadeira situação dêstes fenômenos, porque os seus resultados

são fortemente afetados pela composição da população. Por exemplo, num país com intensa emigração, saindo uma considerável fração dos adultos válidos, ficam relativamente numerosos os velhos e as crianças; de modo que a freqüência dos nascimentos aparece baixa, a dos óbitos alta, em conseqüência da elevada representação dos grupos de idade sujeitos à mortalidade mais elevada e da baixa representação dos grupos de mais elevada reprodutividade. Pelo contrário, num país com intensa imigração, tornam-se relativamente abundantes os grupos das idades mais vigorosas, o que tende a deprimir a freqüência dos óbitos e a elevar a dos nascimentos.

O cálculo de taxas especiais de mortalidade e de reprodução, por sexo e grupos de idade, fornece elementos mais adequados para corretas comparações, que entretanto, pela sua própria multiplicidade, não permitem a síntese dos confrontos particulares numa visão de conjunto. Uma população pode ter taxas de mortalidade mais baixas do que outra em certas idades, mais altas em outras; qual é o sentido e a medida da diferença de mortalidade entre as duas populações em conjunto?

Quesitos dêsse gênero recebem a sua resposta pela construção da tábua de sobrevivência, que, atribuindo a uma geração suposta as taxas de mortalidade observadas, nas diferentes idades, em determinada população durante dado período, descreve a ordem de extinção desta geração e permite obter, pela vida média (ou pela taxa de mortalidade geral, sua recíproca), uma medida sintética da mortalidade

O processo da tábua de sobrevivência duma geração suposta, ou tábua do "segundo tipo", conforme a terminologia aqui adotada, representa uma extensão, por analogia, da tábua de sobrevivência duma geração efetiva, ou tábua do "primeiro tipo", que é apenas uma descrição de acontecimentos reais, uma contabilidade da ordem de extinção de uma geração.

Provàvelmente, a tábua de sobrevivência do segundo tipo, dependendo de maneira exclusiva, e na forma mais racional possível, das taxas de mortalidade observadas, representa o *nec plus ultra* dos métodos para o estudo isolado da mortalidade

A tábua de sobrevivência torna possível também a síntese dos elementos, fornecidos pelas observações, acêrca da reprodução. Consegue-se esta síntese atribuindo à geração suposta, em cada ano de idade, as taxas de reprodução características da população e do período de observação (limitando-se o cálculo à parte feminina, ou à masculina, da geração, para evitar um duplo cômputo). Chega-se, assim, pela coordenação entre a tábua de sobrevivência e a tábua de reprodução, a determinar o número dos componentes de uma "geração reproduzida", que representa o resultado total da reprodução da geração inicialmente suposta, ou "geração reprodutora". A razão entre o número dos componentes daquela e desta geração, expressa pelo coeficiente de Boeckh, revela e mede a tendência progressiva, estacionária ou regressiva da população observada. Também êste índice, no seu domínio, talvez represente o método mais perfeito possível.

Mas a referência a uma geração suposta afasta o pesquisador do que é o objetivo real da sua investigação, ou seja, uma população E para aproximá-lo de novo dêsse objetivo foram ideados os processos complementares que permitem determinar a composição por idade e os números anuais de óbitos e de nascimentos numa população suposta, com taxas de mortalidade e de reprodução em cada ano de idade constantemente iguais, através do tempo, às verificadas na população e no período de observação. Essa população suposta é progressiva, estacionária ou regressiva, conforme indicam os resultados da elaboração dos elementos observados, essencialmente baseada na associação, anteriormente efetuada, entre a tábua de sobrevivência e a tábua de reprodução. A sua velocidade de variação através do tempo é expressa pelo parâmetro de Lotka, que, por sua vez, parece constituir, nesta fase da pesquisa, o método definitivo.

Desta maneira, pelo conjunto dos processos que o precedente estudo procura tornar acessíveis, expondo-os na forma mais simples compatível com a própria complexidade dos assuntos, e ilustrando-os com numerosas e variadas aplicações, a demografia moderna atinge, na descrição do movimento natural da população, uma perfeição que torna possíveis análises mais corretas, amplas e profundas do que as permitidas pelos processos elementares de uso tradicional.

Justamente em virtude desta possibilidade, e da sua tradução em realidade conseguida com referência à população do Brasil, pareceu o assunto digno das páginas desta revista, que visa levar a cultura estatística e demográfica nacional aos cumes mais elevados alcançados pela ciência, e que já nos seus cinco anos de vida divulgou desenvolvimentos teóricos e aplicações práticas dos métodos acima expostos.

NOTA

O presente estudo foi concebido como uma tentativa para divulgar, em forma acessível, noções corretas acêrca das tábuas de mortalidade e sobrevivência e das tábuas de reprodução, cuja interpretação dá ocasião a freqüentes equívocos e enganos, até entre os próprios cultores da demografia não especializados na técnica dessas elaborações

Os capítulos I e II, expondo noções já clássicas na ciência demográfica, visam apenas o referido objetivo didático

No capítulo III, referente a assuntos em parte ainda não sistematizados de maneira definitiva, o autor procurou trazer para a discussão algumas contribuições pessoais

Entretanto, na presente dificuldade das comunicações internacionais, torna-se impossível examinar completamente a literatura estrangeira, para verificar se idéias e considerações supostas originais o são efetivamente

Contemporâneamente ao autor, e independentemente dêle, o Eng JOÃO LYRA MADEIRA — analisando os mesmos assuntos do ponto de vista da determinação de uniformidades demográficas, em certo sentido mais elevado do que o ponto de vista, prevalentemente descritivo, do precedente estudo — em alguns casos adotou hipóteses semelhantes ou chegou a conclusões concordantes com as do autor

Essa harmonia de pensamentos é causa de satisfação para ambos os estudiosos interessados, e ao mesmo tempo lhes lembra a possibilidade de que cientistas estrangeiros tenham batido o mesmo caminho, talvez chegando mais adiante

Não tanto a originalidade, quanto a seriedade e utilidade do trabalho, foram os objetivos comuns do Dr LYRA MADEIRA e do autor, que visaram atrair a atenção dos demógrafos brasileiros para um vasto campo de pesquisas de que apenas foi iniciada a exploração

---

ERRATA

Na primeira parte do estudo acima, publicada no nº 17 desta REVISTA, devem ser feitas as seguintes correções

Página	*Linha*	*Onde se lê*	*Emendar para*
69	*7*	*desfavoràvelmente*	*desfavoràvelmente*
70	*12 das notas*	$x + 1)^{mo}$	$(x + 1)^{mo}$
70	*13 » »*	$+ 1)^{mo}$	$(x + 1)^{mo}$
71	*2 » »*	$(\omega - 1)^{m}$	$(\omega - 1)^{mo}$
71	*3 » »*	ω^{m}	ω^{mo}
73	*23*	$p_x = -\dfrac{\dfrac{dl_x}{d_x}}{\dfrac{1}{l_x}}$,	$p_x = -\dfrac{\dfrac{dl_x}{dx}}{\dfrac{1}{l_x}}$
74	*10*	$\dfrac{dl_x}{d_x} \quad \dfrac{1}{l_x}$	$\dfrac{dl_x}{dx} \cdot \dfrac{1}{l_x}$
75	*12*	*o produto da probabilidade de morte por h*	*o produto de probabilidade de morte por 1/h*
99	*Cabeçalho da tabela VIII*	*Número médio das mulheres vivas*	*Número dos anos vividos pelas mulheres*

SEBASTIÃO SANTANA E SILVA
(Diretor da Divisão de Orçamento do Ministério da Agricultura)

A INFLAÇÃO E O CUSTO DA VIDA *

AGRADEÇO, sensibilizado, a incumbência com que me distinguiu a Sociedade Brasileira de Estatística, convidando-me, por intermédio de um de seus dignos consócios, o professor BENEDITO SILVA, para proferir esta palestra sôbre "A Inflação e o Custo da Vida".

Cabia-me talvez ter recusado o convite, por não estar em condições de versar com proficiência assunto tão controvertido e complexo perante auditório tão seleto Aceitei, porém, o encargo com o objetivo exclusivo de abrir a discussão em tôrno de um tema atual e oportuno, e permitir que, contraditando as minhas opiniões, possam os meus debatedores contribuir para o esclarecimento do assunto.

O tema da palestra se enquadra na especialização da ciência econômica conhecida como economia monetária, a cujo serviço existe farta e seleta bibliografia. Nenhum capítulo dessa nobre ciência excede em interêsse doutrinário e utilidade prática àquele reservado ao estudo da moeda e do sistema monetário.

No regime denominado capitalista, tôda a economia é baseada no preço e já se pretendeu mesmo definir a economia como a ciência dos preços. Estabelecido que o nível dos preços oscila de acôrdo com as alterações havidas na quantidade da moeda e com a velocidade de sua circulação, conclui-se logo porque as questões ligadas ao sistema monetário desempenham um papel tão destacado em tôda a análise econômica.

Quanto ao valor prático dos estudos em tôrno da moeda e do sistema monetário, não pode ser o mesmo pôsto em dúvida Um mau sistema monetário é capaz de arruinar a economia nacional mais próspera e a história econômica está repleta de exemplos mostrando os efeitos desastrosos das manipulações da moeda.

Entre as quatro funções da moeda: meio de pagamento, medida do valor, meio de circulação de mercadorias e meio de entesouramento, a primeira se destaca por sua importância sôbre as demais. Na sociedade moderna, cuja vida econômica se baseia sôbre a divisão do trabalho, o indivíduo se vê perante a necessidade de adquirir aquilo de que precisa com o que produz Tornada excepcional a troca direta dos produtos do trabalho humano, a moeda se estabeleceu soberanamente como instrumento de troca ou meio de pagamento.

A moeda fiduciária ou papel moeda, hoje dominante nos sistemas monetários, não tem valor próprio, pois o trabalho exigido para a sua produção é pràticamente insignificante e não influi para a determinação do seu poder aquisitivo O valor da moeda é apenas um valor representativo das mercadorias e serviços que por meio dela podem ser adquiridos.

Há séculos vêm os economistas estudando êsse valor representativo da moeda e as oscilações por êle sofridas em conseqüência das variações que se verificam em sua quantidade. Coube a COPÉRNICO a glória de haver assinalado, pela primeira vez, no século XVI, que a quantidade excessiva da moeda ocasiona a sua depreciação. No mesmo século, JEAN BODIN também afirmava que uma das causas determinantes da carestia, então reinante, era a abundância do ouro e da prata.

---

* Conferência realizada na Sociedade Brasileira de Estatística, em sessão pública de 27 de abril de 1944

O princípio da oscilação do valor representativo da moeda em conseqüência de alterações na sua quantidade veio a constituir mais tarde a denominada "teoria quantitativa", que pode assim ser enunciada:

> "O valor da moeda varia inversamente com relação à sua quantidade e diretamente com relação à quantidade das mercadorias e serviços existentes".

A teoria quantitativa provocou grandes controvérsias e inúmeras discussões, assinalando, porém, o professor CASSEL que as objeções contra ela apresentadas não foram sustentadas por argumentos sólidos. No século XVII, à quantidade da moeda reuniu-se a velocidade de sua circulação como elemento igualmente capaz de determinar variações no seu valor.

IRVING FISHER procurou sintetizar em uma expressão algébrica as variações sofridas pelo valor da moeda em virtude de alterações verificadas na sua quantidade e na velocidade de sua circulação. Essa expressão pode ser representada pela seguinte equação:

$$M\,V + M'\,V' = P\,T$$

na qual M e M' representam a quantidade de moeda manual e de moeda bancária em circulação, respectivamente; V e V' a velocidade de circulação dessas duas espécies de moeda; P o nível geral dos preços e T o volume das transações, e pode ser assim enunciada:

> "A quantidade de moeda manual ou bancária utilizada para a realização de pagamentos em um certo período, multiplicada pela velocidade média de circulação de ambas as moedas, é igual ao índice de preços ou preço médio das mercadorias adquiridas com àquela quantidade de moeda, multiplicada pelo número de transações realizadas".

Êsse princípio em sua simplicidade encerra um conceito básico para o estudo dos preços em função das variações no volume do meio circulante. A quantidade de moeda necessária à circulação de uma determinada nação, em um certo momento, é uma grandeza perfeitamente definida. Essa grandeza decorre, em primeiro lugar, do valor das mercadorias e serviços existentes e do tempo de circulação da moeda: quanto maior fôr o valor das mercadorias tanto mais dinheiro se tornará necessário Quanto maior fôr a velocidade de circulação da moeda, tanto menos dinheiro se tornará necessário.

As variações na quantidade de moeda manual ou bancária em circulação determinam variações correspondentes no preço médio das mercadorias ou serviços, desde que a quantidade dêstes últimos permanece estável. O aumento da quantidade de moeda acarreta uma redução do seu valor e, conseqüentemente, uma elevação do preço médio das mercadorias.

O aumento da quantidade de moeda manual ou bancária em circulação, sem um aumento correspondente na quantidade de mercadorias e serviços disponíveis, constitui o fenômeno econômico da inflação A história da inflação se confunde com a própria história da moeda, pois em tôdas as épocas os governantes sentiram-se tentados, nos momentos de crise financeira, a lançar mão dessa fonte de receita tão fácil quão funesta, que é o aumento dos meios de pagamento.

Contudo, nem todo o aumento da quantidade de moeda em circulação deve ser considerado como inflação Nos períodos de prosperidade a quantidade de dinheiro aumenta paralelamente ao aumento dos bens e serviços disponíveis. Como adverte PIGOU, tôda a inflação é uma expansão, mas nem tôda a expansão é inflação Reproduzindo a pitoresca imagem do insigne professor da Universidade de Cambridge, podemos dizer que o ventre de um homem não só cresce de

volume quando passa da adolescência como também quando bebe um barril de cerveja, porém só êste último aumento pode ser considerado como uma inflação.

Inúmeras definições de inflação têm sido apresentadas pelos tratadistas e estudiosos da ciência econômica, e ALBERTO L. MEYERS enuncia mais de uma dezena, após salientar serem elas tantas quantos os povos que se utilizam da expressão Muitos autores, ao definir a inflação, apontam como seu elemento característico a alta dos preços, o que na realidade é um efeito do aumento da quantidade de dinheiro.

Com o professor RICHARD LEWINSOHN, cuja autoridade nos assuntos ligados ao tema desta palestra é universalmente acatada, aceitamos a definição proposta por KEMMERER, de que "a inflação é um excesso de moeda manual e de moeda bancária, isto é, uma circulação monetária excessiva com relação ao volume físico das transações que se estão efetuando". Como salienta o ilustre professor, a inflação se caracteriza por um "desequilíbrio entre a quantidade dos meios de pagamento (digamos *m*) e a quantidade de bens (mercadorias e serviços) permutáveis (designada pela letra *c*), provocado por um excedente de *m*."

WAGEMANN distingue na inflação três formas fundamentais:

a) inflação primária, ou sejam as emissões de dinheiro destinadas a cobrir os *déficits* nos orçamentos públicos;

b) inflação secundária ou creditícia, decorrente da concessão de créditos sem uma relação efetiva com as condições econômicas do momento,

c) inflação terciária ou seja o fenômeno comumente denominado velocidade acelerada da circulação.

A pouca extensão desta palestra só nos permitirá ocuparmo-nos da primeira forma da inflação, aliás a mais comum: a emissão de dinheiro para a cobertura de *déficits* nos orçamentos públicos. Deve-se, porém, ter em vista que as três formas de inflação apontadas pelo economista alemão aparecem geralmente aliadas e estreitamente unidas. Parodiando MARX, podemos dizer que o Estado, quando apela para as emissões de dinheiro afim de atender a gastos ordinários ou extraordinários, se assemelha ao mago que, após invocar as potências infernais para atender a um desejo determinado, não pode mais dominá-las e se vê subjugado pelos poderes diabólicos a cujo auxílio recorreu.

Dois fatôres históricos determinam com maior freqüência a inflação monetária: as guerras e as revoluções. Em sua obra clássica sôbre a moeda e o câmbio, o professor GUSTAVO CASSEL defende mesmo a tese de ser a inflação uma conseqüência fatal das guerras externas ou civis E o professor sueco termina suas considerações afirmando que embora a ciência financeira condene a inflação, ela não a pode impedir e um único remédio existe para impossibilitar que a humanidade continui a sofrer os penosos efeitos das crises inflacionistas cessar de fazer guerras e revoluções Êsse conselho, que não é apenas dos economistas mas de todos aquêles que não consideram a guerra a higiene do mundo, inclui-se ainda infelizmente entre os sonhos da perfeição universal e se confunde no horizonte longínquo das utopias, em uma época em que a ciência econômica se transformou em auxiliar da ciência militar e a defesa total domina as preocupações e aspirações de todos os povos.

Por mais sólidas que sejam as finanças de qualquer país, por mais racional e elástico que seja o respectivo sistema tributário e por maior que seja a aceitação dos títulos do Govêrno, uma guerra prolongada e custosa acarreta sempre a emissão de papel moeda para o financiamento das despesas militares As despesas com a guerra, principalmente com as guerras modernas, implicam em tal soma de gastos que a capacidade contributiva da Nação logo se esgota e os empréstimos públicos não encontram mais colocação fácil nos mercados, principalmente quando surgem os prenúncios de uma derrota militar. Aparece então como único recurso financeiro a emissão do papel moeda, possibilitando a obtenção imediata de largas somas e, o que é importante, sem ocasionar as resistências e reclamações inevitáveis nos casos de aumento dos tributos ou da decretação dos empréstimos compulsórios.

A história, essa fonte inesgotável de ensinamentos, entre os inúmeros exemplos de inflação, aponta dois tornados clássicos, não só por suas origens como, principalmente, por seus efeitos catastróficos: o caso dos "assignats" em França, logo após a Grande Revolução, e a inflação alemã em conseqüência da derrota do Império Alemão na primeira guerra mundial.

A impopularidade dos impostos do antigo regime, um dos quais — a "gabelle" — se enfileira entre as causas imediatas da Revolução, levou os Estados Gerais e depois a Assembléia Constituinte à sua supressão Para fazer face, porém, às enormes despesas da jovem República, obrigada a convocar e armar os cidadãos para acudir à Pátria em perigo, diante dos invasores que a ameaçavam de todos os lados, viram-se os Constituintes levados a emitir assinados garantidos pelos bens nacionais, provenientes da confiscação das propriedades da Nobreza e do Clero e cuja venda imediata só se faria com grande depreciação Com o crescente aumento das despesas, multiplicaram-se as emissões dos assinados, que, aliadas à decretação do seu curso forçado, contribuiram para uma expansão desmesurada dos meios de pagamento. As emissões de assinados chegaram a atingir 45.578 milhões em 1795 e os mesmos, perdendo todo o seu valor, acarretaram a ruina de milhares de famílias, vendo-se a República obrigada a suspender o seu curso forçado e depois o seu curso legal.

A inflação alemã constitui um exemplo, mais frisante ainda, das desastrosas conseqüências do lançamento de jatos de papel moeda na circulação, para o pagamento de despesas públicas A crença na invencibilidade da Wehrmacht, tão velha quanto a velha Prússia, levou a Alemanha, na primeira guerra mundial, a se descurar de um sólido financiamento das operações militares, convencida de que, como o fizera a França em 1870, os vencidos indenizariam os gastos efetuados Tornou-se assim o papel moeda a principal fonte de recursos para o financiamento da guerra e, sobrevinda a derrota, as emissões prosseguiram em cascata, já aí impulsionadas pelos aproveitadores que, à sombra da inflação, erigiam suas pirâmides de emprêsas, e pelos políticos solertes que viam nela um meio de fugir a República de Weimar ao pêso das reparações exigidas pelos aliados. Para se ter uma idéia das proporções atingidas pelas emissões maciças de marcos-papel, bastará salientar-se ter a circulação dos mesmos sido elevada de 1 336 500 milhões em 6 de janeiro de 1923 e 400 267 640 291 750 milhões em 30 de novembro do mesmo ano E, ao passo que o trilhão de janeiro equivalia a 154 milhões de dólares-ouro, aos 400 quintiliões de novembro correspondiam apenas 60 milhões de dólares ouro

Ouça-se a descrição viva e eloqüente dos efeitos do grande desastre financeiro, feita pelo professor LOUIS BAUDIN:

> "A fuga do papel degenera em desastre: o circuito monetário transforma-se em turbilhão. Mostram-nos os caricaturistas a realidade: o funcionário que acaba de receber seus vencimentos e que se precipita às carreiras para as casas de negócio onde o preço dos cereais sobe de hora em hora
>
> Cedo aparecem os sinais precursores da catástrofe· começam os alemães a abandonar o papel, moeda caprichosa, e a negociar em ouro ou em dólares Em vão o Estado resiste, interdita o uso do dinheiro estrangeiro, procura controlar os cursos das moedas Mas tudo é inútil Tendem os preços a subir, os marços-ouro justapõem-se aos marcos-papel e servem a êstes de referência estável. Por mais incrível que o pareça, mesmo o papel passa a faltar os preços sobem tanto que os instrumentos de troca já não bastam para as liquidações e para as compras e vendas Multiplicam os poderes públicos as oficinas impressoras de papel moeda. As províncias, as vilas, as comunas, as câmaras de comércio emitem dinheiro de socorro (Notgeld) para diminuir a penúria de meios de pagamentos Recorre-se à troca com mais freqüência: os jornais anunciam que o Sr.

GUNTHER cederia um armário por sacos de batatas ou um rádio por lições de piano".

Em conclusão, um terremoto financeiro de resultados incalculáveis, arrastando no turbilhão a classe média e os trabalhadores, a primeira transferida para as fileiras proletárias e os últimos arrastados em massa para o desemprêgo, todos êles vindo engrossar as legiões pardas de HITLER.

O caso dos assinados e dos marcos alemães representa crises agudas na história monetária do mundo, mas a inflação apresenta outras formas mais benignas, algumas delas crônicas, nos países de finanças públicas defeituosas, onde um mau sistema tributário acarreta, mesmo em épocas normais, a cobertura dos *déficits* orçamentários com emissão de papel moeda.

Outrossim, a má política é irmã siamesa da má finança e os governos fracos e sem apoio popular, ao mesmo tempo que se utilizam dos dinheiros públicos para despesas adiáveis, suntuárias ou demagógicas, recuam diante das reformas tributárias e da tributação direta e progressiva, preferindo o secular recurso da emissão monetária.

Todavia, é difícil precisar, principalmente nos países jovens e em expansão econômica, se o meio circulante, em um dado momento da vida nacional, é proporcional ao volume de transações, é excessivo ou insuficiente. Pode-se apenas divisar sintomas ou manifestações de um estado de inflação, mediante a observação de certos índices, entre os quais se destaca a elevação do custo da vida

Com efeito, a inflação conduz inexoràvelmente a uma elevação dos preços e, conseqüentemente, do custo da vida Assim, qualquer investigação em tôrno do fenômeno da inflação deverá se basear, principalmente, sôbre os dados demonstrativos das flutuações verificadas nos preços das mercadorias e serviços Todavia, uma apuração segura dêsses dados é tarefa dificílima e sujeita a grandes erros, capazes de conduzir a conclusões falsas

Há muito vêm os economistas e estatísticos procurando descrever matemàticamente a elevação dos preços, por meio de números índices do custo de vida. Em uma assembléia de estatísticos seria impertinente uma exposição detalhada sôbre a forma de obtenção e apuração dêsses índices e em tôrno dos erros possíveis nos respectivos cálculos.

Cabe-me, porém, salientar a necessidade, para a efetivação dêsses cálculos, de uma conveniente ponderação das mercadorias cujos preços servem de base ao estabelecimento dos índices Com efeito, não basta verificar o aumento dos preços de um determinado número de produtos para se concluir por uma alta geral do custo de vida É evidente que uma má colheita ou dificuldades de transportes podem provocar uma alta nos preços de certas mercadorias, sem qualquer aumento correspondente no meio circulante.

Outrossim, nas crises inflacionistas agudas, é às vêzes tão rápida a ascensão dos preços, que o estabelecimento dos índices respectivos está sujeito a erros bastante graves Todavia, os índices de preços constituem o quadro mais representativo de uma crise inflacionista No seu cálculo se levam em consideração os preços por atacado, os preços do varejo e outros elementos representativos do custo de vida: aluguéis etc. e os salários

Nos períodos de inflação e conseqüente elevação de preços, um elemento perturba sensìvelmente o cálculo dos índices do custo da vida. Tentando minorar os efeitos da inflação, o Estado quase sempre procura fixar os preços. Como, porém, essa alta é uma conseqüência do aumento do meio circulante, as tabelas de preços são desrespeitadas com grande freqüência e, ao lado dos preços oficiais, proliferam os preços do mercado negro. Como as estatísticas oficiais se baseiam nos preços oficiais, não demonstram com exatidão os preços reais do mercado.

Para ilustração, reproduzo aqui a tabela dos índices de preços por atacado, durante o período mais agudo da inflação alemã. Tomando-se o índice 1 para o ano de 1913, imediatamente anterior à Primeira Guerra Mundial, temos o

índice 8 para dezembro de 1919, o índice 36 224 para setembro de 1923 e o índice 1 423 000 000 000 para novembro de 1923

É necessário, porém, ter-se em vista que nem tôdas as altas de preços são sintomas de uma inflação monetária. Além das altas resultantes da lei da oferta e da procura, os períodos de prosperidade são acompanhados por uma elevação de preços. Outrossim, o Govêrno pode provocar ou ocasionar altas de preços sem aumentar o volume do papel moeda, mediante um aumento de impostos, adoção de uma política protecionista, etc Todavia, só nos interessam no momento as elevações de preço motivadas pelo aumento do meio circulante Convém ainda notar que os efeitos da inflação não se fazem sentir igualmente sôbre os preços de tôdas as mercadorias

HOFMANNSTHAL, em seu recente livro sôbre a inflação monetária, emite a seguinte lei cuja certeza é evidente: "Quanto mais freqüentemente circular um artigo no mercado, com tanto maior rapidez influi sôbre êle a inflação e aumenta o respectivo preço". Em uma crise inflacionista sobem, portanto, mais intensa e ràpidamente os preços das mercadorias de maior circulação: gêneros alimentícios, vestuários, móveis, etc

Quais são os efeitos imediatos da inflação sôbre as diversas camadas sociais? Sem dúvida alguma, os assalariados são os que em primeiro lugar e mais agudamente sofrem seus efeitos Os produtores e os intermediários vêem suas rendas aumentadas em conseqüência da elevação dos preços, mas aquêles que vivem de rendas fixas, à proporção que a inflação vai se tornando mais aguda, presenciam a diminuição do valor real dos respectivos salários, paralelamente à diminuição do poder aquisitivo da moeda Geralmente conseguem os assalariados o aumento dos respectivos ordenados por ocasião das crises inflacionistas Êsse aumento é, todavia, um processo lento, e os acréscimos obtidos nunca são proporcionais à alta verificada no custo da vida Das privações de tôda a ordem impostas pelas inflações às classes trabalhadoras, decorre o fato das crises inflacionistas serem sempre acompanhadas de ondas de greves e perturbações nas relações entre empregados e empregadores E, o que é de suma gravidade, quando a inflação é conseqüência de uma guerra, as greves provocadas pelos aumentos de salários vão prejudicar a produção nacional e comprometer o esfôrço bélico da Nação Um grupo particular entre os assalariados sofre com maior rigor os efeitos da inflação: os servidores públicos em geral Os grandes lucros, embora quase sempre ilusórios, proporcionados pela inflação aos industriais e comerciantes, os induzem a aceitar, com maior benevolência, os pedidos de aumento de salários por parte dos seus empregados Todavia, como a inflação é geralmente a resultante de uma situação angustiosa para as finanças públicas, dificilmente obtêm os empregados do Govêrno aumento de sua retribuição em tais circunstâncias Daí o êxodo, nesses períodos, de muitos dos melhores elementos pertencentes ao serviço do Estado, afim de ir procurar, tentados muitas vêzes pela ilusão de grandes negócios provocados pelo aumento do meio circulante, uma atividade qualquer melhor remunerada.

Quanto aos agricultores, os mesmos aparentemente se beneficiam com a inflação e muitas vêzes reclamam a adoção de uma política inflacionista, o que aliás já tem ocorrido em nosso país Com efeito, por tôda parte os agricultores se utilizam largamente do crédito bancário para o financiamento de suas safras Uma alta de preços, proporcionando-lhes a colocação dessas safras a preços mais elevados, lhes permite resgatar suas dívidas com o dinheiro desvalorizado O benefício dos agricultores é, porém, aparente, pois a observação nos mostra a impossibilidade da retenção dos lucros provenientes da inflação, dada a alta geral dos preços por ela provocadas. Desaparecem êsses lucros no aumento do custo do maquinário agrícola, na alta dos salários dos trabalhadores rurais, no encarecimento dos transportes e, finalmente, na diminuição do consumo dos produtos agrícolas, em virtude da redução do poder aquisitivo da população.

A indústria, embora a princípio se beneficie, como a agricultura, de um período de inflação monetária, vê também evaporarem-se os enormes lucros

apurados nos balanços gerais, no encarecimento do maquinário, no aumento dos salários, na elevação do custo de produção, na restrição do consumo, etc.

Quanto aos banqueiros e prestamistas em geral, a inflação equivale geralmente à sua ruína, já que a desvalorização do dinheiro acarreta a redução do valor real dos capitais por êles emprestados.

Finalmente, a denominada classe média ou pequena burguesia vê na inflação o sorvedouro de economias lentamente acumuladas e transformadas em ações, apólices do Govêrno, depósitos bancários a prazo fixo, etc Uma hiper-inflação como a alemã acarreta geralmente o desaparecimento da classe média e a transferência de seus componentes para as fileiras do proletariado urbano, onde constituirão uma massa de desajustados e descontentes, pronta a seguir o primeiro "leader" ou "führer" que lhes acene com uma volta à prosperidade anterior.

Em suma, os efeitos da inflação a equiparam a um impôsto arbitrário e iníquo, gravando brutal e desigualmente as diversas camadas da população.

Definida a inflação, apontadas as suas causas e descritos seus principais efeitos, tentarei esboçar alguns dos principais remédios apontados como eficazes no seu combate. Êsses remédios se dividem em dois grandes grupos: meios preventivos e corretivos.

Os meios preventivos podem se resumir em uma única afirmação: boa política financeira. Os Estados cujos orçamentos apresentam despesas e receitas ordinárias rigorosamente equilibradas, que só lançam mão de empréstimos para o financiamento de obras públicas reprodutivas e cujo sistema tributário se assenta na tributação direta e progressiva, difìcilmente se verão arrastados a uma crise inflacionista aguda. E, como boa política financeira só é possível nos países prósperos e econômicamente fortes, impõe-se a conclusão de ser a inflação mais difícil nos países industrializados, onde há fartura de capitais e onde os salários são altos, proporcionando à massa da população um elevado poder aquisitivo e um alto padrão de vida.

Ainda mais, como o *habitat* da inflação é a guerra e esta última é uma ameaça permanente sôbre tôdas as nações, a arma preventiva mais eficaz contra a inflação é o planejamento, na paz, de uma acertada economia de guerra e de um sólido financiamento das operações militares.

Assim como os Estados-maiores preparam na paz os planos de operações contra inimigos potenciais, planejam a mobilização dos cidadãos e tôda a série de operações decorrentes de um conflito armado, os Estados-maiores da administração civil devem planejar a transformação imediata de uma economia de paz em economia de guerra e os meios de obtenção dos enormes recursos que serão exigidos por êsse sorvedouro, não só de vidas como de riquezas, que é a guerra moderna.

A guerra atual tem mostrado a todos os estudiosos e observadores quão importante é uma boa economia e um sólido financiamento da guerra para o êxito das operações militares.

Outrossim, pode-se afirmar ser característica dominante nas finanças de guerra das grandes nações beligerantes, no atual conflito, uma luta tenaz e incessante contra a inflação, com o objetivo de se impedir a reprodução das crises inflacionistas resultantes da primeira guerra mundial.

HOFMANNSTHAL, por nós já citado, enumera como meios de combate à inflação, os cinco seguintes, que incluímos no grupo dos remédios corretivos:

I — empréstimos
II — impostos
III — preços máximos
IV — restrições referentes às divisas
V — restrições à importação

Os empréstimos e os impostos são os meios normais para o financiamento da guerra e podem ser eficientmeente utilizados no combate à inflação Com efeito, sob o ponto de vista econômico a guerra aparece como uma necessidade incompressível, absorvente, um consumo gigantesco de riquezas a exigir prioridade sôbre todos os consumos e necessidades individuais. Acarreta assim a guerra uma redução imediata e geralmente profunda na quantidade das mercadorias e serviços postos à disposição dos particulares em tempo de paz e que se canalizam então para alimentar a fogueira imensa onde as nações periòdicamente ajustam suas diferenças Reduzida a quantidade de mercadorias postas à disposição dos indivíduos, se os seus rendimentos permaneceram no mesmo nível anterior, provocarão uma alta imediata no preço dos bens e serviços disponíveis Deve assim o Estado absorver, pelo impôsto e pelo empréstimo, êsse poder aquisitivo adicional, utilizando-o no financiamento da guerra e impedindo o emprêgo pelos seus detentores com o conseqüente aumento do nível geral de preços e elevação do custo de vida.

E, o que é conseqüência fatal da guerra, se o Estado beligerante vê-se obrigado a criar para si um poder de compra imediato mediante a emissão de papel moeda, após verificar a insuficiência dos impostos e taxas para cobrir as despesas com as operações militares, os inconvenientes dessa omissão poderão ser corrigidos mediante sua reabsorção pelo impôsto ou pelo empréstimo

A tributação e o lançamento de empréstimos assumem as mais diversas formas durante o período de guerra, pois o arsenal financeiro é tão vasto quanto o arsenal militar e, como neste último, naquele o campo está também aberto para o gênio inventivo dos economistas e financistas. Escapa, porém, ao âmbito desta palestra, já excessivamente longa, examinar em detalhe o assunto e dedicar a merecida análise a todos êsses planos, desde o de KEYNES, tão ousado e engenhoso, até o sistema, sob diversos aspectos original, entre nós utilizado para a cobertura das despesas de guerra e o combate à inflação

A fixação dos preços máximos é outra arma indicada para o combate à inflação Não é objetivo nosso discutir assunto tão controvertido, mas só nos cabe assinalar a opinião da maioria dos economistas em tôrno das fixações de preço, quando a medida tem o caráter unilateral e assume, portanto, o aspecto de combate dos efeitos da inflação, deixando em paz as suas causas determinantes Quando unilateralmente adotada, a fixação de preços se mostra impotente perante a proliferação dos mercados negros e, o que é grave, perante a redução da produção.

Finalmente, as restrições com relação às divisas e as restrições à importação são igualmente paliativos ineficazes, quando não são apenas meios complementares dos dois únicos eficazes para corrigir um processo inflacionista reabsorção pelo impôsto ou pelo empréstimo do poder aquisitivo adicional

Vamos terminar agora a nossa palestra, satisfazendo assim um desejo que acredito já generalizado entre os meus distintos e pacientes ouvintes

Procurei caracterizar a inflação, apontar as suas causas, seus desastrosos efeitos e as principais medidas para prevení-la ou corrigí-la As inflações têm-se sucedido como endemias periódicas, afetando a estrutura econômica de diversas nações, acompanhando sempre os conflitos armados entre os povos e deixando após si ruínas imensas de bens, fortunas e iniciativas O remédio radical para o mal seria aquêle apontado pelo grande professor sueco acabar com as guerras e revoluções Quando a humanidade se convencer da unidade da família humana e da interdependência das economias nacionais, talvez se possa então transformar em realidade o sonho generoso da fraternidade universal Cessados os morticínios periódicos, desaparecerão com a guerra tôda a sua coorte de ruínas e desastres, entre as quais as crises inflacionistas

JOÃO LYRA MADEIRA

(Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Estatística e membro da Comissão Censitária Nacional)

ALGUNS PROBLEMAS DEMOGRÁFICOS ATUAIS*

UMA meditação inicial, sôbre o tema dessa conferência, que poderia ser classificada de puro devaneio, nos conduziu de associação em associação a pensar sôbre vários assuntos correlatos e a concluir pelo entrelaçamento internacional sempre crescente dos problemas econômicos e sociais como conseqüência natural do surto de progresso no terreno dos transportes e das comunicações.

Neste ponto do meu devaneio as idéias sùbitamente se revolveram e um pensamento antagônico, que dormitava no interior daquela balburdia, sobrepujou os demais e me conduziu através dos espaços sôbre os planetas, as estrêlas, as constelações, as galaxias, até o bordo do universo Meditei então sôbre a ousada teoria astrofísica do "Universo em expansão", devida a um dos gigantes da física estrelar M. ARTUR EDDINGTON Segundo êsse físico o universo inteiro teria sido inicialmente uma imensa massa gasosa que em dado momento explodira Grandes blocos se desprenderam dessa massa inicial e foram jogados no espaço com velocidades incríveis, constituindo cada um dêles uma galaxia; dentre os vários bilhões de galaxias que ainda hoje continuam vagando, uma delas, a "Via Lactea" foi constituída, como as demais, por análogos fenômenos internos

Dentro dessa galaxia houve uma parcela minúscula que também explodiu dando lugar ao Sol e aos planetas, entre os quais figura a Terra. Todo o sistema continua em movimento em virtude da hecatombe inicial, e nós, que nos consideramos os reis dêsse universo grandioso, estamos sendo conduzidos irrevogàvelmente através dos espaços juntamente com a nossa galaxia. Foi então que eu percebí a idéia responsável por essa minha viagem súbita aos confins do universo; fôra a idéia de contração associada à de expansão do universo de EDDINGTON.

Quando os contemporâneos de Brucutu povoaram o nosso Globo, a terra era um imenso geoide que no mínimo exigia mais de 400 dias para ser circundado. Hoje quando o Brucutu apenas povoa um pedacinho de página do *Globo* do Sr. ROBERTO MARINHO, a situação é completamente diversa: a Terra é um minúsculo esferóide que pode ser circundado em menos de 4 dias, e em tôrno do qual uma notícia pode circular 7,5 vêzes em um segundo

Devemos, pois, concordar que, se o Universo está em via de expansão, a Terra pelo contrário vem sofrendo uma vertiginosa contração

Aquilo que nós, geomètricamente, denominamos de contração da terra, os senhores poderão chamar de aumento da velocidade dos transportes e das comunicações e com essa convenção mútua nós nos entenderemos daqui por diante

Tudo hoje se passa como se as nações estivessem mais próximas, se os mares fôssem mais estreitos e os ares menos amplos Com essa aproximação —

---

* Conferência pronunciada no auditório dos Serviços Hollerith, em 31 de Maio dêste ano, como parte da série promovida pela Divisão de Aperfeiçoamento do D A S P

e também com o aumento das massas transportadas — uma crise de algodão pode afetar ao mesmo instante os agricultores da Polônia, os trabalhadores da Alsácia, do Brasil, e os industriais de Nova York ou Londres, interessando a subsistência de milhões de homens, mulheres e crianças, que habitam as regiões aparentemente mais afastadas. As idéias dos homens se espalham ràpidamente sôbre a terra, como se todos estivessem conversando, numa imensa reunião, em tôrno de uma vasta mesa redonda. É pena que êsse encurtamento de distâncias não tenha sido convenientemente aproveitado.

2) — Pouco antes de 1800 MALTUS havia previsto para o mundo em face dos dados estatísticos existentes, uma situação angustiosa de miséria futura Enquanto as populações tendiam a crescer em progressão geométrica, os meios de subsistência cresceriam no máximo em progressão aritmética, em dado momento as condições seriam tais que os povos não se poderiam desenvolver e os homens morreriam à míngua em virtude da escassez dos meios de subsistência. MALTUS foi o primeiro homem a estabelecer, explìcitamente, relações de equilíbrio econômico-demográfico.

A Índia e a China são talvez os únicos países da terra que se encontram em condições muito próximas das que MALTUS previra Aí muitos milhões de homens morrem de fome. Não queremos dizer que só nesses dois países haja miséria; mas certamente em nenhum outro o problema é tão angustioso No entanto em tôdas as nações poderemos localizar grupos de seres humanos vivendo em condições análogas, sob constantes sobressaltos, permanentemente ameaçados pela fome que ronda as suas casas. Conforme já tivemos ocasião de salientar em uma outra conferência, enquanto existe essa miséria, "enquanto milhões de seres humanos morrem de fome, sucedem-se as crises de superprodução. os frutos da terra são queimados ou jogados ao mar, e as vinhas arrancadas". Esta coexistência de fome e abundância de produtos constitui um estranho paradoxo do mundo atual, a que alguém denominou de "miséria da abundância" por oposição à miséria da escassez de que falava MALTUS. Sôbre êsse paradoxo a economia dos povos modernos vem se arrastando a longos anos sob a ação de analgésicos, em um contínuo estado de tensão, fonte permanente de insegurança e sobressalto sociais.

O desenvolvimento da ciência e da técnica permitiu evitar os males que MALTUS pressentira. Foram resolvidos os mais intrincados problemas e inventados os engenhos mais complexos e admiráveis; mas, apesar disso, as economias nacionais permanecem ainda hoje ineficientes para levar o alimento e a vida a muitos milhões de homens, e não se conseguiu sequer estabelecer um ponto de equilíbrio econômico; as crises e as depressões se sucedem e de há muito o mundo se encontra em um estado de crise permanente. Se lançarmos o olhar sôbre o comércio internacional — onde se poderia esperar uma organização modelar — verificamos que a situação não é melhor Ao protecionismo brando, gerador de economias nacionais, seguiu-se um protecionismo desenfreado, uma competição universal sem limites. Cada país se encerrou dentro de elevadas muralhas protecionistas que correm ao longo das suas fronteiras — barreiras alfandegárias, barreiras contra a imigração, barreiras de tôda espécie — verdadeiras cadeias de montanhas que dificultam as relações entre os povos As tarifas alfandegárias, em nome da defesa da economia nacional, subiram ràpidamente a 50, a 100, a 150 e a 200% do valor do produto e as listas foram desdobradas e acrescidas de novos elementos. Tôdas as economias se organizaram dentro do princípio de incentivar cada vez mais as trocas dos produtos da indústria, sem que se verificasse se isso redundaria em ativar as trocas dentro de um grupo relativamente pequeno, ou estendê-las a uma massa de indivíduos cada vez maior. A indústria se organizou no sentido de produzir cada vez mais intensamente, mas o aumento da produção e os produtos novos se escoaram, como era lógico dentro da organização, através da linha de menor

resistência, atendendo as necessidades novas sempre crescentes do pequeno grupo onde as trocas se realizavam Os sistemas econômicos têm dificultado a tarefa para que foram criados. Relembremos um trecho de PAUL VALERY, onde o autor sintetiza as condições paradoxais em que vive de há muito a economia social dos povos·

"Queimais, jogais, desnaturais uma quantidade enorme de excelentes produtos da terra e no entanto milhões de seres aqui e ali têm dificuldades em conseguir o necessário à sua subsistência. Imaginais, organizais os meios mais rápidos de atravessar os espaços mas levantais imediatamente barreiras e obstáculos onde o viajante parado, revistado, visitado, suspeitado, perde um tempo infinito antes que lhe seja permitido, por uma espécie de favor sempre incerto, penetrar numa região que não é menos miserável que aquela que êle acaba de deixar "

3) — A economia dos povos começou com a necessidade de atender à sua subsistência. Cada indivíduo produzia o necessário para viver com a sua mulher e seus filhos. Tinha a organização um sentido puramente familiar. Aos poucos a economia começou a se organizar sob uma forma mais ampla, um sentido nuclear limitado.

Um grupo de famílias produzia em conjunto o necessário para a sobrevivência de todos, o regime de trocas permitia a consecução dêsse objetivo. Aos poucos o núcleo foi aumentado, surgiu a moeda, organizaram-se as economias nacionais e por fim a economia mundial. Mas nesse desenvolvimento para abranger um campo cada vez mais amplo, ela foi ao mesmo tempo perdendo o sentido inicial da sobrevivência dos indivíduos do grupo Entendemos aqui a sobrevivência no seu sentido mais geral. Em dada fase do desenvolvimento social a sobrevivência tem apenas o seu significado biológico restrito: exige quasi exclusivamente o alimento. Numa fase seguinte é necessário o teto; a seguir torna-se indispensável a educação e habilitações técnico-profissionais para fazer face à concorrência, etc. Assim, entendemos por sobrevivência a "sobrevivência social". Ainda mais, é necessário que essa sobrevivência não seja garantida apenas para o indivíduo em si, mas também para sua mulher e seus filhos, isto é, para o núcleo mínimo, a célula da sociedade, porque de outra forma seria um fardo o casamento, e um terrível ônus a procriação Compreendida a sobrevivência social sob êsse aspecto, é claro que o desenvolvimento da economia dos povos aos poucos foi perdendo, pela complexidade do arcabouço a sua meta inicial isto é, garantir as condições mínimas de sobrevivência social e todos os indivíduos, com o máximo de bem estar

Um dos problemas demográficos mais importantes é o de se obter o equilíbrio demográfico no ponto denominado "ótimo" de população. Êsse ponto ótimo pode ser variável mas implica na existência de um equilíbrio entre as condições econômicas e as condições demográficas.

Uma comparação — os ouvintes me perdoem essa mania — esclarecerá um pouco o assunto VITO VOLTERRA, examinando o ponto de vista matemático, as condições de equilíbrio das espécies, estudou, entre outros, o caso de duas espécies em que uma se alimenta exclusivamente da outra Vamos supor, apenas para fixar idéias, que uma das espécies seja constituída por um rebanho de ovelhas e a outra por um imenso grupo de lôbos Imaginemos que êsses lôbos se alimentam exclusivamente daquelas ovelhas. É claro que se estabelecerá um equilíbrio — e VITO VOLTERRA estabeleceu-o matemàticamente — entre o número de ovelhas e a população dos lôbos. É impossível imaginar-se um crescimento indefinido dos lôbos não condicionado ao desenvolvimento do número de ovelhas, porque um excesso dos primeiros provocaria um desapadecimento mais rápido daquelas, até que, pela morte de vários lôbos famintos, a proporção voltasse a um valor compatível com a quota mínima de ovelhas

por lôbo Se em dado momento um grupo de lôbos resolvesse açambarcar maior número de ovelhas e fazer suas refeições mais lautas um outro grupo ficaria prejudicado e faminto e em parte morreria.

O ponto ótimo para a população dos lôbos seria aquêle em que coubesse a cada um uma maior parcela de ovelhas compatível com a sobrevivência de tôda a espécie, dentro das melhores condições de satisfação geral.

Não queremos absolutamente com êste exemplo insinuar, sequer, a divisão da humanidade em lôbos e ovelhas, a não ser que o exemplo tenha escapado com êsse sentido do subconsciente, êle é puramente fictício e qualquer analogia entre a realidade dessa região dos lôbos e o panorama do mundo atual é mera coincidência A nossa idéia — pelo menos dentro do campo do consciente — é muito menos deprimente O rebanho de ovelhas seria para nós o conjunto de bens econômicos postos à disposição dos indivíduos Os lôbos — desculpem-nos os presentes porque dá segunda analogia não conseguimos escapar — os lôbos seriam mesmo os homens Do mesmo modo que entre os lôbos e ovelhas, deveria haver entre as populações e o conjunto de bens econômicos uma situação de equilíbrio. É claro que entendemos os bens econômicos no sentido que lhes atribui a economia política; o feijão, o arroz, a casa, a entrada para um cinema ou teatro, a escola, um saxofone ou um passeio, enfim o conjunto dos bens de que os homens pelo seu organismo, pela voz da razão ou da fantasia, sentem necessidade de possuir Êsses bens podem não ser atuais, é assim que nós podemos abrir mão de adquirir imediatamente certos bens, afim de economizar, para conseguir uma maior satisfação no futuro comprando, por exemplo, uma casa

Com esta acepção de bens econômicos, surge uma outra diferença entre o país dos lôbos e êsse mundo que dizemos nosso. Entre os lôbos é constante, ou pelo menos varia entre limites muito restritos, a quota de ovelhas representativa do máximo bem estar, ou de completa felicidade Entre os homens a situação é muito diversa Em primeiro lugar a felicidade dos homens não consiste apenas em possuir tudo mas em poder possuir; não se trata pois de uma igualdade de posses, mas de uma igualdade de possibilidades Em segundo lugar as necessidades não são as mesmas para todos os indivíduos Para uns um ingresso no teatro afim de assistir uma ópera, ou uma orquestra sinfônica, representa um grande bem estar, ao passo que para outros isso podia apresentar um interêsse secundário ou mesmo malestar Para um terceiro nada mais agradável do que assistir uma partida internacional de "foot-ball", enquanto para um quarto desagradaria êsse espetáculo, pelo menos enquanto não houvesse — como diz o Barão de Itararé — junto aos estádios grandes hospitais com famosos ortopedistas para consertar as pernas e os tornozelos das equipes ou pelo menos devolver ao país de origem, convenientemente recomposto, o cadáver do jogador Parece no entanto que para todos os homens o caminho da felicidade começa no estômago, de onde não chega a sair no caso dos lôbos Aí na origem o caminho do bem estar é muito aproximadamente idêntico para todos os seres humanos, mas logo a seguir começam a divergir de indivíduo para indivíduo Para alguns ao cair do estômago passa pelo coração, para outros êle vai primeiramente à razão, mas por fim, depois de várias curvas e rodeios, entra pelas circunvoluções cerebrais e vai à região da fantasia

Assim, em face das diferenças psicológicas, morais, intelectuais, etc não podemos estabelecer que todos os homens devem possuir idênticas parcelas de todos os bens Mas, por outro lado, nenhuma dessas parcelas poderá ser interditada a qualquer dos homens; deve haver, repito, equivalência de possibilidades Não é razoável que um grupo percorra o caminho da felicidade até as regiões mais recônditas da fantasia, enquanto a outros não tenha sido dado percorrer sequer o trecho que se acha dentro do estômago

A organização social e econômica de uma nação deverá permitir essa igualdade de possibilidades entre os seus habitantes e à organização mundial cumpre realizar a mesma tarefa com relação aos povos. Nessas condições será possível, como entre os lôbos e ovelhas do nosso exemplo, estabelecer-se um ponto ótimo de população, correspondente ao máximo de bem estar social, em equilíbrio com o sistema econômico.

4) — No rápido esbôço que fizemos procuramos sintetizar, dentro do curto espaço de que dispúnhamos a situação deplorável e paradoxal em que se encontra a economia mundial, considerada sob o aspecto de um sistema organizado no sentido de distribuir o bem estar entre os homens, porque não é outra a sua função É estranho que, dispondo o mundo de tôdas as condições favoráveis para a consecução dêsse resultado, com a posse que tem de quase tôdas as energias da natureza através dos inventos mais sensacionais, tenha chegado à contingência de aplicar êsses maravilhosos engenhos para a fabricação de perigosos brinquedos tais como canhões, submarinos e bombas, com que destróem aquilo que com tanto sacrifício construíram

Mas é infelizmente a contingência da época e qualquer outro problema que não seja a construção do melhor engenho de destruição só pode ser considerado como um problema de post-guerra Devemos ainda fazer uma distinção: os problemas de post-guerra dependerão em grande parte de como sairá o mundo dêsse conflito porque haverá na realidade dois problemas um, transitório, relativo ao reajustamento econômico-social e outro definitivo que terá por fim a concepção e organização de um mundo novo Nessa ordem de idéias, e em face do entrelaçamento cada vez mais íntimo dos povos, produzido pelo progresso da técnica, parece-nos que nenhum problema econômico e social poderá ser resolvido sem o concurso de todos os povos e sem que se levem em consideração o seu caráter universal Não queremos com isso deixar de reconhecer uma realidade brasileira, ou uma realidade americana; muito já se têm falado com bom senso e com grande talento sôbre êsses dois temas É talvez oportuno falar-se sôbre uma realidade universal embora localizando-se no seu bôjo a realidade brasileira.

O problema demográfico apresenta como o econômico, ao qual está estreitamente ligado, êsse caráter universal, e a situação demográfica do mundo não é menos inquietante do que o seu panorama econômico.

Comecemos por focalizar ràpidamente as condições demográficas da terra Na Ásia salientamos, como representativos de uma característica especial, sôbre a qual voltaremos, a Índia e a China Êsses dois países abrigam cêrca de 800 000 000 de seres humanos Um pouco menos da metade vive na Índia, onde as mulheres casam muito cedo e procriam fartamente Mas, a par disso, a mortalidade, principalmente nas primeiras idades, é extremamente intensa. A vida média de um indiano ao nascer é inferior a 27 anos. Além da grande variedade de moléstias, a fome é responsável pelo desaparecimento de muitos milhões dos seus habitantes

Se por um lado a fecundidade é elevada, a mortalidade tem em média quasi o mesmo nível da natalidade e o crescimento da população da Índia é muito lento.

Na China as condições são muito análogas Mas os poucos dados estatísticos disponíveis não nos permitem uma apreciação segura Apesar disso sabe-se que a natalidade é muito elevada e que o coeficiente de mortalidade é possìvelmente superior ao da Índia, estando a sua população pràticamente estabilizada, com freqüentes decrescimentos anuais A mortalidade pela fome é também muito considerável, talvez superior à daquele país

A Índia e a China são duas regiões de população muito densa, e que se acham em condições de miséria muito análogas as que MALTUS previa para o mundo.

Consideremos agora os povos da Europa, onde predomina quasi sempre a insuficiência da fecundidade para a manutenção do seu crescimento. Todos êles porém, dadas as boas condições sanitárias, tem em geral uma mortalidade baixa, e, com a exceção da França, onde já se têm verificado decréscimos anuais na população, isto é, o número de óbitos superior ao de nascimentos, todos os demais se encontram ainda em fase de crescimento Mas, como veremos, muitos dêles, apesar do crescimento da população, já apresentam os sintomas de uma regressão futura, porque a fecundidade, não obstante a baixa mortalidade, tem um nível inferior ao necessário à reposição das gerações. Pode parecer estranho que uma população em que o número de nascimentos é superior ao de óbitos não esteja repondo as suas gerações. Alguns exemplos farão compreender essa possibilidade. O primeiro, um pouco irreal, é o seguinte: se em dado momento todos os recém-nascidos de um país fossem de um mesmo sexo, as suas condições demográficas futuras iriam sofrer algumas alterações. Se essa circunstância se repetisse durante todos os anos seguintes, por maior que fôsse a natalidade, a população cresceria ainda até um certo ponto, para depois decrescer e se aniquilar.

Um outro exemplo: se todos os casais tivessem um filho apenas, uma população poderia crescer durante algum tempo mas não estaria satisfazendo as condições de reposição porque cada casal — duas pessoas portanto — estaria no fim de algum tempo, substituída por uma — o filho único Nessas condições um incentivo dos casamentos nenhuma influência benéfica traria às condições demográficas, se os novos casais também mantivessem o regime de filho único. A média de dois filhos tidos por casal ainda seria insuficiente.

1.º) — porque alguns dos filhos morreriam antes de atingir a idade de procriar.

2.º) — alguns seriam estéreis.

Para compensar essas duas circunstâncias seria necessário uma média superior a dois filhos tidos por casal, sendo em geral suficiente a média de três Assim pois, uma população apesar de crescente pode não estar satisfazendo as condições de reposição; diz-se então que é virtualmente regressiva Em caso contrário será progressiva. Teremos assim para as populações, fora a hipótese limite de estabilidade, os 4 casos

Crescente progressiva

Crescente regressiva

Decrescente progressiva

Decrescente regressiva

Na realidade as condições de reposição são apreciadas através do índice de reposição de BOECK ou taxa líquida de reprodução Êsse índice exprime a relação entre o número de filhos tidos por uma geração de recém-nascidos durante todo o período de atividade reprodutiva e o número de componentes do grupo inicial Se êsse índice é igual a 1, a população satisfaz as condições mínimas de reposição; si fôr superior, as condições estarão satisfeitas com folga e se inferior a reposição será insuficiente

Examinemos sob êsse aspecto, as condições da Europa.[1] A Inglaterra e Gales apresentavam em 1921 um índice de reposição de 1,087. Em 1931 o seu valor desceu a 0,812 e em 1933 era de 0,734. Assim, a mais de 13 anos, as condições demográficas da Inglaterra são deficientes quanto à reposição, e de ano para ano essas condições se agravam.

A Escócia em 1934 apresentava uma taxa de reprodução de 0,912, também insuficiente

Na Dinamarca ela vem decrescendo lentamente desde 1890 e em 1933 já era inferior a unidade: 0,910. A França já em 1898 tinha um índice de reposição inferior à unidade: 0,979. É o país que há mais tempo apresenta uma reposição insuficiente, que já se concretizou em decréscimos reais. Êsse valor desceu até 0,820 em 1933. A Alemanha em 1925 apresentava a taxa de 0,924 que decresceu a 0,700 em 1933. A Suécia para o período de 1926 a 1931, tinha uma taxa de 0,857, decrescendo em 1933 a 0,730. Na Austria, em 1928, o índice era 0,782 baixando a 0,670 em 1934. A Finlândia em 1933 tinha uma taxa de reposição de 0,9 a Hungria de 0,91.

Fora da Europa, a Austrália (população branca) no triênio 1931-1933 tinha uma taxa de reposição de 0,976 e a Nova Zelândia, em 1933, a de 0,978.

Nos Estados Unidos em 1930 a taxa de reposição era de 1,08 decrescendo logo a seguir segundo um cálculo de DEPOID a 0,98 Segundo êsse último autor, além dos países citados ainda apresentavam em 1930 taxas inferiores à unidade a Estônia, a Letônia, a Suíça, a Noruega, a Checoslováquia e o Luxemburgo.

As piores condições em 1930 eram da Alemanha, Áustria, Suécia, Inglaterra e Suíça Para êsses países, mesmo que se conseguisse realizar a hipótese absurda de que nenhum indivíduo morresse até atingir a idade de 50 anos, de modo a se aproveitar o máximo da atividade reprodutiva de todo o grupo, ainda assim não seria possível manter o equilíbrio das suas populações.

Os outros países da Europa tais como a Rússia, a maioria dos países balcânicos, a Polônia, a Itália, Portugal, etc. possuíam coeficientes de reposição superiores à unidade. Assim mesmo, embora apresentando ainda valores compatíveis com a manutenção das suas populações, em todos êles êsses valores vinham decrescendo sistemàticamente. A Ucrânia, por exemplo, que em 1896-7 tinha uma taxa de 1,96, apresentava em 1929 a taxa de 1,29; na Bulgária a taxa decresceu de 1,88, em 1920-3, a 1,3, em 1934, etc.

Na América, o Canadá em 1930 ainda tinha taxa superior à unidade. Para o México, a América Central e América do Sul há poucos dados a êsse respeito. Mas segundo alguns estudos do professor MORTARA as condições de reposição são ainda folgadas. O professor MORTARA calculou para o Brasil em 1920 a elevada taxa de reprodução de 1,98, comparável com a da Ukrania em 1896. O seu nível atual é ainda elevado.[2]

É possível que todos os países da América do Sul apresentem ainda hoje uma taxa de reprodução bem superior à unidade.

Não temos dados sôbre o Japão; mas em face da limitação da prole, que ali é orientada pelo próprio Estado, é provável que, embora ainda elevada, a taxa de reprodução seja também decrescente há vários anos [3]

Perdoem-nos os ouvintes essa catarata de números. Mas era necessária para fixar o nosso pensamento: as condições demográficas do mundo não são melhores que as suas condições econômicas.

---

[1] A maioria dos dados estatísticos foram retirados de um quadro do livro *Poblacion Mundial*, de CARR SUNDERS

[2] O professor MORTARA calculou ainda a taxa de reprodução para o Chile encontrando — para o período 1934-35 o valor 1,34

[3] Posteriormente foi-me confirmado pelo professor MORTARA que o índice de reposição do Japão em 1925 era 1,65 e em 1934, 1,44

Em um primeiro grupo encontramos a Índia e a China no limiar da miséria maltusiana; em um segundo grupo os Estados Unidos e um grande número de povos da Europa e da Oceânia em condições demográficas insuficientes para a manutenção da espécie, em um terceiro, enfim, os povos da América do Sul, o Canadá, o Japão e, na Europa, a Rússia, os países balcânicos, a Polônia, a Itália, Espanha e Portugal, em situação ainda favorável, porém caminhando provàvelmente para as mesmas condições de insuficiência dos demais

5) — Muitos países tem adotado políticas diretas e indiretas no sentido de incrementar suas populações Embora o incremento de população resulte da diferença entre nascimentos e óbitos, todos os governos, quando se defrontam com o problema, procuram na realidade incrementar os nascimentos, e nunca reduzir os óbitos. As campanhas de incentivo mais intensas foram desenvolvidas na Itália e na Alemanha. Nêsse último país o govêrno constituía um fundo anual de 150 milhões de marcos para empréstimos de casamento, tendo sido concedidos em 1933 mais de 140 mil empréstimos e em 1934 mais de 220 mil Convém salientar desde logo que quando a fecundidade é insuficiente, se essa insuficiência se mantém para os novos casais, nenhuma alteração poderá trazer à tendência demográfica o aumento de casamentos Os resultados de tôdas essas campanhas não corresponderam absolutamente às expectativas, e a tendência demográfica não se modificou sensìvelmente

No Brasil as condições demográficas ainda são boas — e potencialmente ótimas — comparadas com as da maioria dos países No entanto os elementos estatísticos demonstram um certo declínio do coeficiente de natalidade, em virtude da penetração cada vez mais intensa do regime de limitação da prole

Algumas medidas de incentivo à natalidade têm sido adotadas, tais como o impôsto de solteiro, além de outras com a finalidade direta de proteção às famílias numerosas, que podem representar também, indiretamente, um incentivo à procriação.

Convém no entanto salientar um aspecto, sôbre o qual já insistimos em outra conferência, e que ao nosso ver é fundamental para o Brasil. O incremento de população é a diferença entre nascimentos e óbitos. A taxa de natalidade no Brasil ainda é muito elevada; seu nível é talvez superior a 40‰, no entanto a mortalidade é também bastante forte, cêrca de 20‰ Nas idades jovens — principalmente no primeiro ano de vida e na primeira infância — a mortalidade brasileira é particularmente elevada Ora as crianças que hoje nascem devem constituir a base do futuro demográfico do país, mas de cada 100 recém-nascidos sòmente 67 atingem à idade de 15 anos, ou seja, apenas os 2/3 do contingente inicial poderão estar aptos a procriar. Uma redução da mortalidade no período de 0 a 15 anos teria, pois, uma ação grandemente favorável, aumentando aquêle contingente e melhorando assim as condições demográficas do país Antes de incentivar fortemente a natalidade, ou a pai dêsse incentivo, é aconselhável uma política intensa de redução da mortalidade infantil Se queremos fazer nascerem as crianças, devemos fazê-las nascer para a vida, porque elas têm êsse direito e porque é êste o maior interêsse da sociedade

Resumindo o que dissemos nessa rápida exposição concluímos:

I) — Que, no sentido do bem estar geral da humanidade, muito pouco tem conseguido a economia mundial. As condições dos povos, nesse particular, são deploráveis e os sistemas econômicos nacionais e internacionais não atingiram ainda uma forma salutar de equilíbrio

II) — Que as condições demográficas atuais são igualmente desfavoráveis ao desenvolvimento da espécie humana e deficientes em grande número de países à manutenção de suas populações.

6) — Sendo os bens econômicos um conjunto de bens destinados ao alimento do homem, — alimento do corpo e do espírito, — para a conservação da espécie, a conclusão final e singela é que o sistema econômico-social não apresenta o mínimo de condições suficientes ao estabelecimento de um ponto de equilíbrio demográfico, compatível com a renovação mínima da espécie.

Essa conclusão exige, porém, alguns esclarecimentos complementares.

Nós vimos que um grande número de povos na atualidade apresenta uma taxa de reposição inferior à unidade; em alguns países, tais como a Inglaterra, a Alemanha, a Suíça, a Suécia e a França, o assunto exige uma solução urgente. A sobrevivência de todos êsses povos não está garantida pela fecundidade reinante combinada com as respectivas leis de mortalidade, não sendo possível, na maioria dos casos, resolver o problema por uma redução de mortalidade. Essas condições insuficientes resultam de um fato; estabeleceu-se entre os povos o regime de pequena família Êsse regime já havia dominado na Europa há mais de 300 anos, mas por uma forma diversa da de hoje. Os povos, ameaçados pelo superpovoamento adotavam, muitas vêzes compelidos pelo Estado, processos drásticos para reduzir o crescimento da população, os quais redundavam sempre em graves ofensas físicas, psicológicas e morais. O infanticídio era um dêsses métodos contrários aos sentimentos humanos, e que vigorou no Japão até meados do século passado. A limitação da prole representava tais sacrifícios que por isso mesmo era garantida sua manutenção, embora o ponto de equilíbrio não correspondesse sempre ao "ótimo demográfico", isto é, ao maior grau de bem estar Depois que a ciência e a técnica, no intuito de resolver o grave problema do superpovoamento, forneceram aos homens processos humanos e simples de limitação da prole, estabeleceu-se então um novo regime de pequena família, que difere do antigo porque êste era compulsório e o atual é voluntário Eis-nos, pois, chegados ao ponto fundamental todos os povos se preocuparam sempre com o problema da limitação da natalidade em virtude da ameaça do superpovoamento. O antigo proprietário de uma pequena quadra de terra via sempre com angústia o aparecimento de um novo filho na sua família já numerosa, porque em breve a sua pequenina propriedade não seria suficiente para alimentar a todos. Mas os processos de limitação implicavam em tais sacrifícios que a sua utilização era feita dentro do mais estrito comedimento resultando garantida uma reposição mínima da espécie. Hoje os métodos anticoncepcionais são quase perfeitos, e, uma vez vencidas as primeiras resistências de caráter moral, — graças à propaganda iniciada na França e desenvolvida intensamente na Inglaterra, de onde se estendeu ao resto do mundo — instalou-se entre os povos o regime voluntário da pequena família Assim, no regime antigo, as dores físicas, psicológicas e morais constituíam fôrças naturais que se opunham à utilização do método limitativo, e capaz de garantir, quando outras circunstâncias não interviessem, a reposição mínima da espécie. Hoje, com o desaparecimento daqueles sacrifícios, resulta que já não há a menor garantia de uma utilização comedida da limitação, e com isso, o ponto de equilíbrio demográfico se acha indeterminado. Deveria então, em face dêsse perigo, condenarem e reprimirem os poderes públicos os métodos anticoncepcionais? Não seria aconselhável e nem mesmo possível uma tal política Em primeiro lugar porque só se podem reprimir pela fôrça de poder público, os atos individuais e não os reclamos coletivos Por outro lado, a limitação da natalidade representa uma conquista da ciência no sentido da solução de um problema premente da humanidade e tem por isto seus aspectos positivos. Condená-la em princípio seria o mesmo que condenar o avião porque pode ser utilizado como arma de destruição. Assim, a adoção desta política, como aconteceu em alguns países seria ineficiente como a do desarmamento dos povos. Não se adiantaria muito na solução do problema obrigando os homens a ter mais filhos, mas sim fazendo com que êles desejem ter mais filhos. As fôrças contrárias que se deverão opor à extinção da espécie para a fixação do ponto

de equilíbrio, deverão ser encontradas no sistema econômico social. Por analogia com o equilíbrio que se estabelece entre os lôbos e as ovelhas no exemplo que figuramos, os povos devem buscar um equilíbrio entre o conjunto dos bens econômicos — espécie devorada pelo nosso corpo e pelo nosso espírito — e as suas populações. Sòmente um sistema econômico adequado, organizado no sentido do maior bem estar social, será capaz de fornecer as componentes que faltam ao sistema demográfico para restabelecer o equilíbrio destruído Tôdas as medidas de incentivo à natalidade até hoje postas em prática por vários países, têm sido insuficientes para alterar convenientemente a tendência demográfica das suas populações, mas nem por isso devemos condená-las essas medidas convenientemente adaptadas às condições específicas de cada país, serão mesmo necessárias à reconstrução demográfica do mundo, mas, por si sós, elas são insuficientes, porque o fenômeno é muito complexo e as suas causas fundamentais muito mais profundas do que em geral se supõe Em todos os povos, uma vez vencidos os obstáculos da tradição e da moral popular, — e a miséria, a fome, o superpovoamento são fatôres suficientes para vencer êstes obstáculos — limitação voluntária da prole se estabelece sem que haja fôrças capazes de garantir, por uma espécie de mecanismo auto-regulador, o equilíbrio demográfico Acreditamos que haja casais sem filhos, ou com poucos filhos, por motivos fúteis, mas o fenômeno coletivo da insuficiência dos filhos tem origem em causas mais profundas O desejo natural de ter filhos resulta como uma espécie de necessidade de vida eterna Nós desejamos progredir na escala social e adquirir um grau mais elevado de bem estar, mas queremos também ser eternos e reviver em nossos filhos; desejamos que êles sejam pelo menos o que somos, por uma espécie de instinto de continuidade e de progresso do *eu*, através das gerações Por isso nós procuramos economizar, trabalhar no sentido do futuro dos filhos para garantir-lhes condições pelo menos iguais às nossas, porque não estamos certos de que a sociedade as garanta Mas quanto mais filhos tivermos, menores serão as possibilidades que poderemos reservar para cada um, e, como é maior o amor pelos filhos que já nasceram ou foram concebidos, nós damos preferência a êstes e procuramos limitar a prole. Por outro lado, novos filhos constituiriam estorvos atuais não desprezíveis e dificuldades às vêzes bem grandes Assim, entre as fôrças que em cada casal incitam, por um lado a ter filhos, e por outro a limitá-los, se estabelece um certo equilíbrio Ora, êsse equilíbrio — se as condições econômico-sociais não forem bastante adequadas — poderá verificar-se em um ponto tal que o número de filhos dêle resultante não seja suficiente para a manutenção da espécie É exatamente isto o que, ao nosso vêr, está acontecendo no mundo atual O ponto de equilíbrio reprodutivo individual, em face das condições econômico-sociais, está abaixo do ponto de equilíbrio demográfico Como desejar mais filhos o pobre operário faminto que passa horas de pé numa fila imensa de "sem trabalho" para receber uma pensão de chômage que mal chega para alimentar aquêles de quem êle já gosta ? Como desejarem mais filhos as mães que, ainda pelas contingências econômico-sociais, precisam trabalhar, se não há em número suficiente, e convenientemente orientados, creches e jardins onde deixá-los? como desejá-los se a educação é custosa e se as mães querem reservar aos que já estão vivos o máximo de seus esforços e de seu desvêlo? Como desejar mais filhos o casal que a custa de grandes esforços conseguiu comprar por Cr$ 200 000,00 uma pequena casa com dois quartos e sem terreno, ou que, dentro das suas posses, só encontra nos jornais o anúncio "aluga-se a casal sem filhos, um pequeno apartamento independente"? Voltar, regredir, sujeitar-se a condições piores do que as já conseguidas, colocar-se em situação de inferioridade com uma prole numerosa mas doente, sub-nutrida, sem perspectivas de um futuro confortador, não é um horizonte capaz de incentivar o desejo natural de procriar, já enfraquecido pelas dificuldades atuais. O comerciante, o capitalista, o operário ou empregado público, o rico ou o pobre, todos enfim, sentem as condições desfavoráveis de uma prole numerosa Para contra-

balançar essa situação de inferioridade muito pouco tem contribuído os sistemas econômico-sociais. Muito se tem escrito e praticado em matéria de economia: economia das trocas e economia monetária, a economia capitalista e a economia marxista, teorias de crises e depressões, todos êsses assuntos enchem volumes e volumes que dariam para formar muitas bibliotecas. Mas o sistema econômico tem-se desenvolvido como um corpo de doutrina isolado do sistema demográfico, quando na realidade, para os homens — como para os lôbos do nosso exemplo, as ovelhas — o conjunto dos bens econômicos não é mais do que uma espécie a ser devorada, e a economia o meio mais fácil de consegui-lo. Depois desta guerra o mundo seria mais promissor se o sistema econômico fôsse bem estruturado sôbre o princípio básico do equilíbrio demográfico, de modo a permitir aos homens — ávidos de bens econômicos — o máximo do bem estar social. Talvez assim, para o futuro, a história de cada povo pudesse ser sintetizada na frase de contos de fadas: "era uma vez uma terra promissora onde habitava um povo feliz".

*

COMENTÁRIOS

DO SR. COSTA MIRANDA: — "Cabe aos encarregados do debate — e tenho a honra de figurar entre os convocados para esta confortadora reunião, em que ouvimos a palavra entusiasta de João Lyra Madeira e recolheremos o comentário erudito de Giorgio Mortara — cabe-lhes, repito, louvando-me na clareza do texto em que vazaram as instruções que a regem, exercer, sob tríplice aspecto, o mandato a que o título corresponde: *a*) solicitar esclarecimentos, isto é, inquirir; *b*) oferecer contestação, portanto, refutar; *c*) emitir opinião pessoal, conseqüentemente, expor.

Consigno, sem rebuço, que não me acode qualquer solicitação de esclarecimentos. O problema está perante nossos olhos na crueza com que ergue um desafio permanente. Ademais, não me ocorrem motivos para contestação. Em tese, seria negar a própria evidência. Resta-me, pois, a faculdade que me possibilita emitir opinião pessoal. Não a esquecerei, menos pelo respeito à obrigação que decorre do convite com que me distinguiram e mais pelo valor da oportunidade que me entreabre para fornecer uma contribuição que outro valimento não possui que não a sinceridade que a inspira e conduz.

Assim é que me permitirei lembrar que o tumulto em que pompeia o conflito das economias nacionais, talvez, não deva ser visto à hora atual como expressão clássica do fenômeno cíclico das crises; antes, parece assinalar a transição em que algo se enforme e constitui para o advento de uma nova fase na marcha da humanidade. Convenhamos que a violência telúrica das fôrças que se medem e golpeiam, naturalmente desperta semelhante idéia. Evocou o conferencista a teoria astrofísica de Eddington, recordando que o equilíbrio inicial da massa gasosa, sùbitamente rompido pela brutalidade da explosão, originou miríades de fragmentos que, atirados ao espaço, continuam a vagar à mercê dos sistemas que articula a gravitação gerada pelo movimento que desencadeou a expansão de hecatombe. Todavia, não se contentou; espírito lúcido, buscou um arremate e logo o obteve: — ao expansionismo do Universo associou a contração da Terra. Ora, quem nos diz que não estejamos em véspera de presenciar um alargamento das condições favoráveis à criatura humana e um cerceamento dos fatôres que lhe são hostis ou molestos?

Um historiador, adiantando a resposta que daria se lhe perguntassem de que procedeu o esplendor do Século XVI, resposta que vale mencionar — "a Renascença foi o resultado do triunfo do comércio baseado na moeda e no crédito sôbre o antigo sistema individual do tráfico por permuta" — declina as razões em que se sustém e, atribuindo à cédula fiduciária, "mais eficiente do que os ducados", influência ponderável no surto de prosperidade, anota que, anteriormente, "lavrava um desejo veemente de emancipação" e "a liberdade adejava no ar", contrastando "em parte alguma inflava o peito humano, com um sentimento de altivez e de independência, como atrás das muralhas protetoras de uma cidade sòlidamente fortificada". O entrelaçamento de interêsses, transpondo "as muralhas protetoras", cinta "de uma cidade sòlidamente fortificada", amplia a área da comunidade, estendendo a segurança que satisfaz a "um desejo veemente de emancipação", corporifica "a liberdade" que "adejava no ar", enfim, provoca e alimenta "uma época particularmente digna de atenção", porque marca "o momento em que se generalizam as tendências e aspirações, que, política, religiosa e artisticamente se manifesta-

vam intermitentes e esporádicas nos séculos que o precederam". Objetar-se-á que sacrificou a antiga "noção de universo", e derrubou a "organização política e social da Idade Média". Mas, interpondo o burguês no choque do servo que trabalha, com o clérigo, que reza, e o nobre que administra, franqueia à blebe, "povo comum", o caminho para o campo viçoso em que exercitará as energias que cedo despenderá em proveito da renovação que zela pela vitalidade do conjunto Não é um caso isolado, porém uma cadeia de exemplos: — a luta pela emancipação do homem, irmanando bárbaros e cidadãos, a peleja pela liberdade de consciência, congregando crentes e herejes, a arrancada pela igualdade política, nivelando nobres e plebeus, então, por que irá definir na campanha pela redenção econômica ?

Eis o ensinamento que me aconselhou, vai para semanas, falando em São Paulo, durante o encerramento da segunda série de palestras a que o IDORT patrocinou, serenamente a escudar-me na opinião de JACQUES MARITAIN, quando rebate que "o fim da sociedade é o bem individual ou a simples reunião dos bens individuais de cada uma das pessoas que a constituem", dado que "semelhante fórmula a dissolveria em benefício de seus componentes", arrastando-a à "anarquia dos átomos" ou "à velha concepção anarquista, mascarada de materialismo burguês, segundo a qual tôda a função da cidade consiste em velar pelo respeito da liberdade de cada um, oprimindo os fortes livremente os débeis" Firmando que "o fim da sociedade é o bem comum, o bem do corpo social", resguarda que "não se entende que o bem do corpo social é um bem comum de pessoas humanas como o corpo social é um todo de pessoas humanas", porque "esta fórmula, por sua vez, conduziria a outros erros, erros do tipo coletivista ou totalitário". Não: redigindo "Os Direitos do Homem e a Lei Natural", sustenta que "o bem comum da cidade não é a simples reunião dos bens privados ou o bem próprio de um todo que com êle se relaciona e sacrifica as partes de per si, tal como a espécie, por exemplo, posta em relação aos indivíduos ou a colméia relativamente às abelhas; é a boa vida humana da multidão, uma multidão de pessoas, isto é, uma multidão de totalidades, simultâneamente, materiais e espirituais, principalmente espirituais, ainda que aconteça viver mais a miúdo a carne que o espírito". Sustenta, e particulariza — "O bem comum da cidade é a comunhão das pessoas em bem viver; portanto, comum ao todo e às partes, digo às partes como se fôssem todos, porque a noção de pessoa significa totalidade, é comum ao todo e às partes sôbre as quais êle se volve e que devem com êle beneficiar-se."

Note-se; tomava-a como uma das referências para asseverar que " se o problema do bem-estar é peculiar a cada zona e comum à universidade das regiões, urge reconhecer que, acima de tudo, é um problema de justiça Sobrepõe-se aos estorvos que tolham as pesquisas em tôrno de saber "como determinar o que é estritamente necessário ao homem"; excede o âmbito dos programas que se proponham a "evitar a grande e perigosa depressão, causada pelas oscilações da massa dos sem trabalho"; ultrapassa o formalismo das cláusulas que externem o propósito de "assegurar não só a melhoria das classes trabalhadoras como também o seu progresso econômico e proteção social", porque se levanta e situa na linha do horizonte, dominador e soberano, qual afirmação franca e categórica em que o consenso unânime profere a "perpétua e constante vontade de dar a cada um o que lhe é devido"

Se a escravatura abateu o trabalho livre como a servidão extinguiu a escravatura e o regime do salário, derrubando os fortins do artezanato, encerrou a servidão, não duvidemos que a posse e o uso da eletricidade, mais que o vapor, tirando da musculatura animal, apesar da estafa, a sobrecarga de arcar com os pedidos que se avolumavam, tombando freqüentemente na hemiplegia das congestões, não sejam capazes de deitar e impor, comandando os meios de produção, embora a custo de alterações no direito de propriedade, melhor o ajustando aos reclamos do consumo e conveniências da distribuição, e o processo evolutivo sempre aprimora, um ambiente que ampara e defenda o homem nas legítimas exigências que lhe pautam a existência e favorecem a procriação Sim, "não há mais lugar para regimes fundados em privilégios", uma vez que "subsistem sòmente os que incorporam tôda a Nação nos mesmos deveres e oferecem, eqüitativamente, justiça social e oportunidades na luta pela vida", consoante a sábia advertência do Presidente VARGAS "

DO PROFESSOR GIORGIO MORTARA — "O assunto da conferência do Dr LYRA MADEIRA é tão vasto e importante, e os aspectos encarados pelo ilustre demógrafo na sua sugestiva exposição são tão numerosos e variados, que os prazos de 24 horas para a preparação e de 10 minutos para o debate, que me foram demarcados pela férrea — aliás, justa — disciplina do DASP, tornariam temerária, e inevitàvelmente superficial, qualquer tentativa de discussão geral, por minha parte.

Só quero acentuar, a êsse respeito, a necessidade de ser considerada a solução de alguns problemas demográficos internacionais como uma das bases indispensáveis de uma paz durável A coexistência pacífica de povos comprimidos em restritas zonas, com densidades superiores à de 100 habitantes por quilômetro quadrado, com outros, senhores de imensos territórios, com densidades inferiores à de 10 habitantes por quilômetro quadrado, é tanto improvável, no âmbito internacional, como a convivência cordial do lavrador faminto com o ricaço ocioso no âmbito nacional. Entretanto, a redistribuição da população mundial representa uma tarefa de alcance tal, que sòmente através de uma demorada e paciente ação preliminar de estudo, esclarecida pela ciência e inspirada pelo amor ao próximo, seja talvez possível encaminhá-la para a realização A exposição do Dr. LYRA MADEIRA oportunamente visou divulgar o conhecimento da existência, da amplitude e da urgência dêsses problemas

Acêrca de dois pontos particulares, quero trazer uma pequena contribuição complementar, aproveitando os resultados dos estudos que, sob a sábia orientação do professor CARNEIRO FELIPPE, estão sendo conduzidos no Serviço Nacional de Recenseamento. Ambos êsses pontos referem-se às condições demográficas do Brasil

A taxa de natalidade dêste país não pode ser determinada diretamente, porque em muitas Unidades a estatística do registro civil abrange apenas uma pequena fração dos nascimentos efetivamente ocorridos Há Estados em que a proporção dos nascimentos que escapam a essa estatística atinge, e talvez exceda, 90% Porém, em alguns Estados a estatística do registro civil, embora não completa, abrange a grande maioria dos casos efetivamente verificados; assim em São Paulo, onde a taxa média de natalidade do quadriênio 1939-42, calculada conforme essa estatística, se agroxima de 32 por 1 000 habitantes. A análise dos dados por municípios e a comparação com os resultados do censo demográfico de 1940 dão, entretanto, indícios certos da existência de sensíveis lacunas na estatística dos nascimentos segundo o registro civil; parece provável que a taxa de natalidade paulista exceda o nível de 36 por 1 000 habitantes, e talvez atinja o de 38. Em outros Estados encontram-se níveis mais elevados. Pesquisas baseadas nos resultados do censo de 1940 para o Piauí, o Rio Grande do Norte, Mato Grosso, a Bahia e o Pará, indicam que as respectivas taxas de natalidade excedem o nível de 40 por 1 000 habitantes e, talvez, em alguns casos, o de 45. Para o conjunto do Brasil, concordo com a estimativa do Dr. LYRA MADEIRA, de uma natalidade de 40 por 1 000 habitantes, entendendo-se êste 40 como expressão aproximada de um nível não determinável com precisão mas provàvelmente compreendido entre os limites de 38 e 42 por mil.

Fala-se muito na diminuição da natalidade, em conseqüência da limitação voluntária da prole, no Brasil. Sem dúvida essa limitação se está manifestando, mas em medida ainda moderada e com localização restrita em alguns centros urbanos, e sobretudo na capital federal Na população desta, o número médio dos filhos nascidos vivos tidos pelas mulheres prolíficas de 50 anos e mais — as que já esgotaram a sua atividade reprodutora — é inferior a 6, enquanto no Rio Grande do Norte, zona típica de prolificação não limitada, quase atinge 9, conforme as informações obtidas pelo censo de 1940.

Talvez nas gerações mais moças a limitação seja mais intensa Devo, todavia, honestamente advertir que uma pesquisa especial efetuada pela Secção de Apuração do Serviço Nacional de Recenseamento parece indicar a moderada extensão dêsse costume Por ocasião do censo de 1890 foi realizado no Distrito Federal um inquérito acêrca do número dos filhos tidos e dos filhos ainda vivos, entre 42 309 casais recenseados. Repetiu-se o inquérito, com referência aos 252 138 casais encontrados pelo censo de 1940.

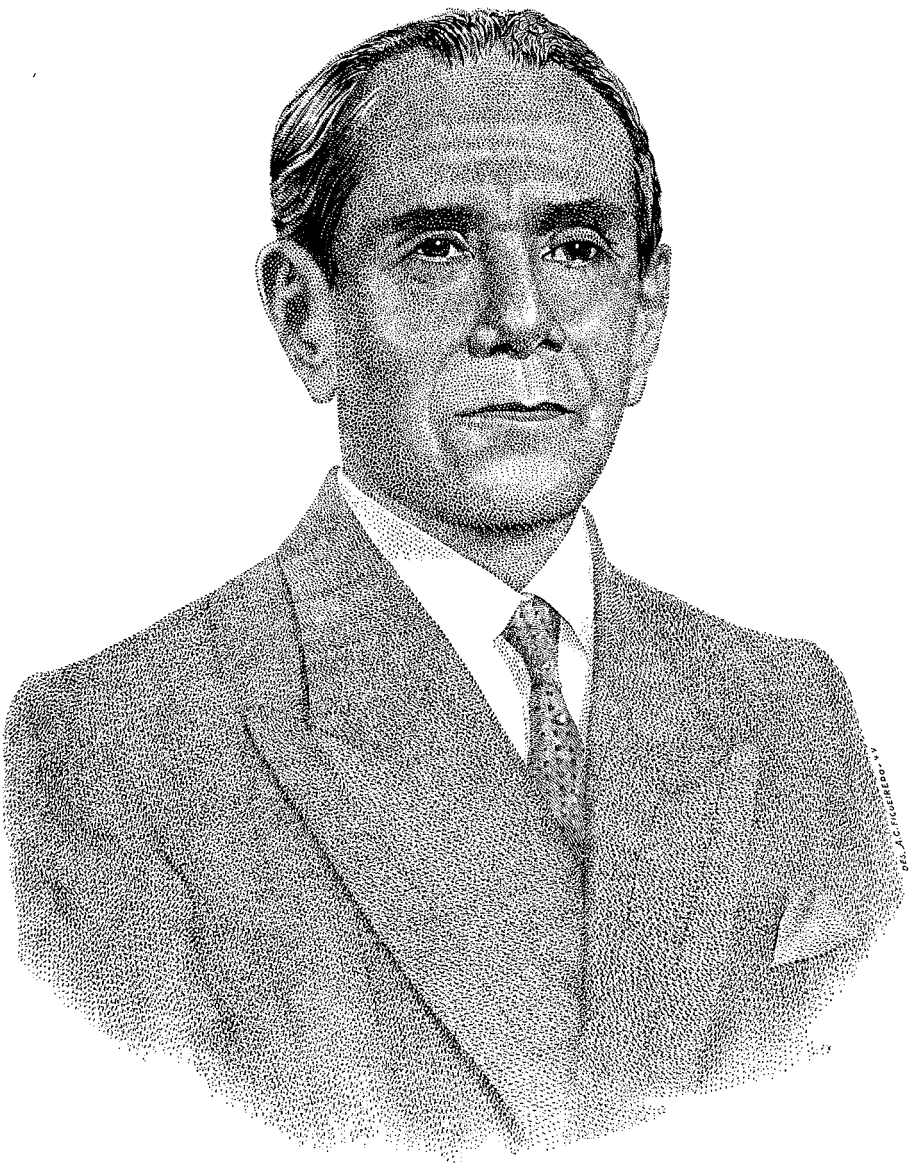
O número médio dos filhos tidos, nascidos vivos, de cada casal, desceu de 3,28 em 1890 para 3,01 em 1940; o número médio dos filhos de cada casal ainda vivos na data do censo manteve-se no nível de 2,46, compensando totalmente a redução da mortalidade na infância e adolescência o efeito da sensível, mas não grande, diminuição de natalidade.

O segundo ponto que desejo frisar é o da mortalidade infantil Segundo cálculos do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, a proporção dos sobreviventes no 5 º aniversário, de 1 000 nascidos vivos, conforme a mortalidade verificada nos anos 1939-41, é de 773 no Distrito Federal e de 800 no Município de São Paulo Em outras palavras, de 1 000 nascidos vivos, 227 no Distrito Federal e 191 em São Paulo falecem antes de alcançar o quinto aniversário A significação dessas proporções pode ser bem esclarecida pela comparação com os países mais adiantados Conforme as tábuas de sobrevivência calculadas no último decênio anterior à guerra atual, a proporção dos falecidos nos primeiros 5 anos de idade era de 56 por 1 000

nascidos vivos na Austrália; 60 na Holanda; 62 na Suécia; 67 na Noruega e na Suíça, ou seja três vêzes menor do que nas duas máximas aglomerações urbanas do Brasil. Mesmo em Estados mais populosos encontravam-se proporções próximas da metade das brasileiras, como as de 76 falecidos nos primeiros 5 anos de idade por 1 000 nascidos vivos na população branca dos Estados Unidos e 107 na população preta, de 90 na Inglaterra e Gales, 95 na Alemanha, 108 na França.

A experiência internacional mostra que a mortalidade das crianças pode ser reduzida pelo menos 50% em comparação com os níveis atuais do Rio de Janeiro e São Paulo, que de certo já são inferiores à média geral do Brasil. Não sejam invocados o clima ou a raça como justificação da alta mortalidade das crianças neste país, pois a ação dêstes fatôres é muito secundária em comparação com a de outros que podem ser resumidos em duas palavras: miséria e ignorância. Elevando-se o nível material e intelectual da existência, ver-se-á diminuir no Brasil, como diminuiu em tantos outros países, a mortalidade nas idades infantis."

VULTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA



ANTONIO CAVALCANTI ALBUQUERQUE DE GUSMÃO

E' DE JUSTIÇA focalizar, nestas colunas, a figura de um dos mais dignos e devotados elementos de nossos quadros profissionais, cuja longa carreira funcional — encerrada há cêrca de três anos, com honrosa aposentadoria — foi sempre assinalada por uma exemplar dedicação, indiscutível competência e vigilante espírito público Cabe, com efeito, a ANTÔNIO CAVALCANTI ALBUQUERQUE DE GUSMÃO *um lugar do mais alto relêvo entre quantos melhor têm servido à causa da Estatística*

Nascido no município de São Luís do Quitunde, antiga Província das Alagoas, em 28 de julho de 1876, iniciou os estudos primários em seu município natal e terminou o curso de preparatórios em Maceió, em 1892. Veio, no ano seguinte, para esta Capital, ingressando na Escola Politécnica, cujas aulas interrompeu alguns anos depois

Nomeado, em 1897, escriturário do "Pedagogium", da Prefeitura do Distrito Federal, após a extinção dêsse instituto passou a ter exercício sucessivamente na Diretoria de Instrução Pública e no Serviço local de Estatística, como amanuense e depois 2 º oficial, cargo êste atingido por merecimento Era funcionário dessa última repartição quando colaborou no Recenseamento Municipal de 1906 Deixou, finalmente, a Prefeitura em 1907, por haver sido nomeado Oficial Maior da Diretoria Geral de Estatístca, na reforma efetuada naquele ano, sem que, aliás, houvesse voluntàriamente concorrido para essa nomeação. Ao ser concedida a exoneração que nesse momento solicitara, dirigiu-lhe o seu ex-diretor, Dr AURELIANO PORTUGAL, *ao tempo secretário do Prefeito, Dr.* FRANCISCO P PASSOS, *uma honrosa carta, cujos têrmos finais são êstes: "Manda o Sr Prefeito do Distrito Federal louvar-vos pelos bons serviços prestados à Municipalidade no exercício de vosso cargo, fazendo votos para que, no serviço da União, mantenhais as honrosas tradições que deixastes na Prefeitura, — de funcionário competente e exemplar Transmitindo-vos, com prazer, esta manifestação do Sr Prefeito, a ela me associo como chefe da repartição municipal a que pertencestes"*

Ainda como estudante alistou-se, nesta Capital, no Batalhão patriótico "23 de Novembro", entre os defensores da República contra o movimento subversivo de 6 de Setembro de 1893

O seu tirocínio na Estatística federal pode-se dividir em dois períodos: antes e depois de 1918 Anteriormente a essa data, cabiam-lhe atribuições mais restritas e de menores responsabilidades na Secção em que servia como imediato ou substituto eventual do Chefe Assim colaborou em vários trabalhos de estatística, sendo o de mais vulto o "Boletim Comemorativo da Exposição Naconal de 1908". Além disso, durante as suas interinidades de Chefe, iniciou vários inquéritos, de alguns dos quais lhe cabe a prioridade de organização e execução no país, entre outros o Censo Pecuário pelo processo indireto das avaliações, que representa o primeiro cômputo da nossa riqueza pastoril, dada à publicidade em 1913 (Sinopse); *a "Estatística das inscrições hipotecárias e das transcrições de transmissão de propriedade", cujas primeiras tabelas foram publicadas em 1914; e a "Estatística das Indústrias sujeitas ao impôsto de consumo em 1912",* (com indagações sôbre os fatôres da produção, etc , no que se diferencia do levantamento fiscal então efetuado), *estatística da qual só foram publicados os resumos gerais no relatório da repartição, correspondente ao ano de 1916-17*

Na administração do Dr FRANCISCO BERNARDINO SILVA, *ao aproximar-se a época marcada para o Recenseamento de 1910, ouvido, prèviamente, o Chefe da Secção em que trabalhava, foi designado, por portaria de 30 de Julho dêsse ano, para formular os modelos dos questionários a aplicar no inquérito econômico adjeto ao recenseamento projetado, o qual, como se sabe, deixou de ser levado a efeito na época própria Contudo, apresentou em minucioso relatório os resultados da incumbência que lhe foi confiada*

Ao ingressar, em 1907, no serviço federal de estatística, foi-lhe atribuida a categoria de oficial-maior A imediata reforma, de 1910, extinguiu, porém a sua classe, reunindo-a à dos de Primeiros Oficiais, da qual, desde então, passou a fazer parte. Nessa qualidade, prestou valioso concurso aos trabalhos da 4 ª Secção, de Estatísticas Sociais e Culturais, cujas realizações assinalam notáveis conquistas da Estatística Brasileira, naquela fase de sua evolução histórica

Era, ainda, 1.º Oficial e superintendia, em meiado de 1918, os serviços do Gabinete da Diretoria Geral de Estatística, por designação do Dr. BULHÕES CARVALHO, *quando foi* nomeado interinamente, por indicação dêste, para chefiar a Secção Econômica da mesma *Diretoria Em Abril do ano seguinte, teve a incumbência de "organizar as instruções necessárias à execução do censo econômico, feito cumulativamente com o recenseamento geral da população a efetuar-se em 1920, inclusive os modelos de formulários e demais impressos que forem precisos à coleta de informações e aos trabalhos de propaganda do referido censo econômico" Competiu-lhe elaborar o plano de apuração mecânica e, bem assim, o enquadramento, confronto e análise dos dados coligidos, como base indispensável da publicação dos resultados dos vários inquéritos em que se desdobrou essa parte do Recenseamento Correspondeu êle integralmente a essa prova de confiança, embora grande fôsse a responsabilidade daí decorrente*

Ao começar, nessa ocasião, a apuração do inquérito da agricultura, como meio de facilitar o serviço e uniformizar as medidas agrárias consignadas nos boletins censitários, organizou, para uso interno da Secção a seu cargo, as "Tabelas de Conversão das principais medidas agrárias usadas no Brasil em unidades do sistema métrico decimal", publicação que teve, a par disso, larga distribuição e procura nos meios estranhos à repartição, sendo editada pela segunda vez em 1930, devidamente revista e acrescida de algumas informações novas

Fêz parte, ainda, da comissão técnica, composta de três membros, que teve a incumbência de "organizar o plano e as instruções preliminares do Recenseamento de 1930", e a 2 de Janeiro dêsse ano era nomeado para dirigir, já como Chefe efetivo da Secção Econômica daquele departamento, os trabalhos do respectivo censo econômico

Aliás, essa circunstância já determinara, antecipadamente, a sua nomeação para representar o Brasil na Comisão dos Estatísticos Delegados à IX Assembléia Geral do Instituto Internacional de Agricultura, reunida em Roma de 6 a 9 de Outubro de 1928, e cujo objetivo era organizar o questionário-tipo *a ser empregado no censo mundial da Agricultura a*

efetuar-se em 1930 Logo depois, estando ainda na Europa, foi nomeado membro da Comissão que participou da Conferência Internacional Relativa às Estatísticas Econômicas, realizada, em Genebra, de 26 de Novembro a 14 de Dezembro do referido ano de 1928 Mais tarde, ao esboçar-se, com a sua assistência, o plano dos inquéritos econômicos, por ocasião dos trabalhos preparatórios do malogrado Recenseamento de 1930, — levaram-se devidamente em conta, na medida do possível, as normas e recomendações das duas citadas reuniões, de Roma e Genebra

Ao encerrar a introdução do último volume da série do Recenseamento de 1920, o Dr BULHÕES CARVALHO, salientando os esforços dos funcionários da Divisão Geral de Estatística na sua execução, faz, nominalmente, referências ao Chefe da Secção Econômica Além disso, ainda nas vésperas de deixar o cargo de Diretor, dirigiu-lhe, em data de 31 de Janeiro de 1931, um honroso ofício, que assim termina: "É com a mais viva satisfação que cumpro, não só o grato dever de apresentar-vos os meus agradecimentos pela vossa prestimosa coadjuvação, como ainda a obrigação de salientar o inexcedível zêlo, a competência e a incansável operosidade com que desempenhastes, durante o inquérito censitário de 1920 e no serviço preliminar do censo de 1930, as funções técnicas confiadas à vossa esclarecida direção Reconhecendo, o inestimável valor do concurso eficiente, leal e dedicado que prestastes à minha administração, renovo, com os protestos de minha cordial estima e elevado aprêço, os votos sinceros que faço pela vossa felicidade pessoal".

De 1918 a 1934 — quer na antiga D. G. E., quer no extinto Departamento Nacional de Estatística — a Secção por êle dirigida organizou, ainda, os seguintes trabalhos, oportunamente publicados pelos dois referidos departamentos federais: Estatística da produção do milho do Brasil, na safra de 1916-17 (*1918*); Indústria Açucareira no Brasil (*1919*); Resumo de várias Estatísticas Econômico-Financeiras (*1924*); Estatística das Finanças do Brasil (*1926*); Veículos terrestres de auto-propulsão (*trabalho apresentado à Segunda Exposição de Automobilismo, Auto-propulsão e Estradas de Rodagem, reunida no Rio de Janeiro em Maio de 1928*); Veículos terrestres e Estradas de Rodagem em 1927 (*publicação destinada ao 2º Congresso Pan-Americano de Estradas de Rodagem, reunido no Rio de Janeiro em Agôsto de 1929*); Discriminação da Receita estadual segundo as leis orçamentárias em 1927-1930 (*1932*); Estatística dos Meios de Transporte no Brasil (*comunicação que apresentou ao V Congresso Nacional de Estradas de Rodagem, realizado no Rio de Janeiro de 16 a 24 de Novembro de 1933*); e Estatística da Produção Industrial do Brasil (*dos produtos sujeitos ao impôsto de consumo, 1933*)

Já foi dito, em publicação oficial, que êste último trabalho, organizado como os demais sob as suas vistas, representa o primeiro passo para o levantamento das estatísticas sôbre as variações da atividade industrial do país, de conformidade com as obrigações constantes da Convenção que CAVALCANTI DE GUSMÃO teve ocasião de assinar em Genebra, em 1928, como um dos representantes do Brasil à Conferência então alí reunida

Além dessas publicações, outros trabalhos avulsos foram distribuídos pela sua Secção, assim como elementos estatísticos diversos, devidamente coligidos e analisados, constam das memórias apresentadas ao Instituto Internacional de Estatística, em suas sessões de Roma e do Cairo, respectivamente em 1925 e 1927, e, bem assim, da plaquette distribuída por ocasião de reunir-se, nesta Capital, em Setembro de 1927, a Conferência Parlamentar e Internacional de Comércio

Como um dos Membros da Comissão que representou o Ministério do Trabalho junto ao V Congresso Nacional de Estradas de Rodagem, apresentou sugestões que foram adotadas pelo mesmo Congresso, quer quanto à "Uniformização das estatísticas de estradas de rodagem", quer quanto ao "Registro de veículos auto-motores e de tração animal" Em sessão plenária do mesmo Congresso, foi também aprovado um voto de louvor pela apresentação do seu já citado trabalho — "Estatística dos Meios de Transporte no Brasil"

Com a nova organização dada ao serviço federal de estatística, em 1934, passou a exercer o cargo de sub-Diretor da então Diretoria de Estatística Econômica Financeira do Ministério da Fazenda Aí, sob as suas vistas foram editadas mais duas publicações periódicas elaboradas pela mesma repartição: Estatísticas Econômicas, boletim atualmente semestral, editado desde 1935, e Quadros Estatísticos (*publicação anual*), cujo número inicial se destinou a comemorar a Primeira Exposição Nacional de Educação e Estatística, realizada nesta Capital em 1936. Como os demais trabalhos aí editados, ambas essas publicações tiveram muita aceitação e procura, principalmente no Exterior

Fêz parte da Comissão nomeada, em comêço de 1935, para coordenar dados sôbre o Brasil, destinados a publicações internacionais de estatística, em vista da carência verificada de tais informações Daí resultou em breve publicar-se o boletim acima citado de "Estatísticas Econômicas" E a prova do quanto contribuiu para a organização dêsse trabalho é o significativo voto de louvor da Junta Executiva do Instituto Nacional de Estatística, em sua terceira reunião extraordinária, efetuada em Junho de 1936

Por delegação do Sr. LÉO DE AFONSECA, então diretor do S E E F, organizou a "notícia" sôbre o Brasil, solicitada pelo Instituto Internacional de Estatística, de Haia Pôde, assim, a referida associação internacional divulgar, pela primeira vez, em 1939, os dados coligidos sôbre o nosso país na 2.ª edição do seu trabalho Recueil International de Statistiques Economiques, 1931-1936 Cumpre notar que na 1ª edição dessa obra, entre os vários países aí representados por suas estatísticas, apenas dois países americanos se encontravam: os Estados Unidos e o Canadá Na 2ª edição, porém, o número dêles já se elevava a três, incluindo o Brasil

Ainda sob as suas vistas, fez-se, depois, uma separata dêsse trabalho, com o título Índice da situação econômica do Brasil no período de um quarto de século, devidamente atualizadas e ampliadas as informações Mais tarde, foram êsses dados novamente reproduzidos na publicação Quadros Estatísticos (*1932-1939*), edição de 1941

Em 1935, foi eleito membro titular do Instituto Internacional de Estatística, de Haia, e na qualidade de representante do diretor da sua Repartição, serviu quer na Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, quer na Comissão Censitária Nacional

Finalmente, aposentou-se em Fevereiro de 1941, após quarenta e quatro anos de vida pública, dos quais cêrca de dez como funcionário da Municipalidade do Distrito Federal, aí incluindo cinco anos na repartição local de Estatística Essa notável fôlha de serviços à Estatística recomenda o nome de ANTÔNIO CAVALCANTI ALBUQUERQUE DE GUSMÃO ao aprêço e respeito dos profissionais brasileiros, que nêle reverenciam um dos mais nobres expoentes da sua classe, pelas qualidades invulgares de zêlo, devotamento e competência reveladas em longo e brilhante tirocínio funcional

INICIAÇÃO ESTATÍSTICA
REPRESENTAÇÃO TABULAR E GRÁFICA

(continuação do número anterior)

45 — *Os diagramas em escala logarítmica* — É de grande importância para o estudo das séries estatísticas o uso dos diagramas em escala logarítmica Quando os têrmos da série sofrem pequenas variações os diagramas em escala natural dão uma boa impressão destas variações. Se, entretanto, estas forem consideráveis, êstes diagramas dão uma idéia falsa.

Para a construção do gráfico em escala logarítmica, basta tomar, em um sistema de eixos cartesianos ortogonais, para ordenadas os logarítmicos dos têrmos da série. Como aplicação representemos em escala logarítmica a série que dá a marcha do número de associados do I. A. P. dos Bancários nos anos de 1935 a 1943:

Anos x	*N.º de associados* y	*log y*
1935	12 450	4,10
1936	13 890	4,14
1937	15 927	4,20
1938	18 274	4,26
1939	21 484	4,33
1940	24 429	4,38
1941	26 892	4,43
1942	30 492	4,48
1943	35 502	4,55

O gráfico (fig. 1) é então obtido, marcando em abscissa os anos e em ordenada os logarítmicos do número de associados. Pelo gráfico observa-se que todos os pontos obtidos vão se dispor aproximadamente sôbre uma reta, isto é, o seu andamento é retilíneo.

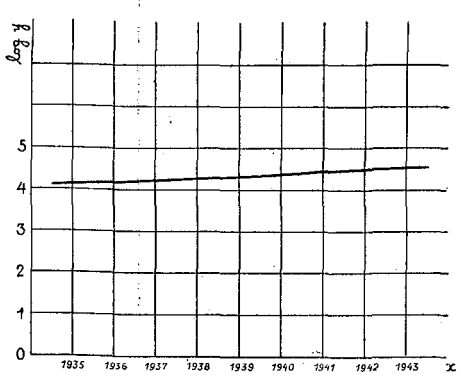


Fig 1

Sendo êste andamento retilíneo concluimos que a taxa de crescimento da massa de bancários permanece constante. De fato, se *a* e *b* são dois têrmos de uma série e *c* e *d* dois outros, então se:

$$\log b - \log a = \log d - \log c$$

por uma conhecida propriedades dos logaritmos,[1] temos:

$$\log \frac{b}{a} = \log \frac{d}{c}$$

$$\frac{b}{a} = \frac{d}{c}$$

que nos prova o que acima dissemos

Nesta ordem de idéias podemos fazer a seguinte pergunta: sabendo a forma do diagrama em escala logarítmica é possível saber *a priori* a forma do gráfico da distribuição em escala natural? No que se segue daremos a solução dêste problema no caso do gráfico em escala logarítmica ser uma reta. Sendo uma reta os logaritmos dos têrmos da série estão em progressão aritmética,[2] isto é, se forem

$$y_1, y_2, y_3, \ldots, y_n$$

os têrmos da série e

$$\log y_1, \log y_2, \log y_3, \log \quad , \log y_n$$

---

[1] O logaritmo do quociente de dois números é igual ao logaritmo do dividendo menos o logaritmo do divisor.

[2] Esta propriedade foi estudada na pág 685 do n º 15 desta REVISTA.

os logaritmos dos seus têrmos, então, devemos ter:

$$\log y_2 - \log y_1 = \log y_3 - \log y_2 = \ldots = \log y_n - \log y_{n-1} = c = \text{constante}$$

ou

$$\log \frac{y_2}{y_1} = \log \frac{y_3}{y_2} = \ldots = \log \frac{y_n}{y_{n-1}} = c$$

donde, em virtude da definição de logaritmos:

$$\frac{y_2}{y_1} = \frac{y_3}{y_2} = \frac{y_4}{y_3} = \ldots = \frac{y_n}{y_{n-1}} = c = k$$

e, portanto:

$$y_2 = y_1 k$$
$$y_3 = y_2 k$$
$$\vdots$$
$$y_n = y_{n-1} k;$$

isto significa que os têrmos da série estão em progressão geométrica Portanto no exemplo em aprêço o gráfico em escala natural tem andamento exponencial

JESSÉ MONTELLO

ENGANOS EM TABELAS ESTATÍSTICAS

A tabela das ordenadas da curva normal de probabilidades, expressas como fração da ordenada máxima e em função do afastamento reduzido x/σ, que figura no livro *Principles and Methods of Statistics* (pág. 462) de R. E. CHADDOCK — tabela tirada, conforme declara, de *Statistical Methods Applied to Education,* de RUGG — e que é reproduzida em *An Outline of Statistical Methods* (pág 115), de H ARKIN e R COLTON, em *Exercises in Statistical Methods* (pág 128), de R. E. CHADDOCK e F E CROXTON, e, nos livros nacionais, em *Elementos de Estatística Geral* (2ª ed. pág. 395), de MILTON S. RODRIGUES, em *O Método Estatístico em Biologia e Educação* (pág 151), de J P FONTENELLE e em *Exercícios de Estatística* (pág. 233), de VIVEIROS DE CASTRO, apresenta um engano tipográfico uniformemente repetido para o afastamento reduzido $x/\sigma = 0{,}41$

De fato, ao fazer uma interpolação na referida tabela, o funcionário da 2.ª Secção do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, SYLVIO NANNI, notou certa irregularidade para aquêle valor, impresso menor que o seguinte.

A tabela é obtida fazendo-se a ordenada máxima igual à unidade, onde a expressão de uma ordenada qualquer (VIVEIROS DE CASTRO, op cit. Ex 175):

$$z = e^{-\frac{x^2}{2\sigma^2}}$$

fazendo $x/\sigma = 0{,}41$, teremos:

$$\frac{x^2}{\sigma^2} = 0{,}1681$$

$$z = e^{-0{,}08405}$$

$$\log z = -0{,}08405 \log e$$

$$z = 0{,}91939$$

e não 0,91399 como figura nas tabelas já citadas.

—oOo—

Na mesma ocasião determinamos uma revisão rigorosa nas tabelas do final do livro *Exercícios de Estatística,* de VIVEIROS DE CASTRO, o que foi feito pelo aludido funcionário, sendo assinalados os seguintes enganos:

Na tabela 3 (pág 228), $\times \sqrt{39} = 6{,}244998$, log 59 = 1,7708520, log. 64 = 1,8061800, log. 144 = 2,1583625 e $153^2 = 23\,409$

Na tabela 4 (pág 233), além do engano que deu origem a esta nota, há mais os seguintes: para $x/\sigma = 1{,}34$, a ordenada é 0,40747, e para 1,86 é 0,17732

Na tabela 5 (pág. 234), para $x/\sigma = 1{,}09$, a área é 0,36214, para 1,13 é 0,37076, para 1,16 é 0,37698 e para 2,54 é 0,49446

Na tabela 6 (pág 235), os enganos são os do quadro abaixo:

t	$F(t)$	Δ
0,04	0,045 1 109	—
0,48	—	89 181
1,16	0,899 0 962	—
1,31	0,936 0 632	—
1,81	—	4 186
2,01	—	1 947
2,42	0,999 3 793	—
3,27	—	3
3,48	0,-14 101	—
3,52	—	4 530

L. S. V C.

DE ONTEM E DE HOJE

O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

HAVÍAMOS resolvido escrever para esta revista uma reportagem sôbre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Adiávamos, porém, a execução da tarefa esperando por uma oportunidade; e esta nos veio naturalmente ao encontro, com as comemorações, a 29 de maio último, do "Dia do Estatístico", instituído justamente na data da instalação daquele órgão nesta Capital ,

E, assim, através do próprio noticiário de imprensa sôbre as comemorações da data conseguimos nos inteirar de

COMO FOI CRIADO O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Melhor será transcrever o que a respeito foi publicado, contido nesta nota divulgada pelos jornais:

"Comemora hoje o oitavo aniversário de sua instalação o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

A idéia da criação desta entidade nasceu nos primeiros dias após a vitória da Revolução de 1930, através de um projeto levado ao exame do Govêrno da República por intermédio do Ministro da Educação, no sentido de criar-se o Instituto Nacional de Estatística e Cartografia Em 1933, o então ministro da Agricultura, Sr JUAREZ TÁVORA, promoveu a reunião, nesta capital, de uma Comissão de técnicos, composta de um representante de cada Ministério, a qual, sob a presidência do Sr LÉO DE AFFONSECA e tendo como relator o Sr M. A TEIXEIRA DE FREITAS, realizou exaustivos estudos sôbre as deficiências da organização estatística então vigorante no Brasil e conjugou num projeto — para cujo preparo serviu de base o plano anterior — os resultados de suas conclusões

> *CONSTITUI, sem favor, uma realização jornalística do maior alcance e de evidente interêsse para a história da atual fase da administração brasileira, a série de minuciosas reportagens que, sôbre os principais serviços públicos, vem realisando o Sr* ADALBERTO MÁRIO RIBEIRO *Profissional dos mais experimentados, com longos anos de tirocínio na imprensa desta Capital, principalmente no* Correio da Manhã, *de que é redator, — tem aquêle jornalista realizado, com êsses trabalhos, todos êles divulgados na* Revista do Serviço Público, *uma obra das mais meritórias, pelo que representa como esfôrço de pesquisa e interpretação, aplicado no sentido de tornar melhor conhecidos do público, em geral, e dos servidores do Estado, em particular, a estrutura, as atividades e os objetivos dos diferentes órgãos da Administração Recentemente, fêz o Sr.* ADALBERTO MÁRIO RIBEIRO *pormenorizada reportagem sôbre os aspectos mais importantes da atuação do Instituto, a qual foi publicada por aquela* Revista *em sua edição de julho, com grande número de sugestivas fotografias a ilustrar o texto Reproduzindo êsse trabalho,* data venia, *na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, queremos encarecer o seu valor documental e, sobretudo, o espírito de compreensão e simpatia com que o autor soube sentir e fixar, nos seus breves contactos com estatísticos e geógrafos brasileiros, os esforços que se desenvolvem nos vários campos de atividade do Instituto, a serviço dos melhores interêsses da cultura e do progresso do país*

A CRIAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Às vesperas do país retomar a normalidade constitucional, em 1934, foi baixado o decreto que criou o Instituto Nacional de Estatística, ficando assim sacrificado o plano primitivo, na parte referente aos serviços geográficos Instalado em 29 de maio de 1936, no próprio Palácio do Catete, junto à Secretaria da Presidência da República, o I N E convocou imediatamente a Convenção Nacional de Estatística, pela qual se solidarizaram os poderes executivos da União e das Unidades Federadas, para o ordenamento e a planificação sistemática das estatísticas brasileiras, conferindo-se ao Instituto, por outro lado, a responsabilidade de delegatário dos governos, nos três setores de nossa organização política: o federal, o estadual e o municipal

O êxito obtido, em curto prazo, pela nova organização dada ao sistema estatístico brasileiro, afastou dentro em pouco os obstáculos que se haviam oferecido à consecução do plano inicial do Instituto

A CRIAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Criado em princípios de 1938 o Conselho Nacional de Geografia, ficava integrada a sua estrutura definitiva, constituída por duas grandes alas de serviços: a que acabava de ser colocada sob a responsabilidade do novo órgão e a que vinha sendo tècnicamente orientada pelo Conselho Nacional de Estatística Ao mesmo tempo, era mudada a sua denominação para Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou seja êsse I.B G E a cujo esfôrço renovador já se habituaram a fazer justiça todos quantos se detêm no exame das suas admiráveis realizações

OS PRIMEIROS FRUTOS DA CRIAÇÃO DO INSTITUTO

Em oito anos apenas de atuação, o Instituto transformou por completo o conceito da estatística brasileira dentro e fora do país, do que são provas os expressivos pronunciamentos que tiveram a seu respeito o Oitavo Congresso Científico Americano, r e u n i d o em Washington, e o Segundo Congresso Inter-Americano de Municípios, realizado no Chile, quando não a circunstância de haver sido conferida a um brasileiro a primeira presidência do Instituto Inter-Americano de Estatística. Aí estão, por outro lado, o *Anuário Estatístico do Brasil* — um dos mais completos e perfeitos do mundo, — com as suas numerosas Sinopses Regionais e por assuntos, e ainda outras em inglês e esperanto No setor da geografia, cumpre não esquecer a campanha memorável em prol da sistematização da divisão territorial do país, que, além de obedecer atualmente a critérios racionais e uniformes, é baixada para vigência sem modificações pelo prazo mínimo de um qüinqüênio Merece referência, por fim, a realização do Recenseamento Geral de 1940, sob a responsabilidade direta do Instituto

O INSTITUTO AMPLIA A SUA ATUAÇÃO TÉCNICA E CULTURAL

Ampliando cada vez mais a sua atuação técnica e cultural, o I B G E inicia o seu nono ano de atividade com o prestígio inteiramente consolidado em todo o país, como uma das nossas mais eficientes entidades administrativas Os seus esforços se voltam, no momento, para um plano de trabalhos do mais relevante alcance nacional, em virtude das atribuições que lhe conferiu o decreto-lei n.º 4 181, visando assegurar, como o exigem os interêsses da segurança do país, o mais elevado grau de eficiência aos levantamentos estatísticos de caráter municipal Nesse sentido, foram celebrados Convênios nas diversas Unidades Federadas, em virtude dos quais será transferida ao Instituto a responsabilidade da manutenção dos serviços estatísticos dos Municípios

Na atual emergência, o I.B.G E., cujas Secções de Estatística Militar são órgãos colaboradores do Conselho de Segurança Nacional e dos Estados Maiores das Fôrças Armadas, vem prestando assinalados serviços à planificação do esfôrço de guerra do país, fornecendo às autoridades competentes os elementos obtidos nas suas pesquisas normais e executando inquéritos especiais, inclusive o levantamento dos estoques e outros índices econômicos"

COMO TRABALHA O I B G E

Só com a transcrição da nota acima pudemos informar aos leitores da *Revista do Serviço Público* como foi criado o I B G E, adiantando-lhes também informações, em linhas gerais, da atuação dêsse órgão nos seus oito anos de existência

Podemos agora dar início pròpriamente à nossa reportagem, visitando a sede do Instituto, instalada no 11.º andar do edifício d'*A Noite*

Íamos, portanto, começar uma reportagem que sempre mantivemos no programa de nossa colaboração à *Revista do Serviço Público*

À distância sentíamos, entretanto, o pêso da tarefa, o pêso e a responsabilidade, e daí o receio natural de executá-la

Mas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística haveria mesmo de constituir uma destas contribuições mensais que, desde 1938, vimos oferecendo ao órgão oficial do D A.S P , o adiamento da execução dêsse trabalho torturava-nos um pouco, e impunha-se, afinal, dar-lhe cabo de uma vez

Em situação idêntica havíamos estado quanto à Casa de Rui Barbosa; mas um dia o nosso grande animador Dr Paulo Vidal fez-nos sentir, quando Diretor do Serviço de Administração do D A S P , a possibilidade de enfrentá-la, pois dizia êle, "bastava que fizéssemos uma reportagem como as anteriores, de simples registro do que vissemos e sentíssemos em casa de Rui"

Mas êsse "vissemos e sentíssemos", sobretudo o "sentíssemos", não era nada para o escritor, jornalista e diplomata Paulo Vidal. E, no entanto, para nós, um mundo de coisas difíceis e complicadas

Não exageramos Era o que realmente nos fazia hesitar

Os leitores da *Revista do Serviço Público* sabem já o que aconteceu: *cometemos* uma reportagem sôbre a casa de Rui

Agora vamos descrever, à nossa moda, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Uma referência ligeira a algumas de suas secções, e toca a andar Nem pode ser de outra forma

E é pena que assim seja, pois em vez de uma só reportagem, deveríamos realizar uma série delas, que depois dariam, enfeixadas, grosso volume Pela estrutura do I B G E ver-se-á fàcilmente a extensão e a complexidade de suas atividades, executadas por numerosos órgãos que lhe são subordinados diretamente ou com êle mantêm contato constante, em recíprocas comunicações

Primeiro vamos publicar a estrutura do Conselho Nacional de Geografia e depois a do Conselho Nacional de Estatística.

Antes da inserção dos dois esquemas que lhes são referentes, melhor será ir soltando algumas notas colhidas no início desta reportagem

NA SEDE DO I B G E

No edifício d'*A Noite*, tomamos rapidíssimo elevador, que nos deixou num instante no 11.º andar. Pouco antes havíamos estado na Biblioteca Nacional, onde nos distraímos e tomamos um elevador de que só as pessoas incautas se servem: é um alçapão perigoso que está ali armado para pregar bons sustos aos que supõem tratar-se mesmo de um elevador, pela sua apresentação natural Dizem que o monstro já tem sua história, repassada de magníficos episódios tragi-cômicos Quanto a nós, não houve nada de maior quando dêle nos servimos Notamos-lhe apenas incrível morosidade e uns arrancos esquisitos e angustiosos Poderia ser pior Sem dúvida que poderia.

Mas que diferença o elevador d'*A Noite !*

Fechando-se os olhos tem-se a impressão até que se está subindo para o céu, sobretudo se a viagem se faz entre anjos terrestres

E, assim, com tão boa disposição de espírito, fomos falar ao secretário geral do I B.G E Foi outro momento de agradável satisfação O Dr M A Teixeira de Freitas é um criador de pequenos mundos, de suave clima, em que se vê e sente as coisas com cordialidade e prazer, pois se êle as sabe dispor com admirável "fair-play" e contagiante satisfação! De saudável otimismo, procura sempre observar e depois nos ensinar a distinguir nitidamente aquilo que o Brasil já tem de grandioso, ou precisa ter, desde que se trabalhe com amor e decisão Suas vistas alcançam os mais afastados recantos do país, procurando devassá-los nos seus mínimos detalhes, seja na apresentação física, seja nos costumes de seus habitantes Alcançam e os tornam depois conhecidos por intermédio das várias secções do grande Instituto sàbiamente dirigido pelo Embaixador Macedo Soares, que tem a seu lado êsse patriota incansável, guia seguro de excelente equipe de colaboradores, que com êle mourejam diàriamente na divulgação exata e precisa da vida nacional

Nesse primeiro encontro com o Dr Teixeira de Freitas, dissemos-lhe do nosso propósito de escrever sôbre o Instituto, adiantando-lhe, porém, que não conhecíamos precisamente a estrutura da casa

— Muito bem Vou lhe fornecer dois folhetos indispensáveis a êsse conhecimento

E pouco depois recebíamos as referidas publicações: *Sistema geral dos Serviços Geográficos e Estatísticos Brasileiros — Esquema Estrutural* e *Ordenação geral dos assuntos da Estatística Brasileira — Esquema fundamental*

Além dêsses dois folhetos, ofereceu-nos depois o Dr. Teixeira de Freitas êste outro: *Educação e Estatística — Breve documentário oferecido aos professôres-alunos do Curso de Férias levado a efeito pela Associação Brasileira de Educação em 1941*

Nessa atraente publicação, fomos encontrar esta

"MENSAGEM DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA A SUA SANTIDADE O PAPA PIO XII

Beatíssimo Padre,

O Conselho Nacional de Estatística, um dos colégios dirigentes dêste Instituto, aprovou, na última sessão de sua assembléia geral, verificada em julho do corrente ano, a Resolução n.º 127, na qual apresenta ao Govêrno do Brasil as diretrizes que lhe parecem essenciais à acertada orientação da política social brasileira Órgão oficial, destinado a subministrar aos altos poderes do Estado as informações indispensáveis à sábia e prudente direção administrativa, cultural e social do país, o Instituto Brasi-

leiro de Geografia e Estatística está sinceramente convencido de que a solução profunda e prática dos múltiplos problemas impostos pela organização da sociedade moderna deve ser larga e compreensivamente humana Ao lado dos fatôres técnicos de ordem econômica, jurídica e social, cumpre-lhe apelar para a influência insubstituível e decisiva dos valores morais Em vez de pregar a divisão dos corações e a luta das classes, importa intensificar os altos e nobres sentimentos de solidariedade e exaltar os benefícios salutares de uma paz fundada nas exigências da justiça e nas dedicações da caridade A doutrina social da Igreja Católica, inspirada nas lições divinas do Evangelho e no profundo conhecimento da natureza humana, afigura-se-lhe, por isso, não só a mais harmoniosamente afinada com as tradições históricas de um povo que nasceu e se formou à sombra protetora da Cruz, senão também a mais eficientemente adaptada às exigências múltiplas e complexas do nosso reajustamento social Cristão desde os primeiros dias de sua existência, deseja o Brasil, fiel ao seu batismo, realizar tôdas as conquistas de seu progresso numa atmosfera de justiça e de paz, impregnada tôda dos ensinamentos do Evangelho

Animado desta íntima persuasão, julgou o Instituto dar às considerações inspiradoras de sua resolução o mais expressivo relêvo e a chancela de uma consagração singular com o apêlo "à mais alta, mais exigente e mais universal autoridade moral no seio da sociedade humana — a do Soberano Pontífice da Igreja Católica"

Como Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e como católico sincero, pareceu-me dever de filial homenagem levar ao conhecimento de Vossa Santidade a notícia de uma resolução que representará sem dúvida para o coração paterno de Vossa Santidade, tão amigo do Brasil e tão dedicado aos interêsses superiores da paz e do amor entre os homens, uma fonte de consolação e, para os nossos trabalhos e esforços, assim o esperamos, o confôrto de uma bênção do Pai Comum da Cristandade

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1939

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES "

E agora vamos reproduzir

"A resposta de Sua Santidade," o Papa Pio XII, à mensagem do Instituto

De Sua Eminência o Cardial LUIZ MAGLIONE, Secretário de Estado do Vaticano, recebeu o Sr Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, Presidente do Instituto, a seguinte expressiva carta:

"Excelência,

Com a mais viva e agradável satisfação acolheu Sua Santidade a inspirada Mensagem que Vossa Excelência lhe quis dirigir em nome do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ao exprimir a Vossa Excelência e aos membros do Instituto o reconhecimento pela deferente homenagem que lhe foi prestada, Sua Santidade compraz-se em enaltecer o espírito cristão e humano que a inspirou e justifica as mais arrojadas esperanças acêrca do êxito das previdentes e sábias iniciativas às quais dedica o Instituto os mais nobres esforços

Com êste cordial auspício, o Santo Padre invoca sôbre Vossa Excelência e sôbre o Instituto a que consagra as suas preciosas energias os dons celestes de que é penhor a Bênção Apostólica

De Vossa Excelência devotíssimo,

(a) L Card MAGLIONE "

A SUGESTÃO DE UM JORNALISTA

O Dr. TEIXEIRA DE FREITAS, depois de passar em revista, ligeiramente, as relações do Instituto com as instituições culturais a que suas atividades se acham ligadas no país e no estrangeiro, referiu-se às solenidades comemorativas do oitavo aniversário da instalação do I B G E e às manifestações espontâneas e confortadoras de regozijo de numerosas instituições e "ibgeanos" desta capital e dos Estados, reveladas através de grande cópia de telegramas, que nos mostrou Teve ainda ensejo, o Dr TEIXEIRA DE FREITAS, de ressaltar o valioso apoio do Presidente VARGAS a tôdas as iniciativas do Instituto, que vai ter sede condigna, em grande edifício, no local onde se acha o Silogeu.

Em meio de nossa palestra com o secretário geral do I B G E, fomos apresentados ao Dr WALDEMAR LOPES, que "como jornalista, poderia ver o que seria interessante para uma reportagem sôbre o Instituto" E assim o Dr. TEIXEIRA DE FREITAS nos aproximou dêsse seu assistente, que nos deu logo impressão de ser muito experimentado, dizendo-nos:

— Antes de o senhor iniciar sua reportagem, conviria ler o relatório das atividades do Instituto em 1943 e que acaba de ser publicado Conhecendo-as, embora limitadas apenas a um exercício, fácil lhe será depois compreender todos os serviços em andamento aqui e em outros setores do Instituto.

E pensamos *baixinho*, considerando bem a sugestão do funcionário-jornalista:

— Êste é mesmo do *brinquedo* Sabe bem como se faz muitas vêzes uma boa reportagem sôbre coisas as mais complicadas e distantes, sem se sair da redação do jornal .. Aliás, o verdadeiro jornalista, o verdadeiro e o mais exato, é assim

Mas, quanto a nós, o jornalista "ibgeano" não estava, absolutamente, com outra intenção que a de nos orientar com segurança na tarefa que desejávamos executar não de longe, mas muito de perto.

E o relatório veio, e a promessa de lê-lo também, e os agradecimentos pela oferta preciosa soltámos, entre apertos cordiais de mão, e, quando vimos, descíamos espremidos no elevador, no meio de um mundo de gente que, àquela hora, 5 da tarde, saía ansiosa de todos aquêles escritórios do edifício d'*A Noite* para correr e depois ficar parada uma hora na fila, à espera do ônibus salvador e torturante, coisa ruim, danada, de que ninguém escapa, ninguém se livra !

UM ROTEIRO PRECIOSO

E lemos, afinal, o relatório Lemos e gostamos O jornalista WALDEMAR LOPES tinha razão, e foi sincero Nem há dúvida !

O relatório passou a ser o nosso roteiro Por êle se pode apreciar devidamente a extensão, o valor da difícil tarefa de se revelar com clareza e sinceridade aos próprios brasileiros o que é o Brasil E as dificuldades da execução dêsse trabalho são *apenas* estas: "vastidão do território, deficiência dos transportes e comunicações e dispersão dos núcleos demográficos, para não referir, sobretudo, a fraca receptividade do ambiente social, determinada pela ausência de qualquer tradição estatística".

Pois bem; com todos êsses sérios entraves vai o Instituto realizando obra notável, definitiva, que há muito deveria ter sido iniciada no Brasil

Devemos confessar à puridade que as atividades do Conselho Nacional de Geografia agradaram-nos mais que as mencionadas no relatório do Conselho Nacional de Estatística Talvez estejamos cometendo uma heresia Talvez. Que os bons "ibgeanos" nos desculpem .

E, terminando a leitura do relatório, ficamos ansiosos por visitar a sede do Conselho Nacional de Geografia e percorrer-lhe tôdas as dependências Tudo concorria para isso, até a distância: a Secretaria Geral do I.B G E é, como já dissemos, no edifício d'*A Noite*, à praça Mauá, e a sede do Conselho Nacional de Geografia aqui na Cinelândia, no Edifício Francisco Serrador

Telefonamos, então, ao Dr TEIXEIRA DE FREITAS, para dizer-lhe que iríamos iniciar por cá a nossa reportagem E sua resposta foi de plena aprovação ao roteiro que resolvêramos estabelecer para a confecção dêste trabalho Foi mais longe na sua gentileza: disse-nos que nos recomendaria por telefone ao engenheiro FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES, chefe da Secção de Estudos Geográficos, no momento respondendo pelo expediente do Conselho, na ausência do diretor, engenheiro CRISTÓVÃO, LEITE DE CASTRO, em viagem por diversos países da América, a serviço do I B G E e visando coordenar providências para maior êxito da próxima II Conferência Panamericana sôbre Geografia e Cartografia

NA SEDE DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

— Quinto andar

Saltamos numa sala de espera, onde se encontra a portaria do Conselho e que é também um Museu Geográfico

Vem ao nosso encontro o Dr FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES Conversamos um pouco e depois percorremos a casa O Conselho ocupa o quarto e o quinto andares do edifício, e ainda precisa de mais espaço A intensidade e a extensão de seus serviços surpreenderam-nos

NA CARTEIRA DE INTERCÂMBIO E PUBLICIDADE

O traço de união entre o Conselho e a imprensa é o jornalista CARLOS PEDROSA, chefe da Carteira de Intercâmbio e Publicidade (C I P) Sua mesa está atulhada de jornais e revistas De vez em quando um visitante ilustre, estudioso de assuntos geográficos, procura-o a fim de conseguir informação sôbre tal ou qual publicação de interêsse no momento — artigo, entrevista ou notícia que teria sido publicada, mas que ignora onde o foi

— Ah! então é o senhor que envia tôdas as semanas para o *Correio da Manhã* aquela notícia das tertúlias geográficas das quintas-feiras aqui no Conselho ?

— A nossa Carteira procura sempre divulgar as atividades do Conselho valendo-se do valioso concurso da imprensa

— Será, decerto, interessante para a *Revista do Serviço Público* revelar alguma coisa aos seus leitores sôbre

AS TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS

Dissemos ao chefe da C I P, visando colhêr as primeiras informações a respeito

E o Sr CARLOS PEDROSA reporta-se então à apreciação do professor EVERARDO BACKHEUSER sôbre essas tertúlias, feita num "Comentário do Mês" do *Boletim do Conselho Nacional de Geografia*, nº 2, de maio de 1943, acrescentando:

— Aqui está o que o insigne professor afirmou, e não preciso encarecer o valor dos conceitos por êle emitidos sôbre as nossas tertúlias Leia êste trecho:

> "Vale a pena assistir a essas reuniões. Técnicos e leigos, professôres e estudantes, homens com responsabilidade de govêrno e iconoclastas demolidores de preconceitos, tôda gente, velhos e moços, todos luciam em assistí-las Cordiais e amenas, sôbre o fundo seguro de finalidades científicas, de vez em vez, percorre o ambiente um leve sorriso por algum dito de espírito que haja espoucado no ardor das discussões, até hoje mantidas, com o favor de Deus, em atmosfera de finura e elegância
>
> As reuniões tomam o aspecto de conversa, mas de conversa a sério, com perguntas incisivas e respostas eruditas A larga mesa é retangular, quase quadrada, mas, de fato, sem solenidades de presidência, parece a távola redonda, onde todos se assentam com iguais direitos A coordenação científica a cargo do professor FRANCIS RUELLAN, um homem encantador e um geógrafo de pulso, fala na hora da síntese final, mas não se aborrece ou agasta com as impertinências de algum caturra que deseje "maiores esclarecimentos" E LEITE DE CASTRO, que é afinal o presidente e a fôrça propulsora das *Tertúlias*, também não se impõe em brados de comando e vibrações de timpano, antes escuta atento as opiniões e as controla para resumí-las quando a prolixidade de algum orador tropical se perdeu nos meandros de minudências"

Visivelmente satisfeito ao terminar a leitura dessa apreciação do professor EVERARDO BACKHEUSER, acrescentou o senhor CARLOS PEDROSA:

— Sôbre a oportunidade de realização das tertúlias, é ainda dêsse professor esta observação:

> "Surgem as *Tertúlias* no oportuno momento E é oportuno o momento porque, como dissemos de início, a geografia atravessa agora fase de reconfortante euforia Nasceram na hora em que poderiam nascer Nem antes nem depois. No justo momento Tentativas anteriores teriam de ser, como foram, frustradas por precoces e intempestivas O "meio" ainda estava inadaptado a elas Mas, se fôra retardado seu aparecimento, encontrariam acaso já em declínio essa *fase efusiva*, exatamente à míngua de incentivos estimulantes para novos trabalhos, como elas o são
>
> O que tudo quer dizer que os Srs Embaixador MACEDO SOARES e Dr CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO tiveram êsse senso que caracteriza os grandes líderes: o senso da oportunidade
>
> As *Tertúlias* são partes de um plano vasto, bem concebido Delineia sua armadura a resolução 117, de 2 de dezembro de 1942 Guardemos a data — 2 de dezembro de 1942 — que por certo será sempre grata aos geógrafos brasileiros Recordá-la-emos por muito tempo
>
> Mas essa resolução 117, que regula o o funcionamento das *Tertúlias*, é ela mesma efeito de um outro movimento, também de largo âmbito, traçado, ainda, pela mão do egrégio Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o preclaro Embaixador MACEDO SOARES
>
> Em princípios de novembro do ano passado, êsse eminente compatriota lançou a sua decisiva "proclamação aos geógrafos do Brasil" Tal proclamação foi, no nosso campo científico, conseqüência da declaração de guerra em que o Brasil acabava de entrar Era necessário, em tôdas as esferas, congregar esforços, reunir as boas vontades, coordená-las para maior glória do país Os geógrafos, quando compenetrados de sua missão, são os que mais a fundo e mais variegadamente colocam em foco os problemas do Brasil Examinam-nos à luz da teoria, mas os resolvem com objetivos práticos. Não são empíricos que ajuízam pelas aparências; são cientistas que vão às raízes E todos os grandes problemas da política brasileira têm, na realidade, caracteres geopolíticos, e a geopolítica precisa, para dar passos seguros, do apoio ininterrupto da geografia
>
> A proclamação brilhante de MACEDO SOARES teve repercussão A sala, cheia, vibrou Era preciso trabalhar. Era preciso realizar Era preciso enfrentar as nossas questões, múltiplas, várias, policrômicas, de índole geológica, de feitio econômico, de aspecto social. A geografia, se cientificamente os focalizou, os iluminará aos olhos de todos os homens de boa vontade
>
> Foi então que entrou em execução um sábio plano comportando sessões, em ritmo mensal, de exposição de uns quantos dêsses problemas do Brasil e outras reuniões, "em compasso semanal", para esplanar questões ventiladas anteriormente ou outras que fôssem surgindo do entrecho dos debates
>
> A primeira sessão plena foi no último dia do ano passado A sala *Varnhagen* do Instituto Histórico, também superiormente

SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

I – Conselho Nacional de Geografia

(Orientação e coordenação gerais) — Criado pelo Decreto n.º 1 527, de 24 de Março de 1937, e regulamentado pela Resolução n.º 31, de 10 de julho do mesmo ano, da Assembléia Geral do C N E

- **A** – ORGÃO ADMINISTRATIVO — Secretaria Geral do Conselho
- **B** – Orgãos deliberativos
  - Assembléia Geral: Os membros do Diretório Central, representando a União Federal, os presidentes dos Diretórios Regionais, representando as Unidades Federadas e dois representantes das organizações particulares integradas). — Reúne-se ordinàriamente em uma sessão anual, inaugurada a 1.º de julho, em reunião conjunta com a A. G. do C. N. E , sob a presidência do Presidente do Instituto.
  - Diretório Central: (O Presidente do Instituto, o Diretor do Serviço de Geografia, e Estatística Fisiográfica como Secretário Geral do Conselho, um delegado técnico de cada Ministério, um representante especial do Ministério da Educação e Saúde, pelas instituições oficiais do ensino de Geografia, um representante especial do Ministério das Relações Exteriores, como elemento articulador das relações internacionais do Conselho, um representante do Govêrno do Distrito Federal e um representante do C N E).
  - Diretórios Regionais: Nos Estados e no Território do Acre (Composição variável, mas guardada a possível analogia com o Diretório Central)
- **C** – Orgãos opinativos
  - Comissões Técnicas: 4 "Comissões Técnicas Permanentes" (Levantamentos territoriais, Cartografia, Fisiografia, Geografia Humana); tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias.
  - Corpo de Consultores Técnicos: Consultoria nacional articulada com o Diretório Central (40 membros eleitos pela A. G. do Conselho); 21 Consultorias Regionais articuladas com os respectivos Diretórios Regionais (5 a 20 membros cada uma, eleitos pelo Diretório Central)

II – Quadro Executivo

(Cooperação federativa)

- **A** – Organização federal
  - Orgão Executivo Central: SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA FISIOGRÁFICA (Criado pelo Decreto Lei n.º 1 360, de 20 de junho de 1939).
  - Orgãos cooperadores
    - M da Agricultura:
      - DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL
        - Divisão de Geologia e Mineralogia
        - Divisão de Aguas
        - Divisão de Fomento da Produção Mineral
      - DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL: Divisão de Terras e Colonização
      - DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO ANIMAL: Divisão de Caça e Pesca.
      - CENTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISAS AGRONÔMICAS: Instituto de Ecologia Agrícola.
      - SERVIÇO FLORESTAL
      - SERVIÇO DE METEOROLOGIA
    - M. da Viação:
      - INSPETORIA FEDERAL DAS OBRAS CONTRA AS SÊCAS
      - DEPARTAMENTO FEDERAL DE ESTRADAS DE FERRO
      - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM
      - DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS
      - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E NAVEGAÇÃO
    - M do Trabalho: DEPARTAMENTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO
    - M da E. e Saúde:
      - MUSEU NACIONAL
      - OBSERVATÓRIO NACIONAL
    - M. da Fazenda: DIRETORIA DO DOMÍNIO DA UNIÃO
    - M. do Exterior: DIVISÃO DE FRONTEIRAS
    - M. da Justiça: ARQUIVO NACIONAL
    - Ms Militares:
      - SERVIÇO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO EXÉRCITO — DIRETORIA DE NAVEGAÇÃO (Colaboração condicionada)

SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS (conclusão)

II - Quadro Executivo (conclusão) (Cooperação federativa)	B - Organização regional	Repartições funcionando como orgãos centrais de geografia	TERRITÓRIO DO ACRE: Departamento de Geografia e Estatística. — AMAZONAS: Secretaria Geral do Estado. — PARÁ: Diretoria de Obras Públicas, Terras e Viação. — MARANHÃO: Diretoria de Obras Públicas. — PIAUÍ: Departamento Estadual de Estatística. — CEARÁ: Diretoria de Viação e Obras Públicas. — RIO G. DO NORTE: Secretaria Geral do Estado. — PARAÍBA: *Departamento Estadual de Estatística.* — PERNAMBUCO: Departamento Estadual de Estatística. — ALAGOAS: Diretoria de Viação e Obras Públicas. — SERGIPE: Departamento Estadual de Estatística. — BAHIA: Diretoria dos Serviços Geográficos. — ESPÍRITO SANTO: *Instituto de Geografia, Geologia e Hidrologia.* — *RIO DE JANEIRO:* Departamento de Engenharia — Engenharia. — DISTRITO FEDERAL: Departamento de Geografia e Estatística. — S. PAULO: Instituto Geográfico e Geológico. — PARANÁ: Departamento de Geografia, Terras e Colonização. — SANTA CATARINA: Diretoria de Geografia e Terras — RIO GRANDE DO SUL: Diretoria Geral de Agricultura. — MATO GROSSO: Repartição de Terras e Obras Públicas. — GOIÁS: Departamento de Geografia e Cadastro — MINAS GERAIS: Departamento Geográfico.
	C - Organização local		Diretórios Municipais, Corpo de Informantes e Serviços Municipais com atividades geográficas.

presidido pelo Embaixador MACEDO SOARES, encheu-se de um escol de personalidades quer de nossa especialidade, quer de ciências afins A garrida mocidade, que é a nossa esperança de velhos, lá estava também Três dissertações que foram três mimos de intelectualidade vicejante RUELLAN, LÍSIAS RODRIGUES e FRANCISCO DE SOUSA abordaram temas de didática da geografia, de hidrologia e de meteorologia. Todos saímos da reunião instruídos e edificados. Os parabens que dávamos a MACEDO SOARES, a LEITE DE CASTRO e aos oradores melhor seriam entendidos por agradecimento. Voltamos para casa satisfeitos por têrmos vivido até àquela data."

Assinalamos em seguida no *Boletim* o trecho acima, pensando na sua reprodução nesta reportagem, o que acabamos agora de fazer com justa satisfação

"O SENHOR JÁ ESTÁ ME PARECENDO UM "IBGEANO" ..

Começamos a observar o modo de o Sr. CARLOS PEDROSA referir-se à vida do Conselho Sempre com precisão admirável, ia direitinho a tal ou qual número do *Boletim* ou da *Revista,* onde situava fàcilmente um artigo, uma notícia ou uma linha de referência a matéria já estudada no Conselho ou atinente a assunto por êle há tempos focalizado. Ora, essa certeza e segurança no trabalhar não revelam só boa memória, mas grande interêsse e entusiasmo pela tarefa a que o executor se entrega. Que coisa extraordinária se, em tôda a burocracia nacional, houvesse meio de se atribuir a cada funcionário função de seu agrado ? Ali estava belo exemplo dêsse ajustamento perfeito, que não poderá ter-se verificado por mera coincidência

No I B G E há de haver por fôrça um segrêdo qualquer, *mandinga* ou coisa semelhante, que permite à sua direção escolher bons auxiliares. Ali se faz proselitismo de trabalho, como, em certas correntes religiosas, procedem seus praticantes, na conquista de novos correligionários ..

Essa impressão nos assalta quando, de repente, ao fazermos uma indagação, o Sr. CARLOS PEDROSA nos observou, sorrindo:

— O senhor já me está parecendo um "ibgeano"...

DESCOBRINDO E REVELANDO

O C N G. procura despertar, em todos os recantos do Brasil, interêsse por assuntos geográficos. Não despreza a contribuição que lhe oferecem espontâneamente, de forma direta, nem aquela de que toma conhecimento por indicação de terceiros ou, mesmo, casualmente, pela leitura nos jornais de uma referência a uma novidade geográfica interessante.

Exemplo: No Crato, lá no interior do Ceará, alguém publica qualquer coisa sôbre o linguajar da região ou sôbre a falta de transportes, ou, ainda, sôbre uma excursão a determinado trecho da serra de Baturité O autor do trabalho, que muitas vêzes ignora até a existência do Conselho, recebe dêste, um dia, amável carta sôbre a publicação feita e lhe remete, por sua vez, aquelas que julga poder interessá-lo

O efeito dessa conduta é admirável: começam as relações entre o Conselho e o cearense estudioso, que fica ainda mais contente quando sabe que nas tertúlias geográficas aqui no Rio de Janeiro, em plena Cinelândia, seu nome e seu trabalho foram objeto de consideração de estudiosos e mestres experimentados em questões geográficas.

A Carteira de Intercâmbio e Publicidade já iniciou outro trabalho, que faz lembrar o do *Lux-Jornal,* sem outra finalidade que a de ser útil aos estudiosos de assuntos geográficos

Descobrindo uma referência a determinado trabalho, a qual possa interessar ao autor dêste, escreve-lhe logo uma carta mencionando-lhe a referência e a origem.

Se alguém quiser saber o que há de mais recente no país sôbre geografia, a Carteira lhe dará as informações necessárias, indicando as obras publicadas

Muitas vêzes, determinado material, de grande valor para os estudiosos, encontra-se registrado em relatórios burocráticos que enfeixam uma série de outras notícias, que abafam por completo aquilo que deveria ter a máxima divulgação.

— Mas aqui na Carteira, os senhores já descobriram alguma coisa assim esquecida em relatórios oficiais ?

— Pois não ! THEODORO SAMPAIO *fêz,* encarregado pelo govêrno, um levantamento às margens do rio São Francisco Fomos encontrá-lo, muitos anos depois, abafado entre portarias, avisos e outros atos ministeriais. Procuramos

dar vida a essa preciosa contribuição ao estudo da geografia e hoje está ela devidamente registrada em nosso fichário e copiada para consulta

E o Sr CARLOS PEDROSA nos dá outro exemplo:

— Em um relatório do antigo Ministério de Viação, Obras Públicas e Agricultura, descobrimos um trabalho do BARÃO DO RIO BRANCO sôbre o café e no qual preconiza a necessidade da intervenção oficial regulando êsse ramo de nossa produção vegetal

— E, aos poucos, com essas exumações — não há exagêro na expressão — disse-nos sorrindo o Sr CARLOS PEDROSA, o Conselho Nacional de Geografia vai enriquecendo a bibliografia nacional no campo geográfico, além de sua própria contribuição

E cita outro caso:

— CHANDLESS, o explorador do Amazonas, tem os seus trabalhos igualmente abafados em relatório do antigo Ministério da Agricultura Como o de RIO BRANCO e outros, acham-se hoje aqui fichados e podem fàcilmente ser consultados E talvez para a sua reportagem seja bom tomar conhecimento disto: aqui estão 58 páginas impressas da *Revista* só de bibliografia amazônica — livros e estudos existentes na biblioteca do Conselho Nacional de Geografia

CURSO DE CARTOGRAFIA

O C N G procura aperfeiçoar os conhecimentos técnicos dos desenhistas e cartógrafos das repartições estaduais pertencentes ao sistema estatístico-geográfico nacional Para isso organizou o Curso de Cartografia, instalado aqui no Rio a 17 de agôsto de 1942

Nesse dia, falando na solenidade, o professor RUDOLF LANGER, lente de desenho cartográfico do curso, fêz interessante exposição sôbre a sua cadeira, focalizando o programa a ser seguido em dois meses de aulas. Disse então o professor LANGER:

"Vamos fazer o estudo a respeito de escalas de mapas e escalas gráficas; sôbre a organização de uma fôlha topográfica e carta compilada; sôbre a quadrícula

Vamos fazer estudos sôbre a planimetria, a hidrografia e a representação do relêvo do terreno; construção de moldura e construir, medir ângulos; medir distâncias sôbre cartas, mediante compasso e o curvímetro

Vou orientar os alunos sôbre o procedimento na execução de trabalhos cartográficos

Vamos estudar os processos mecânicos e gráficos para reduções e ampliações e os aparelhos e meios auxiliares a êste fim: o pantógrafo, o compasso de redução, o transferidor e a quadrícula

Vamos estudar as medidas métricas de comprimento e de áreas.

No fim, uma pequena orientação sôbre material de desenho, e meios de fazer correções sôbre papel de desenho, papel vegetal e tela completarão êste meu programa.

Nos exercícios a nanquim penso incluir um alfabeto de letras simples para os alunos se capacitarem a escrever a nomenclatura de um trabalho cartográfico com tôda a clareza

Organizaremos desenhos, mostrando a representação da planimetria, da hidrografia e da orografia representada por curvas de nível.

Como se vê, uma infinidade de coisas úteis aos futuros auxiliares dêste Conselho

O programa é tirado da prática e nada tem de assustador, mas para conseguir neste prazo resultados visíveis e reais, será indispensável haver dedicação, esfôrço e capricho por parte dos alunos

Neste sentido, depois de amanhã iniciaremos o trabalho"

PUBLICAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Em janeiro de 1939 lançou o C N G a publicação da *Revista Brasileira de Geografia*, com êstes principais objetivos:

1.º — a divulgação do conhecimento do território brasileiro;

2.º — a divulgação da metodologia geográfica moderna, da metodologia do ensino de Geografia e dos conhecimentos da ciência geográfica e ciências correlatas;

3.º — a vulgarização da atividade geográfica brasileira, especialmente dos empreendimentos e realizações do Conselho Nacional de Geografia

E, hoje, a excelente publicação do C N G desfruta de largo conceito no país, sendo também muito apreciada no estrangeiro, sobretudo nos Estados Unidos Vem confirmando precisamente o que disse o Embaixador MACEDO SOARES no seu artigo de apresentação: "Ela servirá de instrumento de penetração com o qual o Conselho se fará presente em todos os recantos de atividade geográfica do país, levando uma afirmação de vitalidade, uma palavra de estímulo e um aceno de conclamação"

E assim tem sido realmente

Guardamos com carinho o seu primeiro número, que constitui hoje verdadeira preciosidade bibliográfica E a leitura dos números subseqüentes tem-nos permitido acompanhar à distância e com muito interêsse os estudos de geografia no país

Em abril de 1943, o C N G. soltou outra publicação: o *Boletim do Conselho Nacional de Geografia*

Além de editoriais, na sua parte inicial, o *Boletim* registra comentários, transcrições, resenhas, contribuições especializadas e mais quatro secções de caráter cultural, informativo, noticioso, bibliográfico, bem como interessante repositório de legislação atinente a assuntos de que se ocupa o Conselho

Outra iniciativa do C.N G : a *Biblioteca Geográfica Brasileira* — coleção de obras sôbre a geografia brasileira Volumes já publicados: *A conquista do Brasil pelos brasileiros,* de autoria do coronel LIMA FIGUEIREDO, e *Os novos métodos de ensino da Geografia,* pelo professor francês FRANCIS RUELLAN

Já se acham prontas e em vésperas de distribuição mais as seguintes contribuições à *Biblioteca*:

O homem e o brejo, do engenheiro ALBERTO RIBEIRO LAMEGO;

O rio Tocantins, do coronel LYSIAS RODRIGUES;

A excursão geográfica (Guia do Professor), do professor DELGADO DE CARVALHO.

Estão programadas estas outras obras para a mesma *Biblioteca*:

O homem e a restinga, do engenheiro ALBERTO RIBEIRO LAMEGO;

Geografia econômica do município de Ceará Mirim, do agrônomo JÚLIO GOMES DE SENA;

Os solos do Estado de São Paulo, do agrônomo JOSÉ SETZER;

Sul de Mato Grosso, do capitão MELO MORAIS;

Geografia dos transportes no Brasil, edição revista e aumentada dos artigos do engenheiro MOACIR SILVA, publicados na *Revista Brasileira de Geografia*;

Geografia humana do Brasil, ensaio do professor PIERRE DEFFONTAINES, também publicado na mesma revista, apresentado nesta nova edição com várias notas de técnicos do C N G

A repartição central do Conselho, por sua vez, vai oferecer sua contribuição à Biblioteca, nela publicando diversos trabalhos.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

O Sr CARLOS PEDROSA fêz a gentileza de oferecer-nos as seguintes publicações do Conselho Nacional de Geografia:

Tipos e aspectos do Brasil, coletânea de ilustrações publicadas na *Revista Brasileira de Geografia,* em edição especial, preparada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como contribuição às comemorações do 1º centenário da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, em 15 de maio de 1943 Os desenhos são do artista PERCY LAU Essa publicação é muito interessante As gravuras aparecem sempre em páginas pares, isto é, à esquerda. O texto correspondente, à direita, não excedendo de uma página e em linguagem simples e agradável Eis os assuntos tratados:

Arpoadores de jacarés — Trecho de um rio na Amazônia — Vaqueiro de Marajó — Caatinga — O gaúcho — Campos de criação do Rio Grande do Sul — Campo cerrado — Bois de sela — Burros de carga — Floresta da encosta oriental — Jangadeiros — Coqueirais das praias do nordeste — O vaqueiro do nordeste — Agreste — Carro de bois — Floresta em galeria — Negras baianas — Cacaual — Carroças coloniais do sul — Pinhal — Seringueiras — Buritizal — Garimpeiros — Gaiolas e vaticanos — Vaqueiro do Rio Branco — Campos do Rio Branco

Vultos da Geografia do Brasil, coletânea das ilustrações publicadas na *Revista Brasileira de Geografia* Edição especial preparada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, também como contribuição à comemoração do 1º centenário do Instituto Histórico do Uruguai

A disposição da matéria é a mesma observada no folheto anterior E assim temos a biografia e retrato dos seguintes geógrafos: BARÃO DO RIO BRANCO, ELISÉE RECLUS, FRANCISCO INÁCIO MARCONDES HOMEM DE MELO, ORVILLE A DERBY, EUSÉBIO PAULO DE OLIVEIRA, CARL FRIEDRICH PHILIPPE VON MARTIUS, EUCLIDES DA CUNHA, AUGUSTO DE SAINT HILAIRE, ALBERTO BETIM PAIS LEME, LOUIS AGASSIZ, MOREIRA GUIMARÃES, CHARLES FREDERIC HART, JOSÉ VIEIRA COUTO DE MAGALHÃES, JOHN CASPER BRANNER, HENRIQUE DE BEAUREPAIRE ROHAN, Almirante AMEDÉE ERNEST BARTHÉLEMY MONCHEZ, Tenente JOÃO SALUSTIANO LIRA, WILHELM LUDWIG VON ESCHWEGE, LUIZ FLORES MORAIS REGO, AUGUSTO JOÃO MANUEL LEVERGER, Almirante JOSÉ DA COSTA AZEVEDO (Barão de Ladário), ALCIDE DESSALINES D'ORBIGNY, JOÃO BARBOSA RODRIGUES, CHARLES MARIE DE LA CONDAMINE, JULES NICOLAS CREVAUX, TEODORO FERNANDES SAMPAIO e KARL VON DEN STEINEN

A Geografia Urbana e sua influência sôbre o urbanismo superficial e subterrâneo, do engenheiro JERÔNIMO CAVALCANTI, da Prefeitura do Distrito Federal. É uma separata do nº 1, ano IV, da *Revista Brasileira de Geografia*

A Geografia no Curso Secundário, do professor JORGE ZARUR, separata do número 2, ano III, da *Revista Brasileira de Geografia*

Les Méthodes Modernes d'Enseignement de la Geographie, conferência pronunciada em Goiânia, perante o VIII Congresso Brasileiro de Educação, pelo professor FRANCIS RUELLAN

Goiânia, coletânea especialmente editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como contribuição ao batismo cultural de Goiânia

Coleção de fotografias de aspectos geográficos do Brasil, especialmente editada pelo I B G E para ser presente ao VIII Congresso Brasileiro de Educação, realizado em Goiânia, em junho de 1942

MAPAS

O C.N G. editou um mapa do Brasil para as nossas escolas e que foi distribuído a todos os estabelecimentos de ensino, atingindo sua edição 150 mil exemplares ! E mais os seguintes trabalhos:

Mapa da faixa de fronteira do Brasil, com a indicação dos municípios e distritos e respectivas sedes A *faixa de fronteira,* de 150 km, tem uma área de 1 403 021 km², equivalente a 16,4% da área do Brasil e atinge 7 unidades federadas, 92 municípios e 243 distritos, em 1941

Cartograma da densidade demográfica do Brasil, segundo a divisão municipal e os resultados preliminares do recenseamento geral de 1940 Êsse cartograma é bem revelador da necessidade de penetração no Brasil de correntes migratórias do litoral, visando o centro, o norte e o oeste É o que as côres do cartograma mostram de forma clara e objetiva Vemos assim a densidade demográfica das várias regiões do país por quilômetro quadrado, desde o mínimo de 0,01 até 100 habitantes

Mapa de divisão municipal, contendo todos os municípios brasileiros, acompanhado de texto através do qual se pode situar qualquer município que se deseje

NA CARTEIRA DE DIVISÃO TERRITORIAL

Depois das notas colhidas na Carteira de Intercâmbio e Publicidade, passamos a outra dependência do Conselho, a Carteira da Divisão Territorial, onde nos avistamos com o chefe, engenheiro ARTUR CARDOSO DE ABREU

As mesmas atenções, as mesmas facilidades na execução da tarefa que nos impuséramos, encontramos ali, como já havíamos encontrado ao procurar o Sr CARLOS PEDROSA, na Carteira de Intercâmbio e Publicidade

Declarou-nos de início o Dr CARDOSO DE ABREU que preferia dizer alguma coisa sôbre o Decreto-lei nº 311, de 2 de março de 1938, que dispõe sôbre a divisão administrativa e judiciária do país, visando a sistematização do quadro territorial brasileiro, sem dúvida um dos maiores diplomas legislativos do Estado Nacional

Apresentava o quadro territorial do Brasil aspectos diversificados no seu conjunto, em virtude da desordem e confusão que sempre reinaram na sua composição

Diversas tentativas foram feitas em várias Unidades Federativas para sistematizar a sua divisão territorial, sem resultados satisfatórios

— Aqui está êsse decreto, mas não vou lê-lo em todos os seus articulados e incisos. Basta que lhe resuma os artigos principais Daí lhe será fácil compreender as nossas atribuições Estabeleceu êle que os municípios compreendam um ou mais distritos formando área contínua, subdivindo-se os distritos em zonas que poderiam ter seriação ordinal e denominação especiais

Determinou ainda que a sede do município tenha a categoria de cidade e lhe dê o nome, e o distrito se designe pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não fôr erigida em cidade, terá a categoria de vila, não podendo haver mais de uma vila no mesmo distrito No que concerne à composição judiciária, um ou mais municípios formam o têrmo judiciário, e um ou mais têrmos judiciários compõem a comarca, sendo sede de têrmo a mais importante das sedes dos municípios que o formam, e sede de comarca a cidade de maior importância entre as sedes dos têrmos judiciários que a constituem Quanto aos limites inter-municipais e às divisas interdistritais, são essas delimitações definidas segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificado ou acompanhando acidentes naturais

E, prosseguindo, acrescentou o Dr CARDOSO DE ABREU:

— Outro dispositivo importante do decreto é o que determinou que não poderiam existir duas cidades ou vilas com idêntica denominação dentro do mesmo Estado Fixou ainda que nenhum distrito poderá ser instalado sem que o núcleo populoso da sua sede tenha pelo menos trinta moradias compreendidas pelo seu perímetro suburbano. Para o município as condições necessárias são estas: duzentas moradias no mínimo, compreendidas pelo perímetro urbano de sua sede, e Cr$ 100 000,00 de renda

anual Determinou ainda o aludido decreto a obrigação de cada município de organizar sua carta geográfica E em 1940 foi realizada nesta Capital a exposição dos mapas dos 1 574 municípios brasileiros vigorantes.

— Aí está uma nota interessante para nossa reportagem .

— Realmente, assim é Mais adiante dela tratarei Agora, ainda há o que dizer sôbre outras conseqüências do Decreto n º 311 Em maio de 1938 os Governos estaduais baixaram em lei o quadro da respectiva divisão administrativa e judiciária, vigente em 1938, designando também uma comissão para, baseada nesse quadro, proceder aos estudos necessários e apresentar o ante-projeto da lei que deveria vigorar no primeiro período qüinqüenal de 1.º de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943 E cada anteprojeto estadual obedeceu ao mesmo modêlo constante do anexo n.º 1 (quadro com as circunscrições administrativas e judiciárias: comarcas, têrmos, municípios e distritos); do anexo n º 2 (descrição detalhada dos limites de cada município e das divisas entre os distritos que o componham): e do anexo n º 3 (o ritual proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, das solenidades de 1 º de janeiro, "Dia do Município")

E o Dr CARDOSO DE ABREU passou a tratar do

DIA DO MUNICÍPIO

— Êsse dia foi instituido pelo Decreto-lei, federal, n º 846, de 9 de novembro de 1938, para nêle ser celebrada a instalação de cada município no quadro territorial do Estado Essa cerimônia é, como deve saber, realizada em tôdas as cidades do Brasil, às 15 horas, com o mesmo ritual estabelecido, no dia 1 º de janeiro do ano que marca o início de cada período qüinqüenal

E mostrou-nos o Dr. CARDOSO DE ABREU as cópias das atas dessa solenidade, realizada em 1 º de Janeiro de 1939, remetidas à Carteira por todos os municípios brasileiros

— Mas há determinação para a remessa ao Conselho dessas atas?

— Pois não! Assim o determinou o Decreto-lei n º 311. Essas atas foram arquivadas em original nas próprias Prefeituras e as cópias, devidamente autenticadas, enviadas a esta Carteira

— Já houve depois de 1939 outra solenidade semelhante ?

— Sim; agora, a 1 º de janeiro de 1944 e, como a anterior, à mesma hora e de acôrdo com o mesmo ritual.

Em 1 º de janeiro de 1945 haverá, extraordinàriamente, outra solenidade, para instalação das circunscrições que comporão o quadro territorial dos novos Territórios Federais.

DIVISÃO TERRITORIAL

Depois, tratamos em nossa palestra da divisão territorial, fazendo, de início, esta pergunta ao Dr CARDOSO DE ABREU

— O Govêrno de um Estado pode, à vontade, alterar o quadro territorial dêste, mudando a sede de seus municípios ou alterando o seu âmbito territorial ?

— Não Precisa ter consentimento do Presidente da República para criar ou extinguir municípios ou distritos, bem como mudar as suas sedes para outro local O Govêrno estadual pode, entretanto, modificar os limites entre os municípios e as divisas dos distritos, de acôrdo com as conveniências locais, desde que não transfira cidades ou vilas de uma circunscrição para outra

— Mas o senhor nos falou, anteriormente, em mapas dos municípios. Aqui na Carteira houve confronto entre êsses mapas e as leis a êles referentes, baixadas de acôrdo com o Decreto n º 311?

— Tudo foi examinado, e as divergências por nós encontradas foram logo comunicadas aos Estados, tendo-as corrigido, alguns dêles, ainda na vigência do qüinqüênio de 1939 a 1943. Outros, porém, preferiram aguardar o novo período qüinqüenal para corrigi-las de vez E aqui na Carteira estamos executando esta tarefa: marcar no mapa municipal os limites dos municípios e as divisas dos distritos, de acôrdo com a nova delimitação

E, para comprovar essa informação, o Dr. CARDOSO DE ABREU nos mostrou o mapa municipal de Água Branca, em Alagoas Como êste, os demais mapas têm as mesmas dimensões: 1 metro por 0,70 Em cada mapa figuram num canto as plantas da cidade e das vilas respectivas, estando assinalados os perímetros urbano e suburbano de cada sede, obedecendo todos a um mesmo modêlo

— E não houve alteração no quadro territorial do País, depois de iniciado o período qüinqüenal ?

— Houve Foi criado o município de Balisa, no Estado de Goiás, como sede de têrmo judiciário, com a necessária autorização do Presidente da República Quanto à parte judiciária, houve também alteração em virtude da reforma do Código de Processo Civil da República A criação dos territórios de Fernando-de-Noronha, Amapá, Guaporé, Iguaçu, Ponta-Porã e Rio-Branco, por sua vez, modificou a constituição do quadro territorial brasileiro

TOPONÍMIA

— Em 6 de setembro de 1941, foi baixado o Decreto-lei, federal, n º 3 599, dispondo sôbre a nomenclatura das estações ferroviárias, dissenos o Dr CARDOSO DE ABREU — Êsse decreto-lei veio ressaltar a necessidade de eliminar de uma vez os nomes duplicatas das cidades e vilas brasileiras E para efetivar-se a providência nêle consignada, nomearam os governos estaduais comissões incumbidas de proceder à revisão da nomenclatura das estações ferroviárias situadas no respectivo Estado. Cada uma dessas comissões estaduais era presidida por um representante do Govêrno do Estado, escolhido na Secretaria da Viação, dela fazendo parte um representante do Ministério da Viação e Obras Públicas e um representante do Diretório Regional de Geografia Por sua vez, as Estradas de Ferro apresentaram a essas comissões relações nominais das suas estações, com indicação, para cada estação, de sua posição quilométrica, altitude, data da inauguração e localização geográfica. O resultado dos trabalhos de tôdas as comissões foi enviado ao Conselho Nacional de Geografia para cotejá-los Coube a esta Carteira examiná-los, providenciando sôbre as alterações que fôssem necessárias para sua definitiva aprovação. Ficou também assentado que ao Ministério da Viação e Obras Públicas e às Secretarias estaduais de Viação, caberia determinar às Estradas de Ferro a adoção da nomenclatura aprovada pelo Conselho Nacional de Geografia.

E a essa altura da nossa palestra, o Dr ARTUR CARDOSO nos mostrou interessantes mapas ferroviários dos Estados da Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, constatando-se neste último a existência de 23 companhias, inclusive as de tração elétrica. Tomamos nota dos nomes dessas estradas de ferro, que são as seguintes: Ramal Férreo Campineiro da Companhia Campineira de T L e Fôrça, Companhia de E F. Barra-Bonita, Companhia de E F Dourado, Companhia de E F Itatibense, Companhia de E F Jaboticabal, Companhia de E F Môrro Agudo, Companhia Férrea São Paulo-Goiás, Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, Companhia Mogiana, Companhia Paulista, Companhia Tramway Cantareira, E F Araraquara, E F. Campos do Jordão, E F. Central do Brasil, E F Elétrica Votorantim, E. F. Monte Alto, E F Noroeste do Brasil, E. F. Perus-Pirapora, E. F S Paulo-Minas, E. F. Sorocabana, Rêde Mineira de Viação, Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, São Paulo Railway Alguns esclarecimentos sôbre, por exemplo, o mapa ferroviário de S Paulo Além de o mapa estar atualizado de acôrdo com as últimas informações recebidas, fàcilmente se verifica a comunicação por via férrea entre as cidades e vilas paulistas, estando assinaladas ainda tôdas as estações que são

entroncamento ou terminais de linhas ou ramais, e a primeira estação de cada ramal situada nos Estados vizinhos.

Não precisamos encarecer o valor dêsses mapas, que nos mostram nitidamente como no momento se apresentam os parques ferroviários dos referidos Estados Pelo seu valor, é de esperar que o Conselho Nacional de Geografia procure publicá-los Serão, sem dúvida, de interêsse geral

— E como as comissões se orientaram para estabelecer preferência para tal ou qual nome?

— O próprio decreto fixou normas para essa revisão. Assim é que determinou que a estação ferroviária tivesse o nome da cidade ou vila que serve, quer esteja situada no núcleo de população da sede, quer esteja localizada dentro do respectivo distrito

— Mas não há casos diferentes do anterior para escolha do nome da estação?

— Há o das estações iniciais situadas na Capital do País e nas Capitais dos Estados, que poderão ter nomes diferentes dessas capitais, desde que não constituam diplicata de nomes de cidades, vilas ou de outras estações ferroviárias Aqui mesmo no Rio de Janeiro temos êstes exemplos: D. Pedro II, como inicial da E F Central do Brasil, e Barão de Mauá, da Leopoldina Railway, cujos nomes serão mantidos

— E as estações de entroncamento de companhias ferroviárias diferentes, como deverão ser denominadas?

— Neste caso, o nome é comum para tôdas as estações dessas ferrovias Exemplo: o nome Cruzeiro, da estação do ramal de São Paulo, da E. F Central do Brasil, é o mesmo da estação inicial da linha tronco Sul de Minas, da Rêde Mineira de Viação, que lhe é próxima

— E êsse trabalho de revisão de nomes de estações ferroviárias já foi terminado?

— Não Foi interrompido porque, em meio à sua vigência, foi baixado o Decreto n° 5 901, para ser ultimada e efetivada depois da revisão dos nomes de Cidades e Vilas

O Decreto-lei federal n° 5 901

— Êsse decreto estabelece as normas nacionais para a divisão administrativa e judiciária do país, — prossegue o Dr CARDOSO DE ABREU

— E em que consistem essas "normas nacionais"?

— Em dispositivos regulando a revisão dos quadros territoriais das Unidades da Federação, para que as leis regionais sejam baixadas até 30 de novembro dos anos de milésimo 3 e 8

— E sôbre a eliminação das duplicatas dos nomes de cidades e vilas?

— Essa é a principal finalidade dêsse decreto, cabendo ao Conselho Nacional de Geografia o exame da nomenclatura constante do ante-projeto organizado pelo Govêrno de cada Estado A rotina seguida para efetivação dessa medida foi a seguinte: a Carteira examinava a nomenclatura dessas cidades e vilas, a continuidade territorial na composição dos municípios, dos têrmos judiciários e das comarcas e a descrição dos limites inter-municipais e das divisas inter-distritais, visando a sua identificação por acidentes naturais Feito isto, o Secretário Geral do Conselho, Dr CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO, emitia parecer, encaminhando o ante-projeto ao Sr Ministro da Justiça e Negócios Interiores, que o examinava principalmente quanto à sua composição judiciária Sua Excelência acatou sempre, aliás, os pronunciamentos do C N G. Concluído o exame por parte de seu Ministério, submetia cada ante-projeto à aprovação do Senhor Presidente da República

— Gostaríamos de ter informações sôbre o critério estabelecido para eliminar-se a repetição de nomes de cidades e vilas

— Antes de mais nada, ficou bem acentuado que o Conselho Nacional de Geografia só concordaria com a mudança dos topônimos que, de fato, fôssem duplicatas, a fim de evitar os inconvenientes das substituições desnecessárias E aqui estão as instruções complementares baixadas pelo Conselho Nacional de Geografia:

1) — **Não se consideram repetidos os nomes** de Cidades e Vilas nos seguintes casos:

a) de masculino e feminino, como Barreiros e Barreiras, etc ;

b) de singular e plural, como Areia e Areias, Laje e Lajes, etc.;

c) de acentuação, como Maraú e Marau;

d) de semelhança, como Goiânia e Goiana, Serro e Sêrro, etc ;

2) — Consideram-se repetidos aquêles nomes que, embora se grafem diferentemente, têm o mesmo significado ou etimologia:

a) de união, com o mesmo número de sílabas, como Bom Sucesso e Bonsucesso, etc ;

b) de grafia, como Tietê e Tieté, Caetê e Caeté, Iguassú e Iguaçu, Lajes e Lages, etc ;

3) — E' indispensável a investigação dos nomes anteriores das atuais cidades e vilas *de denominação repetida no país*, por dois motivos:

a) para se saber qual das localidades, da mesma categoria e homônimas, têm o nome há mais tempo, porque esta, mesmo não sendo a mais antiga na investidura da atual categoria, é a que tem direito a conservar o nome atual, mudando-se o das outras;

b) para orientar a escolha de novos nomes para aquelas localidades que os devem mudar, dentro do critério mais lógico e naturalmente indicado da reconstituição de nomes antigos,

4) — Há situações especiais merecedoras de tratamento de excepção São localidades cujos nomes, segundo os critérios gerais previstos, deveriam ser mudados, mas que, pela sua tradição, significado histórico, importância atual ou outro motivo relevante, mereçam ser conservados

Para êsses casos, excepcionais, que são muito poucos, o mecanismo da lei oferece solução na ampla liberdade conferida aos Chefes dos Governos estaduais para fixarem a nomenclatura das cidades e vilas, observadas as normas gerais previstas na legislação federal Mediante os entendimentos entre os governos interessados, será evidenciada a singularidade de cada caso e provida harmoniosamente a solução desejada, abrindo mão do direito de prioridade um Estado em favor do nome da localidade de outro Estado, indiscutìvelmente merecedora dessa homenagem especial

5) Para se criar novo distrito ou novo município é indispensável que se lhe dê uma sede com, pelo menos, 30 ou 200 moradas, respectivamente Nesses casos, se ocorrer dúvida quanto ao efetivo predial, impõe-se uma consulta ao Serviço Nacional de Recenseamento, que dirá da situação demográfica dessas pretendidas sedes, esmerando-se a Secretaria do Conselho Nacional de Geografia na necessária presteza de tais informações.

Estabelece ainda o Decreto n° 5 901 as seguintes normas para a eliminação da repetição de topônimos:

I — Quando duas ou mais localidades tiverem a mesma denominação, esta prevalecerá para a de mais elevada categoria administrativa ou judiciária, na seguinte ordem de precedência: Capital, sede de Comarca, sede de Têrmo, sede de Município, sede de Distrito

II — No caso de haver mais de uma localidade da mesma categoria com o mesmo nome, êste será mantido naquela que o possuir há mais tempo

III — Como novos topônimos, deverão ser evitadas designações de datas, vocábulos estrangeiros, nomes de pessoas vivas, expressões compostas de mais de duas palavras, sendo, no entanto, recomendável a adoção de nomes indígenas ou outros com propriedade local

IV — Não se consideram nomes novos, e, portanto, não estão sujeitos ao disposto no ítem precedente, os casos de restabelecimento de antigas designações ligadas às tradições locais, vedadas, porém, as composições de mais de três palavras

Exceções a essas normas, no que toca ao direito de prioridade na nomenclatura, serão admitidas, se ocorrerem motivos imperiosos, mediante acôrdo entre os Governos das Unidades Federadas interessadas

E o Dr ARTUR CARDOSO prosseguiu:

— Como colaboração às comissões revisoras estaduais, o Conselho Nacional de Geografia preparou e distribuiu, para cada Estado, as relações dos nomes de cidades e vilas que deveriam permanecer, dos que deveriam ser substituídos e daqueles cuja conservação dependeria de maior antiguidade na adoção do topônimo.

— Seria nota interessante para nossa reportagem o registro de nomes que mais se repetiram em todo o Brasil, no período de 1939 a 1943

— Santa Luzia, por exemplo, existia em 11 Estados, como cidade, e como vila, nos Estados do Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Norte e São Paulo

Depois, como curiosidade, o Dr ARTUR CARDOSO nos disse que o nome "Itaquera" foi o mais proposto. Quatro Estados o indicaram

— A Carteira de Divisão Territorial procedeu a pesquisas, quanto ao uso das diferentes denominações. O resultado dêsse estudo permitiu ao Conselho elaborar uma relação dos nomes que, afinal, deveriam ficar, quer pela maior categoria, quer pela maior antiguidade Houve perfeito entendimento entre os Interventores nos Estados quanto à cessão de direito de conservar os nomes de cidades ou vilas de um Estado O Rio Grande do Sul, por exemplo, cedeu a São Paulo a conservação do nome São Vicente O São Vicente, em São Paulo, data de 1532 e o do Rio Grande do Sul deveria ser conservado em virtude de sua mais alta investidura judiciária, como sede de têrmo. O Acre cedeu a conservação do nome Seabra ao Estado da Bahia, como homenagem ao filho dêsse Estado, o saudoso estadista J J SEABRA. Exemplo de uma cessão de caráter religioso: o Interventor do Piauí cedeu o nome Aparecida ao Estado de São Paulo. E assim como êsses, inúmeros são os exemplos dêsse perfeito entendimento A revisão toponímica assumiu foros de verdadeira campanha cívica, na qual pesquisadores voluntários e apaixonados se alistaram, para rebuscar, nos arquivos públicos e nos livros de tombo das igrejas, elementos comprobatórios da antiguidade no nome, colaborando assim com as Comissões Revisoras Estaduais e com o próprio Conselho O que mais me causou admiração, entretanto, além da colaboração pessoal do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES e da infatigável dedicação do Dr CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO, foi o interêsse do Sr Presidente da República, exigindo minuciosos estudos de tôdas as pretensões que lhe foram dirigidas, para que a solução de cada caso fôsse a mais justa

Outro dispositivo importante do Decreto-lei nº 5 901 é o que permite aos Governos das Unidades Federadas, a qualquer tempo e para atender às necessidades do serviço público, estabelecer ou alterar, em ato especial, a subdivisão de qualquer distrito do respectivo quadro territorial, subdivisão essa que terá denominação de *subdistrito*: Cada subdistrito é uma sub-unidade, tanto administrativa como judiciária, e sem sede distinta da sede do distrito

O Decreto-lei federal n.º 6 549, de 31 de maio de 1944

— Êsse decreto prorrogou até 31 de dezembro de 1944 a vigência da divisão administrativa e judiciária dos Estados, cuja nova divisão ainda não tinha sido aprovada até 31 de maio último e fixou o dia 1º de janeiro de 1945 para entrarem em vigor os novos quadros territoriais dêsses Estados e dos cinco Territórios Federais, recentemente criados A vigência dêsses quadros será, então, de quatro anos apenas, incluindo-se nesses casos os Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo e os Territórios do Amapá, Guaporé, Iguaçu, Ponta Porã e Rio Branco.

— E sôbre o Território de Fernando Noronha?

— De acôrdo com a legislação atual, figurará na categoria de unidade política, não se computando entre as circunscrições administrativas e judiciárias como comarca, têrmo judiciário, município e distrito

NA SECÇÃO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS E ESTATÍSTICA TERRITORIAL

Prosseguindo na reportagem, fomos à Secção de Estudos Geográficos e Estatística Territorial, onde falamos ao professor LÚCIO DE CASTRO SOARES, que a estava dirigindo na ausência do engenheiro FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES, no momento na direção do Conselho Nacional de Geografia

A Secção de Estudos dá ao visitante a impressão de um curso permanente de Geografia, com seus mapas à parede, o quadro negro com vestígios ainda da última aula sôbre a matéria, e a um canto uma prancheta sôbre a qual um técnico executa trabalhos referentes a assuntos tratados na Secção. E, ouvindo-se o que dizem os funcionários entre si ou dirigindo-se ao chefe, mais se acentua no estranho à casa a impressão de que ali é mesmo um curso de Geografia.

O Sr CARLOS PEDROSA, nosso precioso guia, apresenta-nos ao professor LÚCIO DE CASTRO SOARES, que se dispõe logo a perder algum tempo com o repórter, fazendo-o assentar-se a seu lado

Percebemos que fácil nos seria também ali colhêr apontamentos para esta reportagem

Procuramos saber das atividades da Secção, sem indagar absolutamente de seu esquema estrutural, e o professor CASTRO SOARES o percebeu imediatamente, assim nos falando:

— Há no Conselho secções técnicas, como, por exemplo, a de Cartografia, que tem a seu cargo a elaboração de mapas de todo o território nacional; o Arquivo Corográfico, que recolhe tôda a documentação geográfica que se apresenta em folhetos ou fôlhas esparsas ou, ainda, sob a forma de relatórios, apontamentos ou recortes em geral; a Biblioteca, especializada em obras geográficas, notadamente do Brasil: a Fototeca, que guarda a documentação fotográfica de nosso país, sob seus diversos aspectos geográficos; e, finalmente, a Mapoteca, que é um verdadeiro repositório de documentos cartográficos feitos fora do Conselho. Pois bem, a Secção de Estudos, como se fôsse um laboratório, aproveita todo o material colhido por estas secções, visando a elaboração de trabalhos geográficos

— Pode citar-nos alguns dêsses trabalhos?

— Sim O mais importante dêles é o estudo da Divisão Regional do Brasil, isto é, a caracterização e delimitação dos grandes quadros regionais que compreendem as conhecidas regiões: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste

— Essa divisão assim é recente .

— Não é tão recente como o senhor julga. Foi aprovada em 1942 e mandada adotar em todos os ministérios e na metodologia geográfica nacional. Ela agrupa unidades federadas (Estados e Territórios) por inteiro, pois tem a finalidade principal de facilitar as apurações estatísticas e orientar a didática da geografia nacional.

Tal divisão é, portanto, uma divisão prática, pois é sabido que as divisas naturais, impostas pela Natureza, não coincidem com as divisas administrativas, artificiais, traçadas pela mão do Homem Eis aí uma de nossas realizações, cujas particularidades ainda não foram definitivamente fixadas, pois o estudo e conseqüente caracterização das subdivisões da Divisão Regional ainda estão sendo por nós elaborados Mas ainda temos estas: monografias regionais, abrangendo pequenas áreas do território nacional, focalizando-as sob os seus aspectos físicos, humanos e econômicos

— Em que se baseiam os senhores para fazer aqui da Cinelândia uma monografia sôbre um município qualquer?

BIBLIOTECA DO C. N. G.

— No material colhido nas diversas secções a que já aludi e no conhecimento *in loco* feito com a realização de inúmeras e freqüentes excursões de estudos

— E as monografias são depois publicadas?

— Sim e sob a forma de pequenos relatórios, resumos, notas-prévias ou sínteses geográficas na *Revista*, no *Boletim* e, conforme a sua conveniência ou importância, também na *Biblioteca Geográfica Brasileira*, publicação iniciada de forma muito promissora

Antes que lhe perguntássemos por outra realização da Secção de Estudos, disse-nos o professor LÚCIO SOARES:

— Estamos fazendo o cálculo dos centros de população, baseado nos resultados dos dois últimos recenseamentos: no de 1920 e no de 1940 Esses cálculos são feitos para as unidades federadas e grandes regiões e para todo o Brasil

— E que observaram os senhores quanto aos centros de população de todo o país?

— Houve um deslocamento de 68 quilômetros de nordeste para sudoeste, entre os centros de população de 1920 e 1940, ficando êste último no município de Coração de Jesus, em Minas Gerais

CONCURSO DE MONOGRAFIAS

E o professor LÚCIO SOARES passou depois a falar nos concursos de monografias, observando-nos:

— O senhor já deve ter ouvido referências nesta casa aos nossos concursos anuais de monografias municipais Pois bem, êsses concursos são julgados aqui nesta secção, que aprecia devidamente os trabalhos apresentados pelos concorrentes, tanto para efeito de lhes conferir os prêmios estabelecidos como também para selecionarmos as contribuições geográficas originais que nos possam interessar pelo seu real valor, em que a fidelidade da informação deve ser o traço predominante. Aliás, devo dizer-lhe que, além do objetivo de despertar interêsse dos brasileiros em conhecer sua própria terra, visa o Conselho obter com a instituição dos Concursos de Monografias a informação direta dos nossos colaboradores espontâneos — os concorrentes E, assim, se recebemos monografias deficientes e falhas, embora reveladoras do espírito patriótico de colaboração de seus autores, também nos chegam às mãos outras, excelentes em apresentação e conteúdo informativo Já houve, como deve saber, dois concursos: um em 1942 e outro em 1943

— E as ilustrações dos trabalhos impressos do Conselho, como a *Revista Brasileira de Geografia*, o *Boletim Geográfico* ou a *Coletânea de Tipos e Aspectos do Brasil*, quem as executa aqui ?

— Todos os nossos trabalhos de ilustração estão entregues a um técnico permanente, o renomado artista PERCY LAU, que já tem participado como concorrente e também como examinador em exposições, salões e concursos promovidos pela Escola Nacional de Belas Artes E fora do trabalho de desenho a bico de pena, os nossos funcionários na Secção de Estudos, são em sua maioria, professôres diplomados em Geografia pela Faculdade Nacional de Filosofia. Ali estão os professôres LINDALVO BEZERRA DOS SANTOS, ALFREDO JOSÉ PÔRTO DOMINGUES e PEDRO GEIGER, e as professôras GILDA DE ANDRADE PINTO, LÉA LERNER, ELOISA DE CARVALHO e ISA ADONIAS, e o auxiliar técnico MARIA FAGUNDES SOUSA DOCA, atualizando uma obra sôbre vias de comunicações brasileiras Mas aqui também trabalham vários alunos de cursos de Geografia de nossas Faculdades de Filosofia, além de elementos auto-didatas de comprovada competência. Como vê, procuramos selecionar o nosso pessoal da Secção de Estudos.

— Mas desejamos alguns esclarecimentos sôbre as ilustrações aqui feitas, pois elas apresentam um padrão uniforme

— Como é natural, visamos a reprodução fiel do fato geográfico, quer êle se apresente num tipo ou numa paisagem regional, e o artista as executa seguindo exata orientação técnica geográfica, para que haja perfeita fidelidade nas reproduções Estas ilustrações não são simples cópias de fotografias: elas são uma composição de elementos típicos que representam numa síntese rápida o ambiente geográfico Se não fôsse exagêro, diria mesmo que êsses desenhos de PERCY LAU são um conjunto de instantâneos fotográficos a bico de pena — arrematou sorrindo, satisfeito, o professor LÚCIO SOARES

EXCURSÕES GEOGRÁFICAS

Há pouco tempo lemos nos jornais a notícia de uma excursão científica ao vale do rio Cachoeira, no maciço da Tijuca, isto é, do rio que forma perto do Alto da Boa Vista a pitoresca e tão apreciada Cascatinha, onde o carioca, nos dias de intenso calor, vai beber um pouco de água fresca e respirar melhor, junto das belas matas que o saudoso Major ARCHER restabeleceu com mais de cem espécies diferentes de essências florestais, instalando-se, para isso, "no sítio do Midosi, tendo por auxiliares seis bravos escravos da Nação: Constantino, Eleutério, Leopoldo, Manuel, Mateus e Maria, dando começo ao reflorestamento com sementes e mudas de sua fazenda, a 4 de janeiro de 1862, trabalho hercúleo que transformou os morros pelados de então nessa cúpula verdejante e maravilhosa da Tijuca de 16 000 000 de metros quadrados com 10 000 árvores plantadas" É assim que o saudoso MAGALHÃES CORREIA se referia à obra do Major M GOME ACHER no *O Sertão Carioca*, livro a que já fizemos referência na nossa reportagem "O Problema Florestal e a ação do Presidente VARGAS", publicada há tempos nesta revista

Mas, como estávamos dizendo, foi organizada uma excursão científica ao vale do rio Cachoeira

Perguntamos ao professor LÚCIO SOARES se tinha também tido notícia dessa excursão, e sua resposta foi precedida de expressivo sorriso, que logo em seguida bem compreendemos:

— Pois não ! Foi essa excursão organizada aqui e ainda está trabalhando, tendo como finalidade realizar estudo demorado, do qual deverá resultar um modêlo de monografia de micro-área, isto é, pequenas regiões geográficas perfeitamente delimitadas, como é, por exemplo, o vale do rio da Cachoeira Além de elementos desta Secção de Estudos, participaram, dessa excursão, a convite nosso, cientistas, técnicos e especialistas estranhos ao quadro do Conselho Nacional de Geografia Já fizemos, em abril do ano passado, estudos assim regionais no maciço de Itatiaia, cujas Agulhas Negras foram por nós escaladas O Vale do Rio Doce, a região de Lagoa Santa, a do Iguaçu, no Paraná, o litoral de Santa Catarina, o oeste paranaense e as terras do Distrito Federal e Estado do Rio já foram objeto de outros estudos

CONSULTAS

A Secção de Estudos, além das suas atividades já mencionadas, atende a solicitações particulares e oficiais no que diz respeito a consultas e pedidos de informações sôbre os múltiplos assuntos ligados à geografia nacional Dentre os consulentes, avultam professôres e estudantes de geografia, ansiosos por obterem dados geográficos exatos das regiões que lhes interessam

SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

A Secção de Documentação do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, órgão central do Conselho Nacional de Geografia, é a fonte de tôdas as informações bibliográficas das demais dependências do Conselho Foi estruturada para fornecer num mínimo de tempo a mais farta documentação especializada possível aos que a ela recorram, para o que conta atualmente com quatro serviços distintos: Arquivo Corográfico, Biblioteca, Dicionário Corográfico e Fototeca

O Arquivo Corográfico recolhe e seleciona a matéria divulgada em jornais e revistas, originais de professôres e técnicos, palestras e

conferências, manuscritos especiais, enfim, tudo que possa constituir documentação de interêsse para os estudiosos da geografia. Êsse material é escrupulosamente classificado por assunto, segundo um código especialmente adaptado às necessidades do trabalho que se tem em vista, e distribuído sob critério regional em arquivos metálicos que hoje encerram mais de oitenta mil documentos A par dêsse trabalho, o Arquivo Corográfico tem a seu cargo a elaboração de fichas remissivas à Biblioteca, cujo número, em pouco tempo de funcionamento dêsse serviço, é razoável e da ordem de doze mil, aproximadamente. O Arquivo Corográfico trabalha atualmente, também, num fichário de toponímia antiga e moderna, procurando estabelecer, a partir dos nomes atuais, a evolução dos nomes das diversas cidades e vilas brasileiras

A Biblioteca, especializada em assuntos geográficos, conta atualmente com cêrca de vinte mil volumes selecionados que entram por compra, doação e permuta com as principais bibliotecas do País Ainda nesse setor da Secção de Documentação, como nos demais, adota-se o sistema de classificação por assunto e distribuição por região numa unidade de critério que em muito facilita o entrosamento dos serviços Além da distribuição dos livros nas estantes por região e assunto e dentro dêsses critérios, obedece-se a uma ordem alfabética de autores, a qual se consegue pela adoção da Tabela de Cutter; de uso generalizado nos EE UU

Mantém a Biblioteca em caráter permanente o Serviço de Referência, que tem por finalidade prestar ao leitor todo auxílio de que necessite A pedido, bibliografias são compiladas sôbre os assuntos que estiverem dentro da especialização dêsse órgão,, bem como listas de livros e catálogos são fornecidas sem maiores formalidades, atendendo-se mesmo a pedidos por telefone

A Biblioteca está cooperando com o Serviço de Intercâmbio e Catalogação da Imprensa Nacional na elaboração das fichas dos seus catálogos classificado e coletivo e mantém ativo intercâmbio com inúmeras bibliotecas brasileiras e do exterior

Está o serviço encarregado de elaborar o Dicionário Corográfico, sob a orientação direta do engenheiro VIRGÍLIO CORREIA FILHO, historiador e geógrafo de grande projeção nacional, que é, ao mesmo tempo, chefe da Secção de Documentação Servem de base a êsse trabalho os mapas municipais elaborados em obediência ao Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938, os quais têm sido examinados cuidadosamente, fornecendo precioso material informativo que está reunido, até agora, em dez volumes Foram examinados para êsse empreendimento do S G E F. 1 574 mapas, dos quais foram recolhidas tôdas as informações que constam do Dicionário já encadernado, ou em fichas prontas para revisão Neste último caso estão, apenas, sete unidades federadas

Completa o conjunto de documentação uma Fototeca especializada que contém fotografias de três tamanhos "standard", na sua maioria: 0,18 x 0,24, 0,13 x 0,18 e 0,10 x 0,15 metros As fotografias são classificadas por assunto e região e, também, ligadas entre si por indicações remissivas, dada a multiplicidade de informações que de uma só fotografia se pode obter Conta a Fototeca com cêrca de 17 000 fotografias dos diversos tipos e dos mais variados assuntos

Os diversos setores da Secção de Documentação mantêm relações com o Serviço de Divulgação Bibliográfica para a obtenção de fotocópias, por gentileza dos Fundos Universitários de Pesquisas

Das suas finalidades iniciais no interêsse do Conselho Nacional de Geografia e, especialmente, no do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, muito têm avançado êsses serviços facilitando a todos que a êle recorrem os seus recursos, tendo todos livre acesso à sua biblioteca e nela às suas estantes Tem sido muito grande a freqüência às suas dependências — cêrca de 400 consulentes por ano —, especialmente professôres, oficiais do exército, universitários e médicos

Atualmente trabalha-se pela interligação do Gabinete de Cópias, pelo seu arquivo de negativos de fotografias, ao Arquivo Corográfico, de maneira a que se possa, a qualquer momento, obter cópias de fotografias de assuntos geográficos por meio de um serviço especial de remissões

CRIAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Além das informações que pedimos verbalmente aos chefes de secção do C N G e a outros técnicos que com êle ali trabalham, procuramos em casa ler novamente alguns números da *Revista Brasileira de Geografia*, a fim de colhermos outras notas que poderiam ser incluídas nesta reportagem, sem necessidade, portanto, de incomodar mais e tomar o precioso tempo daqueles nossos solícitos informantes Porque, em reportagem, também se faz pesquisa, e pesquisa demorada e paciente, como em outros trabalhos de divulgação E o reporter assume, assim, ares de certa importância. . Só precisa ter cuidado com as aspas e delas não se esquecer no momento da transcrição Temos visto estas nossas reportagens reproduzidas com absoluta fidelidade, até mesmo na transcrição das legendas das gravuras, mas sem qualquer referência à procedência e muito menos ao nome de seu autor Outro dia um jornal da Bahia reproduziu a que fizemos sôbre a *Casa de Rui Barbosa;* não mencionou o nome da *Revista do Serviço Público* e, quanto ao nosso, lançou no fim as iniciais *A R* , talvez meio arrependido, mas não muito, da feia ação que estava praticando . Um grande jornal de São Paulo é mais original: vem reproduzindo tôdas as nossas reportagens com fidelidade *tabeliôa,* mas antecedendo cada uma delas com esta observação: "O Sr. ADALBERTO MÁRIO RIBEIRO publicou na *Revista do Serviço Público* interessante e oportuna reportagem sôbre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, mas se excedeu em pormenores" Em seguida o repórter (?) solta no mesmo jornal uma reportagem sua sôbre o mesmo I N E P , cortando apenas o que êle considera supérfluo na nossa e reproduzindo o resto direitinho, sem se esquecer de uma vírgula, até mesmo as das legendas Fidelidade assim nunca vimos igual ..

Bem, vamos prosseguir sôbre o

HISTÓRICO DO C N G

No primeiro número da *Revista Brasileira de Geografia* fomos encontrar o histórico da criação do Conselho Nacional de Geografia, organizado pela sua Secretaria

Não vamos transcrever na íntegra êsse trabalho, que se desdobra nos seguintes pontos: "Introdução", "Antecedentes da adesão do Brasil à União Geográfica Internacional", "Anseios pela organização geográfica brasileira", "A criação de Conselho Nacional de Geografia" e, finalmente, o Decreto n º 1 537, de 21 de março de 1937, que instituiu o Conselho Brasileiro de Geografia, como então foi chamado

Basta-nos, portanto, só transcrever o trecho do histórico sob o título "A criação do Conselho Nacional de Geografia", suficiente, nesta reportagem, ao fim que temos em vista:

> "As duas correntes de iniciativas para a criação de um órgão oficial de Geografia, uma relacionada com as atividades internacionais, a outra preocupada com a coordenação das atividades nacionais, ao fim encontraram-se Isto em outubro de 1936 Era Ministro das Relações Exteriores o eminente brasileiro JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, também Presidente do Instituto Nacional de Estatística: como Chanceler, chegavam-lhe as solicitações partidas das maiores autoridades mundiais em Geografia, dizendo da indispensável colaboração cultural do Brasil, país geogràficamente interessantíssimo, no concêrto de geografia internacional; como Presidente do Instituto, avivavam-se-lhe os apelos no sentido de ser cuidada a geografia nacional, cujos problemas, tão ligados à estatística, precisavam

ser tratados por um organismo nacional, congregador das energias geográficas brasileiras, em uma patriótica somação de esforços

Certo dia, em outubro de 1936, o Ministro MACEDO SOARES recebia no seu Gabinete de trabalho o Chefe da Secção de Estatística Territorial, que era portador de uma carta do professor PIERRE DEFFONTAINES, havia pouco condecorado Cavalheiro da Ordem do Cruzeiro, na qual apelava para a efetivação da adesão do Brasil à União Geográfica Internacional Nesse entendimento, Sua Excelência sentiu chegado o momento e no mesmo dia iniciou as providências. Tendo obtido a aprovação do Presidente da República, o ilustre Chanceler convocou no Itamarati as figuras mais representativas da cultura geográfica brasileira, as quais, em reuniões memoráveis, elaboraram o projeto de criação do Conselho Brasileiro de Geografia

Nessas importantes reuniões, em número de cinco, realizadas respectivamente nos dias 26 e 29 de outubro, 5, 13 e 18 de novembro de 1936, colheu o Govêrno da União o pensamento concreto dos maiores expoentes da geografia nacional sôbre a constituição do órgão geográfico oficial

Finalmente, a 24 de março de 1937, foi baixado o Decreto n º 1 527, que "institui o Conselho Brasileiro de Geografia incorporado ao Instituto Nacional de Estatística, autoriza a sua adesão à União Geográfica Internacional e dá outras providências"

A seguir, dando cumprimento ao disposto no artigo 5 º desta lei, a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, no dia 16 de junho de 1937, baixou a Resolução n.º 15, que "aprova o Regulamento do Conselho Brasileiro de Geografia, *ad referendum* da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística"

Finalmente, no inesquecível dia 1 º de julho de 1937, no salão de conferências do Palácio Itamarati, instalou-se solenemente o Conselho que, dando mostra da sua vitalidade no seio do Instituto Nacional de Estatística, inaugurava no mesmo dia os trabalhos da sua Assembléia Geral, constituída de delegados dos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre, tal qual o fazia, no mesmo momento, o Conselho Nacional de Estatística

Envolvendo dois Conselhos um, o de Estatística, originário, outro, o de Geografia, incorporado um ano após, o nome do Instituto teria de ser modificado para enunciar com justeza e integridade as suas atribuições; assim fêz o Govêrno Federal que, com o Decreto n º 218, de 26 de janeiro de 1938, denominou-o "Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística", e também, para fins de uniformização de nomenclatura, chamou de nacionais os seus dois Conselhos componentes, passando portanto o Conselho Brasileiro de Geografia, criado pelo Decreto n º 1 527, de 24 de março de 1927, a trazer o nome atual de "Conselho Nacional de Geografia"

DE NOVO COM O SR TEIXEIRA DE FREITAS

Se a vontade pudesse prevalecer sôbre o dever, teríamos permanecido ainda muitos dias na agradável convivência dos excelentes amigos que fizéramos no Conselho Nacional de Geografia Já era tempo, entretanto, de encerrar a reportagem naquele setor do Instituto e voltar à Secretaria Geral, no edifício d'*A Noite* O Dr TEIXEIRA DE FREITAS nos recebeu com a mesma acolhedora bondade da vez anterior Manifestamos-lhe, de início, o desejo de ouví-lo mais demoradamente sôbre o grande sistema de serviços centralizados pelo I B G E

— A rigor, não poderia satisfazê-lo — respondeu-nos êle, com um sorriso — Se fôsse necessário dizer-lhe como surgiu o Instituto, como sua organização se fixou originàriamente e se desenvolveu, e quais foram suas realizações até hoje, nem eu teria tempo, no momento, para escrever ou ditar tão longo trabalho, nem a sua revista o comportaria

— Contentar-nos-emos com um esquema sintético, em que fixe os principais objetivos das diferentes campanhas

— Está bem Ainda assim, entretanto, há o que distinguir O Instituto realiza normalmente campanhas anuais, visando seus objetivos técnicos, mas lança, igualmente, ou apoia, campanhas sociais ou culturais relacionadas com os seus fins específicos. As primeiras — a que certamente o senhor deseja referir-se — distribuem-se em três grupos, correspondentes às três alas do Instituto

CENTRALIZAÇÃO TÉCNICA E DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

— Três alas ?

— Exatamente Duas permanentes, orientadas respectivamente pelo Conselho Nacional de Estatística e pelo Conselho Nacional de Geografia, e a terceira de funcionamento periódico — a censitária — destinando-se a projetar, executar, apurar e divulgar os Recenseamentos Gerais da República, que se devem realizar nos anos de milésimo zero Esta última é orientada pela Comissão Censitária Nacional, que vem funcionando, desde sua criação, sob a esclarecida presidência do Professor José CARNEIRO FELIPPE, uma ilustre figura de cientista É constituída por todos os órgãos — nacionais, regionais e municipais — prepostos às pesquisas do censo. Mas, se todos os serviços permanecem, como deveriam permanecer, na dependência exclusiva da respectiva direção central, quer na parte administrativa, quer na parte técnica, já o mesmo não ocorre quanto às duas outras

Tanto os serviços de estatística como os de geografia têm sua direção técnica centralizada nos Conselhos que os orientam No que respeita, porém, à sua vida administrativa, o Instituto só responde pelas Secretarias Gerais dos dois Conselhos, ficando todos os órgãos executivos na dependência dos Governos — dos Estados, do Território, do Distrito Federal e dos municípios — que os houverem instituído Forma-se, por essa maneira, de acôrdo com o que foi estabelecido pela Convenção Nacional de Estatística, em agôsto de 1936, uma vasta cooperativa interadministrativa, no seio da qual se verifica a inteligente harmonização dos dois princípios — o da centralização na direção técnica e o da descentralização na gestão administrativa

OS SERVIÇOS DE ESTATÍSTICA

Depois de breve pausa, para atender a um funcionário que o consulta sôbre assunto de natureza urgente, o Dr TEIXEIRA DE FREITAS retoma o fio da palestra:

— Dir-lhe-ei agora, em têrmos gerais, as atividades do Instituto e seus frutos Por onde deseja que comece ?

— Pela estatística, se possível

— Nesse setor, temos pesquisas sistemáticas, anuais, realizadas por meio dos conjuntos de formulário, que chamamos Cadernos A, B e C, e inquéritos especiais Êsses inquéritos e pesquisas, executados por intermédio de órgãos federais especializados e dos Departamentos regionais e Agências Municipais, têm sua coordenação final a cargo de cinco repartições centrais, que são os Serviços de Estatística dos Ministérios da Justiça, da Agricultura, do Trabalho, da Educação e da Fazenda E os resultados dessas estatísticas, não obstante sua divulgação avulsa — apenas interrompida, por determinação superior, em virtude do estado de guerra — são resumidos no *Anuário Estatístico do Brasil*, a cargo da Secretaria Geral do Conselho Nacional de Estatística, que o é também do Instituto, compreendido em seu conjunto, e em várias outras publicações e cadernos mimeografados

— Aludiu o senhor a cinco órgãos centrais federais Verifico, todavia, pelo esquema estru-

SISTEMA DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS

I - Conselho Nacional de Estatística

(Orientação e coordenação gerais) — Criado pelo Decreto nº 24 609, de 6 de julho de 1934, regulamentado pelo Decreto n.º 1.200, de 17 de novembro de 1936

- **A** - ÓRGÃO ADMINISTRATIVO — Secretaria Geral do Conselho e do Instituto.
- **B** - Órgãos deliberativos
  - Assembléia Geral — (Os membros da Junta Executiva Central, representando a União Federal, e os presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando as Unidades Federadas). — Reúne-se ordinàriamente em uma sessão anual inaugurada a 1.º de julho, em reunião conjunta com a A G do C. N. G , sob a presidência do Presidente do Instituto.
  - Junta Executva Central. — (O Presidente do Instituto, os diretores das 5 Repartições Centrais de Estatística, representando os respectivos Ministérios, e representantes designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, das Relações Exteriores, da Guerra e da Marinha). — Reúne-se ordinàriamente no primeiro dia útil de cada quinzena.
  - Juntas Executivas Regionais — No Distrito Federal, nos Estados e no Território do Acre (Composição variável, mas guardada a possível analogia com a Junta Executiva Central).
- **C** - Órgãos opinativos
  - Comissões Técnicas — 9 "Comissões Permanentes" (Estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas da produção, estatística da circulação, distribuição e consumo, estatísticas do bem estar social, estatística de assistência social, estatísticas educacionais, estatísticas culturais e estatísticas administrativas e políticas); tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias.
  - Corpo de Consultores Técnicos — 36 membros incumbidos de 29 seções e 7 representações Eleição pela Assembléia Geral, mandato de quatro anos.

II - Quadro Executivo

Cooperação federativa)

- **A** - Organização federal
  - Repartições centrais de estatística geral — SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA, MORAL E POLÍTICA — Ministério da Justiça e Negócios Interiores. SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Ministério da Fazenda. SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO — Ministério da Agricultura. SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA PREVIDÊNCIA E TRABALHO — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE — Ministério da Educação e Saúde. SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA FISIOGRÁFICA — Ministério da Viação e Obras Públicas (Subordinado provisòriamente à Presidência do Instituto)
  - Órgãos cooperadores — Serviços e Secções de Estatística especializada em diferentes departamentos administrativos
- **B** - Organização regional
  - Repartições centrais de estatística geral — TERRITÓRIO DO ACRE: Departamento de Geografia e Estatística. — AMAZONAS: Departamento Estadual de Estatística. — PARÁ: Departamento Estadual de Estatística. — MARANHÃO: Departamento Estadual de Estatística. — PIAUÍ: Departamento Estadual de Estatística. — CEARÁ: Departamento Estadual de Estatística. — RIO GRANDE DO NORTE: Departamento Estadual de Estatística. — PARAÍBA: Departamento Estadual de Estatística. — PERNAMBUCO: Departamento Estadual de Estatística. — ALAGOAS: Departamento Estadual de Estatística. — SERGIPE: Departamento Estadual de Estatística. — BAHIA: Departamento Estadual de Estatística. — ESPÍRITO SANTO: Departamento Estadual de Estatística. — RIO DE JANEIRO: Departamento Estadual de Estatística. — DISTRITO FEDERAL: Departamento de Geografia e Estatística — SÃO PAULO: Departamento Estadual de Estatística — PARANÁ: Departamento Estadual de Estatística. — SANTA CATARINA: Departamento Estadual de Estatística. — Rio G. DO SUL: Departamento Estadual de Estatística. — MATO GROSSO: Departamento Estadual de Estatística — GOIÁS: Departamento Estadual de Estatística. — MINAS GERAIS: Departamento Estadual de Estatística.
  - Órgãos cooperadores — Serviços e Secções de Estatística especializada em diferentes departamentos administrativos.
- **C** - Organização local — Agências Municipais de Estatística.

tural do Instituto, que é bem mais amplo o quadro executivo do Conselho Nacional de Estatística

— É exato Há ainda, na organização regional, vinte e duas repartições centrais de estatística geral — uma em cada Estado, Distrito Federal e Território do Acre — e numerosos órgãos cooperadores, ou sejam serviços e secções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos Vem, por fim, a organização local, integrada pela rêde de Agências Municipais de Estatística E já que falamos sôbre isso, cumpre não esquecer o interêsse especial que o Instituto sempre dispensou aos serviços regionais de estatística, aos quais, por sua vez, os respectivos governos, com grande patriotismo e descortino, têm dispensado a maior atenção, procurando melhorá-los dia a dia Nêles trabalham dirigentes e funcionários de grande dedicação e valor A muitos dêsses serviços — todos êles, aliás, visitados, em diferentes oportunidades, pelo Presidente, o Secretário Geral ou Inspetores do Instituto — o Conselho Nacional de Estatística presta especial assistência, por meio de delegados especiais, que os dirigem em comissão, ou servem e assistentes a seus diretores Ainda têm, ou já tiveram, essa colaboração, além do Território do Acre e do Distrito Federal, os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco (quanto ao serviço municipal do Recife), Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso

Devo aludir, por fim, a três importantes serviços filiados ao sistema do Instituto e cuja colaboração se reveste da maior importância, para os interêsses da estatística geral brasileira São êles, na ordem cronológica da filiação, a Secção de Estatística do Departamento Nacional do Café, o Departamento de Estatística Econômica Brasileiro e o Departamento de Estatística e Estudos Econômicos do Banco do Brasil Estão êsses órgãos sob a operosa, dedicada e competente direção de três experimentados profissionais, os distintos colegas Segismundo Mello, Amaro Soares de Andrade e Júlio Matos

REALIZAÇÕES GEOGRÁFICAS

— Anotaremos, com prazer, as suas referências a êsses dignos colaboradores da obra do Instituto E quanto à ala geográfica, Teixeira ?

— Sôbre o Conselho de Geografia, não teria novidades a lhe dar, depois da visita feita aos serviços de sua Secretaria Geral Como sabe, cumpre-lhe movimentar todos os órgãos executivos de trabalhos geográficos, tanto da administração federal como da regional e municipal Já elaborando a Carta Geral da República ao milionésimo, organizando ao mesmo tempo mapas das Unidades Federadas e revendo os 1 574 mapas municipais do Brasil

Para êsse fim, apoiando-se principalmente no serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, sob a eficiente direção do Dr Cristóvão de Castro, que também é o seu Secretário Geral, executa as campanhas das coordenadas das altitudes e efetua vários levantamentos especiais, além de reunir, criticar e coordenar todos os estudos geográficos já realizados no país, até o presente

Ainda tem a seu cargo o preparo das monografias corográficas dos municípios, do dicionário toponímico e das tábuas das efemérides geográficas brasileiras A par de tudo isso, promove excursões de estudos e realiza cursos e aulas, como o senhor certamente já anotou sua reportagem

— É verdade E devo dizer-lhe que o fiz com a maior satisfação, porque tudo quanto durante a minha visita, me deixou excelentemente impressionado em relação à eficiência e importante setor do Instituto

— Sensibilizam-nos muito expressões como as, da parte de um jornalista com o seu prestígio e experiência Aliás, a obra do Instituto sempre encontrou na imprensa do país um ambiente de larga e generosa compreensão Devemos-lhe os melhores estímulos para tudo quanto nos tem sido possível realizar, em oito anos de incessantes esforços

REPERCUSSÃO NO ESTRANGEIRO

— E a repercussão dessa obra no estrangeiro ? — indagamos

— Menos como "ibgeanos", pròpriamente, do que mesmo como brasileiros, só temos motivos para nos orgulhar dos numerosos testemunhos de aprêço e admiração que nos chegam, a cada momento, sobretudo dos meios técnicos especializados Destaco, em primeiro lugar, pela sua procedência, a honrosa mensagem com que nos distinguiu Sua Santidade o Papa Pio XII Figura numa das publicações que tive o prazer de oferecer-lhe em sua primeira visita

— É um belo documento, na verdade Tanto assim que vamos transcrevê-lo em nossa reportagem

— Por sua vez, o VIII Congresso Científico Americano, reunido em Washington em maio de 1940, "considerando que a planificação e coordenação das atividades estatísticas, nos países democráticos que possuem forma de govêrno federal e organização descentralizada do serviço estatístico, constituem tarefas de peculiar dificuldade", consignou, em expressiva resolução, o seu louvor à Nação Brasileira, "pelo impressionante desenvolvimento de sua notável organização de planejamento e coordenação da estatística nacional"

Também o II Congresso Interamericano de Municípios, realizado em Santiago do Chile, teve lisonjeiros pronunciamentos em relação à Estatística Brasileira E atribuiu ao nosso Instituto um papel de grande relêvo na coordenação geral dos levantamentos estatísticos em todos os municípios da América

Os nossos arquivos guardam numerosos depoimentos de técnicos e especialistas do Novo e do Velho Mundo, que não escondem seu apreço pelo que vamos conseguindo fazer, apesar das dificuldades que oferecem as condições do país, — dificuldades que resultam, sobretudo, da vastidão do território, dispersão dos núcleos demográficos e deficiência correlata dos meios de transportes e comunicações E viamos, ainda recentemente, um dos países onde maior é o aperfeiçoamento dos serviços estatísticos, a nobre Nação Argentina, inspirar-se, de certa maneira, no exemplo brasileiro, para a instituição de um Conselho Nacional de Estatística e Censos, cuja estrutura e funcionamento coincidem, quase inteiramente, com os do nosso, inclusive pelo recurso à admirável virtualidade da cooperação interadministrativa Temos merecido, ainda, honrosas referências da parte do Instituto Interamericano de Estatística, pelos seus membros mais eminentes Aliás, o I B G E foi a primeira entidade a filiar-se àquela prestigiosa instituição, a que também aderiu o Brasil.

CAMPANHAS CULTURAIS

— Com efeito, são testemunhos bastante expressivos, sobretudo porque inteiramente insuspeitos Mas, ao que me parece, a atuação do Instituto, não se limita a "fazer geografia" e "fazer estatística" Aliás, o senhor aludiu, de início, a campanhas culturais

— Na verdade, como já tenho acentuado em diferentes ocasiões, todos os nossos trabalhos representam, de certo modo, campanhas dessa natureza Quer obedeçam apenas a objetivos de propaganda, visando criar um ambiente social favorável à investigação estatística, quer digam respeito, pròpriamente, às funções específicas dos diferentes órgãos do Instituto — inquérito, crítica, análise e divulgação —, todos êsses trabalhos servem aos interêsses de nossa cultura e revestem-se mesmo, em alguns casos, de um alto sentido cívico, inspirados que são nos melhores propósitos de unidade e renovação nacional

O Instituto mantém um regime de estreita cooperação com numerosas institutições, tais como, entre outras, a Associação Brasileira de

Educação, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, a Liga Esperantista Brasileira; participa de exposições e feiras e de congressos técnicos e científicos; promove cursos de especialização e aperfeiçoamento; e ainda promove celebrações como a do "Dia do Estatístico", de significação cívico-profissional, a 29 de maio de cada ano, e do "Dia do Município", de realização qüinqüenal, coincidente com o início da vigência dos novos quadros territoriais-administrativos e judiciários — das diferentes circunscrições da República

— Lembramo-nos, por exemplo, de que o I.B.G E teve uma participação destacada no "batismo cultural" de Goiânia, dois anos atrás .

— Realmente Sensível à importância histórica do grande empreendimento do Interventor PEDRO LUDOVICO, que representa, sob vários aspectos, uma das mais brilhantes conquistas da civilização brasileira, em seu esfôrço de penetração do *hinterland*, o Instituto procurou contribuir para que a inauguração oficial da nova metrópole goiana se verificasse em meio a um conjunto de iniciativas culturais da mais alta significação Destaco, dentre essas iniciativas, o VIII Congresso Brasileiro de Educação e a II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, para não falar, ainda, na reunião em Goiânia, completando o programa das solenidades que serviram de moldura ao magno acontecimento, das assembléias gerais dos dois Conselhos dirigentes do Instituto — o de Estatística e o de Geografia — e da Sociedade Brasileira de Estatística

Aliás, a participação do Instituto ainda não chegou a seu têrmo: acham-se em impressão em nossas oficinas tipográficas, devendo ser lançados dentro de breve prazo, de acôrdo com o que deliberou a respeito o Conselho Nacional de Estatística, os Anais do Congresso de Educação, os quais reúnem valiosíssimas contribuições sôbre numerosos problemas de organização nacional, encaradas sob o aspecto das suas ligações, diretas ou indiretas, com as questões educacionais

O "IDEÁRIO CÍVICO DOS IBGEANOS"

— Temos visto, em notícias e entrevistas, referências ao "ideário cívico dos ibgeanos" Será que o público está suficientemente esclarecido quanto ao que isto significa?

— Acredito que sim Aliás, eu próprio, em mais de uma oportunidade, já referi detalhadamente os pontos essenciais dêsse "ideário", inclusive em longa entrevista ao jornal *A Manhã*, que a *Revista do Serviço Público* teve a gentileza de reproduzir Conforme acentuei então, trata-se apenas de sugestões e alvitres formulados, sob sua responsabilidade pessoal, pelos técnicos que se dedicam às investigações estatísticas e geográficas Permita-me, aliás, que reproduza integralmente o esclarecimento que está na mesma entrevista:

> "Essa atuação "política" (no bom sentido) dos homens que servem ao Instituto é, aliás, natural Não é superfetação, nem um estravasamento Não invadimos seara alheia. Bem pelo contrário Se ao Instituto, lhe cabe investigar, traduzir em números e esquemas, e sistematizar tôdas as condições fundamentais em que vive a Nação, é aos olhos dos técnicos do Instituto que se revelam em primeira mão as poderosas sugestões da observação realizada Naturalmente, os números, as cartas e os esquemas são postos à disposição dos sociólogos, dos estadistas e dos políticos, e a êles é que cumpre fixar em definitivo as diretrizes de reorganização que emergirem da análise científica dos fatos observados Mas certos detalhes da realidade examinada saltarão mais aos olhos daqueles próprios que efetuaram as pesquisas e, pelo exame simultâneo dos vários aspectos da vida nacional, estão em condições de sentir melhor a premência ou o caráter essencial de umas tantas soluções que os fatos apontam O Instituto, pois, dados os seus fins, não poderia senão incentivar o leal depoimento dos seus observadores, às vêzes, mesmo, procurando resumi-los e encaminhá-los aos diferentes órgãos do Govêrno e da administração a que a responsabilidade das deliberações executivas estiver distribuída Essa preocupação de bem aproveitar os depoimentos da observação geográfica, estatística ou censitária tem sido, aliás, não só aprovada, mas estimulada em alto grau pela autoridade do Chefe da Nação, a quem o Instituto está diretamente subordinado "

REDIVISÃO POLÍTICA

— Muito bem Embora não se trate de assunto inédito, creio que não haveria inconveniente em que fizesse breve reconstituição dos temas principais do "ideário"

— Se assim lhe parece, não tenho dúvida Interessa-nos particularmente que êsses ideais se tornem mais conhecidos para que sejam, cada vez mais, bem compreendidos

Referirei, de início, entre os nossos temas prediletos, o problema da recomposição do quadro das Unidades Políticas, de modo a assegurar-lhes a equivalência territorial e a equipotência virtual

Nos têrmos em que o assunto vem sendo colocado em nossos estudos, a solução terá de ser dada através de fórmulas que garantam o unânime assentimento das populações interessadas e o apoio dos seus dirigentes Essas fórmulas já constam de vários trabalhos divulgados pelo Instituto e integram um conjunto orgânico de medidas que contornam tôdas as dificuldades, harmonizam todos os interêsses e conciliam todos os pontos de vista, dentro de um pensamento superior de organização e unidade nacional Tais medidas, por sua vez, já de si bastante suasórias, hábeis e prudentes, articulam-se com outras não menos justas e transigentes

Estamos convencidos de que essa recomposição, nos moldes delineados, é o único meio de reparar uma grave injustiça histórica na distribuição de um patrimônio comum — o território —, bem como de fazer repousar a Federação em inabaláveis fundamentos de justiça, equilíbrio e eqüidade

MEDIDAS COMPLEMENTARES

— E as medidas a que alude? Certamente os leitores estimariam conhecê-las .

— Inicialmente, a transferência da Capital da República para o interior do país, em duas etapas, a última das quais destinada a assegurar a sua definitiva localização no planalto de Formosa, como sempre pareceu necessário, inclusive a grandes figuras do passado Essa providência resultaria num impulso formidável à interiorização de nossos fôrças civilizadoras, atendendo ainda ao objetivo — que a prudência aconselha — de preservação e defesa do centro de coordenação de tôdas as atividades do país, que outra coisa não representa a sua capital política

Vem depois a divisão departamental, obtida mediante o consorciamento de municípios, visando vitalizar a organização comunal e estender uma rêde de cêrca de duzentas metrópoles (capitais dos diferentes consórcios), destinadas a exercer — cada uma com um raio médio de ação de cem quilômetros — um papel decisivo na organização e desenvolvimento das fontes de riquezas nacionais

Segue-se o plano das Colônias-Escolas e do Exército do Trabalho As primeiras seriam verdadeiros centros de readaptação da população rural dispersa e desajustada, ao trabalho e à vida social O segundo, um grande quadro para prestar assistência e dar, em curto prazo, formação profissional suficiente aos elementos socialmente desajustados e sem trabalho, que constituem pesos mortos na economia dos centros urbanos Os elementos do Exército do Trabalho seriam utilizados ainda para estabelecer ou melhorar os novos núcleos metropolitanos dos Departamentos, bem assim na abertura dos seus campos de aviação e das estradas que os liguem entre si Vale dizer: instrumento, a um só tempo, de prevenção social, de educa-

ção e assistência, de colonização intra-fronteiras, de oportuno, louvável e necessário *imperialismo interior* e também, por isso mesmo, senão diretamente, de defesa e segurança nacional. Aliás, a idéia da criação do Exército do Trabalho — exposta, há vários anos, em numerosos estudos de técnicos do Instituto — ganhou terreno, ainda recentemente, através do plano lançado, em relatório, por um ilustre militar, o Tenente-Coronel Dr. FRANCISCO PESSOA CAVALCANTI, chefe da 6ª Circunscrição de Recrutamento Militar Embora sob outra modalidade, o objetivo a atingir é pràticamente o mesmo

COOPERAÇÃO INTER-ADMINISTRATIVA

— De fato, a iniciativa parece bastante feliz. Mas, estão esgotados os temas do "Ideário"?

— De nenhum modo. Todavia, procurarei simplificar a enumeração aludindo, apenas, a três itens mais O primeiro refere-se à extensão a todos os campos de ação administrativa e governativa necessàriamente comuns à União, aos Estados e aos Municípios, do mesmo princípio cooperativo cuja eficiência tem sido tão largamente demonstrada no setor da estatística e da geografia. A instituição, mediante convenções interadministrativas, de grandes sistemas de serviços a um só tempo federais, estaduais e municípios, por delegação das autonomias coexistentes, evitaria uma lamentável dispersão de esforços, a serviço de idênticos objetivos, nas três órbitas de govêrno, permitindo assim um impulso de inéditas proporções, em matéria de organização nacional

— E quais os campos, Dr. TEIXEIRA DE FREITAS, que, ao seu ver, reclamam ação convergente e articulada da União, Estados e Municípios?

— Além do da estatística e da geografia, ou seja o do conhecimento das condições existenciais da nação, sete outros me ocorrem, de pronto: o do fomento agrícola, o da saúde, o da educação, o das comunicações rodoviárias, o da tributação e arrecadação, o da organização administrativa, e, finalmente, o das pesquisas tecnológicas, que também lucraria extraordinàriamente em ser explorado por um conjunto de órgãos, formando um sistema interadministrativo apoiado no Instituto Nacional de Tecnologia do Ministério do Trabalho

E' preciso reconhecer, aliás, que em alguns campos, além do estatístico-geográfico, já se registram certas iniciativas que, de algum modo, traduzem animadora evolução, no terreno concreto, do princípio da cooperação administrativa Gostaria de aludir, por exemplo, ao Convênio Nacional do Ensino Primário, promovido pelo Ministério da Educação, e aos acordos de fomento agrícola, de iniciativas do Ministério da Agricultura São, porém, iniciativas parciais, que ainda não atendem, de modo orgânico e completo, aos altos objetivos nacionais previstos na esquematização geral do plano

— Contudo, demonstram que a idéia está em marcha E isto já é, sem dúvida, grande coisa Mas, o senhor prometeu aludir a três itens e, por enquanto, estamos apenas no primeiro.

DEPARTAMENTO DO GOVÊRNO

— Tem razão Procurarei agora ser mais breve, referindo-me, de início, ao item em que é focalizada a conveniência da criação, como complemento da máquina administrativa brasileira, de um "Departamento de Govêrno", destinado a funcionar como gabinete técnico da Presidência da República Êsse novo órgão, subordinado diretamente ao Chefe do Estado, teria a incumbência de planificar a ação governamental, unificando-a mediante a necessária articulação dos objetivos distribuídos entre os diferentes Ministérios Êstes, por sua vez, passariam a ter o seu esquema subordinado a uma fórmula racional, capaz de atender, segundo uma distribuição perfeita de finalidades, às exigências fundamentais da máquina do govêrno

Veja se não lhe parece perfeitamente lógica a esquematização: I — Setor referente à soberania da Nação: 1) Ministério da Fazenda; 2) Ministério da Ordem Política; 3) Ministério das Relações Exteriores. II — Setor referente à segurança nacional: 1) Ministério da Defesa Terrestre; 2) Ministério da Defesa Naval; 3) Ministério da Defesa Aérea III — Setor referente à assistência social: 1) Ministério da Educação; 2) Ministério da Saúde; 3) Ministério do Trabalho IV — Setor referente à organização econômica: 1) Ministério da Produção; 2) Ministério dos Transportes e Comunicações; 3) Ministério do Comércio.

Desenvolver os argumentos em favor dêsse plano — já exaustivamente expostos noutras oportunidades — nos levaria muito longe Com relação aos Ministérios afins de cada um dêsses grupos, e também quanto à ação conjunta dos grandes setores que êsses grupos representam, caberia ao Departamento do Govêrno — verdadeiro Estado-Maior da Presidência da República —, no que se referisse ao estabelecimento e execução dos planos gerais, função análoga à dos dois aparelhos que tão úteis vêm sendo, indiscutìvelmente, ao esfôrço da renovação do Estado Brasileiro: o D A S P , destinado a unificar a gestão administrativa, e o I B G E , com atribuições idênticas, quanto às atividades estatísticas e geográficas

NOVA POLÍTICA SOCIAL

— Muito bem O terceiro item, finalmente, diz respeito.

— . à política social do Estado Foi amplamente desenvolvido, aliás, numa Resolução da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística em que se formularam várias sugestões ao Govêrno, a propósito da lei de amparo à família, mas onde é recomendado que a experiência da reforma se realize primeiro em relação ao funcionalismo público

Trata-se de um plano inspirado em generoso princípio de justiça distributiva e que visa contribuir, por meio de um cauteloso processo evolutivo, para a instituição de uma ordem social renovada, em que os interêsses da família e os postulados de justiça social mereçam, realmente, a proteção devida Os seus pontos fundamentais são êstes: diferenciação, no funcionalismo público, das cinco ou seis categorias ou graus fundamentais de responsabilidade funcional, independentemente da modalidade profissional; fixação dos correspondentes níveis de remuneração numa escala objetiva, justa e reajustada periòdicamente ao custo real da vida; estabelecimento do sistema de remuneração correlatamente a essa escala, de modo a fixar-se, de um lado, o estipêndio individual adequado à capacidade do empregado, e, do outro — em apropriada dependência dêsse estipêndio — a majoração periódica em função do tempo de efetivo exercício e do merecimento Isto, além do abono de família, e do mês suplementar, completando-se o sistema pela fixação, em escalonamento proporcional aos níveis fundamentais, das "gratificações de função" correspondentes aos diferentes graus de qualidade ou responsabilidade dos encargos que o empregado pudesse assumir eventualmente, em conseqüência de aptidões específicas ou de investidura de chefias Estas, porém, só atribuíveis pelo critério da confiança pessoal do chefe imediato

— São grandes e generosos ideais, êsses Lamentamos que o espaço de que vamos dispor não nos permita solicitar-lhe uma exposição ainda mais ampla, que abrangesse, um a um, todos os postulados do "ideário"

— Muito obrigado Assinale, então, em sua reportagem, mais êsses dois objetivos, que me parecem bastante expressivos e cuja simples referência não alongará demasiado esta exposição: primeiro, educação gratuita em todos os graus e efetivamente obrigatória no grau primário, prestando o Estado, para êsse efeito, a necessária assistência econômica e social; segundo, a adesão do Brasil ao grupo de países que se propõem a adotar, obrigatòriamente, o ensino do Esperanto como língua auxiliar neutra, para uso nas relações internacionais

AS PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES

Anotamos o que acabava de nos dizer o Dr TEIXEIRA DE FREITAS, e fizemos-lhe uma pergunta:

— São muitas as obras editadas pelo Instituto?

— Não seria curta a enumeração A mais importante delas é o *Anuário,* cuja publicação — interrompida fazia vinte anos — foi retomada logo depois de criado o Instituto Sua última edição corresponde ao biênio 1939-1940, achando-se a série temporàriamente interrompida em virtude das restrições baixadas pelo Conselho Nacional de Estatística e aprovadas pelo Sr Presidente da República, relativamente à divulgação de dados estatísticos, durante a vigência do estado de guerra

A êsse respeito, aliás, revelarei uma novidade que possìvelmente interessará muitos dos seus leitores: tendo em vista as ponderações de várias entidades, os reclamos da imprensa e a circunstância de haver variado muito, entre os órgãos da administração pública, a interpretação das restrições assentadas pelo Instituto,— estabelecendo-se, dessa forma, multiplicidade de critérios — o Conselho voltou a examinar o assunto, havendo a sua Junta Executiva Central, baixado, em reunião recente, nova Resolução sôbre a matéria, a ser encaminhada à consideração do Govêrno Nos têrmos dessa nova decisão, passarão a prevalecer normas bem mais flexíveis para a divulgação de dados estatísticos, evitando-se por essa forma, embora com as naturais restrições quanto aos elementos que interessem, de modo particular à segurança e defesa do país, que as atividades públicas e privadas deixem de beneficiar-se das vantagens que para elas resultaria de uma utilização mais ampla dos dados estatísticos levantados, sistemàticamente, pelos vários órgãos integrantes do sistema do Instituto

Mas, prosseguindo: com o material numérico do *Anuário* convenientemente enriquecido, fazem-se vinte e duas Sinopses Estatísticas Regionais, uma para cada Unidade da Federação E' feita, ainda, uma outra, de síntese nacional, em Português e Inglês, e também um resumo em Esperanto, no qual se consubstanciam os dados essenciais sôbre o nosso país Parte da edição do *Anuário* é desdobrada em vários tomos, correspondentes à natureza de suas diversas secções: situação física, situação demográfica, situação econômica, etc.

O Instituto mantém, ainda, quatro publicações periódicas: a *Revista Brasileira de Geografia* e o *Boletim Geográfico,* do Conselho Nacional de Geografia, e a *Revista Brasileira de Estatística,* órgão oficial do Conselho Nacional de Estatística e da Sociedade Brasileira de Estatística, e o *Boletim Estatístico,* também de responsabilidade dêsse último Conselho As nossas duas revistas vêm desenvolvendo um interessante plano de cultura e pesquisa científica Circulam amplamente em todo o território nacional — pois que nem um só dos nossos municípios deixa de recebê-las — como ainda servem ao largo intercâmbio mantido pelos dois Conselhos com instituições técnicas e científicas do estrangeiro

ESTATÍSTICAS "HISTÓRICAS"...

Depois de breve pausa, o Dr. TEIXEIRA DE FREITAS observa:

— Aliás, a publicação do *Boletim Estatístico* veio neutralizar a injustiça de uma crítica vez por outra formulada, ou apenas sugerida, em relação aos serviços estatísticos oficiais: a de que as suas divulgações, via de regra, se revestem de interêsse meramente histórico

— Como assim?

— E' que, com êle, temos em vista, justamente, assegurar imediato aproveitamento, por parte dos interessados, do material que vai sendo coligido nos intervalos das edições do *Anuário* e que, ao aparecer nessa obra, já se apresenta, de certa maneira, antiquado, — como é, de resto, perfeitamente razoável num país com a extensão territorial do Brasil A maior parte do *Boletim* contém estatísticas mensais, nas quais se estudam, exclusivamente, aspectos econômicos Pois bem: para ficar demonstrado que não é tão duvidosa assim a utilidade dessas estatísticas, do ponto de vista de sua atualidade, basta referir que, no último número divulgado, referente ao trimestre janeiro-março dêste ano, várias séries vêm até janeiro último e as demais chegam ao mês anterior

TRABALHOS ESPECIAIS

— Muito bem São essas, porém, ao que depreendo de suas palavras, as publicações de caráter permanente Mas, não têm sido lançadas outras, dedicadas a determinados assuntos?

— Assim acontece, realmente Citarei, entre elas, como realizações da ala estatística, *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Ortografia,* contribuição à campanha desenvolvida pelo Instituto no sentido do integral prevalecimento do acôrdo ortográfico entre o Brasil e Portugal; *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação,* elucidário oferecido à 1ª Conferência Nacional de Educação realizada nesta capital em novembro de 1941; o volume em inglês *Brasil,* organizado por incumbência especial do Ministério das Relações Exteriores; *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Município,* dedicado ao II Congresso Inter-Americano de Municípios, a que já me referi; *Divisão Territorial dos Estados Unidos do Brasil*; para não falar, ainda, em várias outras publicações de menor porte, de objetivos técnicos e culturais Pos êsses dias, será lançado, em número especial da *Revista Brasileira de Estatística,* o *Vocabulário Brasileiro de Estatística,* organizado por um ilustre especialista, o professor MILTON DA SILVA RODRIGUES, por incumbência do Instituto e da Sociedade Brasileira de Estatística Há, além disso, os vários volumes em que vem sendo compendiada a legislação dos órgãos dirigentes do Conselho — Assembléia Geral e Junta Executiva Central — e ainda a legislação federal referente à estrutura e ao funcionamento do sistema do Instituto

— A ala de geografia acompanha brilhantemente êsse esfôrço de divulgação cultural

— Tem tôda a razão Acompanha-o e chega mesmo a superá-lo, sob certos aspectos. Embora não seja o mais indicado para falar a êsse respeito, pois seria mais lógico que o fizesse o meu prezado companheiro CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO, destacarei entre as iniciativas mais importantes do Instituto, nesse setor, o lançamento da Biblioteca Geográfica Brasileira, na qual já foram divulgadas duas interessantes contribuições do Coronel LIMA FIGUEIREDO e professor FRANCIS RUELLAN, e várias outras estão anunciadas

ESFÔRÇO DE DIVULGAÇÃO

— Mas não se limita a isso — prosseguiu o Dr TEIXEIRA DE FREITAS — o esfôrço de divulgação do Instituto Estou referindo, apenas, algumas iniciativas dos órgãos centrais, nesta capital Também nos Estados os serviços integrantes do sistema desenvolvem — uns mais, outros menos — apreciável atividade publicitária A todos êles — com exceção de quatro, apenas — já devemos excelentes contribuições para as "Tábuas Itinerárias Brasileiras", que o Instituto cogita de editar, oportunamente, e que constituirá o trabalho mais completo jamais organizado sôbre as vias de comunicações do país Além do que, tanto a própria Secretaria Geral como vários órgãos regionais do sistema têm mantido, em caráter regular, um interessante serviço de informações, sob a forma de "comunicados" em edições mimeográficas

— Êsses "comunicados" permitem, sem dúvida, a divulgação de dados bastante atuais.

— Exatamente. De certa maneira, completam a providência que tivemos em vista, com o lançamento do *Boletim Estatístico* Além do que — refiro-me aos que são atualmente distribuídos pela Secretaria — êsses trabalhos não se destacam apenas pelo alto valor informativo

para o comum dos leitores Como a sua elaboração está confiada a um eminente especialista, de notável capacidade técnica — o Professor GIORGIO MORTARA — revestem-se êles de grande alcance científico, valendo como verdadeiras contribuições econômétricas sôbre os assuntos tratados

REGULARIDADE DOS LEVANTAMENTOS

— Poderia o senhor dizer-nos quais são êsses assuntos?

— Com prazer Os "comunicados" apresentam, de forma expositiva, os resultados dos inquéritos econômicos para a defesa nacional, cuja execução o Govêrno confiou ao Instituto por Decreto-lei de setembro de 1942

— Ah! sim Já tive notícia dêles, através dos jornais O senhor falou-me, também, das Campanhas Estatísticas, realizadas por meio dos Cadernos A, B e C, enviados a todos os Municípios

— E' êsse o principal inquérito da estatística brasileira Abrange todos os aspectos da vida do país, desde a situação física, às atividades políticas e administrativas Os seus resultados vêm melhorando progressivamente e empregam-se todos os esforços, no momento, para que a coleta, crítica, apuração e divulgação das informações referentes a cada ano sejam feitas sempre dentro do ano seguinte Será isto, sem dúvida, uma bela vitória, num país como o Brasil, onde tantos fatôres contribuem para as tremendas dificuldades com que lutam os serviços estatísticos

— Com efeito Mas, Dr TEIXEIRA DE FREITAS, há grande atraso nos demais levantamentos?

— Absolutamente, não Veja o caso dos inquéritos econômicos. No Distrito Federal, tem-se, cada mês, os dados sôbre vendas e estoques relativos ao mês anterior Alguns assuntos mais importantes são apurados por décadas e mesmo diàriamente, como ocorre, por exemplo, em relação ao contrôle da saída dos gêneros alimentícios, visada pela Coordenação da Mobilização Econômica Nos Estados, a execução do trabalho fica na dependência de transporte do material, problema êsse muito agravado nas atuais circunstâncias O atraso varia de um a cinco meses, limite máximo para as regiões mais distantes Via de regra, tem-se, em cada trimestre, os dados referentes ao trimestre anterior Quase o mesmo se pode dizer quanto ao levantamento das correntes internas de comércio Nesta capital, a apuração está sendo feita com uma diferença máxima de 45 dias, em relação à saída das mercadorias Também nos Estados, a situação é muito boa, devendo tornar-se ótima, com absoluta regularidade nas apurações mensais, logo que São Paulo atualize e Minas normalize os seus levantamentos

— São bastante animadoras essas informações E os outros inquéritos ?

—Vários dêles já se encontram perfeitamente regularizados As estatísticas compreendidas no campo de competência do Ministério da Fazenda, inclusive as do comércio exterior e de cabotagem, movimento bancário e custo de vida no Distrito Federal, acham-se em dia O Serviço de Estatística da Produção está apurando com eficiência os dados relativos à matança de gado em todo o Brasil e à produção extrativa mineral E já começa a realizar, em seguras condições de êxito, a previsão e confirmação trimestrais das safras, objetivo êsse que só agora vai ser alcançado pela nossa estatística agrícola O plano de registro e levantamento industriais acha-se com a execução convenientemente encaminhada, devendo ser apurados até março de cada ano os dados referentes ao ano anterior. Quanto às demais estatísticas, abrangentes de variados aspectos da vida nacional, — demográficos, econômicos, sociais e culturais — todos os esforços vêm sendo empregados para anular progressivamente a diferença entre a data de sua divulgação e a ocorrência dos fenômenos computados

O PROBLEMA DAS AGÊNCIAS MUNICIPAIS

— Temos a impressão, Dr TEIXEIRA DE FREITAS, de que isto depende, principalmente, de uma boa rêde de agentes coletores das informações, nos municípios Já teriam os senhores resolvido êsse problema?

— Em princípio, sim A sua observação é, aliás, muito justa Mais de 50% da matéria prima utilizada em nossos cômputos gerais referem-se às ocorrências verificadas no âmbito municipal Logo, a exatidão da estatística brasileira depende de coletas municipais feitas em condições satisfatórias Isto seria impossível conseguir se permanecesse a situação em que estivemos até agora, com Agentes Municipais sem nenhum estímulo e percebendo ordenados que vão, geralmente, de Cr$ 20,00 a Cr$ 200,00 O resultado só poderia ser — ressalvadas poucas e honrosas exceções — um quadro de servidores de generalizada incapacidade intelectual e técnica, sem ânimo nem entusiasmo para prestar à obra do I B G E a importante colaboração que dêles se requer

O problema foi detidamente examinado pelo Instituto, em colaboração com o Estado Maior do Exército, e dos estudos levados a efeito resultou um plano magnífico, que se veio a consubstanciar nos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, celebrados em todo o país num ambiente de admirável compreensão e boa vontade

Nos têrmos dêsses Convênios, que, afastadas as últimas dificuldades, vão ter a sua execução iniciada dentro de breve prazo, a manutenção das Agências passará à responsabilidade direta do Instituto, que organizará, para nelas servir, um quadro nacional de funcionários capazes, escolhidos mediante rigorosas provas de seleção As Agências, providas de recursos suficientes e superintendidas por órgãos especializados — as Inspetorias Regionais —, serão instaladas segundo o alto padrão que a sua finalidade exige, aparelhadas convenientemente, servidas por pessoal idôneo, bem pago e fortemente estimulado, constituindo assim verdadeiros núcleos propulsores de progresso e cultura do país

Nessa nova organização, os chefes dos serviços terão os predicados e as condições necessárias para o verdadeiro apostolado que lhes cumprirá exercer E a Estatística Brasileira terá dado, assim, o passo decisivo para uma ampla consolidação da obra que vem realizando, no último decênio

PALÁCIO DO SILOGEU BRASILEIRO

Concluindo essa exposição, o Dr TEIXEIRA DE FREITAS convidou-nos, amàvelmente, a visitar a Secretaria Geral do Instituto, instalada à direita de seu escritório Cortamos, de passagem, a sala de reuniões da Junta Central do Conselho Nacional de Estatística e da Comissão Censitária Nacional, e o amplo e moderno gabinete do Presidente, Embaixador MACEDO SOARES

O salão onde funcionam as diferentes secções dá-nos, logo à entrada, uma confortadora impressão de ordem e disciplina Em mesas irrepreensìvelmente alinhadas, dezenas de funcionários entregam-se ao trabalho, como se os dominasse alguma coisa mais do que a simples noção do dever Com efeito, anima-os a própria chama do entusiasmo "ibgeano", que já surpreendêramos nas palavras dos outros servidores da mesma causa com quem antes havíamos tido contacto, no Conselho Nacional de Geografia

Ao entrarmos, chamou-nos a atenção um belo quadro colocado exatamente acima da porta que dá para o gabinete do Presidente Nêle aparece um magnífico edifício, de linhas arquitetônicas modernas, a traduzir perfeito equilíbrio de massa e grande beleza de concepção

O Dr TEIXEIRA DE FREITAS não espera que formulemos a pergunta:

— E' o projeto do Palácio do Silogeu Brasileiro, cuja construção foi concedida ao Instituto pelo Decreto-lei nº 2 326, de 20 de junho

de 1940 Vai ser localizado na avenida Augusto Severo, quase no mesmo local onde hoje se ergue o atual Silogeu Nêle terão sede todos os serviços centrais do Instituto, importantes departamentos administrativos federais, prestigiosas instituições técnicas e culturais . Abrigará ainda, permanentemente, uma Exposição Brasileira de Educação e Cultura e o Planetário Cruzeiro do Sul, destinado a fins de recreio popular educativo

— Bela iniciativa! E por que está retardada sua execução?

— Em parte, por fôrça das dificuldades criadas pela guerra; em parte, porque estamos na dependência do plano de remodelação da cidade, que a Prefeitura vem executando, uma vez que a isto se liga o desembaraço da área cedida ao Instituto para construção de sua nova sede Vamos ter novos entendimentos a respeito com a Municipalidade e cogitaremos de meter ombros à iniciativa dentro do menor prazo

VISITANDO A SECRETARIA

A Secretaria Geral do Instituto funciona sob as vistas imediatas do Diretor, Dr. ALBERTO MARTINS, estatístico do Ministério da Educação e Saúde pôsto à disposição do I B G E desde 1938 E' um profissional de longo tirocínio, cuja colaboração à estatística brasileira remonta à fase em que teve a seu cargo a Secretaria da Prefeitura de Ponte Nova, em Minas Gerais, a cujos serviços burocráticos deu, aliás, modelar organização

Além de orientar e coordenar a atuação dos chefes das diferentes secções, o Dr. ALBERTO MARTINS superintende os serviços da Secretaria e faz as designações de pessoal, representando ao Secretário Geral sôbre as providências que se lhe afigurem convenientes, inclusive de natureza disciplinar Além de outros encargos de caráter administrativo, tem ainda o de secretário-assistente da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística Nas reuniões da Junta Executiva Central, auxilia o Secretário Geral, providenciando sôbre o expediente e o serviço de atas dêsse órgão deliberativo.

Recebeu-nos com a maior afabilidade, como se fôssemos velhos conhecidos.

— Os trabalhos da Secretaria ampliaram-se consideràvelmente nos últimos tempos, — diz-nos êle — e tendem a ampliar-se ainda mais Estamos lutando, porisso, com um problema sério: o do espaço

Aqui funcionam quatro secções: a de Expediente, a de Contabilidade, a de Documentação e a de Publicações. Há ainda a de Sistematização, que, compreendendo pessoal numeroso e serviços mecânicos de apuração e tendo relações diretas com o público, ocupa uma loja e várias salas no edifício à Avenida Graça Aranha, 182-B

A Biblioteca Central, cuja proximidade é tão necessária aos serviços das Secções de Documentação e Publicações, está localizada, em condições muito desvantajosas, aliás, numa das salas do velho edifício do Silogeu Brasileiro.

— E que tal essa Biblioteca?

— E' um precioso patrimônio, superior a quinze mil volumes, em sua maioria de obras especializadas, inclusive numerosas revistas estrangeiras, de natureza técnica Muito contribuiu para aumentar o seu valor a generosa doação que o Professor GIORGIO MORTARA fêz ao Instituto, logo que chegou ao Brasil, de sua magnífica livraria particular

A esta altura da palestra, o Dr TEIXEIRA DE FREITAS, que nos acompanhava na visita, informou-nos de que, no início da vida do Instituto, a direção da Secretaria esteve a cargo do Dr BENEDITO SILVA, que foi, aliás, o organizador de seus diferentes serviços E teve palavras de grande aprêço, mesmo de entusiasmo, para com êsse ilustre colaborador da obra do I B G E :

— Devemos inestimáveis serviços a BENEDITO SILVA. Com a sua extraordinária capacidade de trabalho, aguda inteligência e sólida cultura, prestou-nos êle um concurso valiosíssimo, na fase mais difícil da existência do Instituto, ou seja quando estabelecíamos os marcos iniciais de sua atuação Depois disso, ainda coube a BENEDITO SILVA dirigir a publicidade do Recenseamento Geral de 1940, missão essa de que êle se desincumbiu com o brilho, a capacidade e o devotamento que seriam de esperar do seu grande espírito público. Ainda hoje, é êle um dos mais destacados colaboradores da Estatística Brasileira, inclusive como Secretário Geral da Sociedade Brasileira de Estatística, funções essas que exerce, com a maior eficiência, desde a reorganização dessa entidade técnico-profissional

SECÇÃO DE EXPEDIENTE

A Secção de Expediente está sob a chefia do escritor VALDEMAR CAVALCANTI, que é também jornalista e crítico literário

Acham-se a seu cargo os serviços de correspondência, arquivo, protocolo e pessoal Não só a correspondência, como trabalhos outros, são datilografados por uma equipe especializada e obedecem a uma rigorosa padronização.

Em 1943 foram expedidos 4 351 ofícios, 1 914 telegramas, 438 cartas, 305 "bilhetes-verbais", 199 cartões, 96 ofícios-circulares e 23 circulares-telegráficas, num total de 7 326 peças

Todo órgão de serviço público possui hoje um *daspinho* O Instituto, embora só últimamente tenha sido obrigado a adotar, na organização de seus quadros de pessoal e na respectiva remuneração, o sistema vigente no serviço civil da União, já espontâneamente adotava normas e regras da legislação de pessoal da União

A S E é o "daspinho" da Secretaria Geral do I B G E Além de caber-lhe preparar os atos de ordem administrativa, bem como o expediente que dêles decorre, é de sua atribuição organizar os prontuários do pessoal do Instituto, os quais deverão conter todos os elementos que constituam o *curriculum vitae* de cada servidor; manter em ordem o registro individual dos servidores, atendendo às exigências da legislação vigente; preparar os atos referentes a pessoal e o expediente que a respeito se faz necessário; estudar os processos relativos a pessoal e preparar as competentes informações; organizar o resumo do registro de ponto do pessoal e fazer as comunicações de freqüência; efetuar o necessário registro da escala de férias do pessoal; fazer as comunicações e anotações necessárias quanto às faltas dos servidores; trazer atualizado o registro de endereços de todos os servidores em exercício na sede da Repartição; tomar as providências adequadas quanto aos funcionários requisitados.

Estava sendo mimeografada, por ocasião da visita, a última e importante resolução da Junta Executiva Central sôbre o funcionalismo do Instituto: a que institui o boletim de merecimento para promoções no quadro permanente da Secretaria

O serviço de arquivo geral atende convenientemente às peculiaridades da repartição, tendo sob sua guarda não só a correspondência da Secretaria Geral, como também os processos e documentos relativos a prestações de contas dos auxílios ou subvenções concedidos aos órgãos do Instituto, as peças da legislação dos Colégios deliberativos, e, ainda, os recortes de jornais referentes às atividades estatístico-censitárias no país Em 1943, foram arquivados: 8 594 ofícios, 3 946 telegramas, 1 148 cartas, 699 cartões, 80 requerimentos, 103 comunicações internas, 177 ofícios-circulares, 222 memoranda, 427 bilhetes-verbais, 147 relatórios, afora larga cópia de documentação de vária natureza.

Como numa boa repartição de estatística, tudo é contado e medido A produção das datilógrafas, por exemplo, é rigorosamente controlada

NA SECÇÃO DE CONTABILIDADE

— O regime financeiro do I B G E obedece a características especiais O orçamento da União consigna a verba destinada à entidade, a título de auxílio, sem outra discriminação além das três parcelas correspondentes às atuais alas do sistema: estatística, geográfica e censitária Aos órgãos deliberativos dêsses três ramos é dada por lei a competência para fixar as despesas que serão atendidas com a respectiva verba

Quem nos está dando essas informações é o Sr. VIRGÍLIO COSTA, chefe da Secção de Contabilidade

— A escrituração de todo êsse considerável movimento financeiro incumbe a esta Secção, cabendo assinalar que uma parte da verba destinada ao Conselho Nacional de Estatística é empregada em auxílios aos cinco serviços estatísticos federais e aos vinte e dois órgãos regionais

Aqui, pois, é a tesouraria do Instituto — onde se escritura o movimento financeiro e econômico da entidade, são preparados os elementos necessários à elaboração da proposta de orçamento da repartição, examinadas as prestações de contas, indicadas as medidas previstas na legislação quanto ao emprêgo das verbas, registrada a vida financeira do pessoal da Instituição nas relações daquele com esta, e examinadas as condições legais das contas e fôlhas de pagamento

À S C incumbe ainda, quanto ao patrimônio da entidade, arrolar os bens patrimoniais do Instituto, quer se encontrem na repartição, quer estejam nos demais órgãos do sistema; zelar pela conservação e segurança dos bens patrimoniais; resguardar todos os valores pertencentes ao Instituto e sob o direto contrôle da Secretaria Geral; e examinar as propostas de fornecimento de material, quer sejam de concorrência pública, quer de concorrência administrativa, sôbre elas dando parecer.

— Encargos de grande responsabilidade, logo se vê

— Nem tenha dúvida E não deve ser esquecido que entre os setores do Instituto que concorrem para o volume e complexidade de trabalho da S C está o Serviço Gráfico, grande estabelecimento que funciona sob regime industrial, executando encomendas de repartições públicas e entidades privadas Além disso, fazem parte, ainda, da S C o almoxarifado e a portaria.

NA SECÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Os Drs TEIXEIRA DE FREITAS e ALBERTO MARTINS conduzem-nos agora à Secção de Documentação E' uma espécie de laboratório estatístico Reúne documentação numérica, procede a estudos e pesquisas, presta informações

Para desempenho dos seus encargos, mantém atualizada uma coleção de publicações estatísticas nacionais e estrangeiras, oficiais e privadas, necessárias a confrontos internacionais; coleciona em arquivo especial, de forma a serem fàcilmente consultados, artigos de jornais e revistas que apresentem interêsse estatístico; mantém um arquivo geral de documentação estatística, segundo os assuntos, no qual é obedecida a discriminação prevista no esquema fundamental do Instituto. Êsse material é utilizado em trabalhos expositivos ou analíticos, em contribuições destinadas aos apêndices do *Anuário Estatístico do Brasil*, em atendimento de pedidos de dados e informes das demais secções, da direção do Instituto e de quaisquer órgãos filiados ao Sistema Estatístico Brasileiro e no fornecimento de informações de caráter estatístico solicitadas ao Instituto por serviços públicos e, quando conveniente, por entidades privadas

Chefia a S.D um técnico de grande capacidade e experiência, o Dr JOÃO JOCHMANN, antigo servidor da estatística paranaense, que nos fala com muito entusiasmo dos trabalhos a seu cargo

— Conforme a natureza, — diz-nos êle — os documentos são guardados tais como entram na Secção ou se utiliza o material nêles contido para o fim de registro em fichas Destas, existem duas coleções, segundo a periodicidade anual ou mensal com que os respectivos elementos são apurados Constitui tarefa incessante trazer as séries cada vez mais ampliadas e convenientemente atualizadas A S D mantém ainda outro fichário, de caráter remissivo, para estudos relacionados com os assuntos que a estatística investiga

Informou-nos ainda o Dr JOCHMANN que, desde o ano passado, a Secção começou a dar cumprimento à sua atribuição de lançar, trimestralmente, o *Boletim Estatístico*, ao qual já se encontra mais larga referência noutro ponto desta reportagem

NA SECÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Aqui o repórter se sente "em casa". E' o setor de caráter jornalístico na colmeia de técnicos Não que se encarregue apenas de fazer a *Revista Brasileira de Estatística* e promover a divulgação dos objetivos e realizações do Instituto Bem ao contrário, cabem à S P várias outras atribuições de ordem burocrática, preparo de atas e de atos dos órgãos dirigentes da entidade, exposições de motivos, correspondência atinente às suas atividades específicas, recebimento e articulação das contribuições destinadas ao relatório anual da presidência, etc Mas, seja porque os maiores encargos da S P correspondam ao movimento de publicidade, pesquisas e intercâmbio, seja porque os principais funcionários são antes de tudo homens de imprensa, o fato é que neste ângulo da Secretaria Geral predomina o espírito jornalístico e as tarefas são arejadas pelo interêsse de que se revestem seus resultados

Naturalmente a lista de atribuições da Secção é bem maior do que a de suas realizações práticas, em virtude de não dispor do pessoal necessário. Com sacrifício, porém, de apenas certos trabalhos de propaganda e de um serviço regular de comunicados de natureza doutrinária e técnica, ou outra forma de divulgação para entrega antecipada, ao público, de informes e conclusões que devam figurar nas publicações próprias, vem a S P. realizando satisfatòriamente seus encargos principais

Tôdas as secções redacionais da *Revista Brasileira de Estatística* são escritas aqui: Vultos da Estatística Brasileira, A Estatística na América, Informações Gerais, Bibliografia, Resenha Cada uma dessas secções importa em pesquisas, busca de informações, reflexão, leitura, senso crítico

Na primeira delas, divulgam-se traços biográficos de grandes figuras do passado da estatística, resultado de pesquisas empreendidas com o amplo objetivo de recolher o material histórico necessário ao estudo sistemático e, quanto possível, à divulgação, em monografias, de tôdas as realizações parciais no campo da estatística brasileira, nas fases anteriores à de sua atual organização

Achados valiosos e sugestivos conferem o maior interêsse a essas pesquisas. O fato de ter sido um daqueles "Vultos" — o Dr FRANCISCO BERNARDINO RODRIGUES SILVA — quem promoveu a primeira admissão de mulheres no serviço público, organizando um quadro de dez datilógrafas, em 1910, na então Diretoria Geral de Estatística, é um dêsses achados

Deparamo-nos com admiráveis padrões de dedicação ao serviço público, no passado da estatística brasileira, como é o caso, por exemplo, de LUIZ MARIA DA SILVA PINTO, que fazia estatísticas ainda aos 94 anos, do conselheiro ANTÔNIO MANUEL CORREIA DA CÂMARA, que morreu em sua mesa de trabalho, e dessa figura verdadeiramente apostolar, que foi OZIEL BORDEAUX REGO

Conhecemos melhor certos aspectos mal revelados na biografia de grandes homens que também foram estatísticos, como aconteceu com RAUL POMPEIA, um dos nossos maiores romancistas e cuja passagem pela Diretoria Geral de Estatística não mereceu de seus biógrafos mais do que uma rápida indicação

À S.P. cabe também elaborar as publicações do Instituto que, por sua natureza, deixem de constituir atribuição privativa de outras Secções

A difusão das publicações do I B G E. é outro encargo da S P. O movimento de remessas é dirigido para todos os municípios brasileiros — pois cada Agente Municipal de Estatística recebe a Revista e publicações técnicas — e para grande número de países estrangeiros, em intenso intercâmbio. Para isso, a Secção mantém dois fichários, um para escrituração das tiragens e da saída, e outro em que são registrados o nome e endereço de cada destinatário, indicação da publicação remetida, número do registro postal e referência à correspondência em que seja acusado o recebimento

1943 não foi ano de grande movimento, pois foram poucas, relativamente, as publicações durante êle editadas pelo I.B.G E Todavia, a Secção deu saída a 39 529 volumes, dos quais 743 adquiridos por interessados. Destinaram-se êsses volumes ao Distrito Federal, 14 557; às outras Unidades Federadas, 24 250; ao Exterior, 722

Em nossa visita à Secção de Publicações, fomos apresentados a um outro confrade de imprensa, o Dr. RAUL LIMA, que, além de redator da REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, tem a seu cargo os trabalhos de secretaria da Sociedade Brasileira de Estatística

Redigia êle, no momento, para o próximo número da Revista, um amplo noticiário sôbre as comemorações do "Dia do Estatístico", a que nos referimos no início desta reportagem. Com a intimidade que logo se estabelece entre oficiais do mesmo ofício, corremos os olhos sôbre as tiras de papel que se iam acumulando a seu lado, à proporção que a "Remington" era dedilhada num ritmo de sessenta palavras por minuto.

Dentre êsse material, chamou-nos a atenção, particularmente, a reconstituição, baseada em notas taquigráficas, do expressivo improviso com que o Presidente VARGAS respondeu, no dia 29 de maio, à saudação que lhe fizeram os "ibegeanos", pela palavra de seu ilustre presidente, Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

— Já foi divulgado êsse discurso? — indagamos.

— Não. Vai ser publicado em primeira mão pela nossa revista.

Arriscamos uma perguntazinha impertinente, sem muita esperança de êxito:

— E se nos fôsse dada uma cópia?

— Mas, com o maior prazer Aqui está.

Graças a essa gentileza dos confrades da Secção de Publicações da Secretaria Geral do I B G E., podemos dar o "furo" em sua própria revista, valorizando esta reportagem com

A PALAVRA DO CHEFE DO GOVÊRNO

"Iniciando o seu breve improviso, acentuou o Presidente GETÚLIO VARGAS a satisfação com que recebia a visita dos colégios dirigentes do Instituto Ressaltou o acêrto da solução brasileira, conjugando os serviços de geografia e estatística, dados os seus objetivos reciprocamente complementares Aludindo à situação de desconhecimento em que vivemos, durante longos anos, em relação ao território nacional, pôs em relêvo o papel histórico dos bandeirantes e destacou, em referência à fase contemporânea, a atuação desenvolvida pelos generais COUTO DE MAGALHÃES e CÂNDIDO RONDON Quanto aos serviços estatísticos, lembrou que êles se dispersavam, antes da criação do Instituto, pelos diferentes Ministérios, realizando um trabalho falho e fragmentário, por lhes faltar a necessária coordenação.

— Nas obras de maior significação — prosseguiu o Sr GETÚLIO VARGAS — à medida que se distancia o impulso inicial, dilui-se no tempo a noção das dificuldades vencidas, a exemplo do que acontece com os desbravadores das florestas, ao destruir, em seu avanço, os pontos de referência que as próprias árvores oferecem. Oportunidades como esta permitem que se faça o balanço das realizações conseguidas e dos objetivos a alcançar.

O govêrno está satisfeito com a atuação do Instituto, em boa hora entregue ao ânimo construtivo, à capacidade de trabalho e ao espírito conciliador do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, auxiliado por uma equipe de funcionários de alta competência, merecedores de elogios sem limites. É natural, porém, que numa obra de tal amplitude haja lacunas a preencher, problemas a solucionar. Tudo quanto o Govêrno deseja é justamente que sejam trazidas ao seu conhecimento as dificuldades que se ofereçam, para que lhes dê pronta solução, pois não há obstáculos que não devam ser removidos, quando está em jôgo uma obra como a do Instituto, votada, patriòticamente, ao progresso material e moral do Brasil."

NO SETOR DE ESTATÍSTICA MILITAR

Passamos agora ao embrião da que será uma das mais importantes Secções da Secretaria Geral do Instituto: o setor que se transformará na Secção de Estatística Militar.

— Êste Setor foi criado, em caráter provisório, com a finalidade de estudar e promover iniciativas concernentes à coordenação das atividades das Secções de Estatística Militar regionais e à centralização dos respectivos trabalhos, bem como de planejar a organização ou reorganização dos serviços de estatística das municipalidades e de outros serviços, na Secretaria Geral, que terão a incumbência da execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal

Feita com essas palavras, pelo Dr. ALBERTO MARTINS, a apresentação do Setor de Estatística Militar, seguiu-se a apresentação do funcionário que o chefia, Dr MARCELO AROUCHA, antigo funcionário da estatística pernambucana, cujas qualidades de organizador foram apuradas na assistência técnica dispensada a várias repartições de estatística dos Estados

E já agora é o Dr MARCELO quem fala:

— Nosso primeiro trabalho foi promover a coleta dos elementos levantados ou elaborados pelas Secções de Estatística Militar regionais como resultado da execução dos respectivos regulamentos Tendo em vista a experiência da execução do programa de trabalho dessas Secções, elaboramos um ante-projeto de regimento da Secção Central de Estatística Militar, a ser organizada de acôrdo com o decreto-lei que ratificou os Convênios, certamente já do senhor bem conhecidos

— Como não ? Se êles são o assunto mais importante do Instituto, no momento !

— Para a organização do cadastro geral, sistemático, da S C E M., consoante o ante-projeto a que me referi, elaboramos 92 fichas, que serão preenchidas, conservadas e atualizadas, sucessivamente, pelas Agências Municipais de Estatística, Secções de Estatística Militar regionais e a Secção Central, em regime de harmoniosa cooperação. Aqui estão elas. Umas para elementos de compreensão municipal, outras de compreensão regional e outras, por fim, de compreensão nacional, destinando-se ao registro dos característicos principais dos elementos de natureza econômica, social e cultural que interessam à segurança nacional e à mobilização, total ou parcial, das fôrças vivas do país.

— Coube-nos ainda — prossegue o Dr AROUCHA — elaborar o ante-projeto de regulamento para a execução dos Convênios e proceder ao levantamento dos dados referentes às condições locais e à instalação, equipamento e pessoal das Agências a serem organizadas ou reorganizadas quando os acordos entrarem em sua fase prática. Segundo os elementos coligidos, ordenados e analisados, serão oportunamente assentadas as bases de organização racional dos serviços estatísticos municipais

— Mas, essa organização é absolutamente uniforme ?

— Não. As Agências serão classificadas e a remuneração do pessoal do "quadro nacional"

fixada de acôrdo com o levantamento, que fizemos, dos informes relativos à área, população absoluta, receita orçada, divisão administrativa, vencimentos de funcionários, etc, dos Municípios.

— As relações das Agências com a Secretaria Geral serão tôdas estabelecidas diretamente?

— Certamente não. Está prevista a criação de 26 Inspetorias, cujo regimento também nos coube projetar, depois de reunidos os elementos informativos necessários à respectiva classificação.

Também coligimos e analisamos alguns dados úteis à primeira emissão do "sêlo de estatística" e encaminhamos as providências para sua oportuna edição pela Casa da Moeda.

O funcionamento, sob a responsabilidade técnica e administrativa do Instituto, de cêrca de 1 800 Agências, exige uma série de estudos e providências. Até os padrões de boletins, fichas e fórmulas a serem adotadas nas Agências e Inspetorias já foram em grande parte elaborados.

Deixamos o Setor de Estatística Militar com a impressão de que ali se prepara algo de muito sério e importante para a vida do Instituto.

NA SECÇÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

A Secção de Sistematização, também subordinada à Secretaria Geral do Conselho Nacional de Estatística, é chefiada pelo Sr ANTÔNIO PAULINO LIMPO TEIXEIRA DE FREITAS, antigo técnico dos Serviços Hollerith, cuja direção o indicou ao Instituto. Conforme nos informara o Dr ALBERTO MARTINS, funciona no 6.º andar do Edifício Hollerith, à Avenida Graça Aranha. Também lá estivemos para colhêr material para esta reportagem. Como não lhe conhecíamos absolutamente as atividades, quase concluíamos pela publicação apenas das gravuras conseguidas por meio de fotografias, que na véspera de nossa visita mandáramos tirar pelo nosso fotógrafo. No dia seguinte, porém, comparecemos ali e, apenas trocamos algumas palavras com o chefe da Secção, verificamos logo como estávamos mal inspirados.

E os leitores da *Revista do Serviço Público* vão ver como realmente são interessantes as atividades da Secção de Sistematização.

Com uns tracinhos ao lado, registremos a conversa do Sr ANTÔNIO T DE FREITAS:

— Esta secção prepara o *Anuário Estatístico do Brasil* e as respectivas separatas, referentes às diversas Unidades da Federação. O material estatístico é recebido de tôdas as repartições filiadas ao Instituto Brasileiro de Estatística e também de outros setores cujas atividades possam interessar à Secção. Já saíram quatro números do *Anuário*, estando presentemente a série interrompida por causa da guerra e da proibição da divulgação, no momento, de dados estatísticos. Logo, porém, que seja permitida novamente a divulgação, o nosso *Anuário* será dado à publicidade, com a matéria em dia e sem solução de continuidade em relação ao último número, que saiu em 1940.

A Secção de Sistematização procede ainda à apuração dos inquéritos cuja execução não esteja atribuída a qualquer das repartições centrais federais. Os dados são coletados anualmente nos municípios, através das "Campanhas Estatísticas".

Procuramos saber melhor no que consistem essas campanhas estatísticas, a respeito das quais já nos havia falado o Secretário Geral do Instituto.

— Consistem no preenchimento, por parte dos Agentes Municipais de Estatística, de três cadernos de informações, um dos quais destinado à atualização dos cadastros (relação de ocorrências no município, com o registro de suas casas comerciais, propriedades agrícolas, estabelecimentos industriais, escolas, etc). O outro caderno constitui uma coletânea de formulários estatísticos concernentes às emprêsas, instituições e fatos cadastrados. O último refere-se a determinados aspectos e fenômenos de ordem mais geral ou apenas inquiridos quanto aos municípios das Capitais, via de regra na conformidade de registros oficiais. O primeiro caderno relaciona apenas o que existe em cada município; o segundo vai mais longe, pois consigna a vida de cada entidade cadastrada durante o exercício. O terceiro é alusivo só aos centros metropolitanos e a assuntos que devem ser computados em globo para cada Unidade da Federação.

As Campanhas Estatísticas foram ampliadas, no ano passado, com um novo Caderno, destinado à coleta trimestral de dados que permitam acompanhar o estado das culturas nos municípios e organizar a estatística da produção agrícola e previsão de safras. Mas, o contrôle e apuração dos resultados dêsse levantamento estão a cargo do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.

— É o trabalho de previsão trimestral das safras?

— Exatamente. A Secção de Sistematização tem ainda a seu cargo a realização direta de alguns inquéritos, no Distrito Federal. São os "inquéritos econômicos para a defesa nacional", mandados executar pelo Decreto-lei n.º 4 736, de 23 de outubro de 1942. Além de outras informações, apuramos mensalmente o movimento de estoques dos principais gêneros alimentícios, matérias primas, etc, em tôdas as capitais e nas principais cidades do país. Cada atacadista ou industrial é obrigado a nos trazer aqui essas informações, como os dos outros centros levam às repartições locais competentes.

— Ah! então essa "bicha" que vimos diante dos "guichets" do Edifício Hollerith é de portadores dessas informações?

— Sim. Fazem êles entrega dêsses questionários e das guias de exportação também.

— Guias de exportação?

— Sim. Embora o Ministério da Fazenda viesse de longa data apurando o nosso comércio interestadual de cabotagem, eram inteiramente desconhecidas as correntes de exportação interestadual por vias terrestres. Só há pouco o Instituto conseguiu normalizar êsse importante levantamento, mediante a adoção dessas guias, exigidas dos exportadores.

— Mas não escapa nada nessa entrega?

— Se escapar, será muito pouco, porquanto nenhuma emprêsa de transporte pode fazer despacho de mercadorias que não venham acompanhadas das respectivas guias, das quais a segunda via deverá ser recolhida e remetida ao I B G E. Além da apuração geral, a que se procede mensalmente, estamos fazendo, no momento, colaborando com a Coordenação da Mobilização Econômica, o contrôle diário da saída de alguns gêneros alimentícios.

— Aliás, já o Secretário Geral do Instituto nos informou que está perfeitamente normalizado êsse serviço.

— É verdade. Aqui lhe posso mostrar o que saiu ontem do Rio de Janeiro por tôdas as vias de transporte.

— Mas, há ainda outros trabalhos que sejam feitos para a Coordenação da Mobilização Econômica?

— Há. O contrôle do movimento e estoque dêsses gêneros no Distrito Federal, realizado de dez em dez dias.

— Só se destinam à Coordenação os resultados dos inquéritos econômicos para a defesa nacional?

— Não. A distribuição dêsses resultados vem sendo feita sob duas modalidades: quadros de apuração, remetidos a algumas dezenas de autoridades interessadas no conhecimento imediato dos dados apurados mensalmente, e "comunicados" mimeografados, remetidos a maior número de autoridades e responsáveis pelos setores da administração a cujos encargos podem ser úteis êsses elementos.

DOCUMENTAÇÃO MUNICIPAL

Funciona também no andar ocupado pela Secção de Sistematização um sector da Secção de Documentação, chefiado pelo Dr EMIL ROURE SILVA, antigo e esforçado delegado seccional do Recenseamento no Estado do Rio.

Está a seu cargo a organização de arquivos de documentação municipal, os quais conterão, dentro em breve, o maior repositório de informações e a mais completa indicação bibliográfica sôbre cada município brasileiro, compreendendo desde o histórico da respectiva fundação até as estatísticas mais recentes

O encarregado do Sector de Documentação Municipal fala-nos sôbre o vulto da tarefa e o que já se conseguiu realizar:

— Utilizando as fontes disponíveis, em número superior a cem, elaboramos um índice toponímico da legislação sôbre a divisão territorial do país, ascendendo a cêrca de 13 000 o número de verbetes registrados nas fichas que o senhor aqui vê, dispostas em ordem alfabética e segundo as Unidades da Federação Organizamos também os formulários destinados à elaboração das sinopses histórico-corográfico-estatísticas municipais Para ilustrar essas publicações, lançamos a campanha dos cartogramas municipais dos meios de transporte e vias de comunicação Começamos a preparar os resumos históricos e a descrição dos territórios e começamos a cuidar da parte estatística, disposta em quadros qüinqüenais.

— E êste outro fichário ?

— É da catalogação bibliográfica e de referência, esta última abrangendo também publicações periódicas, sôbre assuntos municipais em geral.

Já nos dispúnhamos a deixar a Secção de Sistematização quando o Sr ANTÔNIO T DE FREITAS nos chamou a atenção para os trabalhos, que ali se estão realizando, de preparo da contribuição da Secretaria Geral à próxima Conferência Interamericana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia. É uma coleção de gráficos, sob o título "O Brasil em síntese cartográfica", reveladora de todos os aspectos da vida nacional: situação física, demográfica, econômica, social, cultural, administrativa e política.

Na loja e na sobreloja, o equipamento mecânico da Secção de Sistematização, ao deixarmos o edifício, produzia a sua sinfonia característica, fazendo contas e mais contas, como verdadeiros cérebros de aço.

O RECENSEAMENTO GERAL

Desde o nosso primeiro contacto pessoal, convidara-nos o Dr TEIXEIRA DE FREITAS a visitar o Serviço Nacional de Recenseamento, instalado na Praia Vermelha. Explicamos-lhe os motivos por que essa visita não fazia parte do plano de nossa reportagem e prometemos-lhe que, oportunamente, cogitaríamos de um trabalho especial, dedicado inteiramente à operação censitária de 1940.

Quando estivemos pela segunda vez com o Secretário Geral do Instituto, êle nos chamou a atenção para um comunicado de imprensa, em que são referidos, minuciosamente, o plano do Recenseamento e a marcha dos respectivos trabalhos

Encaixamos essas notas na presente reportagem, evitando assim que a ausência de informações sôbre o setor censitário, prejudique a visão de conjunto da obra do Instituto, em suas três alas:

"O Recenseamento Geral de 1940 é o quinto da série dos censos nacionais realizados no Brasil O primeiro foi efetuado em 1872, no período imperial, e só se referiu à população O segundo teve lugar em 1890, nos começos da era republicana, e o terceiro em 1900, continuando em ambos muito limitadas as novas investigações, que se restringiram ao campo demográfico. No de 1920, entretanto, demos dois passos à frente, pesquisando também atividades agrícolas e industriais

Em 1940 todos os brasileiros, mesmo os que residiam nos mais afastados lugarejos do interior, ficaram cientes de que a data de 1 º de setembro marcaria o início do novo recenseamento geral da República, e isso porque a campanha de preparação do povo, para essa grande operação, havia sido das mais persistentes, extensas e profundas, e, daí, sua eficiência.

Basta dizer-se que até 31 de agôsto, véspera do dia do Recenseamento, o número de publicações feitas pelos jornais de todo o Brasil e que focalizaram os diversos aspectos da operação censitária elevou-se a 34 254, tendo ainda sido afixados, nos pontos mais freqüentados do Distrito Federal e dos Estados, 220 700 cartazes de 14 tipos e tamanhos, diferentes, 195 600 letreiros e 2 440 exemplares do esquema geral do empreendimento. Além da palavra escrita, um sem número de irradiações foram realizadas pelas 75 estações rádio-difusoras do país, em 1940, sendo de acentuar-se o concurso do Departamento de Imprensa e Propaganda, quer distribuindo diàriamente o boletim censitário aos órgãos de divulgação, quer incluindo na Hora do Brasil numerosos comunicados sôbre o assunto A cinematografia, por sua vez, não ficou esquecida, e as telas dos cinemas brasileiros, por meio de legendas e "shorts", também intervieram na fase preparatória da operação. A popularidade que o Recenseamento alcançou, mercê dessa intensa e bem orientada propaganda, convence-nos de que estão lançadas, entre nós, as bases de uma tradição censitária indispensável ao sucesso das futuras realizações da espécie

Essas informações e as outras que se seguem nos foram prestadas pelo Professor J. CARNEIRO FELIPE, que, com grande descortino e raro devotamento, dirige o Serviço Nacional de Recenseamento, na qualidade de presidente da Comissão Censitária Nacional "

O MAIS COMPLETO ATÉ AGORA REALIZADO

"O recenseamento geral de 1940 foi o mais completo e o mais complexo de quantos se realizaram no Brasil, pois abrangeu, além de inquéritos complementares, três grandes Censos, como sejam o Censo Demográfico, o Censo Econômico e o Censo Social

O segundo, pelas diferentes características das unidades nêle compreendidas, se desdobrou em cinco outros, e que são o Censo Agrícola, o Censo Industrial, o Censo Comercial, o Censo dos Transportes e Comunicações e o Censo de Serviços. Foram ao todo sete Censos distintos e simultâneos a perquirirem o potencial humano e econômico do país, sôbre os seus mais variados aspectos e modalidades

O Censo Demográfico assegurou o conhecimento quantitativo e qualificativo da nossa população, e foi orientado de maneira a permitir, também, a apuração de inúmeros aspectos sociais e econômicos do Brasil.

No setor puramente demográfico, além das indagações comuns, outras, pelo seu ineditismo entre nós e de profundidade raras vêzes atingida no exterior, como as investigações sôbre a fecundidade, têm um sentido de grande relêvo Os dados colhidos sôbre os filhos são os mais completos: quantos os nascidos vivos, quantos os nascidos mortos, quantos os sobreviventes, na data do censo, e qual a idade do informante ao nascer-lhe o primeiro filho. À vista da displicência com que as camadas populares ainda tratam da questão de registro civil, só meios indiretos, como os dêsse inquérito, poderiam determinar as taxas de natalidade e de fecundidade da população brasileira.

No campo social, o censo demográfico fêz pesquisas sôbre a côr dos indivíduos para a apuração dos grupos étnicos: investigou minuciosamente o grau e a espécie da instrução recebida pelos recém-nascidos; estudou a composição da família; procurou saber a origem da população; e, em referência aos estrangeiros, registrou a data de sua chegada ao Brasil, seu conhecimento ou não do idioma nacional e a língua por êles habitualmente falada no lar.

Pelas indagações de caráter econômico, a operação demográfica discriminou os habitantes segundo os ramos e classes de atividades e, em cada classe, segundo a profissão, descendo a minúcias como as que dizem respeito à remuneração direta ou indireta na ocupação principal ou suplementar; à posição do indivíduo na ocupação, isto é, se empregador, se empregado ou se trabalha por conta própria; aos seguros sociais e respectivos benefícios, bem

como aos seguros particulares; e às posses, ou não, de propriedade imobiliária, urbana ou rural.

O Censo Demográfico, enfim, tornou-se uma robusta fonte de dados sôbre as características e as condições de vida de nossa população de fato e de direito, nesta compreendidos os brasileiros no exterior.

O Censo Econômico realizou pesquisas muito particularizadas sôbre o aspecto estático e o dinâmico das diversas unidades compreendidas nos cinco ramos que o constituem, tendo cada um dêles, pela sua complexidade, assumido o caráter de um censo autônomo

Enquanto que a simples denominação dos censos que correspondem aos quatro primeiros ramos mencionados define as próprias finalidades, convém esclarecer que o Censo dos Serviços pode ser considerado como suplemento do Industrial e do Comercial, porque, conquanto as respectivas unidades apresentem semelhança com as dos últimos, diferem destas quanto ao seu objetivo principal, que não consiste pròpriamente na produção ou troca de utilidades, mas na prestação de um serviço, seja material, como o alojamento, a refeição, a confecção de uma roupa, o consêrto de um objeto, o corte de cabelo, seja intelectual, como a representação de um drama, a exibição de um filme, etc.

Os elementos coletados pelas cinco subdivisões do Censo Econômico correspondem à melhor e mais preciosa documentação jamais obtida sôbre a economia brasileira.

O Censo Social, de seu lado, atingiu tôdas as instituições cujas finalidades econômicas cedem lugar às de ordem moral, civil, sanitária e social; como as religiosas, culturais, técnico-científicas, desportivas, de fins administrativos para o bem estar coletivo, de assistência e beneficência, de previdência social, de segurança pública.

Os três grandes censos, que entram na estrutura do Recenseamento Geral de 1940, entrosam-se e completam-se reciprocamente. O Demográfico indica muitos fatôres de natureza econômica e social; o Econômico revela alguns fenômenos demográficos e sociais; o Social, finalmente, esclarece certos aspectos de interêsse demográfico e econômico "

OS RESULTADOS INSPIRARÃO TÔDA CONFIANÇA

"À medida que se sucedem as diversas fases do serviço", informou-nos o Presidente da Comissão Censitária, "mais se vai arraigando a convicção de que os quantitativos finais serão de molde a inspirar tôda a confiança, mercê não só dos cuidados postos nos trabalhos de apuração, como também do escrúpulo com que, de modo geral, foi executada a coleta, a que a população nobremente soube corresponder.

A uma outra pergunta, respondeu S S que uma das maiores preocupações dos órgãos superiores do Recenseamento tem consistido na adoção de todos os meios, diretos ou indiretos, capazes de incrementar, cada vez mais, o rendimento dos trabalhos, e com isso, abreviar-lhe o término A operação, já pela sua natureza, já pela sua extensão e profundidade, exige para ser concluída um prazo que aos leigos poderá parecer demasiado longo. Cumpre esclarecer, todavia, que o momento internacional afetou o ritmo da produção, principalmente pela circunstância de ter a crise dos transportes dificultado o fornecimento complementar das máquinas de apuação, encomendadas aos Estados Unidos, desde 1941, e que ampliariam e completariam o equipamento de acôrdo com a progressão dos serviços em geral

Para contornar tal deficiência, foram postos em prática recursos técnicos, com resultados os mais satisfatórios, além de aumentado o período de trabalho para 15 horas diárias, inclusive nos feriados e domingos, com três turmas distintas de pessoal, o que, aliás, seria aconselhável mesmo em épocas normais, tendo em vista o caráter precário da repartição, e, especialmente, o interêsse do Poder Público em obter, quanto antes, os instrumentos orientadores da administração."

É GRANDE A MASSA DOS RESULTADOS APURADOS

"Em verdade é considerável a massa de resultados já apurados e fornecidos ao Govêrno e outros órgãos oficiais, mas não divulgados ao público por motivos óbvios, que o estado de guerra impõe. É interessante saber-se que, para atender a solicitação de comissões regionais incumbidas de estudar a revisão "qüinqüenal" da divisão territorial do país, o Serviço Nacional de Recenseamento elaborou um quadro para cada Unidade da Federação, em que os dados da população recenseada em 1940, bem como o número dos respectivos prédios, são apresentados discriminadamente por Município e seus Distritos, segundo as situações urbana, suburbana e rural Ainda sôbre os cômputos já apurados, o Serviço Nacional de Recenseamento efetuou, para distribuição reservada, em sua maioria, 159 análises que demonstram a riqueza e oportunidade das conclusões a que conduzem, 14 estudos sôbre a mortalidade nas cidades brasileiras, 10 estudos sôbre a população dos novos territórios federais, 12 estudos sôbre a aplicação do Censo Demográfico para reconstrução e emenda das estatísticas de movimento da população, e 44 estudos sôbre assuntos econômicos, além de dezenas de outros trabalhos de investigação científica."

A MARCHA DOS TRABALHOS

"Em março último, os trabalhos da fase de maior vulto, que exigiu numeroso efetivo de operadores e que diz respeito à crítica, à revisão geral e à codificação das respostas dadas aos quesitos dos questionários dos vários censos, ficaram ultimados em tôdas as secções componentes da Divisão Técnica, estando, por isso, no auge de suas atividades a Secção de Apuação Mecânica, para onde foram transmitidos os instrumentos de coleta devidamente preparados.

É de esperar-se que em agôsto do corrente ano as apurações de tôdas as particularidades do Censo Demográfico — o mais volumoso, por isto que cada indivíduo lhe representa uma unidade — estejam concluídas, para então prosseguirem, com maior intensidade, os trabalhos mecânicos relativos aos demais censos, cuja terminação está prevista para os primeiros mêses do próximo exercício E não há otimismo nessa afirmativa, sabido como é que muitos dos tipos de questionários dos censos econômicos, em virtude do número relativamente reduzido das unidades que lhes correspondem, tiveram apuração manual, já terminada

O pessoal remanescente das Secções Técnicas, algumas delas totalmente extintas, ocupa-se da sistematização dos resultados vindos da apuação mecânica, não só revendo-os e analisando-os para verificação da coerência recíproca que, necessàriamente, devem revelar, como transcrevendo-os para quadros organizados de forma a darem realce e expressão aos elementos que registram

O resultado de tôdas essas elaborações se encaminham, a seguir, para a Divisão de Coordenação e Publicidade, que lhes promove o enquadramento final e definitivo visando sua publicação, bem como para o Gabinete Técnico, que os analisa e comenta em estudos do maior interêsse e oportunidade "

PLANO DE DIVULGAÇÃO

"A publicação dos resultados do Recenseamento Geral de 1940 se fará em duas séries, a nacional e a regional, compreendendo aquela tantos volumes quantos os censos executados, e esta, tantos outros quantos as Unidades da República, desdobrados os volumes nos tomos que a extensão da matéria exigir. Convém referir que a série regional, via de regra, discriminará os dados segundo os Municípios, mas estenderá especificações importantes, também aos distritos e zonas que os compõem No que respeita à população e respectivos prédios, os cômputos correspondentes serão, ainda, distribuídos pelos quadros urbano, suburbano e rural, o que permitirá medidas administrativas do mais elevado alcance social.

Cada série será precedida de um volume introdutório que inclui monografias sôbre aspectos básicos da vida brasileira, ou relatos e apreciações referentes à marcha dos serviços nos diversos âmbitos geográficos do país e que terão o mérito de constituir um valioso repositório de experiência para orientação das futuras operações censitárias, a se realizarem no Brasil decenalmente, conforme prescreve o Decreto-lei n.º 969, de 21 de dezembro de 1938 "

O PRIMEIRO VOLUME APARECIDO

"Nesse particular, já se fêz a distribuição aos órgãos oficiais, imprensa e autoridades civis, militares, religiosas e diplomáticas do país, do tomo n º 1 do primeiro volume das publicações censitárias, constituído da monografia elaborada pelo professor FERNANDO DE AZEVEDO — *A Cultura Brasileira* — cujo aparecimento despertou tal interêsse que a Comissão Censitária se viu no dever de autorizar uma segunda tiragem da obra para venda ao público A série dessas monografias será integrada de mais duas, já encomendadas, que versarão respectivamente sôbre a formação étnica do nosso povo e sôbre a evolução econômica do Brasil

Como complemento, serão preparados volumes que condensem os principais aspectos quanto à população e a economia de cada Município, dispersos no conjunto das publicações, e, além disso, poderão ser editados volumes especiais com informações privativas e minuciosas das comunas que indenizarem apenas o custo da respectiva edição "

*

HOMEM AO LEME

Só nos faltava agora apresentar despedidas ao Dr TEIXEIRA DE FREITAS e seus assistentes, dando por encerrada a reportagem no Instituto É certo que muito haveria ainda que ver, no magnífico Serviço Gráfico da entidade, instalado na Praia Vermelha, bem assim em qualquer uma das cinco repartições ministeriais que lhe são filiadas, ou nas secções especializadas distribuídas por diferentes departamentos administrativos Acontecia, porém, que o tempo disponível para o preparo dos originais estava esgotado e o material recolhido já era mais do que suficiente para encher páginas e páginas. Soubemos, então, que o Embaixador MACEDO SOARES se encontrava na casa, despachando o expediente.

O Dr TEIXEIRA DE FREITAS demonstrou o desejo de levar-nos à presença de Sua Excelência. E enquanto nos conduzia ao seu gabinete ia acentuando, com entusiasmo, o que tem sido, para a vida do Instituto, a orientação segura e devotada de seu Presidente.

— De nada valeria a dedicação do pessoal, aqui na metrópole, nas capitais dos Estados e Territórios e nas sedes municipais, se não tivéssemos ao leme uma figura de Chefe com as excepcionais qualidades do Embaixador MACEDO SOARES Bem razão tinha o Presidente VARGAS quando acentuou, certa vez, para demonstrar o seu interêsse pela instituição, aliás inicialmente instalada no próprio Catete, que lhe dera "a sua casa e o seu Ministro". Dando-nos o "seu Ministro", deu-nos, de fato, um grande chefe O êxito do Instituto é fruto, ùnicamente, da esclarecida, patriótica e prestigiosa direção superior do Embaixador MACEDO SOARES, tão bem secundada pelo descortino e espírito público dos ilustres membros dos nossos colégios dirigentes

ATENDENDO A UM PEDIDO

O Presidente do Instituto, de quem era o repórter velho conhecido, desde sua passagem pelos Ministérios do Exterior e da Justiça, recebeu-nos amàvelmente, com aquela simplicidade acolhedora que dêle sempre fêz um dos homens públicos mais accessíveis aos rapazes da imprensa. Em poucos minutos de palestra, sentimos o quanto haviam sido justos os conceitos do Dr TEIXEIRA DE FREITAS Impressionou-nos o seguro conhecimento que o Presidente do Instituto demonstrava, em relação às realizações da Estatística Brasileira, e a larga visão com que encarecia a importância dessas realizações, para a obra de organização nacional. Informado do objetivo de nossa visita, o Embaixador MACEDO SOARES teve um comentário amável:

— Fico-lhe muito grato pelo interêsse que lhe mereceu o nosso Instituto. E peço-lhe que transmita êsse agradecimento à direção da *Revista do Serviço Público*, sem favor, uma das mais notáveis realizações do D A S P., no conjunto da obra benemérita que êle vem concretizando, sob a esclarecida Presidência de LUIZ SIMÕES LOPES.

E não deixe de consignar em sua reportagem que tudo quanto viu, nos diferentes setores do Instituto, resulta, principalmente, dos seguintes fatôres de êxito: o apoio, a assistência e o interêsse pessoal do Presidente GETÚLIO VARGAS, criador e patrono do I B G E , que tudo lhe deve; a boa vontade e elevada compreensão dos governos regionais e municipais; e a espontânea, patriótica e desinteressada colaboração das nossas grandes fôrças sociais, dentre as quais desejo ressaltar, principalmente, a Imprensa do país, que tantos e tão grandes serviços tem prestado à causa da Estatística.

CRIADO O CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E CENSOS DA ARGENTINA

Conforme noticiou, em maio dêste ano, a imprensa de Buenos Aires, foi resolvida em reunião de ministros, do govêrno argentino, a criação do Conselho Nacional de Estatística e Censos, que funcionará como instituição de direito público e privado com jurisdição em todo o o país e subordinado administrativamente ao Ministério do Interior

O Conselho terá a seu cargo a direção superior e supervisão de tôdas as atividades estatísticas e censitárias que se realizem no país, com a missão fundamental de estabelecer as normas necessárias para que as mesmas mantenham absoluta unidade Compõem-no um presidente, um representante de cada um dos Ministérios e de cada uma das Secretarias com categoria de Ministério, um representante da Secretaria do Conselho de Defesa Nacional, o Diretor Geral de Estatística e Censos e três técnicos especializados em estatística e economia O presidente e os vogais técnicos serão nomeados pelo Poder Executivo e seus cargos serão remunerados; os demais vogais desempenharão estas tarefas sem prejuízo de suas funções

A Diretoria Geral de Estatística passará a depender diretamente do novo organismo.

Estabelece o decreto que os Ministérios nacionais continuarão realizando as estatísticas que se relacionem com as respectivas funções, mas seus órgãos ajustarão os respectivos processos às normas fixadas pelo Conselho Nacional

Tôda informação estatística e censitária compilada nos diferentes Ministérios será fornecida ao Conselho Nacional de Estatística e Censos Os Ministérios da Guerra e Marinha só fornecerão a informação que não tenha caráter secreto.

Tanto a Diretoria Geral de Estatística e Censos, como as repartições nacionais de estatística que fiquem sob a dependência indireta do Conselho Nacional de Estatística e Censos, atuarão no caráter de órgãos executivos das tarefas pertinentes à realização de tôdas as estatísticas e censos que se verifiquem no país e que serão executados de acôrdo com as diretivas e normas estabelecidas pelo Conselho Nacional.

Para o fim de orientar êsses trabalhos, as repartições nacionais farão conhecer suas necessidades estatísticas por intermédio do representante de seu Ministério no seio do Conselho, entidade que expedirá à mencionada diretoria ou às repartições de sua dependência indireta, as ordens e diretivas que considere convenientes para satisfazer aquelas necessidades.

O Conselho exercerá a fiscalização, por intermédio da Diretoria Geral de Estatística e Censos, de tôdas as publicações estatísticas de caráter nacional que se façam no país, as quais só poderão ser divulgadas mediante sua aprovação e autorização expressa.

Com o mesmo órgão executor, coordenará os dados estatísticos primários obtidos por tôdas as repartições subordinadas e organizará a concentração do material que permita o preparo do Anuário Oficial de Estatística da Nação.

O Conselho Nacional de Estatística e Censos poderá convencionar com os governos de províncias e as municipalidades a direção unificada das tarefas que realizem as repartições de estatística dependentes dessas autoridades, ou sua coordenação com as que caibam à Diretoria Geral de Estatística.

As repartições nacionais, antes de realizar qualquer censo ou novos levantamentos estatísticos no país, consultarão o Conselho Nacional de Estatística e Censos, para os fins de respectiva coordenação e supervisão

Quando as autoridades provinciais e municipais dispuserem de trabalho dessa natureza, o Conselho Nacional de Estatística e Censos solicitará lhe sejam comunicado para fins informativos e de colaboração.

O decreto prevê a dotação e os recursos necessários, dispondo, em seguida, sôbre a regulamentação.

Dentro de cento e vinte dias, a contar de sua integração, o C. N. E. C. deveria levar ao Poder Executivo um projeto de regulamentação do decreto, determinando as bases necessárias para a obtenção dos seguintes objetivos: organização da estatística permanente geral do país; constituição da Diretoria Geral de Estatística e Censos da Nação, determinando quais são as diretorias ou repartições nacionais de estatística que devem incorporar-se a mesma e a oportunidade em que devem fazê-lo; coordenação entre a Diretoria Geral de Estatística e Censos da Nação e as repartições provinciais e municipais dedicadas à realização de estatísticas e censos de qualquer natureza; aproveitamento adequado dos resultados das estatísticas e censos; estabelecimento das limitações ou restrições necessárias na utilização das informações, sejam estas públicas, privadas ou secretas; e finalmente, adoção de qualquer medida complementar que convenha aos fins da obtenção progressiva e ordenada da finalidade determinada no art 2.º do decreto.

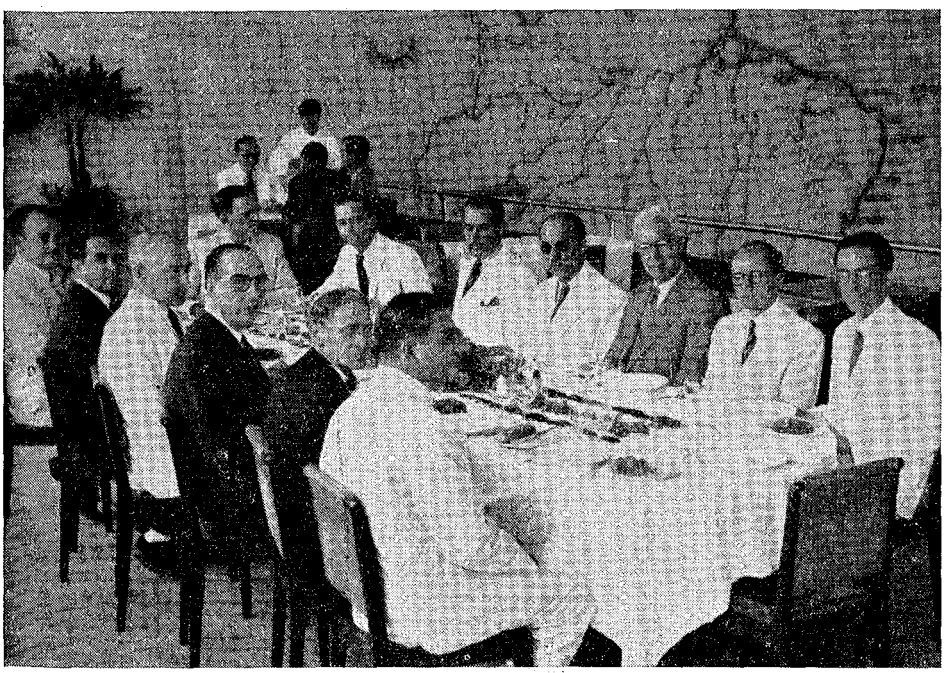
Entre outras razões, se expressa nos considerando do ato que os problemas referentes à estatística devem merecer uma atenção preferencial por parte do govêrno, em virtude de sua preponderante influência nas previsões relacionadas com a administração pública e a defesa nacional.

Para tal fim, é necessário criar um organismo diretor e supervisor de caráter permanente, com a missão de centralizar, coordenar e fiscalizar as atividades estatísticas que se desenvolvem no país, exercendo-lhes a direção superior, estabelecendo-lhes unidade de critério, fixando as normas a que se devem ajustar ditas atividades e preparando, ao mesmo tempo, o pessoal técnico com a especialização e a eficiência requeridas pelos levantamentos censitários periódicos.

Vê-se que, com essas medidas, nas quais não é demasiado indicar a influência dos atuais moldes de organização da estatística brasileira, deu a Argentina o passo decisivo para alcançar a centralização técnica dos seus levantamentos estatísticos.

O INSTITUTO INTER-AMERICANO DE ESTATÍSTICA

Os membros do Instituto Inter-Americano de Estatística residentes nesta Capital reuniram-se, no dia 23 de março dêste ano, num almôço de cordialidade, no restaurante do Aeroporto Santos Dumont, durante o qual foram examinados vários aspectos dos problemas estatísticos do continente Viam-se presentes os Srs. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, Presidente do I. I. A E., RAUL C. MIGONE, Presidente do Comité de Publicações do Instituto, GIORGIO MORTARA, CARNEIRO FELIPPE, LOURENÇO FILHO, JORGE KAFURI, LYRA MADEIRA, JORGE KINGSTON e CERQUEIRA LIMA, todos membros da prestigiosa entidade interamericana, tendo deixado de comparecer, apenas, dentre os sócios brasileiros, os Srs. ROBERTO SIMONSEN, MILTON RODRIGUES e J. FONTENELLE, em virtude de estarem ausentes do Rio Participaram do ágape, igualmente, os Srs HEITOR BRACET, representante no Brasil do Instituto Inter-Americano de Estatística, ALBERTO MARTINS, WALDEMAR LOPES, GERMANO JARDIM e MESQUITA LARA, colaboradores permanentes da direção do Instituto Dentre os assuntos tratados, destacou-se a organização, pelo I. I. A E , do *Anuário Inter-Americano de Estatística* Êsse empreendimento, de relevante alcance para a política de aproximação continental, dará continuidade a uma benemérita iniciativa do Professor RAUL C MIGONE, a quem se deve a publicação, em Buenos Aires, de obra idêntica e que, na qualidade de Presidente do Comité de Publicações do Instituto, colaborará diretamente com êsse órgão, na consecução daquele objetivo. O cliché reproduz um flagrante do almôço.



BRASIL

Vendas e estoques no Distrito Federal O comunicado nº 50, da série distribuída pela Secretaria Geral do I B G E e referente aos Inquéritos Econômicos para a Defesa Nacional, divulgou informações relativas ao Distrito Federal em junho do corrente ano.

Os estabelecimentos abrangidos por aquêles Inquéritos no referido mês, todos com valor anual de vendas não inferior a 100 000 cruzeiros, foram 4 047, sendo 1 870 comerciais e 2 177 industrias, dos quais respectivamente 1 323 e 252 sujeitos à declaração de estoques.

O valor das vendas subiu a 1.885,9 milhões de cruzeiros, do qual os estabelecimentos comerciais participaram com a quota preponderante de 1 172,8 milhões de cruzeiros, ou 62,2 %, e os industriais com 712,1 molhões — ou 37,8 %

Na importância dos pagamentos ao pessoal, a participação dos estabelecimentos comerciais — 45,8 milhões de cruzeiros, ou 30,4 % — foi muito inferior à dos industriais — 104,8 milhões, ou 69,6 %.

Discriminando-se os pagamentos ao pessoal, segundo a espécie das remunerações, verifica-se que: as remunerações dos empregados ascendem 28,7 milhões de cruzeiros nos estabelecimentos comerciais, representando 62,7 % dos respectivos pagamentos ao pessoal, e a 9,8 milhões nos estabelecimentos industriais, onde constituem 88,6 % dos pagamentos ao pessoal; as comissões e retiradas de proprietários ou sócios ascendem a 17,1 milhões, ou 37,3 % dos pagamentos ao pessoal, nos estabelecimentos comerciais, e a 12,0 milhões, ou 11,4 % nos industriais.

Nos pagamentos de impostos é, também, menor a participação dos estabelecimentos comerciais — 42,6 milhões de cruzeiros, ou 46,6 % — do que a dos industriais — 50,7 milhões, ou 54,4 %. Para o impôsto de consumo, em particular, os estabelecimentos comerciais contribuem com apenas 2,5 milhões de cruzeiros, enquanto os industriais contribuem com 33,7 milhões.

Os estabelecimentos sujeitos à declaração de estoques, em número de 1 575, em junho, representaram apenas 38,9 % do número total, mas contribuíram na proporção de 65,7 % para o valor total das vendas, na de 41,0 % para os pagamentos ao pessoal, e na de 67,4 % para os pagamentos de impostos

O valor dos estoques de produtos abrangidos pelo inquérito e existentes em 30 de junho foi o maior de quantos haviam sido apurados até então, atingindo a soma de 1 264 063 milhares de cruzeiros, assim discriminada:

CLASSES DE PRODUTOS	Valor dos estoques (Milhares de cruzeiros)
Combustíveis	12 628
Metais e produtos metalúrgicos	74 116
Materiais de construção	135 460
Produtos químicos	26 571
Matérias oleaginosas e óleos vegetais	5 114
Matérias e produtos têxteis	741 964
Produtos diversos	118 721
Produtos alimentícios	149 489
Total	**1 264 063**

Verificou-se, no mês citado, um sensível aumento de valor dos estoques comerciais, localizado principalmente nas classes dos produtos alimentícios e dos têxteis. O aumento de valor dos estoques industriais manifestou-se principalmente na classe dos produtos alimentícios

No fim de junho, as principais características diferenciais entre a composição dos estoques comerciais e a dos industriais mantiveram-se as mesmas já verificadas nos últimos meses precedentes, consistindo na maior quota de valor das matérias e manufaturas têxteis naqueles, e dos materiais de construção nestes Tanto nos estoques comerciais como nos industriais, diminuíram, no trimestre de abril a junho, as quotas dos combustíveis e dos metais e produtos metalúrgicos e aumentaram as dos produtos diversos e dos alimentícios.

Rendas da União Em seu número de maio último, o *Boletim Estatístico das Rendas Internas*, do Ministério da Fazenda, divulgou interessantes dados sôbre a receita da União no exercício de 1943.

Vê-se que o impôsto de consumo, oferecendo uma demonstração eloqüente do desenvolvimento do nosso comércio interno, rendeu Cr$ 1 553.111 925,20 Houve, assim, um aumento de Cr$ 196 761 925,20 em relação à previsão orçamentária e de Cr$ 299 386.616,50 em relação ao arrecadado em 1942

A distribuição regional do total foi a seguinte:

REGIÕES	Arrecadação (Cr$)	% sôbre o total
Norte	22 480 875,60	1,46
Nordeste Ocidental	7 039 638,80	0,46
Nordeste Oriental	121 451 091,50	7,82
Leste Setentrional	52 410 906,90	3,37
Leste Meridional	519 542 545,60	33,45
Sul	824 477 563,50	53,08
Centro Oeste	5 709 303,30	0,36
Total	**1 553 111 925,20**	**100,00**

As Unidades Federadas onde mais se elevou a arrecadação daquele tributo foram: São Paulo, com importância superior a 654 milhões de cruzeiros, ou sejam 42,16% do total; o Distrito Federal, com mais de 354 milhões, ou 22,79 %; e Rio Grande do Sul, com mais de 110 milhões, ou 7,12 %. A arrecadação ultrapassou de 10 milhões de cruzeiros, ainda, nos seguintes Estados, em ordem decrescente: Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Bahia, Paraná, Santa Catarina, Pará, Ceará, Alagoas, Sergipe e Paraíba.

Quanto às espécies tributadas, as que ofereceram maiores contribuições foram as dos seguintes grupos: fumo, Cr$ 890 960 683,20; bebidas, Cr$ 287.028.354,00; tecidos, Cr$ ..... 173 049 049,70; e fósforos e isqueiros, Cr$ .... 101 670 916,90 Essas quantias correspondem, respectivamente, a 25,20, 18,78, 11,30 e 6,60 por cento do total.

Segundo a procedência das espécies tributadas, tem-se a seguinte discriminação:

Do País	Cr$	1.512 126 320,30	97,36 %
Do Estrangeiro ..	Cr$	40 985 604,90	2,64 %

Não houve mercadorias estrangeiras que contribuíssem para a arrecadação com importâncias superiores às proporcionadas pelas similares nacionais. Todavia, destacaram-se entre as espécies importadas que produziram maior arrecadação em números absolutos, as seguintes: bebidas, tintas e vernizes, tecidos, conservas, papel e seus artefatos, especialidades farmacêuticas, lâmpadas, pilhas, etc e perfumarias e artigos de toucador Comparativamente com as espécies nacionais, do mesmo grupo, destacaram-se as seguintes: material óptico, fotográfico e cinematográfico, tintas e vernizes, bijuterias e objetos de adôrno, e lâmpadas, pilhas, etc.

Como se vê, apenas dois grupos de mercadorias se encontram entre as maiores fontes, num e noutro caso É interessante notar que o impôsto de consumo sôbre bebidas de procedência estrangeira subiu a Cr$ 16 495 226,40, não obstante o decréscimo de importação.

Reajustamento econômico Segundo o último relatório apresentado ao Ministro da Fazenda pelo presidente da Câmara de Reajustamento Econômico, haviam dado entrada nesse órgão, até 31 de dezembro do ano passado, 30 132 declarações de dívidas para os fins previstos no decreto n º 24 233, de 12 de maio de 1934, importando num total de Cr$ 3 135 638 000,00.

Em 18 701 processos foram concedidas as indenizações pedidas, no valor de Cr$ . ..... 920 580 500,00.

A distribuição, por Estados, dessas indenizações mostra haver cabido a maior parcela a São Paulo — mais de 493 milhões de cruzeiros — seguido, a certa distância, pelo Rio Grande do Sul, com 109 milhões, e Pernambuco, com 100 milhões Tôdas as demais Unidades ficam aquem de 55 milhões, sendo que apenas cinco — Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Paraná e Alagoas — ultrapassam 10 milhões.

Diferenças semelhantes se observam na discriminação por produtos. O valor das indenizações concedidas à lavoura do café subiu a mais de 489 e meio milhões de cruzeiros, ou seja mais da metade do total. Seguem-se a indústria do açúcar, com 123 milhões, e a pecuária em geral, com 102 618 milhares de cruzeiros. Convém notar, além disso, que figuram na discriminação ainda o café e outras culturas com 16 213 milhares, o café e a pecuária com 9 977 milhares, bem como, por outro lado, a lavoura da cana de açúcar, com 25 299 milhares de cruzeiros

Considerada a especificação por produtos, vê-se a desproporção mais violenta, entre a dívida declarada e a indenização concedida, nos processos referentes à borracha. De 167 pedidos no valor de Cr$ 21 925 000,00, lograram deferimento 55, montando apenas a Cr$ 2 904 000,00.

Na coluna dos produtos sem especificação figuram 4 008 declarações de dívidas no valor de quase 493 milhões de cruzeiros e tão sòmente 28 indenizações concedidas, no valor de Cr$ 5.741 000,00.

Pràticamente concluídos os trabalhos de aplicação do citado decreto n º 24 233, desenvolveram-se os de aplicação dos decretos-leis n º 1 888, de 15 de dezembro de 1939, e n º 2 238, de 28 de maio de 1940, que tornaram compulsórios os empréstimos aos agricultores em letras hipotecárias.

Por intermédio das Agências do Banco do Brasil e diretamente na Secretaria da Câmara do Reajustamento Econômico, foram recebidos, até 31 de dezembro do ano findo, 252 pedidos de liberação e 5 355 propostas de empréstimo. As importâncias habilitadas nesses processos foram de Cr$ 59 278 793,76 nos pedidos de liberação e Cr$ 1 697 413 574,74, nas propostas de empréstimo.

Correspondem as maiores parcelas aos Estados de São Paulo (pouco mais de 50 %), Pernambuco (317 milhões) e Minas Gerais (cem milhões).

Dados como êsses são consideràvelmente valiosos para o estudo de importantes aspectos da vida econômica do país e, de modo especial, da crise transposta pela agricultura nos anos imediatamente anteriores e posteriores a 1930.

Despesas com a educação Um cotejo dos orçamentos dos Estados e do Distrito Federal, para o exercício de 1943, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, deixou evidenciado que adespesa com os serviços de educação no montante de Cr$ 563 032 087,00, correspondeu a 19,47 % da receita total excluída a renda industrial, ou seja Cr$ 2 829 344 622,00.

As percentagens mais elevadas registraram-se no Pará (30,42 %), Santa Catarina (25,61 %), Paraná (25,09 %), Sergipe (24,51 %), Distrito Federal (22,49 %) e Paraíba (21,80 %; as mais baixas ocorreram em Goiás (12,09 %), Maranhão (13,58 %) e Pernambuco (14,98 %)

Em números absolutos, a maior despesa fixada para serviços de educação foi a consignada no orçamento de São Paulo, isto é, Cr$ 194 855.554,00 A mesma rubrica figurou com

Cr$ 116 577.454,00 no Distrito Federal, Cr$ 51.790 737,00 em Minas Gerais, Cr. 43 179 284,00 no Rio Grande do Sul.

Outros dados interessantes são os da discriminação, pela natureza das dotações, da despesa total com os serviços da educação nos orçamentos de 1943

Essa discriminação assim se resume:

ESPECIFICAÇÃO	Despesas (Cr$)	% sôbre o total
Administração escolar	47 041 328,00	8,36
Pessoal de ensino	397 470 023,00	70,59
Prédios e aparelhamentos	26 055 967,00	4,63
Material	24 665 494,00	4,38
Assistência ao escolar	14 662 780,00	2,60
Subvenções.	12 603 740,00	2,24
Difusão cultural	19 371 687,00	3,44
Outras despesas	21 161 068,00	3,76
Total	**563 032 087,00**	**100,00**

Relativamente à despesa total com serviços de educação, notam-se curiosas variações na distribuição acima resumida Assim, a maior verba percentual com administração escolar pertence ao Distrito Federal (21,63 %); com pessoal de ensino, ao Ceará (81,62 %; com prédios e aparelhaments, ao Maranhão (12,71 %); com material, a Sergipe (7,65 %); com assistência ao escolar, à Paraíba e à Santa Catarina (4,67 % e 4,05 %); com subvenções, a Alagoas (10,76 %); com difusão cultural, ao Amazonas; e com outras despesas, a São Paulo (8,11 %)

Outra discriminação de especial interêsse é a das despesas com o ensino primário São Paulo fixou em Cr$ 98 898 650,00 seus gastos com êsse ramo do ensino; o Distrito Federal, em Cr$ 59 165 503,00; Minas Gerais, em Cr$ 32 799 128,00; o Rio Grande do Sul, em Cr$ 23 855 200,00 Finalmente, todos os Estados e o Distrito Federal, perfazem um total de Cr$ 309 008 886,00

Produtos têxteis Mais um ensaio das possibilidades de fecundas investigações permitidas pelos resultados dos Inquéritos Econômicos para a Defesa Nacional foi levado a efeito pelo Professor GIORGIO MORTARA em um dos comunicados da série que está elaborando para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Compreende êsse ensaio uma visão de conjunto do mercado das matérias e produtos têxteis nos dois maiores centros econômicos do Brasil: São Paulo e o Distrito Federal.

Embora limitada a um trimestre a pesquisa permitiu apreciar devidamente a importância do movimento mercantil ligado à principal indústria nacional, a da transformação das fibras têxteis, se bem que apenas nos dois maiores centros comerciais e industriais e abrangendo não a totalidade, mas a maior parte dos estoques nos mesmos existentes.

Essas circunstâncias, aliás, tornam ainda mais notável a importância, em quantidade e valor, assumida pelos estoques e movimentos dos aludidos produtos.

Na impossibilidade de reproduzir todo o estudo em aprêço, divulgamos, a seguir, alguns dos dados principais constantes da sua recapitulação final, devendo-se ter em conta que as referências a São Paulo incluem o município de Santo André que forma, com o município da capital um único centro econômico.

O valor do movimento dos estoques têxteis (média dos valores das saídas e das entradas), no trimestre de outubro a dezembro de 1943, ascendeu a cêrca de 2 330 milhões de cruzeiros, cifra que, levando-se em conta a intensificação excepcional do movimento no último mês do ano, corresponde a um total anual de cêrca de 9 000 milhões de cruzeiros Para êste total contribuem com cêrca de 6 000 milhões de cruzeiros São Paulo (2 500 milhões pelos estabelecimentos comerciais, 3 500 milhões pelos industriais) e com cêrca de 3 000 milhões o Distrito Federal (2 150 milhões pelos estabelecimentos comerciais, 850 milhões pelos industriais)

Êsse apreciável movimento é alimentado por vastos estoques, que se renovam, em média, de cinco a seis vêzes por ano Em 31 de dezembro de 1943 o valor total dêstes estoques aproximava-se de 1 640 milhões de cruzeiros, cabendo 1 050 milhões a São Paulo (810 milhões nos estabelecimentos comerciais e 240 milhões nos industriais) e 590 milhões ao Distrito Federal (530 milhões nos estabelecimentos comerciais e 60 milhões nos industriais)

Discriminando o movimento segundo a fase da transformação dos produtos, verifica-se a grande preponderância de valor dos produtos acabados (tecidos, que contribuem com cêrca de 6 300 milhões de cruzeiros para o valor total anual, acima estimado, de 9 000 milhões, enquanto tanto as matérias primas (fibras em bruto) como os produtos intermediários (fios) contribuem com cêrca de 1 350 milhões de cruzeiros

Nos estoques em 31 de dezembro são, também, predominantes os tecidos, no valor de cêrca de 1 170 milhões de cruzeiros, em comparação com 405 milhões de fibras em bruto e 65 milhões de fios

Discriminado o movimento segundo a espécie das fibras, observa-se a importância dominante do algodão, a que se seguem, distantes, mas com valores ainda consideráveis, as demais fibras Para o movimento total anual, estimado no valor de 9 000 milhões, contribuem o algodão com cêrca de 5 840 milhões, as fibras artificiais com 1 310 milhões, a lã com 1 000 milhões, as "outras fibras vegetais" com 710 milhões, fibras não discriminadas ("diversas") com 80 milhões, e a sêda com 60 milhões de cruzeiros

Nos estoques em 31 de dezembro, cujo valor total ascende a cêrca de 1 620 milhões de cruzeiros, cabem ao algodão 1 165 milhões, à lã 260 milhões, às fibras artificiais 150 milhões, às "outras fibras vegetais" 60 milhões, à sêda e "diversas", 15 milhões.

Ainda uma observação muito interessante é a que se refere à velocidade média mensal da circulação dos capitais investidos nos estoques Essa velocidade foi medida pela razão entre o valor médio mensal do movimento

(1.551,4 milhões de cruzeiros em São Paulo e 779,4 milhões no Distrito Federal) e o valor médio dos estoques (tomada como tal a semissoma do valor inicial do trimestre — 994,9 milhões de cruzeiros em São Paulo e 556,7 milhões no Distrito Federal — e do valor final do mesmo período — 1.046,7 milhões em São Paulo e 588,0 milhões no Distrito Federal), sendo expressa em 0,51 em São Paulo e em 0,45 no Distrito Federal. Isto significa que aquêles capitais circulam cêrca de 6 vêzes no prazo de um ano

Municípios do Brasil A respeito das características territoriais e demográficas dos municípios brasileiros, o Departamento Estadual de Estatística de Sergipe elaborou interessante comunicado.

Estudando a divisão territorial vigente ao proceder-se à operação censitária de 1940, observou o comentarista haver 76 municípios com superfície maior do que a daquele Estado, ou seja, com mais de 21 552 quilômetros quadrados, sendo que 13 dêles possuem área superior a 100 000 km 2 De municípios nessas condições, três são capitais regionais: Manaus, Cuiabá e Rio Branco.

Por outro lado, há seis municípios com área inferior a cem quilômetros quadrados E, ao passo que na maioria dos municípios territorialmente grandes a densidade demográfica não chega a 1 habitante por quilômetro quadrado, e, em nenhum dêles, chega à média do Brasil, nas seis circunscrições de extensão mínima a densidade varia de 54 a 1 938 habitantes por quilômetro quadrado.

Incluindo a capital de São Paulo, que têm população superior a um milhão de almas, vinte e dois municípios apresentam efetivo demográfico maior de cem mil habitantes além da capital da República, sendo dez capitais de Estados e doze municípios do interior, estes situados nos estados da Paraíba (1), Bahia (2), Minas Gerais (1), Rio de Janeiro (3), São Paulo (2) e Rio Grande do Sul (3). Aproximando-se dêsses, oito outros municípios, inclusive os das capitais da Paraíba e de Alagoas, têm população superior a 90 000 habitantes

Os municípios das demais capitais regionais, em número de 9, têm população variável entre 86 546, para São Luiz (Maranhão) e 16 264 habitantes para Rio Branco (Território do Acre).

Podem ser computados ainda, entre os centros consideràvelmente populosos, 85 outros municípios com mais de 50 mil habitantes, situando-se 16 em Minas Gerais, 17 em São Paulo e 17 no Rio Grande do Sul

Após a apresentação dos quadros com êsses e outros interessantes dados numéricos, observa o Sr JOÃO CARLOS DE ALMEIDA, autor do comunicado: "Somadas as áreas e as populações dos 121 municípios referidos, teremos, respectivamente, 752 902 km2 e de 13 059 334 habitantes Sabendo-se que o total da área territorial brasileira, excluida a região lacustre do Rio Grande do Sul, corresponde a 8 502 292 km2 e que a população total apurada no censo de 1940 é de 41 565 803 habitantes, pode-se concluir que quase um têrço da população ou mais de 31 % dos habitantes do Brasil estão fixados numa área correspondente a menos de um décimo de sua área habitável".

Dados atuais sôbre o Acre No nº 14 da sua publicação *O Acre Atual*, saído em comemoração ao dia do Estatístico, o Departamento de Geografia e Estatística do Território do Acre divulgou interessantes dados sôbre aquela Unidade Federada.

Segundo os resultados preliminares do Recenseamento Geral de 1940, a população era de 81 326 habitantes numa área 148 357 quilômetros quadrados.

Com a intensificação da produção da borracha, elevou-se consideràvelmente o valor da produção extrativa vegetal, ascendendo a mais de 78 milhões de cruzeiros.

Quanto à produção agrícola, teve o seu valor estimado em mais de 36 milhões de cruzeiros

Os dados da exportação apresentam um volume físico superior a 12 milhões de kg e um valor superior a 82 milhões de cruzeiros

Todos os algarismos da estatística de ensino primário em 1943 mostram acréscimo sôbre os da dos anos anteriores Nas 126 escolas do Território, as matrículas efetivas aproximaram-se de cinco mil, excedendo de 3 300 a freqüência média Houve 1 500 promoções e 263 conclusões de curso

Por fôrça da nova divisão territorial, houve no Acre as seguintes modificações toponímicas: a cidade de Seabra passou a denominar-se Tarauacá; a vila de Castelo mudou o nome para Manoel Urbano; a vila de Humaitá é agora Pôrto Valter.

Conta o Território 46 firmas importadores e 38 exportadoras e, na capital, tem sede a Associação Comercial, Industrial e Agrícola do Acre.

Economia e Finanças do Maranhão As exportações do Maranhão, em 1943, superam, tanto em volume quanto em valor, as dos anos anteriores, atingindo oitenta mil toneladas e 147 milhões de cruzeiros

Para a exportação geral de 1942, que não foi superior a 74 519 281 kg, no valor oficial de Cr$ 143 188 175,80, contribuiu a classe de animais vivos com Cr$ 1 153 609,00, a de matérias primas com 40 669 345 kg, no valor de Cr$ 95 932 788,00, a de produtos manufaturados com 2 843 783 kg, no valor de Cr$ 25 355 844,00 e a de gêneros alimentícios com 31 006 153 kg, no valor de Cr$ 20 745 934,80 Em 1943, a contribuição do primeiro grupo elevou-se a Cr$ . . 1 366 678,00, a do segundo baixou a 34 260 187 kg, no valor de Cr$ 84 767 797,30, a do terceiro foi de 2 425 726 kg, no valor de Cr$ 33 898 191,90 e a do quarto grupo constituiu-se de 44 300 681 kg, no valor oficial de Cr$ 26 978 026,30

Do decréscimo do valor das matérias primas e elevação do valor dos produtos manufaturados, de modo a se aproximarem as duas cifras, concluem as autoridades maranhenses por considerar iniciada uma época de persistentes cometimentos inspirados no desejo de melhorar o tipo da economia regional.

Dos produtos exportados, mais de 44 mil toneladas, no valor de 97 milhões de cruzeiros,

saíram pelo pôrto de São Luiz e 36 e meio milhares de toneladas, no valor de perto de 50 milhões de cruzeiros, pelas demais vias de exportação

As repartições arrecadadoras do Estado controlaram em 1943, operações comerciais realizadas no território maranhense, no montante de Cr$ 568 198 724,00, contra Cr$ 499 786 880,00 em 1942 e Cr$ 419 640 764,00 em 1941

O intercâmbio comercial do Maranhão com o exterior, no ano próximo passado, foi assim representado:

Exportação .	Cr$	26 195 673,30
Importação .	Cr$	17 130 280,10
Saldo	Cr$	24 482 393,20

O movimento comercial com as demais Unidades Federadas foi o seguinte:

Mercadorias remetidas . .	Cr$	120 815 019,20
Mercadorias recebidas ..	Cr$	110 568 466,00
Saldo	Cr$	10 246 553,20

Comparando-se o movimento geral de entradas e saídas, verifica-se que o Estado remeteu mercadorias no valor de Cr$ 147 010 693,50, recebendo produtos no valor de Cr$ 112 281 746,10 e, daí, obtendo um saldo de Cr$ 34 728 947,40

A renda estadual elevou-se a Cr$ 34 806 901,70, quantia que excedeu de Cr$ 7 806 901,70 a previsão orçamentária

ESTRANGEIRO

Industrialização da Espanha Informações do Consulado do Brasil em Málaga assinalaram que o problema principal que empolgou a atenção do Govêrno Espanhol no exercício passado foi o abastecimento da população

Como os demais países, não pode nem podia a Espanha substrair-se às dificuldades resultantes da guerra. Daí os obstáculos ao desenvolvimento da sua balança comercial com os demais mercados Não obstante, foram investidos, durante o ano de 1942, 447 milhões de pesetas em novas indústrias autorizadas, contando-se dentre elas as seguintes: ferro, aço e metal; máquinas, aparelhos e veículos; química; têxtil; madeiras e talha; e, por último, a alimentícia.

É a indústria química a que mais se destaca no quadro da economia espanhola, seguindo-se, à distância, a alimentícia, a têxtil a de madeiras e de talha, a de construção de máquinas e veículos a de artigos de ferro e aço, a da pedra e terras, além de outras menos importantes.

A produção de hulha, no país, subiu de 7 633 833 toneladas em 1941 a 8 071 241 em 1942; a de antracita elevou-se de 1 170 715 toneladas a 1 270 203; e a de lignita passou de 826 486 a 1 076 625 toneladas.

A Direção Geral de Indústria autorizou, recentemente, a montagem de instalações de energia elétrica que deverão produzir mais de cem mil H P, elevando a produção total a 502 260 H P.

Quanto ao desenvolvimento da indústria química, é significativo o fato de que foi invertido um capital de perto de 37 milhões de pesetas para a montagem de fábricas, especialmente na Catalunha

Por outro lado, a indústria de pesca deve ser considerada uma das principais fontes de riqueza de tôda a Península Ibérica Só no primeiro trimestre de 1942, a produção dessa indústria alcançou 214 982,5 toneladas do valor de 491 milhões de pesetas, ou sejam 24 476,3 toneladas mais do que em 1941.

Comércio exterior Argentino O valor efetivo do intercâmbio comercial argentino, excluído o metálico, em 1943, alcançou a cifra de 3 134 312 000 pesos, contra 3 063 320 000 em 1942, o que representa um aumento de 70 993 000, ou seja de 2,3 %. Em 1941, o intercâmbio comercial ascendeu a 2 741 276 000 pesos, quantia que, comparada com a de 1943, mostra um acréscimo de 393 036 000 pesos, ou 14,3%

Em 1943, as importações somaram . . . 942 048 00, contra 1 274 362 000 em 1942 Sofreram, pois, no valor, um decréscimo de . . 332 313 000, equivalente a 26,1 % Se se relaciona o valor das importações em 1943 com o verificado em 1941, que alcançou a 1 276 655 000 pesos, vê-se que aquêle assinala uma diminuição de 334 606 000, ou seja 26,2 %.

As exportações alcançaram, em 1943, 2 192 264 000 pesos, contra 1 788 958 000 em 1942, o que representa uma queda, no valor, de 403 306 000 pesos, portanto 22,5 % As exportações em 1941 somaram 1 464 622 000 pesos Comparada esta cifra com a do ano de 1943, observa-se uma diferença, a favor dêste último, de 727 643 000 pesos, isto é, de 49,7 %

O intercâmbio de 1943 acusou um saldo comercial positivo de 1 250 216 000 pesos, contra um saldo comercial também positivo de .. 514 596 000 pesos em 1942 e 187 967 000 em 1941

As quantidades físicas das importações, em 1943, tiveram acentuado decréscimo, em relação às de 1943 A cifra da importação alcança, no seu conjunto, 3 699 000 toneladas, enquanto que em 1942 ascendia a 4 516 000 toneladas, o que significa uma diminuição de 817 000 toneladas, equivalente a 18,1 %. Essa redução foi mais digna de nota, em algarismos absolutos, no que concerne aos grupos combustíveis e lubrificantes, pedras, terras, vidros e cerâmica, madeiras e seus artefatos, ferro e seus artefatos, têxteis e suas manufaturas, substâncias alimentícias, etc.

No que respeita aos valores efetivos, a queda adquire também apreciável significação: .....

942 048 000 pesos em 1943 e 1 274 362 000 pesos em 1942, ou seja menos 332 313 000 pesos, equivalentes a 26,1 %.

Como se observa, a diminuição apurada nas quantidades, 18,1 %, é menor do que a registrada nos valores efetivos, que, segundo se vê, alcança a 26,1 %.

Tomando em consideração os valores de tarifa, observa-se que, em 1943, alcançam a soma de 452 760 000 pesos, enquanto que no ano anterior chegaram a 681 858 000. Isto significa uma diminuição de 229 098 000, equivalente a 33,6 %

Em resumo, as importações, em 1943, em confronto com as verificadas em 1942, diminuiram, respectivamente, 26,1, 33,6 e 18,1 por cento, conforme se levem em conta os valores efetivos, os valores de tarifa ou as quantidades físicas.

Comparando os valores efetivos das importações em 1943 com os de tarifa, no mesmo ano, observa-se que aquêles são superiores a êstes em 108,1 %.

As quantidades das exportações, em 1943, mantiveram-se no mesmo nível das de 1942, assinalando-se algumas reduções nos embarques de determinados produtos, sobretudo trigo, carnes, couros, lãs, vários produtos da agricultura, produtos florestais, etc. Essas reduções foram compensadas, na sua totalidade, pelo aumento verificado nas exportações de animais em pé, laticínios, sub-produtos e resíduos pecuários. linho, farinha e sub-produtos de trigo, produtos minerais, etc Os valores registram um apreciável aumento, produzido por certa elevação nos preços das carnes, couros, diversos subprodutos pecuários, produtos florestais, da caça e pesca, etc , e pelo notável incremento que adquiriram as exportações de artigos manufaturados.

Quanto às importações de metais, em 1943, somaram 31 784 000 pesos, contra 10 590 000 pesos no ano anterior. Da primeira soma, 31 597 000 pessos correspondem à introdução de ouro em barras ou lingotes e 187 000 pesos às importações de ouro amoedado

Em 1943 não se realizaram importações de moedas de prata.

As exportações de metais em 1943 somaram 173 000 pesos No ano anterior não se efetuaram exportações dessa natureza, como também em 1943 não se registraram exportações de moedas de prata.

Todos êsses dados foram extraídos do informe n.º 95, série C, nº 69, da Diretoria Geral de Estatística e Censos da República Argentina, intitulada "El Comercio Exterior Argentino em 1943 y su comparación con el de 1942".

O Ensino na Argentina Funcionaram na Argentina, em 1941, estabelecimentos de ensino secundário, normal e especial, no total de 291, com a matrícula de 131 750 alunos e a freqüência média de 120 822. O índice de promoções, excluídas as verificadas nos Cursos de Aplicação e Jardins de Infância anexas às Escolas Normais, elevou-se a 87 %, ou sejam 78 178 num total de 89 354 alunos.

O custo médio anual de cada aluno, segundo a categoria de ensino, foi o seguinte, na moeda nacional argentina:

Colégios Nacionais	$ 447,48
Escolas Normais	436,44
Escolas de Comércio	464,28
Escolas Industriais	457,08
Escolas Profissionais Femininas	264,24
Institutos diversos	569,76

O número de professôres nesses estabelecimentos ascendeu a 13 187, sendo 4 946 das Escolas Normais, 4 247 dos Colégios, 1 755 das Escolas de Comércio, 1 266 dos Liceus Industriais, 463 das Escolas Profissionais femininas e 510 dos demais Institutos Dêsse professorado, 96 % eram argentinos Quanto ao sexo, 52 % eram homens A percentagem de titulados era de 90 %, sendo que, dêstes, 38 % eram normalistas, 11 % secundários, 30 % universitários e 21 % com títulos especiais.

Das 2 686 263 horas de aulas a que o pessoal docente estava obrigado, foram dadas 2 552 780, que correspondem a 95 %.

Nos 387 Institutos particulares, com 5 961 professôres, foram matriculados 42 064 alunos, atingindo a promoção o índice de 81 %.

Funcionaram ainda, em 1941, as seis Universidades Nacionais, com 31 Faculdades e 29 estabelecimentos de ensino secundário e especial que lhes são anexos.

O número de universitários ascendeu a 39 595 e o de alunos dos estabelecimentos anexos a 18 188, tendo sido as aulas ministradas por 3 498 professôres.

O ensino primário para tôda a Nação foi ministrado em 14 241 escolas, com a matrícula de 2 024 950 alunos e uma assistência média de 1 784 208

O número de professôres nesse último ramo do ensino foi de 76 970.

As despesas com o ensino oficial durante o período escolar foram de $ 221 986 630,07 m/n, dos quais 139 133 070,07 com a instrução primária Foram despendidos ainda $ 12 382 313,81 em construções e reparos em edifícios.

Essas informações, extraídas do resumo da *Recopilación Estadística* elaborada pela Diretoria de Estatística e Pessoal do Ministério da Justiça e Instrução Pública da República Argentina, oferecem elementos para interessantes confrontos e uma visão panorâmica da educação no país vizinho

Produção mineral mexicana A economia do México repousa, de maneira considerável, na produção de minerais extraídos do solo

Quase todo o volume da produção mineiro-metalúrgica é exportada em forma de minerais naturais e produtos metalúrgicos, constituindo as três quartas partes da exportação nacional. Apenas 1 % ou 2 % são utilizados na indústria de transformação.

Êsse fato evidencia, por si só, a possibilidade de efetuar-se a industrialização do país, com o objetivo de aproveitar nela a quantidade

necessária do material que aquela indústria extrativa proporciona e cria para a mineração um maior mercado interno.

A mineração, uma das mais antigas e importantes indústrias do México, possui uma tradição anterior à conquista Os conquistadores espanhóis encontraram desde logo os indícios da riqueza mineral do país, pois os naturais empregavam o ouro e a prata para confeccionar adornos Usavam o cobre sem liga para utensílios domésticos e o bronze para diversos instrumentos e certamente conheciam o chumbo, o estanho e o mercúrio

Essa atividade continúa sendo a mais importante para a economia mexicana Os cinco principais metais que se exploram são o ouro, a prata, o cobre, o chumbo e o zinco, e representam 94 % da produção Os metais subsidiários representam 3 % e os não associados os 3 % restantes O número de operários ocupados na exploração das minas passa de 100 000; o valor da produção oscila em redor de 600 milhões de pesos anuais; utiliza elevadas quantidades de materiais do país; emprega cêrca de 20 % de toneladas-quilômetro das estradas de ferro locais e constitui 12 % do total de suas rendas; os centros mineiros constituem mercados de consumo de produtos agrícolas e das indústrias locais É, indubitàvelmente, o fator econômico mais importante da Nação

As cifras de produção de ouro e prata no decênio 1931-1940, divulgadas em recente publicação oficial mexicana, são as seguintes: 231,9 toneladas métricas de ouro e 24 144,9 toneladas métricas de prata No qüinqüênio 1936-40 a produção, em toneladas métricas, foi, respectivamente, de 132,5 e 12 493,5

São dêsse último período os dados a seguir divulgados, da produção de outros minerais metálicos e não metálicos:

	Volume (Ton)
Cobre	199 633
Chumbo	1 131 985
Zinco	726 215
Antimônio	46 151
Grafite	53 217
Mercúrio	1 303
Molibdeno	4 133
Tungsteno	365
Bismuto	843
Arsênico	13 598
Estanho	7 930
Ferro	18 353

Assinala a Comissão de Coordenação Econômica Nacional que a maior parte do volume de mineral extraído das minas mexicanas é enviada para o exterior, representando 75 % das exportações do país A fração dos produtos metalúrgicos transformados no México é insignificante

Acrescenta que há muito tempo o govêrno vem protegendo, mediante uma política que se tornou tradicional, a instalação de usinas de refinação e o aperfeiçoamento da indústria metalúrgica. Como conseqüência do estímulo oficial à execução de todos os aspectos da mineralogia e da metalurgia, muito já se conseguiu, mas restam numerosos problemas a resolver para conseguir a industrialização dos produtos mineiro-metalúrgicos no ritmo acelerado que a economia do país reclama

Atualidade da Nicaragua A Nicaragua encontra-se em fase de pleno desenvolvimento nos diversos aspectos de sua vida

Em Maio de 1940, procedeu-se naquela República ao censo demográfico, registrando-se uma população de 983 160 habitantes, com um crescimento natural que se exprime na taxa de 20 por mil.

Ocorreram no país, em 1944, 32 883 nascimento, estimando-se em 32,43 por 1 000 habitantes a taxa de natalidade

O coeficiente de mortalidade, conquanto se tenha elevado nos últimos anos do período 1933-1941, em virtude do paludismo que grassa em várias regiões, foi calculado em 12,76 por mil em 1941, sendo, portanto, relativamente baixo.

A mortalidade infantil alcançou, naquele período, a média anual de 101 por mil nascidos vivos

As principais causas de morte são o paludismo, responsável por 24 507 do total de óbitos, a pneumonia, e, entre as crianças, a diarréia e a debilidade congênita

O orçamento da República, que se manteve, até 1937, em menos de 6 milhões de córdobas, subiu a mais de 43 milhões em 1943.

O comércio exportador, no qual o café ocupa a posição mais relevante, somou, em 1943, um total de 29 535 974 quilos e 13 141 815 pés de superfície (madeiras), no valor global de 14 997 935 dólares, destinando-se aos Estados Unidos mercadorias no valor de 13 527 094 dólares

Tem a Nicaragua considerável riquezas naturais, inclusive ouro, ferro, cobre, magnésio, etc Explora apenas, porém, 23 jazidas de ouro, as quais constituem fator predominante na economia nacional

A exportação de ouro concentrado, nos três últimos anos, foi a seguinte:

ANOS	Pêso (Kg)	Valor (US$)
1941	6 514	7 323 265
1942	7 502	8 436 485
1943	6 897	7 928 532

Sabido que o total de minas auríferas denunciadas, medidas e registradas eleva-se a mais de dois mil só no Distrito de Prinzapolka, que é o maior e mais rico, pode-se fazer uma idéia do grande potencial nicaragüense daquele metal nobre, à espera do impulso do capital e do trabalho.

Produção agrícola uruguaia Em boletim especial sôbre a colheita do milho e outras culturas de verão, no ano findo, a Secção de Economia e Estatística Agrária, da Diretoria de Agronomia, do Ministério da Pecuária e Agricultura do Uruguai, apresenta os seguintes dados principais:

PRODUTOS	Área semeada (hectares)	Produção (toneladas)	Rendimento médio (kg/ha)
Milho	185 519	46 490	251
Arroz	5 558	15 499	2 789
Girassol	28 199	5 746	204
Mani	7 078	1 784	252
Alfafa	3 736	11 337	3 034
Cebolas .	1 203	4 050	3 366

Comentando as diferenças entre essas colheitas e as do ano anterior e as do qüinqüênio 1938-1942, observa o boletim que, em 1943, as culturas de verão foram extraordinàriamente prejudicadas pela intensa estiagem que assolou todo o território da República durante vários meses, intervindo nas semeaduras e no desenvolvimento vegetativo.

A produção de milho foi a mais baixa que a estatística agrícola já registrou, desde 1898, não obstante a área cultivada ter sido maior do que a de 1929, ano em que foram semeados 176 732 hectares.

Os dados a seguir mostram, realmente, uma queda extrema no rendimento médio, em confronto com o ano anterior; enquanto a produção de milho foi de 251 kg por hectare, no ano passado, em 1942 havia sido de 551 quilos; a de arroz baixou de 3 703 para 2 789 kg, a de girassol caiu de 498 para 204 kg, a de mani de 620 para 252 kg.

A redução verificada na produção de milho foi de 60,4 % em relação ao ano anterior; na de arroz, 20,9 %; na de girassol, 81,1 %; na de cebolas, 23,7 %; na de mani, 23,1 %.

Quanto a este último produto, tal resultado determinou uma disponibilidade total de grãos oleaginosos comestíveis sumamente reduzida, e, em conseqüência, séria crise para o abastecimento da indústria, agravada com as dificuldades de importação.

Outros dados sôbre a produção agrícola de verão no Uruguai deixam ver que o milho é cultivado em todos os Departamentos, embora as maiores quotas de produção venham de Canelones, San José, Lavalleja e Colonia. Do arroz, no entanto, só há um grande produtor, o Departamento de Treinta y Tres.

BIBLIOGRAFIA

GENERAL CENSUSES AND VITAL STATISTICS IN THE AMERICAS — Bureau of the Census, U. S. Department of Commerce — Washington, 1943.

O Bureau do Censo do Departamento de Comércio dos Estados Unidos da América, em colaboração com o Departamento de Referência da Biblioteca do Congresso, de Washington, organizou uma bibliografia anotada dos censos realizados e das estatísticas demográficas em andamento nas 21 Repúblicas Americanas, nos territórios americanos da Comunidade Britânica, nas colônias americanas da Dinamarca, França e Holanda e nos territórios e possessões americanos dos Estados Unidos.

O preparo do trabalho foi supervisionado por IRENE B TAEUBER, chefe do projeto de biblioteca especializada iniciado em cumprimento de uma resolução do Oitavo Congresso Científico Americano Êsse núcleo bibliográfico, criado na Biblioteca do Congresso, com a denominação mesma de Census Library Project, tem um comitê consultivo constituído dos seguintes representantes oficiais: LUTHER H EVANS, Library of Congress; PHILIP M HAUSER, Bureau of the Census; STUART A RICE, Inter American Statistical Institute; RICHARD O LANG, American Statistical Association; FRANK W NOTESTEIN, Office of Population Research, Princeton University; e FRANK LORIMER, Population Association of America.

Ampliando o objetivo inicial, êsse comitê passou a cuidar igualmente de promover: a cooperação necessária à complementação das coleções da Biblioteca do Congresso nos campos de censos e estatísticas demográficas de todos os países; a compilação de bibliografias analíticas para facilidade do uso das coleções; a provisão de serviços de referência e consulta na parte de população; a execução de estudos especiais no mesmo sentido como se tornasse aconselhável pelas instituições patrocinadoras

No prefácio a *General Censuses and Vital Statistics in the Americas*, a supervisora do trabalho, depois de prestar essas informações e de tecer algumas considerações sôbre as exigências determinadas pela guerra em relação aos dados estatísticos, manifesta a crença de que a bibliografia ora reunida será não sòmente uma contribuição para solver as dificuldades de localizar as fontes informativas, mas para o próprio desenvolvimento da cooperação estatística e da compreensão intelectual entre os povos das Américas A compilação é oferecida como esbôço de um quadro compreensivo das fontes oficiais de estatísticas demográficas no Hemisfério Ocidental e não como um estudo definitivo que sòmente poderá ser feito de futuro com o desenvolvimento das relações estatísticas internacionais, com a colaboração de beneficiários de bolsas de estudos dos diversos países Visa a sua publicação, antes de tudo, estimular a troca de informes impressos entre as nações do continente, como um meio certo de alcançar os objetivos fixados na resolução do Oitavo Congresso Científico Americano.

Em relação a cada uma das Repúblicas ou países dependentes das Américas do Norte, do Sul, Central e Insular, são apresentados, depois de uma resenha histórica dos empreendimentos censitários e estatísticos relacionados com a demografia, as indicações de publicações editadas pelas repartições especializadas, com detalhes de interêsse para o consulente

Trata-se, como essas rápidas referências deixam ver, de um volume interessantíssimo para todos os estudiosos das estatísticas demográficas, aos quais o Bureau do Censo faculta a remessa gratuita de exemplares mediante pedidos que lhe sejam diretamente endereçados pelos serviços e instituições especializados

---

RECOPILACIÓN ESTADÍSTICA — Anos 1941 - 1942 — Ministerio de Justicia e Instrucción Pública — República Argentina, 1944.

A Diretoria de Estatística e Pessoal do Ministério da Justiça e Instrução Pública da República Argentina deu à publicidade num volume de mais de oitocentas páginas, ampla informação estatística sôbre a instrução secundária e superior no período escolar de 1941-1942 em todo o país.

Compreende essa publicação 317 quadros numéricos, inclusive 37 em apêndice, e 20 gráficos a côres, dando — apesar de algumas deficiências apontadas no próprio ofício de apresentação do volume pelo diretor MANUEL VIANA — larga e minudente visão daqueles dois setores das atividades educacionais da Nação.

Fartos dados compõem essa documentação, com referência aos Colégios Nacionais, Escolas Normais, Escolas de Comércio, Escolas Industriais e de Artes e Ofícios, Escolas Profissionais de Mulheres, Institutos diversos, todos oficiais, e aos institutos incorporados ao ensino secundário, normal, comercial, profissional, industrial e de belas artes, bem como, além de elementos vários sôbre a instrução primária e dados retrospectivos, mais de 50 quadros compreendendo múltiplos aspectos da vida das Universidades de Buenos Aires, La Plata, Tucumán, Córdoba, Litoral e Cuyo, e ainda das escolas de agricultura, Biblioteca Nacional, Comissão Protetora de Bibliotecas Populares e Museu Histórico Nacional.

As informações abrangem características de localização e natureza dos estabelecimentos, planos de estudos, custo de manutenção, características do corpo docente, características do corpo discente através de várias especificações, tudo constituindo um material de rara opulência para o conhecimento da organização, do custo, das condições de funcionamento, dos resultados do sistema educacional argentino de graus secundários — inclusive especializado — e superior.

No ofício com que remeteu o seu valioso trabalho ao Ministro da Justiça e Instrução Pública, fêz ver o responsável pela Diretoria de

Estatística e Pessoal: "Por serem múltiplas as tarefas desta Diretoria e porque não se pôde ainda realizar o propósito de organizá-la dentro da escala técnico-administrativa que necessita — e a que tem direito pelas suas incumbências dentro do Ministério, de acôrdo com a sua lei orgânica — não teve esta obra o alcance que desejara, do ponto de vista científico Apesar de tudo, e fazendo caso omisso dessa minha convicção, considero esta publicação como digna de levar-se em conta, opinião que se vê reforçada pelos juízos recebidos de diferentes pontos do país e do estrangeiro, de pessoas dedicadas a esta classe de disciplinas"

Realmente, não cabe apreciar senão com louvores a *Recopilación Estadistica* que aquela repartição especializada do país vizinho vem divulgando, e da qual a série referente aos anos de 1941 e 1942 é digna de ser vista como um inteligente e proveitoso esfôrço.

THE NEW ZEALAND OFFICIAL YEAR-BOOK — Census and Statistics Department — Wellington, N. Z., 1943.

Verdadeiramente exemplar a continuidade que, com atualidade e crescente aperfeiçoamento, vem o Domínio da Nova Zelândia assegurando à publicação regular do seu anuário estatístico, do qual saiu o 51 º em 1943.

A situação de guerra em que se encontra aquêle país, membro da Comunidade Britânica, não impediu que o seu Departamento de Censo e Estatísticas prosseguisse na valiosa obra de divulgação estatística que realiza há mais de meio século Apenas a política de economia de papel acarretou algumas modificações na apresentação dêste número do *The New Zealand Official Year-Book,* como faz vêr, no prefácio, o Sr J W. BUTCHER, responsável pela direção da estatística neo-zeelandesa Além da seleção e condensação da matéria, procurou-se economizar espaço com algumas modificações quanto à disposição da mesma nas páginas, aliás sem sacrifício de ordem estética

O plano dessa publicação não visa uma apresentação maciça de tabelas, mas, ao contrário, consta ela de extensos comentários e desenvolvida parte descritiva, acompanhando as séries estatísticas quanto possível recentes Nas suas setecentas páginas, encontra-se, assim, autorizada e objetiva resenha da atualidade do país nos diferentes aspectos de sua vida política, econômica e cultural, bem como de sua situação física e econômica

Por outro lado, várias apreciações de ordem técnica são feitas sôbre os processos empregados na estatística neo-zeelandesa e conclusões de vivo interêsse são extraídas das séries apresentadas

Para assegurar a máxima atualidade de certos dados, há algumas páginas fora do texto trazendo até datas mais recentes — inclusive, quanto às cifras do comércio exterior, até 30 de junho de 1943 — resultados contidos no corpo do *The New Zealand Official Year-Book,* 1943.

Anexo ao volume encontra-se um mapa do Domínio, mostrando as características físicas, cidades e vias de comunicações.

ANUARIO ESTADÍSTICO - 1941 — Ministerio de Gobierno de la Provincia de Buenos Aires, 1943.

Além das publicações editadas pelas repartições especializadas da Nação Argentina, merecem destaque as que são lançadas pelos governos provinciais. O *Anuário Estatístico* da Província de Buenos Aires, cujo sexto número, referente a 1941, agora recebemos, é um trabalho de acentuado valor técnico e informativo, contendo aproximadamente 750 páginas.

Divide-se o volume em cinco grandes secções, assim: Território e População, Economia e Trabalho, Fazenda e Administração Públicas, Pecuária e Agricultura, Estatísticas diversas e Secção estatística de investigações históricas Ilustram a matéria mais de quarenta gráficos e cartas.

Os fenômenos da situação demográfica — nascimentos, casamentos e óbitos — são apreciados sob diferentes aspectos Ampla é também a discriminação do movimento da propriedade imobiliária, do crédito hipotecário e pignoratício, bancário, de economia postal, da dívida pública e das sociedades anônimas e cooperativas com personalidade jurídica

A parte de estatísticas diversas compreende as de instrução pública, comunicações e transportes e outras.

Na apresentação do *Anuário,* o diretor geral do Registro General y Censo Permanente de la Población, Immuebles, Comercio e Industrias da Província, Sr ADOLFO LUIS PONCET, acentua a importância da transição operada naquela repartição que, a partir do ano findo, passou a denominar-se Dirección de Identificación Civil y Estadistica General, tornando imperiosas várias modificações na sua estrutura e funcionamento.

Tem a Província de Buenos Aires uma superfície de 301 273 quilômetros quadrados e uma população de 2 672 859 habitantes, segundo a estimativa para 31 de dezembro de 1941, do que resulta uma densidade de 12,2 habitantes por quilômetro quadrado A capital é a cidade de La Plata Por seu efetivo demográfico e suas condições econômicas e culturais, é o mais importante dos estados autônomos que constituem o sistema federativo da nação argentina

---

ESTADÍSTICA - Nº 1 — Dirección General de Estadística de Nicaragua — Managua, 1944.

A Dirección General de Estadística da República de Nicaragua, América Central, deu início à publicação, em maio dêste ano, de um órgão de divulgação — o boletim mensal intitulado *Estadística* — cujo objetivo, como está expresso no editorial assinado pelo Diretor Geral, Licenciado CARLOS RIVAS OPSTAELE, é o de cumprir uma das principais funções da estatística

nicaraguense: "proporcionar e pôr no conhecimento do público, de maneira fácil e agradável, os dados compilados pelos nossos serviços no campo das atividades demográficas, econômicas e administrativas abrangidas por esta Diretoria Geral de Estatística, permitindo, dessa forma, aos interessados, o estudo e análise dos fatos registrados para obter indicações úteis no domínio econômico e social"

De fato, nesse primeiro número, cuja capa é um gráfico da evolução dos orçamentos nacionais no período de 1931 a 1943, encontram-se séries numéricas e interessantes elaborações estatísticas referentes à produção mineralógica, ao movimento demográfico durante os anos de 1933 a 1941 no país, às exportações em 1943, à rodovia pan-americana, ao movimento de hospitais e saúde escolar, bem como resoluções do Primeiro Congresso Demográfico Interamericano e outras notas informativas

E' redator e administrador de *Estadística* o Dr JUAN MARIA CASTRO SILVA, Secretário Geral da Dirección General de Estadística Constituem o quadro de colaboradores os Srs ADOLFO LOLA BLÉN, ENRIQUE LANZAS, MARCO SALAS ARAGÓN e LUÍS CUADRA CEA, chefes de diferentes secções da mesma Diretoria

---

ANUÁRIO ESTADÍSTICO DE 1942 — Dirección General de Estadística — São Salvador, 1943.

Recebemos da Diretoria Geral de Estatística, subordinada ao Ministério da Fazenda da República de El Salvador, América Central, um exemplar do tomo I do *Anuário Estadístico* de 1942, editado por aquela repartição.

E' um volume de perto de 300 páginas, cujo conteúdo abrange aspectos de climatologia, geografia, demografia, instrução pública, fiscalização fazendária e justiça

Vê-se que a publicação de tal soma de elementos informativos sôbre a vida salvatoriana, com apreciável atualidade, representa esfôrço digno de nota, desenvolvido sob a orientação do Engenheiro JOSÉ MARIA PERALTA, diretor da estatística geral daquela república centro-americana

Não constam dêsse tomo, cabendo certamente no segundo, as estatísticas econômicas, com as quais se terá a visão de conjunto da vida de El Salvador, seccionada pelos 14 Departamentos e 259 Municípios em que se divide o território da República Nesse território, cuja superfície é estimada oficialmente em 34 126 quilômetros quadrados, desenvolve-se uma população de aproximadamente um milhão e novecentos mil habitantes.

REPÚBLICA DOMINICANA — Album Estadístico Gráfico — Dirección General de Estadística — Ciudad Trujillo, D S N., 1944

A Dirección General de Estadística da República Dominicana é uma das mais eficientes organizações da sua natureza, neste hemisfério. Seus levantamentos, abrangendo, com apreciável profundidade, extensos e variados aspectos da vida do país, são levados a efeito com regularidade e os resultados divulgados com apreciável brevidade em publicações que obedecem aos preceitos da técnica e do bom gôsto

Superando tôdas as suas realizações anteriores no campo publicitário, a referida Diretoria lançou, em fevereiro dêste ano, um *Album Estadístico Gráfico* em comemoração do centenário da República Dominicana São 40 fôlhas, artisticamente ilustradas a côres, e nas quais se fixam, com os melhores recursos da técnica de representação gráfica, a atualidade estatística da situação econômico-social da Nação Notas explicativas assinalam as particularidades que os gráficos oferecem, abrangendo dados comparativos e oportunos esclarecimentos sem propósito exaustivo

Servindo ao seu lema — "La Estadística reseña la experiencia del Pasado para orientar la conducta del Porvenir" —, a repartição dirigida por êsse profissional de escol e ilustre homem público que é o Sr VICENTE TOLENTINO ROJAS, realizou obra sem precedente nos seus anais, como se acentua na Introdução, e trabalho que terá o merecido aprêço de quantos tiverem oportunidade de compulsá-lo

Uma das razões do interêsse de que se reveste o *Album Estadístico Gráfico* é que inclui êste, vários dados oferecidos por elaborações ainda inéditas da Diretoria, tais como os correspondentes a certos detalhes do Censo Agro-pecuário de 1940, do Agrícola de 1935 e do Demográfico do mesmo ano Além disso, tendo sido todos os elementos destinados a figurar no álbum submetidos a uma cuidadosa revisão, como faz ver a repartição editôra, representam a última palavra oficial e substituem quaisquer outros de igual natureza anteriormente aparecidos

---

ESTADÍSTICA CHILENA — Ano XVII, Ns 1 e 2 — Santiago do Chile, 1944

Ao iniciar o centésimo primeiro ano de sua existência, a Diretoria Geral de Estatística da República do Chile introduziu várias modificações em sua estrutura e imprimiu novos rumos às suas publicações

A revista *Estadística Chilena*, já no 17º ano de vida regular e plena de êxitos, acompanhou êsse impulso de renovação, aparecendo em novo formato e apresentação mais atraente, tornando-se mais ágil e de manêjo mais acessível à maioria dos leitores

A essas modificações materiais corresponde, também, nova distribuição da matéria Os quadros estatísticos são agora precedidos de "um comentário das atividades econômicas do país, partindo da análise da produção, seguindo o processo circulatório através dos fenômenos da economia monetária e de crédito até chegar ao estudo do momento demográfico" — eis o que anuncia o Diretor, Dr GUILLERMO GAUDARILLAS M., e o que se pode ver já realizado no importante artigo "La Producción Nacional en el primer bimestre de 1944"

Há, ainda, as seguintes novas secções: "Información Americana", destinada às mais recentes informações estatísticas dos países ame-

ricanos; "Problemas de post-guerra", onde terão destaque estudos e planos elaborados nos diversos países do bloco das Nações Unidas para enfrentar as conseqüências que se derivarão do atual conflito mundial; "Documentos", reservada às informações oficiais referentes à Diretoria Geral de Estatística; "Libros y Revistas", onde se relacionam livros e publicações que a biblioteca da repartição receber

Tudo isso sem sacrifício da desenvolvida parte de quadros estatísticos atuais e abrangentes de todos os principais aspectos da vida chilena

Cabe salientar que o primeiro artigo divulgado na Secção Americana, assinado por SIDNEY ZINK, intitula-se "A indústria no Brasil" e é uma notícia bem informada, com espírito de síntese e clareza, sôbre o processo da industrialização do nosso país.

UTILIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL (Boletim n.º 2) — Secção de Fiscalização e Estatística da Divisão de Águas do D N P M. do Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1944.

A Secção de Fiscalização e Estatística da Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral (Ministério da Agricultura) situou-se entre os serviços especializados que mais se esforçam pelo cumprimento de suas finalidades, referentes, aliás, no caso, a um importante setor da vida econômica do país

Dois amplos inquéritos diretos já realizou a Secção, dando agora, em volume de mais de duzentas páginas, formato álbum, composto e impresso no Serviço Gráfico do I B G E , os resultados da segunda daquelas operações, concernentes à situação da indústria da eletricidade no Brasil, em 1941.

Como infelizmente sempre acontece, não logrou fácil êxito o processo de recolhimento dos dados por meio dos questionários, no total de cêrca de 2 500, enviados às fontes informantes, repartições estaduais, Prefeituras municipais, emprêsas e indivíduos que utilizam energia elétrica, quer para comércio dessa energia, em serviços públicos e de utilidade pública, quer para consumo exclusivo Diz, a propósito, na apresentação da obra o Engenheiro VALDEMAR JOSÉ DE CAMACHO, Diretor da Divisão de Águas: "Uns, compreendendo bem a finalidade dos nossos trabalhos, responderam com acêrto e com presteza; outros, mais displicentes, só à custa de solicitações reiteradas, atenderam ao nosso pedido; muitos — em lamentável incompreensão do que representa para o desenvolvimento econômico de um país a estatística segura de assuntos como os de que trata êste boletim — deixaram de responder aos questionários enviados e aos reiterados pedidos que, por tôdas as formas, lhes foram feitas "

Procurou a Secção de Fiscalização e Estatística, todavia, preencher as lacunas recorrendo a outras fontes e encontrou, como era lógico, a mais franca cooperação no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que lhe pôs à disposição as correspondentes fôlhas dos cadernos da campanha estatística de 1941

Puderam os responsáveis pelo boletim, em conseqüência, apresentá-lo como "o mais perfeito trabalho estatístico sôbre a indústria da eletricidade, publicado no Brasil", sem embargo de não o julgarem isento de falhas

Prefaciando o volume, o ilustre técnico, Dr ANTÔNIO JOSÉ ALVES DE SOUSA, Diretor Geral do Departamento da Produção Mineral, faz judiciosas considerações sôbre a importância do aproveitamento do potencial hidráulico e os diferentes aspectos dêsse problema, para cujo esclarecimento aquêle órgão tanto vem contribuindo

O boletim compreende quatro partes A primeira — Quadro A — apresenta as principais condições técnicas das usinas geradoras de eletricidade, pertencentes a emprêsas ou entidades públicas que fazem comércio de energia elétrica, bem como às que fornecem essa energia, a título gratuito, para fins de utilidade pública A segunda parte — Quadro B — refere-se às principais características dos aproveitamentos hidro-elétricos, tanto das usinas que fazem comércio da energia produzida como das que, com a potência superior a 50 Kw, são destinadas ao consumo privativo do produtor A parte terceira — Quadro C — é o levantamento das localidades ("todo lugar do território nacional onde há um aglomerado permanente de habitantes"), servidas de energia elétrica, dos consumidores e das tarifas e contratos Finalmente a quarta parte é constituída de quadros gerais sôbre consumo de energia elétrica em todo o país e a distribuição das usinas geradoras segundo a natureza das correntes e segundo as potências

Tanto o Diretor Geral do D N P M como o Diretor da Divisão de Águas consignaram louvores ao chefe da Secção de Fiscalização e Estatística, Engenheiro ERNESTO DE MELO FILHO, e ao seu dedicado auxiliar, o oficial administrativo DI AQUILES DE OLIVEIRA FERNANDES, pelos esforços empregados na execução do volume *Utilização da Energia Elétrica no Brasil*

I CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA — Anais — 1.º volume — Rio de Janeiro, 1944.

A Associação Comercial do Rio de Janeiro, promotora do I Congresso Brasileiro de Economia, realizado no período de 25 de novembro a 18 de dezembro nesta capital, não tardou a iniciar a publicação dos anais daquela conferência, que alcançou o mais apreciável êxito. Tanto foi assim que, apenas alguns meses após a reunião, já distribuía o primeiro volume, de 200 páginas, com elogiável apresentação gráfica, e contendo a parte mais importante e urgente, que é a das conclusões aprovadas em plenário, as quais atingem o total de 256

Nos volumes posteriores serão divulgadas as teses, os pareceres, a resenha das discussões, matéria que constituirá um notável campo de estudos, de observações, de documentação e cuja substância está contida nas conclusões já publicadas

Não só dessas resoluções, porém, compõe-se o livro que acaba de ser lançado, mas também informes e documentos de interêsse sôbre a organização e as solenidades inaugural e final do Congresso, que teve a sua direção técnica a cargo do Instituto de Economia, presidido pelo Sr DANIEL DE CARVALHO e com a Secretaria Geral entregue ao Sr LUÍS DODSWORTH MARTINS Insere o programa, as listas de adesões, a composição das comissões, relação das teses apresentadas, o regimento e o noticiário das duas sessões solenes, de instalação e de encerramento, com os discursos proferidos pelos Srs JOÃO DAUDT D'OLIVEIRA, Presidente do Congresso e da Associação Comercial, ARTUR DE SOUSA COSTA, Ministro da Fazenda, ROBERTO SIMONSEN, em nome das delegações regionais, e EUVALDO LODI, Presidente da Confederação Nacional da Indústria e vice-presidente do Congresso

Peças oratórias ricas de idéias e de substâncias, as daqueles líderes do comércio e da indústria e do titular da pasta das finanças públicas, sendo que a dêste foi a histórica exposição dos novos acôrdos para a liquidação de tôda a nossa dívida externa, contribuem elas para acrescer a significação e o interêsse do volume.

Nenhum dos grandes temas da economia brasileira, no plano doméstico e nas relações internacionais, deixou de ser debatido e proficientemente estudado no Congresso, do qual advieram autorizadas observações e sugestões, ditadas pela cultura e pela experiência, capazes de orientar com segurança os rumos de nossa política econômica, em seus diferentes setores

---

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS — Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos — Vol. I. N.º 1 — Rio de Janeiro, 1944.

Editada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Saúde, fêz seu aparecimento em julho dêste ano a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,* demonstrando, já no primeiro número, a relevante missão que desempenhará em proveito da educação.

Como assinala, na apresentação do novo mensário, o titular daquela Secretaria de Estado, Sr GUSTAVO CAPANEMA, ao órgão oficial dos estudos e pesquisas pedagógicas do Ministério caberá o papel de "reunir e divulgar, pôr em equação e em discussão não apenas os problemas gerais da pedagogia mas sobretudo os problemas pedagógicos especiais que se deparam na vida educacional de nosso país Será, diz ainda o Sr. Ministro, um instrumento de indagação e divulgação científica, como um órgão de publicidade dos estudos originais brasileiros de biologia, psicologia e sociologia educacionais e também das conclusões da experiência pedagógica dos que, no terreno da aplicação, trabalham e lutam pelo aperfeiçoamento da vida escolar do nosso país."

Essas diretrizes são mais largamente explanadas no editorial em que se lê que a *Revista* surge "para congregar os estudiosos na observação dos fatos educacionais, exame dos princípios e doutrinas, e cuidadosa análise das mais importantes questões de aplicação", e, mais: "Em suas páginas terão acolhida artigos de colaboração, em que se exponham e debatam opiniões Aqui se registrarão, cada mês, resultados de trabalhos realizados pelos diferentes órgãos do Ministério, dados estatísticos, os textos de lei e as decisões administrativas de maior relevância. Não faltarão, também, sucintos estudos de aplicação, de modo a difundir normas de orientação pedagógica, que a prática tenha estabelecido como proveitosas, e os princípios da moderna didática sancionem como legítimas. Apresentar-se-ão ainda notas bibliográficas, informes sôbre a vida educacional nos Estados e no estrangeiro, e a transcrição de artigos da imprensa, quando dedicados aos assuntos pedagógicos do momento "

Obediente a êsse plano foi feito o primeiro número, onde se encontram importantes artigos sôbre política educacional de autoria dos Professores LOURENÇO FILHO, A ALMEIDA JÚNIOR e HELENA ANTIPOF, estudos técnicos de HELOISA MARINHO e JACIR MAIA, artigo informativo de HUMBERTO BASTOS, várias notas de amplo interêsse, um levantamento da bibliografia pedagógica brasileira no período de 1812 a 1900, informações dos Estados e do estrangeiro, etc.

A circunstância de achar-se na direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, e, portanto, da *Revista* um homem com a ilustração, o patriotismo e o devotamento do Professor LOURENÇO FILHO, é a melhor segurança de que a iniciativa terá um êxito consagrador. A obra de divulgação iniciada com os boletins daquele Instituto, na qual o consumo de estatísticas é amplo e inteligente, assume, agora, nova feição, aprofundando seu alcance.

INICIAÇÃO ESTATÍSTICA — José Cruz — Aracajú, 1944.

No Sr JOSÉ CRUZ, Professor de Estatística no Curso de Aperfeiçoamento de Professôres Primários junto à Escola Normal Rui Barbosa, de Aracaju, tem o Departamento Estadual de Estatística de Sergipe um competente e operoso funcionário, como a estatística brasileira, em geral, possui um colaborador prestimoso, por vocação e pela identificação, que tem demonstrado, com o espírito da obra que se vem realizando

Dois trabalhos seus, um de natureza técnica e outro de interêsse econômico, já haviam sido publicados — o *Plano prático para o levantamento da estatística da produção agrícola sergipense,* em 1939, e *O côco na economia de Aracaju,* em 1943. Agora, lança êle um compêndio de metodologia, sob o título de *Iniciação Estatística,* editado na capital sergipana.

E essa última circunstância deve ser acentuada como indicação de enormes dificuldades que tiveram de ser vencidas, bastando mencionar que a impressão do volume teve início em 1942 e veio a ser concluída em 1944.

A edição do livro do Sr. JOSÉ CRUZ foi custeada pelo órgão central da estatística ser-

gipana, de acôrdo com a resolução baixada pela Junta Executiva Regional que, assim, como acentua o presidente dêsse Colégio, "visou não só premiar o esfôrço do autor do novo compêndio, como estimular iniciativas semelhantes, ou, ao menos, despertar o interêsse do funcionalismo pelo estudo da técnica utilizada na execução dos nossos trabalhos"

Estão estas palavras no prefácio, da autoria do Professor JOÃO CARLOS DE ALMEIDA, também delegado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e diretor do Departamento Estadual de Estatística, que refere, especialmente, a utilidade do volume para os estudantes e os que se tenham de habilitar a concursos de estatística de nível elementar.

Divide-se o livro, que é de cêrca de 270 páginas, em quatro partes, assim: Preliminares, Operações técnicas, Representação gráfica e Cálculos matemáticos mais empregados na técnica estatística.

Na primeira parte, além de elementos teóricos e históricos sôbre a estatística, dá o A notícia do I.B G.E. e de sua estrutura. A segunda parte é dedicada ao estudo do processo de elaboração estatística, desde a coleta de dados à exposição gráfica e atende convenientemente aos seus objetivos As demais partes aprofundam as noções anteriores com o auxílio da matemática.

Não está nos propósitos dêste registro a crítica, sob o ponto de vista técnico, da *Iniciação Estatística*, mas apenas indicar seu interessante conteúdo e manifestar, reconhecendo o mérito da iniciativa, a impressão, que o trabalho oferece, das apreciáveis qualidades didáticas do autor Os senões que a obra porventura apresente não anulam o valor de tão louvável esfôrço.

UNIDADES AGRÁRIAS NÃO DECIMAIS EM USO NO BRASIL — Serviço de Estatística da Produção — Rio de Janeiro, 1944

Com o intuito de despertar a crítica dos conhecedores do assunto, o Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, divulgou, numa edição provisória, mimeografada, os resultados de parte do minucioso e importante inquérito, levado a efeito junto às Prefeituras de todos os municípios do país, sôbre as unidades não decimais em uso no Brasil

Êsse inquérito, que compreende as unidades agrárias, de pêso e de capacidade estranhas ao Sistema Métrico Decimal, a natureza de cada uma, a respectiva equivalência decimal e a orígem, representa valiosíssima contribuição — pela sua objetividade e caráter prático — para o encaminhamento do árduo problema técnico-administrativo que é o conseguir-se a plena observância do aludido sistema entre nós, onde foi oficialmente adotado há 82 anos.

Na apresentação da parte do trabalho ora concluída e referente às unidades agrárias, a repartição editôra faz interessantes considerações gerais, das quais transcrevemos as seguintes:

"Neste setor há mais normalidade, mais similitude e menos variedade do que no tocante a capacidades e pesos Entretanto, o sistema decimal é ainda bem menos utilizado na medição das áreas de terra do que na avaliação dos volumes de mercadorias, e a substituição tem sido mais lenta e difícil no primeiro do que no segundo caso.

A totalidade ou a quase totalidade dos padrões agrários não decimais em uso no Brasil deriva da braça de 2,20 m que é a unidade fundamental e cujo sub-múltiplo é o palmo (0,22 m).

O emprêgo da braça, que remonta ao tempo dos primeiros trabalhos da colonização portuguêsa no Brasil, difundiu-se e propagou-se contìnuamente no país, ainda mesmo na vigência plena dos decretos imperiais que instituiram o uso obrigatório das unidades do sistema métrico decimal francês e proibiram, sob pena de multa, o emprêgo no comércio, na agricultura e na indústria, de outros quaisquer padrões que lhe fôssem estranhos.

Com os esclarecimentos obtidos neste inquérito, pode-se verificar que as unidades derivadas da braça distribuíram-se de tal forma pelas diversas circunscrições do país que se tornaram, em muitos casos, características dêsses Estados ou zonas aí recebendo designação particular ou o nome gentílico.

O aparecimento e a disseminação do uso dessas unidades, nos costumes de cada região, teriam, òbviamente, obedecido a razões e motivos muito próprios, oriundos, é de ver, das condições locais de vida e trabalho Não estava entretanto, na alçada da indagação averiguar êste ponto, aliás tão interessante e digno de exame. Foi tocada, apenas de leve, a interrogação e o que se concluiu, sem maior exame, é que, em regra, o valor venal das terras determina o tamanho das unidades agrárias: tanto mais alto aquêle tanto menores estas. Tal observação explica o emprêgo dos pequenos padrões nas zonas de lavoura adiantada e o uso dos grandes nos Estados em que a exploração do solo é ainda pouco intensa ou precária

Em alguns Estados o uso dessas unidades particularizou-se de uma forma interessante, desdobrando-se elas em vários tipos, cada um característico de determinada zona Em Minas Gerais empregam-se 16 tipos de "alqueires" com áreas que vão de 1,21 ha a 19,36 ha Dêsses tipos, a maioria foi e continua a ser exclusivamente empregada em Minas Gerais, mas alguns passaram aos costumes de outros Estados e são aí largamente aplicados. Sem embargo do emprêgo exclusivamente regional de certas unidades, assinala-se, realmente, em todo o Brasil, êsse intercâmbio de convenções metrológicas Notadamente São Paulo e Minas Gerais têm influenciado os costumes de outros Estados.

O aparecimento de novas unidades, segundo tudo indica, não mais se registra atualmente, ou, pelo menos, não ocorre com a freqüência há tempos observada"

Após outras considerações sôbre a atual fase de providências do govêrno brasileiro, tendentes a resolver definitivamente a questão metrológica no país, começa uma parte descri-

tiva da difusão, em cada Unidade Federada, de medidas agrárias não decimais, com observações vivamente interessantes dos pontos de vista técnico e sociológico.

Segue-se uma relação alfabética das referidas unidades com as seguintes indicações: dimensões, equivalências em hectares, regiões em que são usadas, e números das tabelas de conversão respectivas

Nessas tabelas, em número de 39, são convertidas, em hectares, as diferentes unidades não decimais em uso no Brasil, até o limite máximo de 99.999 Como a escassez de espaço não permitiu a apresentação da série completa de equivalências até êste limite, cada tabela foi construída em duas partes, nas quais, não obstante oferecerem escalas diferentes, se opera de modo idêntico, ou seja semelhantemente ao manêjo das tábuas de logarítimos de dupla entrada.

Na última secção do volume há o ementário de tôda a legislação brasileira sôbre o sistema métrico decimal.

DEZ ANOS DE ATIVIDADE — Conselho Federal de Comércio Exterior — Rio de Janeiro, 1944

O Conselho Federal de Comércio Exterior completou, em 6 de agôsto, dez anos de funcionamento, período êsse que se caracterizou pelo exercício de real influência nos meios administrativos do país, mais intimamente ligados às atividades econômicas, e, também, em setores diversos e fundamentais da economia nacional

Órgão consultivo da Presidência da República, sem função intervencionista e sim de colaboração, de estímulo, de pesquisa, de estudo e coordenação, coube-lhe submeter a tratamento o mais acurado, com recursos técnicos adequados, problemas essenciais do nosso comércio externo e da produção e distribuição de nossas riquezas

De 1934 a 1944, coube ao Conselho manifestar-se sôbre mais de 1 300 casos, destacando-se entre os mais importantes os da siderurgia, do carvão mineral, do petróleo, da eletricidade, da soda caustica e vários outros ligados à industrialização do país

Sugestivo é, conseqüentemente, o balanço dêsse decênio fecundo, em cujo decurso tanto se diferenciou, expandindo-se com amplitude considerável, a economia brasileira, refletida nos dados do comércio exterior.

E é êsse balanço que se tem no livro *Dez Anos de Atividade,* de cêrca de 300 páginas, organizado pela Secção de Pesquisas Econômicas do C F C E em comemoração do aniversário dêsse órgão

Contendo um largo esbôço histórico do Conselho, uma análise ampla e minuciosa do nosso comércio exterior no período de 1934 a 1943 e a apreciação, estatísticamente documentada, de numerosos assuntos debatidos por aquela entidade, o livro em aprêço logo se torna um dos mais interessantes documentários de que dispõe a nossa bibliografia especializada

Presidido pelo Chefe do Govêrno, o Conselho Federal de Comércio Exterior tem como Diretor Geral o Sr Ministro MÁRIO MOREIRA DA SILVA

O CAFÉ BRASILEIRO EM 1943 — Jaime Fernandes Guedes — Rio de Janeiro, 1944

O Sr JAIME FERNANDES GUEDES, Presidente do Departamento Nacional do Café, apresentou, em 29 de abril dêste ano, ao Conselho Consultivo daquela autarquia, mais um dos seus claros, objetivos e lúcidos relatórios anuais.

Pela importância com que figura o café no conjunto da economia brasileira, os fatos que lhe dizem respeito e, de modo especial, as realizações e a orientação do órgão que controla a lavoura e o comércio daquele produto, são acompanhados com o devido interêsse, justificando para aquêles documentos um lugar de destaque em nossa literatura econômica Mais os valoriza, porém, a análise precisa e nítida a que são submetidos os fenômenos da política cafeeira do país em face do comércio mundial

Conforme assinala o Presidente do D N C, e a todos foi dado observar, o ano de 1943 assinalou sérias adversidades para o produto básico da nossa economia Além das dificuldades de embarque para os poucos mercados de que dispomos no momento, sofreu a lavoura as conseqüências de prolongada estiagem e de uma geada de enormes proporções, tanto mais danosas quanto contratempos semelhantes haviam ocorrido em 1940 e 1942 Graças às providências oficiais, resultantes do plano de defesa que o Govêrno Federal vem executando, e do encaminhamento dos problemas segundo as diretrizes traçadas, tais como se acham expostos no relatório, pôde, no entanto, o autor declarar que os resultados foram superiores às perspectivas mais otimistas

Em *O Café Brasileiro em 1943,* as estatísticas desempenham importante papel, conferindo às informações e às conclusões a ênfase e a objetividade que só nos números exatos podem ser encontradas.

Essa elaboração estatística é proporcionada pela Secção de Estatística do Departamento Nacional do Café, cuja crescente eficiência vem merecendo irrestrito louvor.

CONFERÊNCIA CANAVIEIRA DE 1941 — Instituto do Açúcar e do Álcool — Rio de Janeiro, 1943

O Instituto do Açúcar e do Álcool reuniu, num volume de trezentas páginas, importante documentação referente à Conferência Canavieira de 1941, na qual foi debatida a reforma da Lei n º 178, de 9 de janeiro de 1936, ou seja o projeto do decreto-lei que recebeu a denominação de Estatuto da Lavoura Canavieira,

Tomaram parte na reunião e travaram animada discussão delegados dos industriais e lavradores interessados na produção açucareira. E o apanhado taquigráfico daquela discussão foi justamente considerado pelo presidente do I A A "como uma das melhores contribuições para o conhecimento de nossos problemas de trabalho agrícola"

O volume é prefaciado pelo Sr. BARBOSA LIMA SOBRINHO, que exerce a presidência daquela autarquia com elevação e descortino, e, nessa oportunidade, relata os aspectos realmente sugestivos do amplo estudo do projeto, nos meios interessados e na imprensa, acentuando terem sido apresentadas ao mesmo 600 emendas.

Além de uma reunião conjunta dos delegados dos industriais e lavradores na produção açucareira, houve, seguidamente, uma conferência dos usineiros, uma conferência dos fornecedores e nova conferência dos usineiros

Nelas discursaram o presidente do I A A e os Srs CLEMENTE MARIANI, LIMA TEIXEIRA, MANUEL FRANCISCO PINTO, NETO CAMPELO JÚNIOR, ORDALINO RODRIGUES e ALDE SAMPAIO, elementos destacados dos dois grupos econômicos diretamente atingidos pelas medidas então em exame No curso dessas orações, os mesmos e outros representantes daquelas classes e, em geral, os membros da Comissão Executiva da autarquia açucareira intervieram imprimindo à discussão um cunho de vivacidade, de caloroso interêsse e de real esclarecimento da matéria.

O livro *Conferência Canavieira de 1941* é o repositório de tudo quanto naquelas reuniões se disse, de modo a constituir um documentário realmente importante, pela sua objetividade e clareza, sôbre vários aspectos econômicos e sociais da vida rural brasileira.

RELATÓRIO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS EM 1942 — Departamento Nacional de Portos e Navegação — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1944

Editado nas oficinas da Imprensa Nacional, foi dado à publicidade o relatório apresentado pelo Engenheiro FREDERICO CÉSAR BURLAMAQUI, diretor do Departamento Nacional de Portos e Navegação, ao titular da Viação e Obras Públicas, pasta a que o mesmo Departamento é subordinado

Êsse relatório, concernente às realizações daquele órgão durante o ano de 1942, tem um interêsse que transcende, de muito, do aspecto administrativo, para alcançar aspectos geográficos, estratégicos e econômicos.

Realmente, o volume, de mais de 220 páginas de texto e com numerosos quadros, plantas e gráficos, não se restringe a informar, com as necessárias minúcias técnicas, sôbre as obras executadas, durante o ano aludido, nos portos que a União está construíndo ou melhorando. Informa, também, quanto se relaciona com a exploração dêsses mesmos portos, observações e detalhes científicos das condições locais, estatísticas de arrecadação de taxas e de movimento de embarcações e muitos outros elementos úteis a diversos setores de cultura e de atividade.

A matéria contida no *Relatório* é, pois, tôda ela de real interêsse, considerada sob diferentes ângulos Se disposta com alguma sistematização, dentro de mais rigorosos requisitos de apresentação gráfica e em condições de proporcionar maiores facilidades à consulta, atenderia melhor ainda à variedade dos leitores que certamente se deterão em apreciá-la

---

RELATÓRIO — 1940 — 1942 — Pedro Ludovico Teixeira — Goiânia, 1944

E' um expressivo documento político-administrativo o relatório que o Sr PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, Interventor Federal no Estado de Goiás, apresentou, em março de 1943, ao Sr. Presidente da República e que a Imprensa Oficial goiana editou no corrente ano Referente ao triênio 1940-1942, constitui a prestação de contas de uma vigorosa obra de govêrno

No período em questão, o chefe do executivo de Goiás viu a sua administração colher os frutos do trabalho pertinaz, do devotamento à causa pública, da operosidade incessante que instituira em normas de conduta no decorrer de um decênio Naqueles três anos, ocorreram dois fatos que profundamente repercutiram na vida do Estado: um, conforme assinala o relatório, a visita do Sr Presidente da República, da qual resultaram várias medidas necessárias ao progresso regional e, o outro, segundo o consenso unânime do país, a inauguração oficial de Goiânia, a nova capital, fundada e construída pelo Sr PEDRO LUDOVICO.

Tôdas as páginas, mais de uma centena, da prestação de contas dêsse ilustre governante exprimem, por isso mesmo e pelas numerosas realizações que aí se alinham, a satisfação do dever cumprido e o justo orgulho de idéias vitoriosamente postas em prática.

Ao narrar os acontecimentos que constituíram o "batismo cultural" de Goiânia, o relatório contém referências muito expressivas à atuação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e à pessoa do Secretário Geral da entidade, a propósito da coordenação de medidas destinadas a tornar possível o cumprimento do largo programa organizado.

Na parte concernente às atividades do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, alude, também, à colaboração do I B G E , por intermédio de um de seus auxiliares, à ampla campanha publicitária das festividades.

No capítulo destinado à menção das atividades do Departamento Estadual de Estatística, o Sr PEDRO LUDOVICO ressalta a importância da estatística na orientação dos negócios públicos e o apôio de que sempre cercou aquêle órgão do I B G E , cujos principais trabalhos e progressos também acentua. Na mesma parte dêsse documento está transcrita, quase integralmente, a reportagem desta REVISTA sôbre a Segunda Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística

O desenvolvimento econômico e cultural de Goiás é fartamente documentado com algarismos Não foi demais que o chefe do govêrno do Estado dissesse, por isso mesmo, nas palavras finais do seu relatório ao Sr Presidente da República: "Sem vaidade posso garantir que um único setor da atividade governamental, que estivesse a demandar cuidados e reformas, não ficou relegado ao esquecimento pelo meu govêrno até hoje"

BOLETIM DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS — 1941 — Diretoria de Estatística Educacional do Rio Grande do Sul — Pôrto Alegre, 1944

Cumprindo o seu programa publicitário e demonstrando a celeridade dos levantamentos que lhe incumbem, a Diretoria de Estatística Educacional, subordinada à Secretaria da Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, lançou o quarto número de seu *Boletim de Estatísticas Educacionais*, com as estatísticas do ensino primário geral dos anos de 1939, 1940 e 1941 e do ensino não primário de 1941 em todo o Estado e do ensino primário geral de 1940, 1941 e 1942 em Pôrto Alegre.

Esta última parte e os dados comparativos do ensino primário no país resultam de elementos fornecidos pelo Serviço de Estatística da Educação e Saúde. Referindo-se a essa colaboração, diz o Sr Ernesto Pellanda, na apresentação do volume, ter a mesma permitido, "uma vez mais, fornecermos ao público, com a possível pontualidade, o movimento do ensino riograndense de todos os ramos e gráus, demonstrando-se dêsse modo o perfeito cumprimento recíproco do Convênio de 1931."

E' estritamente justo, por isso mesmo, que a repartição executiva dêsse Convênio e editôra dos resultados contidos em dezenas de quadros e tabelas, acentue a importância dêsse amplo material para análise das questões do ensino

Reputa o operoso profissional achar-se consolidada em definitivo a iniciativa do *Boletim* como instrumento útil para o estudo das questões do ensino elementar no Brasil, afirmando que ninguém "se abalançaria a escrever sôbre coisas do ensino sem apôio nos dados concretos do vasto e complexo inquérito nacional orientado pelo S E E S e do qual somos órgãos no Rio Grande do Sul."

Aliás, à base dos elementos relativos a vários aspectos do ensino primário sob a administração do ilustre homem público Dr J P Coelho de Sousa na Secretaria da Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, ou seja de 1938 a 1942, conquanto os dados dêste último ano ainda sujeitos a retificações, o próprio Sr Ernesto Pellanda escreveu interessantes comentários, em que ressalta o vulto da obra realizada, naquele terreno, em proveito da educação popular.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO — Ano 1941 — Departamento Estadual de Estatística, 1944

Entregou o Departamento Estadual de Estatística de São Paulo à circulação, embora condicionada às restrições então vigentes quanto à distribuição de trabalhos dessa natureza, o seu segundo *Anuário*, de 1941, contendo dados referentes ao ano de 1940.

E' um volume de perto de novecentas páginas, nas quais se encontra um vasto e certamente sugestivo documentário numérico da situação física e do intenso dinamismo da vida do grande Estado

Obediente às linhas gerais da sistemática adotada nas publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, se bem que conservando o formato menor do próprio Boletim Mensal e demais edições do Departamento, o *Anuário* constitui uma demonstração a mais da operosidade e eficiência do órgão central da estatística paulista.

Na parte da "Situação Demográfica", figuram os resultados preliminares do Recenseamento Geral de 1940, tendo sido a distribuição segundo os característicos calculada proporcionalmente aos algarismos correspondentes ao recenseamento estadual de 1934 Também de acôrdo com a divisão adotada para os fins censitários, são agrupados os municípios.

Na página de apresentação da obra, O D.E.E. assinala: "Se não nos foi possível atingir, neste segundo anuário que trazemos a público, o vasto programa que nos propusemos a analisar estatìsticamente, já nos apraz a feição técnica a que obedeceu a confecção de seus quadros" E, realmente embora suscetível de aperfeiçoamento em algumas partes, a apresentação das tabelas, tanto sob o aspecto gráfico quanto sob os demais pontos de vista técnicos, atende aos preceitos recomendados pela melhor experiência na matéria.

Ao entregar o *Anuário* de 1941 à circulação, o Departamento anunciava, igualmente, o aparecimento, dentro de poucos meses, do volume correspondente a 1942 e, até o fim do corrente ano, do relativo a 1943, visando atingir assim o objetivo da máxima atualidade dos dados apresentados

---

FÔRÇAS HIDRÁULICAS — Engenheiro Décio de Vasconcelos — Belo Horizonte, 1944

A Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais editou a valiosa contribuição do Departamento de Produção Industrial da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho daquele Estado, ao X Congresso Brasileiro de Geografia, a realizar-se no corrente ano, nesta capital. Trata-se da monografia intitulada *Fôr-*

ças Hidráulicas, cujo primeiro volume, de mais de trezentas páginas de texto e bem documentada com numerosos fotos e mapas, compreende o estudo de dezoito cachoeiras do rio São Francisco, cinco do rio Doce e uma do Jequitinhonha, é devido ao Engenheiro DÉCIO DE VASCONCELOS, Sub-Assistente do Serviço de Produção Mineral e Chefe do Distrito Hidrométrico de Minas Gerais.

E' evidente a importância dêsse trabalho em que se encontram indicações técnicas destinadas a contribuir para uma avaliação mais preciosa do potencial hidro-elétrico do grande Estado mediterrâneo e também capaz de fornecer idônea orientação sôbre as possibilidades de fontes de energia a explorar nas bacias dos principais rios que cortam o território mineiro.

Os elementos apresentados resultam de amplos e penosos trabalhos de gabinete e de campo, pois o A, na direção dos serviços hidrológicos do Estado, empenhou-se em desenvolver a observação permanente das alturas de níveis d'água, e as medições de descargas, existindo cêrca de 200 postos hidrométricos encarregados daquela observação, tendo sido efetuadas mais de 3 000 medições diretas de descargas só nas bacias do Alto São Francisco e do rio Doce

Prefaciando a obra, em carta dirigida ao A., seu antigo discípulo, o Professor LOURENÇO BAETA NEVES, catedrático de Hidráulica da Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais, tece grandes louvores à realização do Engenheiro DÉCIO DE VASCONCELOS. Depois de referir-se a outros detalhes técnicos, assinala: "Nas quedas de maior importância estudadas, se encontra em boa ordem tudo quanto sôbre elas está consignado: informes geográficos, potencia natural aproveitável, com ou sem alteamento de quedas, seja com regularização de descargas, situação de barragem, área de bacias hidráulicas generativas, quadros de vasão para alturas atingidas (tábuas de calibragem), tabelas de alturas fluviométricas, ligadas às correspondentes descargas, para o correr do *ano hidráulico,* convenientemente definido, para abranger a estação integral de águas, quadros da freqüência de alturas de descargas com essas ocorrentes, ocorrências mensais e as características anuais valorizadoras do trabalho. Veem ainda, de valor, considerações de ordem econômica bem ajustadas a cada caso, tudo se ilustrando com a parte gráfica correspondente Não foram esquecidas as *curvas de descargas,* com processos indicados de sua determinação. Há também interessantes informações sôbre a energia elétrica de transformação, para as quedas de utilização projetada ou já efetivada"

Muito terá a lucrar o progresso de Minas Gerais se no desempenho de atribuições que lhe são conferidas por lei, o Serviço da Produção Mineral der continuidade, como anuncia, à publicação iniciada com o primeiro volume de *Fôrças Hidráulicas,* cujo mérito nos dispensamos de ressaltar.

ALAGOAS E SEUS MUNICÍPIOS — Departamento Estadual de Estatística — Maceió, 1944

O Departamento Estadual de Estatística de Alagoas lançou, em setembro dêste ano, uma interessante e útil publicação de cêrca de 70 páginas, contendo uma síntese geográfica, histórica, econômica e demográfica do Estado e valiosos subsídios sôbre aspectos históricos e estatísticos de cada um dos municípios Os apectos históricos compreendidos são: orígem do nome, vida político-administrativa, formação judiciária. Os aspectos estatísticos são fixados nos seguintes quadros: principais característicos fisiográficos; população recenseada em 1940 e movimento do registro civil em 1943; propriedades rurais recenseadas em 1940 e estabelecimentos industriais registrados em 1942 e valor da produção agrícola e industrial nesse último ano; população pecuária em 1942; preço médio do gado maior em 1942; logradouros, prédios, hotéis e cinemas em 1943; estabelecimentos e unidades escolares do ensino primário em 1942; matrícula, freqüência e conclusões de curso do ensino primário em 1942; movimento do culto católico em 1943; arrecadação federal, estadual e municipal em 1942 e 1943.

A parte histórica mereceu desvelados cuidados do Diretor do D E E , Sr MANUEL DIÉGUES JÚNIOR, cujos pendores para os estudos dessa natureza são conhecidos, muito valorizando a publicação.

Igualmente os dados geográficos foram colhidos nas melhores fontes, inclusive manuscritos existentes no Instituto Histórico de Alagoas

Por sua vez, os elementos sôbre a atualidade demográfica, econômica e sócio-cultural apoiam-se em números e informações fiéis, permitidas pela crescente eficiência do órgão central da estatística alagoana.

SERGIPE E SEUS MUNICÍPIOS — Departamento Estadual de Estatística — Aracajú, 1944

As atividades do Departamento Estadual de Estatística de Sergipe no campo publicitário vêm apresentando progressivo nível de aperfeiçoamento, dando-nos volumes de crescente interêsse e bom gôsto.

A mais recente dessas publicações é a intitulada *Sergipe e seus municípios,* talvez a mais completa e objetiva corografia do Estado já oferecida ao conhecimento geral, pois é uma reedição ampliada e atualizada da obra *Municípios de Sergipe,* contribuição do D E E. à

Segunda Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, e que mereceu tão francos louvores

Começa o volume apresentando uma síntese estatística do Estado, referindo-se os dados, na sua maioria, a 1943 e, quanto aos característicos de divisão territorial, ao quadro que entrou em vigor em 1 º de janeiro de 1944. Inclui, em seguida, a lista dos principais cargos e os nomes dos ocupantes dêsses lugares da administração estadual e da administração federal em Sergipe, bem como a relação dos Prefeitos e dos Agentes Municipais de Estatística Oferece, depois, informações sôbre a constituição e a direção das diversas instituições, e sôbre a organização eclesiástica na capital e no interior.

Mesmo na parte descritiva dos municípios houve a inclusão de vários elementos novos, no que se refere tanto à toponímia, posta de acôrdo com a nova legislação, como a outros aspectos, especialmente o da referência aos sergipanos ilustres nascidos em cada uma das circunscrições.

E' merecedor de destaque o fato de ter sido obtida na feição gráfica do volume uma uniformidade, uma harmonia de caracteres que muito a recomenda Algumas belas ilustrações fora do texto também são dignas de nota.

O Sr João Carlos de Almeida, Diretor do Departamento Estadual de Estatística, pode estar certo de que realizou obra útil e destinada a ser grandemente apreciada.

GOVÊRNO FEDERAL

DECRETO-LEI N.º 5 981 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1943

Ratifica os Convênios Nacionais de Estatística Municipal e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos têrmos do art 31 do decreto-lei n º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º — Ficam aprovados e ratificados, para todos os efeitos, os vinte e um (21) Convênios Nacionais de Estatística Municipal, realizados nos têrmos do decreto-lei n º 4 181, de 16 de março de 1942, entre a União Federal, representada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os Estados e o Território do Acre, e, ainda, os respectivos Municípios, tendo em vista assegurar permanentemente, em todo o país, a uniformidade e a regular execução da estatística geral brasileira, bem assim, em particular, a eficiência dos levantamentos que devem servir de base à organização da segurança nacional.

Art 2 º — Ficam aprovados e confirmados todos os atos legislativos dos Estados, bem como os dos Municípios, que ratifiquem e mandem executar, na forma da lei federal, os Convênios Nacionais de Estatística Municipal

Art. 3.º — Os compromissos e obrigações decorrentes dos mencionados Convênios serão extensivos às novas circunscrições que forem criadas no quadro territorial brasileiro.

Art 4 º — Fica revogado o art. 6 º do decreto-lei n º 4 181, de 16 de março de 1942, na parte relativa ao Distrito Federal

Art 5 º — É extensiva ao Distrito Federal a contribuição tributária prevista no art. 9 º do decreto-lei n º 4 181, de 16 de março de 1942, que será regulada em lei especial.

Art. 6 º — O Conselho Nacional de Estatística, quanto à parte deliberativa, e à Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, quanto à parte executiva, tomarão as iniciativas necessárias à execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal e do disposto neste decreto-lei.

Art 7.º — Os Convênios Nacionais de Estatística Municipal entrarão em vigor, em todo o país, na data da publicação desta lei, e serão executados na forma progressiva que fôr fixada pelo Conselho Nacional de Estatística

Art. 8 º — A venda do sêlo especial, cuja renda os Convênios ora ratificados destinaram à Caixa Nacional de Estatística Municipal, será feita por prepostos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou do Banco do Brasil, S A , nos têrmos do acôrdo previsto na lei, podendo, porém, ser atribuída, onde convier, às repartições arrecadadoras federais, mediante instruções do Ministério da Fazenda.

Art 9.º — Será organizada na Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, diretamente subordinada à Junta Executiva Central de Estatística, uma Secção Central de Estatística Militar, que, sem prejuízo das atribuições dos órgãos federais e com a colaboração dêstes, terá a seu cargo:

a) a execução dos planos de trabalho assentados pelo Instituto, em tudo que concernir à coordenação ou suplementação das atividades exercidas pelas Secções Regionais de Estatística Militar;

b) a organização dos fichários, prontuários e conjuntos tabulares especializados, que devam ficar à disposição dos órgãos incumbidos da segurança nacional; e,

c) o preparo de todos os trabalhos de caráter geral que aos Estados Maiores das Fôrças Armadas devam ser fornecidos pelo Instituto independentemente das contribuições especiais organizadas pelas Secções Regionais de Estatística Militar.

Parágrafo único. — Na regulamentação da Secção Central de Estatística Militar, o Conselho Nacional de Estatística terá em vista o padrão de regimento anexo ao decreto-lei n º 4 181, e, bem assim, as sugestões do Estado Maior do Exército.

Art 10 — Sem prejuízo do disposto no art. 15 do decreto-lei n.º 4 736, de 23 de setembro de 1942, os levantamentos estatísticos que fizerem parte do "plano nacional" assentado pelo Conselho Nacional de Estatística e não forem realizados satisfatòriamente pelos órgãos estatísticos subordinados aos Governos do Distrito Federal, dos Estados e do Território do Acre, passarão em caráter transitório, a ser executados diretamente, conforme deliberar o Conselho, ou pelas repartições federais a que tais levantamentos interessarem, ou pela Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, até que se possa restabelecer a colaboração normal dos órgãos regionais respectivos.

§ 1 º — As deliberações sôbre a medida supletiva prevista neste artigo competem à Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística.

§ 2 º — As Resoluções que fixarem essas deliberações serão comunicadas aos governos interessados, os quais providenciarão para que sejam evitadas quaisquer pesquisas paralelas às que ficarem a cargo dos órgãos centrais do Instituto, e a êstes fiquem asseguradas as facilidades de ação que se tornem necessárias.

Art 11 — Para atender às despesas com o início da execução dos Convênios Nacionais de Estatística, *ex-vi* do disposto no art. 10 do decreto-lei n.º 4 181, de 16 de março de 1942, fica aberto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Anexo n.º 5 do decreto-lei n º 5 120, de 19 de dezembro de 1942) o crédito

suplementar de seis milhões de cruzeiros (Cr$ 6 000 000,00), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, Consignação I — Diversos, subconsignação 06 — Auxílios, contribuições e subvenções, 01 — Auxílios, *a*) Auxílio a ser concedido na forma do decreto nº 24 609, de 6-7-34, *a*) Ao Conselho Nacional de Estatística, Secretaria Geral do Instituto e respectivo Serviço Gráfico.

Art. 12 — Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art 13 — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1943, 122º da Independência e 55º da República

GETÚLIO VARGAS
ALEXANDRE MARCONDES FILHO
A DE SOUSA COSTA
EURICO G DUTRA
HENRIQUE A GUILHEM
JOAQUIM PEDRO SALGADO FILHO

(Publicado no *Diário Oficial* da União de 12-11-1943).

DECRETO-LEI Nº 6 730 — DE 24 DE JULHO DE 1944

Dispõe sôbre a quota do impôsto de diversões públicas destinada à Caixa Nacional de Estatística Municipal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição decreta:

Art 1º — A contribuição tributária destinada à Caixa Nacional de Estatística Municipal tornada extensiva ao Distrito Federal pelo art 5º do Decreto-lei nº 5 951, de 10 de novembro de 1943, será arrecadada na forma prevista na presente Lei, sob a designação de "quota de estatística"

Art 2º — A "quota de estatística" constitui um acréscimo ao impôsto cobrado pela Prefeitura do Distrito Federal sôbre o valor dos bilhetes de ingresso em casas de diversões de qualquer gênero, ou em locais onde se realizem espetáculos ou exibições, acessíveis ao público por meio de entrada paga.

Art 3º — Na forma do art 9º do Decreto-lei nº 4 181, de 16 de março de 1942, a "quota de estatística" será igual à do impôsto de diversões já em vigor, isto é, será calculada à razão de 10% (dez por cento) sôbre o preço de ingresso ou bilhete, elevadas a Cr$ 0,10 (dez centavos) a frações desta importância

Art 4º — A parte do impôsto de diversões que passa a constituir a "quota de estatística" será cobrada adcionalmente por meio do mesmo sêlo que fôr adotado pelo Conselho Nacional de Estatística para a execução, nos Estados e nos Territórios, dos Convênios de Estatística Municipal ratificados pelo Decreto-lei nº 5 981, de 10 de novembro de 1943

Art 5º — Prevalecerão, em relação à "quota de estatística" prevista na presente Lei, as isenções em vigor para o impôsto de diversões.

Art 6º — As sanções aplicáveis na arrecadação do impôsto de diversões, bem como sua fiscalização, entendem-se extensivas à nova compreensão dada ao tributo.

Art 7º — A "quota de estatística" prevista nesta Lei será exigível a partir de primeiro de agôsto de 1944, na conformidade do que dispuserem os órgãos competentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em cumprimento ao estabelecido nos artigos 6º e 7º do citado Decreto-lei nº 5 981, de 10 de novembro de 1943.

Art 8º — A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Rio de Janeiro, 24 de julho de 1944, 123º da Independência e 56º da República.

GETÚLIO VARGAS
ALEXANDRE MARCONDES FILHO

(Publicado no *Diário Oficial* da União de 26-7-944)

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Junta Executiva Central

RESOLUÇÃO N.º 186, DE 3 DE AGÔSTO DE 1944

Aprova o regulamento da arrecadação das contribuições para a Caixa Nacional de Estatísca Municipal e dá outras providências.

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando o que dispõe o art 8º do Decreto-lei nº 5 981, de 10 de novembro de 1943, acêrca da venda do "sêlo de estatística";

considerando que, na conformidade da letra *b* da Cláusula décima-primeira dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, cabe ao Conselho Nacional de Estatística regulamentar a arrecadação das contribuições para a Caixa Nacional de Estatística Municipal;

RESOLVE:

Art 1º — Fica aprovado o Regulamento da arrecadação das contribuições para a Caixa Nacional de Estatística Municipal, anexo a esta Resolução.

Art. 2º — O Presidente do Instituto é autorizado a adotar tôdas as providências que se fizerem necessárias à execução do referido Regulamento e à instituição das agências arrecadadoras do "sêlo de estatística" em todo o país.

Art 3º — A arrecadação do tributo a que se refere a presente Resolução será efetuada progressivamente como o previu o artigo 7.º do Decreto n.º 5 981, de 10 de novembro de 1943, e na conformidade do que determinar esta Junta em Resolução especial.

Rio de Janeiro, em 3 de agôsto de 1944, ano 9º do Instituto.

Conferido e numerado ALBERTO MARTINS, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado M A TEIXEIRA DE FREITAS, Secretário Geral do Instituto — Publique-se. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, Presidente do Instituto.

ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 186

REGULAMENTO DA ARRECADAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A CAIXA NACIONAL DE ESTATÍSTICA MUNICIPAL

Art. 1.º — Em cumprimento ao disposto no Decreto-lei federal nº 5 981, de 10 de novembro de 1943, e dos atos legislativos de tôdas as Unidades Políticas e Municipais da Federação que ratificaram os Convênios Nacionais de Estatística Municipal, fica regulada na forma que se segue, a arrecadação do tributo destinado a manter a Caixa Nacional que custeará, nos municípios, os respectivos serviços integrantes da estatística geral brasileira.

CAPÍTULO I

Das contribuições

Art. 2.º — O tributo destinado a manter a Caixa Nacional de Estatística Municipal incide sôbre as entradas em casas ou lugares de diversões, que ofereçam espetáculos ou qualquer outra forma de diversão pública, tais como teatros, cinematógrafos, circos, clubes, salões de radiodifusoras, dancings, cassinos, sociedades, parques, campos ou quaisquer outros locais accessíveis ao público por meio de ingressos pagos.

Parágrafo único. — O tributo a que se refere êste artigo corresponde a dez centavos por cruzeiro, ou fração, do preço dos respectivos ingressos.

CAPÍTULO II

Do sêlo de estatística

Art. 3º — A cobrança do tributo sôbre diversões, referido no artigo 1º, será feita por meio do sêlo de estatística, vendido por prepostos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nos têrmos do acôrdo previsto na lei, ou, onde convier, pelas repartições arrecadadoras federais, mediante instruções do Ministério da Fazenda.

Art. 4.º — A aquisição do sêlo, ou dos bilhetes com os selos já impressos — quando adotados — terá lugar na agência arrecadadora, por meio de guia, em três vias, assinadas pelo responsável, ou seu representante

Art 5.º — As guias conterão a especificação da quantidade de selos a adquirir, receberão o competente número de ordem e serão adquiridas nos órgãos próprios da Secretaria Geral do Instituto, no Distrito Federal, na Inspetoria Regional das Agências de Estatística, nas demais Capitais, ou na repartição arrecadadora, no interior.

Parágrafo único. — Poderão os interessados imprimir guias desde que o modêlo seja o aprovado pela autoridade competente.

Art 6º — A agência arrecadadora entregará ao interessado os selos e a 3.ª via da guia, com o competente recibo, e ficará com a primeira, se na Capital Federal ou Regional, ou a enviará, com a maior brevidade possível; à Agência Municipal de Estatística local, se no interior. A 2ª via ficará na repartição que vender o sêlo.

Art. 7.º — Nenhuma diversão pública sujeita ao regime de sêlo poderá funcionar sem que os respectivos ingressos contenham o sêlo de estatística apôsto e inutilizado na forma dêste regulamento.

Art. 8.º — Os proprietários, empresários, arrendatários ou quaisquer responsáveis pelos clubes ou casas de diversões, são obrigados a devolver os selos não utilizados e em perfeito estado de conservação, que serão indenizados pela agência arrecadadora, na importância correspondente, uma vez feita sua restituição com as mesmas formalidades prescritas nos artigos precedentes, para a sua aquisição.

Art. 9.º — Não é permitida a venda ou permuta de selos de estatística pelos responsáveis referidos no artigo anterior.

CAPÍTULO III

Dos bilhetes

Art. 10 — Os empresários, proprietários, arrendatários, ou quaisquer pessoas que, individual ou coletivamente, sejam responsáveis por qualquer casa ou lugar em que se realizem diversões públicas sujeitas ao impôsto previsto neste regulamento, são obrigados a dar bilhetes especiais a cada comprador de lugar avulso, camarote ou frisa.

Art 11 — Os bilhetes de cinemas e teatros serão impressos de acôrdo com os modelos aprovados pela Prefeitura local e deverão conter as seguintes declarações:

a) número;

b) local;

c) nome do proprietário, empresário ou responsável;

d) preço da entrada, em caracteres bem visíveis

Art 12 — O sêlo de estatística será apôsto no bilhete de ingresso vendido ou oferecido, colado aderentemente, no sentido horizontal, abrangendo as duas partes — canhoto e talão — e de maneira a ser dividido, no ato do destaque, da parte que o espectador deve receber e entregar ao porteiro.

Art. 13. — Os bilhetes de lotação numerada serão divididos em três partes, picotados e numerados, sendo que, das duas partes entregues ao espectador, a que contém parte do sêlo de estatística será entregue ao porteiro que a depositará na urna.

Art 14 — Uma vez que sejam fornecidos selos de todos os valores necessários à boa execução da lei, é passível de multa tôda emprêsa, teatro ou cinema que colar, ou permitir que o façam seus representantes, em ingressos, que não sejam os bilhetes de frisa e camarote, dois ou mais selos justapostos, salvo caso de fôrça maior, a critério da fiscalização.

Art. 15. — Serão apreendidos os bilhetes que forem encontrados com os selos invertidos, aplicando-se ao infrator, ainda, a multa em que incorrerem os que empregarem selos já servidos.

Art 16 — O sêlo será inutilizado, ao ser vendido o bilhete, por meio de um carimbo, que indique de modo bem nítido, na parte numerada destacável e no canhoto, a data do espetáculo, a fim de facilitar a conferência da urna.

Art 17. — O sêlo colado em um bilhete, embora não utilizado ou vendido êste, não poderá ser descolado para servir em outro bilhete Os bilhetes em tais condições poderão ser vendidos em outro dia, para outro espetáculo.

Art 18 — Os porteiros, ao receberem os bilhetes dos espectadores, lançarão imediatamente na urna a parte que lhes fôr entregue e em que se encontre uma parte do sêlo.

Art 19 — Todos os bilhetes de casas de diversões deverão ser enfeixados em talões de numeração seguida, de onde só poderão ser destacados no ato da venda, não sendo permitido, sob pretexto algum, bilhetes avulsos em qualquer parte das bilheterias.

Art 20 — Os bilhetes de favor ficam sujeitos, da mesma forma, ao sêlo, que deverá ser aplicado e inutilizado convenientemente

Art 21 — Os talões de bilhetes destinados à venda deverão permanecer sôbre o balcão da bilheteria, em lugar visível à fiscalização imediata

Art. 22. — As bilheterias serão franqueadas à fiscalização durante o funcionamento das casas de diversões.

Art 23 — Os empresários de diversões são obrigados a indicar, em caracteres bem visíveis, nos programas e bem assim em taboleta afixada na parte externa da bilheteria e sôbre o guichê desta, os preços das localidades para cada espetáculo, função ou sessão

Art 24 — Os preços que servem de base à taxação das diversões são os estabelecidos para a venda na bilheteria e não os preços de assinatura

CAPÍTULO IV

Da escrituração

Art 25 — As emprêsas, sociedades ou casas de diversões, permanentes ou temporárias, que funcionarem com entradas pagas, são obrigadas ao uso de um livro que contenha o mínimo das especificações do modêlo que fornecer o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por intermédio de seus prepostos, e no qual serão registrados, por data de função ou exibição, os selos adquiridos, os selos empregados e os saldos respectivos, assim como a numeração dos primeiros e últimos ingressos vendidos

§ 1.º — O livro conterá têrmos de abertura e encerramento assinados pelo responsável pela casa ou sociedade de diversão e receberá o visto da autoridade competente da fiscalização municipal

§ 2 º — O livro de escrituração poderá ser substituído por mapa, manuscrito ou datilografado, de uso diário e visado também pela autoridade competente, quando se tratar de função ou espetáculo avulso ou em pequena série

§ 3 º — Os empresários farão o encerramento do movimento dos selos, procedendo à contagem de selos em saldo.

CAPÍTULO V

Da fiscalização

Art 26 — A fiscalização do impôsto de diversões, que compete aos fiscais da Prefeitura e aos servidores do I B G E , devidamente investidos dessa atribuição, será executada sempre sôbre os livros ou mapas de escrituração, o número de espectadores presente a cada sessão ou espectáculo, os ingressos utilizados, os canhotos dos talões de bilhetes e as urnas

Art. 27 — Os proprietários ou empresários de qualquer casa de diversão são obrigados a fornecer à fiscalização uma relação discriminada de suas lotações

Parágrafo único — A fiscalização registrará no seu livro competente, discriminadamente, a quantidade de selos vendidos de acôrdo com a 1 ª via da guia, que servirá de contrôle da arrecadação

Art 28 — A fiscalização verificará sempre o livro ou mapa de escrituração, assim como os saldos, registrando as irregularidades que encontrar.

Art 29 — Os fiscais da Prefeitura ou do Instituto, quando devidamente investidos das atribuições de fiscalização, terão ingresso franco nas casas de diversões que lhes forem distribuídas para o desempenho dessas funções.

Art 30 — Tôdas as casas de diversões permanentes são obrigadas ao uso de urnas, que deverão ter pelo menos uma das faces laterais de vidro transparente, destinadas ao recolhimento dos bilhetes de entrada.

Parágrafo único — A urna não poderá ficar dentro da bilheteria, sendo proibido ao bilheteiro servir, simultâneamente, de porteiro

Art. 31 — Antes do início do espetáculo, ou sessão, as urnas deverão estar completamente vazias e colocadas junto ao porteiro, não podendo ser retiradas ou substituídas antes de terminado o espetáculo.

Parágrafo único. — As chaves das urnas devem ficar nas bilheterias para que a fiscalização possa, a qualquer momento, proceder à verificação dos bilhetes

CAPÍTULO VI

Das penalidades

Art. 32 — A quota de estatística do impôsto sôbre diversões são extensivas, no Distrito Federal, as sanções da legislação local aplicáveis na arrecadação e fiscalização do referido tributo (art. 6 º do Decreto-lei n º 6 730, de 24 de julho de 1944) Nas demais Unidades da Federação, essas sanções, tendo em vista o item 10 º, da Cláusula 6 ª dos Convênios de Estatística Municipal, combinado com a alínea *b*) da Cláusula 11 ª, dos mesmos Convênios, ficam reguladas pelos artigos seguintes.

Art 33 — Aos transgressores do presente regulamento serão impostas, na forma da competente legislação do município, as seguintes multas:

I — De Cr$ 1 000,00:

a) aos que usarem de meios fraudulentos para se eximirem, total ou parcialmente, do pagamento do impôsto previsto na lei, ou venderem bilhetes de ingresso sem o respectivo sêlo, com sêlo já servido ou com sêlo inferior ao que fôr devido:

b) aos que cobrarem entradas sem fornecer bilhetes de ingresso;

II — De Cr$ 500,00:

a) aos que infringirem qualquer disposição dos artigos 12 e 31, suspendendo-se a diversão, no último caso, se necessário com o auxílio da fôrça pública;

b) aos proprietários, empresários, arrendatários ou responsáveis, que embaraçarem a fiscalização ou se negarem, por si ou seus representantes, a franquear aos funcionários fiscais, não sòmente o exame do livro de registro do sêlo acima referido, mas os "bordereaux" ou mapas de cada função, multa essa, tantas vêzes repetida, no dôbro, quantas forem as infrações, devendo o funcionário recorrer à autoridade policial, se necessário

III — De Cr$ 300,00, aos que deixarem de observar a providência referida no art 25

IV — De Cr$ 200,00:

a) aos que infringirem qualquer das disposições previstas nos artigos 9 º, 11, 14 e 21, em caso de reincidência, elevada ao dôbro;

b) aos que infringirem o art 7 º

V — De Cr$ 100,00, aos infratores de qualquer das disposições contidas nos artigos 24 e 30, elevada ao dôbro em caso de repetição;

VI — De Cr$ 50,00:

a) aos que infringirem o disposto no art 16;

b) aos que infringirem o art 27, elevada ao dôbro no caso de repetição

VII — De Cr$ 30,00, aos que infringirem o art 23, elevada ao dôbro em caso de repetição.

VIII — De Cr$ 20,00, aos que infringirem o art. 20.

Art. 34 — Os proprietários ou empresários de quaisquer casas de diversões são responsáveis pelas multas das infrações cometidas por seus representantes e empregados, sendo obrigados a fornecer todos os elementos necessários à fiscalização.

Art 35. — O estabelecimento infrator não poderá funcionar sem que tenha pago ou recolhido a importância devida.

Art 36 — Da importância total da multa caberá metade à Prefeitura local e a outra metade à Caixa Nacional de Estatística Municipal

Parágrafo único. — A metade pertencente à C N E M. será recolhida à agência arrecadadora, obedecendo às mesmas formalidades prescritas para a aquisição dos selos.

Art. 37. — Dos atos de que resultar a imposição de quaisquer penalidades, caberá, além de pedido de reconsideração, recurso para o Inspetor Regional de Estatística, nos Estados e Territórios, e para o Secretário Geral do Instituto, no Distrito Federal.

Parágrafo único. — O pedido de recurso obedecerá, no que fôr aplicável, ao disposto no Decreto-lei federal n º 4 462, de 10 de julho de 1942.

CAPÍTULO VII

Disposições gerais

Art 38 — Em princípio prevalecerão, em relação ao sêlo de estatística, as isenções, descontos e abatimentos em vigor nos Municípios para o impôsto de diversões, ficando reservado ao Instituto, todavia, o direito de examinar cada caso em particular, para efeito de confirmação ou não das referidas concessões

Parágrafo único — No Distrito Federal será observado o disposto no art 5 º do Decreto-lei n º 6 730, de 24 de julho de 1944.

Art 39. — Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Instituto *ad-referendum* da Junta Executiva Central.

RESOLUÇÃO N.º 190, DE 18 DE AGÔSTO DE 1944

Dispõe sôbre a execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que, na conformidade do art. 6 º do Decreto-lei n º 5 981, de 10 de novembro de 1943, cabe ao Conselho Nacional de Estatística tomar as iniciativas de caráter deliberativo necessárias à execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal;

considerando a conveniência administrativa de serem discriminados, em um único diploma, os encargos decorrentes dos referidos Convênios, da competência dos órgãos executivos das administrações federal, estadual, territorial e municipal, e que foram assumidos pelos respectivos Governos;

considerando, por outro lado, que o próximo início da arrecadação das contribuições para a Caixa Nacional de Estatística Municipal determina a execução das providências relativas à organização das Agências Municipais de Estatística;

Resolve:

Art. 1 º — Fica aprovada a consolidação anexa dos dispositivos orgânicos referentes à execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal.

Art. 2.º — O Presidente do I B.G E. é autorizado:

a) a adotar as medidas necessárias, conforme o disposto nos C N.E M e nas Resoluções do C N E que regulem a matéria, para que a Secretaria Geral do Instituto assuma a responsabilidade administrativa das Agências Municipais de Estatística e lhes promova a reorganização;

b) a fazer inspecionar *in loco* a execução dessas medidas por intermédio de um delegado especial do Instituto, como Inspetor Geral, e segundo as instruções que baixar, propostas pela Secretaria Geral.

Art 3 º — Os trabalhos de revisão da coleta estatística municipal continuam a competir, quanto à crítica e verificação técnica, aos Departamentos Regionais de Estatística; quanto ao seu agenciamento, porém, passam a ser atribuição das Inspetorias Regionais de Estatística Municipal.

§ 1 º — Para orientar e articular os trabalhos a que se refere êste artigo, agirão de comum acôrdo os referidos órgãos, por meio de Comissões Revisoras de Estatística Municipal (C.R. E M), que ficam desde já criadas com a organização e as atribuições constantes das disposições ora aprovadas

§ 2 º — Aos membros das C R E M caberá a quota de presença de Cr$ 60,00 por sessão, até o limite de oito quotas por mês

Rio de Janeiro, em 18 de agôsto de 1944, ano 9 º do Instituto — Conferido e numerado, ALBERTO MARTINS, Diretor da Secretaria do Instituto Visto e rubricado, M A TEIXEIRA DE FREITAS, Secretário Geral do Instituto Publique-se, JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, Presidente do Instituto.

ANEXO À RESOLUÇÃO N º 190

DISPOSIÇÕES ORGÂNICAS PARA A EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS NACIONAIS DE ESTATÍSTICA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

Da finalidade

Art 1 º — Os Convênios Nacionais de Estatística Municipal (C N E.M.), celebrados nos têrmos do Decreto-lei n º 4 181, de 16 de março de 1942, entre a União Federal, os Estados, o Território do Acre e os respectivos Municípios, e ratificados pelo Decreto-lei n.º 5 981, de 10 novembro de 1943, têm por finalidade:

I — assegurar permanentemente, em todo o país, a uniformidade e a regular execução da estatística geral brasileira;

II — permitir a realização uniforme, e com a devida eficiência, dos levantamentos e pesquisas estatísticas em todos os Municípios do país;

III — formar um corpo de servidores capaz de realizar eficazmente pesquisas e inquéritos e de prestar proveitosa colaboração a tôdas as campanhas e iniciativas destinadas a promover o progresso social, econômico e cultural da comunidade brasileira;

IV — dar às repartições municipais de estatística, nas melhores condições possíveis, a responsabilidade de levantar o movimento de todos

os registros administrativos locais, bem assim a incumbência de organizar registros especiais, e mantê-los diretamente, segundo diretrizes uniformes para todo o país, atendendo às necessidades da estatística nacional e da administração em geral;

V — contribuir, pelos meios ao seu alcance, para a regularidade e o êxito do Registro Civil e de todos os demais serviços, pesquisas, campanhas ou iniciativas que devam servir de base à organização da segurança nacional, na conformidade do que fôr determinado em leis e em Resoluções do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho de Segurança Nacional, ou por fôrça de requisições dos Ministérios Militares, pelos seus órgãos competentes.

CAPÍTULO II

Dos órgãos responsáveis

Art. 2 º — Os compromissos assumidos nos C N E.M serão executados sob a responsabilidade dos seguintes órgãos:

I — O Conselho Nacional de Estatística (C N E);

II — A Secretaria Geral (S.G.) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I B G E);

III — Os Departamentos Regionais de Estatística (D.R.E);

IV — As Prefeituras Municipais (P.M.):

V — As Comissões Revisoras de Estatística Municipal (C R E M);

VI — As Inspetorias Regionais (I R);

VII — As Agências Municipais de Estatísca (A M E)

CAPÍTULO III

Da competência dos órgãos responsáveis

Secção I

Do C.N E.

Art 3.º — Ao C.N.E., como entidade de orientação e direção superior das atividades do I B.G.E., competem tôdas as iniciativas de caráter deliberativo.

Secção II

Da S G.

Art 4 º — À S G , como órgão executivo central do I B G E , e nos têrmos e para o efeito da Cláusula nona dos C N E M., compete:

I — estudar e promover tôdas as medidas concernentes à organização padronizada e ao perfeito funcionamento técnico-administrativo das A M E ;

II — estudar e executar os planos e programas relativos à seleção, admissão e aperfeiçoamento do pessoal do "quadro nacional" de servidores destinados ao provimento das A M E ;

III — movimentar em todo o país, na conformidade das condições do meio — local, regional ou nacional — e as conveniências de serviço, o corpo de Agentes Municipais;

IV — tomar as providências relativas ao suprimento de material, permanente e de consumo, às A M E., bem como ao pagamento dos respectivos servidores;

V — estudar e promover as iniciativas atinentes à coordenação, orientação e fiscalização das atividades das A M E . por intermédio das Inspetorias Regionais;

VI — estudar e executar as providências relativas ao provimento, aperfeiçoamento e movimentação do quadro de Inspetores Regionais;

VII — orientar e controlar as atividades das Agências e as suas relações com os demais órgãos da administração;

VIII — estudar e empreender as providências relativas às emissões e distribuição do sêlo de estatística e à instituição do corpo de agentes arrecadadores em todo o país;

IX — planejar e implantar os processos de contrôle da arrecadação do sêlo de estatística e da fiscalização de sua aplicação, instituindo os cadastros necessários na S G , nas sedes das Inspetorias e nas A M.E.;

X — fornecer às administrações municipais, por intermédio das respectivas Agências, os elementos estatísticos que aquelas solicitarem, desde que compreendidos no plano de pesquisas fixado pelo C N E ;

XI — fazer divulgar, nas publicações que o comportarem, os principais dados da estatística municipal, em cotejos de ordem regional ou nacional;

XII — promover, anualmente, a distribuição, em edições mimeográficas ou tipográficas e em volumes de compreensão regional ou nacional, de uma sinopse da estatística municipal, se possível com as competentes discriminações por distritos, conforme a natureza dos assuntos;

XIII — manter um serviço de publicidade que divulgue, no âmbito local, regional ou mesmo nacional, em comunicados periódicos, os dados estatísticos que sejam de interêsse para as atividades sociais ou econômicas dos municípios, revelando as necessidades, realizações e possibilidades da vida comunal;

XIV — promover ou auxiliar campanhas e iniciativas que se destinem a cultivar os sentimentos patrióticos das populações ou a estreitar os vínculos da unidade nacional;

XV — examinar e promover as providências relacionadas com as condições de permanência ou não, no quadro nacional de servidores, dos funcionários das A.M E., na conformidade do disposto nos incisos *n*, *o*, *p* e *q* da Cláusula Nona dos C N E M ;

XVI — executar diretamente, em caráter transitório, os levantamentos estatísticos que fizerem parte do "plano nacional" assentado pelo C.N E e não forem realizados satisfatòriamente pelo D R.E., caso lhe seja atribuído êsse encargo pelo Conselho, até que se possa restabelecer a colaboração normal do referido D R.E.

Secção III

Dos D.R E.

Art 5 º — Aos D.R E., como repartições integrantes da respectiva administração estadual, ou territorial, e órgãos executivos centrais do sistema regional de estatística, compete, nos têrmos e para o efeito da Cláusula Décima dos C N E M.:

I — prestar auxílio, técnico ou administrativo, e colaboração aos demais órgãos da administração regional respectiva, com o objetivo de assegurar o fornecimento, às repartições municipais de estatística, dos dados de que necessitem;

II — promover, junto aos órgãos da respectiva administração regional e federal, as iniciativas necessárias ao aperfeiçoamento e regularização dos competentes registros públicos;

III — colaborar com os órgãos da administração regional para que tenha cabal cumprimento a obrigatoriedade das informações estatísticas, decorrente de legislação federal ou regional;

IV — proceder à crítica e revisão, uniforme e eficiente, no menor prazo possível, dos dados das campanhas anuais de coleta estatística confiadas às A.M.E., para os fins comuns aos Municípios, aos Estados ou Territórios, e à União Federal;

V — promover as providências necessárias à organização e atualização dos cadastros, prontuários e demais serviços atribuídos às respectivas Secções de Estatística Militar;

VI — tomar as providências que se impuserem, visando harmonizar suas atividades com as da Inspetoria Regional das repartições municipais de estatística no respectivo território.

Secção IV

Das P M.

Art 6.º — Nos têrmos e para o efeito da Cláusula Undécima dos C N E M, às Prefeituras Municipais compete:

I — providenciar para que tenham cabal execução as normas previstas na Cláusula Sexta dos C N E M;

II — adotar tôdas as medidas adequadas à boa execução da Resolução do C N E que regulamentou a arrecadação das contribuições para a Caixa Nacional de Estatística Municipal por meio do sêlo de estatística;

III — assegurar à respectiva A M.E o fornecimento dos informes necessários ao levantamento das estatísticas locais e que dependerem dos órgãos da administração do município ou de entidades a ela subordinadas;

IV — facilitar, no que depender da administração local, o desenvolvimento de todos os demais serviços da A M E, pondo à disposição do I B G E, na própria sede da Prefeitura ou em prédio condigno e apropriado, as instalações necessárias ao funcionamento dos serviços municipais confiados ao mesmo Instituto;

V — colaborar, por intermédio das repartições competentes, na fiscalização da cobrança do tributo destinado a custear os serviços delegados ao I B G E, nos têrmos da lei;

VI — assegurar a contribuição municipal para a realização das pesquisas e levantamentos especiais, que forem do interêsse da Segurança Nacional ou confiados ao Instituto;

VII — criar, quanto à alçada do Govêrno Municipal, os registros locais necessários aos serviços estatísticos do Município, na conformidade do que fôr sugerido ou proposto pelo C N E.

Secção V

Das C R E.M.

Art 7º — A Comissão Revisora da Estatística Municipal é composta do Diretor do Departamento Regional de Estatística, como Presidente e Primeiro Revisor, do Inspetor Regional de Estatística Municipal, como Relator e Segundo Revisor, e do Assistente do Inspetor incumbido da Agência de Estatística da Capital, como Secretário e Terceiro Revisor.

§ 1º — A C R E M. incumbe orientar e articular, paar lhes assegurar a devida eficiência, os trabalhos de revisão da coleta estatística municipal que competem, quanto à crítica, ao Departamento Regional de Estatística, e quanto ao agenciamento, às Inspetorias Regionais.

§ 2º — A C R.E.M reunir-se-á tantas vêzes por mês quantas forem necessárias e o seu funcionamento se fará de acôrdo com as instruções que forem baixadas

Secção VI

Das I R.

Art 8º — A I R, subordinada administrativamente à S.G. do I B G E., e tècnicamente ao respectivo D R E compete, de um modo geral e como fôr determinado no regimento respectivo:

I — executar os planos e normas de organização, administração e orientação técnica da rede regional das Agências Municipais de Estatística;

II — funcionar como repartição arrecadadora e pagadora do Instituto, e também como delegacia dêste para as atribuições supletivas que a sua Secretaria Geral houver de exercer por fôrça de lei ou acôrdo.

Secção VII

Das A M.E.

Art 9º — A A M E, órgão integrante da respectiva administração municipal, porém mantido e dirigido em regime especial pelo I B G E, tem a seu cargo a coleta e o serviço informativo das campanhas nacional e regional de estatística no respectivo município, na conformidade das instruções que lhe forem transmitidas pelo Inspetor, diretamente ou por intermédio de um seu preposto.

Parágrafo único — Até que seja baixado o competente regimento, cada Agência Municipal de Estatística se incumbirá dos seguintes serviços:

I — de secretaria;
II — de estatística;
III — de divulgação;
IV — de cooperação social;
V — de fiscalização do sêlo de estatística

Art 10 — Incumbe a cada uma das A M E:

I — Quanto ao serviço de secretaria:

1 — receber, registrar, distribuir, expedir e guardar a correspondência oficial, papéis, processos e publicações;

2 — esclarecer os interessados quanto à maneira como apresentar suas solicitações, sugestões ou reclamações e atendê-los convenientemente, quando fôr o caso;

3 — organizar e manter em ordem o arquivo, de acôrdo com as instruções baixadas;

4 — conservar atualizada uma nominata de endereços de instituições e autoridades, locais e regionais, com as quais seja mantida correspondência;

5 — preparar o expediente e outros trabalhos;

6 — arquivar as notícias ou artigos jornalísticos referentes às atividades da A M E;

7 — proceder ao registro dos servidores;

8 — organizar o resumo do registro do ponto do pessoal e fazer as comunicações de freqüência ao órgão competente, especificando os motivos das faltas;

9 — organizar a fôlha de pagamento dos servidores;

10 — manter em ordem e asseada a sede da A.M.E;

11 — escriturar o movimento financeiro e econômico e organizar balanços, balancetes e demais demonstrativos dêsse movimento;

12 — arrolar os bens patrimoniais;

13 — controlar, em fichas apropriadas, a entrada e saída do material de expediente e consumo;

14 — apresentar, em épocas determinadas, a estimativa do material de uso corrente que deva ser adquirido;

15 — manter em estoque quantidade suficiente de material de uso mais freqüente;

16 — providenciar sôbre o consêrto e a conservação do material em uso;

17 — executar tôda a contabilidade relativa ao material, com a discriminação do custo, procedência, destino e saldo do existente;

18 — escriturar as importâncias que receber e as despesas que fizer, documentando devidamente e prestando contas nos prazos estabelecidos

II — Quanto ao serviço de estatística:

1 — organizar e manter os registros necessários aos respectivos encargos;

2 — executar, no âmbito municipal respectivo, todos os trabalhos de coleta e pesquisas referentes à estatística geral do Município e compreendidas nos planos regionais ou nacionais;

3 — organizar e manter em dia cadastros, prontuários e registros, dos assuntos atinentes à estatística geral ou à defesa nacional, de acôrdo com os planos estabelecidos;

4 — coligir, catalogar e arquivar todos os elementos informativos referentes à evolução econômica, social, cultural e político-administrativa do município;

5 — articular-se com os serviços especializados de estatística porventura existentes ou que vierem a existir, da respectiva municipalidade, afastando, assim, a possível duplicidade de inquéritos e resultados em face dos planos nacionais de estatística geral;

6 — fornecer à administração municipal respectiva os elementos estatísticos de que necessitar, desde que compreendidos no plano de pesquisas fixado pelo C N E ;

7 — organizar e manter em dia tabelas dos percursos e dos meios de comunicações entre a sede municipal e as sedes dos municípios limítrofes, as vilas, os povoados e os pontos de embarque para fora do município;

8 — organizar, de maneira sistemática, coleção de originais, quando possível, ou de cópias, e um catálogo de referência dos documentos de notável importância histórica que se encontrem, porventura, em mãos de particulares, bem assim amostras ou indicações das riquezas naturais conhecidas, no município;

9 — organizar a documentação fotográfica de aspectos expressivos do município, — naturais, agrícolas, industriais, etc

III — Quanto ao serviço de divulgação:

1 — concorrer para o alargamento do ensino e do uso da estatística, no âmbito municipal, facilitando o emprêgo dos seus recursos nas diversas atividades econômicas, sociais, culturais e administrativas que dêles se podem beneficiar;

2 — redigir comunicados ou preparar os elementos informativos para a sua elaboração, acêrca dos resultados de certos levantamentos estatísticos que devam ser conhecidos pelo público local;

3 — encetar um serviço público de informações sôbre o município, com base nos resultados das pesquisas estatísticas, desde que não sejam de caráter sigiloso;

4 — executar o plano que vier a ser estabelecido para a organização e manutenção de uma biblioteca especializada de divulgação estatística;

5 — executar o plano e as instruções atinentes à organização e permanente atualização de uma sala expositiva de elementos adequados à vulgarização dos resultados da estatística sôbre a vida do município ou de outras regiões do país.

IV — Quanto ao serviço de cooperação social:

1 — colaborar com o Diretório Municipal de Geografia local;

2 — colaborar, sem prejuízo dos respectivos encargos, por iniciativa própria ou em decorrência de instruções, para o bom êxito de todos os movimentos e campanhas econômicas, sociais ou culturais, que visem interêsses coletivos ou o progresso da comunidade municipal;

3 — executar os planos e instruções do seu concurso ao Govêrno do município.

V — Quanto ao serviço de fiscalização do sêlo de estatística:

1 — fiscalizar a aquisição e o uso do sêlo de estatística pelos interessados;

2 — colaborar com a administração local na fiscalização da arrecadação destinada à Caixa Nacional de Estatística Municipal, na conformidade da legislação em vigor e das instruções dos órgãos competentes.

CAPÍTULO IV

Do pessoal

Secção I

Das categorias de servidores

Art 11 — Para a execução dos C.N E M. será criado na Secretaria Geral do Instituto um "quadro especial" de servidores, constituído das seguintes categorias:

1 — Inspetor Regional;
2 — Assistente de Inspetor;
3 — Auxiliar de Inspetoria;
4 — Agente Municipal de Estatística;
5 — Auxiliar de Agência.

Art 12 — O cargo de Inspetor será provido em comissão e a escolha deverá recair em servidor de reconhecida competência, pertencente aos diferentes serviços do sistema estatístico nacional.

Parágrafo único — Ao Inspetor caberá a responsabilidade da I R para a qual fôr designado

Art 13 — O Assistente de Inspetor, que substitui esta autoridade em seus impedimentos, será também nomeado em comissão e poderá ser estranho aos serviços estatísticos nacionais se nos quadros dêstes não puder ser encontrado quem reúna as condições necessárias ao exercício da função

Art 14 — As funções de Auxiliar de Inspetoria, que correspondem à parte de execução dos encargos da competência dêste órgão, serão exercidas por funcionários e extranumerários, admitidos de acôrdo com os quadros e as tabelas que forem aprovados

Art 15 — Os cargos de Agentes Municipais de Estatística constituirão uma carreira e os seus ocupantes, admitidos depois de cumpridas as exigências que forem fixadas, serão lotados em uma das Agências correspondentes à respectiva categoria

Parágrafo único — A promoção dos Agentes às categorias superiores obedecerá às normas que forem fixadas em Resolução especial

Art 16 — Tendo em vista as recomendações constantes da Resolução n º 144, de 22 de julho de 1939, da Assembléia Geral do Conselho:

I — Aos Agentes de Estatística, sob pena de sumária exoneração, é vedado o exercício de quaisquer atividades estranhas ao cargo e que possam prejudicar ou dificultar o desempenho das suas funções, a juízo da autoridade superior;

II — Salvo o caso de substituição eventual, o cargo de Agente Municipal de Estatística não poderá ser exercido por pessoa do sexo feminino

Art 17 — Os auxiliares de Agências serão extranumerários, admitidos de acôrdo com a tabela prèviamente aprovada e na forma das instruções que forem baixadas

Art 18 — Os Auxiliares das Inspetorias e das Agências Municipais serão mantidos em suas funções enquanto bem servirem, a juízo do Inspetor Regional a que se encontrarem subordinados.

Secção II

Do provimento e das substituições

Art 19 — Os cargos e funções do "quadro especial", excetuados os de provimento em comissão, serão preenchidos por servidores aprovados em provas ou concursos realizados de acôrdo com as instruções que deverão ser baixadas oportunamente

Art. 20 — Nas faltas e impedimentos, as substituições dar-se-ão da maneira seguinte:

1 — o Inspetor Regional pelo respectivo Assistente e êste pelo funcionário de mais alta categoria da Inspetoria;

2 — o Agente Municipal de Estatística pelo servidor para isso designado pelo Inspetor

Art 21 — O Inspetor Regional poderá admitir um servidor, a título precário, com o fim especial de substituir o Agente afastado do cargo na hipótese do artigo antecedente, quando não fôr possível ou aconselhável a substituição por um elemento do "quadro nacional".

Art 22 — E' permitido, ainda, mediante acôrdo prévio com a autoridade competente, a designação de um funcionário da Prefeitura Municipal local para responder pelo expediente da Agência durante o impedimento eventual do respectivo titular

Secção III

Das atribuições

Art. 23 — Ao Agente Municipal de Estatística incumbe:

I — cumprir e fazer cumprir as disposições dêste regulamento quanto à competência da A M E , as Resoluções do C N E , as ordens e instruções da S G , da Inspetoria Geral e da Inspetoria Regional da respectiva unidade federativa;

II — distribuir os trabalhos da A.M E. e executá-los ou fazer executá-los, conforme o caso;

III — manter-se em contacto com os membros das classes econômicas, sociais, culturais e administrativas e com a imprensa local, afim de obter, de todos, a melhor colaboração para a execução dos encargos que estão afetos à respectiva A M E ;

IV — formular à I R , em promoção fundamentada, as sugestões que julgar convenientes à elaboração rápida e perfeita dos trabalhos, ou ao aperfeiçoamento da organização da A M E nos seus diferentes setores de atividade;

V — apresentar ao Inspetor Regional, até o décimo quinto dia de janeiro e julho de cada ano, circunstanciados relatórios atinentes às suas atividades durante os semestres que terminam no início dos meses referidos;

VI — apresentar ao Inspetor Regional, quando transferido para outra repartição, relatório acêrca dos trabalhos executados ou em curso durante o período posterior ao último semestre a que corresponda o relatório referido no inciso anterior;

VII — corresponder-se diretamente, em matéria de serviço, com quaisquer pessoas, autoridades, instituições ou repartições localizadas na respectiva unidade federativa;

VIII — visar ou assinar, conforme o caso, todos os documentos que tenham de sair da A.M E ;

IX — visar ou rubricar os livros ou mapas destinados aos registros de aquisição, saída e saldos do sêlo de estatística;

X — dar exercício aos funcionários da A M E , quando provida de mais de um servidor;

XI — solicitar, por escrito, às autoridades locais, — sejam federais, estaduais ou municipais —, os dados que forem necessários à elaboração de estatísticas concernentes ao respectivo município;

XII — representar ao Inspetor Regional contra os funcionários, seus subordinados, pelas faltas que cometerem;

XIII — impor aos servidores da A M E penas disciplinares de advertência ou repreensão, levando o fato ao conhecimento do Inspetor Regional;

XIV — expedir instruções e ordens de serviço;

XV — representar à autoridade competente, por intermédio do Inspetor Regional, contra funcionários, qualquer que seja sua categoria, que dificultarem a boa execução dos trabalhos da A M.E ;

XVI — exercer quaisquer outras atribuições que lhe forem determinadas por autoridade superior, ou posteriormente estabelecidas pela legislação do I B.G.E.;

XVII — promover as diligências e visitas necessárias à execução dos trabalhos da A M E.

Art. 24 — Aos servidores, em geral, compete:

I — executar, com zêlo e presteza, segundo os planos estabelecidos e as instruções recebidas, os trabalhos que lhes forem atribuídos;

II — conservar em ordem o material dos trabalhos em execução;

III — auxiliar a execução dos trabalhos de outros setores da A.M E , sempre que isso fôr determinado pelo chefe da repartição;

IV — dispensar tratamento respeitoso aos seus superiores hierárquicos e tratar com cordialidade e atenção os seus companheiros de trabalho e as partes que procurarem a A M E ;

V — levar ao conhecimento do chefe da repartição qualquer ocorrência que exija providências de sua parte;

VI — comunicar à A.M.E. a mudança de residência, bem como, no devido tempo, o não comparecimento ao serviço por motivo de saúde;

VII — zelar pela conservação dos móveis e objetos de que se utilizar em serviço ou que estiverem em seu poder, devendo indenizar os cofres do Instituto pelos prejuízos de extravio ou dano causado por sua culpa

Art 25 — Aos servidores, em geral, é vedado:

I — receber no recinto reservado aos trabalhos da A.M E as pessoas que os procurarem, a título de visita ou para tratar de assunto particular;

II — fornecer, sem prévio consentimento da autoridade superior, cópias de trabalhos e elementos estatísticos;

III — retirar da Repartição, para uso particular seu ou de terceiro, qualquer documento ou objeto nela existente;

IV — receber propinas, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, ou solicitá-las, diretamente ou por intermédio de outrem, em razão de suas funções;

V — entreter conversa no recinto dos trabalhos durante o horário do expediente, sôbre assuntos alheios às atividades da Repartição, bem como discussão, ainda que diga respeito ao serviço;

VI — executar, durante as horas do expediente, qualquer trabalho pessoal ou de outrem, assim entendido todo aquêle que não decorra do cumprimento de atribuições funcionais ou de ordem de autoridade superior;

VII — ausentar-se da A M E , mesmo em objeto de serviço, sem que declare ao respectivo encarregado o motivo e o período do afastamento;

VIII — entreter-se em leituras ou outras atividades estranhas ao serviço.

Secção IV

Das penalidades

Art 26 — Os servidores da A M.E , em quaisquer casos de negligência, falta de cumprimento dos deveres, desrespeito ou desatenção às ordens dos superiores hierárquicos, descortesia no trato com os seus companheiros ou quaisquer pessoas que procurarem a A.M E , revelação de assunto sigiloso, ausência não autorizada ou sem causa justificada, ficam sujeitos às seguintes penas disciplinares, que serão aplicadas pela autoridade superior:

I — advertência;
II — repreensão;
III — suspensão;
IV — destituição de função;
V — demissão.

CAPÍTULO V

Disposições gerais

Art. 27 — Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário Geral do I B.G E., que ouvirá a Junta Executiva Central (J E.C.) do C.N.E. nos assuntos mais importantes, propondo soluções que melhor atendam aos objetivos da legislação em vigor.

RESOLUÇÃO N.º 191, DE 18 DE AGÔSTO DE 1944

Cria as Inspetorias Regionais das Agências Municipais de Estatística e dá-lhes regimento.

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e atendendo ao que dispõe a letra *h* da Cláusula Quarta dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal,

Resolve:

Art 1º — Fica criada, em cada Unidade da Federação, uma Inspetoria Regional das Agências Municipais de Estatística.

Art 2 º — A Inspetoria, subordinada diretamente ao Secretário Geral do Instituto, será constituída de servidores selecionados, de preferência, dentre os melhores elementos dos quadros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, incluídos os próprios funcionários das Agências Municipais de Estatística, designados em comissão pelo respectivo Presidente, por indicação do Secretário Geral

Art. 3 º — As funções de Agente de Estatística nos municípios das capitais de Estado ou Território serão privativas dos próprios Inspetores.

§ 1.º — Para os fins dêste artigo os Inspetores terão os auxiliares que forem necessários, admitidos a título precário, pelo Presidente do Instituto, sob proposta do Secretário Geral

§ 2 º — Também colaborarão eventualmente nos serviços técnicos das Inspetorias, na parte referente à Agência da Capital, que funcionará como centro-escola de coleta estatística municipal, os Agentes de Estatística do Interior que para êsse estágio forem escalados

Art. 4 º — Os serviços relativos às Inspetorias e Agências Municipais de Estatística, atribuídos à Secretaria Geral, serão executados, segundo a respectiva competência, pelas suas diferentes secções, até que, oportunamente, sejam tomadas as providências previstas na Resolução n º 170, de 20 de novembro de 1943, desta Junta.

Art 5 º — Nas Unidades da Federação cujas repartições centrais de estatística sejam dirigidas por delegados do Instituto, poderão êstes desempenhar cumulativamente as funções de Inspetor, desde que ocorram vantagens para o serviço e a isto não haja objeção por parte dos governos regionais interessados.

Art 6 º — As Inspetorias Regionais regerse-ão pelo Regimento anexo, aprovado por esta Resolução.

Art 7.º — Fica autorizado o Presidente do Instituto a comissionar um funcionário da sua confiança para realizar inspeções gerais dos serviços do sistema estatístico brasileiro, especialmente dos atinentes às Agências de Estatística, e a propor, promover ou fazer executar as providências necessárias à realização dos objetivos desta Resolução.

Art. 8.º — O Presidente do Instituto submeterá à aprovação desta Junta a tabela de remuneração do Inspetor Geral e dos Inspetores Regionais e seus auxiliares

§ 1 º — Nenhum Inspetor Regional poderá receber importância superior à do vencimento — não computado o salário-família — do Diretor do Departamento de Estatística do Estado ou Território onde servir.

§ 2 º — Quando a função de Inspetor, em virtude de disposição do próprio C N E.M , houver de ser exercida pelo Diretor do Departamento Regional de Estatística, a êste caberá a gratificação mensal de oitocentos cruzeiros (Cr$ 800,00), a título de representação

Rio de Janeiro, em 18 de agôsto de 1944, ano 9 º do Instituto — Conferido e numerado, Alberto Martins, Diretor da Secretaria do Instituto Visto e rubricado, M A Teixeira de Freitas, Secretário Geral do Instituto Publique-se, José Carlos de Macedo Soares, Presidente do Instituto

ANEXO À RESOLUÇÃO N º 191

REGIMENTO DAS INSPETORIAS REGIONAIS

CAPÍTULO I

Da finalidade

Art 1 º — As Inspetorias Regionais (I R), subordinadas, administrativamente, à Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e técnicamente, aos respectivos Departamentos Regionais de Estatística, têm por finalidade principal administrar, orientar e controlar as redes regionais das Agências Municipais de Estatística (A M E), funcionando também como repartição arrecadadora e pagadora do Instituto e delegacia dêste para as atribuições supletivas que a sua Secretaria Geral houver de exercer por fôrça de lei ou acôrdo

CAPÍTULO II

Da competência

Art 2 º — A cada uma das I R. compete:

I — promover, orientar e fiscalizar a execução das providências necessárias à organização ou reorganização e ao perfeito funcionamento das A M E da Unidade Política em que tem sede;

II — responder pela administração das A M E que lhes forem subordinadas na forma da respectiva legislação, cumprindo e fazendo cumprir o que determinar a Secretaria Geral do Instituto;

III — examinar e promover as iniciativas necessárias ao implemento dos compromissos convencionais assumidos pelos Governos Regional e dos Municípios para os fins da boa organização — material e funcional — das A M E ;

IV — representar o I.B G E. junto aos Governos Regional e dos Municípios quanto às relações e obrigações administrativas decorrentes dos C N E M e dos demais atos convencionais ou legislativos atinentes à estatística geral brasileira, nos âmbitos regionais e municipais;

V — organizar e manter, como organização padrão, os serviços de estatística municipal das respectivas sedes;

VI — assegurar o cumprimento de tudo quanto determine a Comissão Revisora de Estatística Municipal;

VII — prover, diretamente, na Capital, e, por meio dos prepostos que forem designados, nos Municípios do interior, à arrecadação e ao contrôle da renda destinada à Caixa Nacional de Estatística Municipal

CAPÍTULO III

Da organização

Art 3 º — A organização das I R. abrange os seguintes setores:

I — Serviço de Administração;

II — Contrôle dos Levantamentos e Inquéritos Municipais;

III — Agência de Estatística do Município da Capital.

§ 1 º — O Serviço de Administração atende aos encargos seguintes:

1. comunicações;

2 administração (pessoal, material, tesouraria e contabilidade);

3. organização de cadastros: *a*) das casas, emprêsas ou sociedades de diversões de entradas pagas; *b*) dos agentes arrecadadores do sêlo

de estatística; *c*) das A M E quanto às condições locais, à organização material e ao pessoal;

4. elaboração de estatísticas relativas às atividades das A.M.E

§ 2.º — O Contrôle dos Levantamentos e Inquéritos Municipais atenderá:

I — à distribuição do material da coleta estatística a cargo das Agências Municipais;

II — ao recebimento e encaminhamento regular das informações coligidas, na forma e segundo os prazos que forem estabelecidos;

III — à fiscalização das Agências Municipais subordinadas à Inspetoria.

§ 3º — As A.M E das Capitais, órgãos integrantes das I.R , terão os mesmos encargos atribuídos pelo Regulamento às A.M.E do interior, funcionando, porém, como centro padrão da coleta estatística municipal e agência-escola para treinamento e aperfeiçoamento do pessoal das Agências controladas pela Inspetoria.

CAPÍTULO IV

Do Pessoal

Secção I

Dos Inspetores

Art 4º — Os cargos de Inspetores serão providos em comissão e segundo o critério da confiança pessoal da Presidência do Instituto, tendo em vista as informações do Secretário Geral. As nomeações, porém, deverão ser feitas dentre os melhores colaboradores dos diferentes serviços mantidos pelo I B G E ou a êle filiados, inclusive o próprio quadro das A M E.

§ 1º — Nas Unidades da Federação cujas repartições centrais de estatística sejam dirigidas por delegados do Instituto, poderão êstes desempenhar cumulativamente as funções de Inspetor, desde que ocorram vantagens para o serviço e a isto não haja objeção por parte dos governos regionais interessados.

§ 2º — Poderá o Presidente do Instituto delegar as funções de Inspetor Regional ao Diretor do Departamento de Estatística de qualquer Unidade da Federação onde houver instalada, ou em vias de o ser, uma rede de subagências distritais de estatística, subordinadas ao mesmo Departamento

Art 5º — Integrarão o corpo funcional das Inspetorias, como substitutos eventuais do Inspetor, o seu assistente e demais auxiliares necessários, nomeados pelo Presidente, devendo ser conservados apenas enquanto bem servirem e conforme as necessidades dos serviços

Secção II

Das atribuições dos Inspetores

Art 6º — Aos Inspetores incumbe:

I — promover as providências ou iniciativas no sentido de serem cumpridas as obrigações decorrentes dos C.N.E M e o disposto nas Resoluções do C N E , bem assim na legislação federal, estadual e municipal, e que disser respeito aos objetivos de organização racional, produtividade eficiente e uniformidade dos levantamentos municipais necessários à estatística geral brasileira;

II — fazer cumprir os planos, instruções e determinações da S G. atinentes à organização — material e funcional — dos vários setores de trabalho das A M E , a fim de assegurar a boa execução dos encargos pelos C N E M. e Resoluções do C N E ;

III — assegurar a conveniente articulação de suas atividades com as dos órgãos do sistema estatístico regional, no sentido de que haja uniformidade na execução da estatística geral, presteza, exatidão e economia nos respectivos levantamentos e pesquisas;

IV — analisar e sugerir os meios adequados ao bom aproveitamento de todos os registros públicos;

V — executar as campanhas, movimentos e pesquisas cujos elementos e resultados informativos sejam úteis à Segurança Nacional, de acôrdo com as leis em vigor, as resoluções do C N E , as requisições dos órgãos superiores da Defesa Nacional e as instruções da S G ;

VI — promover, em tempo útil, as aquisições ou requisições, o registro, a guarda e distribuição do material necessário ao aparelhamento e funcionamento das I R e A M E.;

VII — colaborar com a administração regional e, especialmente, com os D R E , a fim de assegurar às A M.E. o fornecimento, pelos órgãos dessa administração, de dados estatísticos em geral;

VIII — visitar com regularidade as A M E , de acôrdo com a escala de inspeção organizada ou aprovada pela S G , na conformidade das respectivas instruções ou necessidades eventuais e inadiáveis, para o fim de fiscalização, orientação e coordenação dos respectivos trabalhos, em todos os seus trâmites e aspectos;

IX — promover a coordenação das atividades das A M E , harmonizando-as com as dos D R E , no sentido de concluir-se, em tempo útil, o preenchimento dos formulários das Campanhas Estatísticas e sua devolução imediata aos mesmos Departamentos para os fins de crítica, revisão e cópia;

X — promover a cooperação intensiva das A M E com a administração municipal, a fim de assegurar a execução dos compromissos recíprocos — do Instituto e dos Governos Municipais — concernentes à organização das Agências em todos os seus aspectos;

XI — estudar e promover o aperfeiçoamento e a intensificação dos serviços de divulgação, pelas A M E., dos informes estatísticos sôbre o município, através de comunicados periódicos, salas expositivas, sinopses impressas ou mimeografadas, palestras e outros meios dentro das possibilidades do ambiente local e dos recursos disponíveis;

XII — empreender as diligências necessárias à atualização dos cadastros, prontuários e demais elementos de documentação, tanto das A M E , como das Secções de Estatística Militar;

XIII — estudar e sugerir as medidas adequadas e oportunas à criação ou ao aperfeiçoamento dos registros locais necessários aos serviços estatísticos do município;

XIV — executar as instruções e planos da S G relativos ao movimento do sêlo de estatística e de outros serviços decorrentes da execução dos C N E M , especificados ou não no respectivo instrumento;

XV — dirigir e orientar os trabalhos das Inspetorias, na forma dêste regimento;

XVI — cumprir e fazer cumprir as ordens e instruções da direção do Instituto;

XVII — providenciar sôbre as notas que tiverem de ser lançadas no registro do ponto, relativamente ao pessoal das Inspetorias;

XVIII — assinar o expediente que fôr de sua alçada;

XIX — promover o exame de saúde do servidor que houver comunicado não poder comparecer ao serviço por motivo de doença;

XX — distribuir os serviços e fiscalizar a sua execução;

XXI — representar ao Secretário Geral sôbre as providências mais convenientes à normalidade dos serviços;

XXII — representar igualmente sôbre as faltas ou quebra de disciplina do pessoal das Inspetorias, para aplicação, pela autoridade superior, da respectiva pena disciplinar;

XXIII — conceder férias ao pessoal das Inspetorias, de acôrdo com a escala prèviamente organizada;

XXIV — velar pela ordem, disciplina, regularidade e eficiência dos trabalhos em todos os setores das Inspetorias;

XXV — dar parecer ou prestar esclarecimentos sôbre assuntos que lhe forem submetidos a estudo e exame;

XXVI — visar as fôlhas de vencimentos, gratificações ou diárias do pessoal das Inspetorias, as contas de fornecimento e todos os documentos de natureza contábil;

XXVII — efetuar os pagamentos ordenados ou autorizados pelo Secretário Geral do Instituto;

XXVIII — apresentar mensalmente ao Secretário Geral o balancete da receita e despesa das Inspetorias;

XXIX — dar exercício aos servidores das Inspetorias;

XXX — apresentar trimestralmente, ao Secretário Geral, circunstanciado relatório das atividades das Inspetorias;

XXXI — exercer quaisquer outras atribuições que lhe forem determinadas por autoridade superior ou posteriormente estabelecidas pela legislação do Instituto;

XXXII — promover o regular funcionamento da Comissão Revisora de Estatística Municipal e participar dos seus trabalhos na conformidade das disposições especiais que regularem a matéria

Secção III

Das atribuições dos auxiliares das Inspetorias

Art 7º — Ao Assistente Chefe incumbe:

I — executar e fazer executar tôdas as ordens e instruções de serviço que lhe baixar o Inspetor;

II — substituir o Inspetor nos seus impedimentos, tanto quanto aos serviços da Capital como no que se referir às inspeções do Interior

III — responder perante o Inspetor por todos os serviços de coleta estatística no município da Capital;

IV — tomar parte nos trabalhos da Comissão Revisora de Estatística Municipal, como seu terceiro Revisor e Secretário

Art 8º — Aos demais servidores incumbe executar os serviços que o Inspetor lhes distribuir diretamente ou por meio do Assistente-Chefe e do Secretário, compativelmente com as funções para que forem admitidos

CAPÍTULO V

Disposições gerais

Art 9º — São extensivos aos Inspetores e seus auxiliares, quanto a direitos e vantagens, deveres e penalidades, os dispositivos do Regimento da S G naquilo que não colidir com a natureza das suas funções e não estiver regulado de modo especial

Art 10 — Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário Geral, que ouvirá a Junta Executiva Central do C N E , quando lhe parecer conveniente

RESOLUÇÃO Nº 193, DE 25 DE AGÔSTO DE 1944

Dispõe sôbre a cobrança da Quota de Estatística

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando o disposto no art 7º do Decreto-lei nº 6 730, de 24 de julho de 1944,

Resolve:

Art 1º — E' fixada a data de 11 de setembro próximo para início da cobrança da "quota de estatística" sôbre as entradas nas casas ou lugares de diversões do Distrito Federal.

Art 2º — Fica o Presidente do Instituto autorizado a estabelecer a data para início da mesma cobrança nas demais Unidades Federadas, à medida que forem sendo encaminhadas, nessas Unidades, as demais providências referentes à execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal.

Rio de Janeiro, em 25 de agôsto de 1944, ano 9º do Instituto — Conferido e numerado, ALBERTO MARTINS, Diretor da Secretaria do Instituto Visto e rubricado, M A TEIXEIRA DE FREITAS, Secretário Geral do Instituto Publique-se, JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, Presidente do Instituto

---

RESOLUÇÃO N.º 195, DE 15 DE SETEMBRO DE 1944

Revoga disposições da Resolução nº 193, desta Junta

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que não ficou concluída no devido tempo a edição do sêlo de estatística de que cogitam os Decretos-leis nº 4 181, de 16 de março de 1942, e nº 5 981, de 10 de novembro de 1943,

Resolve:

Artigo único — Fica revogado o artigo 1º da Resolução nº 193, de 25 de agôsto de 1944, e tornado extensivo ao Distrito Federal o disposto no artigo 2º da mesma Resolução

Rio de Janeiro, em 15 de setembro de 1944, ano 9º do Instituto — Conferido e numerado, ALBERTO MARTINS, Diretor da Secretaria do Instituto Visto e rubricado, M A TEIXEIRA DE FREITAS, Secretário Geral do Instituto Publique-se, JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, Presidente do Instituto

RESENHA

AS COMEMORAÇÕES DO OITAVO ANIVERSÁRIO DO I. B. G. E. E DO "DIA DO ESTATÍSTICO"

Transcorreu no dia 29 de maio dêste ano o oitavo aniversário de instalação do Instituto, data em que também se festeja o "Dia do Estatístico" Como nos anos anteriores, várias cerimônias foram levadas a efeito, em todo o país, participando a Sociedade Brasileira de Estatística do programa organizado nesta capital

Pela manhã, na Igreja de Nossa Senhora da Candelária, foi rezada missa votiva, sendo celebrante o Senhor D ANDRÉ ARCOVERDE, Bispo resignatário de Taubaté Dezenas de servidores da Secretaria Geral e repartições filiadas à entidade, bem como pessoas de suas famílias, realizaram a "Páscoa do Estatístico", da qual participaram o Presidente do Instituto e a Senhora Embaixatriz MACEDO SOARES Para receberem a comunhão, os estatísticos assistiram, prèviamente, a uma série de três prédicas do Padre ELPÍDIO COTIAS, nos dias 24, 25 e 26 de maio

Finda a cerimônia, o Monsenhor HENRIQUE DE MAGALHÃES dirigiu a palavra à numerosa assistência, congratulando-se com os ibgeanos e invocando sôbre êles as bençãos divinas

Às 15 horas, os membros da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia e da Comissão Censitária Nacional, bem assim Consultores Técnicos dos dois Conselhos, tendo à frente o Presidente do I B G E , Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, e acompanhados de elevado número de funcionários das três alas do sistema, estiveram no Palácio do Catete, em visita de cumprimentos ao Sr Presidente da República

No salão onde os dirigentes e servidores do Instituto foram recebidos, achavam-se expostos os volumes contendo resultados de apurações já realizadas no Serviço Nacional do Recenseamento, exemplares de publicações estatísticas e geográficas editadas durante o oitavo ano de vida do sistema e trabalhos cartográficos inéditos, tudo o que foi detidamente apreciado pelo Chefe do Govêrno e por altas personalidades que se achavam presentes.

Saudando o Sr GETÚLIO VARGAS, o Presidente do Instituto pronunciou o seguinte discurso:

"Sr Presidente.

Mais uma vez, movidos por uma intenção de reconhecimento, homenagem e lealdade, o Conselho Nacional de Estatística, o Conselho Nacional de Geografia e a Comissão Censitária Nacional, no dia em que, encerrando uma jornada, outra logo recomeçam, vêm incorporados à presença do fundador do Instituto em que se integram Aqui estamos para prestarmos conta das etapas vencidas e pedirmos ao Chefe do Govêrno a palavra de ordem e as diretrizes de ação comum, no prosseguimento das campanhas a que a confiança de V Ex convocou o nosso patriotismo

Estas campanhas não se suspendem nem terminam. Porque, quando concluídas, apenas prepararam outras mais ousadas, mais belas e mais fecundas, numa sucessão em que há, ao mesmo tempo, continuidade e renovação, no ritmo largo com que se encadeiam e se prolongam as fases harmoniosas do labor humano, quando conduzidas por um luminoso e alto pensamento construtivo de ordem e felicidade coletivas

Sem embargo, tão a par está V Ex de todos os objetivos e aspectos de nosso trabalho, que poucas palavras bastarão para indicar, em síntese, o que já foi feito, e traçar a perspectiva geral da situação, de que ressaltam as providências oportunas e as novas ordens de comando que a voz do Chefe haja de definir ou pronunciar.

Essas palavras formularão o depoimento franco e sincero que V Ex costuma exigir dos que lhe prestam seu concurso na direção da cousa pública E terão o endôsso conjunto dos mais altos órgãos da direção do Instituto, aqui presentes, cujas luzes e corresponsabilidade sempre invoquei, e invocarei, em tôdas as decisões e iniciativas da minha competência

De um modo geral, demonstram-no os relatórios regularmente apresentados à consideração superior e por V Ex aprovados, foram até hoje atingidos na sua significação essencial todos os objetivos visados pela criação do Instituto.

Os serviços censitários de 1940 estão chegando auspiciosamente ao seu têrmo Tarefa das mais complexas e difíceis foi essa, sem dúvida Além de restrita a objetivos bastante limitados, já era remota a experiência do Recenseamento de 1920. Donde o se haver tornado preciso criar originàriamente quase tudo, no decurso da operação ora em via de encerramento Mas tôdas as dificuldades foram vencidas, assim na organização, como nos processos executivos, e já agora na fase tabuladora A apuração do censo, segundo a palavra autorizada do ilustre técnico que a dirige, o Professor CARNEIRO FELIPE, estará quase encerrada quando, no fim dêste ano, a Comissão Censitária Nacional der por findo o seu mandato, deixando aprovadas, na forma da lei, as contas respectivas, bem assim os planos finais da publicação dos resultados, cujos primeiros tomos, quer do preâmbulo da grande obra, quer de cada uma das suas séries, a nacional e a regional, estarão certamente concluídos até dezembro próximo E o Instituto providenciará tudo que fôr preciso para levar a têrmo a divulgação dos censos segundo as diretrizes que a Comissão deixar assentadas

Houve um certo atraso, Sr Presidente, na execução do programa traçado. E também as despesas avultaram mais do que o prèviamente orçado. Mas a previsão de tempo e de dispêndio, feita em 1938, teria de ser naturalmente precária, pois o país, no decurso dêstes últimos anos, atravessou os maiores imprevistos, que dificultaram sobremaneira a coleta censitária e a tornaram mais dispendiosa. Basta lembrar o encarecimento da vida e a impossibilidades de obter o maquinário que se havia previsto para abreviar a tabulação dos resultados

Todavia, desde 1941 foram conhecidos e divulgados os resultados do censo demográfico E o primeiro volume da introdução — *A Cultura Brasileira* — confiado à competência do Professor FERNANDO DE AZEVEDO — já se acha divulgado, dando uma justa idéia da riqueza informativa e da significação cultural da grande obra censitária que vamos editar O retardamento dos dados dos censos econômicos e sociais foi compensado pela ampliação e regularidade das estatísticas anuais dedicadas àqueles

O Presidente GETÚLIO VARGAS *examina os trabalhos do Instituto, durante a audiência no Palácio do Catete*

setores, as quais, ora em larga edição, ora distribuídas restritamente e sob reserva, têm propiciado ao Govêrno e ao público em geral, ou sòmente àquele, os elementos necessários às atividades oficiais e particulares

No grande setor das campanhas geográficas, está o Instituto marchando a passos largos e seguros Com uma instalação já bastante satisfatória, e contando com um corpo técnico cheio de entusiasmo, os serviços sob a responsabilidade do Conselho Nacional de Geografia progridem ràpidamente Além dos trabalhos já em fase de rotina, foram realizadas expedições científicas a vários pontos do território nacional Uma rêde de triangulação será lançada a partir de Goiás, para o que a competente base está sendo medida nos arredores de Goiânia Prosseguem intensamente os trabalhos complementares da revisão do quadro territorial E será sem dúvida um acontecimento de grande relêvo a 2ª Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, que se deverá realizar em agôsto vindouro nesta Capital

Os preparativos dessa notável assembléia científica, que tão grande impulso poderá dar à cooperação inter-americana no que tange ao conhecimento e à representação cartográfica do nosso continente, está sendo preparada, na sua parte técnica, pelo Conselho de Geografia, de acôrdo com as instruções do Govêrno e sob a orientação do Itamaraty O Conselho, a serviço dêsse objetivo, promoveu a viagem do seu operoso Secretário Geral, o Engenheiro CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, a várias capitais americanas, inclusive a Cidade do México e Washington, onde ficarão assentados os ajustes necessários ao êxito do empreendimento

No que diz respeito ao campo da estatística, os serviços já lançados correm com a regularidade que permitem as dificuldades de comunicações no momento e a situação precária da rêde de Agências Municipais Implantaram-se, com resultados que, aliás, excederam a expectativa, os levantamentos para a mobilização econômica, determinados pelo Decreto-lei nº 4 736, de 23 de setembro de 1942 Além do registro e levantamento industrial e do inquérito para a execução da "lei dos dois têrços", outros inquéritos de largo alcance executam-se normalmente com êxito satisfatório Essas pesquisas apuram mês a mês, por distritos, a produção da carne e as condições do respectivo mercado Levantam as correntes comerciais externas e internas, por via tanto marítima e fluvial, como terrestre e aérea Pesquisam os demais fatos econômicos, bem como os financeiros Acompanham a vida social e cultural da República em todos os seus aspectos Investigam as atividades do aparelho administrativo, quer na órbita nacional, quer na dos Estados e Municípios E já se está começando a realizar aquilo que havia sido, até há pouco o objetivo sempre malogrado da estatística agrícola — a previsão trimestral das safras e a respectiva confirmação, em condições de utilidade prática, para movimentar os mercados e orientar os órgãos controladores da economia nacional O plano para a execução da estatística militar segundo o esquema traçado pelo Estado Maior do Exército, embora ainda dependente da deliberação do Govêrno sôbre a reforma das Agências Municipais de Estatística, já teve começo de execução nos Estados, como na Capital Federal, prestando, conforme honrosos testemunhos, bons serviços à mobilização nacional

Mas, Sr Presidente, o Instituto deve a V. Ex não sòmente o relato dos fatos auspiciosos senão também a comunicação leal dos aspectos porventura menos favoráveis ou inquietantes, no largo setor das atividades administrativas colocadas sob a responsabilidade dos seus Colégios diligentes E' meu dever, pois, precaver V Ex contra o optimismo excessivo — e perigoso — que a só consideração do lado bom das coisas certamente despertaria

Problemas como êstes com que nos defrontamos, só podem ser resolvidos com tempo e estudo, através de soluções cautelosas e progressivas, que se vão aperfeiçoando pouco a pouco

Não direi, pois, a V Ex que o Govêrno não precisa mais preocupar-se com as gravíssimas questões técnicas que estamos procurando resolver Ao contrário, o que me cumpre, e é o que sempre tenho procurado fazer, segundo um propósito de que nunca me desviaria, é trazer o espírito e o ânimo de V Ex alertados a respeito dos obstáculos, das perturbações, dos fracassos possíveis, tão logo possa pressentir sua ameaça ou aproximação Isto a fim de que V Ex, fazendo questão, como faz, de dotar o país com um definitivo aparelho de pesquisas geográficas e estatístico-científicas que vai atingir breve o seu *climax*, esteja de sobreaviso a respeito dos perigos e das situações negativas que se deparem, e possa pronunciar, no momento oportuno, as palavras de comando capazes de enfrentar as surpresas, de sanar as prejudiciais estagnações e evitar os retrocessos

Felizmente, nada de grave ocorre, no momento, que ponha em risco os destinos da instituição, desde que não sejam abandonadas as sábias diretrizes que V. Ex. lhe traçou

Mas, algumas advertências e sugestões de particular interêsse e gravidade formulam as experiências feitas nestes oito anos, que tantos tem de existência o Instituto Sem embargo da explanação que lhes é dada em documentos próprios, é justo que V Ex deseje conhecê-las em síntese, para confrontá-las com as linhas agradáveis oferecidas pelo panorama da obra já realizada

Essa síntese pode ser feita em três largos traços

O primeiro é relativo aos Recenseamentos Gerais da República A lição última dos fatos adverte-nos de que será extremamente perigoso expôr-se o país, de novo, ao risco do fracasso, ao tentar as operações de grande envergadura como terão de ser sempre os censos gerais do Brasil, se permanecer desprevenido dos trabalhos preparatórios e sem assegurar-se a continuidade de esfôrço que permita aproveitar integralmente a experiência adquirida

Isto quer dizer que precisamos manter, como os Estados Unidos, mas em condições apropriadas às peculiaridades do sistema que criamos, um centro permanente de estudo e planificação dos censos gerais. Êsse novo setor de trabalho, a cargo de técnicos de alta especialização, poderia funcionar ao lado dos demais órgãos do Instituto, como laboratório central, destinado igualmente a realizar de modo sistemático as análises científicas de competência da entidade Análises, aliás, que já começamos a elaborar com os mais auspiciosos resultados, visando o aproveitamento global das nossas estatísticas, a serviço da orientação metódica de tôda a ação governamental

No setor geográfico, adverte-nos a experiência de que, dadas a extensão territorial do Brasil e as suas responsabilidades no que concerne ao preparo da Carta do Mundo, precisaremos desenvolver esforços, ao máximo, em dois sentidos Havemos de visar, por um lado, levantamentos de precisão, pelos modernos processos de aerofotogrametria, integrada quanto antes a rêde de triangulação do território nacional Por outro lado, forçoso é que, para uso imediato, procedamos à revisão adequada, embora ainda em trabalho aproximado, dos mapas municipais já conseguidos, a fito de escoimá-los dos êrros mais grosseiros e das graves omissões que ainda impedem o corrente aproveitamento prático ou didático de muitos dêles.

No campo estatístico, finalmente, chegamos a um *tournant* da evolução que se vem processando, capaz de oferecer-nos desastrosas perspectivas se medidas acauteladoras e prontas não foram adotadas

Deliberando sôbre o plano traçado pelo Instituto para atender às solicitações do Estado-Maior do Exército, entendeu Vossa Excelência de mandar realizar os Convênios de Estatística Municipal. Essa iniciativa encontrou a melhor acolhida por parte de todos os Governos Regionais e Municipais, e logrou êxito completo, no melhor ambiente de compreensão das necessidades do país e do alcance dos vínculos políticos estabelecidos pela Convenção Nacional de Estatística O Govêrno Federal, afastando as últimas dificuldades, ratificou os 21 Convênios pelo Decreto-lei n° 5 981, de 10 de novembro de 1943, ficando a execução dessa lei dependente, apenas, da regulamentação, no Distrito Federal, da taxa prevista para o financiamento da rêde nacional de Agências Municipais de Estatística.

Dúvidas então surgiram sôbre se era possível no momento a regulamentação prevista, dados os têrmos de uma portaria da Coordenação Econômica, que pareciam impedir a majoração de quaisquer preços O Ministro João Alberto porém, consultado expressamente sôbre o caso, afastou estas dúvidas com o ofício que já foi trazido ao conhecimento de V Ex, em o qual está declarado de modo formal que a política da Coordenação Econômica não afeta nem embaraça a execução dos Convênios Municipais de Estatística, nada obstando, assim, a que se regulamente, sem maior demora, a sobre-taxa prevista nas leis em causa, e se dê imediata execução ao plano do Estado-Maior do Exército, pelo qual se reorganizarão, em bases afinal plenamente satisfatórias, as estatísticas de natureza municipal relacionadas com a segurança e a mobilização econômica e militar do país

Bem avisada foi, sem dúvida, a decisão governamental que, depois de obtidos pareceres favoráveis de todos os órgãos que deveriam pronunciar-se sôbre o assunto, deu lugar ao decreto-lei de ratificação dos Convênios de Estatística Municipal, mantendo no seu texto o dispositivo que estendeu à população do Distrito Federal o mesmo ônus que já havia sido aceito expressamente por tôdas as comunas brasileiras e por tôdas as Unidades da Federação, com o intuito de *nacionalizar* as Agências Municipais de Estatística, segundo a única fórmula constitucional que permitiria a realização daquele indeclinável objetivo da estatística brasileira

E' óbvio que deve haver um critério equitativo para constituir-se a Caixa Nacional que vai dotar a totalidade de nossas comunas de agências de estatística bem equipadas e de equivalente eficiência, trate-se de um grande centro urbano ou da mais modesta cidadezinha sertaneja Assim, a contribuição, como está previsto, dada a própria natureza da taxa instituída — que só onera, aliás ligeiramente, as diversões —, há-de ser pedida apenas às classes mais abastadas, devendo ser mais vultosa a das grandes comunidades urbanas — entre elas em primeiro plano a da metrópole federal —, pois constituem estas os grupos mais favorecidos, tanto pelo bem estar e confôrto da civilização, quanto pela assistência carinhosa dos governos

Daí decorre, pois, a certeza de que V Ex colocou o problema nos seus melhores e mais justos têrmos, tomando, como entendeu fazer, extensiva à população carioca a sôbre-taxa que vai alimentar a Caixa Nacional das Agências Municipais de Estatística

Direi mais Essa solução certa que V. Ex deu ao assunto, integrou a única providência que poderá assegurar às nossas três órbitas de govêrno as estatísticas perfeitamente idôneas de que carecem tôdas elas; mas sem lhes impor um ônus financeiro insuportável e evitando os esforços e gastos paralelos, que desperdiçam energias e só podem chegar a resultados precários e contraditórios, com um dispêndio três vêzes maior do que o preciso

Todavia, sòmente depois da decisão de V Ex sôbre a consulta do Exmo Sr Prefeito do Distrito Federal, a fim de que possa ter execução, no que toca a esta Capital, o disposto na Lei n° 5 981, promulgada no sexto aniversário do Estado Novo, é que estarão transpostas as últimas dificuldades para a reorganização das Agências Municipais Segundo o plano já aprovado, passarão elas então a funcionar sob o contrôle direto do Instituto, e sob a vigilância dos Estados-Maiores das Fôrças Armadas, de modo que possam vir a ser os órgãos efecientes, de cuja atuação decorra, necessàriamente, o êxito dos esforços dedicados, não só à estatística militar mas ainda a todos os setores da estatística civil — mais de 50% do campo a explorar — que dependem de informações a serem colhidas em cada um dos distritos, ou apenas em cada uma das sedes municipais

Assim estará afastada a nuvem que ainda obscurece os horizontes da estatística brasileira E ser-lhe-á permitido responsabilizar-se pela coleta, preparo e divulgação dos dados *completos, verídicos e atuais* de que as atividades tanto governamentais como privadas carecem, sôbre os diferentes aspectos da vida nacional

Bem vê V Excia , Sr Presidente: mesmo sob o ponto de vista dos problemas que aguardam solução, e por mais grave e complexos que êles sejam, não há motivo para cepticismo ou falta de confiança nos princípios que regem a estrutura e o funcionamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Do Conselho de Estatística e do Conselho de Geografia dependem os planos, que já estão sendo elaborados, para assegurar a normalidade e a eficiência dos futuros recenseamentos gerais da República, e desenvolver, como é mister, os levantamentos geográficos. E a decisão de V Excia sôbre as dúvidas formuladas pela Prefeitura desta Capital permitirá a imediata renovação do aparelho de coleta municipal, ficando assim atendidos os votos e os apelos que o Instituto tem recebido dos Estados, Territórios e Municípios no sentido de apressar a execução dos Convênios celebrados em 1942

Sr Presidente Permitirá V Excia , agora, que lhe apresentemos uma petição e lhe ofereçamos um testemunho

A petição é esta De um sábio, que é também um grande coração e um nobre caráter, venerando professor universitário da velha Europa, tem o Instituto recebido, com as mais cativantes demonstrações de confiança no Brasil e amor à nossa gente, e além do generoso donativo da sua biblioteca especializada, uma contribuição técnica e científica que todos reconhecem de inestimável valia Graças ao seu concurso, assumem invulgar realce muitos dos nossos trabalhos E sob sua influência aprimoram-se as qualidades profissionais de todo o nosso funcionalismo de estatística Essa figura tão modesta e simples no seu trato pessoal, e tão despida de ambições materiais quanto eminente no saber e nas atitudes morais, é o Professor Giorgio Mortara. Como Consultor Técnico da Comissão Censitária Nacional, há muito tempo pediu a sua incorporação à comunidade política brasileira, desejoso de dedicar o resto dos seus dias, em perfeita comunhão espiritual conosco, ao progresso do Brasil Medidas gerais entretanto, embaraçaram o trânsito do seu pedido E o Instituto, certo de assim cumprir um dever de gratidão, justiça e respeito, quer manifestar perante V Excia , nesta tão grata oportunidade, um voto, que vale por um apêlo, e exprime, ao mesmo tempo, confiança na magnânimidade de V Excia e o alto aprêço dos estatísticos brasileiros ao nosso insigne Mestre Êsse voto é o de que, em merecida exceção aberta pela alta autoridade de V Excia., se nisto não vir inconveniente o Exmo Sr Ministro da Justiça, possa prosseguir e obter pronto despacho final o processo de outorga da carta de cidadania brasileira ao Professor Mortara e às pessoas de sua dignissima família

Formulado êsse voto, — e eu sei bem que V. Excia se sente feliz em recebê-lo, — peço vênia para depor sôbre a mesa de trabalho de V Excia. o testemunho que lhe trazemos — a coleção dos últimos trabalhos do Instituto Aí estão a série, há pouco terminada, dos 22 volumes do n.º 4 dos Sinópses Estatísticas Regionais; as coleções do ano passado dos dois Boletins e das duas Revistas que editam os Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia; e ainda várias peças relativas à Carta do Brasil A Comissão Censitária Nacional enriquece êsse conjunto com alguns tomos novos dos "Estudos" e das "Análises" constantes dos comunicados técnicos do Professor Mortara, acompanhados do volume que registra a população do Brasil por municípios e distritos, em números discriminativos dos contingentes urbanos, suburbanos e rurais, devidamente cotejados com o efetivo dos prédios recenseados Finalmente, a Presidência do Instituto contribuiu com o seu relatório anual, onde dá contas a V Excia de todos os detalhes da vida do Instituto e tem oportunidade de referir o que deve à colaboração patriótica dos Srs Ministro de Estado e demais altos dignitários do Govêrno Federal, bem assim ao apoio dos ilustres Chefes dos Governos Regionais e dos esforçados Prefeitos Municipais de todo o país, e ainda ao devotamento dos servidores da instituição

Com aquela petição e esta oferenda, Sr Presidente, tenho cumprido o honroso mandato que recebi dos Colégios dirigentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contudo, ouso abusar da benevolência de V Excia para ainda pronunciar algumas palavras pròpriamente minhas

O grande sistema ideado e pôsto em obra por V Excia. já comprovou o acêrto da patriótica e bem inspirada iniciativa do Govêrno da República ao criá-lo Tanto a sua atuação técnica através dos trabalhos que já realizou, como a ação social e cultural, que vem desenvolvendo por meio dos cursos que promove e dos trabalhos especializados que distribui largamente, no País e no estrangeiro, e de modo especial pelas suas revistas, já se firmaram no conceito daqueles que podem compreender o seu alcance Também é certo que testemunhos insuspeitos nos têm vindo do estrangeiro O de Sua Santidade o Papa Pio XII, que sua Eminência o cardeal Maglioni, Secretário de Estado do Vaticano, nos transmitiu a propósito das sugestões do Conselho Nacional de Estatística sôbre a lei de amparo à família, foi, por certo, o mais alto O do 8º Congresso Científico Americano constituiu outro pronunciamento honroso e expressivo, pois proclamou, com indiscutível autoridade, que a fórmula original posta em prática por V Excia na organização do Instituto se recomendava à imitação de todos os países democráticos de administração descentralizada, isto é, em condições análogas às que caracterizam — e nem podiam deixar de caracterizar — a administração brasileira E isto porque o Brasil conseguira, assim, dominar a contingência descentralizadora da auto-determinação, atingindo a unidade de sentido nacional, mas conseguida esta mediante a própria virtude da forma federativa, que também se afirma na livre solidariedade

Aliás, a recomendação formulada em Washington não ficou sem êco Numerosa correspondência temos recebido solicitando informações não só sôbre os princípios em que se apoia o Instituto, como a respeito da sua estrutura e funcionamento Êstes documentos demonstram um alto interêsse pelos resultados que o Brasil tem conseguido na experiência que vimos realizando. E de alguns dos ilustres correspondentes, homens de estudo ou de govêrno, já tivemos a satisfação de ouvir que a fórmula brasileira, por Vossa Excelência posta em prática com desvelado carinho, já estava ou devia estar sendo objeto de exame e adaptação em outros países do Continente

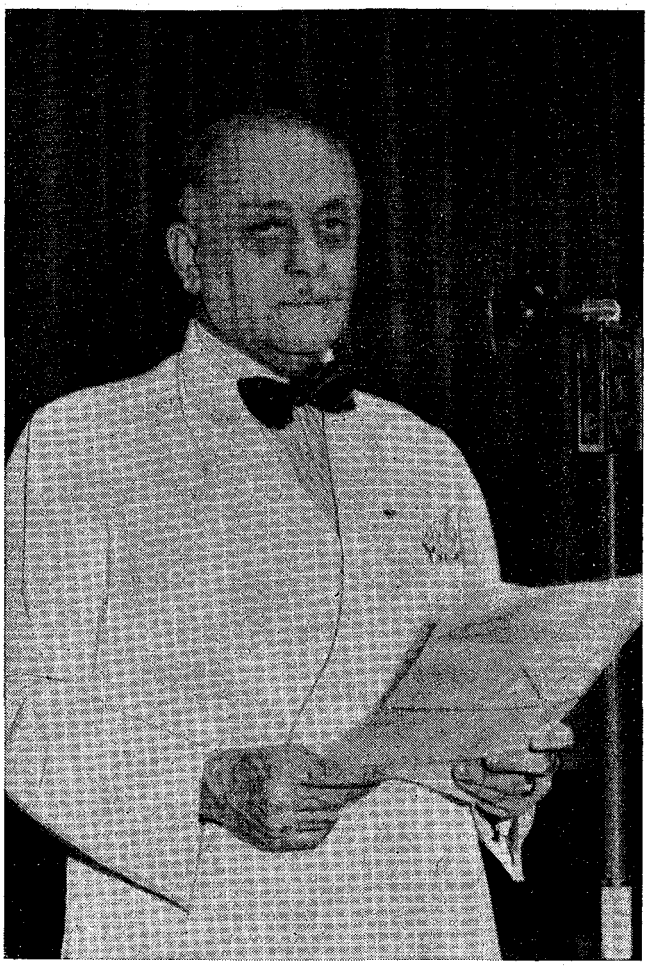
Pode-se, pois, dizer que a experiência política que V Excia , em boa hora empreendeu, aplicando o princípio da cooperação inter-administrativa na organização dos serviços estatísticos e geográficos brasileiros, não foi útil sòmente ao seu Govêrno, não aproveitou apenas ao Brasil Está ao serviço da nova ordem social a que tende, irresistìvelmente, a comunidade das nações, e já vai contribuindo, de certa forma, para o desenvolvimento daqueles serviços no Continente, promovendo em melhores condições o mútuo conhecimento dos povos do hemisfério, e conseqüentemente a sua crescente solidariedade na obra de renovação que juntos vão empreender, escrevendo a página mais bela na história das repúblicas irmãs das três Américas

É nessa certeza, Senhor Presidente, que renovamos o nosso propósito de devotamento aos ideais a que servimos, apresentando a V Excia os nossos agradecimentos cívicos e os augúrios pela vitória e felicidade do Brasil "

Discursando em seguida, de improviso, acentuou o Presidente Getúlio Vargas a satisfação com que recebia a visita dos colégios dirigentes do Instituto Ressaltou o acêrto da solução brasileira, conjugando os serviços de geografia e estatística, dados os seus objetivos recipro-

camente complementares Aludindo à situação de desconhecimento em que vivemos, durante longos anos, em relação ao território nacional, pôs em relêvo o papel histórico dos bandeirantes e destacou, em referência à fase contemporânea, a atuação desenvolvida pelos Generais COUTO DE MAGALHÃES e CÂNDIDO RONDON Quanto aos serviços estatísticos, lembrou que êles se dispersavam, antes da criação do Instituto, pelos diferentes Ministérios, realizando um trabalho falho e fragmentário, por lhes faltar a necessária coordenação

— Nas obras de maior significação — prosseguiu o Sr GETÚLIO VARGAS —, à medida que se distancia o impulso inicial, dilui-se no tempo a noção das dificuldades vencidas, a exemplo do que acontece com os desbravadores das florestas, ao destruir, em seu avanço, os pontos de referência que as próprias árvores oferecem Oportunidades como aquela permitiam que se fizesse o balanço das realizações conseguidas e dos objetivos a alcançar.



O Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES *dirige uma saudação aos estatísticos, na "Hora do Brasil"*

O govêrno está satisfeito com a atuação do Instituto, em boa hora entregue ao ânimo construtivo, à capacidade de trabalho e ao espírito conciliador do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, auxiliado por uma equipe de funcionários de alta competência, merecedores de elogios sem limites É natural, porém, que numa obra de tal amplitude haja lacunas a preencher, problemas a solucionar Tudo quanto o govêrno deseja é justamente que sejam trazidas ao seu conhecimento as dificuldades que se oferecem, para que lhes dê pronta solução, pois não há obstáculos que não devam ser removidos, quando está em jôgo uma obra como a do Instituto, votada, patriòticamente, ao progresso material e moral do Brasil

Às 17 horas, no auditorium da Associação Brasileira de Imprensa, teve lugar a sessão promovida pela Sociedade Brasileira de Estatística, sob a presidência do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, figurando na mesa os Srs J CARNEIRO FELIPE, ISAÍAS ALVES, JANSEN DE MELO e GIORGIO MOTARA.

Ocupou a tribuna o conhecido professor de matemática, Sr JÚLIO CÉSAR DE MELO E SOUSA, também escritor, largamente apreciado, sob o pseudônimo de Malba Tahan, que fêz uma interessante palestra sôbre a estatística nas lendas orientais

O conferencista foi apresentado pelo Professor CARNEIRO FELIPE, Presidente da Comissão Censitária Nacional

Pouco depois das 20 horas, no programa da "Hora do Brasil", irradiado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, como Presidente da Sociedade Brasileira de Estatística, dirigiu aos estatísticos de todo o país a seguinte saudação:

"Encerrando as comemorações com que hoje assinalamos o "Dia do Estatístico", é com a maior satisfação que venho saudar, pelo microfone da "Hora do Brasil", os servidores e cultores da estatística em todo o país

A participação da Sociedade Brasileira de Estatística nessas comemorações mostra um vigilante empenho de corresponder às suas finalidades, quanto ao fortalecimento de nossa consciência profissional, e, ao mesmo tempo, reafirma a solidariedade da classe ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cujo oitavo aniversário de instalação igualmente se festeja nesta data.

Nesta oportunidade gratíssima de ser ouvido por todos vós, quero consignar o meu depoimento sôbre o muito que vindes realizando, funcionários do sistema estatístico nacional ou mestres e estudiosos da aplicação da estatística, em bem do conhecimento do homem e da terra e em proveito da nossa cultura, dos seus meios de investigação e de análise

Os estatísticos em função nos serviços públicos em geral, desde modestos informantes distritais até os dirigentes das repartições centrais da administração federal, estão prestando uma admirável colaboração ao esfôrço de guerra do Brasil e ao encaminhamento dos nossos problemas cruciais São os dados que reunis, os algarismos que alinhais, as conclusões que ofereceis, baseadas nas afirmações objetivas das cifras, que estão habilitando os poderes públicos a resolver com acêrto as graves e múltiplas questões que lhes disputam a atenção

Exigências da mobilização militar, do novo ritmo de nossas atividades econômicas, da política de reajustamento social — nenhuma delas pode ser convenientemente satisfeita sem os resultados de vossas apurações, sem a informação precisa e idônea dos vossos gráficos e tabelas Esta circunstância, que relembro como sinal da responsabilidade colocada sôbre os vossos ombros nesta hora singular dos destinos do mundo, bem sei que a considerais em tôda a sua significação, porque a ela estais correspondendo com devotamento e civismo

À medida que a estatística vai tendo alargado o seu campo de ação, ensinada nas universidades e professada nos conselhos, graças ao aprimoramento cultural de uns e ao esfôrço profissional de outros, o Brasil vence definitivamente os males do empirismo e dos processos divinatórios

Tendes nesse rumo indefectível da vida nacional, no futuro radioso que a vitória das Nações Unidas alargará e aprofundará, um vigoroso estímulo para prosseguir, redobrando os esforços na execução de vossas tarefas e enriquecendo cada vez mais os vossos conhecimentos científicos e práticos

Dirigindo-vos as minhas congratulações muito efusivas pela data de hoje, "Dia do Estatístico", faço votos pela continuidade do vosso fecundo labor para que o Brasil atravesse galhardamente a atual fase histórica, certamente uma arena de lutas, mas também uma sementeira de esperanças, e se encaminhe com firmeza para os seus altos e luminosos destinos"

Também nas diferentes Unidades Federadas, várias comemorações assinalaram a passagem da data, conforme a seguir registramos, em linhas gerais:

TERRITÓRIO DO ACRE — Na sede do Departamento de Geografia e Estatística, em Rio Branco, efetuou-se, às 9 horas da manhã, a reunião conjunta dos colégios dirigentes do sistema estatístico geográfico do Território: Junta Executiva Regional de Estatística e Diretório Regional de Geografia Estiveram presentes os Srs PIMENTEL GOMES, J PEREIRA LIMA, JOSÉ OTINO FREITAS, Tte Cel JEFFERSON RIBEIRO DO AMARAL, R NOBRE PASSOS, OSVALDO PINHEIRO LIMA, ROMANO EVANGELISTA DA SILVA, NAPOLEÃO AZEVEDO MAIA, EPAMINONDAS NOLASCO, FRANCISCO LOPES FILHO e FRANCISCO CRONJE DA SILVEIRA e Stas CRISARUBINA LEITÃO e CLELIA FECURY, sob a presidência do Dr ANTENOR CAVALCANTI, Secretário Geral do Território e Presidente do Diretório Regional de Geografia, que ao abrir a sessão, teceu comentários sôbre a atuação do I B G E. no país e sua projeção no continente, demorando-se em apreciações acêrca das personalidades dos dirigentes da entidade e dos trabalhos do D G E no sudoeste amazônico

A seguir, foram entregues os prêmios de "Assiduidade" e "Incentivo" aos funcionários do D G E — RAUL ARANTES MEIRA e STELA FREIRE COELHO, sendo ao primeiro pelo Sr ANTENOR CAVALCANTI, e à segunda pelo Comandante JEFFERSON AMARAL

Foi votada uma Resolução de aplausos e agradecimentos ao Governador Cel SILVESTRE COELHO, pelo apôio que vem dando à estatística e geografia no Acre

Finalizando a reunião, que teve a assistência de todos os funcionários do D G E , foi servida uma taça de guaraná

Após, incorporados, os membros da J E R E e do D R G levaram ao Governador SILVESTRE COELHO a moção que momentos antes havia sido aprovada, tendo falado o Diretor do D G E, Sr NOBRE PASSOS, agradecendo o Cel SILVESTRE COELHO em expressivas e patrióticas palavras

Ao meio-dia, efetuou-se um almôço íntimo da família estatística acreana com a presença de todos os funcionários do D G E , decorrendo o ágape num ambiente de viva alegria

Às 18 horas, foi ouvida na capital, a saudação que o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, Presidente da Sociedade Brasileira de Estatística, dirigiu, através da "Hora do Brasil", aos estatísticos nacionais

Com avultada assistência, às 20 horas, o Sr Governador franqueou à visitação pública a exposição cartográfico-estatística, na qual se apresentou a vida acreana através de sugestivos e elucidativos gráficos e mapas Aos presentes foi distribuída profusamente a publicação — *O Acre Atual*, que contém matéria de interêsse e respeito dos aspectos físicos, demográficos, econômicos, sociais, culturais e administrativos do Território

A propósito dessas comemorações, publicou o jornal *O Acre*: "Não podemos encerrar esta notícia sem ressaltarmos a ótima impressão colhida por todos quantos visitaram a exposição e as instalações do D G E A modelar repartição que honra sobremodo a administração acreana, demonstrou à saciedade, mais uma vez, o desenvolvimento de seu mecanismo técnico, de par com sua eficiente atuação no âmbito administrativo do Território Fazemos destas colunas porta-voz de nossos aplausos à brilhante atuação de R NOBRE PASSOS e seus laboriosos auxiliares que tão patriòticamente servem aos interêsses da nacionalidade, numa seqüência admirável que é o sistema estatístico geográfico brasileiro"

AMAZONAS — Em Manaus teve lugar, às 15,30 horas, na sede do Departamento Estadual de Estatística, uma festa de cordialidade, com a presença dos membros da Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística, Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia e Centro "Teixeira de Freitas".

Abrindo a sessão, o Professor JÚLIO BENEVIDES UCHOA, Diretor Geral do Departamento Estadual de Estatística, falou em tôrno do "Dia do Estatístico", criado em homenagem a quantos trabalham nos vários setores de serviços filiados ao I B G.E , e deu a palavra ao Professor FÉLIX VALOIS COELHO para proferir o discurso oficial em nome do Centro "Teixeira de Freitas".

O orador discorreu longamente sôbre o papel da estatística na administração, comércio, indústria e outros ramos da atividade pública, principalmente no que diz respeito à segurança nacional Ressaltou as transformações sociais que se operaram no Brasil com o auxílio da estatística A sua peioração foi um hino aos estatísticos de todo o país, pelo monumento que, coesos, vêm erigindo com denodo e entusiasmo

A seguir, o Professor AGNELLO BITTENCOURT, pelo Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, fêz um retrospecto histórico da estatística brasileira desde os tempos coloniais aos nossos dias, demonstrando, precisamente, as etapas de sua evolução

Encerrando a reunião, o Professor JÚLIO UCHOA agradeceu a presença das autoridades

A propósito da passagem do "Dia do Estatístico", o Diretor do D.E E recebeu várias mensagens de congratulações, inclusive do Secretário Geral do Estado e do Presidente da Associação Comercial do Amazonas.

PARÁ — Segundo informação do Diretor do Departamento Estadual de Estatística, Sr ADELINO DE VASCONCELOS, a comemoração em Belém constou de reunião especial da Junta Executiva Regional do C N.E , com a presença de todos os membros e de funcionários do Departamento, e que transcorreu num ambiente de alegre confraternização.

MARANHÃO — Em São Luís todos os jornais — *Diário Oficial, Diário do Norte, Correio da Tarde, O Globo* e *O Imparcial* — dedicaram à data expressivos editoriais, o mesmo fazendo a Rádio Difusora do Estado.

A Junta Executiva Regional dirigiu ao Sr PAULO RAMOS, Interventor Federal, a seguinte mensagem gratulatória:

"Exmº Sr Interventor Federal. — A Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística do Estado do Maranhão comemora, na data de hoje, o oitavo aniversário de fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e festeja, na mesma efeméride, o "Dia do Estatístico"

2 O momento é propício a que todos aquêles que servem e trabalham sob a égide do órgão centralizador da estatística brasileira, se confraternizem e rendam as homenagens de seus louvores a quantos têm colaborado para o levantamento sistemático das estatísticas nacionais e incentivado as atividades geográficas do país em favor do conhecimento metódico do território brasileiro.

3. Dentre êsses, a figura de V Excia se destaca, no cenário dos estadistas novos do Brasil, como um dos governantes a quem a estatística mais deve no sentido elevado de sua verdadeira finalidade.

4. Foi v Excia quem criou o órgão regional, como um dos primeiros atos de seu já brilhante e fecundo govêrno; deu-lhe sede própria, proveu às suas necessidades, aparelhando o D. E E para bem cumprir sua patriótica destinação

5 Foi ainda V. Excia. quem, aos primeiros albores da campanha censitária de 1940, entregou-se devotadamente ao seu serviço, colocando o Recenseamento Nacional como trabalho da mais alta relevância dentro do Estado, contribuindo com o prestígio de sua presença a tôdas as solenidades do Censo e o apoio de seu govêrno aos atos e providências das autoridades censitárias, para que o Maranhão galgasse lugar de significativo relêvo dentre as demais unidades federativas na grandiosa campanha nacional.

6 Vem V. Excia. se fazendo representar, na pessoa do presidente do colégio regional, em tôdas as assembléias gerais que têm sido levadas a efeito pelo Conselho Nacional de Estatística O Govêrno de V. Excia envia técnicos para os cursos de aperfeiçoamento mantidos pelo I B. G E. e promove a vinda dos agentes municipais de estatística para fazerem curso de aprendizagem no sentido de melhor aperfeiçoar a fonte primária de coleta, nas diversas comunas do Estado

7 Por fim, Exmo. Sr , como se a objetivação de tôdas essas medidas de alta compreensão patriótica não bastassem para sagrar o nome de V. Excia como pioneiro das boas causas do Brasil, vem V. Excia. de submeter ao estudo e deliberação do I. B G. E um plano de que resulte a nacionalização da estatística e da geografia maranhense, passando seus serviços à direção daquele Instituto, devendo ainda o Estado concorrer com a quota-parte dos recursos materiais que lhe coubeiem no Acôrdo cuja celebração V. Excia sugeriu àquela entidade de natureza federativa

8 Ressaltando tais fatos e proclamando nesta mensagem gratulatória os reais serviços de V Excia à gigantesca obra de brasilidade que o I. B G E vem realizando, êste colégio regional tem a certeza de que, ao fazê-lo, contribui para que a passagem do 9º aniversário do I B G. E. e do "Dia do Estatístico" tenha nêste documento a sua máxima comemoração "

PIAUÍ — As comemorações em Teresina alcançaram larga repercussão, assumindo o caráter de interessante acontecimento cultural.

Pela manhã foi hasteado o Pavilhão Nacional na sede do Departamento Estadual de Estatística, em seguida franqueada aos professôres e alunos dos estabelecimentos de ensino e ao público Durante o dia foram exibidos vários filmes documentários produzidos pelo Departamento e ouvidas músicas e peças oratórias gravadas também pela repartição, cujas instalações elétricas para essas audições foram então inauguradas.

Às 19,30 horas, sob a presidência do Sr Interventor LEÔNIDAS DE MELO e com a presença de autoridades e numerosas pessoas outras, teve lugar a sessão conjunta dos órgãos deliberativos regionais do Instituto, ouvindo-se breves discursos dos seguintes oradores: Sr JOÃO BASTOS, Presidente da Junta Executiva Regional de Estatística, sôbre "O I B G E e a Defesa Nacional"; Sr ÁLVARO ALVES FERREIRA, Secretário do Diretório Regional de Geografia, sôbre "A Geografia e a Guerra"; e Sr ISMAR BENTO GONÇALVES, Estatístico-Chefe do D E E , sôbre "A Estatística Militar".

Encerrando a sessão, o Sr LEÔNIDAS DE MELO teve palavras de caloroso louvor à obra do Instituto, congratulando-se com os dirigentes da entidade, os membros dos órgãos deliberativos regionais e o funcionalismo do Departamento Estadual de Estatística

CEARÁ — Em Fortaleza as comemorações tiveram início no dia 25 de maio, às 18,45 horas, quando o Sr JOAQUIM ALVES falou ao microfone da P R E -9 sôbre "A Estatística e a Geografia". No dia 27, falou pelo microfone da mesma emissora o Major JEOVÁ MOTA, sôbre "A Estatística e a Segurança Nacional"

No dia 29, às 15 horas, na sede do Departamento Estadual de Estatística, realizou-se a sessão conjunta promovida pela Junta Regional de Estatística e pelo Diretório de Geografia

Presentes os representantes dos Srs Interventor Federal, General Comandante da 10ª Região Militar, Arcebispo Metropolitano, ANDRADE FURTADO, Secretário do Interior e Justiça, RAIMUNDO ALENCAR ARARIPE, Prefeito da Capital, BRASIL PINHEIRO, Diretor do Departamento do Serviço Público do Estado, Comandante JORGE FERREIRA LANDIM, Capitão dos Portos, Major JEOVÁ MOTA, Major JOÃO AUGUSTO FERNANDES, várias autoridades militares, chefes de Repartições e Serviços Estaduais, membros do Conselho Regional de Estatística e do Diretório de Geografia e funcionários do D E E , o Sr ÁLVARO NUNES WEYNE, Secretário da Fazenda e Presidente da Junta e do Diretório de Geografia, declarou aberta a sessão, depois de explicar a sua finalidade

Em seguida, deu a palavra ao Professor JOAQUIM ALVES, representante do Diretório de Geografia, que, em seu discurso, apreciou longamente o desenvolvimento dos serviços estatístico-geográficos do país, resultante da criação do Instituto

Falou, em seguida, o Sr TOMÁS GOMES DA SILVA, Diretor do D E E , que focalizou as diretrizes e realizações do Instituto no campo das investigações numéricas

O orador, continuando com a palavra, fêz o elogio do Dr GUILHERME DE SOUSA PINTO, cujo retrato foi apôsto na Galeria de Honra dos Amigos da Estatística do Ceará, como justa homenagem ao saudoso estatístico cearense.

Encerrando a sessão, o Sr Presidente agradeceu o comparecimento do auditório àquela reunião e o convidou a visitar a Sala Expositiva do Departamento Estadual de Estatística e as dependências dos diversos serviços.

O Departamento fêz franca distribuição de duas interessantes monografias, intituladas *Demografia do Ceará* e *Toponímia Cearense*, edições comemorativas do "Dia do Estatístico" e da instalação do I B G E

A seguir, foram servidas bebidas aos presentes

Às 18,45 horas, ocupou o microfone de PRE-9, emissora cearense dos Diários e Rádios Associados, o estatístico VALDERY MAGALHÃES UCHOA, que pronunciou ligeira palestra sôbre o tema "A Estatística e a sua significação na vida nacional", encerrando, assim, as brilhantes comemorações do "Dia do Estatístico".

A imprensa de Fortaleza deu amplo noticiário às comemorações, tendo o jornal *Correio do Ceará* procedido a interessante inquérito entre destacadas figuras sôbre a importância e a utilidade da Estatística

Expressivos depoimentos, inclusive sôbre as realizações do Instituto, foram ouvidos dos Srs Dom ANTÔNIO CABRAL, Arcebispo de Fortaleza; Professor MANUEL ANTÔNIO DE ANDRADE FURTADO, Secretário do Interior e da Justiça; RAIMUNDO ARARIPE, Prefeito de Fortaleza; Major JEOVÁ MOTA; WALTER W HOFFMANN, Cônsul Americano; Padre BRUNO TEIXEIRA, Diretor do Departamento Geral de Educação; Professor JOÃO OTÁVIO LÔBO, Diretor da Faculdade de Direito; Professor JOAQUIM ALVES, membro do Instituto Histórico do Ceará

RIO GRANDE DO NORTE — Em Natal, o transcurso do "Dia do Estatístico" deu motivo a uma expressiva solenidade, embora de caráter íntimo, na sede do Departamento Estadual de Estatística.

Às 14 horas, reunidos todos os funcionários no gabinete do Diretor daquele órgão, Sr ANFILÓQUIO CÂMARA, êste lhes dirigiu a palavra, manifestando a sua satisfação pela passagem da efeméride, bem como transmitindo as saudações, que, por seu intermédio, conforme telegramas recebidos, lhes apresentavam os Srs Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES e M A TEIXEIRA DE FREITAS, Presidente e Secretário Geral do Instituto

Essas mensagens salientavam o papel valioso desempenhado pelos funcionários da estatística nacional na atual difícil emergência, quando o país precisa ter o pleno conhecimento de suas possibilidades e de seus recursos

Em nome dos funcionários, disse algumas breves palavras de agradecimento o Sr AMÉRICO DE OLIVEIRA COSTA, estatístico-chefe do Departamento, saudando o Diretor, Sr ANFILÓQUIO CÂMARA e solicitando fôssem enviados telegramas de congratulações aos dirigentes do Instituto

Em homenagem à data, o diretor encerrou, em seguida, o expediente da repartição

PARAÍBA — Em João Pessoa, teve lugar, às 15,30 horas, na Secretaria do Interior e Segurança Pública, sob a presidência do Sr SAMUEL DUARTE, a reunião conjunta dos órgãos regionais do Instituto, naquele Estado

Compareceram à aludida reunião, além dos membros da Junta Executiva Regional de Estatística, Diretório Regional de Geografia e Comissão Revisora do Quadro Territorial, e outras autoridades, o Cel POLLI COELHO, chefe do Destacamento Especial do Nordeste do Serviço Geográfico do Exército, especialmente convidado para proferir uma palestra em comemoração à efeméride

Iniciados os trabalhos, o presidente explicou a finalidade da reunião e se congratulou com a casa, pela presença daquele ilustre militar.

A seguir, o Sr JOFFRE BORGES DE ALBUQUERQUE, chefe da Secção de Estatística Educacional do Departamento de Educação, apresentou um

projeto de "resolução especial", formulando congratulações e agradecimentos diversos por motivo da passagem do "Dia do Estatístico"

Pôsto em discussão, foi o mesmo aprovado por unanimidade, com a dispensa de interstícios regimentais

Após, o presidente concedeu a palavra ao Sr J LEOMAX FALCÃO, assistente técnico do D E E , que fêz a apresentação do orador, exaltando as suas qualidades pessoais de inteligência e cultura

Afinal, o Cel DJALMA POLLI COELHO proferiu sua palestra, sôbre o tema "Estatística, matemática e realidade"

No Departamento Estadual de Estatística o ponto foi facultativo, por determinação do Sr Interventor RUY CARNEIRO.

BAHIA — A Junta Executiva Regional de Estatística da Bahia assinalou a passagem da data, visitando, incorporada, o General PINTO ALEIXO, Interventor Federal no Estado.

Agradecendo a visita, S Excia acentuou que o seu govêrno muito aprecia a obra patriótica do I B G E , a serviço do Brasil

MINAS GERAIS — Iniciaram-se as comemorações, em Belo Horizonte, com a missa em ação de graças celebrada pelo padre PÉDRO VIDIGAL, na Igreja de Lourdes.

Às 12 horas, teve lugar a reunião conjunta de dois órgãos deliberativos dos Conselhos Nacionais de Estatística e Geografia e da Sociedade Mineira de Geógrafos e Estatísticos

A sessão foi aberta pelo Sr HILDEBRANDO CLARK, presidente da Junta Executiva Regional de Estatística, que se estendeu em considerações sôbre o significado das efemérides que estavam sendo comemoradas, o 8º aniversário de instalação do Instituto, o "Dia do Estatístico" e o primeiro aniversário da instalação da Sociedade Mineira de Geógrafos e Estatísticos, que, embora fôsse uma organização não oficial, era constituída quase que exclusivamente por elementos integrantes dos órgãos regionais do Instituto, animados dos mesmos objetivos de ordem cultural e elevação patriótica Declarando aberta a sessão, convidou para presidí-la o Sr VALDEMAR LOBATO, diretor em exercício do Departamento Geográfico.

O Sr VALDEMAR TAVARES PAIS, orador oficial da Sociedade Mineira de Geógrafos e Estatísticos, pôs em relêvo a importância das pesquisas de ordem geográfica e estatística, analisando as suas íntimas relações com a história da humanidade e a grandiosa missão que, por isso mesmo, são chamadas a desempenhar as organizações que se congregam em tôrno e sob a direção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Em seguida, o Sr ARLINDO CHAVES, também orador da Sociedade, discursou sôbre a efeméride de 29 de maio, comparando a uma verdadeira colméia — tanto pela operosidade e dedicação, como pelo espírito de classe e elevação do ideal nacionalista — aquêles que hoje desenvolvem sua atividade como servidores dos órgãos filiados ao Instituto e pondo no devido destaque as figuras do Presidente GETÚLIO VARGAS e do Governador BENEDITO VALADARES, como patronos dos ideais do Instituto, no Brasil e em Minas, respectivamente Referiu-se, também, aos nomes dos Srs Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, TEIXEIRA DE FREITAS, HILDEBRANDO CLARK e BENEDITO QUINTINO DOS SANTOS, cujos devotados serviços à causa do Instituto já todos conheciam e proclamavam

Falou por último o Sr JOAQUIM RIBEIRO COSTA, que, como vice-presidente em exercício da Sociedade Mineira de Geógrafos e Estatísticos, se congratulou com os presentes pela data três vêzes grata àquêles que ali se reuniam, pois lembrava a instalação do Instituto, o "Dia do Estatístico" e a fundação da Sociedade. O orador agradeceu aos dirigentes dos Departamentos Geográfico e de Estatística o valioso apoio que estavam dispensando à S M G E., apoio a que ela esperava poder bem corresponder, trabalhando, dentro do seu programa, pelos mesmos objetivos que norteiam os órgãos do Instituto

ESPÍRITO SANTO — Conforme programa amplamente divulgado pela imprensa e pela rádio-difusora oficial, as solenidades em Vitória foram iniciadas às 8 horas da manhã, com a celebração de missa votiva, na Capela do Colégio do Carmo, sendo oficiante o Padre OSVALDO ROCHA, que proferiu uma oração gratulatória, ressaltando a significação da data Estiveram presentes à cerimônia religiosa o secretário do chefe do Poder Executivo, Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO, representando o Sr Interventor JONES DOS SANTOS NEVES, Sr MÁRIO ARISTIDES FREIRE, Secretário do Interior e Justiça, Diretores e funcionários dos serviços geográficos e estatísticos do Estado e figuras representativas da sociedade da Capital

A sessão solene, no Departamento Estadual de Estatística, teve lugar às 13 horas, presidida pelo Sr MÁRIO ARISTIDES FREIRE, Secretário do Interior e Justiça e ex-Diretor de Estatística do Distrito Federal, que dirigiu uma saudação aos geógrafos, estatísticos e convidados, ressaltando a satisfação de que se sentia possuído em presidir cerimônia de tão elevado cunho cívico, verdadeira festa de congraçamento dos servidores da Geografia e Estatística, obreiros de um Brasil maior.

Em seguida, ocuparam a tribuna: o Sr. AUGUSTO EMÍLIO ESTELITA LINS, advogado e homem de letras, que dissertou sôbre as "Relações entre o Direito e a Estatística"; os Srs MICHEL J SAADE, Chefe do Serviço de Estatística Vital e Sanitária do Departamento de Saúde Pública, e AUGUSTO DE AGUIAR SALES, diretor do Departamento Municipal de Estatística, em nome dos estatísticos estaduais e municipais, sôbre diferentes aspectos da atuação do Instituto

Descerrada pela Senhorita DULCE QUINTAIS, funcionária do D E E , a bandeira que envolvia o retrato do Interventor JONES DOS SANTOS NEVES, foi o mesmo inaugurado, numa homenagem ao chefe do govêrno espiritossantense.

Antes de encerrar a sessão, realçou o Sr MÁRIO ARISTIDES FREIRE a influência benéfica exercida, sob os mais variados aspectos, na

administração pública do Brasil, pelo I.B G E. Referiu-se à cordialidade e espírito de mútua cooperação, sempre reinantes, entre a anterior e a presente administração estadual e a citada entidade. Lembrou o período de seu concurso à estatística do Distrito Federal, quando dos planos e tentativas para a criação de um órgão centralizador de tôdas as atividades dispersas, geográficas e estatísticas, iniciativa essa que se tornou, afinal uma realidade com a instalação do I B G E

Em seguida, os membros da mesa que dirigiu os trabalhos foram ao Palácio do Govêrno, em visita de cordialidade e aprêço ao Sr JONES DOS SANTOS NEVES, Interventor Federal

No salão nobre da residência governamental, foi o Chefe do Govêrno saudado, em nome do Diretório Regional de Geografia, pelo Sr CÍCERO MORAIS, e, da Junta Executiva Regional de Estatística, pelo Sr COLOMBO ETIENNE ARREGUY

Respondeu o Sr. Interventor SANTOS NEVES afirmando o quanto lhe era grato receber a visita dos dirigentes dos órgãos geográficos e estatísticos do Estado e que a sua administração acompanhava com o maior interêsse os trabalhos desenvolvidos pelas repartições filiadas ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, confiante no seu constante aperfeiçoamento como colaboradoras na execução do programa do govêrno estadual Terminou agradecendo a manifestação de que era alvo e a homenagem prestada, na sua pessoa, ao Presidente GETÚLIO VARGAS

RIO DE JANEIRO — Em Niterói foi celebrada missa em ação de graças, com o comparecimento de autoridades e do pessoal do Departamento Estadual de Estatística.

Na sede dessa repartição, reuniram-se os colégios da estatística e da geografia no Estado, em sessão especial comemorativa.

SÃO PAULO — O Departamento Estadual de Estatística de São Paulo assinalou a passagem do "Dia do Estatístico" inaugurando as novas instalações de sua biblioteca, a que deu o nome de "Biblioteca Teixeira de Freitas"

RIO GRANDE DO SUL — Em Pôrto Alegre, coube à Liga de Defesa Nacional festejar a data com a colaboração do Departamento Estadual de Estatística, promovendo conferências nas emissoras e concursos nos diversos ginásios, sôbre as vantagens e utilidade da estatística, com diversos prêmios para as melhores composições

No Ginásio do Rosário, a Academia Literária Anchieta associou-se às comemorações da efeméride, realizando o padre MÍLTON LUÍS VALENTE interessantes palestras sôbre o tema: "A Estatística é a consciência da Nação Auxiliar o Departamento Estadual de Estatística é promover o conhecimento profundo mais seguro de nossa Pátria, e pormo-nos em contacto direto com os fenômenos que agitam a sociedade"

Uma comissão da Academia esteve na sede da L .D N , entregando à sua diretoria uma extensa mensagem de aplausos à iniciativa da comemoração.

As palestras nas emissoras estiveram a cargo dos Srs ERNESTO PELANDA, REMI GORGA e ARNOLDO SILVA, estatísticos-chefes do Departamento do Estado

GOIÁS — Em Goiás, a passagem do aniversário deu oportunidade a expressiva troca de congratulações entre as autoridades do sistema e demonstrações de interêsse pelo aperfeiçoamento dos serviços estatísticos no Estado

Cabe destacar, entre essas mensagens, a que o Sr Interventor PEDRO LUDOVICO dirigiu aos Prefeitos de todos os municípios goianos:

"Ao ensejo do transcurso, hoje, da data aniversária da instalação do I B G E , que é o mais elevado órgão orientador da Estatística Nacional, quero mais uma vez declarar-vos que esta Interventoria tem o maior interêsse em que os trabalhos estatísticos de Goiás se integrem no ritmo de desenvolvimento apresentado pelas demais Unidades Federadas, nesse setor de atividade do país Dessarte, espero empregueis todos os esforços no sentido de que os serviços relativos a êsse município se atualizem o mais possível, sem prejuízo da eficiência que devam ter Saudações (a) PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, Interventor Federal"

MATO GROSSO — Em Cuiabá, após a celebração de missa em ação de graças, na Catedral Metropolitana, teve lugar uma sessão comemorativa no Departamento Estadual de Estatística, com a presença dos membros da J E R E e do Diretório Regional de Geografia e altas autoridades civis e militares.

Presidindo a sessão, o Delegado do I B G E e então Diretor do Departamento, Sr. WILSON GETÚLIO, teve oportunidade de realçar a importância da Estatística no momento atual, acentuando o apoio que o govêrno JÚLIO MULLER, criador da Estatística em Mato Grosso, vem emprestando ao aprimoramento dos serviços

Em nome do Diretório de Geografia, falou o Sr EULÁLIO ALVES GUERRA, historiando o desenvolvimento do D E.E , desde sua instalação até a presente data.

Como representante da Organização Hollerith, falou o Sr CARLOS BRESSANE, pondo em relêvo os esforços dos Delegados do I B. G E e dos dirigentes do D E E

Finalmente, em nome de suas colegas usou da palavra a Senhorinha BENILDE BORBA DE MOURA, que falou sôbre o papel da mulher na vida funcional, de preferência como servidora da Estatística.

NOS MUNICÍPIOS — Na grande maioria dos Municípios, o aniversário do Instituto foi comemorado por iniciativa das Agências Municipais de Estatística e com a colaboração das autoridades locais. Em muitas cidades, além da missa em ação de graças e sessão comemorativa na Prefeitura, verificou-se a inauguração de exposições de estatística e cartografia, as quais atraíram o interêsse dos numerosos visitantes

Por motivo da passagem do aniversário da instalação do I B G E., o Presidente e o Secretário Geral da entidade receberam grande número de mensagens de felicitações, muitas delas contendo expressivos louvores à obra do Instituto.

Transcrevemos, a seguir, alguns dêsses documentos:

"Em nome do govêrno do Amazonas, tenho a honra de cumprimentar V. Excia pelo transcurso do oitavo aniversário da instalação dêsse esclarecido Instituto — (a) RUI ARAUJO, Interventor Federal interino"

"Tenho a honra de congratular-me com o eminente amigo pelo aniversário da fundação dêsse sodalício que tão assinalados serviços vem prestando ao nosso país, no campo da Estatísca e da Geografia, tanto no ponto de vista cultural quanto como fator de orientação da administração nacional. Cordiais Saudações — (a) MAGALHÃES BARATA, Interventor Federal no Pará"

"Tenho grande satisfação em congratular-me com V Excia no transcurso do "Dia do Estatístico", comemorado na Paraíba com alta expressão cívica Cordiais Saudações. — (a) RUI CARNEIRO, Interventor Federal".

"Apresento a V Excia minhas congratulações pelo transcurso do "Dia do Estatístico" e pela passagem de mais um aniversário do I B G E Cordiais saudações — (a) JONES DOS SANTOS NEVES, Interventor Federal no Espírito Santo"

"Queira aceitar minhas efusivas congratulações pelo aniversário dêsse prestigioso Instituto, que tão importantes serviços vem prestando ao Brasil — (a) NEREU RAMOS, Interventor Federal em Santa Catarina".

"Tenho grande satisfação em congratular-me com o ilustre patrício pelo transcurso do oitavo aniversário da instalação dêsse Instituto, de cujas atividades, sempre orientadas com sábio patriotismo, têm resultado valiosos serviços ao nosso caro País Cordialmente — (a) PEDRO LUDOVICO, Interventor Federal em Goiás".

"Associando-se às festividades com que todo o país celebra o "Dia do Estatístico", esta Embaixada cumprimenta, na pessoa no eminente amigo, os estatísticos brasileiros, fazendo votos para que continui o admirável sistema do I B G.E seu fecundo programa de revelação numérica da realidade brasileira, que tão brilhantes resultados vem apresentando. Atenciosas saudações. — (a) JEFFERSON CAFFERY, Embaixador dos Estados Unidos da América"

"O oitavo aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entidade que vem prestando os mais assinalados serviços sob a alta Presidência do V. Excia., senhor Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, é acontecimento nacional que a Associação Brasideira de Imprensa registra com vivo júbilo, enviando a V. Excia efusivas felicitações, às quais se associa prazerosamente o velho amigo e admirador. — (a) HERBERT MOSES".

"Queira V Excia receber minhas efusivas congratulações pelas comemorações do 8 º aniversário do Instiuto Brasileiro de Geografia e Estatística, sob sua superior e esclarecida direção, e também pela celebração do "Dia do Estatístico", nesta faustosa data. Atenciosamente — (a) GENERAL RONDON".

"Com os meus agradecimentos pelo gentil convite para assistir às comemorações do "Dia do Estatístico" e do aniversário do I B G.E , apresento congratulações a V Excia , que tem sido o grande animador e orientador dos importantes trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelo I B G.E. e pela S.E.B Reiterando os meus agradecimentos, apresento a V Excia meus protestos de elexada estima e distinta consideração — (a) ANTÔNIO JOSÉ ALVES DE SOUSA, Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral".

"O Instituto de Economia da Associação Comercial do Rio de Janeiro tem a grande satisfação de felicitar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Sociedade Brasilcira de Estatística pela passagem do "Dia do Estatístico", levando aos seus ilustre dirigentes a afirmação do seu grande aprêço pela obra realizada. Atenciosas saudações. — (a) DANIEL DE CARVALHO, presidente do Instituto de Economia"

"A Bolsa de Mercadorias de São Paulo aproveita o ensejo desta data para se congratular com V Excia. e o Instituto que dignamente preside, diante dos trabalhos já realizados entre nós no campo da Estatística, sem dúvida um dos elementos de previsão do futuro econômico do país Reiterando dum modo especial, nesse campo os propósitos de nossa crescente cooperação, apresentamos nossos cumprimentos e saudações cordiais. Pela Bolsa de Mercadorias de São Paulo, CARLOS DE SOUSA NAZARETH, Presidente".

O *Jornal do Comércio*, desta capital, divulgando, em sua edição de 30 de maio, as solenidades comemorativas do oitavo aniversário da instalação do I B G. E , fêz as seguintes apreciações sôbre a entidade

"Celebrou-se ontem, em todo o país com expressivas solenidades, o "Dia do Estatístico", escolhido em comemoração do 8 º aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

A idéia da criação desta entidade nasceu nos primeiros dias após a vitória da Revolução de 1930, através de um projeto levado ao exame do govêrno da República por intermédio do Ministro da Educação, no sentido de criar-se o Instituto Nacional de Estatística e Cartografia Em 1933, o então Ministro da Agricultura, Sr JUAREZ TÁVORA, promoveu a reunião, nesta Capital, de uma comissão de técnicos, composta de um representante de cada Ministério, a qual, sob a presidência do Sr. LÉO DE AFONSECA, e tendo como relator o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, realizou exaustivos estudos sôbre as deficiências da organização estatística então vigorante no Brasil e conjugou num projeto — para cujo preparo serviu de base o plano anterior — os resultados de suas conclusões.

Às vésperas do país retomar a normalidade constitucional, em 1934, foi baixado o decreto que criou o Instituto Nacional de Estatística, ficando assim sacrificado o plano primitivo, na parte referente aos serviços geográficos Instalado em 29 de maio de 1936, no próprio Palácio do Catête, junto à Secretaria da Presidência da República, o I. N. E. convocou imediatamente o Convenção Nacional de Estatística, pela qual se solidarizaram os poderes executivos da União e das Unidades Federadas, para o ordenamento e a planificação sistemática das estatísticas brasileiras, conferindo-se ao Instituto, por outro lado, a responsabilidade de delegatário dos govêrnos, nos três setores de nossa organização política: o federal, o estadual e o municipal

O êxito obtido, em curto prazo, pela nova organização dada ao sistema estatístico brasileiro, afastou dentro em pouco os obstáculos que se haviam oferecido à consecução do plano inicial do Instituto

Criado em princípios de 1938 o Conselho Nacional de Geografia, ficava integrada a sua estrutura definitiva, constituída por duas grandes alas de serviços; a que acabava de ser colocada sob a responsabilidade do novo órgão e a que vinha sendo tècnicamente orientada pelo Conselho Nacional de Estatística. Ao mesmo tempo, era mudada a sua denominação para Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou seja êsse I B G E. a cujo esfôrço renovador já se habituaram a fazer justiça todos quantos se detêm no exame das suas admiráveis realizações

Em oito anos apenas de atuação, o Instituto transformou por completo o conceito de estatística brasileira dentro e fora do país, do que são provas os expressivos pronunciamentos que tivera o seu respeito o Oitavo Congresso Científico Americano, reunido em Washington, e o Segundo Congresso Inter-Americano de Municípios, realizado no Chile, quando não a

circunstância de haver sido conferida a um brasileiro a primeira presidência do Instituto Inter-Americano de Estatística Ali estão, por outro lado, o "Anuário Estatístico do Brasil" — um dos mais completos e perfeitos do mundo, com as suas numerosas Sinopses Regionais e por assuntos, e ainda outras em inglês e Esperanto No setor da geografia, cumpre não esquecer a campanha memorável em pról da sistematização da divisão territorial do país, que além de obedecer atualmente a critérios racionais e uniformes, é baixada para vigência sem modificações pelo prazo mínimo de um qüinqüênio. Merece referência por fim, a realização do Recenseamento Geral de 1940, sob a responsabilidade direta do Instituto.

Ampliando cada vez mais a sua atuação técnica e cultural, o I B. G E. inicia o seu nono ano de atividade com o prestígio inteiramente consolidado em todo o país, como uma das nossas mais eficientes entidades administrativas Os seus esforços se voltam, no momento, para um plano de trabalhos do mais relevante alcance nacional, em virtude das atribuições que lhe conferiu o decreto-lei 4 181, visando assegurar, como o exigem os interêsses da segurança do país, o mais elevado gráu de eficiência aos levantamentos estatísticos de caráter municipal. Nesse sentido, foram celebrados Convênios nas diversas Unidades Federadas, em virtude dos quais será transferida ao Instituto a responsabilidade da manutenção dos serviços estatísticos dos Municípios.

Na atual emergência, o I. B. G E , cujas Secções de Estatística Militar são órgãos colaboradores do Conselho de Segurança Nacional e dos Estados Maiores das Fôrças Armadas, vem prestando assinalados serviços à planificação do esfôrço de guerra do país, fornecendo às autoridades competentes os elementos obtidos nas suas pesquisas normais e executando inquéritos especiais, inclusive o levantamento dos estoques e outros índices econômicos "

CONVÊNIOS NACIONAIS DE ESTATÍSTICA MUNICIPAL

Na secção de "Legislação" do presente número da REVISTA, estão divulgados, em ordem cronológica, os Decretos-leis do Govêrno Federal e as Resoluções da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, referentes aos Convênios Nacionais de Estatística Municipal.

O primeiro daqueles atos é também o de mais elevada importância, pois ratifica os acordos assinados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em nome da União, com os governos regionais — exclusive o Distrito Distrito Federal — e a totalidade dos governos municipais, para transferência, ao Instituto, da responsabilidade administrativa dos serviços municipais de estatística e a criação da "quota de estatística"

Essa grande etapa da campanha não estaria concluída enquanto o Distrito Federal não participasse do ônus assumido por todo o país através dos Convênios, ou seja da obrigatoriedade de pagamento daquela taxa, a incidir sôbre ingressos em casas e locais de diversões.

A omissão foi preenchida de acôrdo com o Decreto-lei n º 6 730, de 24 de julho de 1944, ao qual puderam seguir-se as providências do C N E para o cumprimento de suas responsabilidades convencionais.

Infelizmente, a arrecadação da "quota de estatística" não pôde ser iniciada dentro de curto prazo, em virtude do retardamento sofrido pela impressão dos selos a serem aplicados nos ingressos vendidos ao público Atendida, porém, pela Casa da Moeda, a primeira encomenda, aquela arrecadação iria ter início, impreterìvelmente, no dia 9 de outubro no Distrito Federal

Também nos Estados as medidas necessárias já começavam a ser tomadas, especialmente naqueles onde os Inspetores Regionais das Agências Municipais de Estatística já haviam sido nomeados e entrado em exercício. O primeiro dêsses Inspetores foi o Sr Mem de Sá, do Rio Grande do Sul, que exercerá as funções cumulativamente com as de Diretor do Departamento Estadual de Estatística, em virtude da cláusula contratual que teve em vista a existência, naquela Unidade Federada, de uma rêde de Sub-Agências Distritais, com evidente proveito para os levantamentos estatísticos

Logo se fazendo sentir, na Secretaria Geral do Instituto, em decorrência de suas atribuições em face dos Convênios, considerável acréscimo de trabalhos, não sòmente foi o Setor de Estatística Militar transformado em Secção, como também foi criada a Secção Financeira, à qual competirão encargos que não cabiam já nas atribuições da Secção de Contabilidade

A fim de assegurar maior facilidade aos responsáveis por estabelecimentos de diversões nesta Capital, foi instalado um guichê no andar térreo do edifício onde funciona a Secretaria Geral à Praça Mauá, 7, 11 º, para efetuar a venda de selos, das 11,30 às 16 horas O material necessário, constante de guias e livros de escrituração, foi preparado no Serviço Gráfico de I B G E.

OS NOVOS TERRITÓRIOS

Havendo publicado, em seu nº 16, os atos de criação e delimitação dos novos Territórios Federais, a REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA atende à necessidade de divulgar o Decreto-lei nº 6 550, de 31 de maio de 1944, que retificou os limites e a divisão administrativa dos Territórios do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguaçu

Dispõe êsse decreto-lei:

"Art 1º — São fixados os seguintes limites para os Territórios Federais criados pelo Decreto-lei nº 5 812, de 13 de setembro de 1943:

a) Território Federal do Amapá — a Noroeste e Norte, a linha de limites com as Guianas Holandesa e Francesa; — a Nordeste e Leste, com o Oceano Atlântico (incluindo as ilhas litorâneas de Maracá, da Onça e outras); — a Sueste e Sul, o talvegue do Canal do Norte, (incluindo o arquipélago de Bailique — ilhas de Bailique, do Jaburu, do Brigue, Curuá, do Franco, dos Marinheiros e outras menores) — e uma linha no braço norte do rio Amazonas que acompanhe o alinhamento geral da margem continental (excluindo a maior parte das ilhas dêste braço e incluindo apenas as muito próximas do continente, no alinhamento das terras marginais, como as ilhas Pedreira, Santana, dos Periquitos e outras menores) até a foz do rio Jari; — a Sudoeste e Oeste, o rio Jari, da sua foz até a sua nascente principal na serra do Tumucumaque;

b) Território Federal do Rio Branco — a Oeste, Norte e Leste, os limites com a República da Venezuela e a Guiana Inglesa; a Sueste e Sul, o rio Jamundá ou Nhamundá, da sua nascente principal na Serra Uassari até o paralelo da nascente principal do rio Alalaú, seguindo por êsse paralelo até alcançar a referida nascente; o rio Alalaú, até a sua foz no rio Jauaperi, descendo por êste até a sua foz no rio Negro e por êste rio acima até a foz do rio Jufari; — a Sudoeste, o rio Jufari, desde a sua foz até a sua nascente principal; o divisor de águas entre os rios Demeni e Xeruini, desde a nascente principal do Jufari até o divisor de águas entre o Demeni e o Catrimani; êste divisor até encontrar o paralelo que passa pela nascente principal do rio Catrimani e seguindo por êste paralelo até a serra Parima;

c) Território Federal do Guaporé — a Noroeste, o divisor de águas Ituxi-Abunã e Ituxi-Madeira, até o ponto mais próximo da nascente do Paraná-Pixuna, descendo pelo dito Paraná-Pixuna até o paralelo da confluência do Igarapé Maici com o rio Madeira; — a Norte, Nordeste, Leste e Sueste, pelo paralelo da confluência do Igarapé Maici com o rio Madeira até essa confluência, subindo êsse igarapé até a sua nascente, seguindo pelo divisor Gi-Paraná-Marmelos e Gi-Paraná-Roosevelt, até o paralelo da confluência do rio Capitão Cardoso com o rio Roosevelt; seguindo por êsse paralelo até a dita confluência, sobe o rio Capitão Cardoso e o seu formador rio Tenente Marques até a foz do Igarapé Pesqueira; dessa foz, por uma reta, até o salto Joaquim Rios no rio Iquê, subindo o rio Iquê até a foz do córrego Toluiri-Inazá, pelo qual sobe até a sua nascente e daí, pelo divisor de águas, até a nascente principal do rio Cabixi, pelo qual desce até sua foz no rio Guaporé; — ao Sul, Sudoeste e Oeste, pelos limites com a República da Bolívia, desde a confluência do rio Cabixi com o rio Guaporé, até o limite entre o Território do Acre e o Estado do Amazonas, por cuja linha limítrofe continua até encontrar o divisor de águas Ituxi-Abunã;

d) Território Federal de Ponta Porã — a Oeste e Noroeste, pelo rio Paraguai desde a foz do rio Apa até a foz do rio Miranda; — a Nordeste, Leste e Sueste, pelo rio Miranda, desde a sua foz no Paraguai até a foz do rio Aquidauana, subindo por êste até a foz do ribeirão Agachi pelo qual segue até as nascentes; dêste ponto por uma linha reta até a principal cabeceira do ribeirão Taquaral, descendo por êste até a sua desembocadura no rio Miranda; em seguida, por êste rio acima até a barra do rio Nioaque pelo qual sobe até a foz do córrego Jacarèzinho; por êste córrego acima até a sua nascente e daí, por uma linha reta, até a cabeceira do córrego Laranjeira; desce por êste córrego até a sua foz no ribeirão Carandá; pelo qual desce até a foz do córrego Buriti; dêste ponto, por uma linha reta, até a confluência do córrego Espenídio no ribeirão Taquaruçu, subindo por êste até a foz do ribeirão Corumbá; por êste acima, até a foz do rio Cangalha, pelo qual sobe até a sua nascente; daí, alcança o divisor de águas do rio Brilhante e do ribeirão Buriti, também chamado do Américo; segue por êste divisor até a nascente do rio Brilhante, pelo qual desce até a sua foz no rio Ivinheima; prossegue pelo rio Ivinheima abaixo e, pelo seu braço navegável mais importante, alcança o rio Paraná; descendo por êste, segue até a fronteira com a República do Paraguai, na serra do Maracaju; — ao Sul e Sudoeste, com a República do Paraguai, acompanhando o limite internacional, até a foz do rio Apa;

e) Território Federal do Iguaçu — ao Norte, Nordeste, Leste e Sueste, o rio Ivaí desde a sua foz no Paraná até a confluência do rio Tapiracuí, subindo por êste até a foz do ribeirão Saltinho pelo qual sobe até as suas cabeceiras; daí, por uma linha reta e sêca, alcança as nascentes do rio d'Areia e descendo por êste vai até a sua foz no rio Piquiri; dêste ponto segue pelo rio Piquiri acima até a foz do rio Cobre, pelo qual sobe até a foz do rio de Cinco Voltas, por êste acima até a desembocadura do arroio dos Quatis, pelo qual sobe até a sua nascente; daí, por uma linha reta, alcança a cabeceira do rio Restinga Grande e por êste abaixo até sua foz no rio Cantagalo pelo qual desce até o rio Cavernoso, descendo por êste até a sua foz no rio Iguaçu; dêste ponto, segue pelo rio Iguaçu acima até a foz do rio Butiá, pelo qual sobe até as suas nascentes, de onde segue em linha reta até as cabeceiras do lageado Rancho Grande pelo qual desce até sua foz no rio Chopim; daí, pelo Chopim abaixo, até a foz do rio das Lontras e por êste, águas acima, até a foz do ribeirão das Capivaras pelo qual sobe até sua nascente; dêsse ponto segue pelo espigão divisor das águas dos rios Iguaçu e Uruguai, passando pelo morro da Balisa, no rumo geral de Leste, até encontrar as nascentes do lageado Santa Rosa; desce por êste lageado até sua desembocadura no rio Chapecó, pelo qual sobe até a foz do lageado Norte, e por êste acima até sua nascente; daí continua por uma linha sêca até encontrar a nascente do lageado Tigre e por êste abaixo até sua foz no rio Chapecòzinho; descendo por êste até a foz do lageado do Paulo, pelo qual sobe até a sua nascente; daí, por uma linha reta, à cabeceira do lageado Torto; desce por êste até a sua confluência no rio Ressaca, pelo qual continua águas abaixo até sua foz no rio Irani, descendo por êste até sua foz no rio Uruguai; — ao Sul, o rio Uruguai, da foz do rio Irani até a foz do Peperi-guaçu, nos limites com a República Argentina; — a Sudoeste, Oeste e Noroeste, a linha internacional com as Repúblicas da Argentina e do Paraguai, prosseguindo pelo talvegue do rio Paraná até a foz do rio Ivaí

Art 2º — Fica restabelecida a jurisdição dos Estados sôbre as áreas dos Territórios incluídas na delimitação estabelecida no artigo 1º do Decreto-lei nº 5 812, de 13 de setembro de 1943, e que não constam da delimitação ora fixada.

Parágrafo único — Os Estados alterarão o quadro territorial vigente, para o fim de excluir do mesmo as áreas retiradas à sua jurisdição, pelo presente Decreto-lei, e bem assim a inclusão das que ora lhes foram restituídas.

Art 3 º — Os Territórios a que alude o art 1 º têm a seguinte divisão:

a) o Território do Amapá é dividido em três Municípios, com as denominações de Amapá, Macapá e Mazagão, compreendendo o primeiro a área do Município de igual nome, que pertencia ao Estado do Pará; o segundo, parte do Município do mesmo nome, daquele Estado; e o terceiro, parte dos Municípios de Mazagão e Almeirim, que pertenciam ao Estado já referido;

b) o Território do Rio Branco é dividido em dois Municípios, com as denominações de Boa Vista e Catrimani, compreendendo o primeiro a área do Município de igual nome que pertencia ao Estado do Amazonas e o segundo a parte do município de Moura, do mesmo Estado;

c) o Território do Guaporé é dividido em três Municípios, com as denominações de Pôrto Velho, Alto Madeira e Guajará Mirim, compreendendo o primeiro a área do Município de igual nome e parte do Município de Humaitá, ambos do Estado do Amazonas; o segundo, a área do Município do Alto Madeira, do Estado de Mato Grosso; o terceiro, a área do Município de igual nome e parte do de Mato Grosso, que pertenciam ao último Estado acima referido;

d) o Território de Ponta Porã é dividido em sete Municípios, com as denominações de Pôrto Murtinho, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Miranda, Nioaque e Maracaju; cada um dos quatro primeiros compreende a área do Município de igual nome que pertencia ao Estado de Mato Grosso; o quinto, parte dos Municípios de Miranda e de Corumbá, do mesmo Estado; o sexto e o sétimo, respectivamente, parte dos Municípios de igual nome, ainda do mesmo Estado;

e) o Território do Iguaçu é dividido em cinco Municípios, com as denominações de Foz do Iguaçu, Clevelândia, Iguaçu, Mangueirinha e Xapecó; o primeiro compreende a área do Município de igual nome, que pertencia ao Estado do Paraná, e parte do distrito de Campo Mourão, do Município de Guarapuava, do mesmo Estado; o segundo compreende a área do Município de igual nome, que pertencia ao Estado já referido; o terceiro, o distrito de Laranjeiras e parte do distrito de Catanduvas, ambos do Município de Guarapuava, já mencionado; o quarto, parte do Município de Palmas, ainda do mesmo Estado; e o quinto, parte do Município de Xapecó, que pertencia ao Estado de Santa Catarina

Art 4 º — A capital do Território do Amapá é a cidade de Macapá; a do Território do Rio Branco é a cidade de Boa Vista; a do Território de Guaporé é a cidade de Pôrto Velho; a do Território de Ponta Porã é a cidade de Maracaju; a do Território do Iguaçu é a cidade de igual nome (vila de Xagu, ex-Laranjeiras)

Art. 5 º — Esta Lei entrará em vigor no dia 1 de julho de 1944, mas as suas disposições retroagirão ao dia 1 de janeiro de 1944 para efeitos fiscais

Parágrafo único — Os tributos que a União, o Estado ou o Município já tiverem recebido na data desta Lei ficarão, porém, definitivamente incorporados às respectivas receitas, valendo a quitação dada pela repartição arrecadadora até agora competente perante a que a substituir "

A existência das novas Unidades Federadas foi apreciada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para os fins de adesão das mesmas à Convenção Nacional de Estatística

Nesse sentido foi baixada pela Junta Executiva Central do C N E a Resolução n º 176, de 25 de fevereiro dêste ano, que partiu da consideração inicial de que a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entidade de natureza federativa destinada "à coordenação de todos os serviços estatísticos de interêsse geral, já existentes ou que vierem a existir nas diversas esferas e dependências da administração pública ou em entidades privadas", teve por fim, "mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República, bem como da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tècnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de tôdas as estatísticas nacionais", conforme o disposto no Decreto n º 24 609, de 6 de julho de 1934

Nestes têrmos, a incorporação das repartições ou dependências de repartições estaduais, territoriais e municipais que se ocupavam exclusiva ou principalmente de elaborações estatísticas, ao quadro das "Instituições Filiadas" do Instituto, se processou por fôrça da Convenção Nacional de Estatística, firmada entre a União, de um lado, e, de outro, os Estados, Distrito Federal e Território do Acre.

Daí, considerando que, em benefício da coordenação e sistematização da estatística geral brasileira, se torna indispensável estender aos novos Territórios Federais os direitos e deveres consubstanciados na Convenção Nacional de Estatística e relativos às demais Unidades da Federação, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei n º 4 081, de 16 de maiço de 1942, e no art 15 e seus parágrafos do Decreto-lei n º 4 736, de 23 de setembio do mesmo ano, a J E C resolveu que a Presidência do Instituto promovesse a adesão dos Governos dos Territórios de Rio Branco, Amapá, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçu, à Convenção Nacional de Estatística, aprovada e ratificada pela União em 11 de agôsto de 1936

Quanto aos levantamentos estatísticos no Território de Fernando de Noronha, dispôs que serão regulados mediante acôrdo entre o Instituto e o Govêrno daquela Unidade da Federação, firmado em obediência ao disposto no art. 15 e seus parágrafos do Decreto-lei n º 4 736, de 23 de setembro de 1936

Determinou, ainda, que a Presidência do Instituto, sem prejuízo das providências referidas, propusesse, imediatamente, aos Governos Territoriais, com fundamento nos princípios de nacionalização dos serviços estatísticos, estabelecidos nas leis que regulam a celebração dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal e na necessidade da criação da repartição central regional de estatística, a assinatura de um acôrdo especial, com os seguintes objetivos:

a) criação, na Administração Territorial, do Departamento de Geografia e Estatística, como órgão central dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística, destinado aos levantamentos geográficos-estatísticos no âmbito de cada Território;

b) delegação à Secretaria Geral do Instituto, provisòriamente, da organização e direção técnico-administrativas do Departamento de Geografia e Estatística, ao qual poderia ser cometida a incumbência de promover, no respectivo Território, a execução dos compromissos assumidos pelo Instituto nos Convênios Nacionais de Estatística Municipal.

Finalmente, a resolução estabeleceu que as despesas decorrentes da assinatura dos acordos previstos correrão à conta das consignações orçamentárias destinadas à assistência técnica aos sistemas estatísticos regionais.

O primeiro dos governos territoriais a aceitar a proposta do Instituto foi o de Ponta Porã. Com a colaboração de um técnico da entidade, Sr JOÃO DE MESQUITA LARA, o Governador, Coronel RAMIRO NORONHA, inscreveu, no Decreto n° 1, de 18 de setembro de 1941, que deu organização provisória aos serviços administrativos regionais, um capítulo criando o Serviço de Geografia e Estatística diretamente subordinado àquela autoridade. Compete ao S G.E. a execução e coordenação de estatística geral e dos levantamentos geográficos pertinentes ao Território, bem como a divulgação dos respectivos resultados e, de modo especial:

I — promover o melhor conhecimento do território regional, preparando a carta geográfica territorial e orientando e auxiliando tècnicamente as Prefeituras Municipais na execução e aperfeiçoamento dos respectivos mapas;

II — organizar um documentário cartográfico, fotográfico e corográfico sôbre o Território e estudar, interpretar e fixar, propondo as medidas que couberem para a sua adoção, as divisas intermunicipais e interdistritais;

III — promover a coleta e executar não só a crítica das estatísticas territoriais, senão também a tabulação, sistematização e ordenação documental de todos os elementos às mesmas referentes;

IV — organizar e manter, rigorosamente atualizados, por meio de cadastros e fichários apropriados e na conformidade do disposto no Decreto-lei n° 4 181, de 16 de março de 1942, todos os informes considerados úteis ao Conselho de Segurança Nacional e aos superiores órgãos das Fôrças Armadas Nacionais;

V — preparar sínteses informativas sôbre as estatísticas de sua competência e organizar publicações especiais para divulgação;

VI — efetuar investigações ou pesquisas em qualquer fonte informativa.

Ao Sr. JOÃO DE MESQUITA LARA coube, ainda, assentar as providências iniciais para a instalação do S G E , cuja direção foi entregue a outro funcionário da Secretaria Geral do Instituto, Sr BENEDITO COELHO RODRIGUES, para êsse fim nomeado, em comissão, por ato do Governador do Território

---

PRIMEIRO CONGRESSO DEMOGRÁFICO INTER-AMERICANO

Sòmente agora, graças ao recebimento de periódicos especializados que se editam no México, é possível divulgar, ainda sucintamente, as resoluções aprovadas pelo plenário do Primeiro Congresso Demográfico Inter-Americano, reunido, na capital mexicana, de 12 a 23 de outubro do ano findo

Essas decisões, que traduzimos das revistas *Estadística* e *El Economista*, são as seguintes:

RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO DE DEMOGRAFIA

I — Para uniformizar devidamente a estatística demográfica dos países americanos, — compilar dos seus governos diversos dados sôbre território e população, segundo um questionário aprovado pelo próprio Congresso, e que oportunamente será devolvido ao Govêrno dos Estados Unidos Mexicanos, afim de que as respostas sejam incluídas na Memória do Congresso;

II — Para coordenar devidamente os requisitos exigíveis aos imigrantes de após-guerra, baseando-se no critério dos governos americanos, — compilar dados, segundo outro questionário aprovado pelo Congresso, e que também será devolvido oportunamente ao Govêrno do México, a fim de que a informação constante do mesmo seja incluída na Memória do Congresso;

III — Para obter uma base técnica que sirva à coordenação dos movimentos migratórios na América, que o Comité Demográfico Inter-Americano, oportunamente, procure fixar o critério que se deva manter sôbre a capacidade de colocação e aproveitamento de imigrantes de acôrdo com o potencial econômico de cada país americano;

IV — Que os governos americanos tomem as medidas necessárias à execução, no curso dos anos de 1950 e 1951, do Censo Continental Americano, que, além do aspecto estritamente demográfico, compreenda integralmente o econômico-social, com subordinação a um programa básico elaborado pelo Instituto Inter-Americano de Estatística e aprovado pelos governos, sem prejuízo de que cada Estado, de acôrdo com as respectivas necessidades administrativas e com a sua experiência, possa dar à referida operação estatística a amplitude que considere conveniente;

V — Que os governos dos países americanos de economia e cultura indígena sigam; na planificação dos censos respectivos, processos similares aos que empregou o México ao levantar o *Censo de População de 1940; para êsse fim*, deverão ser, com a antecipação necessária, determinadas e devidamente coordenadas as características culturais que deva cada país investigar nos seus Censos de População, a partir de 1950;

VI — Que se unifiquem os sistemas de elaboração de estatísticas de turismo nos países da América, *como um meio para orientar* e estimular o turismo entre os mesmos; igualmente, no que se refere aos requisitos e documentos que devam preencher os turistas; e que o Instituto Inter-Americano de Estatística obtenha de cada um dos países americanos a compilação das estatísticas apuradas por cada um dos países, a fim de que sejam insertas nas publicações do Instituto e no Anuário Estatístico Inter-Americano;

VII — Que os governos americanos adotem como definição legal de nati-morto a que propôs a Secção de Higiene da Sociedade das Nações, em 1° de abril de 1925; e que diz: "Um nascimento morto (nati-morto) é o nascimento de um feto (variável) de pelo menos *28 semanas de concepção e no qual não se* apresente respiração pulmonar; dito feto pode morrer: *a*) antes, *b*) durante, ou *c*) depois do nascimento, mas antes de haver respirado";

VIII — Que os governos americanos baixem as medidas necessárias, para que os órgãos correspondentes de cada um dêles elaborem estatísticas sôbre o movimento de naturalização, compreendendo os seguintes dados: *a*) segundo o período de residência, na escala seguinte:

menos de 5 anos; de 5 a 9 anos; de 10 a 14 anos; de 15 a 19 anos; de mais de 20 anos; *b*) segundo países de nascimento e de nacionalidade, nos casos em que êstes sejam distintos;

IX — Que se uniformizem, o mais brevemente possível, os sistemas e métodos de investigação concernentes aos movimentos demográficos, com o fim de precisar os resultados que a migração de após-guerra alcance em cada país

Para obter a uniformidade a que se refere a recomendação anterior, que se peça a cooperação do Instituto Inter-Americano de Estatística, e que os dados estatísticos e de caráter geral que os governos americanos apresentem para publicação na Memória do Congresso sejam objeto de compilação e seleção;

X — Que os governos americanos adotem um critério uniforme sôbre as nomenclaturas de enfermidades, de causas de óbito e de causas de morti-natalidade, baseadas nas nomenclaturas internacionais aprovadas pela Comissão Internacional encarregada da revisão decenal, ficando entendido que, quanto às causas de morte e de morti-natalidade, devem ser usadas as nomenclaturas revistas em 1938; no que respeita a enfermidades e enquanto não se façam novas revisões, a nomenclatura de 1929

Que se elaborem separadamente estatísticas de nascidos vivos, de nascidos mortos e de óbitos em geral, consignando nestas últimas a informação sôbre lugar de ocorrência do óbito e lugar de residência entendendo-se como esta o domicílio habitual

Que, para facilitar a comparação internacional das estatísticas do registro do Estado Civil das nações americanas, estas se organizem de acôrdo com as seguintes normas: *a*) constituição de uma Repartição Central ou Nacional dos Registros do Estado Civil nos países que ainda não a tenham e sua organização político-administrativa o permita, distinguindo sua função estatística e de identificação e dotando-a de pessoal e meios adequados às suas importantes finalidades; *b*) determinação dos dados que em cada caso devam ser solicitados e unificação dos processos de verificação, classificação e tabulação; *c*) elaboração de tabelas ou quadros básicos com características técnicas idênticas, para as estatísticas de nupcialidade, natalidade e mortalidade, sem prejuízo da elaboração de outros de maior amplitude, de acôrdo com as necessidades particulares de cada país; *d*) utilização progressiva da nomenclatura internacional das causas de morte, adaptando-a às condições peculiares e predominantes de cada país, para secundar, assim, o trabalho do Bureau Sanitário Pan-Americano; *e*) diferenciação estatística entre os casos de morte verificados por médicos com título legal e os registrados sem tal requisito; *f*) adoção de métodos uniformes para determinação de índices e coeficientes demográficos e para as percentagens de omissão nas zonas urbanas e rurais, separadamente; *g*) implantação de normas e métodos similares para determinar o crescimento vegetativo da população, com referência ao último censo ou estimativa oficial de cada país

Que se ampliem as facilidades para obter a completa inscrição dos atos do estado civil, tais como nascimentos, casamentos e óbitos, para o que se recomenda a redução, ao mínimo, do tempo e despesas por parte dos interessados e, se possível, supressão destas últimas, visando o aumento de inscrições e a melhor elaboração estatística

RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO DE ETNOLOGIA E EUGENIA

I — Que, entre as medidas que os governos da América adotem como fundamentais para uma sã política demográfica do hemisfério, se incluam disposições para impulsionar os processos educativos que conduzam à melhoria das condições de vida das populações chamadas afro-americanas, negros ou gente de côr, com o fim de que a discriminação por motivo de raça ou côr seja eliminada em tôdas as relações humanas

Que se estimule o estudo científico das populações negras, de suas condições, potencialidade, culturas em geral e de suas contribuições à herança nacional e continental

Que os resultados de tais investigações ou estudos sejam aproveitados em textos escolares que se difundam de maneira apropriada, com o objetivo de produzir uma melhor compreensão entre os grupos sociais;

II — Que, nos países americanos de população indígena quantitativamente importante, a elevação efetiva dos níveis culturais e econômicos dessa população constitua um dos aspectos básicos de sua política, tendente a aumentar e melhorar sua potência demográfica, assim como a facilitar a incorporação da população indígena à vida ativa da Nação;

III — Que os governos dos países americanos determinem as medidas convenientes para facilitar o processo de transculturação dos imigrantes, fomentando a adaptação rápida de sua cultura nativa à cultura do país de sua adoção; conseguir que todo imigrante adquira um mínimo de educação indispensável para adaptar-se às normas que regem a convivência social no país que o acolheu; e prover a que os filhos dos imigrantes, mesmo não nascidos em território americano, recebam a educação que o respectivo Estado exija para seus próprios nacionais;

IV — Que os governos americanos baixem as medidas necessárias para que seja suprimida, nas respectivas legislações, quando a contenham, a palavra "indesejável", referida a uma nacionalidade determinada;

V — Que os governos americanos evitem em absoluto tôda política ou atitude de discriminação de caráter racial, e para tal fim o vocábulo "raça" não será usado em um sentido que implique, mais do que a herança comum de características físicas, qualidades psicológicas ou características culturais, religiosas ou lingüísticas, tendo-se em vista que os critérios de classificação racial, cientificamente válidos, apenas compreendem caracteres somáticos hereditários, sem interferência de nenhum outro caráter psicológico ou cultural

Que a Eugenésia deve ser entendida estritamente na sua acepção científica, como fator para o melhoramento biológico e social do indivíduo, qualquer que seja a raça a que pertença Nesse sentido, considera-se anti-científica qualquer tendência que tenha por propósito fomentar sentimentos de superioridade racial que, além de contrários às conclusões da ciência, negam os elevados princípios de justiça social que as nações americanas sustentam;

VI — Que os governos representados neste Congresso, participantes ou não do Congresso Pan-Americano Indigenista de Pátzcuaro, adotem os princípios no mesmo aprovados ou ratifiquem a Convenção que criou o Instituto Indigenista Inter-Americano;

VII — Que os governos dos países americanos promovam, por todos os meios a seu alcance, uma política demográfica orientada no sentido do desenvolvimento vegetativo das respectivas populações, sem prejuízo de que seja o mesmo estimulado por correntes migratórias extra-continentais, com a condição de que constituam contribuições efetivas, do ponto de vista eugênico e econômico, para o país que as receba, em particular, e para o continente em geral;

VIII — Que se solicite da 5ª Conferência Pan-Americana de Diretores Nacionais de Saúde, a reunir-se na cidade de Washington em 1944, que considere a conveniência da criação de um certificado internacional, ou inter-americano, de saúde, como requisito imigratório;

IX — Que os países americanos adotem, mediante uma convenção sanitária inter-americana, um plano orgânico de fiscalização e proteção da saúde dos imigrantes, tendente a impedir a entrada daqueles que, por suas condições psicofísicas, não constituam elementos convenientes do ponto de vista eugênico e médico-social, e a assegurar, quanto dêles dependa, mediante uma ação de vigilância da saú-

de e de assistência médico-social, a eficácia dos planos previstos em cumprimento da política demográfica de cada país interessado.

Que, para conseguir-se êsse resultado, seja solicitado ao Bureau Sanitário Pan-Americano: *a*) a redação de um plano e a realização dos trabalhos destinados a reunir a informação necessária, assim como os pontos de vista de cada país, sôbre a matéria; *b*) a obtenção, mediante essa troca de informações, da opinião de cada um dos países interessados; *c*) a organização do programa que há de servir de base à discussão das conclusões, para serem presentes à Conferência de Diretores de Saúde

Que, enquanto não se tornem efetivas as recomendações precedentes, sejam adotadas, quanto possível, com critério uniforme, as seguintes medidas de fiscalização sanitária e assistência médico-social relativas aos imigrantes: *a*) que antes de autorizar a saída do imigrante dos países de origem, além de outros requisitos que se considerem necessários, sejam efetuados os exames médicos respectivos e feitas as vacinações contra as moléstias locais, ou que existam no momento da saída do imigrante, para comprovar que êste possui o *standard* mínimo de saúde de acôrdo com o que estabeleça na matéria o país de destino; *b*) que se comprovem ou ratifiquem no momento da chegada do imigrante ao país, os exames realizados, muito especialmente as reações biológicas da sífilis e outras moléstias a fim de descobrir a possível existência de manifestações patológicas que, do ponto de vista eugênico ou médico-social, constituem um impedimento para a admissão do imigrante (sífilis, neuropatias graves hereditárias, tuberculoses, etc), e que se executem as medidas profiláticas adequadas; *c*) que, quando não existam, sejam criados nos lugares onde se radiquem grupos de imigrantes, Centros de Higiene e Assistência Social Familiar, ou se realizem inspeções sanitárias periódicas destinadas a tornar efetivas as medidas de vigilância sanitária e assistência social aos imigrantes; *d*) que os países americanos se mantenham informados a respeito dos resultados da referida fiscalização sanitária

Que a vigência da saúde e a assistência médico-social dos imigrantes, do momento de sua chegada aos países americanos, sejam organizadas dentro dos sistemas gerais de seguro e assistência social;

X — Que os países americanos que ainda não o tenham feito, além de efetuar censos periódicos de população e as investigações de caráter demográfico que se considerem necessárias, realizem estudos de Geografia Social sôbre todos os núcleos humanos de cada país, reunindo os dados essenciais para o seu agrupamento e classificação, a fim de fixar os problemas eugênicos e médico-sociais gerais e regionais

Que êsses estudos se realizem, quanto seja possível, de acôrdo com um plano geral, a fim de obter resultados comparáveis que sirvam de base à adoção de uma ação eugênica e médico-social comum

Que facilitem e estimulem as investigações científicas no campo da Eugenésia, a fim de: *a*) determinar, quanto seja possível, quais são os fatôres que à luz dos conhecimentos atuais devem ser considerados como disgênicos; *b*) precisar a natureza e o gráu de difusão de cada um de tais fatôres, assim como o valor da participação que a êles corresponde na diminuição da natalidade e no aparecimento de transtornos psíquicos e físicos nos descendentes

Que se obtenha do Bureau Sanitário Pan-Americano as gestões necessárias para a constituição e o funcionamento do Bureau Pan-Americano de Eugenésia e Hominicultura

Que êsse Bureau Pan-Americano de Eugenésia e Hominicultura, ou, em sua falta, o Bureau Sanitário Pan-Americano, promova as iniciativas necessárias para: *a*) a adoção de um plano de investigação e estudos dos problemas de Eugenésia; *b*) facilitar a informação e as diretrizes para êsse fim; *c*) facilitar o intercâmbio de pessoal técnico especializado; *d*) prover dos meios e recursos indispensáveis aquêles países que os necessitem; *e*) que se continue realizando as conferências de Eugenésia e Hominicultura.

XI — Que, sôbre a base de estudos de Geografia Social e dos índices sanitários que sejam determinados, se adote um plano geral de ação tendente a solucionar os problemas eugênicos e médico-sociais, com critério orgânico e integral, de maneira que os benefícios alcancem tôda a população do país.

Que dentro do plano geral se realize uma intensa e firme ação eugênica e médico-social, em particular contra a sífilis e o alcoolismo, considerados como importantes causas de diminuição da natalidade e de degeneração do indivíduo, e se preste especial atenção à obra de higiene e assistência sociais em favor da mãe e da criança.

Que, para facilitar tal obra, se adote como instituição básica de atuação eugênica e médico-social, o Centro de Higiene e Assistência Social Familiar e se organize a vigilância e a assistência médica da criança, sistemàticamente praticada, desde seu nascimento até a terminação de seu ciclo evolutivo, instituindo, para êsse fim, o "registro de recém-nascidos".

Que se inclua entre os temas a debater na próxima Conferência de Diretores de Saúde o "Plano Geral de Ação Eugênica e Médico-Social"

Que, por intermédio do Bureau Sanitário Pan-Americano, se divulguem as medidas adotadas e os resultados alcançados na aplicação do referido Plano Geral

RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO DE POLÍTICA DEMOGRÁFICA

I — Que os governos dos países americanos de estrutura industrial pouco adiantada tracem e executem um programa de desenvolvimento industrial como meio de elevar o nível de vida de suas massas trabalhistas e de criar as condições indispensáveis para absorver consideráveis efetivos imigratórios, e que êsse programa seja levado a cabo de forma coordenada e harmônica, procurando-se, primordialmente, desenvolver, em cada país, as indústrias transformadoras de matérias primas nacionais;

II — Que os governos americanos realizem inquéritos sôbre o orçamento familiar nas massas trabalhadoras, sugerindo-se a conveniência de aproveitar, enquanto o Comité Demográfico Inter-Americano não tiver estabelecido o método mais recomendável para a realização dêsses trabalhos, a técnica empregada pelo Bureau Internacional do Trabalho nos estudos que, sôbre o assunto, tem realizado em diversos países

Por sua parte, o Primeiro Congresso Demográfico Inter-Americano expressa aplausos ao Bureau Internacional do Trabalho pelos inquéritos que nessa matéria tem levado a efeito e, particularmente, pela colaboração que houve por bem prestar ao próprio Congresso;

III — Que os governos dos países americanos estudem e apliquem as recomendações e resoluções da Conferência Internacional de Alimentação, reunida sob os auspícios da Sociedade das Nações (Buenos Aires, 1939), da Segunda Conferência Inter-Americana de Agricultura (México, 1942) e da Conferência das Nações Unidas sôbre Alimentação e Agricultura (Hot Springs, 1943), no que concerne à relação das mesmas, em matéria de alimentação e produção, com a política demográfica de cada país, as quais devem ter a maior difusão no idioma nacional de cada país;

IV — Que os governos dos países americanos instituam serviços especializados, quando não existam, a fim de que se estudem os problemas da população e das migrações, e que êsses serviços estabeleçam um estreito contacto com o Comité Demográfico Inter-Americano e com os organismos internacionais competentes a fim de adotar processos uniformes de compilação;

V — Que os governos dos países interessados em receber a imigração de camponeses criem entidades que dêem ao imigrante não

apenas orientação e assistência, mas também que lhe ofereçam terras bem situadas e com boas condições agrológicas, a preços e em condições que permitam reduzir a um mínimo o desembôlso inicial; concedam tarifas de transporte reduzidas; encareçam ao Bureau Internacional do Trabalho prosseguir os estudos de fundamental transcendência que se propunha realizar em cumprimento de uma Resolução da Conferência reunida em Havana, em novembro de 1939, sôbre métodos de financiamento internacional dos planos de colonização e estudos das bases de organização de um Instituto Internacional para o financiamento das migrações colonizadoras, sôbre seleção técnica dos imigrantes, e sôbre a determinação de possibilidades de colonização

Que nos estudos sôbre migrações colonizadoras se tenha em conta a necessidade de criar, nos países de emigração, organismos encarregados de adiantar aos emigrantes o valor de suas terras e demais bens, a fim de evitar liquidações ruinosas;

VI — Que os governos americanos favoreçam suas mútuas relações culturais, segundo as normas das Convenções sôbre Fomento das Relações Culturais Inter-Americanas, sôbre Intercâmbio de Publicações e sôbre Facilidades às Exposições Artísticas, firmadas em Buenos Aires em 1936; que promovam o mais amplo conhecimento, em cada país americano, dos idiomas oficiais do continente, sem que êste propósito obste a conservação de idiomas e dialetos indígenas

Que, por ocasião de qualquer reunião interamericana, oficial ou privada, se realizem cursos especiais para as Delegações presentes sôbre pontos vinculados ao tema da mesma, a cargo de personalidades e especialistas, e que se refiram aos progressos realizados na matéria no país sede da reunião ou, em geral, aos aspectos mais importantes de seu desenvolvimento histórico, social, econômico, político e cultural

Que para o progresso da economia dos países americanos se outorguem mútuas facilidades aos agentes criadores de riqueza, sempre que sua atividade redunde em uma efetiva vantagem para conseguir tal objetivo; e que nos planos de turismo de cada país do Continente se procure especialmente facilitar as viagens que realizem a seu território os habitantes dos outros países americanos, nos períodos de férias anuais;

VII — Que nas Universidades de todos os países da América, onde não existam cursos ou cátedras sôbre demografia, sejam criados quanto antes, e, entre as matérias que integrem o plano de ensino, se inclua a teoria demográfica e o estudo das bases científicas da política de povoamento e dos problemas demográficos do país, bem como os de caráter continental e os mundiais;

VIII — Que o Instituto Indigenista Inter-Americano, em colaboração com as universidades e outras instituições culturais, planeje e realize a publicação de uma Enciclopédia do Índio Americano, completando os estudos já publicados ou que estão em vias de publicação; e que os governos, as universidades e outros institutos culturais dos países americanos nos promovam a realização, por técnicos especializados, de um plano integral de investigações de Arte Indígena, sob os auspícios do Instituto Indigenista Inter-Americano;

IX — Que o Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio, Indústria e Produção e, em geral, todos os organismos colegiais representativos, cogitem, em seus estudos, do aspecto demográfico, como elemento integrante de uma economia racional e humana

Que o Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio, Indústria e Produção estude os problemas relativos à desmobilização econômica de após-guerra e suas conseqüências sôbre a ocupação operária;

X — Que em todos os países americanos se promova o estudo intensivo dos problemas demográficos e se difunda a conveniência de adotar métodos comuns, tanto para a elaboração de suas estatísticas como para a apreciação de seus resultados, recorrendo para êsse fim à colaboração dos diversos organismos internacionais que tenham finalidades conexas e recomendando, em particular, seu cumprimento ao Comité Demográfico Inter-Americano, que se vai constituir por decisão dêste Congresso

Que se aconselhe aos governos a realização de acordos que tenham por fim a adoção de uma base de processo comum na preparação e exame dos índices demográficos destinados a estabelecer o nível adequado de população; a realização de acordos destinados a assegurar seu recíproco concurso para corrigir os desníveis que possam existir no gênero de vida de suas classes trabalhadoras; a pronta ratificação dos convênios internacionais do trabalho, cuja aplicação terá como resultado não só o cumprimento específico de seus fins, mas universalizar as condições de vida necessárias ao nível demográfico de cada país; o estabelecimento ou a ampliação e aperfeiçoamento, segundo o uso, de um sistema integral de seguros sociais

Que se declare a importância que os aspectos demográficos assumem em todo plano de reconstrução post-bélica e a relação de seus têrmos com a ansiada reorganização das atividades econômicas, particularmente no Continente Americano, cujos progressos e conquistas na ordem da produção e do intercâmbio é indispensável *guardar e conservar como elemento* de uma sã e verdadeira reconstrução mundial e como garantia de paz social

Que os governos adotem tôdas aquelas medidas que, segundo o estado de progresso social das respectivas legislações, são convenientes para fortalecer a consciência familiar, e o sentido de responsabilidade da procriação e para ajustar o cumprimento de suas obrigações ao nível de subsistência; que adotem, além disso, uma política preventiva de caráter demográfico que inclua os aspectos concernentes à sua população indígena e às levas imigratórias, de acôrdo com os princípios sustentados nas resoluções dêste Congresso, referentes aos aludidos temas

---

SEGUNDA REUNIÃO PAN-AMERICANA DE CONSULTA SÔBRE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

Realizou-se nesta Capital, no mês de agôsto dêste ano, sob os auspícios do Conselho Nacional de Geografia, do I B G E , a II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, com a participação de ilustres delegações de todos os países do Continente, dando prosseguimento, em parte, às conversações e entendimentos verificados na reunião que, por iniciativa da *American Geographical Society*, de Nova Iorque, teve lugar em Washington, Estados Unidos, em outubro do ano passado

Os assuntos programados, cuja discussão ficou a cargo de quatro comissões, foram os seguintes, após modificações que se impuseram no plano inicialmente estabelecido:

1ª Comissão (Geodésia e Astronomia de Campo) Precisão Triangulação continental "Data" geodésicos para a América Central e do Sul Nivelamento geodésico de precisão. Magnetismo, Gravimetria Observação de Maré Sismologia

2.ª Comissão (Topografia, Aerofotogrametria e Mapas Topográficos). Processos mais indicados de levantamento, segundo a natureza e as condições dos terrenos Difusão da aerofotogrametria Aperfeiçoamento e uniformidade dos mapas topográficos.

3.ª Comissão (Cartas Aeronáuticas) Aperfeiçoamento e uniformidade das cartas aeronáuticas e intensificação do seu preparo

4.ª Comissão (Cartas hidrográficas e outros). Levantamentos hidrográficos Arquivos cartográficos nacionais Padronização cartográfica. Intensificação da impressão de mapas O mapa oficial das Américas

5.ª Comissão (Toponímia, Terminologia, Relações entre a Geografia e a Cartografia) Assuntos Gerais Ortografia dos nomes geográficos. Dicionário de nomes técnicos A Geografia nos problemas de após-guerra Intercâmbio cultural Ensino da Geografia e da Cartografia Bibliografia Geográfica Uso de mapas em estudos geográficos e no Recenseamento

Durante os trabalhos da comissão organizadora central, presidida pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, os assuntos acima foram coordenados, por parte do Brasil, pelos Srs General Coelho Neto, Professor Allyrio de Mattos, Almirante Dodsworth Martins e Professor Delgado de Carvalho

A sessão preparatória teve lugar no dia 14 de agôsto, procedendo-se à apresentação das credenciais das diversas delegações A do Brasil ficou assim constituída: Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente; Professor Allyrio de Mattos, Engenheiro Antônio José Alves de Sousa, Engenheiro Benedito Quintino dos Santos, Capitão de Mar e Guerra Braz Dias de Aguiar, General de Divisão Cândido Mariano Rondon, Professor Carlos Delgado de Carvalho, Engenheiro Cristóvão Leite de Castro, Coronel Djalma Poli Coelho, Brigadeiro do Ar Eduardo Gomes, Professor Everardo Backheuser, Professor Fernando Antônio Raja Gabaglia, Ministro Heitor Lira, Contra-Almirante Jorge Dodsworth Martins, General de Divisão José Antônio Coelho Neto, Ministro José Roberto Macedo Soares, Ministro Orlando Leite Ribeiro, Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, Coronel Sebastião Claudino de Oliveira e Cruz, Professor Sebastião Sodré da Gama, Professor Sílvio Fróis Abreu, Engenheiro Vinicius César Silva de Berredo, Engenheiro Waldemar Lefevre, Ministro João Severiano da Fonseca Hermes, Coronel Francisco Jaguaribe Gomes de Matos e Sr Mário Augusto Teixeira de Freitas

Aspecto de uma das sessões da II Reunião Pan-Americana de Consulta

A sessão solene de instalação verificou-se às 20 horas do dia 15 de agôsto, sob a presidência do Sr Alexandre Marcondes Filho, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, que pronunciou o seguinte expressivo discurso ao declarar abertos os trabalhos:

"O Brasil inscreve, entre os acontecimentos da grande projeção de sua vida continental, a circunstância de aqui ter sido instalado com tôda a solenidade, em 1932, o Instituto Pan-Americano de Geografia e de História

Bem se calcula, portanto, o desvanecimento com que neste instante hospedamos os delegados dos países irmãos, altos expoentes da cultura e da inteligência chegados de todos os rincões

da América, que, em obediência à resolução do ano passado em Washington, se congregam, por iniciativa do Instituto e sob os auspícios do Conselho Nacional de Geografia, nesta II Reunião Pan-Americana de Consulta, para debater problemas, uniformizar diretrizes, planificar soluções, aperfeiçoar métodos e favorecer entendimentos coletivos sôbre as relevantes e oportunas questões geográficas e cartográficas que lhe enriquecem o programa

Vai longe a época, bem o sabemos, em que a geografia cogitava apenas de aspectos secundários da ação civilizadora da humanidade, limitando-se às definições do conhecimento físico da terra Não é mais o livro de gravuras, em que se repousa o olhar imaginando a imutabilidade e o silêncio das coisas. Também as cartas não são mais simples esquemas de um mundo estabilizado em moldes fixos, nem roteiros traçados para a obtenção de mercados longínquos

Atravessamos uma fase de transposição, uma encruzilhada das Eras, em que a História, dividida pela crise contemporânea, enche de interrogação os horizontes de tôdas as atividades humanas e estremece velhos limites do continente europeu. Como nos fins do século XV, ciclópicos movimentos agitam os centros de gravidade da órbita política e econômica da terra: novos fatôres sociais, novas fôrças telúricas, novas invenções, novos elementos de progresso, fenômenos inesperados, revelam-se no alvorôço da subversão O devassamento pelo homem de outros campos de domínio, exige uma revisão geral dos dados fundamentais, porque o milagre das comunicações instantâneas desfez princípios tradicionais na marcação do tempo e do espaço. A conquista da atmosfera uma projeção do solo pelas alturas Os avanços da química industrial transformaram o valor do subsolo e, com êle, talvez certos destinos históricos

A geografia explicou aos contemporâneos o segrêdo e o mistério da peregrinação, da duração e do perecimento das antigas civilizações Mas, hoje, há uma transposição de autoridade, de previdência, de antevisão O mundo pede à geografia que não conte apenas realidades pretéritas, mas, se possível, que responda às interrogações e às dúvidas que o porvir oferece. Não é bastante demonstrar, como fêz a sabedoria de Vico, que o divino, o heróico e o humano, que são os grandes planos da história da humanidade, correspondem à olímpica vibração dos píncaros, ao caminho de Pan através dos vales e à descortinada revelação do litoral oceânico

Levantaremos, sem dúvida, o mapa da América, mantendo linhas que harmoniosamente definem soberanias intangíveis e, dentro de cada uma, contaremos as riquezas e as negações, que as características da terra apresentam Tudo isso será expressão gráfica da bela unidade do nosso continente, em nome da qual pavilhões americanos falam nos campos da Europa a linguagem heróica da morte e do sacrifício

Mas hoje pedimos também à geografia que cooperе na sistematização dos elementos experimentais dos nossos atribulados tempos, dispersos pelo vendaval da crise, e registre as realidades que irromperam, a fim de bem gravar na face desfigurada da terra, os novos esquemas configurativos de conquistas humanas, que germinarão na paz, fecundadas pelo sangue dos que tombaram

A II Reunião Pan-Americana de Consulta, estudando a padronização cartográfica, assinalando os processos mais indicados de levantamento, determinando as medidas necessárias para intensificar a impressão das cartas e preparando o mapa oficial das Américas, não fixará apenas a fisionomia geográfica do imenso lar comum, mas a efígie da própria comunhão dos nossos povos Examinando, porém, a geografia nos problemas de após-guerra, vai apontar diretrizes e rumos, para que não seja Vico quem explique à história dos antepassados, mas a nossa geração quem ilumine o roteiro dos porvindouros através das brumas que baixaram sôbre a marcha da civilização: é que a vida internacional, senhores, já não é principalmente expressão do convívio de países nos respectivos continentes, mas um gigantesco convívio de continentes na esfera imensa do mundo As características geográficas, portanto, se integram num conjunto universal e o velho geógrafo, curvado sôbre os relevos do seu solo, agora estuda e anuncia para a nova humanidade as promessas de cada região

Formulando os melhores votos de boas vindas, em nome do Sr. Presidente da República, declaro instalada a II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, certo de que um extraordinário êxito acompanhará êstes instantes de convivência entre sábios de todos os quadrantes da América"

Dando as boas vindas às delegações estrangeiras, em nome da brasileira, usou da palavra o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, cujo discurso foi o seguinte:

"Na qualidade de Presidente da Delegação Brasileira e em nome do Conselho Nacional de Geografia, tenho a honra de apresentar as boas vindas aos ilustres representantes dos Estados das Américas, hoje congregados na Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia

Todos sabem que o já glorioso Instituto Pan-Americano de Geografia e História, promotor das Reuniões de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, foi criado em virtude de uma resolução da VI Conferência dos Estados Americanos, reunida em Havana, em janeiro de 1928 Tendo por sede a cidade do México, onde se realizou, em setembro de 1929, a assembléia preliminar, o Instituto Pan-Americano de Geografia e História só foi instalado solenemente na cidade do Rio de Janeiro, em dezembro de 1932, e no mais que centenário Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

A Assembléia preliminar e Assembléia de inauguração, ambas foram presididas pelo ilustre engenheiro Dom Pedro C Sanchez, ainda hoje eminente Diretor Executivo do Instituto, e para felicidade nossa presente a esta reunião

Na Assembléia inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, o saudoso Max Fleiuss propôs, e foi unânimemente aprovado, um voto de grande louvor ao nosso eminente patrício e operoso companheiro de trabalho Sr. Dr Mário Augusto Teixeira de Freitas pelo modo por que aparelhou a delegação brasileira para levar a efeito, tão brilhantemente e com tanto êxito, a referida reunião. Extensivo foi o voto de louvor a dois outros nossos companheiros, os Srs Alberto Cerqueira Lima e Camilo de Cliveira

Na reunião de hoje devemos agradecer a atividade eficiente de Cristóvão Leite de Castro, de André Simonpietri, de Fábio Guimarães, de Jorge Zarur, de Orlando Valverde, de Moacir Silva, de José Veríssimo da Costa Pereira de Armando Schnoor e de Carlos Pedrosa, e a dedicação dos quatro ilustres coordenadores da contribuição científica brasileira, Srs General Coelho Neto, Almirante Dodsworth Martins e Professôres Alírio de Matos e Delgado de Carvalho

Nas salas de trabalho desta II Reunião de Consultas podemos apertar as mãos de cientistas e técnicos de tôdas as regiões da América.

Do generoso idealismo dos grandes condutores de homens do novo continente, brotou, irresistivelmente, a solidariedade dos Estados Americanos De George Washington a José Bonifácio de Andrada e Silva, de Bolivar a San Martin e a O'Higgins, os mesmos ideais, a mesma aspiração ao progresso social e os mesmos sentimentos de fraternidade, criaram a consciência e coração americanos Laços de amizade e de cooperação, que raramente se têm afrouxado — aliás, para de novo logo se estreitarem — ligaram os destinos de todos os povos da América, entrelaçando a idealidade e os interêsses comuns e também a tradição gloriosa e liberal de cada um e de todos os países americanos

Os estudos geográficos e cartográficos — e o simples enunciado de seu nome define a am-

plitude de seu campo de ação — abrangem tôda a Terra Nenhuma ciência exige, portanto, indispensàvelmente como a Geografia, a estreita colaboração entre as nações

No momento em que as valorosas fôrças militares das Nações Unidas ultimam as operações da Vitória; na hora em que os estadistas e os técnicos estudam a reconstrução do mundo, no após-guerra, a II Reunião de Consulta Pan-Americana sôbre Geografia e Cartografia reúne delegados de todos os Estados da América, aproximando-os pela inteligência, pela cultura e pela investigação científica E essa reunião de americanos, de olhos voltados para a ambicionada Paz e de mãos construindo um futuro melhor, constitui uma advertência ao Mundo: de que são uniformes os altos sentimentos de solidariedade humana em todos os povos da América

Senhores Delegados A minha terra, a nossa terra, vos recebe feliz e prazenteira"

Discursou, após, em agradecimento, pelas delegações estrangeiras, o General ENRIQUE BLANLOT, chefe da delegação do Chile. Falaram ainda o Sr. PEDRO SANCHEZ, Diretor Executivo do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, e o Sr ROBERT RANDALL, Presidente da Comissão de Geografia e Cartografia daquele Instituto e Presidente da delegação norte-americana

Por aclamação, foi escolhido Presidente da Reunião o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, que escolheu os demais membros da mesa e nomeou Secretário Geral o Sr CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO, bem como numerosos assessores técnicos.

Na primeira sessão plenária, que teve lugar no dia seguinte, o presidente da delegação brasileira comunicou em que consistiria a contribuição do nosso país: 1 º — a organização e realização da II Reunião Pan-Americana; 2.º — notícias sôbre as repartições que executam trabalhos geográficos, esclarecendo os processos utilizados; 3 º — exibição minuciosa dos tipos de cartas que prepara; 4 º — propostas sôbre assuntos geográficos de interêsse pan-americano; 5 º — participação ativa e interessada nos trabalhos das Comissões Técnicas Os trabalhos apresentados foram os seguintes: "Notícias sôbre o procedimento técnico e trabalhos realizados pelo Serviço Geográfico do Exército"; "Instrução para levantamentos", elaborado pelo Diretório de Navegação do Ministério da Marinha; "Brasil. Notícia para a II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia", contendo a exploração dos métodos da Marinha quanto à execução de trabalhos especializados; "Equipamentos Náuticos de Salvamento"; "Determinações da parte mais oriental do Brasil", de autoria do Comandante ARI RANGEL; "Memória sôbre as atividades da Divisão de Fomento da Produção Mineral"; opúsculo contendo o relato das atividades da Divisão de Águas, do Ministério da Agricultura, e igual contribuição sôbre o histórico e as atividades da Diretoria de Rotas Aéreas do Ministério da Aeronáutica.

No mesmo dia, os congressistas foram recebidos pelo Presidente da República, Presidente de Honra da II Reunião, que foi saudado pelo chefe da delegação norte-americana

Também visitaram o Prefeito do Distrito Federal, discursando no momento o Sr. ARTURO TINOCO, chefe da delegação de Costa Rica.

No dia 17, data em que tiveram início os trabalhos das Comissões, foi inaugurada a Exposição de Cartografia Pan-Americana e de Aspectos Geográficos do Brasil. Na solenidade usaram da palavra o Presidente da Reunião e o Professor CARLOS MORALES MACEDO, Chefe da delegação do Peru.

Os trabalhos das Comissões prosseguiram até o dia 25 de agôsto, grandemente animados e fecundos, em ambiente da mais viva cordialidade No mesmo período, realizaram-se conferências de técnicos brasileiros e estrangeiros, visitas a repartições especializadas e festividades diversas

Entre várias mensagens que foram recebidas no decorrer das sessões, destacamos a seguinte, do Instituto Inter-Americano de Estatística:

"Excelentíssimo Senhor

Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

DD Presidente da II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia.

Atenciosas saudações.

Na qualidade de Presidente do Instituto Inter-Americano de Estatística, tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência, e aos demais membros da Segunda Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, as saudações mais efusivas e calorosas, de envolta com os melhores votos pelo êxito da meritória tarefa a que ora se dedicam

A estatística e a geografia foram instrumentos para que se organizasse e desenvolvesse, com tremenda eficiência, o maior conflito bélico que já ultrajou, empobreceu e humilhou a civilização e a cultura; conflito do qual a humanidade só sairá redimida graças ao admirável espírito de sacrifício daqueles que, enfrentando virilmente a horrenda tragédia, fizeram o dom integral de si mesmos, olhos postos no ideal de liberdade e justiça para todos os povos

É justo esperarmos, portanto, que o mundo, cansado de tanta loucura e de tanto ódio, e cedendo afinal aos eternos mandamentos da fraternidade e da compreensão entre os homens, tenha também aprendido a edificar com a geografia e a estatística, em condições de não menos impressionante grandeza, a verdadeira ordem humana, — aquela ordem que apenas desprezará os preconceitos, e saberá empreender resolutamente a renovação social, propiciando a cooperação de tôdas as classes e entre todos os membros da comunidade internacional, como o esperam os corações bem formados.

Sob a inspiração dêstes generosos objetivos, acredito que interpreto o pensamento dos estatísticos de tôda a América declarando a nossa certeza de que essa Reunião assume transcendente significado, uma vez que vai ser, ou melhor, já está sendo, o começo da permanente colaboração continental, cada vez mais estreita e fecunda, nos extensos e variados domínios, mùtuamente complementares, da geografia e da estatística

O Instituto Inter-Americano de Estatística, saudando os ilustres técnicos dessa II Reunião de Consulta, deseja manifestar-lhes, pois, a con-

fiança em que nós, os Geógrafos e Estatísticos americanos, unindo os nossos esforços, contribuiremos decisivamente para a vitória, no Novo Continente, da política de cooperação e da boa vizinhança, que o Velho Mundo, infelizmente, ainda não quis — ou não pôde — praticar E essa política — é-nos grata a expectativa — desfará os malentendidos, e neutralizará também as vãs desconfianças e os interêsses unilaterais Porque, baseando-se no recíproco respeito e no reconhecimento dos direitos alheios, tanto quanto na inviolabilidade dos princípios morais, e no mútuo conhecimento, será o penhor seguro de uma evolução pacífica e harmoniosa, capaz de atender aos mais nobres anseios do homem. E assim se constituirá, tal política, a única fôrça em condições de realizar plenamente os comuns destinos das Nações Americanas, tais como a inteligência e o sentimento os configuram, justificam e enaltecem, por fôrça de um imperativo histórico

Queira Vossa Excelência, Senhor Embaixador, aceitar e transmitir a essa egrégia Assembléia, com essas saudações e êsses bons augúrios, as minhas melhores homenagens de admiração e estima

M A Teixeira de Freitas, Presidente do Instituto Inter-Americano de Estatística."

A sessão solene de encerramento da II Reunião de Consulta sôbre Geografia e Cartografia verificou-se no dia 27 de agôsto, no Palácio Itamarati, com a presença do Chefe da Casa Militar do Presidente da República, representando o Sr Getúlio Vargas, e altas autoridades

Nessa ocasião, discursaram: o Sr Cristóvão Leite de Castro, Secretário Geral da Reunião, relatando os trabalhos; General Cândido Rondon, da delegação brasileira, que saudou os delegados estrangeiros; Coronel Pedro Roberto Quiroga, Chefe da delegação argentina, em agradecimento; e Embaixador Leão Veloso, Ministro interino das Relações Exteriores, encerrando a sessão

O discurso-relatório do Sr Leite de Castro foi o seguinte:

"Na qualidade de Secretário Geral, cabe-me a missão um tanto ingrata de relatar o que foi a II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, na hora mesma do seu encerramento

O Govêrno do Brasil, ao começo do ano, formulou convites, pela via diplomática, aos governos dos países das Américas, inclusive o Canadá, no sentido de enviarem representantes à Reunião; e, com o propósito de reunir técnicos especializados, foi adjunto ao convite o programa do certame, — que está sendo cumprido com rigor, — em o qual figura a agenda dos assuntos técnicos, já nessa hora bem discutidos e transformados em fecundas resoluções

A convocação do Brasil foi bem compreendida, pois, dos 21 países convidados, sòmente três, por motivos superiores — o Haiti, a Nicaragua e São Salvador — deixaram de enviar representantes

Aportaram assim ao Rio de Janeiro, vindos do mar, da terra e do ar, sessenta técnicos de subido valor para discutir assuntos científicos, com os seus vinte e seis colegas brasileiros, designados para isso por decreto presidencial

A colegiada de geografia e cartografia foi portanto de oitenta e seis membros, porque nela se incluem os dois ilustres delegados do Instituto Pan-Americano de Geografia e História — seu diretor executivo, D. Pedro Sanchez, e o secretário de sua comissão de Cartografia, Dr André Simonpiétri

As delegações, ao todo vinte, apresentaram-se pois com o número médio de 4,3 membros, média essa que baixa para 3,1 se se considerarem sòmente as delegações estrangeiras

Entre os extremos de delegação de zero membros, em número de três, e de uma de 26 membros (a do Brasil), predominou como mais freqüente o caso da delegação de dois membros, com o qual compareceram sete delegações

Entretanto, o que encanta no exame dos delegados à II Reunião Pan-Americana, mesmo sem a consideração dos membros de honra, é a excelência dêles: 1 Embaixador, 1 Ministro de Estado, 4 Ministros, 7 Generais, 1 Brigadeiro do Ar, 1 Contra-Almirante, 7 Coronéis, muitos Engenheiros e Professôres mas, sobretudo, numerosos técnicos altamente especializados nos variados setores da Geografia e da Cartografia

De acôrdo com o programa preestabelecido, — que, salvo pequenas adaptações de horários, foi cumprido à risca; — a II Reunião compreendeu uma fase de estudos de 14 a 25 de agôsto, e a partir de hoje até 2 de setembro se aplicará em excursões geográficas

A fase de estudos gastou 12 dias, em os quais os delegados estiveram juntos durante 92 horas, sendo 23 horas em plenário, 24 em comissões técnicas, 22 em reuniões sociais e oficiais e 23 em visitas técnicas e na exposição Duas particularidades sôbre a distribuição do tempo de trabalho devem ser destacadas: 1ª) o elevado número de horas de trabalho, cuja média diária atingiu a 7,6 horas, computado o domingo, 20, de intercale; 2ª) a distribuição absolutamente uniforme das atividades coletivas

Os estatísticos e os professôres, aquêles ciosos dos números, êsses da disciplina — e quantos dêles possuímos aqui — estão de certo indagando, de si para si, cheios de curiosidade — e qual teria sido a freqüência dos delegados nas reuniões? Aquêles plenários, aquelas comissões, aquelas reuniões, aquelas visitas atrás mencionadas com que número funcionaram em média?

Deixemos que os próprios números falem Em 14 reuniões, sendo apenas 4 plenárias e 10 de comissões, as listas de presença acusam um total de 613 assinaturas, o que dá a média de 44 presenças para cada reunião

Mais uma questão desejo esclarecer, e esta, certamente, a mais importante de tôdas E que se fêz?

Nas reuniões, os delegados discutiam numerosos problemas científicos, e da discussão surgiram 59 resoluções, sendo 7 de natureza protocolar e 52 de caráter técnico ou administrativo, das quais 23 resoluções relacionadas com os governos dos países e os seus serviços especializados, e as restantes 29 com o Instituto Pan-Americano de Geografia e História e os seus órgãos técnicos e consultivos

No que toca à natureza dos assuntos, a distribuição foi a seguinte: 10 resoluções se ocuparam de assuntos de "Geodésia e Astronomia de Campo", 11 foram referentes a "Mapas topográficos", 9 trataram de "Cartas aeronáuticas", 9 cogitaram de "Cartas hidrográficas", e as demais 13 de "Relações entre geografia e cartografia Assuntos gerais".

Conforme se verifica, pois, as 5 comissões técnicas trabalharam, e trabalharam igualmente

Habituado a agir e não a falar, dispenso-me de apreciar o mérito das questões aprovadas, o alcance das decisões tomadas, o significado das resoluções consagradas

Prefiro deixar a resposta ao vosso entusiasmo, senhores delegados, ao vosso labor fecundo e promissor, porque, em se tratando de reunião de consulta, as nossas decisões não foram, como não poderiam ser, teóricas, doutrinárias, filosóficas, senão objetivas, tendo em vista realizações práticas.

Portanto, desejo aplicar os poucos minutos de que disponho dizendo-vos, com orgulho, que o Brasil geográfico de hoje, no seu movimento renovador, está aparelhado e cada vez mais

e melhor se aparelhando para cumprir as tarefas básicas que, por destino territorial e cultural, naturalmente lhe cabe

Desejo declarar-vos apenas que a preocupação do Brasil nesta II Reunião de Consulta não foi sòmente dar-lhe sede, em uma cidade que é um capricho da natureza, proporcionar hospitalidade aos delegados, o que é tradição da terra, contribuir com a organização do certame, que absorveu esforços dedicados de muitos

Não, o Brasil geográfico anseia mais, olhando para a frente e para cima

Por isso, tenho o orgulho de vos comunicar dois fatos importantes

Um, que na manhã de hoje, dia 25 de agôsto de 1944, o Exmo Sr Dr. GETÚLIO VARGAS, Presidente da República, assinou o Decreto-lei n° 6 828, criando o Serviço de Geografia e Cartografia, como órgão executivo central do *Conselho Nacional de Geografia*, tendo por finalidade executar os trabalhos geográficos, cartográficos e fotogramétricos da alçada do mesmo Conselho.

Parece-me, senhores delegados, que essa foi a melhor homenagem que lhes preparou o Brasil — perpetuando no estatuto de um serviço da vossa especialização — de Geografia e Cartografia — a data do encerramento dos vossos trabalhos

Outro fato é a oferta que tenho a honra de formular ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História para que, quando se criar a Comissão de Geografia Aplicada, proposta pela II Reunião com a Resolução n° 19, hoje de manhã aprovada, para que, dizia, deixe sob os auspícios do Conselho Nacional de Geografia do Brasil a instalação e o funcionamento da dita comissão

Era o que tinha a dizer, neste relato sem sabor e *sem colorido*"

De acôrdo com o programa estabelecido, realizaram-se ainda várias homenagens aos participantes da conferência, os quais estiveram também em visita à Usina Siderúrgica de Volta Redonda e à capital e ao interior do Estado de São Paulo.

Achando-se entre os delegados o Sr. VICENTE TOLENTINO ROJAS, Diretor da Diretoria Geral de Estatística da República Dominicana e Chefe da delegação dêsse país amigo, foi o mesmo recebido na sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, onde se achava reunida a Comissão Censitária Nacional. Saudado pelo Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, Secretário Geral do Instituto, o ilustre visitante pronunciou expressivo discurso de agradecimento.

Segundo ficou assentado na última sessão plenária da II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a próxima conferência da série terá lugar em Buenos Aires.

DÉCIMO CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

Reuniu-se nesta Capital, em setembro dêste ano, o X Congresso Brasileiro de Geografia, promovido pela Sociedade Brasileira de Geografia e sob o patrocínio do Ministério da Educação e Saúde, da Prefeitura do Distrito Federal e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A sessão plena preparatória teve lugar no dia 6 daquele mês, sob a presidência do Professor FERNANDO ANTÔNIO RAJA GABAGLIA, presidente da Comissão Organizadora Presentes delegados dos Estados e Territórios, representantes de instituições e numerosos outros congressistas, foi eleito presidente do Congresso o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, presidente do I B G E e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Foram aclamados Presidente de Honra o Presidente GETÚLIO VARGAS e vice-presidesntes de Honra o Ministro GUSTAVO CAPANEMA, Prefeito HENRIQUE DODSWORTH e Interventor MAGALHÃES BARATA, bem como, para os lugares de presidentes e vice-presidentes beneméritos, eminentes figuras da cultura geográfica brasileira, além dos demais membros da mesa e componentes das Comissões Técnicas

A secção solene de instalação, às 20 horas do dia 7 de setembro, verificou-se no Palácio Tiradentes, com o comparecimento de altas personalidades

A convite do presidente do Congresso, assumiu a presidência da mesa o Sr. ALEXANDRE MARCONDES FILHO, Ministro interino da Justiça e Negócios Interiores, que pronunciou o seguinte discurso:

"Em nome do Exmo Sr Presidente da República, tenho a honra de apresentar-vos os votos de boas vindas e declarar instalado o X Congresso Brasileiro de Geografia, que se reune sob a presidência do Sr Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, brasileiro ilustre, cujo incansável esfôrço, patriotismo e inteligência tão relevantes serviços tem prestado ao país.

A data escolhida para a sessão inaugural dêste certame não podia ser mais significativa, nem mais propícia Ainda há poucos instantes, falando no estádio do Vasco da Gama, por entre aclamações do povo brasileiro, o Presidente GETÚLIO VARGAS assinalava que êste aniversário da Independência encontra a Nação no ponto mais alto de sua existência política Nesse memorável discurso existem algumas considerações que poderiam ser inscritas no pórtico dêste Congresso como um roteiro.

Já não somos uma comunidade semi-colonial — declarou o presidente GETÚLIO VARGAS — preocupada com exploração de três ou quatro produtos tropicais Já demos relêvo aos nossos valores produtivos, já iniciamos a exploração das grandes riquezas do sub-solo, dantes tão louvadas, mas esquecidas e abandonadas

Estas palavras, senhores, indicam a conveniência de incentivarmos, cada vez mais, o estudo da geografia econômica do Brasil contemporâneo, para abrir caminho à industrialização do país através do estudo do solo e dos seus produtos, e das riquezas que se ocultam no seio da terra, a fim de que nossas fábricas, relativamente aos problemas da matéria prima, se libertem dos mercados estrangeiros e apressem a consolidação da autonomia econômica

Abrem-se, assim aos geógrafos brasileiros novos e largos horizontes para atividades úteis ao engrandecimento e prosperidade do Brasil, bem como a solução de problemas que se acham inscritos na agenda dêste Congresso. Do seu êxito a garantia nós a temos na cultura, na inteligência, no patriotismo e na dedicação dos congressistas que, sôbre tal matéria, representam uma elite do Brasil.

Declaro, senhores, aberta a sessão"

Falaram, em seguida, o Porfessor F A RAJA GABAGLIA, saudando os delegados, e, em agradecimento, como representante dêstes, o Sr MÁRIO MELO, de Pernambuco

Ao encerrar os trabalhos, o Ministro MARCONDES FILHO agradeceu a presença do Sr Arcebispo do Rio de Janeiro, D JAIME CÂMARA, e congratulou-se com os presentes pelo brilho da sessão

No dia seguinte, foram distribuídas as teses aos membros das Comissões Técnicas, seguindo-se aos trabalhos visita ao Presidente da República e ao Prefeito do Distrito Federal, durante as quais falaram, respectivamente, os Srs F A RAJA GABAGLIA e CÍCERO DE MORAIS, e conferência do Professor JORGE ZARUR, representante da American Geographical Society, sôbre o tema: "A Geografia — uma ciência moderna a serviço do homem"

Do programa do dia 10 constaram: inauguração da Exposição de Cartografia e Geografia, solenidade da qual foi orador o Sr BENEDITO QUINTINO DOS SANTOS, Delegado de Minas Gerais; visita ao Conselho Nacional de Geografia; e jantar oferecido pelo Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, durante o qual falou, além do ofertante, o Sr NESTOR LIMA, do Rio Grande do Norte, em nome dos congressistas

A primeira sessão plenária verificou-se no dia 11 de setembro, data em que também funcionaram tôdas as Comissões Técnicas. Naquela reunião, além de várias indicações e revisões, foram aprovadas as conclusões contidas em 28 teses examinadas pelas Comissões.

Iniciando uma série de "Tardes brasileiras", o Professor SÍLVIO FRÓIS ABREU fêz uma palestra sôbre a região nordestina.

No dia 12 de setembro vários atos preencheram o tempo dos participantes do Congresso. Às 9 horas, realizou-se uma visita ao Instituto de Educação, onde foram recebidos pelo Prefeito do Distrito Federal e altos auxiliares da administração Em nome do corpo docente do Instituto, discursou o Professor MÁRIO DA VEIGA CABRAL Logo após, teve lugar a abertura da Exposição Didática de Geografia, organizada pelo Professor GERALDO SAMPAIO, havendo discursado na ocasião, em nome dos congressistas, o Sr NESTOR LIMA, do Rio Grande do Norte

Às 15 horas, foi visitado o Colégio Pedro II, onde, sob a presidência do Almirante ARISTIDES GUILHEM, Ministro da Marinha, foi inaugurada a Exposição de Oceanografia, instalada pelo Comandante ARMANDO PINA. Discursaram durante a solenidade os Professôres João RAJA GABAGLIA e NELSON ROMERO, daquêle tradicional estabelecimento de ensino, e AGNELLO BITTENCOURT, do Amazonas Em continuação, os congressistas visitaram o Serviço de Documentação do Itamarati, sendo recebidos pelo Embaixador LEÃO VELOSO, Ministro interino das Relações Exteriores Numerosas informações foram prestadas pelo 1º Secretário de Embaixada JORGE CATOUR, depois do que se fizeram ouvir o Professor JAIME CORTESÃO, regente do Curso de Cartografia do Itamarati, sôbre a identidade de vários mapas antigos que se encontravam expostos, e o Coronel JAGUARIBE DE MATOS, em nome dos congressistas

Na sessão plenária do dia 13 de setembro, novas indicações e votos, assim como conclusões de teses aprovadas pelas Comissões, foram adotadas Depois da reunião, em prosseguimento da série "Tardes brasileiras", o Sr ARTUR CÉSAR FERREIRA REIS, da delegação paraense, realizou uma palestra sôbre a Amazônia

Guiados pelo Engenheiro HILDEBRANDO DE ARAÚJO GÓIS e outros técnicos do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, os congressistas visitaram, no dia 14, vários pontos da Baixada Fluminense, recebendo informações sôbre os serviços que ali vêm sendo executados.

Por ocasião do almôço oferecido aos excursionistas, falou o Desembargador HENRIQUE DA SILVA FONTES, de Santa Catarina Em seguida, fêz uma palestra sôbre a zona da Baixada o Professor ALBERTO RIBEIRO LAMEGO. À noite, o Congresso prestou uma homenagem ao Coronel MAGALHÃES BARATA, Interventor Federal no Pará, e aos técnicos e geógrafos què integraram a delegação dêsse Estado. Discursou, em nome dos homenageantes, o Ministro J S FONSECA HERMES JÚNIOR, um dos presidentes beneméritos da conferência, agradecendo o chefe do govêrno e da delegação paraenses.

O prosseguimento dos fecundos trabalhos do plenário verificou-se no dia 15 de setembro, quando também o Congresso recebeu a visita dos Srs General EURICO GASPAR DUTRA, Ministro da Guerra, e GUSTAVO CAPANEMA, Ministro da Educação e Saúde

À pessoa do chefe do Exército Nacional fêz o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES calorosas referências, dando a palavra, em seguida, ao Sr VIRGÍLIO CORREIA FILHO, Delegado de Mato Grosso, para fazer a saudação oficial, a que o General DUTRA respondeu, agradecendo. Saudou o titular da pasta da Educação o Sr JOSÉ AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS, por delegação do presidente do Congresso O Sr GUSTAVO CAPANEMA pronunciou um longo e expressivo discurso sôbre assuntos do maior interêsse para o ensino da geografia, o qual provocou entusiásticos comentários do Secretário Geral, Sr CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO Às 20 horas, no "auditorium" do Ministério da Educação, o Professor EVERARDO BACKEUSER, apresentado aos ouvintes pelo Professor MAURÍCIO JOPPERT, realizou uma conferência, intitulada "Rio de Janeiro, cidade *sui generis*", encerrando a série de "Tardes brasileiras".

A última sessão plenária verificou-se no dia 16 de setembro, nela sendo aprovadas novas indicações e propostas e relatadas as atividades das Comissões Técnicas. Figurou entre as deliberações a escolha da capital do Pará, Belém, para sede do futuro Congresso, em 1947 Às 17 horas, verificou-se a inauguração de uma placa comemorativa da realização da conferência na sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A solenidade foi presidida pelo Professor RAJA GABAGLIA, presidente da Comissão Organizadora do Congresso, que ressaltou o acolhimento dispensado por aquêle sodalício e enalteceu a personalidade do presidente perpétuo da "Casa do Brasil", Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, dando a palavra ao orador designado, Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, que pronunciou o seguinte discurso:

"A Comissão Organizadora" do X Congresso Brasileiro de Geografia desejou exprimir, na singela eloqüência de um símbolo e com a firmeza do bronze, o seu reconhecimento pela colaboração inestimável do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nesse magnífico certame da cultura nacional, dando-nos o seu Chefe e a sua Casa A sua Casa, êsse templo do Brasil, onde os nossos corações encontram, na doçura da saudade, na fôrça da veneração, no império da justiça que sabe compreender e relevar, e no amor indeclinável da verdade, o ambiente propício e os impulsos dominadores, tanto mais poderosos quanto mais íntimos, para conhecer, amar e servir ao Brasil E o seu Chefe, o "cavaleiro andante" de todos os nobres ideais da nossa gente, o defensor da paz, o soldado da justiça, o servidor da cultura, numa palavra, aquêle cuja vida tem sido um labutar infatigável sem desânimos mas sem impaciência, cheio de coragem mas sereno e transigente, cultuando o amor ao passado, querendo a beleza do presente, mas também organizando, movendo e dirigindo as fôrças mais poderosamente capazes de preparar um futuro mais nobre, mais sábio e mais justo.

E aqui viemos com a mais singela das evocações Uma evocação onde apenas aparecem três idéias, a cuja eloqüência entregamos a rememoração do acontecimento cultural que neste momento mesmo acaba de inscrever-se nos anais da nossa história

O testemunho é breve Todavia, diz tudo Porque foi, de fato, debaixo do teto hospitaleiro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sob a inspiração do seu formoso ideal e da sua nobre existência, e tendo por guia o seu próprio presidente perpétuo, ou seja a imagem viva dêsse mesmo ideal e dessa fecunda existência, que teve lugar esta assembléia de brasileiros vindos dos quatro cantos do país, representando tôdas as formas do pensamento nacional, exprimindo todos os anseios da pátria, para dizer, e fazer cuidar, da nossa Terra

Daí resulta o relêvo do acontecimento histórico Daí emerge a valia da cooperação que recebêmos E daí decorre a grandeza do nosso reconhecimento Tão grande é êle, não se contém senão no poder de um símbolo que não qualifique nem meça mas apenas exprima e relembre

E por que é assim? Porque nesta hora histórica, na mais trágica das horas humanas depois da do Calvário, quando se está abrindo para a humanidade o pórtico de novos tempos, em que os destinos dos povos se vão jogar em lances de extraordinária grandeza e de imprevisível alcance, colocar o Brasil diante de si mesmo, fazê-lo evocar a imagem da sua terra, é chamá-lo à realidade da sua vocação histórica, é dar-lhe a certeza da gravidade desta sua hora, é despertar-lhe a consciência do rumo exato dos seus destinos.

Todos os povos têm o seu imperialismo, — aquela inata tendência a crescer, a influir, a liderar Porque são organismos vivos, e isto é a mesma vida Mas as condições lhes são diferentes As contingências peculiares a cada um ora fazem prevalecer o expansionismo político, ora firmam o expansionismo econômico, ora configuram o expansionismo cultural E cada um dêsses expansionismos pode vir a exprimir também os outros dois, procurando a plenitude dominadora

Se exercida legitimamente, essa tendência é justa, porque ela quer antes servir que escravizar, e por isso mesmo sabe respeitar a liberdade E é natural que se expanda e se afirme em cada povo, em proveito próprio e da comunhão de todos os povos Mas é preciso que prevaleça, primeiro, a expansão que fôr oportuna e realística

O Brasil cresceu sob o signo do imperialismo político; sua vocação histórica foi a larga ocupação territorial E conseguiu-a em têrmos que lhe permitiram tornar-se, se o tivesse querido, um dos maiores, um dos mais ricos e um dos mais cultos e pacíficos impérios do mundo

Um flagrante da homenagem prestada pelos membros do X Congresso Brasileiro de Geografia ao Presidente GETÚLIO VARGAS, *quando usava da palavra o Professor* RAJA GAGAGLIA

Mas esqueceu-se da sua estrela; renunciou ao seu norte. E entrou a encolher-se dentro de si mesmo Abandonou aquêle admirável espírito de aventura e de luta criadora com que nasceu, e em vez da expansão real pôs sôbre paralelos e meridianos, contraiu-se para subir E não viu, ou não quis ver, que êsse crescimento seria infinitamente mais seguro, mais poderoso, mais fecundo de realizações de tôda a sorte, se não fôsse essa prematura hipertrofia vertical da orla marítima, êsse disforme avultamento metropolitano, essa ânsia impotente de elevar-se; para ser, sim, e primeiro, a ocupação efetiva do seu magnífico "espaço geográfico", afim de transformá-lo no maravilhoso 'espaço social" que já pudesse suportar um poder econômico e político indene a tôdas as surprezas

As conseqüências dêsse êrro já lhe pesam duramente; a debilidade do organismo nacional é patente, como efeito do inaproveitamento das riquezas e possibilidades que permanecem intactas em mais de nove décimos do território pátrio. E que será do Brasil nas horas velozes e trepidantes que vão chegar, se não abrir os olhos a tempo? e se não retornar à posse de si mesmo? se não voltar às "entradas" e às "bandeiras", lançando aquelas em todos os rumos, e plantando estas em duas ou três centenas de centros poderosos de ocupação metropolitana?!

O dilema é evidente Evidente e terrível Ou o Brasil se coloniza a si mesmo, ou por outros será colonizado De outra forma não pode ser, porque de outra forma não seria justo. Nem seria tolerável na nova ordem do mundo

E daí? O Brasil terá que decidir. E êle há de decidir corrigindo todos os êrros do passado, procurando virilmente uma afirmação definitiva Pondo abaixo os preconceitos, não admitindo resistências, não vendo nem querendo ver impossíveis, êle marchará para dentro de si mesmo, tornando-se fàcilmente senhor dos próprios destinos pela fôrça do potencial humano, econômico e político que poderá acumular num relance histórico E assim o fará porque não admitem os seus filhos, custe o que custar, seja êle despojado da sua soberania, da posse do seu magnífico patrimônio, do seu orgulho de comunidade livre e progressista

E assim o Brasil não renunciará à vida, pois que há de retomar o impulso expansionista que a condiciona Êle está felizmente em condições de erguer-se como nunca o fêz E saberá bem medir o que valem, nesta hora, os minutos e as decisões

Mas é preciso que se mantenha vigilante E, sobretudo, que não se deixe adormecer na ilusória confiança de que não há pressa, nem tão pouco na paralisante suposição de que já está fazendo o que é possível E isto quer dizer que o Brasil carece agora, e mais do que nunca, de conhecer-se a si mesmo Conhecer a sua Terra e a sua Gente, para não pecar por imprevidência ou omissão Êsse conhecimento, ou melhor, o impulso, o despertar para a procura dêsse conhecimento, erigido, afinal em objetivo primordial e o mais urgente de todos, foi o que êste Congresso lhe veio trazer

Eis aí o transcendente alcance histórico da realização a cujo têrmo estamos assistindo E esta é, sem dúvida, uma hora de profunda emoção cívica, em momento culminante da vida nacional A visão espiritual projeta-se-nos longe, muito longe. Prefigura confiantemente a maravilhosa realidade futura, e faz-nos pressentir que esta hora há de ser sempre lembrada como uma grande hora brasileira

Não era bem, portanto, meus Senhores, que fixássemos a lembrança dêste instante, tornando-a indelével na dureza do bronze, perene na eloqüência do seu símbolo, e amoràvelmente evocada no sentido quase litúrgico de uma oblata?

Pois assim o fazemos Embaixador Macedo Soares! Êste bronze entre os testemunhos austeros que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro recolhe e guarda, destina-se a fixar — *ad perpetuam rei memoriam* — o que foi para o Brasil o X Congresso Brasileiro de Geografia

E vós, meus ilustres Colegas da Comissão Organizadora, perdoai se me faltaram palavras para traduzir melhor o vosso generoso pensamento "

Em nome do Instituto Histórico, discursou o Sr Gustavo Barroso

A sessão solene de encerramento teve lugar na mesma data, à noite, no Palácio do Ministério da Educação, com a presença de representantes do Presidente da República e de Ministros de Estado O primeiro orador da cerimônia foi o Coronel Magalhães Barata, Interventor Federal no Pará, que agradeceu a escolha de Belém para sede do XI Congresso de Geografia Em nome dos congressistas, discursou o Sr Colemar Natal e Silva, delegado de Goiás Por parte dos organizadores do Congresso, proferiu uma breve e calorosa oração de despedidas o Almirante Jorge Dodsworth Martins

Por fim, encerrando a sessão, o presidente, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, ressaltou os excelentes resultados obtidos pelo Congresso Dirigindo-se ao Capitão Bruno Ribeiro, representante do Presidente da República, solicitou que comunicasse ao Chefe do Govêrno terem os congressistas realizado obra patriótica e oportuna, debatendo assuntos de interêsse nacional

No dia imediato, domingo, foi celebrada missa em ação de graças, na igreja do Mosteiro de São Bento, pôr iniciativa de D Alcuino Meyer, O S B , representante do Território Federal do Rio Branco, que foi o oficiante

Realizaram-se ainda visitas dos participantes do Congresso a vários pontos da cidade e à Fortaleza de São João

Tomando conhecimento dos trabalhos apresentados ao certame, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro resolveu conferir os seguintes prêmios: ao Engenheiro Alberto Ribeiro Lamego Filho, autor da monografia *O Homem e a Restinga,* o Prêmio José Boiteux (medalha de ouro); aos Srs Vítor Antônio Peluso Júnior, Samuel Benchimol e Jaime Cortesão, autores das teses *Lajes, a rainha da Serra, O cearense na Amazônia* (Inquérito antropo-geográfico sôbre o tipo de imigrante) e *A Cartografia e os fundamentos pre-históricos da Nação Brasileira,* medalhas de prata Foram premiados com medalhas de bronze os Srs Bolívar Bordalo da Silva e Armando Bordalo da Silva, autores da tese *A Costa Oriental do Pará;* Professor Agnello Bittencourt, autor da tese *Perfil do Homem da Amazônia;* Professor Carlos Marie Cantão, autor da contribuição *Programa-tipo de excursões geográficas para fins didáticos;* Ministro João Severiano da Fonseca Hermes Júnior, autor da memória *O Rio Javari — Uma carta geral, aspecto físico e expedições demarcadoras;* e Artur César Ferreira Reis, autor da tese *Sertanistas, Missionários e Demarcadores da Revelação Geográfica da Amazônia*

DÉCIMO CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPERANTO

Prosseguem animadamente os preparativos do X Congresso Brasileiro de Esperanto, promovido pela Liga Esperantista Brasileira, e a realizar-se nesta Capital, no período de 14 a 22 de abril de 1945

Até setembro dêste ano, já haviam dado sua adesão ao Congresso 145 pessoas e entidades, inclusive do estrangeiro Entre as instituições, figura o Conselho Nacional de Estatística, na qualidade de Benfeitor, em virtude da Resolução n.º 178, de 15 de junho do ano corrente, da Junta Executiva Central.

O Congresso foi colocado sob o alto patrocínio do Sr Presidente da República, integrando a Comissão de Honra os Srs Ministros da Justiça e Negócios Interiores, da Educação e Saúde, das Relações Exteriores e da Viação e Obras Públicas, Prefeito do Distrito Federal e Arcebispo do Rio de Janeiro e o Sr Ministro da Polônia, acreditado junto ao Govêrno Brasileiro

Constituem a Comissão Patrocinadora as seguintes personalidades: AFONSO COSTA, Presidente da Academia Carioca de Letras; MAJOR AMILCAR DUTRA DE MENESES, Diretor Geral do Departamento de Imprensa e Propaganda; Desembargador A. SABOIA LIMA, Presidente do Instituto Brasileiro de Cultura; CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia; General EMÍLIO F DE SOUSA DOCCA, Presidente da Federação das Academias de Letras do Brasil; FERNANDO ANTÔNIO RAJA GABAGLIA, Diretor do Colégio Pedro II (Externato); HERBERT MOSES, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa; JOÃO DAUDT DE OLIVEIRA, Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro; JOÃO PAIM DE MENESES CÂMARA, Presidente da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro; Coronel JONAS CORREIA, Secretário Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal; JOSÉ AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS, Presidente da Associação Brasileira de Educação; JUVENAL MARTINHO NOBRE, Presidente do Touring Club do Brasil; Major LANDRY SALES GONÇALVES, Diretor Geral do Departamento dos Correios e Telégrafos; Padre LEONEL FRANCA, S. J, Reitor das Faculdades Católicas; M A TEIXEIRA DE FREITAS, Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Presidente do Instituto Inter-Americano de Estatística; Major NAPOLEÃO ALENCASTRO GUIMARÃES, Diretor Geral da Estrada de Ferro Central do Brasil; Dr RAUL LEITÃO DA CUNHA, Reitor da Universidade do Rio de Janeiro; Almirante RAUL TAVARES, Presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e da Sociedade Brasileira de Filosofia

As teses a serem apresentadas, não só por esperantistas mas por qualquer estudioso dos assuntos, deverão versar sôbre os temas seguintes: 1 Planos de intensificação da propaganda do Esperanto no Brasil; 2. Coordenação do movimento esperantista na América; 3. A tradução para a língua auxiliar de obras da literatura nacional brasileira; 4 Obras didáticas para o ensino do idioma neutro aos povos da língua portuguêsa; 5 Os vocabulários técnicos Português-Esperanto; 6 A língua internacional no ensino público; 7 Levantamento estatístico periódico do movimento esperantista no Brasil; 8 A publicação de obras científicas em Esperanto

Sòmente serão aceitas as teses que preencherem as seguintes exigências: indicar com clareza o tema a que se refere; abranger além de uma parte expositiva e crítica, outra de síntese, em itens que registrem as suas conclusões de modo o mais conciso possível; ter no mínimo cinco e no máximo dez páginas de papel almaço datilografadas em espaço 2, utilizada uma só face do papel; ser redigida em linguagem correta, em Esperanto ou Português; ser entregue em duas vias à Comissão Organizadora, na Praça da República, 54, 1.º andar, Rio de Janeiro, até o dia 28 de fevereiro de 1945

Várias iniciativas assinalarão a realização do Congresso, inclusive o aparecimento em Esperanto, da obra, escrita originàriamente em inglês *Brazil looks forward*, de BENJAMIN HUNNICUT, lançada pelo I B G E em colaboração com o D I P, emissão de sêlo postal comemorativo, já em impressão na Casa da Moeda, e edição atualizada do mapa do Brasil, por parte do Conselho Nacional de Geografia

Haverá, durante a reunião, uma exposição de livros da literatura universal, em Esperanto.

Transcrevemos, a seguir, duas circulares expedidas, em Português e Esperanto, a grande número de coidealistas, pela Comissão Organizadora, presidida pelo Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES:

"Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1944 — Prezado Coidealista,

Mais de sete anos são decorridos depois que se realizou o 9º Congresso Brasileiro de Esperanto

A Liga Esperantista Brasileira sentia premente necessidade de convocar os nossos Coidealistas para cogitar de assuntos urgentes de organização, de melhor aproveitamento das energias dispersas que se manifestam por tôda parte no país inteiro

Apesar da conflagração mundial, o movimento esperantista não cessou.

Em verdade, êsse movimento corresponde a um alto ideal e a uma urgente necessidade da espécie humana, e por isso paira acima das contingências políticas do momento.

Dificultadas ou impedidas as relações com o Velho Continente, podemos e devemos ativar a propaganda inter-americana.

Por outro lado, os atos do Govêrno brasileiro que visam a renovar a educação nacional, apontam aos esperantistas a rota por seguir: propugnar a inclusão do Esperanto nos programas escolares.

Por isso a nossa Liga já não pode adiar a convocação do Décimo Congresso, e assim vimos à presença de V S.ª, prezado Coidealista, solicitando seus conselhos e apoio para a realização de nosso Décimo Congresso no Rio de Janeiro, em abril de 1945

Com a presente remetemos-lhe boletins de adesão ao Congresso e à L E B, pois que um dos serviços que esperamos de V S.ª para o triunfo do Congresso é que tenha a bondade de obter para nossa Liga e para o Congresso

as adesões dos seus amigos esperantistas ou simpatizantes com o ideal esperantista, os quais nos poderão ajudar com sua idéias, conselhos, sugestões e apoio moral à propaganda local

Solicitamos-lhe, pois, prezado Coidealista, sua valiosa colaboração para o êxito do Décimo Congresso, e desejando os mais brilhantes sucessos aos seus esforços, somos com a máxima estima de V S ª.

A Comissão Organizadora:

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, Presidente; LOURENÇO FILHO, 1 º Vice-presidente; ANA AMÉLIA DE QUEIRÓS CARNEIRO DE MENDONÇA, 2 º Vice-presidente; CARLOS DOMINGUES, 3 º Vice-presidente; ISMAEL GOMES BRAGA, Secretário Geral; MÁRIO RITTER NUNES, 1 º Secretário; MARIA AMARAL MALHEIRO, 2.º Secretário; MARIA DA LUZ COSTA, 3 º Secretário; DÉLIO PEREIRA DE SOUSA, Tesoureiro; IRANI BAGGI DE ARAÚJO, Tesoureiro auxiliar "

"Rio de Janeiro, 15 de agôsto de 1944 — Prezado Coidealista,

Depois que lhe remetemos nossa primeira circular, esta Comissão Organizadora já recebeu tais provas de consideração, tais favores, que chegamos a pensar que a boa vontade do público está fazendo mais pelo Congresso do que mesmo nós, os esperantistas

De fato, até agora, em sete meses de trabalho para organização do Congresso, já tivemos que dirigir-nos a dezenas de pessoas gradas, de cujo apôio temos necessidade para o êxito do certame: autoridades, jornalistas, funcionários, sábios, todos nos receberam com benevolência e simpatia Até agora não ouvimos a palavra "não", sòmente "sim" por tôda parte e sempre

Já devemos gratidão a tôdas as pessoas eminentes que receberam com simpatia, algumas até com verdadeiro entusiasmo, nosso convite para o alto Patrocínio e para a Comissão de Honra, a todos os jornais, que, sem exceção, ajudam nossa propaganda e às diversas Associações que espontâneamente nos ofereceram seus serviços para assegurar o êxito do Congresso

Êsses fatos demonstram melhor do que as palavras a simpatia do nosso povo pelo Esperanto, e não poderia ser de outro modo, porque o ideal da política brasileira foi sempre pacifista e de harmonia para com todos os povos, portanto, de pleno acôrdo com o ideal superior do Esperantismo Na verdade o Brasil é uma nação cristã e a idéia interna do Esperanto é semelhante, se não mesmo idêntica, à aspiração cristã de fraternidade universal.

Nossos mais cordiais agradecimentos a todos.

*

Com esta segunda circular remetemos de novo a V S.ª boletins de adesão, na esperança de que se V S já houver aderido, obterá a adesão de um amigo para o nosso Congresso

*

Como sabe, o alvo principal do nosso Congresso é trabalhar pela introdução do ensino do Esperanto nas escolas O momento parece-nos o mais conveniente, porque a guerra mundial faz os povos compreenderem a necessidade de uma língua internacional e diversas propostas estão sendo feitas, como se não se tratasse de um problema já resolvido pelo Esperanto em sua experiência de 57 anos A introdução do Esperanto em tôdas as escolas será nossa vitória final

*

Nosso Congresso realizar-se-á de 14 a 22 de abril de 1945 Já estamos preparando o programa e solicitamos suas sugestões nesse sentido De outros países americanos temos recebido diversas sugestões, para que o nosso Décimo se transforme em um Congresso Pan-Americano, porque devido à guerra não se realizam presentemente Congressos Universais de Esperanto e diversos temas estão reclamando discussão imediata em escala pan-americana Mesmo que não possamos satisfazer a êsse desejo dos nossos Coidealistas, é de esperar-se que muitos amigos das Repúblicas vizinhas venham assistir ao nosso Décimo e possamos examinar juntos os assuntos de interêsse comum, para final solução em outro Congresso que será pan-americano ou universal

Solicitamos-lhe, pois, prezado Coidealista, sua valiosa colaboração para o êxito do Décimo Congresso, e, desejando os mais brilhantes sucessos aos seus esforços, somos com a máxima estima, de V S ª

A Comissão Organizadora: (Seguem-se as assinaturas)

EXPOSIÇÕES DE GEOGRAFIA, CARTOGRAFIA E OCEANOGRAFIA

Por ocasião da II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia e do X Congresso Brasileiro de Geografia, realizaram-se quatro exposições de alto valor técnico e vivo interêsse cultural, relacionadas com os assuntos debatidos em ambas as conferências

A primeira das exposições inauguradas, anexa ao certame internacional, incluiu trabalhos de serviços especializados do nosso país e das demais Repúblicas participantes.

Instalada no último andar do Edifício Serrador, foi inaugurada solenemente, com a presença das delegações, autoridades, professôres e famílias

Falou, inicialmente, o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, acentuando a significação daquela mostra e as vantagens práticas que oferecia, e dando a palavra, em seguida, ao Professor CARLOS MORALES MACEDO, chefe da delegação do Peru

Depois de apreciar o elevado alcance da iniciativa e as contribuições expostas, o orador encerrou seu discurso dizendo:

"A Exposição de Cartografia Americana, onde concorremos de tôdas as latitudes do Hemisfério Ocidental, trazendo os documentos gráficos que reproduzem os domínios territoriais de cada país, para coordená-los e entrelaçá-los dentro de uma grande carta Continental, é a prova mais eloqüente e avançada de que estamos ao serviço dos ideais da América, exaltando sua unidade e revelando sua grandeza "

Cortou a fita simbólica que separava o recinto, a Sra FLORÊNCIO SATISO.

A exposição foi grandemente visitada enquanto permaneceu franqueada ao público, servindo, ainda, de esclarecimento e ilustração dos debates no seio das Comissões da Reunião

No mesmo local, ao ensejo do Congresso Brasileiro de Geografia, foi organizada pelo Professor JOSÉ VERÍSSIMO DA COSTA PEREIRA, auxiliado pelos Srs ARMANDO SÓCRATES SCHNOOR e PAULO AUGUSTO ALVES, outra Exposição de Cartografia, na qual foi conservada a representação dos Estados Unidos da América na exposição anterior e foram exibidos trabalhos de várias entidades brasileiras, destacadamente o Conselho Nacional de Geografia, os serviços especializados do Exército, Marinha, Aeronáutica e Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas, os serviços geográficos dos Estados, etc O Conselho Nacional de Estatística apresentou uma série de sinopses de estatística cartográfica Figuraram também na Exposição conjuntos fotográficos, amostras de produtos e outros elementos de documentação geográfica

A solenidade da abertura foi presidida pelo Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES que, depois de salientar o elevado valor técnico e cultural daquela mostra, disse que o corte da fita simbólica da inauguração deveria, com justiça, caber a quem já estava na história da Geografia do Brasil, no seu campo mais largo e trabalhoso, qual o da demarcação das fronteiras nacionais Foi, assim, o Comandante BRAZ DE AGUIAR, Chefe da Comissão de Limites do Ministério das Relações Exteriores e membro da Delegação do Pará, quem declarou inaugurada a Exposição, cujos dezoito "stands" passaram a ser visitados por numerosos interessados

Como consta do noticiário do X Congresso Brasileiro de Geografia, duas outras Exposições foram organizadas na oportunidade dessa conferência nacional, uma no Instituto de Educação, reunindo copioso material didático, e a outra no Colégio Pedro II, a qual foi a primeira exposição de oceanografia já tentada entre nós

Uma comissão especial, constituída dos ilustres Congressistas Coronel FRANCISCO JAGUARIBE GOMES DE MATOS, ADOLFO AMBRÓSIO FILHO e D ALCUINO MEYER O S B , foi incumbida, pelo plenário, de julgar os trabalhos apresentados nas três Exposições, elaborando a respeito o seguinte parecer:

"A Comissão nomeada pelo meritíssimo Presidente do X Congresso Brasileiro de Geografia em a sessão plenária de 13-9-944 para julgar os trabalhos expostos, vem dar conta do resultado das suas observações.

Três exposições foram submetidas a exame:

a) EXPOSIÇÃO DIDÁTICA DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA, realizada sob o patrocínio da Prefeitura do Distrito Federal e sob os auspícios do Secretário da Educação Cel. JONAS CORREIA, no Instituto de Educação.

Organizador: Professor GERALDO DE SOUSA SAMPAIO

b) EXPOSIÇÃO DE OCEANOGRAFIA, realizada sob o patrocínio do Ministério da Educação, com assistência direta do Professor FERNANDO RAJA GABAGLIA, Diretor do Colégio Pedro II, em uma das salas dêsse Externato

Organizadores: Professor João RAJA GABAGLIA e Comte ARMANDO DE AZEREDO PINA, como técnico executivo

c) EXPOSIÇÃO DE CARTOGRAFIA, realizada na vigência da 2ª Reunião de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, modificada pela substituição das representações americanas (salvo a dos Estados Unidos — que persistiu) por outras representações de entidades nacionais, remodelada para a vigência do X Congresso Brasileiro de Geografia Organizada sob os auspícios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sob a assistência direta do Conselho Nacional de Geografia

Organizador: Professor JOSÉ VERÍSSIMO DA COSTA PEREIRA, auxiliado pelos Srs Dr ARMANDO SÓCRATES SCHNOOR e Dr PAULO AUGUSTO ALVES

A Comissão efetuou sua primeira reunião ontem, 15 do corrente, às 11 horas da manhã, deliberando fazer imediatamente uma visita coletiva à exposição de Oceanografia e à exposição de Cartografia, a fim de que cada um dos seus membros presentes pudesse consolidar suas impressões, realizando osmose de idéias com os colegas Não foi renovada a visita ao Instituto de Educação por isso que o bem elaborado catálogo facilita a evocação das impressões obtidas individualmente pelos membros da Comissão em visitas anteriores.

Reunida novamente no edifício do Silogeu, depois das visitas acima referidas, a Comissão passou a discutir o assunto em espécie e resolveu:

1º) Considerar insuficientes os exames para uma classificação regular de tôdas as entidades concorrentes Alguns membros da Comissão e especialmente o seu presidente, já se achavam com encargos delicados no Congresso quando surgiu a nomeação Não coincidiam os momentos livres de cada um dos membros — que aliás não se conheciam — de maneira que ontem, 15, devendo ser entregue o relatório dos exames que momentos antes foram efetuados, seria mister ser brevíssimo o relatório de apreciação (Êsse relatório ficou em suas linhas gerais para exposição verbal mas a alteração do programa permite sua entrega hoje — 16)

2º) Fazer uma apreciação genérica sôbre cada uma das exposições.

3º) Propôr uma modificação no programa atual, para aplicação no XI Congresso — de maneira a dar à futura Comissão julgadora das Exposições, contingências de tempo, organização, recursos, etc , semelhantes às das outras Comissões

Apreciação

a) EXPOSIÇÃO DIDÁTICA DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

A Comissão não pode esconder o seu entusiasmo ante o material exposto Pondo de lado o exame dos livros didáticos que julga escapar à sua apreciação, reconhece que a exposição abre francas esperanças para o ensino da Geografia, porque já constitui começo de realidade aquilo que haveremos de chamar Laboratório de Geografia e mais ampliadamente — para um futuro que não está longe — Instituto de Fisiografia.

Sendo a Geografia a mais humanística de tôdas as disciplinas ensinadas nos cursos secundários e mesmo nos cursos superiores, ela só pode ceder precedência às noções de higiene e aos processos de eugenia, para que prevaleça o princípio aristotélico "Primum vivere — deinde philosophare" Assegurada ao aluno a condição de existência, os seus olhos têm de se abrir para o mundo que o cerca e o grau de utilidade da sua vida depende da boa aplicação da sua energia na execução do gênero de atividade que escolher Tôdas elas, mesmo as religiosas, estão na dependência da sua contingência de habitante do planeta Terra

A Comissão verificou com prazer que já estão adotados mapas murais escolares no gênero dos que se preparam na Alemanha evidenciando de maneira clara, com exageração, os acidentes principais do terreno

Muito estimou ver os mapas mudos impressos sôbre a tela de oleado negro, em tal forma que o aluno fica obrigado a reter de memória a forma dos continentes, países, ilhas, rios, etc ,

cabendo ao Professor completar o mapa em cada caso, quando a lição o exija e isto de forma a apagar depois os seus acréscimos, ficando o mapa sempre a pedir novas alterações ocasionais Dignos de interêsse são os modelos de fisiografia: os vários gêneros de dobras do terreno, — sinclinais e anteclinais, — explicação das falas, etc

De um modo geral a geografia estática está bem representada

A Comissão assinala entretanto o quanto seria útil acrescentar a êsse laboratório os aparelhos que explicam o dinamismo terrestre — rios que correm, formação dos deltas e dos estuários, dunas e outros efeitos sólicos, etc

A Comissão termina por um voto de congratulações com os Srs Prefeito e Secretário da Educação e com aplausos para os Professôres de Geografia do Instituto de Educação, pela compreensão da utilização de ambientar em miniatua, nas salas de aula, os panoramas do mundo, aplausos que envolvem em particular o organizador da exposição

b) EXPOSIÇÃO DE OCEANOGRAFIA

Cremos que é a primeira vez que se tenta entre nós, embora em moldes modestos, uma exposição didática de Oceanografia.

O mostruário está enriquecido com modelos escolares de Meteorologia, aparelhos de pesca, utensílios de tôda ordem ligados à Biologia Marítima

É deveras interessante a exposição que se completa com a Carta Geral dos Oceanos levantada pelo Instituto de Mônaco, cartas batimétricas gerais e particulares de valor, como a do Lago Lemann ou Genebra, etc

Entre os especimes da fauna ictiológica, já numerosos, seria interessante que se pudesse destacar as principais espécies de peixes que costumam aparecer em nosso mercado de consumo É um detalhe que a Comissão indica para mostrar o interêsse em que tem a bela iniciativa A exposição é útil e não só para o ensino como para os homens do mar em geral, que poderão colaborar para o seu futuro engrandecimento e desenvolver ao mesmo tempo suas faculdades profissionais

Ela tem parentesco estreito com a Exposição Didática de Geografia A Comissão se congratula com o Sr. Ministro da Educação e com o Diretor do Colégio Pedro II, e especialmente com os dois incansáveis organizadores a quem cabem muitos encômios.

A Comissão sugere um pedido aos Srs. Ministro da Educação e da Marinha no sentido do encorajamento de tão útil empreendimento

c) EXPOSIÇÃO DE CARTOGRAFIA

Ao juízo dos membros da Comissão que visitaram a exposição anexa ao IX Congresso de Geografia, a presente exposição representa uma enorme superioridade sôbre aquela.

Várias cartas de levantamentos de descoberta, feitos em regiões dantes nunca penetradas, cartas de levantamentos em regiões pouco accessíveis — cartas murais expressivas, feitas especialmente para a Exposição, desenhos originais de cartas, de grande perfeição, executados com certos toques de arte, cartas com excelentes sistemas convencionais, para especializações diversas do estudo do solo, bem impressas, etc, tudo trazendo magnificência ao cenário

O material que representa enriquecimento da cultura ou novas aquisições técnicas para o domínio da geografia é bastante vasto e prova que aos técnicos brasileiros nada mais falta que *constante apoio oficial e continuados recursos*, para que tudo consigam

O material das modalidades da expressão, até mesmo nos casos em que os dados são perfunctórios, também é muito bom.

Alguns Estados se conservam em relativo atrazo e outros, como é o caso do Rio Grande do Sul, não se apresentam em plenitude, por isso que não chegaram a tempo algumas remessas de cartas que teriam de compor o mostruário

Fotografias, artefatos, desenhos de tipos e feições regionais, muito contribuíram para enriquecer a exposição

A bela contribuição norte-americana pode ser destacada como mostra de um estado de perfeição técnica invejável São outras as condições em que tais serviços são executados e a sua citação aqui, não infringe a regra que se impôs a Comissão, por isso que não há competição entre ela e os nossos trabalhos

A Comissão reconhece os esforços do Prof. José Veríssimo da Costa Pereira e dos seus auxiliares Dr Armando Sócrates Schnoor e Dr. Paulo Augusto Alves, aos quais felicita pelo êxito da boa distribuição dos trabalhos nos diversos "stands" e paredes. Além dos calorosos parabens às entidades oficiais que se apresentaram com raro brilhantismo, por vêzes, julga a Comissão que quem está de parabens através da feliz iniciativa do Conselho Nacional de Geografia, é o Govêrno da República, é todo o Brasil

Sala das sessões, 16 de setembro de 1944

aa) Francisco Jaguaribe Gomes de Matos, Presidente. — Adolfo Ambrósio Filho — D Alcuino Meyer O S B

CURSO DE ESTATÍSTICA BULHÕES CARVALHO

O Departamento Cultural dos Serviços Hollerith S A, organização dirigida pelo Sr. Valentim F Bouças, atual Presidente da Sociedade Brasileira de Estatística, teve a iniciativa de realizar um curso de estatística, cujo plano submeteu à apreciação do I B G E.

Por sugestão da entidade, sob cujos auspícios ficou o Curso, tomou êste a denominação de "Bulhões Carvalho", em homenagem ao fundador da Estatística Geral Brasileira

Considerando as vantagens do empreendimento, tanto mais quanto havia sido adiada a realização do seu Curso de Aperfeiçoamento, o C N E, pela Resolução nº 188, da Junta Executiva Central, baixada a 3 de agôsto dêste ano, consignou aplausos ao gesto da Organização Hollerith, autorizando ainda a Presidência do Instituto a tomar as providências cabíveis, a fim de que freqüentassem o Curso funcionários dos órgãos federais e regionais do sistema estatístico brasileiro.

Foram as seguintes as bases estabelecidas para o funcionamento do Curso de Estatística "Bulhões Carvalho", sob a direção do Professor Jorge F. Kafuri:

1 — ALUNOS — Especialmente dedicado aos funcionários do I B G E
2 — CONHECIMENTOS BÁSICOS — Matemática dos programas da 1ª e 2ª séries ginasiais.
3 — INSCRIÇÃO — Por indicação do I B G E
4 — TAXAS — Não serão cobradas quaisquer taxas aos alunos, sendo o curso inteiramente gratuito, por oferta de Valentim F Bouças

Aspecto da mesa que presidiu a sessão de instalação do Curso Bulhões Carvalho

5 — COMPROMISSO — O ato da inscrição envolve o compromisso moral do aluno, perante a sua Repartição e perante o Curso, de freqüentar as aulas com assiduidade e interêsse, assim como de cumprir e acatar o regimento interno em vigor

6 — DESLIGAMENTO: — Serão desligados os alunos que não apresentarem uma freqüência no mínimo igual a 2/3 das aulas dadas, ou os que não demonstrarem aproveitamento razoável mediante as provas e exercícios escolares previstos.

A direção do I B.G E serão enviados, periòdicamente, boletins referentes à situação de cada aluno no que concerne à sua freqüência e ao seu aproveitamento.

7 — REGIME ESCOLAR — Estão previstas aulas teóricas em número suficiente ao cumprimento dos programas e um intensivo regime de aulas e trabalhos práticos relativos aos mais importantes tópicos da teoria

8 — PROVAS — As provas para a estima do aproveitamento são de três categorias:

a) exercícios escolares de natureza essencialmente prática;
b) provas escritas mensais teóricas ou práticas e
c) prova oral no fim do período.

9 — PROMOÇÃO — Serão aprovados os alunos que, tendo logrado um grau não inferior a cinco em cada disciplina, obtenham média geral não inferior a seis no conjunto

10 — PRÊMIOS — Além de prêmios especiais a serem distribuídos pelos cinco primeiros alunos, a direção do curso fará publicar, a seu juízo, os mais interessantes trabalhos práticos e teóricos realizados pelos seus alunos

11 — BIBLIOTECA — O Curso manterá em suas dependências uma biblioteca especializada sôbre os assuntos da Estatística, assim como uma sala destinada aos trabalhos práticos A biblioteca como a sala de trabalhos ficarão franqueadas aos alunos durante todo o dia, e, três vêzes por semana, durante a noite em horário a ser fixado.

12 — DISCIPLINAS — Constará o curso das seguintes disciplinas:

1 º grupo	I — Matemática e Cálculo das Probabilidades II — Estatística Metodológica, secção A III — Estatística Metodológica, secção B IV — Organização dos Serviços de Estatística
2 º grupo	V — Estatística Metodológica, secção C VI — Estatística Gráfica e Cartográfica VII — Estatística Educacional VIII — Estatística Demográfica IX — Geografia Geral e Estatística Fisiográfica X — Estatística Econômica e Financeira XI — Estatística Jurídica, Moral e Social
3.º grupo	Conferências sôbre a biografia, a história o progressó e as realizações práticas mais notáveis no domínio da Estatística

13 — PLANO DE ENSINO — Os programas destas disciplinas serão desenvolvidos em plano de grau médio.

14 — DURAÇÃO DO CURSO — O Curso abrangerá dois períodos com a duração de quatro meses cada um, sendo o primeiro período dedicado ao ensino das disciplinas do 1 º grupo, e o segundo período ao ensino das do segundo grupo.

15 — HORÁRIO DAS AULAS — As aulas normais, à excepção dos sábados e feriados, funcionarão diàriamente das 8 horas às 10 horas da manhã. Em adição às *aulas normais* haverá episòdicamente *aulas suplementares* que versarão extensões das matérias a serem dadas, sob a forma de conferências, por professôres especialmente convidados para êsse fim Essas aulas de extensão serão noturnas, ficando obrigados à sua freqüência todos os alunos inscritos.

No dia 21 de agôsto, no "auditorium" do Edifício Hollerith, à Avenida Graça Aranha, 182, realizou-se a sessão de abertura do Curso

Presentes os alunos inscritos, em número de 105, todos êles profissionais em vários serviços estatísticos oficiais, inclusive quatro de diferentes Estados, o Sr VALENTIM BOUÇAS, Presidente dos Serviços Hollerith S. A , convidou para fazer parte da mesa os Srs M A TEIXEIRA DE FREITAS, Secretário Geral e representante do Presidente do I B G E , J CARNEIRO FELIPPE, Presidente da Comissão Censitária Nacional, JOÃO CARLOS VITAL, Presidente do Instituto dos Resseguros do Brasil, INÁCIO DE AZEVEDO AMARAL, Diretor da Escola Politécnica, RAFAEL XAVIER, Diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento, GIORGIO MORTARÁ, Consultor Técnico da C C N , e JORGE KAFURI, Diretor do Curso

Explanando as finalidades da iniciativa dos Serviços Hollerith, discursou em primeiro lugar o Professor KAFURI

Em seguida, o Sr JOÃO CARLOS VITAL falou sôbre a personalidade de BULHÕES CARVALHO, Fundador da Estatística Geral Brasileira e patrono do Curso cuja abertura se estava solenizando.

O Professor GIORGIO MORTARA deu, após, a aula inaugural, situando a estatística no campo científico e mostrando a multiplicidade de sua aplicação no mundo atual

Falou, de improviso, o Sr M A. TEIXEIRA DE FREITAS, agradecendo, em nome do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o empreendimento dos Serviços Hollerith, o qual representava uma importante contribuição para o aperfeiçoamento profissional dos que se dedicam à estatística no Brasil

Encerrando a sessão, o Sr VALENTIM BOUÇAS pronunciou expressivo discurso, no qual acentuou o grande papel que a estatística seria chamada a desempenhar na reconstrução do mundo e na organização de uma Paz justa e estável

De acôrdo com o plano traçado, entraram em funcionamento regular as aulas de Matemática e Cálculo das Probabilidades e de Estatística Metodológica do 1 º Grupo, regidas pelos Professôres INÁCIO DE AZEVEDO AMARAL, FERNANDO SILVEIRA e LAURO SODRÉ VIVEIROS DE CASTRO.

INAUGURAÇÃO DA NOVA SEDE DO D. E. E. DE SÃO PAULO

O Interventor FERNANDO COSTA *examina, em companhia do Embaixador* JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES *e outras autoridades, os trabalhos expostos na sede do Departamento Estadual de Estatística.*

Realizou-se no dia 26 de setembro último, às 11 horas, na sede do Departamento Estadual de Estatística de São Paulo, à Rua Maria Antônia 294, na capital paulista, a solenidade da inauguração das novas instalações daquela repartição, dotada de grandes recursos técnicos e ocupando amplo edifício de três pavimentos.

Pouco antes da chegada do Sr FERNANDO COSTA, Interventor Federal em São Paulo, já se encontravam no gabinete do diretor do Departamento Estadual de Estatística, Sr DJALMA FORJAZ, numerosas autoridades civis e militares, entre as quais as seguintes: Major EURYALE DE JESUS ZERBINI, representando o General HORTA

BARBOSA, comandante da 2ª Região Militar; Professor FRANCISCO D'AURIA, Secretário da Fazenda; Capitão JOÃO DE OLIVEIRA MELO, representando o Secretário da Segurança; OTÁVIO DE BARROS, representando o Secretário da Educação; Sr MÁRIO GUASTINI, Diretor Geral do D E I P ; Monsenhor JOSÉ MARIA MONTEIRO, vigário capitular; Sr GABRIEL MONTEIRO DA SILVA, Diretor Geral do Departamento das Municipalidades; Sr LUÍS PEREIRA DE CAMPOS VERGUEIRO, Diretor do Departamento Estadual do Trabalho; Sr ROBERTO SIMONSEN, Presidente da Federação das Indústrias; Major HENRIQUE ALVES DA SILVA, do E M da 2ª R M ; Coronel PEDRO DIAS DE CAMPOS, Presidente da Federação Paulista de Escoteiros; Sr AUGUSTO BRANT DE CARVALHO, Diretor da D E I C ; Professor FERNANDO AZEVEDO, da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo; Capitão DJALMA G FONSECA, da I T G , além de altos funcionários do Departamento e pessoas de destaque da sociedade paulistana.

Achavam-se presentes, ainda, representando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, Presidente da entidade; Capitão de Fragata M RIBEIRO ESPÍNDOLA, membro da Junta Executiva Central; Sr ALBERTO MARTINS, Diretor da Secretaria Geral; Sr. ANTÔNIO TEIXEIRA DE FREITAS, Chefe da Secção de Sistematização e representante do Secretário Geral do Instituto; e Sr RAUL LIMA, Assistente-Técnico da Secção de Publicações

Às 11 horas, chegou o Interventor FERNANDO COSTA, acompanhado pelo Capitão JOSÉ LOPES DA SILVA, da Casa Militar da Interventoria Recebido ao som do Hino Nacional, executado pela Banda da Guarda Civil, foi S Excia cumprimentado pelas autoridades, iniciando-se, logo após, detida visita às secções de Mecanização e de Desenho e Cartografia, bem como às exposições de cartografia, estatística cartográfica e publicações, onde os trabalhos apresentados foram apreciados com vivo interêsse. Os gráficos exibidos, em número de 41, alguns dos quais reproduzidos nesta notícia, foram os seguintes:

Situação demográfica

1 População geral do Estado — 1932-1942
2 Nascimentos no Estado de São Paulo — 1932-1942
3 Casamentos no Estado de São Paulo — 1932-1942
4 Óbitos no Estado de São Paulo — 1932-1942
5 Óbitos no Estado em relação à população — 1938-1942
6 Mortalidade infantil em relação aos nascimentos — 1938-1942
7 Crescimento vegetativo — 1938-1942
8 Nascimentos em relação à população — 1938-1942

Situação cultural — Ensino primário geral

9 Unidades escolares — 1938-1942
10 Matrícula geral em relação à população em idade escolar (7 a 14 anos) — 1938-1942
11 Matrículas — 1932-1942
12 Conclusões de curso — 1932-1942

Situação Econômica

13 Exportação do Estado por vias terrestres (pêso em quilos) — 1939-1942
14 Exportação do Estado por vias terrestres (valor em cruzeiros) — 1939-1942
15 Comércio exterior pelo Pôrto de Santos (pêso em quilos) — 1933-1942
16 Comércio exterior pelo Pôrto de Santos (valor em cruzeiros) — 1933-1942
17 Comércio de cabotagem pelo Pôrto de Santos (pêso em quilos) — 1933-1942
18 Comércio de cabotagem pelo Pôrto de Santos (valor em cruzeiros) — 1933-1942
19 Exportação geral do Estado (valor em mil cruzeiros) — 1933-1942
20 Exportação de café em relação ao total da exportação para o estrangeiro (valor em cruzeiros) — 1938-1942
21 Exportação de algodão em rama em relação ao total da exportação para o estrangeiro (valor em cruzeiros) — 1938-1942
22 Exportação pelo Pôrto de Santos segundo os principais produtos
23 Total do movimento bancário do Estado — 1933-1942
24 Valor da produção industrial — 1933-1942
25 Rêde ferroviária do Estado — 1943
26 Rêde rodoviária do Estado — 1943
27 Rêde telefônica do Estado — 1943
28 Usinas elétricas e linhas de transmissão — 1943

Situação social

29 Número de médicos por município em relação à população (por 10 000 habitantes) — 1942
30 Número de leitos nos Hospitais em relação à população (clínica geral por 1 000 habitantes) — 1942
31 Número de mesas de operação no Estado — 1942

Situação administrativa e política

32 Arrecadação fiscal no Estado — 1933-1942
33 Arrecadação federal no Estado — 1933-1942
34 Arrecadação estadual — 1933-1942
35 Total da arrecadação municipal — 1933-1942
36 Número de delitos no Estado — 1938-1942
37 Número de delinqüentes no Estado — 1938-1942
38 Suicídios e tentativas de suicídio — 1938-1942
39 Prisões efetuadas no Estado — 1938-1942
40 Menores apreendidos — 1938-1942
41 Detenções policiais e correcionais — 1938-1942

Em seguida, teve início a solenidade de inauguração das novas instalações do Departamento Estadual de Estatística.

Aberta a sessão, o Sr DJALMA FORJAZ solicitou ao Sr Interventor Federal que a presidisse e, em seguida, proferiu o importante discurso que a seguir publicamos:

"A solenidade que hoje se realiza neste recinto tem dupla significação: — inaugura, oficialmente, as novas instalações dêste Departamento e permite vislumbrar à perspectiva dos resultados que um novo sistema tornará possível, mercê do apôio que lhe vem prestando o Excelentíssimo Senhor Doutor FERNANDO COSTA, digníssimo Interventor Federal no Estado.

Ao iniciá-lo, é grande a emoção que experimento, porque ela me proporciona surpreender os resultados felizes de tantos esforços em tôrno de problemas e situações novos e não definidos, e a expectativa de que a sua solução há-de, por certo, abrir clareiras no árduo caminho a ser trilhado

Não estamos, com efeito, festejando tão sòmente a instalação do Departamento Estadual de Estatística, em seu aspecto material Não nos preocupam, apenas, a majestade dêstes edifícios, a vastidão dêles e a comodidade que proporcionam, tanto ao público como ao funcionalismo O que, sobretudo, engalana os espíritos é a correspondência dessas instalações com os planos de desenvolvimento e aperfeiçoamento dos serviços que aqui serão executados É a certeza de que, processando-se em ambiente adequado e propício, os serviços estatísticos se beneficiarão amplamente com a dedicação e o esfôrço daqueles que os tomem sôbre si, sem os inevitáveis embaraços que resultam de acomodações inadequadas

Quer me parecer que nada haveria de mais apropriado para esta cerimônia do que a iniciativa de uma exposição de trabalhos, que, a partir de hoje, ficará à disposição dos que, por êles, se interessem Pelos cartogramas expostos, que refletem os resultados dos serviços estatísticos, ter-se-á uma visão de conjunto dos índices da vida econômico-social do Estado de São Paulo, em seus diferentes aspectos, demonstrando, também, o ritmo intenso de trabalho e progresso havidos no Estado durante a administração do Excelentíssimo Senhor Doutor FERNANDO COSTA, que nos honra e estimula com a sua presença

*

Êsse progresso claramente se revela pela análise dos dados que os cartogramas refletem Assim, o exame das cifras referentes à produção agrícola e industrial e ao comércio com os demais Estados do Brasil e com os países estrangeiros, bem como à receita pública da União, do Estado e dos municípios, é encorajador, e revela a pujança da economia de São Paulo, apesar das profundas perturbações decorrentes da guerra e das grandes dificuldades, que daí resultaram, à produção e ao comércio, com a falta de matérias primas essenciais, a carência das máquinas e veículos e a crise dos transportes, além de outros fatôres negativos, que são de conhecimento geral

Assim é que o valor total da exportação do Estado, compreendidas as vendas para as demais unidades federadas e para os países estrangeiros, subiu de Cr$ 5 381 780 000,00 em 1939 para Cr$ 10 457 538 834,30 em 1943, apresentando, no qüinqüênio, um aumento de 94%

Êsse aumento foi devido, principalmente, à exportação para o território nacional, tanto por cabotagem como por vias terrestres É interessante notar que, enquanto as vendas para o estrangeiro aumentaram, em valor, apenas 28%, no qüinqüênio 1939/43, a exportação por cabotagem revelou um aumento de 78%, e a exportação, por vias terrestres, um acréscimo de 236%

Em 1939, o valor das vendas de São Paulo para os países estrangeiros foi de Cr$ 3 044 412 000,00, sendo a exportação para as demais unidades federadas de sòmente . . Cr$ 2 337 368 000,00

Em 1943, inversa foi a situação: — enquanto a exportação do Estado para o exterior foi de Cr$ 3 885 773 397,00, a exportação para o território nacional montou a Cr$ 6 571 765 437,30!

A predominância da exportação para as demais unidades federadas teve início em 1940 e vem se acentuando cada vez mais, demonstrando a crescente importância dos mercados nacionais para a economia do Estado

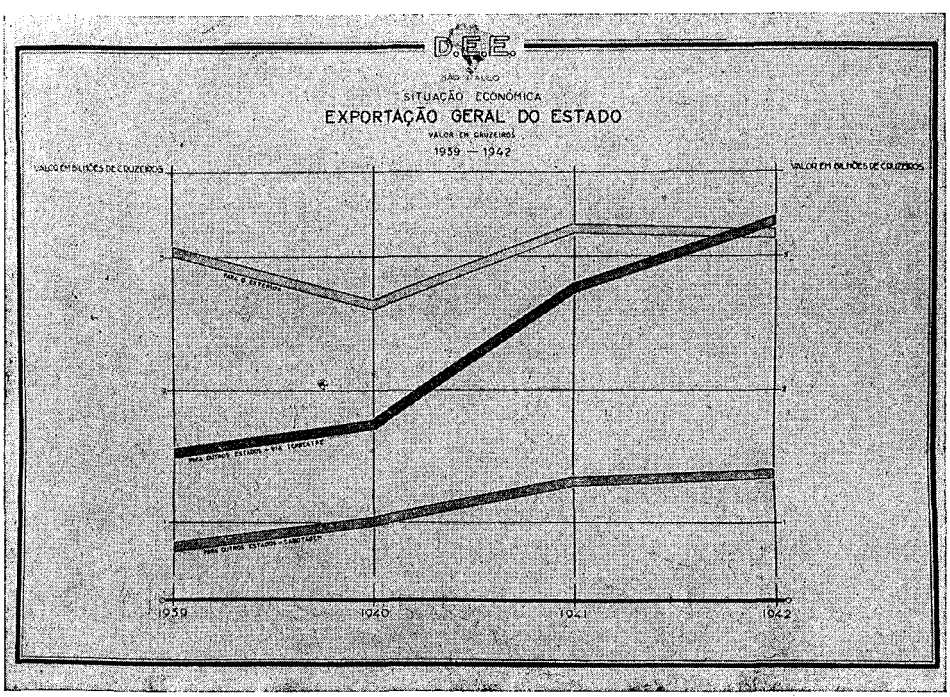
Em 1939, as vendas para o estrangeiro superaram em Cr$ 707 044 000,00 as vendas para o território nacional Em 1943, ao contrário, estas superaram aquelas em Cr$ 2 685 992 040,30

A relação percentual é significativa: — em 1939, o valor da exportação de São Paulo para os mercados nacionais representou 43% do valor total da exportação; em 1943, a percentagem alcançou 63%

O estudo do volume da exportação do Estado permite surpreender aspectos não menos interessantes, porquanto o volume total da exportação caiu de 2 692 216 toneladas em 1939, para 2 090 077, em 1943, apresentando um decréscimo de 23%

Essa diminuição se deve à queda do volume da exportação para o estrangeiro, que, tendo sido, em 1939, de 1 739 923 toneladas, caiu, em 1943, para 895 619, revelando, assim, um decréscimo de 49% Ao contrário, o volume da exportação para os mercados nacionais, por cabotagem e vias terrestres, apresentou contínuo aumento, passando de 952 292 toneladas, em 1939, para 1 194 458, em 1943, subindo, portanto, 25%

Deve salientar-se que o volume das vendas para os mercados nacionais. que, em 1939, foi



apenas 35% do volume total exportado, representou 57%, em 1943, depois de alcançar 62%, em 1942

O valor médio de uma tonelada exportada, aferido pela moeda nacional, passou de . .. Cr$ 1 999;00, em 1939, a Cr$ 5 003,00 em 1943, aumentando 150%

*

Examinando-se os dados referentes ao comércio do Estado com os países estrangeiros, verifica-se ascenção quase contínua do valor da exportação até 1941, quando foi atingido o máximo de Cr$ 3 208 138 654,00, ou sejam 105% a mais em relação a 1933, quando as vendas somaram Cr$ 1 564 667 387,00, seguindo-se ligeiro declínio em 1942 Em 1940, primeiro ano após o início da guerra, o valor da exportação foi menor que o de qualquer dos anos anteriores, a partir de 1936

Quanto ao volume, observa-se contínua elevação de 1933 a 1939, quando foi alcançado o máximo de 1 739 923 toneladas As conseqüências da guerra se fazem sentir claramente pelo decréscimo do volume das vendas para o exterior, cada vez mais acentuado a partir de 1940, registrando-se, em 1942, o menor volume do decênio, com apenas 746 847 toneladas, ou sejam, apenas 43% do volume de 1939, sendo o número de toneladas de 1942, 15% inferior ao de 1933

Os dados relativos ao valor da importação do Estado dos países estrangeiros, no decênio 1933/1942, revelam o máximo de . .. Cr$ 2 271 837 507,00 em 1941, declinando em 1942, quando se registrou o menor valor desde 1936, representado apenas por Cr$ 1 695 170 606,00

O volume da importação, da mesma forma que o da exportação, depois de apresentar crescimento quase contínuo até 1939, ano em que se verificou o máximo de 1 701 943 toneladas, passou a declinar, de maneira cada vez mais acentuada, a partir de 1940, caindo, finalmente, em 1942, para 1 024 788, número êsse que representa a menor tonelagem de importação de todo o decênio

O exame dos valores médios, aferidos pela moeda nacional e expressos em números índices, permite interessante observação, assim se apresentando: — na exportação: — em 1933, *100*; em 1939, *98*; em 1942, *236*; na importação: — em 1933, *100*; em 1939, *164*; em 1942, *233*

A situação até 1939, era portanto, pouco favorável ao comércio exterior do Estado, se considerarmos o crescente valor das mercadorias importadas, sem aumento correspondente das mercadorias exportadas Essa situação se modificou, favoràvelmente, no quadriênio 1939/42, no qual se verifica um aumento de 141% no valor médio, em moeda nacional, de uma tonelada exportada, e de apenas 42% no valor de uma tonelada importada

Os saldos do comércio exterior do Estado apresentam, no período subseqüente a 1933, fortes oscilações. O menor saldo do decênio foi o de 1940 (Cr$ 369 382 934,00) e o maior o de 1942 (Cr$ 1 450 589 036,00). Considerando a grande desvalorização da nossa moeda, principalmente a partir de 1940, forçoso é convir em que os saldos dos últimos anos são pràticamente inferiores aos conseguidos pelo Estado nos anos anteriores à guerra

Analisando-se o valor da exportação do Estado para os mercados estrangeiros, no qüinqüênio 1938/42, verifica-se a influência da guerra na composição do total exportado

O valor total da exportação aumentou, nesse período, apesar do declínio dos dois principais produtos de exportação, ou sejam, o café e o algodão Assim é que a exportação de café diminuiu, nesse qüinqüênio, de 21%, passando de Cr$ 1 642 758 000,00 para Cr$ 1 291 409 000,00 e o algodão decresceu 13%, caindo de .. Cr$ 704 047 000,00, em 1938, para Cr$ 609 588 000,00 em 1942 Apresentaram decréscimo também a banana (40%) e a laranja (91%)

Em compensação, registrou-se considerável aumento no valor da exportação de vários produtos, entre os quais se salientam: — as carnes congeladas e em conserva, que apresentaram aumento de 386%, passando de Cr$ 73 355 000,00, em 1938, a Cr$ 356 395 000,00, em 1942; as peles e couros, cujo valor aumentou de 274%, ascendendo de Cr$ 29 996 000,00, a Cr$ 112 294 000,00; o óleo de caroço de algodão, que subiu de Cr$ 39 983 000,00 para Cr$ 73 324 000,00 em 1941 e Cr$ 52 635 000,00 em 1942, aumentando, respectivamente, 83% e 32%; os frutos oleaginosos, que subiram 155%, passando de Cr$ 14 529 288,00, para Cr$ 37 072 255,00, merecendo, ainda, especial referência os tecidos de algodão, que passaram a contribuir com parcela ponderável para o conjunto da exportação do Estado para o exterior, figurando, em 1938, com a insignificante parcela de Cr$ 89 000,00 e, em 1942, com Cr$ 191 167 000,00

No conjunto dos demais artigos, observa-se, também, considerável acréscimo, tendo êles ascendido de Cr$ 202 384 000,00 em 1938, a . Cr$ 513 292 000,00, em 1942

Cumpre salientar que a exportação do Estado para o exterior se diversificou cada vez mais, nos últimos anos, fato que deve ser registrado com a maior satisfação Efetivamente, em 1938, o café contribuiu com 59,6% e o algodão com 25,5% para o valor total da exportação Ambos êsses produtos representaram, portanto, em 1938, 85,1% do valor das nossas vendas para o estrangeiro. Em 1942, entretanto, couberam ao café 41,1% e ao algodão 19,3%, tendo, por conseguinte, baixado para 60,4% o contingente dos nossos dois principais produtos

A crise dos transportes marítimos refletiu-se no volume da exportação para o exterior, com grande redução do volume total exportado

Particularizando, a exportação de café caiu, no qüinqüênio 1938/42, de 11 367 955 sacas para 4 510 619; o volume do algodão, que, em 1938, foi de 199 913 718 quilos, depois de aumentar, em 1939 e 1941, desceu, em 1942, a 147 510 699 quilos, declinando, ainda mais acentuadamente, em 1943; observa-se igualmente, redução do volume exportado de bananas, laranjas e óleo de caroço de algodão O decréscimo do volume exportado em 1942, em relação ao de 1938, expressa-se pelas seguintes percentagens: café — 60%; algodão — 38%; bananas — 68%; laranjas — 90%; óleo de caroço de algodão — 38%.

Entre os produtos que apresentam aumento no volume exportado, merecem referência: — os tecidos de algodão que passaram de 11 toneladas, em 1938, a 6 553, em 1942; a carne conservada, que subiu de 8 612 toneladas para 37 567, e as peles e couros de 11 726 para 21 739 toneladas

Em percentagem, foi o seguinte o aumento do volume exportado em 1942, relativamente ao de 1938: — tecidos de algodão — mais de 57 000%; carne conservada — 336%; carne congelada — 14%; peles e couros — 85%; frutos oleaginosos — 30%

A importância dos diversos artigos em relação ao valor total da exportação, variou bastante entre 1938 e 1942 O café que, em 1938, representou 59,6% do valor da exportação, contribuiu, em 1942, com apenas 41,1%; o algodão desceu de 25,5% a 19,3%; a banana e laranja, em conjunto, caíram de 2,4% a 0,6% Aumentou o contingente dos seguintes produtos principais: — a carne congelada e conservada, de 2,7% para 11,3%; peles e couros, de 1,1% para 3,6%; óleo de caroço de algodão, de 1,4% para 1,7%, e, especialmente, os tecidos de algodão, cuja exportação, tendo sido pràticamente nula em 1938, representou, em 1942, 6,1% do valor total dos produtos exportados Os demais artigos, em conjunto, apresentaram grande acréscimo, passando de 7,3%, em 1938, para 16,3% do valor total da exportação de 1942.

*

No comércio de cabotagem, nota-se vultoso aumento da exportação e da importação, tanto no que diz respeito ao valor, como ao volume físico dos produtos, ao contrário do comércio exterior, em que, a par do aumento do valor, se registrou redução do volume, tanto exportado como importado. Observa-se, portanto, que o aumento do valor da exportação e da importação por cabotagem não resultou apenas da cotação dos produtos, mòrmente no período da guerra, mas também da efetiva elevação das trocas de nosso Estado com as demais unidades federadas

O aumento da exportação foi mais acentuado que o da importação no período 1933/43. No que se refere ao valor, enquanto a importação aumentou 205%, a exportação aumentou 229% Quanto ao volume, a exportação cresceu 92%, e a importação 79%.

O valor médio, por tonelada exportada subiu de Cr$ 3 289,00 em 1933, para Cr$ 5 643,00, em 1943. Por tonelada importada, o valor subiu de Cr$ 919,00 em 1933, para Cr$ 1 565,00, em 1943.

Em todos os anos do período 1933/43, o volume físico e o valor da exportação, no comércio de cabotagem, foram superiores ao da importação, resultando saldos francamente favoráveis ao nosso Estado. A exportação, que excedeu a importação, em 1933, de . . Cr$ 142 373 067,00, passou a sobrepujá-la, em 1943, em Cr$ 537 404 261,00

*

Não menos interessante é o exame da exportação do Estado por vias terrestres Iniciada em época relativamente recente, a estatística dessa exportação preencheu uma grande lacuna, tornando possível conhecer a importância cada vez maior do comércio inter-estadual por via rodoviária e ferroviária, o qual avulta, de ano para ano

As vendas do Estado, por vias terrestres, foram, em 1939, de Cr$ 1 519 063 002,00, representando, nesse ano, apenas 28% da exportação geral do Estado Em 1943, alcançaram .. Cr$ 5 119 081 438,30, passando a representar 49% do valor total da exportação do Estado

Igualmente significativa é a comparação com as vendas para o estrangeiro, pela qual se verifica que a exportação por vias terrestres, tendo correspondido, em 1939, a 50% da exportação para o exterior, sobrepujou-a, em 1942, pela primeira vez, e, em 1943, excedeu-a de Cr$ 1 233 308 041,30 Assim é que, tendo sido a exportação para o exterior, em 1943, de Cr$ 3 885 773 397,00, a exportação, por vias terrestres, no mesmo ano, montou a . Cr$ 5 119 081 438,30

Comparando o valor da exportação por vias terrestres com a de cabotagem, vê-se que a primeira excedeu a segunda, em 1939, de . .. Cr$ 700 758 213,00, e, em 1943, de .. .. Cr$ 3 666 397 439,30

Infere-se, do exposto, que o mercado nacional avulta, cada vez mais, na exportação do Estado, tanto de maneira absoluta, como relativamente à exportação para o estrangeiro. Efetivamente, o valor da exportação do Estado para as demais unidades federadas, por via assim terrestre como marítima, passou de 43% em 1939, para 63% do valor total da exportação do Estado, em 1943

Por ordem de importância, foram as seguintes as unidades federadas de destino das mercadorias exportadas por via terrestre: — Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Estado do Rio, Goiás e Santa Catarina, considerando-se o período 1939/1942

Às duas principais unidades federadas de destino, ou sejam, Distrito Federal e Minas Gerais, couberam, em 1939, 68% do valor total das exportações por vias terrestres, percentagem que se manteve pràticamente inalterada, sendo de 67%, em 1942 Entretanto, ao passo que as compras do Distrito Federal subiram de 40 a 49% do total, as de Minas Gerais desceram de 28 a 18%

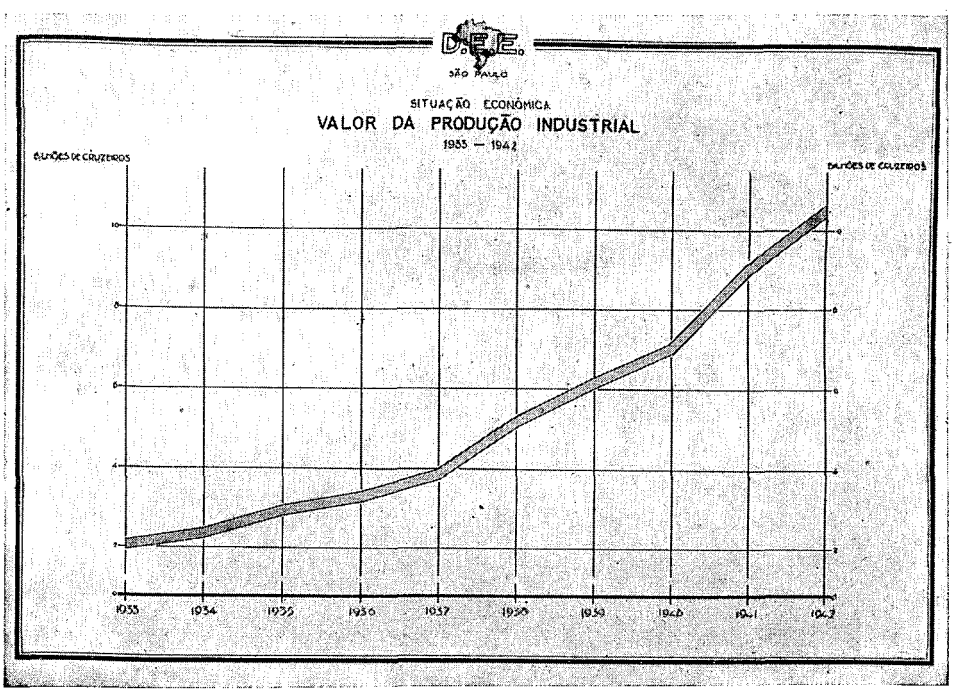
Ainda que tenham crescido em número absoluto, diminuiram, proporcionalmente, as exportações para Mato Grosso e Paraná, e cresceram as destinadas a Goiás, Estado do Rio, Rio Grande do Sul e Santa Catarina O maior aumento, no valor das exportações por vias terrestres, no qüinqüênio 1939/1942, se registrou na exportação para o Estado do Rio, que subiu 224%, e o menor aumento se verificou na exportação para Minas Gerais, que aumentou apenas 42%

Os dados concernentes ao volume da exportação por vias terrestres, em 1942, revelam um pequeno aumento (18%), em relação ao volume total exportado em 1939 Por unidade federada de destino, houve aumento do volume exportado para o Estado do Rio (94%), Santa Catarina (93%), Distrito Federal (41%), Paraná (39%), e Goiás (21%), diminuindo o volume exportado para o Rio Grande do Sul (24%), Minas Gerais (20%) e Mato Grosso (5%).

Vendendo, cada vez mais, às outras unidades federadas e cada vez mais delas comprando, revela-se o Estado de São Paulo o principal fator da unidade econômica nacional e do desenvolvimento do nosso mercado interno.

*

Os dados sôbre a produção industrial e agrícola, bem como sôbre a receita pública são outros tantos índices expressivos da grandeza do nosso Estado

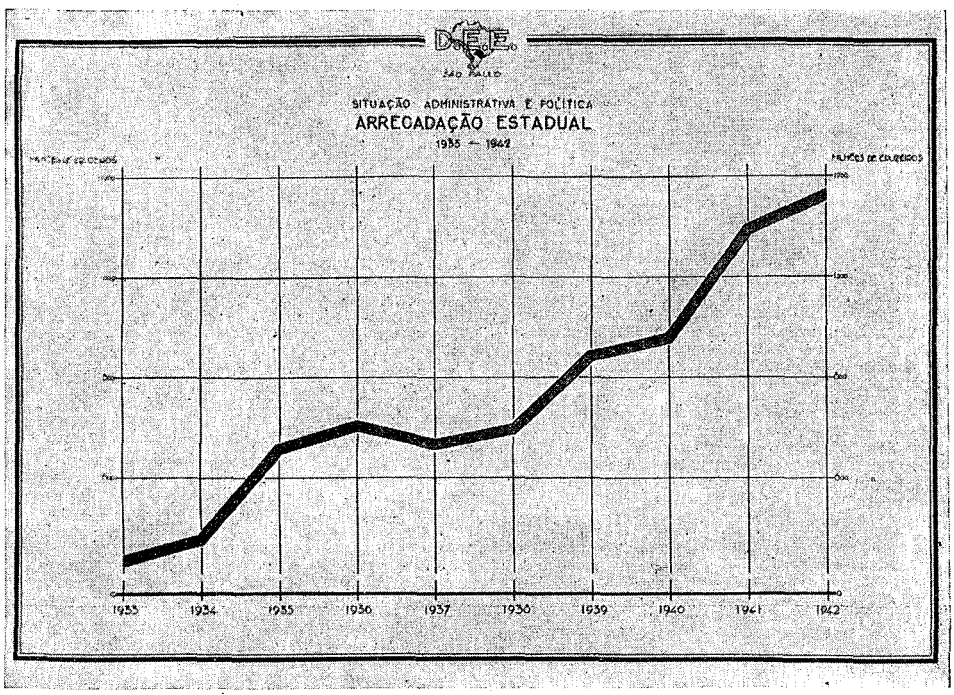


O valor dos produtos da indústria paulista apresenta contínua e rápida ascensão, tendo subido de pouco mais de 2 biliões de cruzeiros para 10,5 biliões, em 1942, quintuplicando-se, portanto, em um período de 10 anos

Ao lado do grande desenvolvimento industrial de São Paulo, processado, sobretudo, nos anos de guerra, em virtude do imperativo da auto-suficiência, a agricultura paulista muito evoluiu com o incremento da produção primária O valor da produção agrícola, de 7,5 biliões de cruzeiros, em 1940, atingirá a cêrca de 12 biliões, no corrente ano O café, não obstante o reduzido volume da produção, em conseqüência da ocorrência de diversos fenômenos, concorrerá, aproximadamente, com 1,5 bilião de cruzeiros, ou sejam, 12% do valor total da produção Desenvolve-se, também, de maneira auspiciosa, a produção de arroz, feijão, milho, batata e outros gêneros necessários à alimentação O arroz atingiu, segundo estimativas, a 9 milhões de sacas, e o milho tem a sua produção avaliada em 15 milhões de sacos A produção de algodão em caroço, incentivada pelas condições altamente favoráveis do mercado de tecidos, ultrapassou, segundo avaliação, 1 milhão de toneladas, no corrente ano

A assistência médica ao alcance de todos vem constituindo um dos maiores anseios da moderna sociedade O Estado, compreendendo que as iniciativas em prol da saúde pública constituem a base essencial de tôdas as demais, tem tomado providências de conseqüências altamente auspiciosas Não admira, pois, que a saúde coletiva se tenha elevado à categoria de preocupação primordial das administrações esclarecidas

Na própria Inglaterra, os seguros sociais, que atingiram o seu climax no chamado *Plano Beveridge*, atribuem especial cuidado aos problemas de assistência na doença e na profilaxia Com efeito, naquele plano, o autor diz que o seguro social completamente desenvolvido pode proporcionar segurança coletiva de um modo geral, mas que, dentre as gravíssimas questões a encarar, ressaltam a doença, a ignorância, a imundície e a preguiça Há, na técnica do seguro social, uma preocupação constante, no que concerne à interrupção e à destruição da capacidade produtiva do homem População reduzida ou população doentia significam, em última análise, coletividade pobre e Estado fraco Prevenir e debelar a doença é, pois, o problema principal das iniciativas governamentais



A renda federal, arrecadada no Estado, em 1943, foi 141% superior à média do biênio 1933/34, alcançando perto de 1 700 milhões de cruzeiros A renda estadual apresentou, no mesmo período, crescimento ainda maior, tendo alcançado, em 1943, perto de 1 600 milhões de cruzeiros, com um aumento de 242%, comparada com a média do mesmo biênio O impôsto sôbre vendas e consignações, cuja arrecadação, em 1943, foi superior a 600 milhões de cruzeiros, correspondeu a um movimento de vendas de cêrca de 43 biliões de cruzeiros

As estatísticas constituem, portanto, o melhor documento da grandeza de São Paulo, de seu incoercível progresso, da solidez de sua economia, da sua extraordinária capacidade de sobrepujar dificuldades e de se adaptar a condições novas, graças ao espírito de organização e trabalho, empreendedor e resoluto, de seu povo e de seu Govêrno

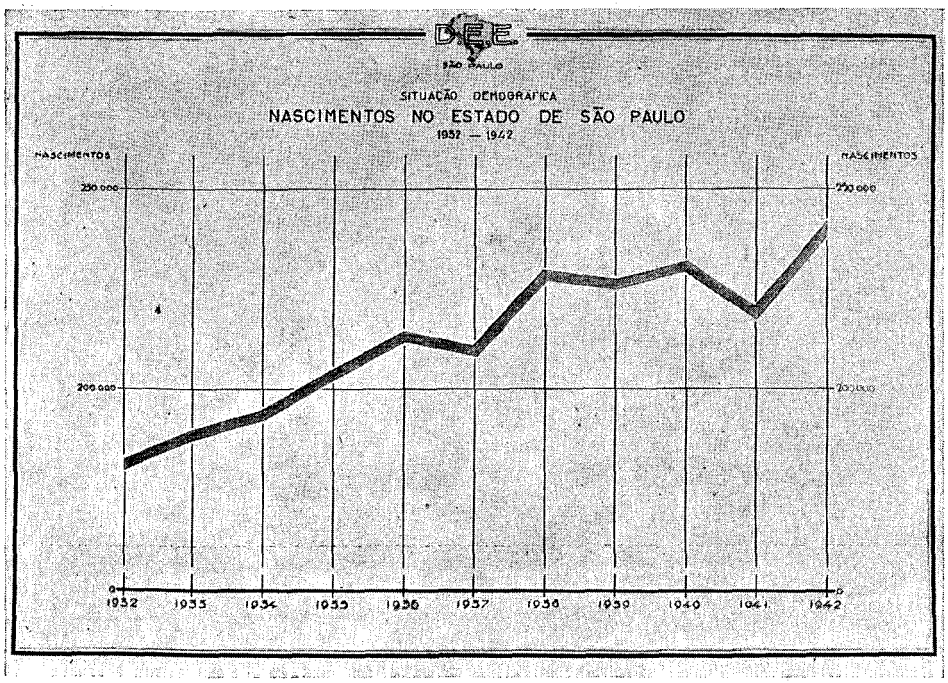
*

Um dos índices mais expressivos do progresso de um povo, é, sem dúvida, a sua favorável situação demográfica, uma vez que o papel do elemento humano é preponderante no desenvolvimento das atividades da vida social É em função do homem que a ciência e a técnica se desenvolvem; para êle, pois, é que devem convergir as preocupações do poder público Os dados numéricos das estatísticas dos últimos dez anos, sôbre o crescimento vegetativo da população, da mortalidade infantil, dos casamentos, etc , revelam que:

1 — entre 1932 e 1942, diminuiu de 4% o número de óbitos em relação ao de nascimentos;

2 — no mesmo período, baixou de 16,08 a 14,99, por 1 000 habitantes, o coeficiente de mortalidade;

3 — a mortalidade infantil, o mais sério obstáculo à nossa política demográfica, caiu de 166 para 144 por 1 000 nascimentos;



4 — o crescimento vegetativo que, em 1938, era de 15,9 por 1 000 habitantes, elevou-se a 16,7

Êsses lisonjeiros índices se refletem na tendência ascensional da população paulista Não obstante, esta vitalidade demográfica vem ampliar os já complexos e amplos problemas de saúde e educação do povo. A êsse crescimento, com efeito, não podem deixar de corresponder os esforços do Estado no sentido de elevar o nosso padrão sanitário e cultural

Com referência aos problemas de saúde pública, é preciso ressaltar o papel preponderante que cabe aos médicos Em São Paulo, entretanto, o número de facultativos é bastante inferior àquele requerido, como número necessário à segurança da saúde coletiva

Na verdade, 60% dos médicos dêste Estado estão concentrados nesta Capital, em Santos e Campinas, enquanto que os habitantes dêstes 3 municípios representam, apenas, a quinta parte da população estadual Nestes municípios, entretanto, as facilidades de transporte e outros recursos facilitam muito o trabalho do médico, ao passo que, nos demais, em regra geral, a sua ação é retardada ou prejudicada pela ausência de meios de tôda ordem

Nesta Capital, existem, por 10 000 habitantes, 17 médicos, e, no interior, 3, notando-se que, cêrca de 25 municípios, em maio do corrente ano, não contavam com médicos residentes

Se considerarmos a média norte-americana, que é de 823 habitantes por médico, avaliaremos, fàcilmente, as nossas possibilidades no terreno da assistência à saúde, pois, neste Estado, havendo, em média, 1 756 habitantes por médico, verificam-se flutuações que vão desde 6 086 a 652 pessoas para cada facultativo Interessante é observar, como um dos fatos que explicam a referida concentração de médicos nos grandes centros urbanos de São Paulo, que 83% dos médicos, formados pelas faculdades paulistas e clinicando neste Estado, se encontram nesta Capital

O exame dos recursos hospitalares existentes no Estado de São Paulo mostra que 70% dos nossos municípios, com uma população global que equivale a cêrca de 4 500 000 habitantes, têm menos de 50 "leitos-hospital" por unidade administrativa, ou sejam, 20 000 leitos para uma população superior à metade da do Estado

Apreciando-se o número de habitantes por "leito-hospital", verifica-se que, no Estado, o coeficiente é de 220 habitantes para cada leito, sendo 183, na Capital, e 231, no interior E' verdade que os hospitais não estão, em muitos casos, adstritos, exclusivamente, à área do município E' o caso, principalmente, dos hospitais desta Capital e dos grandes centros urbanos do interior Esta circunstância, portanto, faz crer que o número real de habitantes por "leito-hospital" seja, ainda, maior nesta Capital

Se considerarmos que, em 1930, existiam, nos Estados Unidos, 137 pessoas para cada "leito-hospital", concordaremos que o coeficiente do Estado de São Paulo é, ainda, bastante precário Êsse coeficiente é tanto mais expressivo se atentarmos para o elevado padrão de saúde de que goza o povo norte-americano, quando comparado com o nosso

Encarado êsse fato, entretanto, não do ponto de vista geral, mas, da distribuição desigual dos dois fenômenos — população e número de "leitos-hospital" — concordaremos em que, hoje, o hospital ainda é, entre nós, uma instituição típicamente urbana, pois mais de um quinto dos "leitos-hospital" estão no município de São Paulo, restando quatro quintos para os demais 269 municípios

Essas cifras seriam mais expressivas, se conhecessemos qual a proporção de indivíduos anualmente hospitalizados em cada município, segundo a localidade de origem

---

A estatística escolar mostra, por sua vez, o reflexo dos esforços governamentais no sentido de pôr têrmo à nossa elevada taxa de analfabetismo

De 1932 a 1942, em dez anos, portanto, o número de cursos primários quase duplicou, passando de 4 000 para 7 928

A despeito, porém, dos ingentes esforços empregados, mais da metade da população paulista em idade escolar não freqüentava as nossas escolas primárias, no ano de 1942

O que vemos, neste rápido relance sôbre a situação demográfica, sanitária e escolar do Estado, bem caracteriza a gigantesca tarefa que envolve a solução dos nossos problemas fundamentais O Govêrno bem compreendeu a importância e o alcance dessas questões, e as suas providências atestam o aprêço em que as tem e o carinho que lhes devota As realizações, tanto em extensão como em profundidade, melhoraram, visìvelmente, a situação do Estado

---

Recuemos até 1936 e lancemos um golpe de vista sôbre a situação dos serviços de estatística no Estado de São Paulo. As estatísticas gerais, afetas à Repartição de Estatística e Arquivo, estavam pràticamente paralisadas, por falta de recursos e organização adequados As estatísticas especializadas, entregues às diversas repartições e secções, processavam-se desarticuladamente, isoladas umas das outras, sujeitas a orientações, moldes e padrões de apuração diferentes, para não citarmos as deficiências resultantes de meios ineficazes de coleta Registre-se, por exemplo, que umas não eram publicadas e outras estavam muito atrasadas, ou mesmo abandonadas ,

Daí para cá, muito evoluímos Os serviços de estatística do Estado passaram, paulatinamente, a sofrer a influência benéfica da Convenção Nacional de Estatística, realizada em 1936 Depois de criados a Junta Regional de Estatística, em 1937, e, em 1938, o Departamento Central de Estatística, transformado no atual Departamento, aquêles serviços se transmudaram quanto à sua estrutura e à intensidade de seus trabalhos À completa desarticulação inicial seguiu-se uma coordenação descentralizada, e, posteriormente, uma centralização, com a qual os serviços começaram a entrosar-se na indispensável unidade, para que pudessem constituir o espêlho da vida do Estado, imprescindível à *informação do Govêrno*

Para dar uma ligeira impressão do quanto aumentaram, em intensidade, os serviços de estatística, basta recorrer a alguns algarismos: — enquanto, em 1939, as diversas repartições, que hoje constituem êste Departamento, expediam cêrca de 265 000 papéis, em 1943, já incorporadas a êle, expediram cêrca de 1 200 000, ou sejam, 4 vêzes mais; em 1939, receberam 316 200 papéis e, em 1943, 1 553 700, isto é, *5 vêzes mais* As verbas de que, em 1939, êsses serviços eram dotados, somando Cr$ 3 629 194,60, passaram, em 1943, para Cr$ 5 110 339,60, ou sejam 71% mais. E o pessoal, que atingia a 289 pessoas em 1939, passou, em 1943, para 321, verificando-se, assim, um aumento de apenas 11%

Também diversos são os trabalhos e inquéritos estatísticos, alguns absolutamente originais, bem como as publicações de várias naturezas, a que *se tem* dedicado êste Departamento Lembremos, porém, como exemplo, a estatística do comércio interestadual, que, durante 20 anos, foi infrutìferamente tentada pela administração estadual, e que, realizada recentemente por êste Departamento, veio revelar que a exportação do Estado de São Paulo é, na verdade, muito superior àquela que lhe era oficialmente atribuída. Admitia-se, por exemplo, a São Paulo, em 1939, uma exportação de Cr$ 3 863 223 297,00 quando foi, na realidade, de Cr$ 5 382 286 301,00, ou seja quase 100% a mais, provindo essa diferença das remessas para outros Estados, por vias terrestres, e não computadas na primeira estimativa

Êste Departamento manteve, outrossim, larga correspondência com os órgãos da estatística federal, remetendo-lhes os resultados de estatísticas anuais e realizando, a seu pedido, inquéritos especiais, cumprindo destacar, dentre êles, por seu interêsse social, o inquérito *sôbre o custo da vida; por seu interêsse econômico*, o inquérito para os serviços da defesa nacional, e, por seu vulto, os trabalhos referentes aos registros imobiliário e industrial O econômico abrange a coleta de 7 000 questionários, que, mensalmente, são criticados e remetidos para o Rio; o do registro imobiliário compreende cêrca de 90 000 transcrições e 12 000 inscrições e o registro industrial alcança 23 000 estabelecimentos

A intensificação dos serviços de estatística não se limitou, porém, ao seu aspecto puramente prático Ultrapassando os meios oficiais, o estudo da metodologia estatística foi objeto de valiosas contribuições, levadas a efeito não só com a finalidade de habilitação pessoal para o ingresso no funcionalismo como também para a publicação de monografias e tratados, com finalidades puramente culturais Lembro, por exemplo, os magníficos trabalhos do professor MORTARA, alguns baseados em dados fornecidos por êste Departamento.

Nesta evolução de seis anos, grande tem sido a contribuição do Govêrno do Exmo Sr. Dr. FERNANDO COSTA, digníssimo Interventor Federal Criou a Secção de Estatística Militar, que tem merecido, da parte de altas autoridades militares brasileiras, francos elogios, fato que se reveste, dadas as circunstâncias atuais, de especial relevância; promoveu a criação das Agências Municipais de Estatística, de grande valia para a coleta de dados, e passo preliminar à organização federal dos serviços de estatística municipal; decidiu a anuência, pelo Estado de São Paulo, aos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, com o que se antecipou a tôdas as demais unidades da Federação; aumentou, como já foi dito, as verbas destinadas aos serviços de estatística; proporcionou a êste Departamento novas instalações, as quais hoje inauguramos, e está vivamente empenhado em dotá-lo com o Palácio das Estatísticas; assegurou a coleta compulsória de dados, mediante um decreto tornando efetiva a autuação por infração das leis que regem os serviços estatísticos, e, finalmente determinou a centralização dos serviços de estatística, que lhes proporcionará a unidade indispensável e necessária aos fins visados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dando aos trabalhos maior desenvolvimento, assim prático como teórico

---

Contando mais de 40 anos de serviços prestados ao Estado, realizando estudos que me parece terem contribuído para o esclarecimento da História de São Paulo e do Brasil, e estudando problemas relacionados com a organização da estatística do Estado, penso que já posso ir considerando como terminada a minha missão

Resta, apenas, para êste Departamento, a reforma preconizada pelo decreto de centralização, de 31 de março de 1942, cujo objetivo revela um dos pontos principais do govêrno de V. Excia , Sr Dr. FERNANDO COSTA, de profunda compreensão das necessidades do Estado, que *não pode realizar os seus fins, sem que tenha* os dados com que se apreciam e resolvem os graves problemas da administração pública

E êsses dados, quem os fornece é a Estatística

Essa reforma, que consiste numa reestruturação do Departamento, completará os compromissos assumidos por V Excia , de organizar os serviços estatísticos em São Paulo, sob o princípio da centralização

Nas reformas de qualquer espécie, não é possível, com efeito, atender a interêsses de ordem pessoal, quando êles colidem com o programa traçado em benefício do interêsse comum Na rota estabelecida, teremos um promissor e adequado desenvolvimento, como revela a mostra que hoje temos a honra de apresentar

Antes de terminar, desejo manifestar, a todos quantos compareceram a esta solenidade, *os agradecimentos do Departamento Estadual de* Estatística, os quais se dirigem, especialmente, ao Exmo Snr Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES e demais representantes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que, neste setor de atividade, como em muitos outros, têm prestado relevantes serviços à causa

pública, e que, vindos da Capital Federal, nos estimulam e honram com a sua presença, pois quase todos os nossos trabalhos obedecem à orientação técnica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cuja Secretaria Geral é sàbiamente dirigida pelo Dr MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, cuja ausência por motivo de moléstia, todos lamentamos

Outrossim, os nossos agradecimentos se dirigem, especialmente, ao Exmo. Sr Dr FERNANDO COSTA, digníssimo Interventor Federal, que, compreendendo a necessidade do desenvolvimento e aperfeiçoamento das estatísticas, vem, com um carinho notável, assistindo e resolvendo todos os problemas, assim administrativos como técnicos, conducentes a dotar êste Departamento dos recursos adequados, necessários e inadiáveis

Finalmente, desejo manifestar nosso reconhecimento pela honrosa deferência do ilustre pensador Professor Dr FERNANDO DE AZEVEDO, cujo nome é uma garantia do brilhantismo da conferência que vamos ouvir"

Logo após, o Professor FERNANDO DE AZEVEDO, da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, Consultor-Técnico do Conselho Nacional de Estatística e autor da obra *Cultura Brasileira*, introdutória da série nacional de publicação dos resultados do Recenseamento Geral de 1940, pronunciou a conferência que adiante transcrevemos:

"Na cerimônia inaugural das novas instalações do Departamento de Estatística, a honra de falar depois de seu ilustre diretor, se pudesse conceder-se a alguém, devia antes ser conferida a uma autoridade eminente no domínio das atividades em que se especializou esta utilíssima instituição. Não pensou, porém, da mesma forma o administrador que, altamente qualificado para falar em nome de todos, podia encerrar com suas calorosas palavras essa visita confortadora aos laboratórios devidamente equipados para o desenvolvimento das pesquisas estatísticas Êle quis que à sua voz, tão familiar a todos nas suas vibrações de energia e de entusiasmo, se reunisse outra que não fôsse a de um estranho a vossos trabalhos mas viesse de meios diferentes. Nenhum trabalhador em outros campos podia, de fato, sentir-se melhor, mais na intimidade dos meios estatísticos do que um professor de sociologia ou um sociólogo de profissão Se as disciplinas, embora diversas e distintas, se comunicam por muitos pontos e se é um fato observado de todos a extensão das aplicações do método estatístico a domínios cada vez maiores de estudos, é, no entanto, a sociologia que mantém e é obrigada a manter mais constantes contactos com a estatística, como instrumento de medida e de estudo da vida social, nos mais variados setores do vasto campo de investigações sociológicas A interpenetração da sociologia e da estatística que é um de seus métodos de pesquisa e cuja aplicação é da maior importância, senão indispensável, e de extensão crescente nessa ciência; os contactos freqüentes, de todos os dias, com as ciências vizinhas, entre as quais a geografia, — uma das grandes secções do Instituto Central a que se acha filiado êste Departamento —, já nos dariam o direito a considerar-nos como em nossa própria casa, onde quer que se coopere na organização dos serviços estatísticos nacionais. Além disso, fazendo parte do corpo de consultores técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a que pertenceis como colaboradores estaduais, nesse domínio de atividades, e cujos progressos venho acompanhando de perto, desde as origens daquela instituição federal, podia falar como um de vós, sem quebrar, nesta cerimônia, a intimidade de uma festa de família e com a vantagem de ter a liberdade de dizer-vos, como um amigo chamado para participar de vossas alegrias, tudo aquilo sôbre que a modéstia poderia impôr-vos o silêncio .

A obra magnífica em que estais empenhados, de organização dos serviços estatísticos e do desenvolvimento da técnica estatística e de suas aplicações é tanto mais importante e urgente quanto mais longe o tempo que decorreu, quase desperdiçado, sem que tivéssemos encontrado os meios para pôr êsses problemas em via de solução. A estatística que, a rigor, embora sob outras designações e nos seus processos mais elementares, já existia desde as velhas civilizações, nas quais se realizaram operações de recenseamento; que há quase duzentos anos, em 1746, foi batizada e já numa concepção mais moderna com o nome (*Statistik*) pelo qual é atualmente conhecida e que passou em tôdas as línguas; que nas suas origens, no século XVII, se apresentava como uma "ciência", segundo se depreende de suas definições mais antigas, quais por exemplo a de ACHENWALL (1750), considerado, — o que é discutível, — o pai da estatística, ou a de MOREAU DE JONNÈS, que data de 1847, quase um século mais tarde; que tomou, na segunda metade do século XIX, um impulso notável com as primeiras sociedades de Estatística, a de Paris e a de Londres, e dos congressos que então se realizaram e dos quais o primeiro se reuniu em 1853, em Bruxellas, pode-se dizer que, feita abstração de tentativas isoladas e de operações censitárias no último século, não tem mais de 40 anos no Brasil, dos quais trinta se esgotaram em ensaios e experiências fragmentárias, devidas menos à compreensão dos governos do que aos esforços admiráveis de alguns idealistas. Enquanto, de fato, se precisava com nitidez o conceito de estatística que era tida a princípio como uma ciência ("a ciência dos fatos sociais expressos em têrmos numéricos") e passou depois a ser considerada um "método" de aplicações cada vez mais extensas; enquanto se estudavam por tôda a parte e se lançavam os fundamentos matemáticos da estatística teórica e já, na estatística matemática, surgiam figuras como CORRADO GINI, MORTARA e GALVANI, na Itália; WINKLER, na Alemanha; DARMOIS, JORDAN RISSER e TRAYNARD, na França; PEARSON, na Inglaterra; FISHER, KENNEY e KENDALL, entre outros, nos Estados Unidos, ainda lutávamos no Brasil pela organização dêsses serviços que se arrastavam quase ao abandono, sem nenhum interêsse dos poderes públicos, e, se houve algum esfôrço, não se registrou até 1934 nenhum resultado em quaisquer tentativas para introduzir a estatística entre as matérias de ensino, como disciplina autônoma, e para estimular as pesquisas no campo estatístico.

A lentidão nos progressos da estatística não surpreendia, porém, num país em que tão morosamente se desenvolviam a matemática e as ciências experimentais, preteridas em favor dos estudos literários e jurídicos, que já desfrutavam o prestígio de uma tradição secular e só teriam de ceder a dianteira às ciências com as transformações econômicas e o desenvolvimento das indústrias Não é por acaso ou por uma simples coincidência que a cultura estatística e a cultura científica no Brasil se encontraram juntas nos seus atrasos que constituem uma correlação de efeitos de uma causa geral ou comum. As pulsações da consciência científica e a difusão dos métodos objetivos e experimentais são marcadas geralmente pelo ritmo dos progressos da civilização industrial Ainda não haviamos suspeitado da importância para quaisquer planos de administração, das estatísticas demográficas, sociais, econômicas e financeiras, ou, por outras palavras, dos números que, "se não governam o mundo" como dizia GOETHE, fazendo alusão a uma frase de PITÁGORAS, "demonstram certamente como o mundo é governado". As reformas sociais, econômicas, escolares, planejadas em geral com o mais rudimentar empirismo ou inspiradas pelo idealismo das doutrinas, não cuidavam de procurar um ponto de apoio mais sólido nas observações estatísticas De fato, na paisagem política perturbada pelo jôgo aparente e confuso dos partidos, sob que mal se dissimulavam os acontecimentos econômicos e sociais mais profundos, as idéias, as tendências e os planos de reformas acolhiam-se ou rejeitavam-se, desviando-se ou transformando-se ao sabor das circunstâncias e aos caprichos das vontades individuais Nos seus movimentos ondulantes e contraditórios, nas névoas de suas visões quiméricas que davam, por instantes, a visão da rea-

lidade, lembrava-me êsse cenário a paisagem que tantas vêzes pude contemplar, de um céu de nuvens tocadas de ventos fortes, em tardes de verão: ali, num rasgão de azul, uma nuvem branca, desgarrada como uma asa perdida; nuvens escuras que arrancavam, atropelando-se como uma manada de elefantes, nuvens estranhas que pareciam saber com exatidão aonde queriam ir e outras que nos divertiam tomando as formas mais diferentes e fantásticas, como imensos desenhos inacabados de um ilustrador em pleno delírio de imaginação . Ora, se o exercício do poder político tem de ser uma obra de arte, na expressão de DISRAELI, e se o político tem de ser um criador dotado do poder de imaginação, não é menos certo que êle é ou deve ser ainda o observador científico das coisas da cidade, com êsse sentido do relativismo histórico e êsse espírito objetivo, indispensáveis não só para refrear a incrível fecundidade das belas fantasias, mas para fornecer uma base segura, sociológica, estatística às suas mais poderosas iniciativas.

O interêsse pela técnica estatística e suas aplicações, antes de descer ao terreno político, já se manifestava, como costuma acontecer, na cultura de vanguarda em que se destacavam pioneiros do valor de um BORDEAUX RÊGO, de um BULHÕES CARVALHO, de um TEIXEIRA DE FREITAS, entre outros, que contribuíram de maneira notável para despertar e esclarecer, nas esferas políticas e culturais do país, a consciência da importância dêsses serviços e lutaram sem descanso pela sua organização A estatística que é bússola e censura, a um tempo, servindo tanto à orientação como ao contrôle da política, no conjunto de suas medidas demográficas, econômicas, judiciárias, escolares; que assegura aos governos, no estudo e nas soluções dos problemas, uma base de observações cujo alcance não poderia ser desconhecido, não chegara ainda a preocupar sèriamente os que detinham o poder e montavam a máquina necessária à administração dos interêsses gerais do país No entanto, é tamanha a importância do método estatístico e de seus empregos de tôda a ordem para o Estado e os governos que queiram dar fundamentos mais seguros às atividades públicas, em todos os setores, que, desde suas origens, quando ainda se tinha a estatística por uma ciência, o objeto que lhe atribuíam os seus fundadores — e daí o seu nome —, era o conhecimento profundo, nas palavras de JONNÈS, em 1847, "da sociedade considerada em seus elementos, sua economia, sua situação e seus movimentos" ou, segundo a definição de ACHENWALL, em 1750, "da situação respectiva e comparativa de cada Estado" Nessas definições antigas em que era ainda um pouco obscura a concepção de estatística, tratada antes como uma ciência, com objeto próprio, do que como uma técnica, já se pressentia a contribuição verdadeiramente notável que deviam trazer ao Estado a organização e o desenvolvimento do ensino e dos serviços de estatística, em tôdas as unidades nacionais. Apesar dos progressos da estatística realizados no estrangeiro, sobretudo na Alemanha, na Itália, na Inglaterra e nos Estados Unidos, e da propagação dos princípios fundamentais do método, desenvolvida no Brasil por esforços individuais, que nunca será demais encarecer, foi necessária uma longa campanha quase sem repercussão, para fazer ver na estatística uma das técnicas realmente valiosas que permitiriam a uma política empírica, ainda vacilante, assentar sôbre sólidos alicerces e verificar os resultados das múltiplas atividades dos governos

A época em que os progressos da estatística, no país, tomaram uma orientação mais firme e um impulso vigoroso, foi certamente o período posterior à revolução de 30 e, mais precisamente, o da fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que marcou uma nova era na estatística brasileira Êsse Instituto que resultou da reunião, sob direção única, dos dois conselhos, o de Estatística, fundado em 1936, e o de Geografia, de criação mais recente, e a que se acrescentou em 1938 a Comissão Censitária Nacional, destinada a realizar o recenseamento geral de 1940, é, sem dúvida, uma instituição de primeira ordem, projetada com unidade de concepção e de plano, e preposta ao fim de organizar, controlar e desenvolver os serviços estatísticos nacionais Não se podia conceber estrutura de mais vastas proporções do que essa, instituída sob a inspiração de TEIXEIRA DE FREITAS e por decreto do presidente VARGAS, como um órgão central de coordenação e sistematização das atividades estatísticas a que se filiam, nos têrmos do Convênio Estatístico, e para o qual convergem todos os departamentos estaduais e cujas raízes não tardarão a estender-se com a criação de várias centenas de agências municipais, disseminadas pelo território do país Se em uma de suas divisões realizou, por iniciativa do Conselho Nacional de Geografia, 1 574 contribuições cartográficas, planejou expedições geográficas e a "campanha das coordenadas" para o trabalho de que foi incumbido, de atualizar a carta do Brasil ao milionésimo, e vem promovendo duas publicações importantes, a *Revista Brasileira de Geografia*, que é trimestral, e o *Boletim Geográfico* que aparece todos os meses, ainda é maior a soma de serviços que já prestou no domínio da estatística, — o mais antigo setor de suas atividades Encarando resolutamente o problema da organização dos serviços estatísticos e as dificuldades que se opõem à unificação das estatísticas no plano nacional e internacional, o Instituto de Estatística promoveu a criação ou reorganização dos Departamentos Estaduais; preparou e realizou o Recenseamento Geral da República, em 1940; lançou publicações que são disputadas, como a REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA e o *Anuário Estatístico do Brasil*, e já iniciou as publicações da "Série Nacional", relativas àquele recenseamento; empenhou-se na campanha, de que ainda não repousou, pela introdução, entre as matérias de ensino, do curso de estatística e pela criação de cátedras, com laboratórios devidamente equipados, para exercícios didáticos e pesquisas científicas; estimulou estudos sôbre os processos estatísticos e suas bases matemáticas; iniciou a preparação do pessoal especializado e, secundando os esforços e as tentativas de colaboração internacional no campo estatístico, retomou, com a idéia do Instituto Inter-Americano, o velho sonho de QUETELET quando, em 1853, propôs no I Congresso de Bruxelas a realização de um trabalho comparativo que reunisse os elementos de uma estatística internacional

Para a realização de plano de tanta amplitude, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, — I B G E. como é mais geralmente conhecido, — tinha de procurar pontos de sustentação em todos os Estados a que devia dilatar-se a sua obra, de objetivos nacionais. São êles os Departamentos Estaduais de Estatística Êste departamento, porém, e os demais que já se instalaram no país e tem, entre outras, a função de aproximar cada vez mais do centro os pontos da periferia, constituem com o Instituto central e as agências a serem criadas nos municípios, menos uma hierarquia do que uma cadeia de instituições, em uma de cujas extremidades se estendem as agências municipais ligadas à outra, que é o Instituto Brasileiro, por meio das repartições estaduais. Certamente seria fácil assinalar nessa estrutura complexa uma superposição hierárquica das instituições, a cuja base ficam as agências coordenadas, em cada Estado, pelo departamento, e que terminam com o Instituto, como o fecho de abóbada dessa magnífica construção. Mas é tal o espírito de livre discussão e de mútuo entendimento que presidiu, desde suas origens, a essa obra organizada não à base de dominação mas segundo o princípio da colaboração, que entre essas três categorias de instituições, de finalidades comuns e de âmbitos cada vez mais largos de ação, distribuídas pelos três planos, federal, estaduais e municipais, o que existe é mais uma articulação do que uma hierarquia, antes laços de solidariedade do que de subordinação A sua fôrça, vitalidade e eficiência provêm dessa união que resulta de suas origens comuns, marcadas por uma comunidade de ideais, faz a sua unidade real, orgânica, e tende, por isto mesmo, a tornar-se cada vez mais estreita: são instituições que se aliaram para juntas fazerem a campanha da cultura estatística e colaborarem eficazmente no terreno estatístico Entre êsses departamentos, é certamente o de São Paulo um dos mais im-

portantes, pela extensão de seus serviços como pelo seu ráio de influência, pelos seus esforços para reduzi a estatística a métodos cada vez mais precisos, como agora também pelas suas instalações Com o Departamento Estadual criado em 1938 e em que se centralizaram e se fundiram as repartições e secções instituídas em épocas diferentes e com atividades limitadas, conquistou uma nova posição e tornou-se vitorioso em São Paulo o Instituto que hoje alarga a sua ação por todo o território nacional As secções que existiam, dispersas e isoladas, e nêle se incorporaram, para que pudesse integrar-se melhor no sistema a que pertence, passaram a constituir peças perfeitamente entrosadas de um mecanismo cujas alavancas de comando são manejadas em São Paulo e que, tendo no Estado a sua fôrça de propulsão, tem no Instituto Central os delicados aparelhos que indicam o ritmo de seu funcionamento e a bússola de sua direção

Tão importante e de tamanho alcance, como vedes, essa obra não teria sido possível sem um conjunto de condições favoráveis e alguns homens decididos a levar por diante o empreendimento que avançava lentamente através de obstáculos e arrostando velhos preconceitos A revolução de 30 abriu-lhe o caminho como a tantas outras iniciativas: soprou então um vento que varreu os antigos quadros, inaugurou uma época de ensaios, experiências e realizações, em todos os domínios, sacudiu e alargou a alma do povo e lhe revelou novos horizontes Não faltou também o homem que se vinha preparando para realizar a sua idéia e que, atraindo e congregando elementos de tôda parte, conspirando com a habilidade de um político e pregando com a abnegação de um apóstolo, começou a levantar as atividades adormecidas e a despertar mil abelhas frementes, como as da Escritura, nos colmilhos do leão Êsse homem é M A Teixeira de Freitas, principal fundador e secretário geral do Instituto e o primeiro presidente do Instituto Inter-Americano de Estatística, por consenso unânime das nações representadas nesse organismo internacional que tem sua sede em Washington, com um vasto programa de colaboração no terreno estatístico Quem o ouviu alguma vez falar na intimidade, à meia voz, como quem faz confidência, olhando com uma bondade envolvente, através de seus óculos grossos e escuros, mal poderia imaginar a tenacidade e a energia indomável que se ocultam sob sua palavra cativante, de entonações graves e aveludadas, de um diretor espiritual inclinado sôbre as almas para conquistá-las Foi êsse grande idealista que elaborou, com o auxílio de outras autoridades na estatística, o plano dêsse Instituto, executado desde as suas origens sob sua alta inspiração Essa intensidade de sonho que nos eleva acima da realidade e, nêle, sempre se associou a um sentimento extremamente vivo do interêsse público, a larguesa e elevação de vistas; uma generosidade invencível; a paixão sincera, no sentido latino da palavra, como o vinho generoso e puro, sem mistura, e a probidade e retidão ligavam-se, em Teixeira de Freitas, para lhe assegurar o triunfo definitivo, à sua amenidade de caráter, à sua resistência risonha e amável, sem ressentimentos, à sua serenidade e paciência na luta e a êsse dom singular de alcançar vitórias sem derrotas alheias Sua atividade pode parecer às vêzes febril e trepidante; mas não pensemos em encontrar alguma inquietação, no tumulto do trabalho, nem tenhamos medo de que a frase dêsse trabalhador incansável perca seu equilíbrio, quando nos conta todo o impossível que êle tornaria possível, tôdas as resistências, incompreensões e reveses que lhe ameaçaram a obra, mas nunca puderam desencorajá-lo ou abatê-lo

Nesse admirável esfôrço foi o Dr. Teixeira de Freitas secundado pelo apôio constante que lhe deu, desde o comêço, o Dr José Carlos de Macedo Soares, pondo a serviço dessa obra sua grande autoridade e prestígio nos meios culturais e políticos do país Industrial, político, diplomata, historiador, antigo Ministro de Estado, presidente da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é o Dr José Carlos uma nobre figura em que se harmonizam e se completam essas duas espécies de caracteres que hoje em geral se combatem, o dos homens de ideal e o dos homens de negócios. Ministro das Relações Exteriores e Embaixador, foi um construtor e mensageiro da paz entre os povos do continente, servindo à América nesse mesmo espírito, humano e compreensivo, e com essa mesma dedicação exemplar com que serve ao seu país em todos os setores de atividades; Ministro da Justiça, — na convicção de que uma injustiça feita a um só é uma ameaça a todos e de que a sociedade civilizada é, afinal, na expressão de Aristóteles, uma aliança ofensiva e defensiva destinada a pôr o indivíduo, seja qual fôr, ao abrigo da injustiça, — evitou, em grave momento da vida nacional, pela energia de sua atitude e pelo ardor combativo de seu patriotismo, as represálias e violências de paixões desencadeadas. Político sensível às seduções da vida pública, que não tem sido, para êle, senão uma série de oportunidades para servir, sabe aliar à firmeza de convicções e ao espírito de combatividade e de ação essa lógica, tão fugitiva e variável, com que o homem experimentado aprende a acomodar-se às complicações, aos incidentes e aos caprichos da realidade Homem de vida social intensa, todos os que têm a fortuna de seu convívio ou dêle se aproximaram, voltaram encantados e retidos pela urbanidade perfeita, pela delicadeza de maneiras, pela generosidade no louvar, pela sua amável conversação, rica de lembranças e pela sua sensibilidade em face do sofrimento humano. Êsse grande brasileiro, presidente do nosso Instituto, a quem prestamos hoje a homenagem de nosso respeito, é um aristocrata, ligado ao passado, na sua aversão à popularidade fácil, no seu desdém pelo vulgar, no seu culto pelos livros raros e pelos objetos de arte, e sobretudo, por sua elegância nativa que se recusa a tôda perfídia e grosseria, mas também um democrata de coração e de princípios, humano e verdadeiro, acessível, franco e acolhedor, que descobriu o segredo de agradar a todos os públicos

Mas, o que é sobretudo digno de admiração na obra do Instituto é que, fundada e dirigida por homens dêsse vulto, com a colaboração de especialistas e técnicos de primeira ordem, na capital do país, ela se estendeu com a mesma segurança por todos os Estados, cujas instituições, novas ou reformadas, passaram, em conformidade com o Convênio Estatístico, a gravitar em tôrno do Instituto Brasileiro e a cooperar com êle na organização dos serviços estatísticos nacionais Em todos os departamentos similares, espalhados pelas unidades da Federação e dominados por uma concepção de conjunto e verdadeiramente diretriz, operaram-se, graças à interpenetração do Instituto e dos governos estaduais, uma seleção sistemática das inteligências e uma drenagem dos capitais intelectuais em proveito de uma elite de pesquisadores e administradores no campo estatístico Ao Instituto nunca faltaram ombros robustos em que se apoiasse por tôda a parte; e, em São Paulo, a tarefa de dirigir o seu departamento caiu, como em outros Estados, em mãos hábeis e experimentadas na direção de serviços públicos Não seria preciso dizer o nome dêsse administrador: todos o conheceis e admirais Tivemos a fortuna de trabalhar juntos quando eu começava a carreira de professor, na minha mocidade, e êle já era uma reputação feita no magistério Antigo professor de história e historiador a um tempo, é o Dr Djalma Forjaz, reorganizador e diretor dêste Departamento, um dos mais brilhantes e eficazes colaboradores do Instituto, quer na difusão da cultura estatística, quer na organização nacional e, portanto, na unificação dos serviços estatísticos De uma jovialidade familiar e de uma cordialidade comunicativa, êle aprendeu a fazer alegremente as coisas sérias; e, sendo de uma natureza nervosa, um pouco sentimental, as suas efusões e revoltas, como as fadigas no trabalho incessante, lhe fazem bater fortemente o coração Essa impressionabilidade tão viva em Djalma Forjaz não afeta sòmente os seus nervos: nêle, o pensamento, sempre carregado

de emoção, é inquieto e vibrante, e o sentimento não cede em nada à sensação. Tudo nêle é sensibilidade, bom humor, alegria, freqüentemente tumultuosa, agitação e movimento, e, — o que é de espantar e ninguém ainda explicou, — mantém uma mocidade perpétua, indiferente aos cabelos brancos, refaz as fôrças, variando de trabalho, e goza de saúde perfeita, apesar de viver sofrendo do coração há vinte anos...

A presença de homens como êsses, na direção do Instituto e dos Departamentos em que se desdobrou, não é sòmente uma garantia de seus sucessos mas um testemunho a mais, — e realmente confortador, — da riqueza de nossas reservas morais. Como certos realistas que, a poder de se reclamarem métodos objetivos; acabam fazendo profissão de pessimismo, temos a tendência instintiva a considerar a falsidade, a perfídia e a mesquinhês, em uma palavra, o vício, como real, e taxar de convenção como qualquer coisa de artificial ou de inatingível, a virtude, o desprendimento pessoal, a lealdade e a abnegação. Mas, não reconhecer e não retratar senão o mal é ter ou dar da vida uma idéia incompleta e, em conseqüência, uma visão falsa, subtraindo à nossa contemplação, em proveito de um pessimismo desolador, os seus aspectos amáveis e edificantes. Se, de fato, há homens (e, infelizmente, não são raros) que, pela sua incapacidade de se elevarem a uma idéia generosa e pela sua vilania habitual, nos levariam a uma concepção dolorosa da natureza humana, há outros que nos mostram "como é admirável o homem quando é verdadeiramente homem", pela unidade e dignidade de vida, pela altivês e firmeza de caráter e pela grandeza de coração. Dessa nobre estirpe são as figuras ilustres que se acham à frente da corporação ou, — para empregar uma expressão tão cara ao Dr TEIXEIRA DE FREITAS, — da "ala dos estaticistas" aqui reunidos hoje para a inauguração das novas instalações de que o govêrno do Estado aparelhou êste Departamento, na perfeita compreensão de sua importância e de sua utilidade. E' uma família numerosa, essa, cujos membros, espalhados por tôda a nação, se ligam, sob a inspiração e à sombra do Instituto Brasileiro, numa admirável comunidade de idéias, de propósitos e de métodos de trabalho e cujos chefes e orientadores, unidos pelo mesmo espírito de cooperação, estimulam, com sua competência e seu exemplo, tôda a espécie de iniciativas para favorecer a organização dos serviços estatísticos e seus progressos Entre os antigos havia uma senha, — *tessera hospitalis*, — que dava direito à recíproca hospitalidade; de uma senha semelhante, a de serem operários de uma obra comum, podem servir-se hoje todos os que trabalham no campo estatístico, graças à ação fecunda do Instituto Brasileiro, em que se enxertam, como num tronco robusto, os vinte e um ramos dos Departamentos Estaduais e deverão brotar ainda, segundo seus planos e os nossos votos, centenas de agências correspondentes a todos os municípios do país."

Depois da aplaudida conferência do Professor FERNANDO DE AZEVEDO, falou, de improviso, o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES Começou dizendo que se congratulava com o Interventor FERNANDO COSTA, pela grande obra que acabava de realizar no Estado, centralizando os serviços de estatística e dando novas instalações ao Departamento Estadual de Estatística. Narrou a história da criação do Instituto Nacional de Estatística, como originàriamente se denominava o I.B G E , acentuando o grande interêsse dispensado pelo Presidente GETÚLIO VARGAS e os esforços de vários técnicos patrícios.

"No Estado de São Paulo" — prosseguiu — "foi sempre um sonho de DJALMA FORJAZ realizar a ciclópica obra de centralização das repartições estatísticas, realização essa que se deve à assistência permanente e constante do criador da Estatística Moderna neste Estado, o Interventor FERNANDO COSTA. Se o Presidente VARGAS foi o criador da Estatística Nacional, pode-se afirmar que foi o Interventor FERNANDO COSTA o criador da Estatística Moderna em nosso Estado."

Aludiu, em seguida, à visita do Interventor FERNANDO COSTA ao I.B.G E., quando Ministro da Agricultura, ocasião em que S. Excia. teve oportunidade de relatar como havia realizado uma estatística da pecuária. "Hoje" — acrescentou — "os homens de Govêrno podem realizar todos os atos de administração baseados em dados certos e capazes de fornecer uma segura orientação." Referiu-se por fim ao Sr. ROBERTO SIMONSEN, dizendo que sua obra *História Econômica do Brasil*, uma das maiores no gênero, poderá agora ser completada, graças aos novos subsídios que a Estatística lhe pode oferecer. Ao concluir, dirigiu-se ao Interventor Federal, congratulando-se com o Govêrno de São Paulo, em nome do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pelo muito que vem fazendo, em favor da Estatística, no Estado.

Falou, encerrando a solenidade, o Sr. FERNANDO COSTA, cujo improviso, segundo as notas taquigráficas do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, foi o seguinte:

"Acabamos de ouvir expressivos discursos, todos êles referentes ao significativo ato desta inauguração.

Primeiro, foi a palavra fluente do Diretor do Departamento Estadual de Estatística, num retrospecto apreciativo da nossa vida econômica, dos nossos coeficientes escolares e de tudo, enfim, que pode demonstrar a vitalidade do nosso Estado Em seguida, ouvimos a oração do Sr FERNANDO AZEVEDO, que, com seu pensamento esclarecido e sua linguagem bem trabalhada, fêz uma exaltação brilhante da obra do Presidente GETÚLIO VARGAS, criando o Instituto Nacional de Estatística, que se irradiou por todo o país, através dos diversos Departamentos organizados para completar o trabalho iniciado Finalmente, ouvimos a palavra sincera e entusiasta do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, referindo a origem daquela grande obra, o seu projeto, bem como a ação direta e imediata do Presidente VARGAS, no sentido de sua realização.

Seria dispensável falar, depois de tão eloqüentes discursos, mesmo para não prejudicar o brilho de palavras tão belas e sugestivas

Mas, eu devo agradecer ao Sr. Embaixador, tão generoso com o Govêrno e com a minha pessoa, as expressões relativas à criação do Departamento Estadual de Estatística, no Estado Formulando êsse agradecimento, não posso deixar de dizer que também sou um velho entusiasta dos levantamentos estatísticos

Na minha mocidade, quando deputado, já preconizava a necessidade de um serviço estatístico, bem cuidado e bem orientado, em nosso país.

Recordo-me bem de que, um dia, na Câmara dos Deputados, propus a criação da Estatística Rural E' preciso lembrar que, nesse tempo, sòmente existiam algumas iniciativas de elaboração estatística, notando-se a êste respeito, muitas lacunas. Faltava-nos, por exemplo, uma Estatística Agrícola e Zootécnica, isto é, um serviço capaz de executar um levantamento exato de estabelecimentos agrícolas, de seus proprietários e trabalhadores, de operários rurais sadios ou doentes, da produção e do movimento de crédito nas zonas rurais Nada disso se podia saber com exatidão. Os fatos da zona rural eram desconhecidos em sua expressão numérica.

As autoridades que solicitassem dados estatísticos para orientação de sua administração não receberiam mais do que números vagos e incompletos, insuficientes para um auxílio eficaz e pronto.

Reconhecendo a precariedade das informações erradas ou incompletas, apresentei, nessa época, à Câmara, um projeto que obrigava o lavrador a prestar tôdas as informações interessantes sôbre a vida rural, como sejam, o número de habitantes, as enfermidades próprias da zona, o número de escolas, o estado de conservação das estradas de rodagem, o movimento de crédito agrícola, a variedade e o volume da produção, etc.

Assim, os Secretários da Educação, da Fazenda, da Agricultura e da Viação teriam dados suficientes para se orientar na administração escolar, nas medidas de combate às moléstias do homem e das plantas, próprias de cada zona, nas providências relativas ao aumento do crédito dos agricultores, etc Êsse projeto ficou prejudicado, como, aliás, muitos outros que apresentei à Câmara, muito embora fôssem destituídos de qualquer finalidade política

Tive, depois, quando Secretário da Agricultura, a felicidade de poder realizar alguma coisa no sentido da técnica que apreciamos Criei um serviço novo de estatística Dividiu-se o Estado em diversas zonas, deu-se a cada uma delas um inspetor e a cada município um resenseador. O primeiro resultado dêsse trabalho, publicado em 1928, era um balanço estatístico, quase perfeito, do Estado. Ficou organizado, na Diretoria de Indústria e Comércio, o Serviço de Estatística, e posso afirmar que a Secretaria da Agricultura teve, a êsse tempo, o melhor Serviço de Estatística Agrícola e Zootécnica de todo o país.

Infelizmente, êsses trabalhos não foram levados avante Assumindo a Interventoria e encontrando o Serviço de Estatística desorganizado no Estado, aceitei as sugestões vindas do Rio, após a criação do Instituto Nacional de Estatística, e apoiei o diretor dêste Departamento para que êle pudesse realizar alguma coisa em favor dêsse setor administrativo, de tão alto interêsse para as coisas públicas.

Não foram poucas as providências que tivemos de tomar em favor dêste Departamento, que hoje começa a produzir os frutos esplêndidos de uma atuação estatística em condições de servir de base e de orientação para as providências que interessam aos negócios públicos Não me arrependo das providências tomadas para a centralização do trabalho estatístico Poderá haver, sem dúvida, entre vós, alguns que não estejam, ainda, bem entrosados na atual organização e prefiram um trabalho separado em cada repartição Mas esta centralização facilita a realização da tarefa e apressa os resultados finais.

A estatística precisa ser rápida, imediata, atual, a fim de que, por ela, os que produzem possam controlar, diàriamente, os seus atos e nortear as suas iniciativas

Com a estatística atualizada, São Paulo terá elementos seguros para orientar a sua atividade econômica, desenvolvendo as suas iniciativas com firmeza, no sentido do seu progresso crescente

Já se alonga demais, porém, quem não pretendia falar. Mas as minhas palavras nascem espontâneamente, porque interpretam bem a satisfação que sinto na inauguração dêste Departamento, com amplas e modernas instalações

Faço votos para que o seu digno diretor, muito ao contrário de aposentadoria, continue a exercer suas atividades e suas iniciativas em favor dêste estabelecimento. E vós, funcionários do Departamento Estadual de Estatística, deveis ajudar o vosso diretor, unindo-vos num só pensamento, trabalhando para que o Departamento realize uma estatística perfeita e completa, com a qual os governantes possam conduzir êste grande Estado de São Paulo aos seus altos destinos, para o maior engrandecimento do nosso querido Brasil."

Após essa solenidade, realizou-se no "roof" da *A Gazeta* um almôço oferecido pelo Centro de Estudos da Sociedade Brasileira de Estatística, ao Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, Presidente do Instituto, e aos demais representantes da entidade, Comandante MANUEL RIBEIRO ESPÍNDOLA e Srs ALBERTO MARTINS, ANTÔNIO TEIXEIRA DE FREITAS e RAUL LIMA

A essa reunião, que decorreu em ambiente da mais distinta cordialidade e confraternização, compareceram os Srs. MÁRIO GUASTINI, Diretor Geral do D E I P.; DJALMA FORJAZ, Diretor do Departamento Estadual de Estatística; CARLOS DE SOUSA NAZARETH, Presidente da Bôlsa de Mercadorias de São Paulo; JOSÉ RUBIÃO, ROBERTO PAIVA MEIRA, AUGUSTO BRANT DE CARVALHO, J. POKROVSKY, LUÍS BUENO e UBIRAJARA ZOGAIB.

Saudando o Embaixador MACEDO SOARES e os demais enviados do I B.G E., falou o Sr. JOSÉ RUBIÃO, em nome dos componentes do Centro de Estudos da Sociedade Brasileira de Estatística Suas palavras iniciais foram de grande regozijo pela presença dos ilustres hóspedes Acentuou o interêsse que se vem constatando de parte do poder público e da iniciativa particular, no sentido de que a estatística, em nosso país, realize as suas finalidades de bem esclarecer e orientar todos os setores do trabalho humano, desenvolvendo, a respeito, judiciosas considerações.

O Sr. ALBERTO MARTINS, a seguir, por incumbência do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, falou agradecendo o amável acolhimento dispensado pelos colegas de São Paulo e expressando a grande simpatia e admiração que os seus trabalhos e iniciativas merecem da família ibgeana

Finalmente, o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES ergueu o brinde de honra ao Sr. Interventor FERNANDO COSTA, criador da Estatística Moderna em São Paulo O Presidente do Instituto disse querer aproveitar a oportunidade da presença de distintos profissionais e cultores da estatística para relatar-lhes os objetivos e o andamento da nacionalização das Agências Municipais de Estatística, fazendo, a respeito, uma exposição, a qual foi ouvida com o maior interêsse.

Numa demonstração de sua operosidade e do alto nível de seus empreendimentos culturais, o Centro de Estudos da Sociedade Brasileira de Estatística distribuiu, na ocasião, exemplares mimeografados de duas monografias devidas a dois dos seus membros: *Algumas sugestões para a nomenclatura brasileira para a classificação de indústrias*, do Sr ALDO MÁRIO DE AZEVEDO, e *Planificação Econômica*, do Sr. J POKROVSKY.

ADIAMENTO DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS DO I. B. G. E.

Ainda no corrente ano, as circunstâncias da situação do país, sobretudo no que respeita às dificuldades de transportes, tornaram desaconselhável a realização da sexta sessão ordinária das Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística, já adiada também em 1943 Por êsse motivo e considerando, ao mesmo tempo, a necessidade de serem mantidos em seus postos, sem interrupção, os chefes dos serviços centrais de estatística, cujos encargos dia a dia se desdobram, a Junta Executiva Central baixou a Resolução n.º 177, de 5 de maio, autorizando a Presidência do Instituto a propôr ao senhor Presidente da República o adiamento da referida sessão.

De acôrdo com essa proposta, o Chefe do Govêrno baixou o seguinte Decreto-lei:

"DECRETO-LEI N º 6 588 — DE 14 DE JUNHO DE 1944

Dispõe sôbre a não realização, em 1944, da sexta sessão ordinária dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Considerando que as Assembléias dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística, na conformidade do disposto nos respectivos regulamentos, reunem-se, conjuntamente na Capital Federal, a 1 º de julho de cada ano;

Considerando, porém, a proposta apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nos têrmos do que deliberaram o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia e a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, em suas Resoluções ns. 157 e 177, respectivamente,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica transferida para 1.º de julho de 1945 a instalação conjunta da 6.ª sessão ordinária das Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1944, 123 º da Independência e 56 º da República.

GETÚLIO VARGAS
Alexandre Marcondes Filho."

Provendo ao exame das contas da entidade, o qual seria atribuição da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, a Junta Executiva Central dêsse Conselho aprovou a seguinte Resolução, sob o n º 181:

"RESOLUÇÃO N.º 181, DE 6 DE JULHO DE 1944

Dispõe sôbre o exame das contas do Instituto no exercício de 1 º de julho de 1943 a 30 de junho de 1944

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que a fiscalização da aplicação dos recursos financeiros concedidos ao Instituto é da competência exclusiva da Assembléia Geral do Conselho, segundo estabelece a letra *i*, do parágrafo único do art. 10 do seu Regulamento;

Considerando, porém, que a transferência para 1.º de julho de 1945 da instalação da 6 ª sessão ordinária da Assembléia Geral, *ex-vi* do dispôsto no Decreto-lei n.º 6 588, de 16 de junho último, impedirá o exame, na época regimental, das contas do Instituto concernentes ao exercício financeiro iniciado a 1.º de julho de 1943 e a encerrar-se a 30 de junho de 1944;

Considerando, ainda, que a Comissão de Orçamento e Contas instituída pela Resolução n º 1 da Assembléia Geral do Conselho, deve ser integrada obrigatòriamente, nos têrmos da Resolução n º 254, do mesmo órgão, por um dos representantes dos Ministérios Militares;

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica constituída uma comissão, composta do representante, nesta Junta, do Ministério da Marinha, e dos Diretores, ou seus prepostos, do Departamento de Geografia e Estatística do Distrito Federal e dos Departamentos Estaduais de Estatística do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, para o fim especial de examinar os livros e documenos concernentes à vida econômica e financeira do Instituto no exercício de 1 º de julho de 1943 a 30 de junho de 1944, e emitir sôbre os mesmos o competente parecer.

Art 2 º — O parecer emitido de acôrdo com o disposto no artigo anterior será encaminhado à Presidência do Instituto, que o submeterá à apreciação da Assembléia Geral do Conselho, em sua próxima sessão ordinária."

Nos têrmos dessa Resolução, a comissão designada, composta dos Srs Capitão de Fragata MANUEL RIBEIRO ESPÍNDOLA, FRANCISCO STEELE, HILDEBRANDO CLARK, DJALMA FORJAZ e SÉRGIO NUNES DE MAGALHÃES JÚNIOR, respectivamente representante do Ministério da Marinha e diretores dos órgãos centrais regionais de estatística do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Distrito Federal, apresentou o seu parecer, que foi o seguinte:

"PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL DE TOMADA DE CONTAS — Nomeada pela Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística para proceder ao exame das contas do Instituto, relativas ao exercício de 1 º de julho de 1943 a 30 de junho do corrente ano, a Comissão Especial de Tomada de Contas iniciou seus trabalhos a 21 do corrente, encerrando-os nesta data

Examinados devidamente todos os livros e documentos, pôde a Comissão Especial verificar, com satisfação, não só o elevado e rigoroso critério observado na aplicação dos dinheiros confiados ao Instituto, como, também, a maneira clara e racional da escrituração, tôda ela obedecendo às mais perfeitas normas de contabilidade.

Conforme elementos constantes do balancete anexo, encerrado a 30 de junho do corrente ano, o patrimônio do Instituto se elevou a Cr$ 7 385 437,90, havendo, assim, um aumento de Cr$ 694 160,40 em comparação com o verificado no exercício anterior Em espécie, o patrimônio em aprêço se representava por Cr$ 3 221 188,70, registrando-se também, nesse particular, um aumento de Cr$ 337 221,40.

Em 30 de junho de 1944 havia em dinheiro a importância de Cr$ 14 595 919,60, estando em bancos Cr$ 14 554 846,20 e em Caixa Cr$ 41 073,40.

Registrando a boa impressão causada pelo exame dos documentos de contabilidade, opina a Comissão pela aprovação dessas contas, tôdas elas perfeitamente claras e sistematizadas.

Verifica ainda a Comissão e o registra com especial agrado — terem sido atendidas integralmente pelo Instituto as sugestões emanadas da Comissão de Tomada de Contas relativas ao exercício anterior De fato, a Resolução n º 146, de 24 de setembro de 1943, em boa hora baixada pela Junta Executiva Central, veio não só insistir pela rigorosa observância das regras que vinham sendo adotadas pelo Instituto, como

também sugerir normas adicionais a serem atendidas, no preparo daquelas contas.

A inteligência, a competência profissional e a dedicação dos funcionários do serviço de Contabilidade da Secretaria Geral, revelados no meticuloso exame ora procedido, levam a Comissão Especial, por um imperativo de justiça, a solicitar sejam louvados os dedicados servidores que, nesse importante setor da vida financeira do Instituto, apresentam as melhoras provas de capacidade, de entusiasmo e de rigorosa honestidade no cumprimento do dever"

Tomando conhecimento dêsse parecer, a Junta Executiva Central, em sessão de 15 de setembro dêste ano, aprovou um voto de congratulações por motivo das conclusões que o mesmo encerra, deliberando ainda sôbre o encaminhamento de cópias aos presidentes dos colégios regionais do C N.E , a fim de ser discutido na próxima sessão ordinária da Assembléia Geral do Conselho.

PERMITIDA A DIVULGAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística baixou, em Agôsto de 1942, severas restrições à divulgação e fornecimento de dados estatísticos por parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e das repartições filiadas, com o propósito de evitar o aproveitamento de dados estatísticos na planificação das atividades bélicas das nações às quais o Brasil acabava de declarar guerra.

Ùltimamente, a referida Junta voltou a examinar o assunto, observando que as condições atuais das operações de guerra, se exigem, ainda, certa prudência na divulgação de dados estatísticos, possibilitam, entretanto, uma diminuição do excessivo rigor das normas acautelatórias aprovadas anteriomente.

Teve em vista, por outro lado, não só a atitude de outros países em guerra, que continuam a publicar livremente estatísticas relativas às suas atividades, como ainda a circunstância de que vários órgãos da administração pública nacional, graças a uma interpretação mais liberal das restrições aprovadas pela Junta, estão também divulgando dados e informes que obtêm, sob reserva, das repartições de estatística.

Finalmente, considerou a necessidade de que os estudos dos problemas de após-guerra sejam baseados em informes atuais e verídicos sôbre a realidade brasileira, o que vinha sendo dificultado, como o salientaram entidades interessadas e alguns órgãos de imprensa refletindo, sobretudo, o pensamento dos estudiosos de economia e das classes conservadoras.

Concluiu, então, por aprovar a seguinte resolução:

"Art. 1 º — Fica reconhecida a necessidade da suspensão imediata das restrições estabelecidas pela Resolução n.º 139 desta Junta, para a prestação de informes, a divulgação de estatísticas e a distribuição de publicações pelas repartições especializadas da administração pública.

Art. 2.º — Não obstante o princípio geral fixado no artigo anterior, continuarão sujeitos ao regime fixado na Resolução n º 139 os dados estatísticos considerados, pelos Estados Maiores das Fôrças Armadas e pelo Conselho de Segurança Nacional, de natureza reservada ou secreta.

Art. 3.º — A presente Resolução será submetida à consideração do Govêrno pela Presidência do Instituto, entendendo-se a aprovação da mesma pelo Presidente da República como revogação da Resolução n º 139, ressalvada a hipótese prevista no artigo precedente.

Rio de Janeiro, 15 de Junho de 1944, ano 9.º do Instituto"

Essa nova resolução já foi aprovada pelo Sr. Presidente da República, achando-se, pois, em vigor.

LEI DE ACIDENTES DO TRABALHO

Publicou o *Diário Oficial* da República, para que a respeito fôssem apresentadas sugestões pelos interessados, o ante-projeto de nova "Lei de Acidentes do Trabalho", elaborado por iniciativa e sob a orientação do Sr MARCONDES FILHO, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Êsse ante-projeto foi estudado na Secretaria Geral do Instituto e pela Junta Executiva Central, tendo em vista a conveniência de tornar automática a coleta dos elementos necessários à estatística daqueles acidentes, bem como a necessidade de que os governos regionais, por intermédio dos respectivos serviços estatísticos, tomem conhecimento das ocorrências verificadas nos territórios sob sua jurisdição.

Examinando-se a situação vigente, recordou-se que, em 1940, a J E C , depois de verificar as dificuldades que a legislação em vigor criava para o levantamento regular das estatísticas dos acidentes do trabalho, aprovou, em sua Resolução n º 93, de 17 de maio daquele ano, sugestões no sentido da modificação do art 44 do Decreto n º 24 637, de 10 de julho de 1934, que estabeleceu sob novos moldes as obrigações resultantes dos acidentes daquela natureza. A publicação prévia da citada Resolução n º 93, deu ensejo a que a Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários da Leopoldina Railway, em bem fundamentada representação, pleiteasse a criação de mais uma via da comunicação de acidentes, destinada à

instituição de previdência social a que estivesse vinculado o acidentado, pretensão essa aceita pela Assembléia Geral do Conselho, que ratificou, por meio de sua Resolução n º 196, as providências anteriores da Junta e elaborou um projeto de Decreto-lei no qual foram consubstanciadas tôdas as medidas reconhecidas indispensáveis ao levantamento das estatísticas dos acidentes do trabalho. De acôrdo com êsse pronunciamento, o Govêrno da República houve por bem baixar o Decreto-lei n º 3 695, de 8 de outubro de 1941, que, dando nova redação ao art. 44 do Decreto n.º 24 637, instituiu a comunicação de acidentes do trabalho segundo as normas solicitadas pelas repartições de estatística.

Êsses antecedentes e o compromisso assumido pelo Govêrno Federal na Cláusula II alínea *c* da Convenção Nacional de Estatística, justificaram, juntamente com a necessidade de assegurar aos órgãos regionais do sistema os dados estatísticos concernentes aos acidentes verificados nos respectivos territórios e de que carecem os governos a que se encontram subordinadas, as sugestões que a Junta decidiu apresentar ao ante-projeto anteriormente mencionado, baixando, nesse sentido, a Resolução n º 182, de 6 de julho dêste ano.

Tais sugestões foram as seguintes:

I — Redigir o art. 46 do seguinte modo:

"Art 46 — Tendo conhecimento do acidente, o empregador o anotará no registro de que trata o art 10, e, dentro de 24 horas, comunicará o sucedido, em impresso semelhante ao do modêlo anexo, à autoridade judiciária competente, à instituição de previdência social reconhecida (Instituto ou Caixa de Aposentadorias e Pensões) a que estiver vinculada a vítima, e à repartição regional de estatística policial-criminal

§ 1 º — Tratando-se de empregador referido no § 2 º do art 9.º desta lei, a participação do acidente será feita pelo Chefe da repartição, serviço ou obra em que trabalhar o acidentado.

§ 2 º — Da referida comunicação, devem constar, obrigatòriamente:

a) firma ou razão social, enderêço e atividade ou ramo de negócio do empregador;

b) nome, sexo, idade, nacionalidade, estado civil, grau de instrução e residência do acidentado;

c) profissão habitual, salário (importância e modalidade de pagamento) e trabalho executado na ocasião do acidente;

d) número de registro no livro do empregador (art 10) e da carteira profissional do acidentado;

e) local, dia, hora e natureza do acidente e suas causas e conseqüências imediatas;

f) condições em que se verificou o evento e nomes e residências das pessoas que o testemunharam;

g) tempo decorrido entre o início do trabalho e a hora do acidente;

h) indicação do hospital a que eventualmente foi recolhido o acidentado;

i) quais os empregadores sob cuja dependência trabalhou anteriormente o acidentado, na mesma profissão, nos dois últimos anos (tratando-se de doença profissional);

j) indicação da entidade seguradora."

II — Determinar, no § 1 º do art 52, que a lavratura do acôrdo entre o empregado ou seus beneficiários e o empregador, seja feita em quatro (4) vias, e acrescentar mais um parágrafo ao citado artigo, assim redigido:

"§ 4 º — A quarta via do têrmo do acôrdo será encaminhada, para fins de levantamento estatístico, ao serviço regional de estatística policial-criminal, segundo as instruções que forem baixadas"

III — Substituir pelo seguinte o art 110:

"Art 110 — A estatística dos acidentes do trabalho será levantada com base na comunicação referida no art 46 desta lei e na cópia do acôrdo firmado entre o empregado ou seus beneficiários e o empregador, cabendo à repartição regional de estatística policial-criminal encaminhar ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de acôrdo com as instruções que forem baixadas pelo Conselho Nacional de Estatística, os referidos documentos, depois de extraídos dos mesmos os elementos que lhe interessarem.

§ 1 º — Sòmente serão considerados definitivos, entretanto, para fins de divulgação, os dados apurados ou aprovados pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho.

§ 2 º — As entidades que operam no ramo de seguros contra acidentes do trabalho, enviarão mensalmente às repartições de estatística, para fins de contrôle, uma relação discriminativa dos acidentes ocorridos durante o mês anterior e cobertos pelas apólices por elas emitidas.

§ 3 º — As autoridades judiciárias, bem como os empregadores e empregados, quando fôr o caso, ou quaisquer outras pessoas que interfiram em casos de acidentes de trabalho, ficam na obrigação de fornecer às repartições de estatística as informações que pelas mesmas lhes forem solicitadas."

LEGISLAÇÃO METROLÓGICA

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística continua a acompanhar com o maior interêsse as providências legais destinadas a tornar efetiva a adoção do sistema métrico decimal em todo o país.

Havendo publicado, no n º 7 desta REVISTA, as disposições uniformizadoras estabelecidas no Regulamento baixado com o Decreto n º 4 257, de 6 de junho de 1939, divulgamos, agora, a nova redação com que passaram a vigorar alguns artigos daquele ato.

Em 11 de julho dêste ano o Sr. Presidente da República baixou o Decreto-lei n.º 6 673, pelo qual foi dada nova redação aos artigos 2 º e 23 do Decreto-lei n.º 592, de 4 de agôsto de 1938, assim:

"Art 2 º — Não será permitido nos contratos e documentos relativos a transações, bem como nas publicações oficiais, oficialmente aprovadas ou de propaganda comercial, o uso, emprêgo ou menção de unidades diferentes das legais ou de símbolos que as representem

Parágrafo único — Serão toleradas eventuais exceções ao disposto neste artigo, em circunstâncias especiais definidas no regulamento aprovado pelo Decreto n.º 4 257, de 6 de junho de 1939.

Art 23 — Poderão ser declarados nulos e não produzirão efeito em juízo os documentos ou contratos relativos a transações, em que haja inobservância do disposto no art 3.º e seus parágrafos, enquanto não retificados nos têrmos do parágrafo único dêste artigo

Parágrafo único — Proceder-se-á à retificação que retroagirá à data do ato, fazendo constar do documento ou em anexo, os valores convertidos em unidades legais das grandezas expressas em outras unidades "

Os efeitos dessa modificação retroagiram à data da extinção do prazo previsto no Decreto-lei n º 5 193, de 14 de janeiro de 1943.

A nova redação dos artigos 3 º, 40, 86 e 107 do Regulamento aprovado pelo Decreto n º 4 257, ao qual inicialmente nos referimos, passou a ser, de acôrdo com o Decreto n º 16 047, de 11 de julho de 1944, do teor seguinte:

Art 3 º — Nos contratos e documentos relativos a transações, bem como nas publicações oficiais, oficialmente aprovadas ou de propaganda comercial, não será permitido o uso, emprêgo ou menção de unidades diferentes das legais ou de símbolos que as representem

§ 1 º — E' contudo tolerado o uso, emprêgo ou menção de unidade diferente das legais e respectivos símbolos em contrato, documento ou publicação:

a) que exija, para sua perfeita compreensão, referência a unidades antigas ainda em uso no país à data do Decreto-lei n º 592, de 4 de agôsto de 1938;

b) que se refira a importação, exportação ou outras operações relativas a coisas ou pessoas que existam ou tenham origem em país onde sejam legais ou toleradas legalmente, unidades diferentes daquelas a que se refere o art 1 º;

c) que seja referente a mercadorias para as quais se tolera o uso de unidade não legal, nos têrmos do art 40 e seus parágrafos valendo a exceção, porém apenas nas partes relativas a essas mercadorias;

d) que trate de questão de caráter metrológico, científico, técnico ou literário.

§ 2 º — Poderá ser também tolerado excepcionalmente o uso, emprêgo ou menção de unidades diferentes das legais em casos especiais em que as circunstâncias assim o exijam, a juízo motivado da Comissão de Metrologia.

§ 3 º — Nos casos de que tratam as alíneas *a*, *b* e *c* do § 1 º, é obrigatório fazer constar no próprio texto, ou em anexo, o valor convertido em unidades legais das grandezas expressas em outras unidades

§ 4 º — A conversão a que se refere o parágrafo anterior deve ser feita de acôrdo com o quadro III anexo ou, quando se tratar de unidade não mencionada nesse quadro, com indicações da Comissão de Metrologia já publicadas, ou, em casos ainda omissos, solicitados a êsse órgão para tal fim.

§ 5 º — Os valores das grandezas expressas em unidades legais resultantes da conversão, poderão ser aproximados até certo número de algarismos significativos, tendo em vista as tolerâncias admitidas para as respectivas medições.

Art. 40 — Toleram-se indicações expressas em unidades diferente da legais, nas condições especificadas nos parágrafos seguintes, para mercadorias:

a) importadas;

b) produzidas no país, similares às importadas;

c) destinadas à exportação;

d) outras, a critério do Instituto Nacional de Tecnologia

§ 1 º — O Instituto Nacional de Tecnologia especificará as mercadorias para as quais deverá cessar tal tolerância, cabendo à Comissão de Metrologia, em cada caso, fixar a data a partir da qual cessa a tolerância

§ 2 º — Para os efeitos dêste artigo, compete ao Instituto Nacional de Tecnologia definir os casos de similaridade previstos na alínea *b*, sendo em tais casos estendida à mercadoria brasileira a mesma tolerância concedida à similar importada.

§ 3 º — Nas mercadorias brasileiras, além das indicações toleradas, haverá obrigatòriamente indicações eqüivalentes, expressas em unidades legais, apresentadas de forma mais visível.

§ 4 º E' permitido indicar as quantidades de mercadorias por meio de número de peças ou objetos

Art 86 — Poderão ser declarados nulos e não produzirão efeito em juízo os documentos ou contratos relativos a transações, em que haja inobservância do disposto no art 3 º e seus parágrafos, enquanto não retificados nos têrmos do parágrafo único dêste artigo

Parágrafo único — Proceder-se-á à retificacão, que retroagirá à data do ato, fazendo constar do documento ou em anexo, os valores convertidos em unidades legais das grandezas expressas em outras unidades

Art 107 ..

a) às exigências do art 3.º e seus parágrafos, relativas ao uso, emprêgo ou menção de grandezas expressas em unidades legais, em contratos, documentos ou publicações "

Em virtude de terem sido publicados com vários equívocos, na pág. 770 do n º 16 da REVISTA, os exemplos referentes à maneira de escrever os números e símbolos (Resolução n º 16, da Comissão de Metrologia), aqui os reproduzimos, devidamente retificados:

EXEMPLOS

COMO SE DEVE ESCREVER	COMO NÃO SE DEVE ESCREVER
37,2 ou 37 2	.. ...
20 234,18 ou 20 324.18	20.324,18
1 291,253 47 ou 1 291 253 47	1291,25347
50 cm3	50 cc
96 A	..
96 amperes	96 amp.
25 W	25 m.
80 kg	80 kgs
3 atm	3 atm
5 mm	5 m/m
120 mm2	120 mmq
5 h 10 m 7 s	.. .. .
5 h 10 m 7 s	5h 10, 7,,
5 h 10 m 7 seg	.. ..
50,350 g	50, g 350
0,25 g	0 25 cg
25 cg	

VISITA DO INTERVENTOR NEREU RAMOS

Em 2 de Junho dêste ano, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística recebeu a visita do Sr. NEREU RAMOS, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, que se demorou em cordial palestra com os membros da direção superior da entidade.

Recebido em sessão da Comissão Censitária Nacional, que então se realizou, o chefe do govêrno santacatarinense foi saudado pelo Sr. M. A TEIXEIRA DE FREITAS, que ressaltou os grandes serviços do visitante àquela Unidade da República e ao país. O orador recordou as condições de desintegração do espírito nacional que apresentava a zona de colonização alemã no sul do Brasil e a obra notável que o govêrno do Sr. NEREU RAMOS realizara, sufocando a ameaça que pesava sôbre a nação e empreendendo um gigantesco trabalho de incorporação das populações marginais. Além disso, levou a efeito serviços de monta, visando a melhoria dos transportes, da saúde pública, da educação popular, fomentando, enfim, o progresso material e cultural do Estado.

No que se refere à estatística, salientou o Secretário Geral do I. B. G. E. que a administração de Santa Catarina criou o Departamento Estadual de Estatística e lhe dispensou tal prestígio e assegurou tão favoráveis condições de desenvolvimento que o mesmo veio a tornar-se um dos primeiros do Brasil, dos mais eficientes orgânicamente instituído e magnificamente dirigido. Não obstante, acabava o Sr. NEREU RAMOS de atender sugestões do novo diretor da repartição, proporcionando-lhe aumento de pessoal, ampliação do equipamento, maior autoridade e mais dilatados meios de ação.

O Sr M. A. TEIXEIRA DE FREITAS concluiu sua oração expressando os agradecimentos e as homenagens do Instituto ao ilustre visitante.

Em seguida, o Sr. Interventor em Santa Catarina teve palavras de expressivo louvor e simpatia à obra do sistema estatístico-geográfico nacional, manifestando seus propósitos de manter o apoio que sempre dispensou aos superiores objetivos que o mesmo tem em vista.

VISITA DAS COMISSÕES DE EFICIÊNCIA

As Comissões de Eficiência dos Ministérios iniciaram, em Outubro de 1943, com a colaboração da Divisão de Organização e Coordenação do Departamento Administrativo do Serviço Público, uma série de visitas às repartições estatais e autárquicas da Capital.

Em companhia de funcionários do D. A. S P., as referidas Comissões visitaram, no dia 30 de Maio, o Serviço de Estatística da Educação e Saúde, tendo então aceitado o convite, que lhes foi feito pela direção superior do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para percorrerem, nos dias imediatos, a sede da Secretaria Geral da entidade, no mesmo pavimento onde funciona o S. E. E. S., e o Serviço Nacional de Recenseamento.

Os visitantes foram recebidos pelo Presidente do Instituto, Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, e por todos os membros da Junta Executiva Central. Coube ao Secretário Geral, Sr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, expor detalhadamente as origens da criação do sistema e sua estruturação e funcionamento, o campo de compreensão das pesquisas geográficas e estatísticas, os problemas básicos do país estudados à luz dessas pesquisas, e, finalmente, outros aspectos da atuação do I.B.G E.

Após haverem percorrido as instalações da Secretaria Geral e apreciado fáses de serviços, o Sr. J. DIDIER FILHO, da Comissão de Eficiência do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em nome de todos os participantes da visita, agradeceu o acolhimento que lhes foi dispensado e teve expressões de entusiasmo pela obra que o Instituto vem realizando.

A visita ao Serviço Nacional de Recenseamento teve lugar no dia 15 de Junho.

No gabinete do Presidente da Comissão Censitária Nacional e Diretor Geral do Serviço, foram os altos funcionários ministeriais recebidos pelo Professor J. CARNEIRO FELIPPE, que fez uma clara exposição dos antecedentes da operação censitária de 1940, as fases de lançamento e coleta, destacando a influência da publicidade na primeira, o objetivo dos diversos censos, o andamento dos trabalhos de apuração e as experiências que conduziram à obtenção do máximo rendimento do trabalho mecanizado.

Em seguida, os visitantes percorreram tôdas as dependências do S.N.R., acompanhados do presidente da C.C.N. e mais do Sr. RAFAEL XAVIER, diretor da Divisão Técnica, FLÁVIO LEME, chefe dos serviços de apuração, e outros principais auxiliares, recebendo a melhor impressão, conforme declararam.

Ambas as visitas, como as demais da série em prosseguimento, foram coordenadas pelo Sr. FENELON SILVA, do Departamento Administrativo do Serviço Público.

VISITA DE JORNALISTAS COLOMBIANOS

Em Junho do ano corrente visitou o Brasil uma delegação de jornalistas colombianos, redatores de vários jornais de Bogotá, em missão de aproximação cultural.

Para os estatísticos brasileiros foi motivo de especial contentamento o fato de encontrar-se entre os visitantes o Sr. LUIS VIDALE, na qualidade de enviado do periódico *Sábado,* e que, no exercício do cargo de Diretor Geral da Estatística da Colômbia, faz jús à admiração e à simpatia dos estatísticos de todo o continente

A delegação de jornalistas, tendo à frente o Sr. EDGARDO SALAZAR SANTACOLOMA, dos jornais *El Tiempo* e *El Liberal,* e integrada, ainda, pelos Srs LUIS GABRIEL CARRO e GUILHERME GARAVITO BARRERA, respectivamente de *El Espectador* e *La Razón,* esteve na sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no dia 16 de Junho, demonstrando grande interêsse no conhecimento da organização e do funcionamento do sistema cooperativo dos nossos serviços estatísticos e geográficos Num ambiente de viva cordialidade, que logo se estabeleceu entre os visitantes e os dirigentes do I. B G. E., perdurou algumas horas a presença dos jornalistas na Secretaria Geral, retirando-se, depois, com uma impressão que confessaram ser excelente.

No dia seguinte, a delegação visitou o Serviço Nacional de Recenseamento, onde lhe foi oferecido um almôço, do qual participaram o Presidente e vários membros da Comissão Censitária Nacional, diretores de Divisões do Serviço Nacional de Recenseamento e altos funcionários da Secretaria Geral do Instituto

Discursou, na ocasião, o Sr. M A. TEIXEIRA DE FREITAS que salientou o agrado da visita dos representantes da imprensa colombiana e apreciou as excelentes realizações do órgão central da estatística do país amigo.

Depois de haver o Sr EDGARDO SANTACOLOMA agradecido, em expressivo discurso, o acolhimento dispensado à delegação, tomou a palavra o Sr LUIS VIDALE. Em seu discurso, o Diretor Geral de Estatística da Colômbia teve expressões de franco louvor ao que lhe fôra dado apreciar na sede do I. B G. E. e no S N R, bem como de vardadeiro entusiasmo pelo nosso país.

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS ATUÁRIOS DO RIO DE JANEIRO

Foi fundada, nesta capital, em Agôsto dêste ano, a Associação Profissional dos Atuários do Rio de Janeiro, cuja primeira assembléia aprovou os respectivos estatutos e elegeu a diretoria e conselho fiscal.

Os diretores da novel entidade são os seguintes: Presidente, ALBERTO ALMADA RODRIGUES; Vice-Presidente, JOSÉ ANTERO DE CARVALHO; 1 º Secretário, NEWTON DUARTE DE ALMEIDA; 2 º Secretário, SÍLVIO JACINTO MACHADO; 1 º Tesoureiro, GREGÓRIO JOSÉ MUNIZ; 2 º Tesoureiro, URBANO DE ALBUQUERQUE; Procurador, AUGUSTO PEDRO PEREIRA BALTHAZAR; membros do Conselho Fiscal — IBERÊ GILSON, OSVALDO NEVES DE ARANTES e UMBERTO MONTANO.

PROFESSOR BENEDITO SILVA

A REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA teve ocasião, em seu número 16, de aludir à brilhante carreira funcional e às marcantes qualidades do Professor BENEDITO SILVA, a quem a estatística nacional e a administração pública no país devem relevantes serviços

Em junho dêste ano, foram mais uma vez reconhecidos, por quem melhor poderia fazê-lo, os merecimentos do ilustre Colega, ao ser proposta e aprovada sua transferência, *ex officio,* no interêsse da administração, da carreira de Estatístico, do Ministério da Agricultura, para a de Técnico de Administração, do Departamento Administrativo do Serviço Público

Como assinalou o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, em sessão da Sociedade Brasileira de Estatística, ao justificar as congratulações da Sociedade com o funcionário distinguido e com o Presidente do D A S P, regozijo, e não pesar, é o que sente a classe, por ver a estatística cumprindo um dos seus mais altos préstimos, ou seja o preparo de elementos aptos ao exercício da administração superior.

A proposta a que nos referimos constou de longa e fundamentada exposição de motivos do Sr LUÍS SIMÕES LOPES ao Sr. Presidente da República, documento que é honroso para o autor e para o alvo de tão justos louvores, recomendando-se, porisso, à transcrição que prazerosamente fazemos a seguir:

"EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS — N º 1 620 — Em 19-6-44 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República. — O Decreto-lei n º 6 346, de 15 de março dêste ano, operou uma transformação substancial nas carreiras dêste Departamento A antiga carreira de Técnico de Administração, que se estendia das classes I a M, foi declarada extinta e em seu lugar foram criadas uma nova carreira, com aquêle mesmo título, porém de vencimentos mais elevados —

L a N, e cinco carreiras especializadas de vencimentos menores, estendendo-se das classes I a K: Técnico de Material, Técnico de Orçamento, Técnico de Organização, Técnico de Pessoal e Técnico de Seleção.

2. O sentido desta transformação está expresso na exposição de motivos que acompanhou o projeto. As cinco carreiras menores destinam-se ao exercício das funções relacionadas com o que se convencionou chamar administração geral A nova carreira de Técnico de Administração será constituída de funcionários *que auxiliem o Departamento, não no campo* limitado da chamada administração geral, e sim no exame de questões que escapam a êsse terreno e dizem respeito à planificação da Administração Pública

3. Evidentemente, o ingresso nessa nova carreira deve depender de um nível intelectual muito elevado e de sólida cultura no domínio *da Administração Pública, vista de um plano* superior Êste Departamento atualmente cogita de estabelecer as bases da seleção para a nova carreira e acha que o provimento por transferência só deve ser permitido quando se tratar de funcionário que tenha dado cabal *demonstração de preencher os requisitos necessários* ao desempenho das funções do Técnico de Administração, com o novo conceito que a carreira tem.

4. Nessas condições se acha o Sr. BENEDITO SILVA, Estatístico, classe L, do Ministério da Agricultura, atualmente Chefe da Divisão da Receita, da Comissão de Orçamento do Ministério da Fazenda

5 Classificado em primeiro lugar no concurso para Agente Fiscal do Impôsto de Consumo, realizado em Goiás no ano de 1931, o Sr BENEDITO SILVA não logrou nomeação para êsse cargo e iniciou sua vida pública na Administração daquele Estado, onde foi Oficial de Gabinete do Secretário de Segurança (1931-1932) e do Diretor Geral do Interior (1932): Professor de Português do Liceu de Goiás (1933) e organizador do Departamento de Estatística, de que foi o primeiro Diretor (1932-1933).

6 Ingressou no Serviço Público Federal em 1933, como Assistente Técnico da antiga Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, e lá permaneceu até 1936 Já então manifestava o seu interêsse pelos problemas, não só de estatística, mas, também de economia e administração, tendo sido, em 1936, Professor de Economia Política e Estatística do Curso Complementar do Colégio Sion, do Rio de Janeiro, e publicado, nesse período, entre muitos outros, os seguintes trabalhos:

— *Burocracia, Estatística e Racionalização, in* "Correio da Manhã, 1934.

— *O Ministério da Agricultura na Economia Nacional* — Monografia, 1934.

— *Finanças da União — Despesas Federais em* 1932 — Monografia, 1934.

— *Direcionismo Econômico, in* "Diário Carioca", 1934.

— *A reabilitação da Agricultura, in* "Diário Carioca", 1934.

7 A atuação do Sr BENEDITO SILVA no Ministério da Agricultura foi objeto da seguinte referência, feita pelo Sr RAFAEL XAVIER, então Diretor da Estatística da Produção, ao Ministro JUAREZ TÁVORA, que a incorporou ao relatório apresentado a V Exª em maio de 1934:

> "A parte técnica, encarregada de supervisão da Diretoria, no estudo das questões mais de perto falando à movimentação econômica do país, pela comparação dos dados da estatística internacional, em confronto com as nossas; a análise rigorosa dos efeitos da política comercial ou do fomento da produção dos diversos países, revelados pelos seus algarismos de intercâmbio ou *de resultados de suas explorações* agrícolas, pastoril ou mineral, nos seus possíveis efeitos na nossa ordem econômica; a coordenação enfim dos elementos atuais que esclareçam e orientem a ação administrativa, no benefício da atividade produtiva do país, *fazem o conjunto do programa* de estudos confiados à inteligência e capacidade de trabalho do Assistente, Sr BENEDITO SILVA, que se revelou, mais uma vez, o técnico seguro e de clara visão que a D E.P. conquistou para o seu quadro funcional."

8 No período 1936-1937, a atuação do Sr. BENEDITO SILVA no Serviço Público Federal foi assinalada pela participação, como co-autor ou colaborador, em vários estudos, indicações e *sugestões, bem como em trabalhos de ordem* prática, de que resultaram, entre outras, as seguintes ocorrências administrativas:

I — A criação e instalação do Instituto Nacional de Estatística, posteriormente transformado em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística O Sr BENEDITO SILVA tomou parte saliente na projetação dêsse órgão e na redação dos *documentos, pareceres e projetos respectivos* e na organização de sua Secretaria, da qual foi o primeiro Diretor Da sua atuação nesse setor fala o Sr. TEIXEIRA DE FREITAS, Secretário Geral do I B G E., em entrevista concedida à imprensa e publicada na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, edição de julho-setembro de 1943.

> "Por *último* — mas não dos menores — deve ser lembrado o nome de BENEDITO SILVA, um dos mais novos e mais brilhantes valores da estatística brasileira, o qual, depois de ter criado a estatística geral de Goiás, e colaborado nos trabalhos da Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, foi o eficiente organizador, como seu primeiro Diretor, da Secretaria Geral do Instituto"

II — *A reforma do Serviço Público Civil Federal em* 1936 Na qualidade de Secretário da Comissão a que V Exª cometeu a incumbência dessa reforma, o Sr BENEDITO SILVA trabalhou ativamente nos estudos e levantamentos que se fizeram necessários e foi um dos principais redatores do projeto que se transformou na Lei nº 284, de 28 de outubro de 1936, cuja significação expôs em artigo intitulado *O Reajustamento do Funcionalismo (Revista do Serviço Público,* novembro de 1937).

III — O lançamento da *Revista do Serviço Público* O plano de organização dessa Revista, de que tanto se orgulha o Serviço Público Brasileiro, foi elaborado pelo Sr. BENEDITO SILVA, por incumbência pessoal minha.

IV — O Recenseamento Geral de 1940 O Sr BENEDITO SILVA tomou parte de grande responsabilidade em várias fases técnicas dos trabalhos preparatórios dos censos, tendo sido o autor da "Proposta do Recenseamento", documento culminante, levado a V Exª, em 4 de maio de 1937, pela Junta Executiva do então Instituto Nacional de Estatística, e principal autor do Regulamento do Recenseamento Geral de 1940 (Decreto-lei nº 2 141, de 15 de abril de 1940)

9 Nesse período publicou vários trabalhos, de que se destacam os seguintes:

— *A Cooperação Inter-Administrativa na Estatística Brasileira* — Memória apresentada à Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, em sua sessão inaugural (15 a 31 de dezembro de 1936) Publicada *in Resoluções da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística,* vol III, pág 165-181.

— *A Reforma Sui-Generis do Sistema Estatístico Brasileiro, in Revista de Economia e Estatística,* abril de 1937.

10 Em fins de 1937, o Sr BENEDITO SILVA viajou para os Estados Unidos da América na turma com que se iniciou a remessa sistemática de funcionários ao estrangeiro, para fins de especialização e aperfeiçoamento Naquele país, em que permaneceu até fins de 1939, concluiu o curso de Administração Pública e Ciência Política, da American University, de Washington, D C.

11 Foi, em seguida ao México, onde observou a organização censitária, e, de volta ao Brasil, projetou e executou em 1940, como um dos diretores do Serviço Nacional de Recenseamento, a memorável campanha de publicidade que tornou tão popular o Recenseamento daquele ano, em todo o território nacional.

12 Ainda no estrangeiro e, depois, durante a campanha de propaganda censitária, produziu vários trabalhos sôbre Ciência Política, Administração Pública e Finanças, inclusive:

— *Treinamento de Funcionários nos Estados Unidos, in Revista do Serviço Público,* março de 1938

— *Problemas de Publicidade, in Revista do Serviço Público,* julho, agôsto e setembro de 1939; março, abril, junho e julho de 1940

— *Classificação das Despesas Públicas, in Revista do Serviço Público,* novembro de 1940; e, destacando-se pela profundeza do estudo e pela complexidade dos têrmos:

Ensaio de Análise do Estado Moderno, in Revista do Serviço Público, dezembro de 1938, janeiro de 1939 e janeiro de 1944; e

Cooperação entre os Municípios, os Estados e a União, in Revista do Serviço Público, agôsto, setembro e novembro de 1941, e *in O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação* — Elucidário apresentado à 1ª Conferência Nacional de Educação, 1941.

13 Em meado de 1941 o Sr. BENEDITO SILVA deixou o Serviço Nacional do Recenseamento, para assumir a Chefia da Divisão da Receita da Comissão de Orçamento, do Ministério da Fazenda

14 Mereceu, nessa ocasião, as referências mais elogiosas por parte de seus superiores naquele Serviço O Professor CARNEIRO FELIPPE, Presidente da Comissão Censitária Nacional, dirigiu-lhe, a propósito de seu afastamento a seguinte carta, em 3 de maio de 1941:

"O aproveitamento do vosso concurso no Departamento Administrativo do Serviço Público representa uma honrosa demonstração de confiança dos dignos dirigentes daquele órgão no vosso merecimento tantas vezes comprovado pelo desempenho de difíceis comissões cabalmente exercidas

Êsse testemunho de aprêço justifica congratulações a quem o recebe e o dever de expressá-las recai, particularmente, sôbre os chefes de serviço que abrem mão do concurso de seus melhores colaboradores por dever de cooperação oportuna com outros setores da administração nos quais irão êles atuar mais vantajosamente para o Estado, dada a carência de bons especialistas onde os técnicos na altura de aceitar encargos de grande responsabilidade não são em grande número

E' por essa razão que vos felicito diante do significativo interêsse com que o Departamento Administrativo do Serviço Público pleiteou o vosso concurso nos quadros do seu pessoal, ao verificar que se achava pràticamente encerrada a fase decisiva dos trabalhos da Divisão de Publicidade a que vos dedicastes, como Diretor, com proficiência e entusiasmo inexcedíveis, refletidos no êxito integral do programa daquela Divisão operosa e plenamente feliz em tôdas as suas brilhantes e oportunas iniciativas

Aceitando um pôsto de maiores sacrifícios para a vossa economia pessoal e de responsabilidades não menores do que as que vos cabiam no Recenseamento de 1940, destes um exemplo de espírito público muito expressivo do vosso feitio moral

Privado do vosso concurso, mas sensível aos edificantes motivos que resultaram nessa perda, profundamente sentida e de difícil reparação, venho agradecer a lealdade e a abnegação com que cooperastes na campanha censitária, pondo ao serviço dela todos os recursos da vossa capacidade de ação, da vossa cultura e da vossa privilegiada formação intelectual.

Ao dirigir-vos estas palavras, de agradecimento e de despedida, interpreto não sòmente os meus sentimentos pessoais de admiração e aprêço, mas também os de todos os nossos companheiros de trabalho"

15 Pelo ofício nº 1 306, de 8 de maio do mesmo ano, aquela autoridade comunicou o afastamento do Sr BENEDITO SILVA, ao Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nos seguintes têrmos:

"Tendo solicitado dispensa da comissão que exercia no Serviço Nacional de Recenseamento o Sr. BENEDITO SILVA, Estatístico, classe L, do Ministério da Agricultura, à disposição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cabe-me levar ao conhecimento de V Excia que, em data de 30 do mês passado, deixou aquêle funcionário o pôsto de Diretor da Divisão de Publicidade que vinha exercendo, nos têrmos do Decreto-lei nº 2 137, de 12 de abril de 1940

2 Os serviços do Sr BENEDITO SILVA foram facultados ao Recenseamento de 1940, por êsse Instituto, em virtude de solicitação desta Presidência constante do ofício n.º 2, de 17 de junho de 1938. atendida pelo ofício da Secretaria Geral SG. S-1 163, de 29 daquele mês

3 O afastamento do funcionário aludido representa para os trabalhos censitários uma perda sobremaneira sensível à vista dos predicados notórios de inteligência, cultura, iniciativa e amor à causa pública que explicam a sua brilhante fé de ofício

4 Durante o tempo em que trabalhou no Recenseamento de 1940, confirmou plenamente o mesmo profissional a expectativa que me levara a requisitar o seu concurso Sob sua proficiente direção, os serviços de propaganda se desenvolveram com êxito completo, comprovado pelos resultados conseguidos tanto em extensão como em profundidade, em todo o país, através de uma campanha feliz e orientada com segurança

5 Deixa o Sr BENEDITO SILVA o pôsto que desempenhou de maneira cabal nos serviços censitários para exercer outras difíceis funções administrativas, depois que a parte decisiva da missão confiada à Divisão de Publicidade — a preparação do público para receber com simpatia o Recenseamento e lhe prestar a sua cooperação patriótica — atingiu todos os objetivos que se tinha em vista alcançar

6 Agradecendo a V Ex.ª a colaboração prestada pelo Sr BENEDITO SILVA ao Serviço Nacional de Recenseamento, devo consignar o pesar com que dela me vi privado, embora seja êste sentimento compensado pela certeza de que o afastamento daquele digno funcionário importa no aproveitamento de seus altos predicados em outro ramo da administração pública, onde continuará a prestar o concurso de sua inteligência e excepcional capacidade de trabalho"

16 O Presidente do I B G E., por sua vez transmitiu ao Sr. Ministro da Agricultura, pelo ofício n.º 1 784, de 4-6-41, as seguintes impressões sôbre o referido funcionário:

"Tenho a honra de levar ao conhecimento de V Exª o teor de uma comunicação do Presidente da Comissão Censitária Nacional, relativa ao Estatístico, classe L, dêsse Ministério, BENEDITO SILVA, que solicitou dispensa da comissão que vinha exercendo no Serviço Nacional de Recenseamento

2 Pôsto à disposição dêste Instituto, em junho de 1936 — há exatamente cinco anos —, na forma do Decreto nº 24 609, de 6 de julho de 1934, o funcionário em causa prestou a esta entidade, em sua fase de organização e desenvolvimento, assinalados serviços, que merecem ser realçados no instante em que êle se desliga da instituição.

3 Designado para as funções de Diretor da Secretaria Geral, o Sr BENEDITO SILVA teve oportunidade de demonstrar aptidões excepcionais que o recomendam ao exercício das funções públicas, dado o elevado padrão de sua inteligência e cultura, além de uma extraordinária capacidade de trabalho e invulgar entusiasmo, o que, em resumo, lhe garante exemplar eficiência técnica

4 De volta dos Estados Unidos, aonde fôra para fazer um curso de alta especia-

lização e aperfeiçoamento, o mesmo funcionário foi, por esta Presidência, no ano passado, colocado à disposição da Comissão Censitária Nacional, passando a exercer as funções de Diretor da Divisão de Publicidade do Serviço Nacional de Recenseamento.

5. Quanto ao brilho e êxito das suas atividades no exercício do cargo a que me refiro, é sobremodo expressivo o depoimento prestado pelo Professor CARNEIRO FELIPPE, no ofício cuja cópia ora transmito a V Exª

6. Nessas circunstâncias, Senhor Ministro, é-me grato rogar a V. Exª se digne mandar transcrever nos assentamentos funcionais do Sr BENEDITO SILVA as honrosas expressões contidas no expediente em causa, juntadas a elas o testemunho de nosso louvor e reconhecimento pela relevante atuação pelo mesmo funcionário desenvolvida durante o período em que serviu aos órgãos executivos dêste Instituto."

17. Na Comissão de Orçamento, o Sr BENEDITO SILVA projetou e implantou um tipo de documentação original, que reflete, mês a mês, Estado por Estado, as tendências de cada uma das rendas federais e que, possìvelmente, servirá de base para adoção de um verdadeiro contrôle da eficiência das agências arrecadadoras. Desenvolveu e adaptou um método próprio de estimativa das rendas públicas, o qual, ainda em experiência, está mais próximo do espírito científico do que qualquer outro até agora preconizado pelos financistas. Planejou e iniciou o estudo meticuloso dos impostos federais, sendo de citar, a êsse respeito, as partes já publicadas sôbre os impostos de importação (1942) e de consumo (1942), bem como a parte ainda inédita sôbre o impôsto de renda e seus fins e o impôsto de sêlo Nessa função, o Sr BENEDITO SILVA tem colaborado assìduamente com esta Presidência no estudo de vários problemas relacionados com a tributação vigente no país. A freqüência com que lhe distribuo tarefas de responsabilidade é a melhor indicação de como se desempenha, com incansável dedicação ao serviço público

18 A par de suas funções na Comissão de Orçamento, o Sr BENEDITO SILVA vem prestando a êste Departamento uma contribuição altamente valiosa, desde que, terminada em 1941 a sua tarefa no Serviço Nacional de Recenseamento, voltou ao convívio dos trabalhos da Reforma Administrativa Brasileira

19 Merece real destaque a sua participação nos cursos de Administração Pública, mantidos por êste Departamento, e de que foi um dos lançadores naquele mesmo ano de 1941, não só como animador da idéia e cooperador ativo na organização dos Cursos, mas, também, como professor de Fundamentos de Administração Pública, disciplina que pela primeira vez se lecionava no Brasil e de cujo programa é o autor.

20 Aliás, o Sr. BENEDITO SILVA tem sido incansável na divulgação da Ciência da Administração, em que se especializou. Já em 1936, quando Secretário da Comissão de Reforma do Serviço Civil, organizou a primeira bibliografia destinada à formação de uma biblioteca especializada, que afinal se constituiu neste Departamento e que tem sido enriquecida em grande parte com a sua colaboração, na escolha e compra de livros, quando se achava nos Estados Unidos da América.

21. Em 1941, solicitou e obteve autorização para traduzir dois notáveis livros de autores americanos — *The Impasse of Democracy*, de ERNEST S GRIFFITH, e *Papers on the Science of Administration*, de LUTHER GULICK Posteriormente, tendo surgido outras iniciativas semelhantes, esta Presidência o incumbiu de se entender aqui com um enviado da Biblioteca do Congresso, de Washington, D C., o Dr LEWIS HANKE, e realizar um acôrdo para a tradução de mais alguns livros americanos, cuja seleção ficou a seu cargo. Dos doze livros selecionados, todos sôbre a Ciência da Administração, já foram traduzidos, sob a supervisão direta do Sr BENEDITO SILVA, e estão sendo por êle revistos, os seguintes: *Public Personnel Problems*, de LEWIS MERIAN; *Governmental Purchasing*, de RUSSEL FORBES; *Principles of Organization*, de MOONEY & REILER; *The Technique of Executive Control*, de ERWIN H SCHELL; *Papers on the Science of Administration e The Impasse of Democracy*, já citados. Dêstes, o notável trabalho *Papers on the Science of Administration*, de LUTHER GULICK e outros, foi traduzido pessoalmente pelo Sr BENEDITO SILVA. A publicação de todos êsses livros será feita pelo Serviço de Documentação dêste Departamento

22. Esta é, sem dúvida, uma das tarefas mais difíceis de que se acha incumbido o Sr BENEDITO SILVA A tradução dos modernos livros americanos sôbre a Ciência da Administração exige que sejam vencidas enormes dificuldades técnicas decorrentes da inexistência, na língua portuguêsa, de têrmos e expressões do vocabulário especializado que o cultivo da Ciência da Administração desenvolveu na língua inglêsa. Essas dificuldades explicam o cuidado necessàriamente meticuloso e lento com que se estão desenvolvendo os trabalhos de revisão dos livros já traduzidos.

23 Além dessas iniciativas e das aulas que até hoje ministra nos Cursos de Administração dêste Departamento, sôbre Orçamento e Fundamentos da Administração Pública, o Sr BENEDITO SILVA conduziu em S Paulo, na Escola Livre de Sociologia e Política, um curso sôbre teoria e prática de orçamento, em junho e julho de 1943, por incumbência dêste Departamento. O seu trabalho de divulgação completa-se com a produção de artigos e conferências, que intensificou a partir de 1941, como se verifica da enumeração seguinte:

Administração como profissão — (Tradução) *in Revista do Serviço Público*, setembro de 1941

Que faz o trabalhador gostar do trabalho? — (Tradução) *in Revista do Serviço Público*, outubro de 1941

O ensino de administração pública nos Estados Unidos — Conferência pronunciada no Instituto Brasil-Estados Unidos, em dezembro de 1941, e publicada na Revista daquele Instituto, em maio de 1943.

O "processus" do Estado Moderno — in Revista do Serviço Público, fevereiro de 1942

Organização dos Departamentos de Rodovias — in A Rodovia, março, abril, julho, outubro e dezembro de 1942.

Métodos de estimativa das rendas públicas — in Revista do Serviço Público, março, abril, junho, agôsto, outubro e novembro de 1942 e fevereiro de 1943

A profissão de Administrador — in Revista do Serviço Público, junho e julho de 1942

Teoria dos Departamentos de Administração Geral — in Revista do Serviço Público, dezembro de 1942, janeiro e maio de 1943.

O orçamento, plano de trabalho — in Revista do Serviço Público, março de 1943

Uma nova classe dominante: os Administradores — in A Rodovia, abril de 1943

O funcionário público e o esfôrço de guerra — Conferência pronunciada no Palácio Tiradentes, no dia 21 de abril de 1943, e publicada na *Revista do Serviço Público*, em junho de 1943, e no *Boletim do Conselho Técnico de Economia e Finanças*, agôsto de 1943.

Planejamento do trabalho governamental — Conferência pronunciada na Divisão de Aperfeiçoamento do D A S P , em 25 de agôsto de 1943, e publicada na *Revista do Serviço Público*, em outubro de 1943.

Publicidade Administrativa Municipal (Regras para elaboração dos relatórios das Prefeituras Municipais) — *in A Rodovia*, janeiro de 1944

As ciências do espírito e as ciências da natureza — in Revista do Serviço Público, fevereiro de 1944

Os cânones da Despesa Pública — in Revista do Serviço Público, março de 1944

Que é organização? — in Revista do Serviço Público, maio de 1944.

Classificação de cargos — Debate de uma conferência, sob êste título, pronunciada pelo Prof HARVEY WALKER na Divisão de Aperfei-

çoamento do D A S P , em 27-10-43, publicado *in Revista do Serviço Público*, de dezembro de 1943.

A função orçamentária e o órgão executivo — in Boletim do Conselho Técnico de Economia e Finanças, abril de 1944

24 O valor intrínseco dessa produção abundante justifica o elevado conceito que se formou em tôrno do Sr BENEDITO SILVA como um dos maiores conhecedores da Ciência da Administração no Brasil, o que tornou indicada a sua designação para integrar a banca examinadora em dois concursos para a carreira de Técnico de Administração dêste Departamento e, igualmente, no concurso da mesma natureza realizado pelo Departamento do Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro A Faculdade de Direito de Goiás conferiu-lhe, em 1942, o título de doutor *honoris-causa*

25 Essa grande cultura tem sido posta, freqüentemente, a serviço dêste Departamento, no estudo de questões delicadas que se apresentam, do tipo daquelas cujo exame será atribuição dos funcionários da nova carreira de Técnico de Administração

26 Ainda recentemente, em fins do ano passado, o Sr BENEDITO SILVA prestou uma colaboração decisiva no exame da questão do aumento de vencimentos, conduzindo o valioso estudo sôbre o problema, em face do aumento do custo de vida, como consta da exposição de motivos que acompanhou o projeto aceito por V Exª.

27 Por todos êsses motivos, êste Departamento considera altamente vantajosa a transferência do Sr BENEDITO SILVA para a carreira de Técnico de Administração

28 De acôrdo com o art 10 do Decreto n.º 6 222, de 4-9-40, modificado pelo de nº 11 494, de 5-2-43,

> "os Ministros de Estado, no interêsse do Serviço, poderão sugerir, reciprocamente, a transferência, *ex-officio*, dos funcionários cujas habilitações e pendores vocacionais possam torná-los mais úteis às atividades de Ministérios diferentes"

29 Em entendimento verbal, já havido com o Sr Ministro de Estado da Agricultura, concordou S Excia com a transferência do referido funcionário

30 Nestas condições tenho a honra de submeter o assunto à apreciação de V Excia, solicitando a necessária autorização para a transferência, *ex-officio*, no interêsse da administração, do Estatístico, classe L, BENEDITO SILVA, do Ministério da Agricultura para a mesma classe da carreira de Técnico de Administração do Quadro Permanente dêste Departamento

31 Cumpre-me informar, ainda, que a referida transferência poderá ser processada, independentemente de prestação de provas, à vista do *curriculum vitae* dêste servidor, e que o mesmo conta mais de 730 dias de exercício no cargo de que é ocupante e preenche as demais condições estipuladas na lei — LUÍS SIMÕES LOPES, Presidente

Aprovado — Em 27-6-44, — G VARGAS

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Prosseguiram animadas e fecundas as atividades da Sociedade Brasileira de Estatística, no período que o noticiário dêste número da REVISTA compreende e que abrange os meses de março a setembro do ano corrente.

No primeiro daqueles meses realizou-se, no dia 27, no "auditorium" do Edifício Hollerith, mais uma sessão pública, presidida pelo seu Secretário Geral, Sr BENEDITO SILVA, estando presentes o Sr JOÃO MAURÍCIO DE MEDEIROS, Chefe do Gabinete do Ministro da Agricultura, o Sr MÁRIO DE BRITO, diretor de Divisão do DASP, e vários professôres, profissionais e interessados nos assuntos que iam ser focalizados

Sôbre inflação e custo de vida pronunciou o Sr SEBASTIÃO SANTANA E SILVA, diretor da Divisão de Orçamento do Ministério da Agricultura, a conferência que publicamos noutro local O orador expôs as causas ordinárias da inflação, seus característicos mais nítidos, especialmente a elevação do custo da vida, dos quais as estatísticas oferecem comprovação, bem como os meios de combatê-la, declarando, no entanto, que o remédio radical para êsse mal seria o apontado pelo professor CASSEL — cessar de fazer guerras e revoluções.

Convidado a debater a conferência, o Sr. OTÁVIO GOUVEIA DE BULHÕES, economista e assessor técnico do Ministério da Fazenda, acentuou que a causa da grave inflação existente no Brasil não se encontra entre os fenômenos gerais referidos pelo conferencista e é o acúmulo de grandes saldos da balança comercial Assim, também, além dos meios clássicos de combate à nossa inflação, era indicada a necessidade de estabelecer restrições ao crédito.

Encerrando a sessão, o Sr BENEDITO SILVA aludiu às repercussões da inflação sôbre o funcionalismo público, classe de rendas fixas e só escassa e raramente aumentadas, e aos benéficos efeitos que lhe poderão advir da criação da Cooperativa de Consumo, então em estudos.

Em maio, quando deveria ter lugar nova sessão pública, a Sociedade realizou-a e brilhantemente, no "Dia do Estatístico", conforme consta do noticiário especial das comemorações, noutra página desta secção

No dia 8 de agôsto, na sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, reuniu-se a Assembléia Geral ordinária da Sociedade, em segunda e última convocação, de acôrdo com a publicação feita no *Diário Oficial* da República de 19 de julho de 1944 e comunicação feita aos sócios.

Achavam-se presentes os sócios JOÃO BRITO JORGE, VIRGÍLIO COSTA, ELIAS CHADE ZARUR, M A TEIXEIRA DE FREITAS, WALDEMAR LOPES, FRANCISCO BORGES LEITÃO, MANUEL MARTINS JÚNIOR, MANUEL GUEDES QUINTELA, MARCELO AROUCHA, ABELARDO ISAACSON CAVALCANTI, CELINA CHAVES PENA, ARIOSTO PACHECO DE ASSIS, JOÃO DE MESQUITA LARA, JOÃO LODI, ALBERTO MARTINS e RAUL LIMA.

Abrindo a sessão, o Sr JOÃO DE MESQUITA LARA, 1º Secretário, passou a presidência ao Sr ARIOSTO PACHECO DE ASSIS, que anunciou o início dos trabalhos

Pelos Srs M A TEIXEIRA DE FREITAS, ALBERTO MARTINS, WALDEMAR LOPES e JOÃO DE MESQUITA LARA, foram apresentados documentos que os habilitavam como representantes, respectivamentes, dos seguintes sócios: DJALMA FORJAZ, AUGUSTO BRANT DE CARVALHO, ROBERTO DE PAIVA

MEIRA, MANUEL M. RODRIGUES PERDIGÃO, JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO, RUI BARBOSA CARDOSO, GALBA FERNANDES, CAIO DE FREITAS GUIMARÃES, MARIA DE NAZARETH CAMPOS MAIA, MARIA LEONOR CARDOSO GOMES, ANTÔNIO RULL FERNANDES, CÁRMEM PENTEADO PIZA, EUCLIDES P TAVARES, ELVIRA RIBEIRO DE ALMEIDA, BEATRIZ ALMEIDA, LUÍS DE FREITAS BUENO, J POKROVSKY, UBIRAJARA D. ZOGAIB, JOSÉ GARIBALDI DANTAS e CARLOS DE SOUSA NAZARETH; TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO, COLOMBO ETIENNE ARREGUY, ANTÔNIO LUGON, CORA VIEIRA ESTELITA LINS e JOSÉ FERREIRA GOMES; ADOLFO RABELO LEITE, ALFREDO LIMA COUTINHO, ANTONINO ROCHA, ANTÔNIO PEREIRA DE MATOS, ARNALDO ANTÔNIO MARQUES, ARNALDO SABACK DE OLIVEIRA, AUGUSTO ALEXANDRE MACHADO, CARLOS ANTÔNIO DE QUEIROZ, Conselho Técnico de Economia e Finanças, EDITE MENDES DE AGUIAR AZEVEDO, FRANCISCO HERMANO DE SANTANA, GUILHERME CARNEIRO DA ROCHA MARBACK, JOÃO DAVI GOMES, JOÃO VIEIRA LOPES, JOSÉ NIVALDO ALLIOMNI, MANUEL LIMA JÚNIOR, MÁRIO SOARES, NÉLSON DE SOUSA OLIVEIRA, PAULO DE MESQUITA LARA, PEDRO AMÂNCIO BORGES DE ARAÚJO, ROSALVO TEIXEIRA DE FREITAS, RUBEM DA SILVA GUEIROS, VALDEMAR DE OLIVEIRA PASSOS, ALFREDO NOGUEIRA PASSOS, RAIMUNDO CHAVES DE AGUIAR, OSCAR PÉRICLES NOBLAT SANTOS, NALVA MEDEIROS DE ALMEIDA, LEONOR MONTEIRO ALVES, LAURA TARQUÍNIO, JOSÉ GUIMARÃES LÔBO e ANTÔNIO OTAVIANO MARIZ PACHECO; ANFILÓQUIO CÂMARA, RENATO DE MENDONÇA CANUTO, ALBA BRANDÃO, JOÃO LIRA FILHO, ALDA MEDEIROS, ANTÔNIO CAROLINO GONÇALVES e RAIMUNDO BORJA SOUSA.

Submetida à aprovação a ata da Assembléia Geral anterior, e aprovada, o Sr. 1.º Secretário, em nome da Diretoria cujo mandato estava terminando, declarou não haver expediente de interêsse da Assembléia e, dando início à ordem do dia, procedeu à leitura do relatório de suas atividades durante o biênio, acompanhado de documentos e balanço, bem como do parecer da Comissão Fiscal cujo teor é o seguinte:

"A Comissão Fiscal, tendo comprovado a exatidão dos informes prestados no relatório da Diretoria e examinado os livros de escrituração, e comprovantes de despesas, etc , assegurou-se da perfeita ordem da escrituração e julga dever consignar o seu louvor ao Sr. Tesoureiro VIRGÍLIO COSTA.

Parece à Comissão, além disso, que não só a atuação da diretoria merece expressa ratificação da Assembléia como é de tôda conveniência proceda a Tesouraria ao ajustamento do quadro social na forma indicada.

Rio, D.F , 31 de julho de 1944.

ALBERTO MARTINS
M R ESPÍNDOLA
FRANCISCO STEELE."

Submetidos a discussão e votação, o relatório e parecer foram aprovados.

Franqueada a palavra a qualquer dos presentes, o Sr. MARCELO AROUCHA apresentou uma indicação, assinada por vários sócios, no sentido de ser concedido o título de Sócio Honorário ao Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e ao Sr. LÉO DE AFFONSECA, decano da Estatística Brasileira, proposição que foi unânimemente aprovada.

Anunciado o prosseguimento da ordem do dia, ou seja a eleição da nova diretoria, o Sr. MANUEL MARTINS JÚNIOR propôs que fôsse a mesma eleita por aclamação, apresentando os seguintes nomes:

Presidente — VALENTIM F. BOUÇAS

1.º Vice-Presidente — BENEDITO SILVA

2.º Vice-Presidente — JOÃO LIRA MADEIRA

Secretário Geral — RAFAEL XAVIER

1.º Secretário — JOÃO DE MESQUITA LARA (pelo I B G E.)

2.º Secretário — JESSÉ MONTELLO

Orador — JOÃO DE LOURENÇO

1.º Tesoureiro — VIRGÍLIO COSTA

2.º Tesoureiro — MARY TUMINELLI

Comissão Fiscal — HEITOR ELÓI ALVIM PESSOA, SÉRGIO MAGALHÃES JÚNIOR e SEGISMUNDO MELO.

Comissão de Redação — RAFAEL XAVIER (nato), LOURENÇO FILHO, ROBERTO PAIVA MEIRA e WALDEMAR LOPES.

Apenas com restrição, quanto ao próprio nome, dos candidatos que se achavam presentes, foi a indicação aprovada sob palmas, declarando o Senhor Presidente eleitos os novos diretores para o biênio 1944-1946.

Permitida, ainda, a discussão de outros assuntos de interêsse social, falou o Sr M. A. TEIXEIRA DE FREITAS sôbre o afastamento da consócia D SÍLVIA DE SOUSA BARROS da função de encarregada da Secretaria da Sociedade e a recente partida da mesma, como uma das enfermeiras da Fôrça Expedicionária Brasileira no "front" europeu. O orador formulou os melhores augúrios à distinta colega, com os quais se solidarizou a Assembléia

O Sr FRANCISCO LEITÃO propôs, e foi aprovado, que se consignasse em ata um voto de aplausos à diretoria que orientou os destinos da Sociedade durante dois biênios.

Agradecendo as referências que lhe foram feitas no parecer da Comissão Fiscal e a confiança que lhe havia sido reiterada, o Sr VIRGÍLIO COSTA, 1.º Tesoureiro, salientou a cooperação que a Sociedade tem encontrado, para o desenvolvimento do seu quadro social, no consócio ROBERTO PAIVA MEIRA, Secretário Geral do Centro de Estudos de São Paulo.

O Sr. MANUEL MARTINS JÚNIOR falou sôbre a necessidade de intensificação da vida social, mediante contactos com os sócios, lembrou o importante papel que deveria caber, nesse particular, à Biblioteca Central do I.B G.E., a qual é, também, a Biblioteca da Sociedade — desde que seja convenientemente instalada e aparelhada — e sugeriu que, obtida essa reforma, um grupo de sócios se encarregasse, em revezamento, de dar a assistência da instituição à sala de leitura. Como Secretário Geral do I B G E , o Sr M. A. TEIXEIRA DE FREITAS prestou esclarecimentos sôbre a situação da Biblioteca. Disse que esperava ter a mesma transferida, em breve, para local adequado e em

condições de servir ativamente à vida da S B.E, mediante várias providências, entre as quais as sugeridas pelo Sr. MARTINS JÚNIOR se enquadravam excelentemente. Ficou deliberado que o assunto fôsse recomendado à nova diretoria para figurar no respectivo plano de trabalhos

O Sr JOÃO LARA propôs fôsse renovado o apêlo dirigido pela Assembléia Geral de 1942 aos Diretores dos Departamentos regionais de Estatística, no sentido de: *a*) promoverem a criação, nos respectivos Estados, de "Centros de Estudos" filiados à S B E , à semelhança do que já fizeram o D.E E. de São Paulo e, mais recentemente, o do Amazonas; *b*) promoverem uma campanha para o aumento do corpo social da S B E. visando, especialmente, a admissão de maior número de sócios coletivos. Propôs, ainda, congratulações com o consócio JÚLIO BENEVIDES UCHOA, pela brilhante atuação que vem tendo o Centro de Estudos "Teixeira de Freitas" que reúne os colegas da capital amazonense nos mesmos objetivos da Sociedade Ambas as propostas foram aprovadas.

O Sr. M A. TEIXEIRA DE FREITAS fêz sugestões, a serem transmitidas à nova diretoria, sôbre a entrega dos títulos de Sócio Honorário conferidos pela Assembléia, e, em seguida, teceu considerações sôbre o fato, ímpar na administração brasileira, da transferência do Estatístico BENEDITO SILVA para a carreira de Técnico de Administração mediante proposta, altamente honrosa, do Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, tendo a Assembléia deliberado dirigir àquele ilustre consócio e ao Sr LUÍS SIMÕES LOPES, suas calorosas congratulações.

O Sr WALDEMAR LOPES solicitou, e foi aprovado, que se consignasse em ata um voto de pesar pelo falecimento, no último biênio, dos consócios ÁLVARO AFRÂNIO PEIXOTO e ERNESTO PEDRO DOS SANTOS.

Nada mais havendo que tratar, foi encerrada a reunião da assembléia.

Os diretores eleitos reuniram-se no dia 21 de agôsto, tomando conhecimento das deliberações da Assembléia e assentando várias providências, inclusive solicitar ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a dispensa do ônus assumido para a elaboração e publicação preliminar do *Vocabulário Brasileiro de Estatística*. Foram aprovadas propostas de novos sócios, Srs OSVALDO JUSTO AGUIAR CAVALCANTI, RUI DE LEONARDO TRUDA, CÁSSIO CARNEIRO DA CUNHA PINHO, BENVINDO CÂNDIDO BANDEIRA e HELENA MARIA DE SOUSA

A Diretoria reuniu-se novamente no dia 31 de agôsto, à Avenida Graça Aranha n.º 182, sob a presidência do Sr VALENTIM BOUÇAS Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se à leitura do expediente, que constou de agradecimentos de comunicações e dos ofícios seguintes: do Sr JOÃO DE LOURENÇO, recusando a sua escolha para o cargo de orador; do Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, comunicando haver a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística concedido à Sociedade um auxílio de Cr$ 6 000,00. A Diretoria resolveu não promover a substituição do orador renunciante, reservando o assunto à decisão da Assembléia Geral, na primeira sessão que realizar.

O Sr. Presidente comunicou achar-se presente o Professor JÚLIO BENEVIDES UCHÔA, Presidente do Centro "Teixeira de Freitas", de Manaus, com quem a diretoria se congratulava. Participou, ainda, que colocara sob os auspícios da Sociedade a conferência que o Engenheiro norte-americano JOHN H. BERNHARD, membro do Congresso Internacional de Navegação, realizaria no próximo dia 5 de setembro, tendo por tema "Observações sôbre os transportes no Brasil".

Na ordem do dia, foram aprovados: o texto de diploma de Sócio Honorário da Sociedade e propostas de sócios efetivos de ABÍLIO DE BARROS ALENCAR, J CRISOSTOMO DE OLIVEIRA, FUETH PAULO MOURÃO e TEMISTOCLES PINHEIRO GADELHA, subscritas pelo consócio JÚLIO UCHOA. Foram discutidos vários assuntos de interêsse geral, relacionados com a estatística, havendo ainda larga permuta de idéias, referentes à organização de um programa das atividades sociais. Mandou-se consignar na ata um voto de pesar pelo falecimento do consócio ALEXANDRE EMÍLIO SOUMIER

A anunciada conferência do Engenheiro JOHN H. BERNHARD, que levou a efeito, a convite da Coordenação da Mobilização Econômica, detido estudo sôbre o problema dos transportes no interior do nosso país e entre êste e o estrangeiro, teve lugar no "auditorium" do Edifício Hollerith. Além do representante do Sr. Ministro da Justiça e o Sr Governador do Território de Guaporé, achavam-se presentes várias autoridades e associados. Apresentando o conferencista, o Presidente da Sociedade, Sr VALENTIM F BOUÇAS, discorreu sôbre as altas credenciais de técnico e administrador que o mesmo possuia.

Apreciando minuciosamente os problemas econômicos do Brasil, dependentes de um eficiente sistema de transportes, e acentuando as grandes possibilidades que nos estão reservadas no após-guerra, o Sr JOHN H BERNHARD pronunciou a conferência cuja tradução divulgamos a seguir:

"Comove-me, profundamente, a compreensão de que vos abalastes até aqui trazidos pelo desejo de ouvir o que em seguida vos direi, vós que tendes o encargo de promover o progresso de vosso grande país, tarefa a que vos dedicais de alma e coração A minha estada neste vosso maravilhoso país, conquanto curta, já me permite, através da gentileza daqueles com quem tenho estado em contacto, e auxiliado, ainda, pelas publicações oficiais de que me tenho procurado valer, o apresentar-me aqui, diante de vós, para vos relatar o resultado das minhas observações, e tôda a minha esperança repousa na presunção de que achareis neste meu relato algo que vos recompense o trabalho e a consideração de me virdes ouvir Do que vos tenho a dizer, muita coisa não será necessàriamente, para vós, uma novidade, mas espero que, no conjunto, o quadro que vos pretendo pintar venha a ter o mérito de uma sincera colaboração para o afã que tendes em bem servir ao Brasil.

Não tenho a pretensão de vos apresentar dados de uma exatidão rigorosa, mas tenho a convicção de que fui absolutamente cuidadoso na seleção das fontes de informação de que me vali, e acredito poder apresentar-vos dados corretos, do ponto de vista da sua possível aplicação final.

E para vos mostrar algo do que temos feito na América do Norte, reservei para o final deste relatório a exibição de um filme, cujo desenrolar, estou certo, muito apreciareis.

A riqueza de qualquer nação só se poderá traduzir verdadeiramente pela capacidade da sua POPULAÇÃO.

A utilização de tôda a enorme riqueza natural do Brasil só tem sido retardada por falta de capacidade da sua população. O desenvolvimento de uma numerosa e produtiva população no rico interior do Brasil, por sua vez, tem sido retardado por deficiência de meios de transporte, não só no que concerne aos homens, mas, do mesmo passo, aos materiais necessários ao estabelecimento de meios condignos de vida.

Os Estados do interior do Brasil, de modo geral, e muito particularmente a bacia do Amazonas, dispõem, em abundância, dos produtos naturais de que necessitam, em quantidades muito superiores aos que as respectivas populações podem consumir ou exportar. De outro lado, nos Estados costeiros, vemos o esfôrço com que as respectivas populações procuram corresponder às exigências dos mercados existentes Esta estranha disparidade cresce de ano para ano, à medida que o aumento da população dos Estados costeiros vai excedendo, de modo apreciável, o correspondente aumento da população do vasto interior Pensai na ameaça que isso representa à prosperidade econômica do país, se não se cogitar desde já de promover mercados internos para fazer face à concorrência que ressurgirá com o advento da Paz.

Os estatutos e leis vigentes não parecem levar na devida conta a relação entre a capacidade de produção dessas duas regiões, embora esteja a ver-se que a baixa capacidade de produção do interior é já um freio a entravar o progresso dos Estados costeiros O aproveitamento das riquezas do interior, e a sua rápida, regular e econômica entrega à área costeira — eis onde reside a verdadeira base do desenvolvimento da indústria nos Estados costeiros, e o desenvolvimento do comércio marítimo Ao mesmo tempo, será o interior, uma vez levantado o seu nível de vida, que terá de prover o mercado de consumo para os produtos manufaturados dos Estados costeiros. Agora, mais do que em qualquer época anterior, é imperativo que o Brasil encontre solução para êsse problema, tantas vêzes proposto, parcialmente atacado aqui ou ali, mas nunca apreciado na sua complexidade total, do desenvolvimento dos seus mais ricos domínios — o Interior.

O de que se precisa é um enérgico ataque em tempo de paz contra todos os fatôres contrários. Porque a parte que constitui o Leste do Brasil (a faixa costeira), que, desde a independência, se tem ocupado demais com o próprio desenvolvimento para poder considerar sèriamente o vasto Interior, terá de chegar à compreensão, dolorosa talvez, de que não poderá continuar a expandir a sua indústria e o seu comércio se não puder contar com a fôrça sustentadora do Interior, e de que não deverá perder tempo em estabelecer uma sólida ligação entre a fértil região do Oeste e do Noroeste e as cidades costeiras, utilizando os meios de que se pode dispor presentemente, ou sejam as vias aéreas e fluviais.

Reunamos num grupo o Acre, Amazonas, Pará, Goiás e Mato Grosso, a que chamaremos "o Interior", e comparemos êsse grupo com outro formado pelo Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a que chamaremos "os Estados costeiros do Sul".

O Interior, que constitui quase 2/3 da área total do Brasil, tinha, em 1890, uma população de 600 000, ao passo que os Estados costeiros do Sul, ocupando pouco mais de 1/6 da área total do Brasil, tinham, na mesma época, cêrca de 50 % da população total, ou seja cêrca de 5 000 000. 48 anos mais tarde, em 1938, os Estados costeiros tinham 58 % da população total do Brasil, com um excesso de 22½ milhões de habitantes sôbre o Interior; pois, malgrado a sua área quase quatro vêzes maior que a dos Estados costeiros, o Interior tinha apenas 3½ milhões de habitantes. Note-se ainda que, dêste número, a maioria se concentrava ao norte no Pará Ademais, estão incluídos neste número dezenas de milhares de selvagens e semi-selvagens, e êstes, desde que muito pouco ou mesmo nada contribuem para a vida comercial do país, não deverão, com propriedade, ser incluídos nos dados para estimativa da capacidade de produção de uma região

As estatísticas de 1936 apresentam para os Estados costeiros, no balanço de natalidade e mortalidade, um saldo positivo de 260 000 pessoas No Interior, para uma área quase 4 vêzes maior, o saldo era apenas de 1 000 pessoas A média de natalidade sôbre mortalidade em todo o Brasil é de 5 por 1 000, mas esta média se obtém com dados muito dispares, por isso que, nos Estados costeiros do Sul, é de 11, sendo apenas de 1,5 por 1 000, ou pouco mais de 1/10, os sobreviventes no Interior, em comparação com os daqueles Estados.

A causa dessa disparidade está no isolamento da região — na sua falta de meios adequados a uma vida decente, na sua falta de facilidades médicas e educacionais, e, acima de tudo, na sua falta de meios de vida, ocupações remuneradoras, que tornariam disponíveis todos aquêles indispensáveis auxílios ao prolongamento da existência.

E, ainda aí, a resposta inevitável há de ser buscada no problema dos transportes A medida do levantamento econômico de um país é a percentagem de aumento da sua população produtora, e a despeito dêsse fato fundamental deixou-se cair a percentagem de imigração do Brasil de 200 000 ou mais, por ano, em 1892, para menos de 8 000, em 1938, e muito provàvelmente ainda menos hoje.

É um dever daqueles que dirigem os destinos do país buscar os meios para uma mais ampla disseminação das indústrias nacionais, e, conseqüentemente, das oportunidades de ocupação remuneradora que elas oferecem

O recenseamento nos mostra que os Estados costeiros do Sul tinham, em 1940, 68 000 dos 80 000 estabelecimentos industriais do país, sendo que mais de 30 000 dêstes estabelecimentos se encontram num único Estado — São Paulo. O Interior, quatro vêzes maior, com super-abundância de matéria prima clamando por utilização econômica, possui apenas 2 000 dêsses estabelecimentos, e dêstes a metade localizada ao norte no Pará. A renda média do trabalhador no Interior é de 118 cruzeiros por ano, contra 270 cruzeiros nos Estados Costeiros do Sul.

Deixai que vos pergunte agora se encontrais qualquer relação entre êstes algarismos e os seguintes fatos:

Entre 1939 e 1941, o total das exportações do Brasil subiu de 5 500 000 contos para 6 730 000 contos, e, indiscutìvelmente, êsse acréscimo foi inteiramente devido ao levantamento dos preços determinado pela guerra Os artigos manufaturados, por exemplo, tiveram o seu valor por tonelada acrescido de 1 para 3½ contos de réis.

Ora, em 1939 a exportação de artigos manufaturados foi de 723 000 contos, ou seja 13 % do total das exportações nacionais, e já em 1941 aquela exportação correspondeu a 1 810 000 contos, ou seja 27 % do total das exportações. Que teria acontecido, entretanto, ao material em bruto, — os produtos naturais do Brasil, como os produtos agrícolas e minerais? Naquele mesmo período, a sua exportação caiu de 87 % para 73 %, uma queda de 16½% em três anos, muito embora, como decorrência da alta verificada nos preços, o correspondente acréscimo em contos de réis seja relativamente pequeno, de 4 000 000 para 5 000 000.

Não há dúvida de que êste aumento da exportação brasileira de artigos manufaturados é, em grande parte, o reflexo da conversão ao esfôrço de guerra das indústrias de outros países que dominavam antigamente o mercado, — nem se pode deixar de reconhecer que, com a volta da paz, não apenas aquêles países retomarão grande parte dêsse comércio, mas de várias outras terras, que entrarão em nova fase econômica, surgirá nova concorrência.

Outra inevitável modificação do panorama, com a cessação da luta, será oriunda do desenvolvimento de novas rotas para o comércio internacional, comércio que diferirá de muito da nossa concepção anterior à guerra. A Rússia e a Mandchúria saltaram para o cenário econômico como bonecos de mola em caixas mágicas África do Sul, Austrália, Nova Zelândia, atingiram a maioridade durante esta guerra, e outros países, o Brasil inclusive, adquiriram uma nova importância comercial, que há de orientar a organização de novos canais para o comércio internacional de após-guerra.

Um outro fator influente na modificação das rotas comerciais será a liberação para fins comerciais do fantástico efetivo em transportes aéreos criados e utilizados para a guerra.

O grande bombardeiro Martin Mars transporta 150 soldados completamente equipados, e já perfez, sem interrupção siquer para reabastecimento, uma distância de 7 000 quilômetros.

Transportes de carga, com capacidade para 250 toneladas, e capazes de uma velocidade de 500 km por hora, podem com segurança ser esperados para pouco tempo depois de cessadas as hostilidades.

Um aeroplano Lockheed Constellation, de 60 toneladas voou, em abril de 1944, de Burbank, na Califórnia, a Washington, Distrito de Colúmbia, em menos de 7 horas, a uma velocidade média de 522 km por hora. Ora, um serviço diário de aeroplanos com uma velocidade de cruzeiro de 500 km por hora colocaria quaisquer dos pontos do Brasil, não importa a distância entre os mesmos, dentro da possibilidade de uma viagem de ida e volta à luz do dia.

Muito recentemente, abacaxis da Austrália foram transportados aos mercados de Londres a uma taxa de frete que tornou praticável a tentativa.

O Bureau de Estudos de Recursos Nacionais dos Estados Unidos declarou, há pouco: "Uma taxa de 3 cêntimos por milha para passageiros já não parece coisa muito distante". E predisse, também, que uma taxa de 18 cêntimos por tonelada-milha para carga seria em breve possível. Esta previsão já foi ultrapassada pela realidade Recentemente, foi organizada uma Companhia para o transporte de jornais e revistas dentro dos Estados Unidos, cobrando a taxa de 17½ cêntimos por tonelada-milha, ou seja Cr$ 2,33 por tonelada-quilômetro

Se se estabelecesse um serviço rápido, diário, a taxas razoáveis, as firmas comerciais e editôras do Vale do Mississipe poderiam bem coordenar-se para garantir uma carga completa para as viagens rumo-Sul, desde que uma correspondente garantia de carga completa para as viagens rumo-Norte pudesse ser assegurada pelo Brasil e países vizinhos A simples garantia de carga completa para as viagens de ida e volta reduziria de muito as despesas de manutenção do equipamento e de vôo pròpriamente Seria coisa absolutamente possível, sob tal garantia, o transporte de correspondência a uma taxa de cêrca de Cr$ 1,00 por 50 gramas (ou seja, umcinqüenta-avos da taxa atual), e é interessante saber-se que o govêrno dos Estados Unidos conseguiu, com o serviço de correio-aéreo, uma renda líquida de $50 000 000,00 no ano passado Outra coisa perfeitamente possível seria o transporte de pasageiros a 200 réis por quilômetro (seja, $ 100,00 ou 2 contos por uma *pasagem do Rio a Chicago*), *assim como* o transporte de carga a Cr$ 1,50 por tonelada-quilômetro

Centro de confluência natural das rotas comerciais das Américas para a África do Sul, Austrália e outros pontos do Leste, é a floresta brasileira Rotas aéreas americanas para o comércio internacional, de Bogotá, Quito, La Paz, Assunção, Santiago, convergindo para Natal, Rio de Janeiro e Pelotas, para cruzar, via África, à área do Mediterrâneo e pontos ao Norte dessa área, e via África do Sul ou Austrália, para pontos mais a Oriente, — eis uma excelente estrutura básica para servir de alicerce ao monumento de uma efetiva rêde aérea nacional. E o melhor de todos os meios para iniciar-se o entrelaçamento dessa rêde aérea seria o estabelecimento de uma linha direta entre o Vale do Mississipe e o Rio de Janeiro, passando por Pôrto Velho, num serviço rápido, e diário.

Pelas mesmas razões, um lógico e proveitoso primeiro passo para a ligação do Oeste e Noroeste brasileiros às cidades costeiras, e, de envolta, todo o Interior brasileiro, seria o estabelecimento em Pôrto Velho, no Território do Guaporé, de um pôrto internacional para aeroplanos de terra e água Por êsse pôrto passariam as linhas diretas de Chicago, Rio, Lima, La Paz, Santiago, e via Assunção, para Pelotas no Rio Grande do Sul.

Os 10 000 quilômetros que separam Chicago do Rio de Janeiro, com paradas em New Orleans, Mérida, Panamá, Bogotá e Pôrto Velho, poderiam ser cobertos em 24 horas.

Se o aumento no emprêgo dos transportes aéreos nos próximos 10 anos fôr apenas a confirmação do que se tem verificado nos últimos 10 anos, então, em 1953, os serviços aéreos do Brasil deverão transportar 2½ milhões de passageiros, — e note-se que muitos peritos asseveram que tal aumento é forçosamente progressivo.

O Sub-Secretário do Comércio dos Estados Unidos pediu que o govêrno americano destinasse à construção de aeroportos nacionais uma verba superior a 20 000 000 de contos.

É razoável pensar-se que 1/3 de tôdas as mercadorias que viajam entre o Brasil e os Estados Unidos seria transportado por via aérea se as taxas fôssem favoráveis. Êste grupo de *mercadorias representa valores que correspondem* a mais de $ 6 000,00 por tonelada, e inclui diamantes, ouro, peles, filmes cinematográficos, cosméticos, artigos óticos e dentários, delicados instrumentos científicos, frutas e outros artigos deterioráveis, e, naturalmente, o correio-aéreo *Nos Estados Unidos, no ano passado, tôda a* correspondência de primeira classe foi transportada por via aérea.

Aqui no Brasil poderiam ser construídos transportes especiais que permitiriam o movimento de cargas seja pelos rios, seja por estradas e aeroplanos, sem necessidade de descargas e reembarques nas diferentes fases da viagem A Budd Manufacturing Company já está construindo centenas de aeroplanos de carga, com bojo de aço, a que chamam "Conestogas", Cada um dêsses aeroplanos, verdadeira barriga de baleia, acomoda dois automóveis, que penetram no interior da aeronave pelos seus próprios meios de auto-propulsão A firma Mack Truck, de N. Y, está neste momento construindo reboques da capacidade de 45 toneladas, que tanto podem ser içados para a barriga de um "Conestoga" como transportados no convez de um bote de desembarque Higgins.

A inevitável fôrça do progresso há de criar aqui no Brasil uma cadeia de rotas aéreas nacionais com entroncamentos estratégicos nas margens dos rios no Interior, tais como o Madeira, o Tapajós, o Xingu e o São Francisco, em lugares como Pirapora, Pôrto Velho, Coletoria do Pará, Lábrea e Jataí. Êstes sítios deverão ser procurados junto às fontes de energia hidráulica, porque são destinados a tornar-se não apenas aeroportos, mas verdadeiros núcleos de civilização, aos quais as rotas aéreas fornecerão a seiva vitalizante As antigas barreiras que entravavam o progresso desaparecerão, e os aeroplanos levarão engenheiros, agrônomos, professôres, médicos, farmacêuticos, enfermeiros e homens do comércio; as quedas d'água fornecerão a necessária energia, e os rios transportarão os equipamentos mais pesados e tôda a maquinária.

As cachoeiras e as corredeiras dêsses rios do interior já não serão os obstáculos intransponíveis que têm sido até aqui Êstes rios podem ser usados imediatamente, e com toda eficiência, pelos botes de desembarque Higgins, e, então, gradativamente, irão sendo melhorados para permitir uma mais ampla capacidade de transporte Êstes botes de desembarque podem ser postos a funcionar nos rios, nos açudes, nos canais, levando a carga nos reboques, os quais, em caso de necessidade, podem também ser tirados por tratores em pequenos trechos de estrada ao longo de quedas ou baixios, até o ponto em que possam ser novamente içados

para o convez de outro navio Reboques até 50 toneladas de capacidade já estão em funcionamento, e já se construíram barcos que podem transportar, ou rebocar, uma frota de reboques excedendo 3 000 toneladas de carga A firma Higgins seria capaz de assegurar o início de um tal serviço de transporte com um mínimo garantido de freqüência e capacidade, a uma taxa de frete combinada, e mediante uma garantia de um mínimo combinado de carga Ademais, a firma Higgins poderia combinar o melhoramento do equipamento fluvial, baixar as taxas, e aumentar o volume de carga transportada, e melhorar o tipo de serviço, tudo em obediência a planos prèviamente combinados Êstes barcos de carga fluviais poderiam manter ligação por meio de material rodante, que iriam desde tratores e "jeeps" até os grandes reboques de 50 toneladas puxados por botes de desembarque até os pontos de transferência, ligando rios e estradas, de modo a estabelecer uma cadeia incessante de carga em transporte, cada vez mais para dentro, no interior, e em tôdas as direções.

Êste sistema interior poderia ser auxiliado por uma grande frota de navios costeiros, de funcionamento econômico, e também capazes de subir os rios O Brasil, com os seus 91 portos, oferece profundo ingresso ao interior para êsses cargueiros de cabotagem, até Pôrto Velho, Corumbá e outros pontos similares, e a países vizinhos, como Peru e Bolívia. Êstes portos só permitem hoje um tráfego restrito, e o mesmo acontece aos rios Seria perfeitamente exequível a construção de navios que, destinados principalmente ao serviço marítimo, pudessem, proveitosamente, fazer também o serviço fluvial, com taxas de frete a cêrca de 50 réis por tonelada-quilômetro

Esta inter-ligação de transportes aéreos, costeiros, fluviais e terrestres poderia determinar, gradativamente, a construção de rodovias e ferrovias, ligando as ilhas de civilização numa completa rêde de comunicações.

Para vencer a inércia e fazer avançar a marcha do progresso pelo interior do Brasil, será preciso organizar-se, em tempo de paz, um ataque conjugado, nos moldes dos grandes ataques da guerra total, com a única diferença do objetivo que será *criar* e não *destruir* Para êsse ataque terá de reunir-se um vasto exército de trabalhadores, engenheiros, dirigentes civis, médicos, e será necessário atacar por ar, por terra e por água Atacar pelo ar, inaugurando um sistema de rotas de transportes internacionais através e entre as capitais da América Latina, dos Estados Unidos, Canadá, Sibéria, e a União Soviética e a África do Sul, Austrália, Nova Zelândia e a Indo-China Ampliem-se essas rotas, com entroncamentos situados em pontos como Pôrto Velho, Guajará-Mirim, Rio Branco, Benjamin Constant, Manaus, Santarém, Cuiabá, Corumbá, Goiás, Coletoria do Pará, Barreiros, etc , por meio de rotas fluviais, tornadas praticáveis pelos botes Higgins, barcos anfíbios, e reboques de carga

As atividades dêsses centros será alimentada e desenvolvida pelas linhas aéreas, com base no movimento comercial. Uma vez criados, êstes centros deverão ser amparados por ampla e apropriada dotação financeira, para construção de diques, usinas elétricas, acampamentos, estradas, casas, escolas, hotéis, fábricas, estaleiros e serrarias, centros de experiências agrícolas e plantações de tôda sorte

Conquanto a organização de um plano para um sistema de transportes de âmbito nacional ocuparia as melhores atenções de profissionais competentes pelo espaço de alguns anos, e conquanto, a própria execução total do plano possa vir a importar em trabalho para várias gerações, as primeiras providências não precisarão, necessàriamente, ser retardadas por qualquer modo Qualquer homem experimentado reconhecerá imediatamente as necessidades básicas, tais como a construção de rodovias, talvez mesmo de ferrovias, partindo do Leste, via Cuiabá a Pôrto Velho, e partindo de Goiânia a Belém, a utilização do Rio São Francisco, e todo êsse trabalho preparatório poderia entrar em fase de execução enquanto o plano geral está ainda sendo traçado. A organização do plano geral deverá obedecer a linhas práticas, de modo que do trabalho de dois ou três anos se possa deduzir claramente as providências subseqüentes para os seguintes 8 ou 10 anos. A organização do plano geral deverá ter em mira a fisiografia, a situação econômica e a significação militar da área em vista.

No desenvolvimento do Interior, não deverá o Brasil olvidar a sua futura posição como exportador de produtos laticínios e carnes, criando mais eficientes meios de transporte especialmente dedicados a essa finalidade Para utilização dos vastos depósitos minerais do Brasil, podem empregar-se, com resultados práticos satisfatórios, altos-fornos a lenha, em vez de carvão Assim, a indústria metalúrgica brasileira está intimamente ligada às florestas e aos rios, e, na organização geral do grande plano nacional de transportes, devemos pensar na organização de centros metalúrgicos em pontos onde se disponha de suficiente alimentação de matéria prima e onde se possa contar com um suprimento de madeira para 20 ou 30 anos, ou, de outra forma, teremos de pensar numa metalúrgia nômade, calculada para mudar de local em local.

Ao Brasil podem faltar o bom carvão e o petróleo, mas, em plena recompensa, aí está um inexgotável suprimento de energia hidroelétrica, distribuído vantajosamente por todo o país Daí não poder o plano geral dos transportes excluir uma completa previsão para a eletrificação rural.

Uma das faces do problema para o estabelecimento de um bem planejado sistema de transportes para o interior do Brasil é que, com a quase completa falta de estradas de rodagem e de estradas de ferro, não há que se preocupar com a correção de erros do passado. Estradas de rodagem, não as há, pràticamente, no interior, salvo pequenos trechos de 40 km no Acre, 384 km no Amazonas e 678 km no Pará. Por outro lado, São Paulo tem 48 000 km, e Minas Gerais 32 000 km. Quanto às vias férreas, não existem no Acre, Amazonas tem 5 km, Guaporé 356 km, dois pequenos trechos de umas poucas centenas de quilômetros no Pará, um curto trecho de linha para Goiás e ainda inacabada a linha Boliviana através de Mato Grosso. Ao todo, menos de 2 000 km, o que é menos de 6 % do total das estradas de ferro do Brasil. Os Estados costeiros do Sul têm 26 000 km, ou ¾ do total, ou seja, 13 vêzes o de que dispõe à área 4 vêzes maior do Interior

Em seguimento a êste relatório, apresentamos um ante-projeto para uma rêde nacional de transportes, tal como foi descrita linhas acima As suas linhas gerais, se não totalmente aceitáveis, deverão constituir, pelo menos, um ponto de partida para os engenheiros incumbidos da construção, os economistas e os dirigentes da defesa nacional

Ver-se-á que neste esquema o sistema nacional de transportes está planejado em tôrno de dois eixos que se cruzam no centro, e da sua periferia 5/7 são representados pelas rotas fluviais, de Pôrto Velho a Pelotas (Rio Grande do Sul) Os restantes 2/7, ao longo da fronteira Sudoeste, representam, em parte, uma via férrea a ser construída, e, na outra parte, rios e estradas de ferro já existentes

O traçado de um plano completo para um sistema de transportes requer, antes de tudo, gráficos completos, aprovados pelas autoridades competentes, e estudos sôbre o padrão de vida, que devem ser uma transição entre os fatos do passado e as esperanças do futuro, objetivos pelos quais se lute com a convicção de alcançá-los Daí traçar-se-ão as curvas para o aumento do poder aquisitivo do trabalhador; daí se calcularão as curvas para o desenvolvimento da população produtora; daí se deduzirão as quantidades necessárias e os preços dos artigos de consumo Baseadas nestes estudos, traçar-se-ão as curvas do rendimento nacional, e se calcularão as percentagens fixas para o serviço da dívida pública, saúde e educação, e para os gastos principais, isto é, para a criação de um sistema nacional de transportes

A fisiografia do Brasil oferece relativamente poucos problemas para a organização de um plano para uma rêde ideal de transportes.

O primeiro passo para a organização de um plano nacional que, como esta, envolve o bem estar de todo cidadão e de todos os residentes no Brasil, hoje e no futuro, deveria ser a simultânea preparação para o levantamento do nível de vida. O aspecto financeiro do problema é, por certo, vultoso, mas, de maneira alguma, insoluvel.

—oOo—

Com um tão alto plano de desenvolvimento básico em mira, só um financiamento nacional poderá torná-lo exequível. Êste plano terá de ser baseado na boa vontade do povo do Brasil, como um todo, para inverter seu capital, ou suas economias, na futura produção do interior do Brasil Uma inversão de recursos imposta à nação, como um todo, para o seu próprio benefício Uma inversão de recursos, não em centros beneficiados ou em organizações da privilegiada zona costeira, mas no desenvolvimento da capacidade de produção e de comércio de todo o Brasil Teremos de baseá-lo numa taxa sôbre os ordenados, sôbre os lucros dos comerciantes, sôbre os rendimentos das profissões liberais, e sôbre as propriedades improdutivas, sob a designação geral de: "Taxa de segurança social: uma inversão de recursos para o desenvolvimento do futuro do Brasil" Esta taxa deverá ser cobrada sôbre tôdas as propriedades rurais não produtivas, digamos à razão de 300 cruzeiros por ano, por quilômetro quadrado Em menor proporção, digamos a 20 cruzeiros por ano, deverá também ser imposta a tôdas as propriedades rurais efetivamente produtivas A importância total desta taxa, sob a designação genérica de "Taxa para o Desenvolvimento da Segurança Social", deverá ser restituída com os meios provenientes dos trabalhos realizados O primeiro pagamento, com precedência sôbre todos os demais, deverá ser feito aos trabalhadores que tenham contribuído com percentagens sôbre seus ordenados Essa própria contribuição deverá ser facilitada por meio de constantes aumentos anuais de receita, ou pelo levantamento do nível de vida As profissões liberais deverão ser reembolsadas com precedência sôbre os comerciantes, e êstes terão, por sua vez, precedência no reembolso sôbre os proprietários rurais; mas nenhum reembolso se deverá fazer aos donos de propriedades rurais enquanto se não tiver acumulado fundos suficientes para garantir eficientemente o fim em vista, isto é, a segurança social A persuasão do público para a aceitação de um tão vasto plano de beneficiamento geral poderá custar muito, em dinheiro, tempo e esfôrço, mas, como todos e cada um participam efetivamente dos benefícios, é lícito presumir-se que, com uma apropriada campanha de propaganda, pode conseguir-se que a nação venha a aceitar com maior simpatia essa taxa do que os bônus de guerra e similares Esta taxa, baseada num bem projetado levantamento do nível de vida, é uma inversão de recursos num objetivo pacífico, muito mais seguro, econômicamente falando, do que poderia ser qualquer obrigação de guerra, e, com a característica do reembôlso, poderia vir a conseguir, entre todos os demais impostos, a aceitação por parte de tôda a população Uma campanha para a venda de bônus, com a inversão do capital em objetivo pacífico dessa natureza, baseada no bem estar público e no levantamento do nível de vida, deverá resultar, pelo menos, tão bem sucedida como o foram na Rússia as campanhas similares para o financiamento dos seus diversos planos periódicos, ou, em última análise, como o foram, de modo geral, as campanhas para a venda de obrigações de guerra em tôda parte E assim poderá o plano geral sustentar-se e resgatar-se sem auxílio de estranhos, baseado no amparo público e nos resultados colhidos Ao estabelecer-se o plano geral, dever-se-á ter em mira o imediato emprêgo de tôda a mão de obra disponível, em primeiro lugar, dando em seguida emprêgo ao inevitável crescimento de população que tende a decorrer de melhoradas condições de trabalho e de vida, e, por fim, a utilização racional e controlada de uma conveniente imigração

Outras fontes de renda poderão, perfeitamente, surgir com o aumento da produção nacional, e o subseqüente aumento do rendimento nacional Um rendimento adicional poder-se-á talvez obter com a liberação do comércio interestadual das suas múltiplas barreiras. Poder-se-á ainda esperar do plano em vista um melhor aproveitamento de grande parte do exército de 150 000 empregados federais No Amazonas e no interior do Brasil poder-se-á desenvolver um comércio para turistas, que poderá render anualmente mais de 1 000 000 de contos

Um florescente comércio para turistas requer, pràticamente, o mesmo que uma florescente colonização, a saber: bons meios de transporte para o centro, bons hotéis, ainda que em estilo simples, boas estações de caça e pesca Além disso, poder-se-á oferecer como atração aos turistas, curiosidades, trabalhos dos índios, raros exemplares da fauna, flora e da vida dos insetos, perfumes, raízes e madeiras, e tôda uma riqueza em lendas e folclore Não sòmente os caçadores de sensações, mas também os industriais, exploradores, geógrafos, mineiros, etc., encontrarão aqui um fértil e deslumbrante campo de investigações Êste plano prevê a ida para o interior do Brasil de milhões de imigrantes, e, por conseguinte, bilhões de horas-homem, como unidade de trabalho, grande inversão de capital estrangeiro, e muitos comerciantes em larga escala A capacidade remuneradora destas fôrças produtivas deverá levantar o nível de vida num crescendo extraordinário.

A concretização de um tal plano poderá talvez custar mais do que custou ao govêrno da Rússia a realização do seu primeiro plano qüinqüenal, mas, se o sucesso a obter-se no Brasil puder ser comparado com o sucesso lá obtido, todo o gasto terá sido bem empregado

Os proventos da venda pelo govêrno dos bônus correspondentes à taxa para inversão no bem estar público, deverão, em primeiro lugar, ser empregados no desenvolvimento dos centros de transporte, como acima referimos, para tornar êsses pontos, tais como Pôrto Velho, Coletoria do Pará, etc , etc , verdadeiros centros de desenvolvimento colonial de um império; em seguida no desenvolvimento do comércio internacional com a Colômbia, Peru, Equador, etc , etc., e para levar milhares de barcaças e caminhões pelos rios do Brasil, criar o entrelaçamento que falta entre êles, e levar saneamento, nutrição e educação àquelas paragens, adquirir aeroplanos nas fábricas de após-guerra, construir estaleiros e fábricas, adquirir materiais utilizáveis Outra providência deverá ser o desenvolvimento dos depósitos minerais, a exploração de novos campos, o desenvolvimento da energia hidro-elétrica, criar a eletrificação rural, e instalar fábricas de tôda espécie, principalmente as que se destinarem a beneficiamento de produtos florestais Ao mesmo tempo, deverá ser desenvolvida uma navegação costeira, capaz de subir os rios até o interior, e tudo isso em consideração ao crescente aumento de população e ao levantamento do nível de vida, num movimento em que todo o Brasil aparelha investindo os seus recursos no seu próprio desenvolvimento

Um bem orientado e sempre crescente levantamento do nível de vida é tão fácil de obter-se no Brasil como tem sido em vários outros lugares

Não será necessário que uma comunidade inteligente veja bombardeiros inimigos destruindo as suas casas para então tratar de reconstruí-las. Em tempo de paz, com muito maior eficiência, poderá planejar e conseguir a substituição de casebres por casas confortáveis

Êste plano deverá estar seguramente baseado num pleno conhecimento da sua sempre crescente exigência de aumento de população Êle deverá aumentar o rendimento nacional, levantar o nível de vida, aumentar as exportações de acôrdo com estimativas pre-estabelecidas, e, como resultado, aumentar a renda do Tesouro com lucros obtidos e rendimentos pagos, pelos trabalhos realizados.

—oOo—

A saliência montanhosa do Brasil forma um extenso platô central, limitado do lado do Atlântico por altas cadeias de montanhas, e do lado interno por planícies em declive, baixan-

do gradativamente para as duas grandes depressões, a bacia amazônica e o vale do Rio da Prata a Sudeste

A costa brasileira é baixa no Nordeste, com recifes, dunas e baixios a Leste, e rendilhada por enseadas, praias arenosas e ilhas para o Sul O Rio de Janeiro e o Recife são os dois únicos portos de primeira classe, os únicos que permitem a entrada de grandes navios transatlânticos A configuração fisiográfica do Brasil, os seus problemas econômicos, os mercados mundiais, tudo, sem exceção, mostra a importância dos transportes para a economia do Brasil, sem dúvida o seu principal problema Segue-se em importância o aproveitamento e o crescente aumento da população. O Brasil demonstra ter feito muitos esforços para solucionar o seu problema dos transportes, mas sempre, aparentemente, sem a necessária entrosagem com os movimentos modernos As repartições nacionais encarregadas dos vários meios de transportes não dispõem do pessoal necessário, nem do financiamento indispensável, não estão coordenadas entre si, nem têm podido acompanhar a marcha do progresso mundial.

As dificuldades de ordem legal que se antepõem a uma livre corrente de imigração, verdadeiro dique a essa fonte de desenvolvimento da população, estão completamente fora de contacto com a realidade e com as necessidades fundamentais do Brasil São essas leis, e não o clima, que estão barrando a imigração

De modo geral, o clima do Amazonas se caracteriza por temperatura elevada e chuvas abundantes, que fazem da região o mais vasto mar florestal.

É certo que as periódicas cheias são um embaraço à atividade econômica de tôda a região durante a época das chuvas, mas, de todo em todo, o clima do vale do Amazonas não oferece qualquer embaraço sério ao desenvolvimento das suas riquezas

Graças aos ventos alísios que sopram regularmente do lado do mar e que penetram até às cadeias de montanhas no ocidente, e graças à pronunciada queda de temperatura que se observa à noite, as condições de vida da região, assim suavisadas, são boas

"Brasil", "Amazonas", "Trópicos", "Equador", são palavras que muito fortemente têm sido empregadas para significar florestas, pântanos, insetos, umidade tropical, porque o povo costuma empregar a palavra "clima" como sinônimo de "temperatura", baseado na inclinação dos raios solares e na quantidade de luz Assim, a terra foi grosseiramente, e persistentemente, mas nem por isso de modo menos errôneo, dividida em 3 zonas: com ou sem uma estação fria, ou entre a fria e a quente: "tropical", "ártica" e "temperada", ao invéz de uma medida de calorias, humidade e ventilação, ou velocidade do vento.

Em outras palavras, o povo devia aprender a considerar, quando julgasse um clima de país estrangeiro como o de seu possível futuro "habitat", que o clima depende tanto de elementos constantemente variáveis como de fatôres geográficos. De fato, o mais ideal recanto que eu já conheci através de minhas viagens pelo mundo inteiro, é um lugar nos trópicos a apenas 5º do equador, — Natal, no Brasil, um verdadeiro paraíso terrestre. A vegetação é seguramente um melhor índice de qualidade do clima do que os obsoletos meios de verificação criados pelo homem.

O plano geral para o desenvolvimento do interior do Brasil deve e pode ser precisamente previsto, dentro dos limites da população disponível. Suponhamos que todo o plano requeira um financiamento de 20 bilhões de dólares e, em conseqüência, exija uma população adicional, capaz de dar, no prazo em que o plano deva realizar-se, os necessários 80 mil bilhões de horas de trabalho Isto exigiria um aumento de população de, digamos, 25 milhões de trabalhadores, ou seja 80 milhões de habitantes, e êsse acréscimo poderá ser obtido com o aumento de viabilidade e de capacidade de produção com a "utilização da civilização", com o decréscimo da mortalidade, com a redução das doenças e da indolência, mas terá também de ser procurado no encorajamento da colonização

60% de um tal aumento da população deverá, portanto, vir do próprio aumento da população nativa do Brasil, e 30% da colonização, e os restantes 10% do aumento na capacidade de produção e no prolongamento da vida da população

Se a meta a atingir é um total de 25 milhões de trabalhadores imigrantes num período de 25 anos, poder-se-á começar com uma média anual relativamente baixa, para, gradativamente, ir aumentando, até atingir a mais de um milhão por ano

Tais algarismos terão de ser baseados num cuidadoso estudo de população e de colonização

O núcleo para êsse plano de colonização deverá ser a importação de hábeis trabalhadores técnicos americanos diretamente para a Amazônia Engenheiros, mecânicos, construtores navais, construtores de aeroplanos, navegadores, operadores de dragas e mineiros, incluídos nesse grupo, e amparados todos pelo trabalho brasileiro, como fazendeiros, mercieiros, cientistas, médicos, educadores, impressores e administradores civis

---

A riqueza de uma nação se traduz pela capacidade produtora da sua população Há muitos entraves no Brasil ao acréscimo dessa capacidade da população Aumento de população, elevação do nível de vida, segurança política, melhor higiene, educação e segurança social, são tôdas pedras de um mesmo arco, do qual nem uma só pedra se pode retirar

A inversão de fundos na seguiança social terá de ser feita para a criação da produção no interior do Brasil, e não em improdutivas construções urbanas de prédios para escritórios ou apartamentos

O interior do Brasil terá de ser construído por um exército de construtores brasileiros, seguindo leis estabelecidas prèviamente, e procurando levantar o nível da vida nacional e aumentar o rendimento nacional, e deverá ser financiado com o produto de obrigações nacionais O resultado da venda dessas obrigações deverá ser invertido no desenvolvimento do interior do Brasil, como uma taxa imposta para o bem estar público

Êsse exército de construção terá de ser apoiado nos seus esforços por contratos de produção entre o govêrno e as indústrias, para um mínimo de produção a um mínimo preço, deixando às indústrias a liberdade de produzir mais, e por preços mais altos, se acharem assim conveniente.

Desde que as estradas de ferro do Brasil estão devotando mais de metade de seus transportes à condução de combustíveis e as suas próprias necessidades, o desenvolvimento de fontes de energia hidro-elétrica será parte indispensável no plano geral de desenvolvimento para o após-guerra

As indústrias brasileiras deverão procurar um maior mercado interior, e deverão corresponder às necessidades do consumo interno com os recursos próprios, só recorrendo à importação de materiais necessários à ampliação da sua própria produção industrial, de modo que o Brasil se possa libertar da dependência do mercado estrangeiro no que concerne aos produtos manufaturados

Todos os dados sôbre energia hidráulica deverão ser recebidos por um Bureau de Recursos Hidráulicos.

Os fundos disponíveis, por parte da Fundação do Brasil Central, deverão ser multiplicados várias vêzes

Muitas expedições, em cuja constituição estarão incluídos geógrafos, botânicos, biologistas, meteorologistas e agrônomos, deverão ser freqüentemente enviadas ao interior, para explorar a sua potencialidade.

Os antigos hábitos de lavoura, que tanto têm contribuído para o esgotamento da terra, determinando essa espécie de cultura nômade,

com essa típica sucessão dos ciclos da economia brasileira, em que o café se seguiu ao açúcar, o algodão ao café, e o fumo e depois as frutas, as castanhas e os óleos vegetais, êsses antigos hábitos deverão ser abandonados É preciso dominar essa incontinência das safras naturais, e regulá-las de modo a permitir um perfeito e ordenado sistema de transportes

E assim, temos, como imediato objetivo do Brasil a necessidade de revitalização da população nativa pelo levantamento do nível de vida, ampla colonização, amplo serviço de linhas aéreas a taxas reduzidas, amplo serviço fluvial, e a interligação dos sistemas fluviais por meio de modernos caminhões e barcos "

Nova sessão pública da S B.E teve lugar no dia 26 de setembro, presidida pelo Sr Valentim Bouças e destinada a ouvir uma conferência do Sr. Jansen de Melo, diretor do Serviço Federal de Bio-Estatística do Departamento Nacional de Saúde Pública

O conferencista, que falou de improviso, ressaltou que a apuração da bio-estatística brasileira — necessária para orientação das atividades sanitárias e avaliação de seus resultados — tem feito sensível progresso nos últimos anos Para isto têm concorrido principalmente a adoção, por quase todos os Estados, a partir de 1938, do padrão de legislação elaborado pelo Conselho Nacional de Estatística e pelo Departamento Nacional de Saúde; o aperfeiçoamento dos serviços de bio-estatística dos Estados, inclusive a formação de técnicos, e a atuação cada vez maior do referido Departamento no âmbito nacional, com maior poder de coordenação das atividades oficiais e particulares relativas à saúde.

Acrescentou que a utilidade dos nossos dados bio-estatísticos é ainda muito limitada pelas suas deficiências. Estas, em grande parte, refletem as do próprio registo civil, e se fazem sentir mais fortemente sôbre os nascimentos, impossibilitando o cálculo preciso da natalidade e da mortalidade infantil Crescem, porém, enormemente as dificuldades quando se procura apurar a causa da morte, para obter o panorama nosológico do país. Em muitos municípios do interior esta apuração é impraticável, em virtude da insuficiência e mesmo da ausência de assistência médica (em 1941, cêrca de 30% dos municípios não tinham médico) Observando o que se passa nas capitais dos Estados, onde a existência de maiores recursos prometia melhores dados estatísticos, vemos que várias delas apresentam altos percentuais de óbitos, cuja causa não é especificada ou é mal definida no atestado. E nem sempre um baixo percentual significa melhor qualidade de dados, porque ainda há capitais onde, na falta de atestado de médico assistente, é feito simples inquérito *post-mortem*.

Continuando, disse que, dentre as providências que se impõem para melhorar a qualidade e aumentar a utilidade das bio-estatísticas nacionais, destacam-se as seguintes, para as quais é pedida a atenção da Sociedade: I — a multiplicação de serviços de verificação necrópsica de óbitos sem assistência médica, a exemplo dos que já existem no Distrito Federal, São Paulo, Niterói, Salvador e Recife, e estão em organização em outras capitais, como João Pessoa, Fortaleza e Teresina e em projeto em outras; II — a execução de um intenso programa de educação e propaganda junto à classe médica, visando ao aperfeiçoamento da declaração da causa de morte, e a introdução, em tôdas as Escolas médicas, de exercícios de preenchimento de atestado de óbito, a exemplo do que já vem sendo feito na Faculdade de Medicina de São Paulo e na Faculdade de Ciências Médicas do Rio, na cadeira de Higiene

Após agradecer ao conferencista a interessante contribuição que acabara de trazer ao cumprimento do programa de estudos da S B E, o Sr Valentim Bouças deu a palavra ao Sr. M A Teixeira de Freitas, que disse desejar aproveitar a oportunidade do encontro de estatísticos e administradores para falar sôbre a recente transferência do Sr Benedito Silva, 1º Vice-Presidente da Sociedade, da Carreira de Estatístico, do Ministério da Agricultura, para a de Técnico de Administração, do Departamento Administrativo do Serviço Público. O orador estudou a figura do ilustre funcionário transferido, prestando um caloroso depoimento sôbre as altas qualidades intelectuais e cívicas que o distinguem

O homenageado, em seguida, profundamente emocionado, agradeceu em rápidas palavras o gesto do Sr M A Teixeira de Freitas e o pronunciamento dos seus companheiros da S B E.

Foi depois encerrada a sessão, a que estiveram presentes numerosos sócios e outras pessoas interessadas

---

Ao encerrar-se o trimestre a que corresponde o presente número da REVISTA, encontravam-se em estudos, por parte dos membros da Diretoria da Sociedade, sugestões e planos de intensificação dos trabalhos compreendidos nas finalidades da instituição, visando ampliar as vantagens concedidas aos sócios residentes tanto no Distrito Federal como no interior do país

Prosseguiram, igualmente, os esforços da Secretaria Geral e da Tesouraria para inteira regularização do quadro social, no que, até agora, só uma pequena maioria não correspondeu àquêles esforços.

JUNTA EXECUTIVA CENTRAL DO C. N. E.

No período de março a setembro, inclusive, a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística realizou dez sessões ordinárias e duas extraordinárias.

Na reunião de 17 de março, que foi a primeira do citado período, a Junta, além de deliberar sôbre o Curso "Bulhões Carvalho", instituído pelos Serviços Hollerith S A , aprovou pareceres da Secretaria Geral em processos sôbre assuntos de natureza econômico-financeira, provenientes dos órgãos estatísticos regionais de Pernambuco, Piauí e Maranhão Adotando conclusões do Diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, negou provimento aos recursos interpostos pelas firmas Edifício Barroso S A , Banco da Parnaíba S A e Banco dos Proprietários S A

Reunida na data em que se comemorava o "Dia Pan-Americano", 14 de abril, a J E C iniciou seus trabalhos aprovando um voto de congratulações por motivo do transcurso da efeméride. Deliberou, em seguida, sôbre a publicação, pelo Instituto, da obra *Brazil Looks Forward*, do Sr BENJAMIN H HUNNICUT, e aprovou pareceres em prestações de contas dos órgãos regionais do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Paraná, em processos de concessão de auxílio às repartições do Espírito Santo, Acre, Paraná, Rio de Janeiro e Distrito Federal, e, ainda, em autos de infração lavrados contra as firmas Mário de Carvalho & Cia , A Rodrigues Vieira, Souto & Cia , Artefatos de Couro Imperial Ltda , V. Barcelos e Armetal Artefatos de Couro Imperial Ltda.

No dia 5 de maio, o Secretário Geral do Instituto fêz uma exposição sôbre o andamento das providências referentes aos Convênios Nacionais de Estatística Municipal.

Em face do oferecimento de uma bolsa de estudos de estatística, nos Estados Unidos da América, a um técnico brasileiro, com especialização em estatística de comércio, ficou decidido solicitar a indicação de candidatos ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira e Conselho Federal de Comércio Exterior, devendo a Secretaria Geral indicar um terceiro, de seu próprio quadro de pessoal Em seguida, foi aprovada a Resolução n º 177, dispondo sôbre a não reunião, em 1944, das Assembléias Gerais dos Conselhos dirigentes do Instituto Mereceram aprovação, ainda, pareceres em autos de infração contra as firmas Martins & Borba e Aquila, Irmão & Cia , sôbre a divulgação de dados estatísticos pela Agência Municipal de Magé, e, finalmente, referentes a assuntos de natureza orçamentária dos órgãos centrais regionais do Maranhão, Ceará, Santa Catarina e Bahia

Na ordem do dia da sessão de 18 de maio foram aprovados pareceres concernentes a contas do órgão estatístico regional de São Paulo e a multas aplicadas às firmas V Barcelos, Dib Homci, Papelaria Agostinho Limitada, A Rodrigues Vieira e Indústria Theophilo Cunha

A sessão de 29 de maio foi extraordinária, nela se havendo procedido à reeleição do Sr. M A TEIXEIRA DE FREITAS para o cargo de Secretário Geral do Instituto e aprovado uma prestação de contas do D E.E de São Paulo. Foram tratados vários assuntos referentes ao levantamento de estatísticas bancárias e à atualidade dos dados estatísticos que o Instituto está coligindo Na ordem do dia, foi homologada a Resolução n º 86, da Junta Executiva Regional da Paraíba, e tiveram aprovação pareceres relativos a autos de infração contra as firmas Luís Franco & Cia , Oscar Cunha, Mário de Carvalho & Cia , Francisco & Silva, União Gráfica Ltda , Usina Química Strada, S Fonseca & Martins Ltda Na mesma sessão foram aprovadas as Resoluções ns 178, 179 e 180, respectivamente dando a adesão do Conselho ao X Congresso Brasileiro de Esperanto, dispondo sôbre o regime de promoção do pessoal permanente da Secretaria Geral e determinando providências para a revogação das medidas constantes da Resolução n º 139, alusiva à divulgação de estatísticas.

Teve lugar a 6 de julho mais uma sessão Nela foram adotados pontos de vista quanto a uma consulta do Conselho Federal de Comércio Exterior, referente à organização de um serviço de informações estatísticas sôbre o custo da produção agrícola, extrativa, pecuária e industrial, e com referência a um memorial dos Estatísticos-Auxiliares de vários Ministérios, formulando sugestões e considerações sôbre as carreiras de Estatístico e Estatístico-Auxiliar Foi homologada uma discriminação de verbas baixada pela J E R. da Bahia e aprovadas as seguintes Resoluções: n º 181, que dispõe sôbre o exame das contas do Instituto; e n º 182, formulando sugestões a respeito do ante-projeto da Lei de Acidentes do Trabalho.

Vários assuntos mereceram a consideração da Junta na sessão ordinária de 20 de julho, inclusive pareceres sôbre a reforma dos serviços estatísticos de Santa Catarina e a decretação do regimento do Serviço de Estatística Econômica e Financeira Quanto a assuntos de natureza orçamentária, foram examinadas contas procedentes do Piauí, Amazonas, Maranhão e Minas Gerais. Também foram adotadas conclusões da Secretaria Geral nos processos de infração em que são autuados Aquila, Irmão & Cia , Artefato de Couros Imperial Ltda e Albano Ferreira da Costa Reportando-se a referências feitas pelo Sr Secretário Geral à ausência de um órgão central de estatística no Ministério da Viação, o Sr JOÃO DE LOURENÇO pediu que se consignasse na ata o seu testemunho pessoal sôbre o grande interêsse dispensado ao assunto pelo Sr JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA, quando ocupou aquela pasta Servindo no Gabinete do Ministro, dêle recebeu certa vez a incumbência de projetar a criação de um órgão estatístico no Ministério, encargo êsse a que deu execução e cujos objetivos só não chegaram a ser alcançados possìvelmente em virtude do afastamento do Sr JOSÉ AMÉRICO da alta administração do país. Ainda na sessão a que nos estamos referindo, foi aprovada a Resolução n º 183, que adiou a realização do

Curso de Aperfeiçoamento instituído pela Resolução nº 67

A reunião seguinte teve lugar a 3 de agôsto A Junta decidiu, nessa ocasião, autorizar a Comissão Censitária Nacional a ceder à Casa do Estudante do Brasil alguns móveis remanescentes das instalações do Serviço Nacional de Recenseamento e manifestou vivas congratulações ao Coronel LÍSIAS RODRIGUES pela sua conferência sôbre "A redivisão territorial e política e o Território de Tocantins". Foram aprovados pareceres sôbre questões de administração financeira procedentes dos Estados de Rio Grande do Sul, Paiá, Goiás, Rio Grande do Norte e Alagoas, bem como sôbre o auto de infração lavrado contra Aimetal Artefatos de Metais Ltda A J E C baixou, em seguida, as seguintes Resoluções: nº 184, que "Orça as despesas do Conselho Nacional de Estatística e da Secretaria Geral do Instituto para o exercício de 1945"; nº 185, que "Orça as despesas do Instituto para o exercício de 1945"; nº 186, que "Aprova o regulamento da arrecadação das contribuições para a Caixa Nacional de Estatística Municipal e dá outras providências"; nº 187, que "Transforma em Secção de Estatística Militar o Setor de Estatística Militar e dá outras providências"; nº 188, que "Consigna o apoio do Instituto ao Curso de Estatística Bulhões Carvalho e dá outras providências"; e nº 189, que "Autoriza o Presidente do Instituto a tomar providências relativas à obtenção do acêrvo da antiga Diretoria Geral de Estatística"

Foi a 18 de agôsto que se realizou nova sessão da Junta Entre as deliberações tomadas figurou a fixação do critério de que não cabe ao Instituto conceder auxílio financeiro, a título suplementar, aos funcionários de estatística que se candidatem a bolsas de estudos, no estrangeiro, e a aprovação do parecer da Secretaria Geral no processo nº 187 470-44, originário do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho Foram baixadas as seguintes Resoluções: nº 190, que "Aprova o regulamento da execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal"; nº 191, que "Cria as Inspetorias Regionais das Agências Municipais de Estatística e dá-lhes Regimento"; nº 192, que "Aprova as instruções para a organização do quadro nacional de servidores das Agências Municipais de Estatística"

Convocada extraordinàriamente, a Junta voltou a reunir-se a 25 de agôsto, assinalando, com efusivas congratulações aos Ministros das Pastas Militares, o transcurso do "Dia do Soldado" Foi concedida à Sociedade Brasileira de Estatística dispensa do ônus que a mesma assumira, em colaboração com o Instituto, referente à elaboração e publicação preliminar do *Vocabulário Brasileiro de Estatística* Houve ainda deliberações de natureza administrativa sôbre a nomeação de extranumerários para o Serviço de Estatística de Educação e Saúde e sôbre os recursos necessários ao prosseguimento dos estudos que está realizando em Washington o estatístico O ALEXANDER DE MORAIS Na ata dos trabalhos, foi assinalado o pesar do Conselho por motivo do falecimento do Ministro EDMUNDO LINS e do CARDEAL MAGLIONI Foi baixada a Resolução nº 193, dispondo sôbre a cobrança da quota de estatística

A última sessão realizada no período compreendido nesta resenha teve lugar a 15 de setembro Nesse dia a Junta designou um dos seus membros, Sr A R DE CERQUEIRA LIMA, para representar o Instituto em duas comissões que, a convite do Conselho Federal de Comércio Exterior, procederão a estudos sôbre problemas de após-guerra Foi manifestado o pesar da Casa pelo falecimento do Dr TEÓFILO RIBEIRO, ilustre advogado mineiro, e de D ZAÍRA PINTO, Chefe de Secção do Serviço de Estatística da Educação e Saúde Da ata constaram votos de congratulações com o Conselho Nacional de Geografia e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, por motivo da realização do X Congresso Brasileiro de Geografia, e com o Ministério das Relações Exteriores e o Sr Cônsul CARLOS ALBERTO GONÇALVES, em virtude do lançamento da publicação *Brazil 1943*, em inglês Além de outros assuntos de natureza administrativa, tratou a Junta dos seguintes, constantes de pareceres que foram aprovados: prêmios a agentes municipais de estatística nos Estados de Minas Gerais e Bahia; aplicação de verbas pelos órgãos regionais de estatística de Sergipe, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e Paraná Tomou conhecimento, ainda, de pareceres das comissões especiais de tomada de contas e de seleção de candidatos à promoção a cargos vagos na Secretaria Geral do Instituto, louvando os trabalhos de ambas Finalmente, a Junta baixou as seguintes Resoluções: nº 194, que revoga disposições da Resolução nº 193; nº 195, criando, na Secretaria Geral do Instituto, a Secção Financeira e dando outras providências; nº 196, que aprova a tabela de vencimentos dos Inspetores e dos Assistentes-Chefes das Inspetorias Regionais de Estatística Municipal; e nº 197, autorizando destaque e suplementação de verbas no orçamento da Secretaria Geral para o exercício de 1944.

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS FEDERAIS

Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — Por Decreto-lei nº 6 701, de 17 de julho de 1944, foi reorganizado o S E P T, que tem por finalidade "levantar as estatísticas referentes às atividades de trabalho, indústria, comércio e previdência social do país, bem como promover, em publicações próprias, ou por intermédio do I B G E, a divulgação dessas estatísticas"

Conforme o art 2º do Decreto-lei citado, o Serviço compreende:

Secção do Trabalho (S T)
Secção do Comércio e Indústria (S C I)
Secção da Pevidência Social (S P S)
Secção de Estudos e Análises (S E A)
Secção de Administração (S A)
Secção de Mecanização (S M)

Na mesma data foi baixado o Decreto n.º 16 087, dando regimento àquela repartição, de acôrdo com a longa exposição de motivos apresentada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público.

Nesse documento são assim apreciadas as modificações introduzidas na distribuição dos trabalhos:

"A Secção do Trabalho, a Secção do Comércio e Indústria e a Secção da Previdência Social, auxiliadas pela Secção de Mecanização, executariam as fases intermédias dos levantamentos estatísticos a cargo do S E.P T , ou sejam: coleta, apuração e sistematização ou exposição, além da crítica, que se processa em todo o decorrer da elaboração estatística.

Atualmente tais fases são da competência da 1ª e da 2ª Secção, que assim se encarregam da parte pròpriamente executiva, de tôdas as estatísticas elaboradas pelo S E P T Não há, porém, um agrupamento homogêneo nas atribuições dessas duas secções, que tanto elaboram estatísticas do trabalho e indústria, como de previdência social. Concorrendo tal heterogeneidade de atribuições para que não haja a especialização que a crítica estatística requer, verificou-se a necessidade de reagrupar homogêneamente as atividades específicas do S E P T , formando-se, assim, três grandes grupos que devem dar origem a três secções: estatísticas do trabalho, constituindo a Secção do Trabalho; estatísticas comerciais e industriais, constituindo a Secção do Comércio e Indústria; estatística da previdência e assistência social, constituindo a Secção da Previdência Social

A Secção de Estudos e Análises reunirá as funções da atual Secção de Publicidade e da "Assistência Técnica", constituindo-se, portanto, em órgão de documentação e divulgação, além de desempenhar as fases que não dizem respeito, diretamente, à execução do levantamento estatístico: — o planejamento — fase inicial, que antecede a coleta e a análise — fase final, depois da sistematização ou exposição. Do planejamento dependerá, em grande parte, o bom desenvolvimento das fases subseqüentes Assim, questionários bem projetados, que não deixem margem a dúvidas por parte dos informantes, facilitarão, posteriormente, o trabalho de crítica e influirão diretamente na fase final — a análise, permitindo a apresentação das modalidades dominantes na manifestação do fenômeno estudado Mapas de apuração, quando bem planejados, simplificarão enormemente a fase de sistematização, tornando-a uma simples cópia dos totais das tabelas de elaboração. Já a análise — fase final do levantamento estatístico, que é feita tendo por base o material já sistematizado e lançando mão de recursos matemáticos, ou não, de ordem superior — fornece à Administração elementos de previsão e contrôle, ao pesquisar e expor as relações que ligam entre si, as causas e os efeitos dos fenômenos observados

No tocante à documentação e à divulgação, convém esclarecer que, conforme já foi dito no item 5, havia êste Departamento opinado pela distribuição da primeira entre as secções específicas e a Secção de Administração, devendo esta última secção incumbir-se também, da divulgação das estatísticas elaboradas pelo S E P T , até que fosse criado um órgão de documentação para todo o Ministério Esclareceu porém o I B G E. que à análise pròpriamente dita dos resultados do inquérito estatístico — que tem por base o material já sistematizado — precede um exame acurado dos resultados das apurações Êste exame é feito através dos documentos que encerram os resultados das fases pròpriamente executivas do levantamento, vale dizer, os mapas preliminares de apuração, as tabelas e quadros de sistematização primária, etc , e tem por objetivo revelar determinados êrros — decorrentes dos operadores ou dos informantes — que, de outro modo, não seriam revelados Dêste fato decorre, por conseguinte, a necessidade de que o órgão encarregado da análise estatística disponha não só dessa documentação própria — que não se confunde com o arquivo de correspondência ou de documentos similares — como ainda das publicações especializadas que forem necessárias ao seu mister Também a divulgação deve ser incluída entre as atribuições da Secção de Estudos e Análises, porque se confunde com a fase que antecede a análise estatística, ou seja, a apresentação ou sistematização. E, por isso mesmo que existem princípios metodológicos e normas de natureza técnica de vigência internacional, regulando a elaboração das tabelas estatísticas — as quais se devem também divulgar sob determinados requisitos tipográficos — a responsabilidade da organização de publicações estatísticas deve caber às próprias repartições de estatística e, dentro dessas repartições, à Secção de Estudos e Análises, pois a esta secção compete: proceder ao exame final das apurações; analisar êsse material já sistematizado, interpretando, em textos ou em gráficos, o resultado de suas pesquisas e, finalmente, guardar tôda a documentação específica do Serviço

Cumpre ressaltar, ainda, que, não obstante a Secção de Estudos e Análises chamar a si a documentação e a divulgação, hoje da Secção de Publicidade, o Auditório do Ministério — que faz parte desta última secção — não ficaria sob a sua direção Efetivamente, atendendo ao fim a que se destina o Auditório — realização de conferências ou de quaisquer outras reuniões — deverá êle subordinar-se ao Departamento de Administração, onde poderá mais bem servir às diversas dependências do Ministério, e não apenas ao S E P T Por outro lado, o Museu Social, hoje também da Secção de Publicidade, e que consiste num conjunto de gráficos dispostos em uma sala, deixaria de existir como "órgão" do S E P T , pois que, realmente, não constitui um órgão e, sim, exposição permanente das atividades do Serviço.

A Secção de Administração resulta da transformação da atual Secretaria em um órgão que cuidará, apenas e exclusivamente, das atividades de administração geral do S E.P.T Assim, serão mantidas em sua competência as funções da atual Secretaria que digam respeito a pessoal, material, orçamento, etc , sendo excluídas as que constituem, mais pròpriamente, atribuições de um secretário, tais como: representação da direção geral, redação da correspondência pessoal do diretor, etc

Secção de Mecanização será a nova denominação dos Serviços Mecanizados de que dispõe o S E P T atualmente Constituído de máquinas "Hollerith", êsse órgão executa trabalhos não apenas para o S E.P T , mas para outras repartições do Ministério e até mesmo para órgãos extra-ministeriais, entre os quais êste Departamento, o Ministério da Guerra, o Banco do Brasil, etc Devido a tal diversidade de clientela, foi pensamento dêste Departamento subordiná-lo ao órgão de administração geral do Ministério, ou seja o Departamento de Administração (Neste sentido, êste Departamento chegou, mesmo, a responder a uma consulta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio). Esclareceu porém, o I B.G E , que as tarefas fundamentais na execução de qualquer levantamento de natureza estatística devem ser confiadas *integralmente* às próprias repartições especializadas que têm a responsabilidade da operação. Se assim não acontecer, além dos inconvenientes de ordem prática fàcilmente observáveis, tornar-se-á quase impossível assegurar a uniformidade de critério indispensável à correta aplicação do método estatístico E a crítica — que se efetua durante tôdas as fases da operação — ficará bastante prejudicada Assim, a apuração mecânica, ou seja, a realizada pelos sistemas Hollerith, Powers e semelhantes, que não pode fugir ao contrôle, às verificações, às listagens, às discriminações auxiliares, para fins de experiência ou análise, não pode ser confiada a repartição não especializada em estatística Acresce, ainda, a circunstância de ser largamente predominante, na massa das unidades estatísticas a serem apuradas mecânicamente no Ministério do Trabalho, o volume do serviço procedente do S.E.P.T."

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS REGIONAIS

Amazonas — O Departamento Estadual de Estatística está promovendo a organização de um fichário especial com referência ao atual movimento literário no Amazonas. Nesse sentido apelou para todos os intelectuais do Estado, afim de colhêr os necessários dados.

Prossegue com êxito o curso de aperfeiçoamento, de iniciativa do Centro Teixeira de Freitas, destinado aos servidores da estatística no Estado.

O aludido Centro promoveu sessões comemorativas do aniversário do falecimento de BULHÕES CARVALHO e da data natalícia do Sr Presidente GETÚLIO VARGAS, respectivamente em 9 de março e 19 de abril, e, ainda, do dia da Independência, quando empossou sua nova diretoria, assim constituída: JÚLIO BENEVIDES UCHÔA, Presidente; JOSÉ GUEDES DE SALES BASTOS, Secretário Geral; LINDA DAU, Encarregada da Secretaria, e ORLANDO ALMEIDA CRUZ, Tesoureiro

Sergipe — Atendendo a uma sugestão da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, o Departamento do Serviço Público propôs a criação do Curso de Aperfeiçoamento de Estatística, como meio de elevação do nível de eficiência dos atuais servidores da estatística e seleção de pretendentes a idênticos lugares

Com parecer favorável do Conselho Administrativo, o respectivo projeto de decreto-lei foi assinado pelo Sr Interventor MAYNARD GOMES, em 28 de setembro, tomando o n° 490.

O referido Curso, que ministrará o ensino de matemática, da estatística (teoria e prática) e da geografia fisiográfica e econômica do Brasil e de Sergipe, terá a duração de seis meses, de 1° de janeiro a 30 de junho, e será freqüentado, obrigatòriamente, pelos atuais ocupantes de cargos nas secções Técnicas do Departamento Estadual de Estatística, e, voluntàriamente, por candidatos às carreiras de Estatístico e Estatístico-Auxiliar

O certificado de aprovação no Curso constitui condição complementar do merecimento do funcionário e valerá 10 pontos para efeito de promoção por merecimento Terminado o Curso, serão realizados concursos para as carreiras de Estatístico e Estatístico-Auxiliar

Bahia — O Sr General RENATO PINTO ALEIXO, Interventor Federal, baixou, em data de 29 de maio dêste ano, o decreto n° 12 976, aprovando o Regimento do Departamento Estadual de Estatística

O sumário do Regimento é o seguinte: Capítulo I — Da finalidade (art. 1°); Capítulo II — Da organização (arts 2° e 3°); Capítulo III — Da competência e organização das Divisões e Serviços (arts 4° a 20); Capítulo IV — Da Junta Executiva Regional de Estatística (arts 21 a 25); Capítulo V — Das atribuições de Direção ou Chefia (arts 26 a 31); Capítulo VI — Da obrigatoriedade das informações (arts 32 a 39); Capítulo VII — Da lotação (art 40); Capítulo VIII — Do horário (arts 41 e 42); Capítulo IX — Das substituições eventuais (art 43); Capítulo X — Disposições Gerais (arts. 44 e 45)

A composição do Departamento Estadual de Estatística compreende os seguintes órgãos, perfeitamente articulados em regime de mútua colaboração, sob a orientação do Diretor Geral: Divisão de Estatística Econômica (D E E); Divisão de Estatística Fisiográfica, Demográfica e Social (D.E F.D S); Serviço de Apuração Mecânica (S A M); Serviço de Cartografia (S.C); Serviço de Estatística Militar (S E M); Secção de Administração (S A E)

A propósito do reajustamento do funcionalismo civil e criação do Quadro Único do Estado, a Junta Executiva Regional aprovou uma resolução, dirigindo "encarecido apêlo ao Chefe do Executivo Estadual, no sentido de serem as carreiras de Estatísticos e de Estatísticos-Auxiliares igualadas às de Oficial Administrativo e Escriturário do Quadro Único, no que se refere aos níveis e escalas de vencimentos".

Na mesma resolução é solicitado ao I B G E. "que apoie e prestigie a presente reivindicação, que visa beneficiar não apenas o funcionalismo do seu sistema regional, senão também a própria eficiência dêste, que ficará sèriamente ameaçada no futuro, se prevalecer a desigualdade da remuneração"

Minas Gerais — Em sessão da Junta Executiva Regional de Estatística, realizada em 1° de março dêste ano, foi solenemente encerrado o 8° Ciclo do Curso de Aperfeiçoamento instituído pelo D E E para os seus funcionários e os Agentes Municipais de Estatística.

Foram entregues certificados de aproveitamento aos seguintes servidores da estatística mineira: CARLOS BARBOSA FILHO, CELESTINO AVELINO PEITO, MÁRIO BRAGA e SINVAL PEREIRA DA SILVA, agentes itinerantes, e aos agentes municipais PAULO PRADO, de Catadupas; RUI SANTOS, de Camanducaia; ANTÔNIO PINTO LEONARDO, de Caratinga; AMIR MAHALEN, de Cássia; GUILHERME SANTANA, de Congonhas do Campo; JOAQUIM ALVES RABELO, de Indianópolis; JOSÉ DE SUL FERREIRA FILHO, de Mercês; ORLANDO ANTUNES, de São João Nepomuceno; NEI CASSIANO TERRA, de Serra Negra; HONÓRIO DA SILVEIRA, de Tarumirim; TOLENDAL ALVES DA SILVA, de Veríssimo; JOSÉ MARIA DA COSTA PINTO, de Viçosa; JOSÉ LOPES DE OLIVEIRA FILHO, de Itaúna; RÚBENS FRIAS, de Arcos, e JERÔNIMO ARANTES, de Uberlândia

Em nome da Junta, o respectivo secretário, Sr JOAQUIM RIBEIRO COSTA, proferiu o discurso de saudação aos agentes que concluiram o curso, seguindo-se com a palavra os Srs JOSÉ MARIA DA COSTA PINTO e SINVAL PEREIRA DA SILVA, respectivamente em nome dos agentes municipais e dos itinerantes

Espírito Santo — Por decreto n° 15 509, de 4 de maio de 1944, o Sr JONES DOS SANTOS NEVES, Interventor Federal no Estado, baixou o Regimento da Secção de Estatística Policial-Criminal e Judiciária da Chefatura de Polícia do Espírito Santo, subordinada tècnicamente ao Departamento Estadual de Estatística

Compõem a Secção três carteiras especializadas, pelas quais serão executados os levantamentos e publicados os resultados das esta-

tísticas referentes às ocorrências policiais e criminais nos seus vários aspectos

Rio de Janeiro — O Sr. Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro baixou, em data de 21 de julho dêste ano, o Decreto-lei n º 1 186, integrando o Departamento Estadual de Estatística com os seguintes órgãos diretamente subordinados ao Diretor: I — Serviço de Estatística Fisio-Demográfica e Econômica (S F D E); II — Serviço de Estatística Social Cultural e Administrativa (S S C A); III — Serviço de Fiscalização das Agências Municipais de Estatística (S F A M); IV — Serviço de Estatística Militar (S E M); V — Serviços Auxiliares (S.A).

O ato cria, junto ao Diretor, uma turma de pesquisas e informações e trabalhos de cartografia, dispondo, ainda, que os chefes do Serviço de Estatística Físio-Demográfica e Econômica, Serviço de Estatística Social, Cultural e Administrativa, Serviço de Fiscalização das Agências Municipais de Estatística e Serviço de Estatística Militar, constituirão, sob a presidência do diretor, o Conselho Técnico

Os trabalhos afetos ao Serviço de Estatística Social, Cultural e Administrativa serão executados pelo Serviço de Estatística Físio-Demográfica e Econômica, até quando se justifique seu desdobramento, a critério do Chefe do Poder Executivo.

Santa Catarina — Deixou as funções de Diretor do Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina, a fim de prestar seus serviços técnicos à Secção de Estatística do Departamento Nacional do Café, o Sr VIRGÍLIO GUALBERTO, inegàvelmente uma das figuras mais destacadas da moderna geração de técnicos que assegurou o êxito do grande surto de desenvolvimento da estatística brasileira, no último decênio.

Não foi senão seu reconhecido mérito, exclusivamente, que o recomendou a sucessivos postos da carreira no órgão central da estatística santacatarinense, até o pôsto de direção, e que o indicou a novas responsabilidades no serviço especializado da grande autarquia nacional, na capital da República.

Estudioso devotado dos assuntos da sua profissão e com um largo espírito de iniciativa, o Sr. VIRGÍLIO GUALBERTO colocou o sistema estatístico do Estado no mais alto nível de eficiência que as possibilidades permitiam, conseguindo o máximo de produtividade do trabalho de seus auxiliares Não se faz preciso recordar a atuação do D.E E. de Santa Catarina no terreno da divulgação, pois são conhecidas as numerosas e excelentes publicações que lançou e das quais uma, de periodicidade regular, foi recomendada pelo Conselho Nacional de Estatística ao estudo dos departamentos regionais, como interessante e valiosa experiência, capaz de constituir útil sugestão a empreendimentos semelhantes.

Delegado do Estado às reuniões de Assembléia Geral do C N.E., nelas o novo técnico da Secção de Estatística do D.N.C. sempre se salientou pela brilhante contribuição que ofereceu aos trabalhos.

O afastamento do Sr. VIRGÍLIO GUALBERTO das funções que tão proficientemente exercia, se bem que haja privado a rêde nacional de órgãos do I B G.E de um dos seus mais competentes responsáveis, não resultou em maior prejuízo para a estatística, visto como é em outra repartição filiada que o mesmo se encontra servindo

Além disso, sua substituição recaiu, em boa hora, na pessoa de um dos seus mais destacados auxiliares, Sr LOURIVAL CÂMARA, técnico por todos os motivos indicado para essa responsabilidade.

Goiás — Pelo chefe do govêrno do Estado de Goiás, foram baixados, em data de 17 de julho dêste ano, três importantes decretos-leis no interêsse da estatística.

O primeiro dêsses atos dispõe sôbre o acesso na carreira de Estatístico, reservando-o aos titulares efetivos que nela tiverem ingressado por concurso ou que forem portadores de diploma do Curso de Aperfeiçoamento instituído pela Resolução n º 67, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, e determinando ao Departamento do Serviço Público que providencie sôbre a realização de concurso na conformidade da legislação em vigor, para os funcionários efetivos que não satisfizeram aquela exigência e que serão inscritos *ex-officio*

Os funcionários integrantes da carreira de Estatístico não poderão ser lotados em qualquer outra repartição ou serviço, a não ser no Departamento Estadual de Estatística

O Decreto-lei n º 86 transfere para o D E E, com o respectivo pessoal e material, o Serviço de Estatística Policial e Judiciária-Criminal, da Chefatura de Polícia chefiado, desde sua criação, por um delegado do Instituto, o Sr FRANCISCO BRAGA SOBRINHO.

Finalmente, o terceiro ato do Sr. Interventor PEDRO LUDOVICO abre um crédito para ocorrer ao provimento de seis cargos vagos na carreira de Estatístico, aquisição notável para o desenvolvimento dos serviços do D.E.E., que iniciou, sem dúvida, uma fase nova de operosidade e eficiência, já agora sob a direção do Sr. FREDERICO MEDEIROS.

Para melhor comprová-lo, está a repartição editando um *Boletim Estatístico*, cujo primeiro número, impresso nas oficinas gráficas do Estado, foi uma boa demonstração do seu préstimo como instrumento de divulgação das atividades relativas àquele órgão.

A propósito da assinatura dos decretos-leis acima mencionados, a Junta Executiva Regional de Estatística de Goiás aprovou uma Resolução, na qual, depois de mencionar a benemérita orientação do govêrno goiano em relação à estatística, "expressa a Sua Excelência o Senhor Interventor Federal no Estado, Dr. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, o seu mais profundo reconhecimento pelos inúmeros favores que do seu patriótico govêrno há recebido a Organização Estatística de Goiás, desde sua fundação até a presente data".

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS MUNICIPAIS

Agência Municipal de Pelotas — Mais duas edições do "Boletim do Departamento Municipal de Estatística", de Pelotas, Rio Grande do Sul, foram últimamente lançadas, o que comprova a continuidade do esfôrço e ativa orientação daquele órgão do I.B.G E

As publicações recém-aparecidas são *Estatística Industrial* — Ano de 1942 e *Anuário Demográfico* — Ano de 1943.

São ambos trabalhos muito interessantes e com a máxima atualidade, que não sòmente recomendam a repartição dirigida pelo Sr João Simões Lopes como deixam ver a segurança das possibilidades de completa eficiência da estatística geral brasileira, desde que os serviços municipais sejam equipados de maneira satisfatória e capacitados para cumprir suas tarefas, a exemplo do que vêm fazendo o D M E de Pelotas e algumas outras Agências existentes no país.

Agência Municipal de Estatística de Cascavel — Realizou-se no dia 7 de setembro dêste ano, em Cascavel, Estado do Ceará, a inauguração da "Biblioteca Pública Teixeira de Freitas", sob os auspícios da Agência Municipal de Estatística e que tem à sua frente a seguinte diretoria: José Ancilon de Andrade, Bibliotecário-Diretor; Lucrécia Pinho, Nestor Soares da Costa, Emiliano de Paula Moreira, José Ribamar Rocha e José Maria Plutarco Lima

Estavam presentes o Padre Azarias Sobreira, representante do Sr Interventor Federal no Estado; o Sr Luís Benício de Sampaio, Prefeito Municipal, que foi aclamado Diretor de Honra da Biblioteca, Sr Tomás Gomes da Silva, Diretor do Departamento Estadual de Estatística; e várias outras autoridades.

Foram inaugurados os retratos do Presidente Getúlio Vargas e do patrono da Biblioteca, discursando todos os diretores desta e mais o estudante José Alberto da Costa Bessa, que falou sôbre a data.

ZAÍRA PINTO

Constituiu, sem dúvida, uma das mais sensíveis perdas para a Estatística Brasileira o infausto e prematuro falecimento, verificado na tarde de 11 de setembro, de D Zaíra Pinto, *chefe da Secção de Ensino Primário do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, do Ministério da Educação Enfêrma havia cêrca de um ano, achava-se aquela digna funcionária afastada, desde então, do exercício de seu cargo, no qual sempre revelou — como, de resto, em tôdas as demais funções exercidas — excepcional vocação para o serviço público, afirmando-se um dos mais operosos, competentes e dedicados elementos dentre quantos têm, até agora, prestado o seu concurso à administração brasileira no campo da estatística*

Natural de Santa Luzia do Rio das Velhas, em Minas Gerais, era filha do Sr Júlio Batista Pinto, *figura de relêvo em nossos círculos bancários, e de sua espôsa, Sra* Davina Nobre Vieira Pinto, *já falecida Tendo iniciado os estudos na cidade natal, veio a concluí-los em Belo Horizonte, em cuja Escola Normal colou grau de professôra Ingressou no serviço público em 1920, ano em que trabalhou no Recenseamento Geral da República, então levado a efeito Serviu depois na Inspetoria de Águas e, por fim, na antiga Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, hoje Serviço de Estatística da Educação e Saúde, onde exercia, com a maior eficiência, as funções de chefe de secção.*

Por seus atributos de espírito e coração, competência técnica e noção de responsabilidade, D Zaíra Pinto *gozava de grande apreço e estima da parte de chefes e companheiros "Em sua inexcedível dedicação ao serviço público" — acentuou o diretor do S.E.E.S , ao comunicar ao Sr. Ministro da Educação o desapare-*

D Zaíra Pinto

cimento de tão devotada funcionária — "chegava ao sacrifício das horas destinadas a repouso, para que desse perfeito desempenho às tarefas que lhe eram confiadas e em cuja execução punha o máximo de esmêro e meticulosidade Com êsses admiráveis atributos funcionais, prestou à nossa Estatística Educacional um serviço que não vai exagêro em classificar

de inestimável, devendo-se a ela, em sã justiça, o êxito conseguido pelo órgão especializado do Ministério, na pesada tarefa que lhe coube, em decorrência do Convênio de 1931, no que respeita à estatística do Ensino Primário O seu entusiasmo, devotamento e capacidade técnica superaram tôdas as dificuldades, tanto na implantação do serviço, como na sua fase de expansão e aperfeiçoamento, permitindo assim que, mediante a execução do Convênio em seguras condições de eficiência, viesse o país a ter a estatística do ensino primário perfeitamente normalizada Distinguindo-se, além do mais, por um senso de disciplina invulgar, tornou-se D Zaíra Pinto, *na chefia da Secção em boa hora colocada sob sua responsabilidade imediata, um dos auxiliares mais eficientes e prestimosos da direção do Serviço"*

Além de trabalhos de rotina, no campo da estatística do Ensino Primário, deixou D Zaíra Pinto *alguns ensaios de análise e interpretação dos resultados dos levantamentos realizados sob sua orientação imediata. Vale destacar, dentre êles, "A estatística do ensino primário segundo o convênio de 1931", divulgado na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA e posteriormente reproduzido na obra* O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação, *elucidário apresentado pelo I B G E à Primeira Conferência Nacional de Educação, reunida no Rio de Janeiro*

O enterramento de D Zaíra Pinto *verificou-se no cemitério de São João Batista, perante crescido número de pessoas amigas, inclusive numerosos elementos do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, da Secretaria Geral do Instituto e dos demais serviços de estatística que têm sede nesta capital. Pela Comissão Censitária Nacional, Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística e Sociedade Brasileira de Estatística foram prestadas sentidas homenagens à memória da nobre colega desaparecida, a cujas altas qualidades intelectuais e morais tanto ficou a dever a Estatística Brasileira e, em particular, a repartição em que servia*

PROFESSOR LICÍNIO DE ALMEIDA

Com o falecimento, a 21 de setembro, do Professor Licínio de Sousa Almeida *perderam o Conselho Nacional de Estatística e a Comissão Censitária Nacional um de seus membros mais ilustres, tanto pelos títulos de saber e erudição, como pelo devotamento e patriotismo com que servia aos interêsses da Estatística e aos superiores objetivos inscritos pelo Instituto no seu plano de ação técnica e cultural.*

Professor Licínio de Almeida

Nasceu o Dr Licínio de Almeida *em Salvador, no Estado da Bahia, a 13 de fevereiro de 1884. Fêz os estudos primários e secundários naquela capital, em cuja Escola Politécnica veio a colar grau de engenheiro civil. Ainda acadêmico, representou o Grêmio dos Alunos da Escola, como delegado eleito, no Congresso Internacional de Acadêmicos Americanos, reunido em Montevidéu, em janeiro de 1908 Em setembro dêsse mesmo ano, foi nomeado Engenheiro-Auxiliar da Comissão Fundadora do Núcleo Colonial Albuquerque Lins, nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo No ano seguinte, era removido para igual cargo no Núcleo Visconde de Mauá, e, um ano depois, para a Comissão Fundadora do Núcleo Colonial Inconfidentes, no Município de Ouro Fino, em Minas Gerais, onde se conservou no exercício das funções até sua nomeação, em janeiro de 1911, para o cargo de Engenheiro Fiscal, em comissão, da Repartição Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro, posteriormente transformada em Inspetoria Federal das Estradas*

Servindo em seu Estado natal, conquistou ali, com brilhantismo, o lugar de professor catedrático da Escola Politécnica, tendo exercido ainda o mandato de deputado estadual, no govêrno do Sr Góis Calmon *Após a vitória do movimento revolucionário de 1930, foi pôsto à disposição do govêrno de Alagoas Nesse Estado, logo se criou, em tôrno de seu nome, um ambiente de aprêço e respeito, pela elevação de vistas, critério e competência com que se desincumbiu das múltiplas e complexas missões que lhe foram atribuídas Coube-lhe então fazer parte de várias Comissões, inclusive a de Sindicância e Inquérito designada em julho de 1931 para apurar responsabilidades decorrentes da construção e conservação das estradas de*

rodagem no Estado, a que estudou o problema do abastecimento d'água de Maceió e a que funcionou no processo de revisão da questão de inflamáveis, assunto, êsse último, que empolgava tôdas as camadas da opinião alagoana e sôbre o qual apresentou o Dr LICÍNIO DE ALMEIDA um lúcido e brilhante parecer, recebido com os maiores aplausos em todos os círculos Durante a permanência em Alagoas, exerceu ainda, em 1932, em caráter interino, as funções de diretor do Liceu Alagoano Concluída a sua missão, regressou ao Rio de Janeiro em dezembro de 1933

Nomeado em julho de 1934 para o cargo de Secretário do Ministério da Viação, era no mês seguinte promovido, por merecimento, a Engenheiro de primeira classe da Inspetoria Federal das Estradas Ainda no mesmo ano, respondeu pelo expediente do Ministério, na ausência do respectivo titular Em 1936, de novo exerceu, em caráter interino, as funções de ministro, tendo sido nomeado, no mesmo ano, membro da Comissão de Eficiência do Ministério e do Conselho Nacional de Educação Secretário do Congresso Pan-Americano de Estradas de Rodagem, o Dr LICÍNIO DE ALMEIDA ainda fêz parte da delegação brasileira à Conferência Inter-Americana de Técnica de Aviação, reunida em Lima, no Peru, em setembro de 1937 Em dezembro de 1937, foi nomeado para exercer, em comissão, o cargo de Inspetor Federal das Estradas

Como representante do Ministério da Viação, participou o ilustre brasileiro da Convenção Nacional de Estatística, sendo, pois, um dos signatários do importante instrumento de acôrdo firmado nesta Capital em agôsto de 1936 e que tanta significação possui na atual fase da Estatística Brasileira, Tendo feito parte, desde as primeiras reuniões, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, foi designado, em fevereiro de 1938, para membro, também como representante de seu Ministério, da Comissão Censitária Nacional Num e noutro dêsses órgãos, teve o Dr LICÍNIO DE ALMEIDA uma atuação destacada, impondo-se ao respeito e aprêço dos colegas pela superioridade de vistas com que invariàvelmente se conduzia Orador sóbrio e elegante, senhor de um estilo em que a clareza e concisão revelam permanente contacto com as letras clássicas, coube-lhe, mais de uma vez, representar na tribuna os colégios dirigentes do Instituto Isto ocorreu, por exemplo, quando da recepção, em agôsto de 1938, da Missão Econômica, presidida pelo Ministro SEBASTIÃO RAMIRES, e da homenagem prestada ao Sr Interventor Federal em Goiás, no recinto da II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, realizada por ocasião do "batismo cultural" da nova capital daquele Estado Espírito vivo e comunicativo, dotado de verve e espontaneidade, o Dr LICÍNIO DE ALMEIDA marcava a sua participação nos trabalhos da Junta e da Comissão por uma constante nota de bom humor, expressa, muitas vêzes, em apartes e observações de aparente irreverência e ironia Ninguém, entretanto, mais sensível às idéias nobres e generosas Dedicando-se, desde muitos anos, ao estudo do Tupi, era um dos mais entusiastas propugnadores do seu prevalecimento na toponímia brasileira. Para êle, nenhum outro idioma, como o "Nheengatu", em condições de reunir à harmonia e beleza tanto poder de síntese e capacidade de expressão

De seu primeiro matrimônio, com a Sra ANTÔNIA SILVA DE SOUSA ALMEIDA, deixou três filhos maiores Do consórcio com a Sra MARIA ANGÉLICA DA CUNHA LICÍNIO DE ALMEIDA, que lhe sobrevive, ficaram duas filhas menores Ao enterramento do Dr LICÍNIO DE ALMEIDA, verificado no cemitério de São João Batista no dia seguinte ao do falecimento, compareceram numerosas autoridades, representantes de instituições técnicas e culturais e pessoas amigas, tendo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pelo órgão de seus três colégios dirigentes, prestado várias e significativas homenagens à memória do ilustre patrício desaparecido.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PRESIDENTE

Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo Decreto nº 24 609, de 6 de julho de 1934, é uma entidade de natureza federativa, subordinada diretamente à Presidência da República Tem por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República e da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tècnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de tôdas as estatísticas nacionais, bem como incentivar e coordenar as atividades geográficas dentro do país, no sentido de estabelecer a cooperação geral para o conhecimento metódico e sistematizado do território brasileiro Dentro do seu campo de atividades, coordena os diferentes serviços de estatística e de geografia, fixa diretivas, estabelece normas técnicas, faz divulgação, propõe reformas, recebe, analisa e utiliza sugestões, forma especialistas, prepara ambiente favorável às iniciativas necessárias, reclamando, em benefício dos seus objetivos, a colaboração das três órbitas de govêrno e os esforços conjugados de todos os brasileiros de boa vontade.

ESQUEMA ESTRUTURAL

A formação estrutural do Instituto compreende dois sistemas permanentes — o dos Serviços Estatísticos e o dos Serviços Geográficos, — e um de organização periódica — o dos Serviços Censitários

I — SISTEMA DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS

O Sistema dos Serviços Estatísticos compõe-se do Conselho Nacional de Estatística e do Quadro Executivo

A — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, órgão de orientação e coordenação geral, criado pelo Decreto nº 24 609, de 6 de julho de 1934, consta de:

1 Um **"Órgão Administrativo"**, que é a Secretaria Geral do Conselho e do Instituto

2 **"Órgãos Deliberativos"**, que são: *Assembléia Geral*, composta dos membros da Junta Executiva Central, representando a União, e dos presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); a *Junta Executiva Central*, composta do Presidente do Instituto, dos diretores das cinco Repartições Centrais de Estatística, representando os respectivos Ministérios, e de representantes designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Aeronáutica (reúne-se ordinàriamente no primeiro dia útil de cada quinzena e delibera *ad referendum* da Assembléia Geral); as *Juntas Executivas Regionais*, no Distrito Federal, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável mas guardada a possível analogia com a J E C (reúnem-se ordinàriamente no primeiro dia útil de cada quinzena)

3 **"Órgãos Opinativos"**, subdivididos em *Comissões Técnicas*, sto é, "Comissões Permanentes" (estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas econômicas, etc) e tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias, e *Corpo de Consultores Técnicos*, composto de 32 membros eleitos pela Assembléia Geral

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1 **"Organização Federal"**, isto é, as cinco Repartições Centrais de Estatística — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça), Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação), Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho), Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura) e Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda), e órgãos cooperadores: Serviços e Secções de Estatística especializada em diferentes departamentos administrativos

2 **"Organização Regional"**, isto é, as Repartições Centrais de Estatística Geral existentes nos Estados — Departamentos Estaduais de Estatística, — no Distrito Federal e no Território do Acre — Departamentos de Geografia e Estatística, — e os órgãos cooperadores: Serviços e Secções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos regionais

3 **"Organização Local"**, isto é, os Departamentos ou Serviços Municipais de Estatística, existentes nas capitais dos Estados, e as Agências nos demais municípios — uns e outros subordinados, administrativamente, ao Instituto, através da respectiva Inspetoria Regional das Agências Municipais, e tecnicamente ao Departamento Estadual de Estatística.

II—SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

O Sistema dos Serviços Geográficos compõe-se do Conselho Nacional de Geografia e do Quadro Executivo

A—CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, órgão de orientação e coordenação criado pelo Decreto nº 1 527, de 24 de março de 1937, consta de:

1 Um **"Órgão Administrativo"**, que é a Secretaria Geral do Conselho

2 **"Órgãos Deliberativos"**, ou sejam a *Assembléia Geral*, composta dos membros do Diretório Central, representando a União, e dos presidentes dos Diretórios Regionais, representando os Estados e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); o *Diretório Central*, composto do Presidente do Instituto, do Secretário Geral do C N G, de um delegado técnico de cada Ministério, de um representante especial do Ministério da Educação e Saúde pelas instituições do ensino da Geografia, de um representante especial do Ministério das Relações Exteriores, de um representante do Govêrno Municipal da Capital da República e de um representante do C N E (reúne-se ordinàriamente no terceiro dia útil de cada quinzena); os *Diretórios Regionais*, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com o D C (reúnem-se ordinàriamente uma vez por mês)

3 **"Órgãos Opinativos"**, isto é, *Comissões Técnicas*, tantas quantas necessárias, e *Corpo de Consultores Técnicos*, subdivididos em Consultoria Nacional, articulada com o D C, e 21 Consultorias Regionais, articuladas com os respectivos D R

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. **"Organização Federal"**, com um órgão executivo central — o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica — e órgãos cooperadores — serviços especializados dos Ministérios da Agricultura, Viação, Trabalho, Educação, Fazenda, Relações Exteriores e Justiça, e dos Ministérios Militares (colaboração condicionada)

2 **"Organização Regional"**, isto é, as repartições e institutos que funcionam como órgãos centrais de Geografia nos Estados

3. **"Organização Local"**, — os Diretórios Municipais, Corpos de Informantes e Serviços Municipais com atividades geográficas

III — SISTEMA DOS SERVIÇOS CENSITÁRIOS

O sistema dos Serviços Censitários compõe-se de órgãos deliberativos — as Comissões Censitárias — e de órgãos executivos cujo conjunto é denominado *Serviço Nacional de Recenseamento*

A—COMISSÕES CENSITÁRIAS:

1 A Comissão Censitária Nacional, órgão deliberativo e controlador, compõe-se dos membros da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, do Secretário do Conselho Nacional de Geografia, do Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, de um representante do Conselho Atuarial e de três outros membros — um dos quais como seu Presidente e Diretor dos trabalhos censitários — eleitos por aquela Junta em nome do Conselho Nacional de Estatística, verificando-se a confirmação dos respectivos mandatos mediante ato do Poder Executivo

2 As 22 Comissões Censitárias Regionais, órgãos orientadores, cada uma das quais se compõe do Delegado Regional do Recenseamento, como seu Presidente, do Diretor em exercício da repartição central regional de estatística e de um representante da Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística.

3 As Comissões Censitárias Municipais, órgãos cooperadores, cada uma das quais constituída por três membros efetivos — o Prefeito Municipal, como seu Presidente, o Delegado Municipal do Recenseamento e a mais graduada autoridade judiciária local, além de membros colaboradores

B — SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO:

1 A **"Direção Central"**, composta de uma Secretaria, da Divisão Administrativa, da Divisão de Coordenação e Publicidade e da Divisão Técnica

2. As **"Delegacias Regionais"**, uma em cada Unidade da Federação

3 As **"Delegacias Seccionais"**, em número de 117, abrangendo grupos de Municípios.

4 As **"Delegacias Municipais"**

5 O **"Corpo de Recenseadores"**.

NOTA — Na atual fase dos serviços censitários, acham-se em funcionamento, apenas, a Comissão Censitária Nacional e a Direção Central do S. N. R.

Sede do INSTITUTO: Praça Mauá, 7 - 11.º andar
RIO DE JANEIRO

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

CONSTITUIÇÃO DA JUNTA EXECUTIVA CENTRAL— *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do I B G E e de seus dois Conselhos; *Heitor Bracet*, representante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; *Carlos Alberto Gonçalves*, representante do Ministério das Relações Exteriores; *José Luiz Guedes*, representante do Ministério da Guerra; *Manuel Pinto Ribeiro Espindola*, representante do Ministério da Marinha; *João de Lourenço*, representante do Ministério da Fazenda; *A R de Cerqueira Lima*, representante do Ministério da Agricultura; *Mário Gordilho*, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas; *Osvaldo Gomes da Costa Miranda*, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; *Lísias Augusto Rodrigues*, representante do Ministério da Aeronáutica; *M A Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do I B G E e do Conselho, representante do Ministério da Educação e Saúde

PRESIDENTES DAS JUNTAS EXECUTIVAS REGIONAIS — ACRE: *Said Farhat*, diretor do Departamento de Geografia e Estatística; AMAZONAS: *Júlio Benevides Uchoa*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARÁ: *Orion Klautau*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MARANHÃO: *Djalma Fortuna*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PIAUÍ: *João Bastos*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; CEARÁ: *Álvaro Weyne*, Secretário da Fazenda; RIO GRANDE DO NORTE: *Anfilóquio Câmara*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARAÍBA: *Sisenando Costa*, diretor do Departamento Estadual de Estatística: PERNAMBUCO: *Manuel Rodrigues*, secretário de Agricultura, Indústria e Comércio; ALAGOAS: *Manuel Diégues Júnior*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; SERGIPE: *José H da Cruz*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; BAHIA: *Felipe Nery*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MINAS GERAIS: *Hildebrando Clark*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; ESPÍRITO SANTO: *Colombo Etienne Arreguy*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; RIO DE JANEIRO: *Demerval de Moraes*, secretário do Govêrno; DISTRITO FEDERAL: *Sérgio Nunes Magalhães Júnior*, diretor do Departamento de Geografia e Estatística; SÃO PAULO: *Djalma Forjaz*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARANÁ: *Lauro Schleder*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; SANTA CATARINA: *Lourival Câmara*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; RIO GRANDE DO SUL: *Mem de Sá*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; GOIÁS: *Frederico de Medeiros*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MATO GROSSO: *J Ponce de Arruda*, Secretário Geral do Estado

CONSULTORES TÉCNICOS—A) Secções: I—**Estatística metodológica:** *Milton da Silva Rodrigues;* II—**Estatística matemática:** *Jorge Kafuri;* III—**Estatística cosmográfica:** *Lélio Gama;* IV—**Estatística geológica:** *Aníbal Alves Bastos;* V—**Estatística climatológica:** *Sampaio Ferraz;* VI—**Estatística territorial:** *Everardo Backheuser;* VII—**Estatística biológica:** *Almeida Júnior;* VIII—**Estatística antropológica:** *Roquette Pinto;* IX—**Estatística demográfica:** *Sérgio Milliet;* X—**Estatística agrícola:** *Artur Tôrres Filho;* XI—**Estatística industrial:** *Roberto Simonsen;* XII—**Estatística dos transportes:** *Aimoré Drummond;* XIII—**Estatística das comunicações:** *Eugênio Gudin;* XIV—**Estatística comercial:** *Valentim Bouças;* XV—**Estatística do consumo:** *L Nogueira de Paula;* XVI—**Estatística dos serviços urbanos:** *José Otacílio de Sabóia Medeiros;* XVII—**Estatística do serviço social:** (vago) XVIII—**Estatística do Trabalho:** *Plínio Cantanhede;* XIX—**Estatística atuarial:** *Lino de Sá Pereira;* XX—**Estatística educacional:** *Lourenço Filho;* XXI—**Estatística cultural:** *Fernando de Azevedo;* XXII—**Estatística moral:** *Alceu de Amoroso Lima;* XXIII—**Estatística dos cultos:** *Padre Helder Câmara;* XXIV—**Estatística policial:** *José Gabriel Lemos Brito;* XXV—**Estatística judiciária:** *Filadelfo Azevedo;* XXVI—**Estatística da defesa nacional:** *General Sousa Docca;* XXVII—**Estatística da organização administrativa:** *Francisco Sales de Oliveira;* XXVIII—**Estatística financeira:** *Romero Estelita;* XXIX—**Estatística política:** *Azevedo Amaral* B) Representações: I—**Agricultura:** *Fernando Costa;* II—**Indústria:** *A J. Renner;* III—**Comércio:** *Lafaiete Belfort Garcia;* IV—**Trabalho:** *João Carlos Vital;* V—**Imprensa:** *Paulo Filho;* VI—**Ensino:** *Raul Leitão da Cunha;* VII—**Religião:** *Padre Leonel Franca*

COMISSÕES TÉCNICAS—**I Comissão de Estatísticas Fisiográficas:** organização federal— *Pedro Grande e Mário Celso Suarez;* organização regional—*Francisco Lôbo* (Pará), *Mardônio de Andrade Lima Coelho* (Pernambuco) e *Aroldo Caldeira* (Santa Catarina) **II Comissão de Estatísticas Demográficas:** organização federal— *Maria de Castro Fernandes e Artur Batista;* organização regional—*Benedito Bezerra* (Amazonas), *Raul de Figueiredo Rocha* (Ceará) e *Emílio Sounis* (Paraná) **III Comissão de Estatísticas da Produção:** organização federal—*Eduardo Gonçalves e Alberto Augusto Cavalcanti de Gusmão;* organização regional—*José Cruz* (Sergipe), *Tulo Hostílio Montenegro* (Bahia) e *Lourival Ferreira Carneiro* (Minas Gerais) **IV Comissão de Estatísticas da Circulação, Distribuição e Consumo:** organização federal—*João Jochmann e Gláucia Weinberger;* organização regional—*Said Farhat* (Acre), *J M Lamenha Lins* (Alagoas) e *Jací Figueiredo* (Mato Grosso) **V Comissão de Estatística do Bem-Estar Social:** organização federal—*Valdemar Cavalcanti e Alice Liliana de Araujo Lima;* organização regional—*Joaquim Ribeiro Costa* (Minas Gerais), *Fábio Crisciúma* (Distrito Federal) e *Helena Rocha Penteado* (São Paulo) **VI Comissão de Estatística da Assistência Social:** organização federal — *Manuel Diégues Júnior* e *Mário Ritter Nunes;* organização regional—*Adolfo Ramires* (Rio Grande do Norte), *Olga de Freitas* (Bahia) e *Antenor Schmidt* (Rio Grande do Sul) **VII Comissão de Estatísticas Educacionais:** organização federal—*Antônio Paulino L Teixeira de Freitas e Ariosto Pacheco de Assis;* organização regional—*João da Cunha Vinagre* (Paraíba), *Amancita Matos* (Maranhão) e *Heitor Rossi Belache* (Espírito Santo) **VIII Comissão de Estatísticas Culturais:** organização federal — *Wilson Soares e Rubem Gueiros;* organização regional—*Isnar Bento Gonçalves* (Piauí), *Cêsio Regueira Costa* (Pernambuco) e *Mário Lago* (Rio de Janeiro) **IX Comissão de Estatísticas Administrativas e Políticas:** organização federal — *Sílvio Vieira Braga e Valdir de Abreu;* organização regional—*Carlos Alberto Vanzolini* (São Paulo), *Albano Gaspar de Oliveira* (Rio Grande do Sul) e *José de Campos Meircles* (Goiás).